

Programa Interuniversitário de Doutoramento em Sociologia Conhecimento para sociedades abertas e inclusivas



INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE DE LISBOA



FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

ISCSP

INSTITUTO SUPERIOR DE
CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO
E FORMAÇÃO AVANÇADA



LISBON
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT
UNIVERSIDADE DE LISBOA



UAlg FE
UNIVERSIDADE DO ALGARVE
FACULDADE DE ECONOMIA

Género e Transgressão: (des)fazendo o masculino e o feminino em Portugal e no Reino Unido

Sara Merlini de Matos Xarez Rodrigues

Orientadora: Professora Doutora Sofia Isabel da Costa d'Aboim Inglez

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia

2019



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



UNIVERSIDADE
NOVA
DE LISBOA



UAlg

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Programa Interuniversitário de Doutoramento em Sociologia Conhecimento para sociedades abertas e inclusivas



Género e Transgressão: (des)fazendo o masculino e o feminino em Portugal e no Reino Unido

Sara Merlini de Matos Xarez Rodrigues

Orientadora: Professora Doutora Sofia Isabel da Costa d'Aboim Inglez

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia

Júri:

Presidente: Doutora Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida, Investigadora Coordenadora e Presidente do Concelho Científico do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Vogais:

Doutora Maria da Conceição de Oliveira Carvalho Nogueira, Professora Associada com Agregação na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

Doutor Pedro Vasconcelos Coito, Professor Auxiliar da Escola e Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Anália Maria Cardoso Torres, Professora Catedrática do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Doutor António Fernando da Cunha Tavares Cascais, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa

Doutora Verónica Mafalda Nunes de Melo Policarpo, Investigadora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Doutora Sofia Isabel da Costa d'Aboim Inglez, Investigadora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

A investigação conducente a estes resultados foi realizada através de uma bolsa financiada pelo Conselho Europeu de Investigação no âmbito do Sétimo Programa-Quadro da União Europeia (FP7 / 2007-2013) / ERC Grant Agreement nº 615594.

2019



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



UNIVERSIDADE
NOVA
DE LISBOA



UAlg

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FINANCIAMENTO

Este projecto de doutoramento reflecte apenas as opiniões da autora e a União Europeia não pode ser responsabilizada por qualquer uso que possa ser feito das informações nele contidas. A investigação conducente a estes resultados foi realizada através de uma bolsa financiada pelo Conselho Europeu de Investigação no âmbito do Sétimo Programa-Quadro da União Europeia (FP7 / 2007-2013) / ERC Grant Agreement nº 615594.

Financiamento no âmbito do Projeto *TRANSRIGHTS - Gender citizenship and sexual rights in Europe: Transgender lives from a transnational perspective*, Principal Investigator: Sofia Isabel da Costa d'Aboim Inglez, Host Institution: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



UNIVERSIDADE
NOVA
DE LISBOA



UAlg

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Esta tese é dedicada:

Aos erros bailarinos e às certezas dançadas.

Agradecimentos

Agradecer é retribuir e reconhecer quem testemunhou e contribuiu para que este trabalho se concretizasse. Não há palavras nem páginas que condensem a longa lista de agradecimentos e pessoas importantes que efetivamente tornaram esta tese uma realidade. Porque os gestos de carinho e de agradecimento se fazem pessoalmente e os tenho feito, deixo por escrito um breve e alargado reconhecimento em três grandes linhas.

Agradeço primeiramente à minha orientadora, a Professora Doutora Sofia Aboim por não ter desistido de mim e me ter aberto os horizontes de investigação. Sem a oportunidade que criou e o seu apoio e incentivo este trabalho não se teria realizado. O acolhimento no Instituto de Ciências Sociais e o corpo de docentes do Open-Soc também foram uma fonte de motivação e de aposta na melhoria contínua do saber-fazer na sociologia. Os confrontos entre pares e a abertura para discutir entusiasticamente os temas de trabalho foram outra fonte que mostrou frequentemente a pertinência desta tese e a sua relevância.

Agradeço aos meus amigos e amigas pela paciência nos encontros e nos desencontros. Especialmente à Maria Álvares, ao Vasco Ramos, à Almudena Carril e à Joana Soares. Uma rede que faz parte da minha família alargada, que viveu comigo os momentos mais difíceis deste doutoramento, onde perdi mais do que ganhei. A resiliência e a resistência para enfrentar os desafios pessoais que se sobrepuseram no decurso desta pesquisa deveu-se em grande medida a muitas das pessoas que se aproximaram e me souberam dar a mão.

Por isso em último, o agradecimento mais importante vai para o núcleo que me fez e que faz de mim tudo o que ponho no que faço. Vai para o meu pai Luís pelo exemplo e pela sensatez. Vai para minha filha Beatriz pela alegria e pela simplicidade. Por ter uma mãe desnaturada que rivaliza o tempo com ela e com múltiplas tarefas. Vai para o Rapha por me ensinar a ver o mundo como música, com os pés na terra e com a cabeça fria. E vai para a minha eterna bailarina que me ensinou a lição mais importante e que sei que estaria feliz porque consegui concluir este trabalho.

RESUMO

As mudanças e permanências nas práticas de género podem ser compreendidas a partir das tradições normativas e dos processos de atribuição, apropriação e interpretação que ordenam e demarcam as relações sociais. A história e construção social das transgressões de género entre 1950 e 2015 permitem-nos compreender como se têm estabelecido e transformado alternativas no (des)fazer do género e transpor a análise categórica que é frequente nos estudos de género. Nas sociedades britânicas e portuguesas as dinâmicas de transformação do género coexistem com convenções estruturantes e estruturadoras, baseadas no modelo que divide a experiência genderizada em duas classes discretas e opostas – masculino *ou* feminino. Os processos de (re)construção das fronteiras genderizadas estão muito visíveis nos fenómenos transgénero e não binário, alvos de uma crescente visibilidade pública e reconhecimento legal. Não pertencer exclusivamente às categorias homem/masculino e mulher/feminino – i.e. não viver ou experienciar o género na modalidade binária e antagónica – constituiu uma transgressão de primeira ordem no contexto ocidental (metropolitano). A alternativa *não binária*, a sua experiência e discurso, abarca o resultado que revela, contesta e reconstrói a edificação social dominante das práticas de género.

Compreender o seu contributo para (re)definir o género implicou três objetivos e estudos intensivos específicos: i) os modos como se estabelecem fronteiras na nomeação do género; ii) condições de (re)produção do género ao longo do tempo histórico e biográfico; iii) a relação entre as narrativas e a (re)produção normativa nas transgressões de género. No plano discursivo, aprofundamos as dinâmicas de transformação e os processos de (auto/hétero) legitimação das fronteiras do género que têm estado no centro do debate cultural (e das suas guerras). O estudo do arquivo *Nonbinary wiki* permite-nos compreender como têm sido traçadas as fronteiras no género, as suas tensões e possibilidades normativas. No plano das vidas visamos, por um lado, os processos de (não) pertença ao género ao longo da vida vivida e, por outro lado, os processos associados à transgressão de género na vida contada. O estudo da vida vivida traz resultados relevantes sobre as formas de distanciamento e posicionamento no género e enfatiza a importância da interseção entre o tempo biográfico e o tempo socio-histórico nas relações de género. O estudo da vida contada complementa os dois anteriores e traz resultados novos quanto aos processos de mudança e de (re)produção normativa das relações de género em Portugal e no Reino Unido. O conhecimento acumulado e apresentado nesta dissertação representa um pequeno contributo para compreender melhor as práticas de género não binárias e os processos normativos patentes nas relações de género.

Palavras-chave: Transgressões de Género, Não-binário, Portugal, Reino Unido

ABSTRACT

Changes and continuities within gender practices can be understood from the normative traditions and processes – gender attributions, appropriations and interpretations – that order and mark out social relations. Based on the history and social construction of gender transgressions between 1950 and 2015 we can know better how alternatives are being established and changed gender (un)doings, cutting across the usual categorical analysis of gender studies. In British and Portuguese societies gender transformation dynamics are side by side gender conventions that form up and are formed by a model that divides gendered experiences into two discrete and opposing classes – male *or* female. The processes of gendered boundaries (re)construction permeate Transgender and Nonbinary phenomena, which increasingly become the targets of public perception and legal recognition. In western (metropolitan) context, not belonging to the exclusive categories male/masculine and female/feminine – i.e. not doing or experiencing gender in a binary or antagonistic mode – represents a major transgression. Nonbinary alternative, in its experience and discourse, embraces a result that reveals, challenges and rebuilds the dominant social construction of gender practices.

Understanding its contribution to the (re)definition of gender implied three specific goals and in-depth studies of: i) how boundaries are established in gender naming; ii) the conditions of gender (re)production across historical and biographical times; iii) the links between narratives and normative (re)production in gender transgressions. At the discursive level, we analyse the transformation dynamics and (self/hetero) legitimation processes of gender boundaries that have been at the core of cultural debates (and its wars). The study of Nonbinary wiki archive allow us to understand how gender boundaries are being outlined, its tensions and normative possibilities. At the level of lives we look, on the one hand, to the processes of gender (non) belonging across the life course and, on the other hand, to the processes of gender transgression in the told story of life. The lived life study brings relevant findings on gender distancing and belonging and highlights the intersection between the biographical and socio-historical time in gender relations. The told story of life study complements the previous two and brings new findings to the processes of change and normative (re)production of gender relations in Portugal and the United Kingdom. The knowledge gathered and presented in this dissertation is a small contribution for better understand non-binary gender practices and the normative processes of gender relations.

Key words: Gender Transgressions, Nonbinary, Portugal, United Kingdom

Índice

Índice de Quadros e Figuras	x
Glossário.....	xi
Introdução.....	1
Capítulo I	9
Transgredir, da oposição ao diálogo.....	9
1. As origens do conceito Transgressão	9
1.1. A transgressão como método	16
1.2. A transgressão como arma	19
1.3. A transgressão como projeto.....	22
2. Os conceitos paralelos – semelhanças e diferenças.....	26
2.1. Desviar-se ou transgredir?	26
2.2. Sobre a emancipação transgressiva.....	28
2.3. Liminaridade e transgressão – cúmplices ou concorrentes?	30
3. A importância da “sociologia de esquina”	33
3.1. A transgressão/limite como constructo analítico e teórico	33
3.2. Dimensões, níveis e premissas teóricas da análise	34
3.3. Rumo a um diálogo além da negação	37
Capítulo II.....	38
Os caminhos por entre e além do género	38
1. As fundações do conceito de Género	38
2. O Género (des)feito	43
3. Os Estudos Transgénero: das epifanias ao contributo efetivo.....	52
4. Imaginários e configurações do <i>interdito</i>	57
4.1. Demarcação do género: as fronteiras normativas (além e aquém)	58
4.2. Ordenação do género: a (des)valorização da “identidade de género” e outras legitimidades	61
4.3. A utilidade do nexos transgressão/limite na análise do género	66
5. Transgredir o género: horizontes refletidos.....	68
Capítulo III	70
Os campos de nomeação do trans/género	70
1. O que nos diz um nome? Metamorfoses visíveis de uma luta por reconhecimento.....	70
2. O trans/género São – as soluções para um “problema” biomédico.....	73
3. O trans/género Contestado – reptos, respostas e movimentos	82
4. O trans/género Admitido - do bloqueio ao reconhecimento autodeterminado do género	93
5. O fenómeno Transgénero à escala transnacional e os denominadores comuns	103

Capítulo IV.....	106
Contextos e percursos da pesquisa	106
1. Entre Portugal e o Reino Unido.....	106
2. Abordagem e construção do objeto de estudo.....	110
3. Objeto e objetivos da pesquisa	113
4. Métodos e técnicas de recolha e análise dos dados	116
4.1. A formação discursiva não binária	117
4.2. O género e o curso de vida.....	120
4.3. As narrativas e as transgressões de género	128
5. Sobre a qualidade desta pesquisa	131
Capítulo V.....	141
Desfazer e refazer o género: os limites ilimitados da nomeação	141
1. Introdução.....	141
2. O Arquivo digital – Nonbinary <i>Wiki</i>	145
3. As fronteiras do género não binário	148
3.1. A nomeação do(s) género(s) não binário(s).....	149
3.2. A importância da identidade de género e o seu reconhecimento.....	154
3.3. O primado da linguagem.....	162
3.4. A expressão e a corporalidade não binárias	166
4. As tensões na construção das fronteiras do género não binário	171
4.1. Os (des)alinhamentos intra-grupais na legitimação não binária	171
4.2. Os (des)alinhamentos exo-grupo	176
5. Os efeitos das fronteiras de género.....	184
Capítulo VI.....	189
(Des)fazer o género ao longo da vida.....	189
1. Introdução.....	189
2. Trajetórias de género transgressivas – entre transições e (não) pertenças	192
3. Aceitação	196
3.1. O género inadequado	198
3.2. Das diferenças às descobertas	204
3.3. Entre interditos e afirmações ao longo da vida.....	208
4. Intensificação.....	215
4.1. O corpo vivido	218
4.2. O corpo reconfigurado	222
4.3. O corpo perseguido	227
5. Reconhecimento	230
5.1. Revelar-se ao longo da vida.....	232

5.2. Reivindicar a pertença ao longo da vida	237
6. Vidas trans-in-visíveis	243
Capítulo VII.....	246
Os sentidos do (des)fazer do gênero.....	246
1. Introdução.....	246
2. As narrativas alternativas da transgressão de gênero	247
2.1. A alternativa ao corpo errado.....	249
2.2. A alternativa à exclusividade antagônica.....	252
2.3. A alternativa à dicotomia categórica.....	258
2.4. Como mudar a “sociedade errada”?.....	262
3. As grelhas interpretativas da transgressão de gênero	265
3.1. Como se interpreta a transgressão de gênero?	268
3.2. Eventos de cedência e de subordinação – quando as performances mantêm as relações de poder na ordenação do gênero	274
3.3. Eventos de micro-resistência e emancipação – quando as performances fomentam a transformação nas relações de gênero	278
4. O gênero reinterpretado – práticas de constituição de sentido e a criatividade situada da ação.....	284
Capítulo VIII.	286
Conclusões: O gênero (des)feito e refeito	286
1. As fronteiras transgressivas do gênero	286
2. As transgressões de gênero no tempo e no espaço	292
3. Os sentidos das transgressões de gênero	296
4. Transgredir a oposição binária – o gênero (des)feito e refeito.....	303
Referências Bibliográficas	315

Índice de Quadros e Figuras

	Página
Figura 1. Horizonte Teórico Geral do Limite/Transgressão	36
Figura 2. Horizonte Teórico aplicado ao estudo do Género	67
Quadro 3.1. Marcos temporais nos movimentos LGBTQI português e britânico...	86
Quadro 3.2. Datas das bandeiras do orgulho	89
Quadro 3.3. Países no Continente Europeu com leis de emancipação do género ...	98
Quadro 3.4. Países noutros Continentes com leis de emancipação do género	99
Quadro 4.1. Seleção de Indicadores Comparativos de Portugal e Reino Unido.....	108
Figura 3. As componentes da pesquisa	117
Quadro 4.2. Participantes do estudo	124
Quadro 4.3. Indicadores utilizados nas biografias	126
Figura 4. Ilustração do Calendário de Vida	127
Quadro 5.1. Aumento de utilizadoras/es/ies no <i>Nonbinary wiki</i>	147
Quadro 5.2. Reclassificação das categorias do <i>wiki</i> para análise temática	148
Quadro 5.3. Sistematização dos descritivos identitários de género além do binário	149
Quadro 5.4. Total de descritivos identitários por participante no <i>Gender Census</i> ...	158
Quadro 5.5. Relação entre grupos identificados e a popularidade dos termos identitários no <i>Gender Census</i> à escala Global e no Reino Unido	159
Figura 5. <i>Layout</i> do <i>NonBinary wiki</i>	160
Quadro 5.6. A representatividade das identidades não binárias na ficção	178
Quadro 6.1. Posicionamentos das/os/es participantes face ao binário de género ...	191
Quadro 6.2. Intervalo de tempo entre a diferença percebida de género e a descoberta de pertença alternativa	205
Quadro 6.3. Idade da primeira descoberta de pertença alternativa.....	210
Quadro 6.4. Mudanças na autoidentificação de género por ano de nascimento	214
Quadro 6.5. Viragens na biografia corporal por ano de nascimento	219
Quadro 6.6. – Momentos que coocorrem ou antecedem a revelação da pertença de género não binária	233
Quadro 6.7. Primeira revelação da pertença de género não binária por ano de nascimento	234
Quadro 6.8. Envolvimento na comunidade e posicionamento no género	242
Quadro 7.1. Sistematização dos instrumentos de mudança do binário nas narrativas	263
Quadro 7.2. Episódios narrativos de cedências e subordinações	278
Quadro 7.3. Episódios narrativos de micro-resistências e emancipações	283
Quadro 8.1. O constructo Transgressão/Limite nas Práticas de Género	309

Glossário

Advertência quanto ao uso da linguagem inclusiva neutra (ou não binária) portuguesa:

Pela reduzida familiaridade com esta linguagem na esfera pública e por poder dificultar a leitura usamos esta linguagem quando nos referimos a participantes do estudo e/ou a traduções de palavras originalmente neutras noutras línguas. A linguagem inclusiva neutra (ou não binária) é recente. Começou a ser usada na língua portuguesa a partir de 2013 e ainda se encontra em fase de estabilização. Optámos pelo sistema “Ile”.¹

Disclaimer: Este glossário tem como único objetivo familiarizar as pessoas com a terminologia usada nesta tese. Não visa engavetar e/ou reduzir práticas, identidades e processos complexos em rótulos categóricos. Esta lista não é exaustiva. Abarca apenas referências base para consulta – o seu aprofundamento ao longo do nosso trabalho permitirá detalhar e abarcar a complexidade e a realidade das vidas não binárias. Seguimos as recomendações sobre como proceder e representar de forma respeitosa as pessoas transgénero e não binárias (Enke 2012, 16).

Lista de termos frequentemente usados:

AGAB – acrónimo anglófono para designar o género atribuído à nascença – *Assigned Gender at Birth*; as letras podem variar sendo usado por vezes **GAAB**, **DGAB** (*designated*) ou **CAGAB** (*coercively*);

Agénero – refere-se à ausência de identificação com o género; pode ser usado como descritor identitário para expressar a neutralidade ou a negação do género;

Androginia – do grego *andrós* (homem) + *guné* ou *gunaikós* (mulher); categoria de autoidentificação e/ou expressão do género que se refere a ambos os géneros do sistema binário; por vezes recorre-se a outros termos como **Bigénero**, **Dual Gender**, **Intergender**;

Cisgénero – o prefixo *cis-* provém do latim e significa “deste lado” ou “para cá”, traduzindo-se na ideia de correspondência ou concordância com o género e/ou sexo atribuído à nascença; usado para caracterizar as pessoas não transgénero, por vezes como **Cissexual**;

Condições Intersexo – existe um grande conjunto de variações cromossomáticas, morfológicas e genéticas que afetam as características sexuais; atualmente já se conhecem cerca de 30 variantes de desenvolvimento sexual associadas às condições intersexo, erroneamente designadas de hermafroditismo até aos anos 1960; este termo pode ser usado como descritor de uma condição de saúde (diagnóstico médico) ou como categoria de identidade na prática;

Cross-dresser – como prática significa o ato de vestir roupas contrárias à moda atribuída à expressão de género reconhecida; como identidade de género na prática refere-se às pessoas que, com diferentes

¹ Para mais consultar por exemplo: [http://pt-br.identidades.wikia.com/wiki/Linguagem não-binária ou neutra](http://pt-br.identidades.wikia.com/wiki/Linguagem_não-binária_ou_neutra)

intensidades ou durabilidades, realizam esse(s) ato(s); No Reino Unido é usado como sinónimo de *transvestite*;

Expressão de Género – refere-se ao modo como as pessoas expressam, desempenham e *performam* o género através de gestos, palavras, adornos, vestuário e corporalidade;

FTM – acrónimo anglófono que capta o movimento de transição (permanente ou não) do feminino para o masculino – *Female to Male*; refere-se a um *continuum* transgénero que pode incluir reconhecimento pessoal e social da expressão e/ou da identidade masculina; é usado como adjetivo, por vezes como **FtM** ou **F2M**;

FTX – acrónimo anglófono que capta o movimento de transição (permanente ou não) do feminino para o indeterminado – *Female to X*; usado como adjetivo, refere-se a um *continuum* transgénero que pode incluir reconhecimento pessoal e social da expressão e/ou da identidade andrógina, neutra, parcial ou múltipla;

Género – prática cultural de ordenação e organização das pessoas segundo corpos, performances e espaços; no domínio social remete para uma combinação entre as expectativas atribuídas à categoria identitária e o seu desempenho, para os parâmetros de reconhecimento das categorias, para os modos de fazer rotineiros, para os códigos simbólicos e materiais associados às classificações;

Género/Sexo atribuído à nascença – marcador registado na certidão de nascimento e noutros documentos de identificação, frequentemente binário (Masculino ou Feminino); em alguns países já existe a possibilidade de optar pelo marcador indeterminado (X, O ou “indeterminado”) – ver *Quadros 3.3. e 3.4.*

Género Binário – sistema de classificação do género em duas categorias, conforme o *modelo dual* biomédico do corpo dimórfico; quando usado como adjetivo em pessoas, refere-se à correspondência entre homem=masculino / mulher=feminino; usa-se o termo **Binarismo de Género** para designar uma forma de opressão e exclusão das práticas que não correspondem às expectativas definidas numa determinada época e lugar;

Género Não-binário – pode referir-se a 1. movimento social que contesta o sistema classificatório do género em duas categorias opostas, universais e discretas; 2. uma categoria de autoidentificação (na prática) que se distancia dos posicionamentos exclusivos e antagónicos entre as categorias homem/masculino e mulher/feminino; 3. termo chapéu-de-chuva que abarca uma grande variedade de categorias identitárias e pessoas que nem sempre se autoidentificam com este termo; começou a ser usado a partir de 2012 por algumas comunidades e pessoas, podendo ser diferenciada ou agregada a outros termos como **diversidade de género**, **transgénero**, **genderfluid** e/ou **genderqueer**; as pessoas que se autoidentificam como não binárias às vezes recorrem ao termo **enbie**;

Heteronormatividade – refere-se à legitimação e ao privilégio de relações conjugais e identidades que naturalizam (e normalizam) a heterossexualidade, o patriarcado e o binário de género (homem/mulher); este termo foi cunhado por Michael Warner (1993:xxi) e é frequentemente usado nas teorias e nos contextos *queer*;

Identidade de género – refere-se ao sentido subjetivo em relação ao género; uma pessoa pode corresponder ou não ao sexo atribuído à nascença, ao marcador legal de reconhecimento nos documentos de identificação, às expectativas e às convenções sociais e culturais atribuídas às feminilidades e às masculinidades e/ou aos seus corpos;

LGBTQI – acrónimo anglófono que inclui um conjunto de possibilidades em termos da orientação sexual, da identidade de género e das características sexuais – *Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, Queer & Intersex*; a ordem das letras pode variar e em diversos contextos tem-se vindo a recorrer a outras siglas, face à expansão de possibilidades e experiências; por exemplo as Nações Unidas usam LGBTI para medir indicadores de inclusão – ver **SOGISC** ou **MOGII**;

MTF – acrónimo anglófono que capta o movimento de transição (permanente ou não) do masculino (atribuição à nascença) para o feminino (descritivo) – *Male to Female*; refere-se a um *continuum* transgénero que pode incluir reconhecimento pessoal e social da expressão e/ou da identidade feminina; é usado como adjetivo, por vezes como **MtF** ou **M2F**;

MTX – acrónimo anglófono que capta o movimento de transição (permanente ou não) do masculino para o indeterminado – *Male to X*; usado como adjetivo, refere-se a um *continuum* transgénero que pode incluir reconhecimento pessoal e social da expressão e/ou da identidade andrógina, neutra, parcial ou múltipla;

MOGII – Sigla anglófona usada como alternativa da sigla LGBTQI – *Marginalized Orientations, Gender Identities, and Intersex*;

SOGISC – Sigla anglófona adotada pelas Nações Unidas no domínio dos direitos humanos – *Sexual Orientation, Gender Identity & Sex Characteristics* – esta sigla por vezes também surge como **SOGIGESC** para incluir a expressão de género (GE);

Transgénero – pode referir-se a: 1. movimento social pelos direitos de liberdade, reconhecimento e proteção da identidade de género, expressão de género e integridade corporal; 2. uma categoria de autoidentificação (na prática) que pode incluir: a) uma identidade de género diferente do sexo atribuído à nascença, b) uma expressão de género que difere da convencionalmente esperada face ao seu corpo sexuado; e/ou c) o recurso à transformação dos marcadores corporais sexuados; 3. termo chapéu-de-chuva que abarca uma grande variedade de categorias identitárias de género não conformes e pessoas que nem sempre se autoidentificam com este termo; é usado em diversos contextos por vezes como **trans** ou **trans***, sendo considerado respeitoso por evitar as especificidades culturais (embora alguns rejeitem o seu carácter uniformizador e universalista);

Transsexual – categoria de diagnóstico médico, usada como identidade de género na prática para se referir a pessoas que não correspondem ao sexo atribuído à nascença e que podem transformar ou não os seus marcadores corporais sexuados (através de terapia hormonal e/ou transformação cirúrgica) e/ou o marcador legal de género nos documentos de identificação; este termo tem vindo a ser gradualmente substituído pelo termo **Transgénero**;

*E a sociedade em que nascemos é o lugar onde
mais por acaso estamos presentes*
(Álvaro de Campos, 1922)

Introdução

A discussão sobre o que constitui o género e quais as suas consequências encontra-se no centro dos debates teóricos, políticos e culturais contemporâneos. Por um lado, verifica-se proliferação académica e o aumento de medidas de promoção da igualdade, que pode ser efeito da centralidade deste conceito e da tentativa de alcançar consensos ao nível analítico. Por outro lado, a importância do género e dos seus significados são legitimados ou contestados na esfera pública criando batalhas culturais e definindo “lados”, especialmente no plano das crenças e ideologias. No contexto ocidental metropolitano, concretamente em Portugal e no Reino Unido, temos vindo a assistir ao aumento da mediatização e debate público em relação ao género – sobretudo quanto às suas consequências e na importância da igualdade entre homens e mulheres. A par disso, emergem movimentos de luta pelo reconhecimento da identidade de género que exigem o direito à autodeterminação e/ou a possibilidade de marcador indeterminado, bem como a separação efetiva das esferas biomédica e jurídico-legal na classificação do género.

Com efeito, em Portugal e no Reino Unido os sistemas de classificação e os arranjos institucionais de género apoiam-se na divisão antagónica de dois grupos, homens e mulheres. Esta convenção social e modo de organização de pessoas é histórica e baseia-se fundamentalmente na sobreposição entre as características fisiológicas e biológicas (*sexo*) e as interpretações e práticas ordenadas segundo essa classificação (*género*). Uma sobreposição que não só confunde como tende a dar primazia ao modelo biomédico dominante que assenta numa divisão pura entre machos e fêmeas. Ainda que este paradigma compita com perspetivas concorrentes, que têm vindo crescentemente a provar que os critérios de definição antagónica reduzem a complexidade e a variabilidade dos marcadores sexuais¹, o senso-comum e os modos como o género está instituído contribuem para o justificar. A par disso, os estudos

¹ As descobertas em torno das condições intersexo são disso um exemplo, tendo sido atualmente identificadas pelo menos 30 variações cromossómicas, morfológicas e genéticas que afetam as características sexuais (Montañez 2017; Callahan 2009; Fausto-Sterling 2000).

científicos tendem usar os conceitos de género e de sexo de forma indiferenciada, a salientar as diferenças ou as semelhanças (*inter* ou *intra*) dicotómicas e, implícita ou explicitamente, a reduzir a complexidade das relações sociais e das práticas a atributos ou papéis funcionais.

Quando encontramos referências ao género podemos, por isso, estar a falar de coisas tão distintas como: as categorias legais de cidadania, o sexo, a expressão cultural de uma diferença, a autodefinição ou sentido de pertença pessoal, os modos de organização coletiva dos espaços², etc. Para além da necessidade de definirmos concretamente o que entendemos por género (Lindqvist et al. 2018; Magliozzi, Saperstein, e Westbrook 2016), as categorias em que nos apoiamos para o referir contêm várias camadas de complexidade. Considerar o que fazem “homens”, “mulheres”, “machos”, “fêmeas” ou a “masculinidade” e a “feminilidade” implica não só olhar para práticas como também para os significados pessoais e sociais que essas categorias possuem e através de que lógicas de poder se fundamentam. As variações existentes nos modos como se “faz” o género, a par dos processos de mudança e permanência que vão estruturando e demarcando as diferenças, apontam para a necessidade de uma análise *supra*. Ou seja, uma pesquisa em torno das práticas de género no seu todo: do que concorre autonomamente para a definição da diferença e a sua relação com a ordenação existente. Os processos que naturalizam e justificam a oposição entre dois grupos diametralmente antagónicos e assimétricos são, portanto, encarados como um resultado estrutural e contingente das práticas de género instituídas.

A ordem social hegemónica que configura as relações de poder entre homens e mulheres e codifica as definições de masculinidade e feminilidade baseia-se na rejeição e repressão de alternativas e dos elementos que não contribuem para fundamentar a divisão antagónica e naturalizada da exclusividade. Ou seja na especificação do que é transgressivo no género. As forças inerentes a esta purificação remetem, por um lado, para a importância que a transgressão tem na constituição do limite normativo e, por outro lado, para o universo normativo e ideológico em que se baseiam as convenções e classificações do género. Com efeito, já desde Garfinkel (1967) que estão identificadas as duas regras prevalecentes nos modos como identificamos, fazemos e organizamos o género: *só existem dois* e *só se pode ser de um ou de outro*. Duas normas enraizadas que definem o limite e são especificadas a partir da sua transgressão.

² De que são exemplo as casas de banho públicas ou os balneários, entre outros.

As transgressões de género estão, nesse sentido, subordinadas à ordem social e às práticas dominantes de fazer e reconhecer. A variação histórica e espacial nas normas de género permanece enquadrada por lógicas de demarcação e ordenação que são especificadas por essas diferenças estruturais. No contexto ocidental encontramos exigências e modos de legitimação variáveis consoante a época e o lugar em que se vive, mas estas mantêm-se parametrizadas socialmente a partir de formas de atribuição, apropriação e interpretação dicotómicas. Por exemplo, “tornar-se mulher” no Portugal de 1950 implicava expectativas e práticas muito distintas das que são exigidas em 2015. Além disso, a distância ou aproximação normativa é igualmente variável em função do momento da vida e dos diversos tipos de interação estabelecida. O significado e a importância da diferença de género esperada e reconhecida comporta diferentes especificações quando se é criança, jovem ou adulto. Nesse sentido, as possibilidades de transformação e reconfiguração das expectativas e experiências legítimas no género são uma componente intrínseca da institucionalização e regulação social. O incumprimento normativo é, portanto, transversal e comum ao longo do tempo biográfico e socio-histórico.

Mas uma coisa é não cumprir a expectativa de género (como por exemplo seguir uma carreira que é predominantemente “masculina” ou “feminina”) outra coisa é transpor o lugar de género ocupado (afirmando-se como transgénero e/ou realizando transformações legais, corporais, etc.). Estas mudanças acarretam consequências muito diferentes e que revelam sobretudo as fundações estruturais em que se apoiam as configurações de género. É precisamente porque as referidas convenções se mantêm como estruturantes e estruturadoras dos modos de fazer e dos sentidos de pertença ao género que a alternativa *não binária* constitui uma transgressão de primeira ordem. Quem não faz o género de forma exclusiva e antagónica lida permanentemente com os limites socialmente impostos e a sua especificação transgressiva. Nomeadamente, pela ausência de evidências claras e congruentes de que se é de um género ou de outro tal como é definido e esperado socialmente. As pessoas com expressões ou performances andróginas geram frequentemente confusões e intrusões percebidas no contexto da interação pela ambiguidade na definição e reconhecimento dos seus géneros. Ou, por exemplo, a coexistência na mesma pessoa de códigos marcadamente antagónicos (como bigode e batom) produz uma ambivalência face às convenções que é frequentemente alvo de sanção ou repúdio. As lógicas de ordenação e demarcação das práticas de género e dos seus significados materiais, simbólicos e performativos baseiam-se, portanto, numa especificação da transgressão e na sua eventual rejeição.

Face à dureza e intransigência das impossibilidades socialmente estabelecidas, a transgressão não binária parece conter em si mesma o efeito e o fundamento das normas de género. É o resultado que revela, contesta e (re)constrói a edificação social dominante das práticas de género, baseadas num binário antagónico que opõe e divide pessoas segundo dois grupos e duas categorias discretas e universais (fêmea/mulher=feminino vs. macho/homem=masculino). Divisão essa que se fundamenta a partir de três mecanismos de legitimação principais: i) a prestação de contas (ou *accountability*) das práticas (West e Zimmerman 2009; R. W. Connell 2009a); ii) a identidade de género (Lawler 2014; Hines e Sanger 2010; Butler 2004); e iii) a inevitabilidade do género (Risman 2009; West e Zimmerman 1987; Goffman 1977). Porque o binário – ou seja a exclusividade e antagonismo – prevalece como o modo legítimo e reconhecido, subordina as alternativas e, através destas, pode inclusive intensificar-se. Numa lógica retroativa, portanto, as transgressões constituem e dialogam com o limite e, por isso, tanto podem deslocá-lo como reforçá-lo.

É por isso útil distinguir entre diferentes processos de reconhecimento do género e os modos como estes estruturam as expectativas e horizontes da experiência. Em primeiro lugar, temos as práticas de *atribuição* de género que remetem para os arranjos e classificações formais em que se definem as categorias possíveis. Em Portugal e no Reino Unido as pessoas são homens ou mulheres nos documentos de identificação, frequentam espaços públicos com casas de banho respetivamente divididas, consomem (ou não) vestuário, artigos e objetos especificamente designados para si, etc. Em segundo lugar, temos as práticas de *interpretação* de género que estabelecem e avaliam os critérios, segundo os parâmetros (simbólicos, materiais e performativos) socialmente determinados. Remetem para os sentidos “verdadeiros” e “genuínos” no género cujos significados advêm dos mecanismos de legitimação e das convenções definidas. Por último, temos as práticas de *apropriação* de género que se referem aos graus (variáveis) de pertença, aos distanciamentos e aproximações dessas atribuições e interpretações, que se traduzem em diferenciações subjetivas e objetivas.

As práticas não binárias constituem, por isso, um objeto de estudo central para compreendermos em que medida a exclusividade e antagonismo no género está ser redefinida. Ou seja, qual o contributo destas práticas *divergentes* (R. W. Connell 1987) para transgredir a oposição universal e discreta entre o masculino *ou* o feminino. Podemos transgredir a oposição binária? Em que medida é que o género pode ser captado além das experiências antagónicas? E o que é que isso nos diz sobre os processos de reconhecimento? Estamos perante uma transformação das expectativas e estruturação do género?

Esta pesquisa centrou-se, portanto, num aprofundamento dos modos como as normas de género podem ser (des)feitas e refeitas através da transgressão não binária. E enquadra-se no âmbito do projeto *TRANSRIGHTS – Gender citizenship and sexual rights in Europe: Transgender lives from a transnational perspective* – coordenado pela Doutora Sofia Aboim no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL).³ Realizámos uma investigação transversal (ou *cross-sectional*) sobre as práticas de género não binárias em Portugal e no Reino Unido entre 1950 e 2015 (Bryman 2012). Centrâmo-nos especificamente nos discursos e vidas não binárias, a sua história e construção social enquanto prática transgressiva e tradição normativa.

Para corresponder ao objetivo principal de compreender como o género é (des)feito – ou seja, saber em que medida as práticas transgridem a divisão antagónica e qual o seu contributo para a (re)definir – investimos numa análise do constructo limite/transgressão a partir das diferenças *supra*, no seu todo. Uma abordagem que recorre à transgressão de forma heurística para pensar as questões da ordem de género e demonstrar a sua presença e efeitos nas vidas contemporâneas portuguesas e britânicas nos últimos 65 anos. Nesse sentido, dividimos a apresentação desta pesquisa em duas partes principais mediadas por um capítulo de ligação.

Na primeira parte, composta pelos três primeiros capítulos, expomos o arcabouço teórico e conceptual da investigação sobre as transgressões de género. Sistematizando a bibliografia encontrada e confrontando-a com os dados empíricos, abordamos os principais conceitos e possibilidades de teorizar as práticas de género a partir da transgressão.

Uma vez que o conceito de transgressão é alvo de diferentes usos (analíticos e práticos), o *capítulo I* dedica-se ao seu aprofundamento e às implicações inerentes à sua importação e aplicação enquanto ferramenta de análise da realidade social em geral e da análise sociológica em particular. Este investimento foi pertinente por duas razões. Por um lado, porque nos permitiu estabelecer os parâmetros e premissas de análise das transgressões de género. Por outro lado, porque este exercício constitui em si mesmo um resultado do processo de investigação

³ Este é um projeto de pesquisa de cinco anos (2014-2019), com o financiamento do Conselho Europeu de Investigação (ERC) – *Consolidator Grant* n.º 615594. Aconselha-se a consulta dos principais *outputs* do projeto TRANSRIGHTS em <https://transrightseurope.com/>. A nossa contribuição situa-se na linha de pesquisa “*Gender orders & trans-biographies*”. As perspetivas adotadas nesta pesquisa, bem como o desenho de pesquisa colocado em prática, são um contributo particular entre vários possíveis. O percorrer conjunto e individualizado do processo de pesquisa beneficiou em muito o alcance de resultados passíveis de ampliar e completar sistematicamente as possibilidades de produção do conhecimento. Um privilégio assegurado e fomentado pela orientadora e Investigadora Principal, Doutora Sofia Aboim, que tornou esta tese possível.

realizado, fundamentando-se na empiria para a potencial aplicação da transgressão como constructo sociológico.

Partindo desses desenvolvimentos apresentamos no *capítulo II* também as origens e os principais paradigmas do conceito de género e a sua relação com os estudos transgénero. Procuramos, portanto, aprofundar o diálogo sobre a transgressão de género e ampliar o debate sobre a importância que o género desempenha nas relações sociais. Apostando na convergência entre as perspectivas estruturalista e pós-estruturalista das práticas e normas de género apresentamos os horizontes teóricos e a perspectiva seguida no estudo dos limites ilimitados das práticas de género *divergentes*.

É com base neste enquadramento conceptual da transgressão de género que avançamos, no *capítulo III*, com um retrato do fenómeno transgénero. Baseamo-nos numa análise das categorias (e da relação entre categorias) que têm emergido para dar nome e explicar o que significa não corresponder ao género atribuído à nascença. Em complemento aos capítulos anteriores, apresentamos uma sistematização dos percursos da categoria transgénero em três campos do saber concreto nos seus espaços e momentos de reconhecimento mais manifestos. Tendo em conta a “perceptibilidade” crescente (Goffman 1988, 58 [1963]) do fenómeno transgénero, interessou-nos aprofundar os modos como os diversos termos foram sendo convocados, as condições criadas para o seu reconhecimento e a visibilidade dessas nomeações em três campos concretos. Contendo histórias, condições de inteligibilidade e visibilidades distintas, o campo médico, o campo político e o campo jurídico-legal têm categorizado e explicado o trans/género de forma particular transformando assim as possibilidades de pertença e de interpretação do próprio fenómeno. A identificação das principais linhas de mudança e continuidade na categorização trans/género a partir destes campos específicos permite-nos, por um lado, situar Portugal e o Reino Unido e, por outro lado, encontrar denominadores comuns do fenómeno e os seus desafios à escala global. É também neste mapeamento que discutimos o posicionamento não binário enquanto movimento e categoria particular que tem vindo gradualmente a constituir-se como uma alternativa para nomear a experiência genderizada.

No *capítulo IV* fazemos a ligação entre o desenvolvimento conceptual desta pesquisa e preparamos a discussão dos resultados apresentados na segunda parte deste trabalho. Retomando a especificidade dos contextos português e britânico apresentamos os motivos de seleção destes países e resumimos a abordagem seguida na construção do objeto de estudo. Aprofundamos o percurso de pesquisa de forma a explicar clara e objetivamente o processo e

os procedimentos operativos. Resumimos a estratégia seguida para responder aos objetivos delineados e refletimos sobre os critérios de autoavaliação usados. Justificamos as escolhas feitas e a matriz seguida e convidamos a uma reflexão conjunta sobre os limites e potencialidades desta pesquisa.

A segunda parte, composta pelos capítulos V a VIII, incide sobre toda a discussão analítica e os resultados encontrados com esta investigação. Seguindo uma lógica por objetivos específicos, cada capítulo corresponde a um estudo autónomo sobre as práticas de género não binárias.

No *capítulo V* centramo-nos no plano discursivo das fronteiras de legitimação do género. Particularmente nas práticas de interpretação associadas ao reconhecimento genderizado. Através do estudo de um arquivo digital – *Nonbinary wiki* – aprofundamos a análise da nomeação do género e os modos como o não binário se constrói como tradição normativa a partir do ciberespaço. Face ao momento histórico de gradual institucionalização do marcador de género indeterminado em diversos países (capítulo III) esta análise permitiu compreender melhor os posicionamentos existentes. Situando o não binário como uma formação discursiva analisámos criticamente as contradições existentes nas fronteiras de (des)legitimação. Este estudo permitiu-nos captar significados, valores e normas de género concorrentes e um conjunto de tensões na construção das fronteiras transgressivas. Uma análise que forneceu bases para situar e enquadrar o estudo das vidas não binárias e os posicionamentos encontrados.

É, portanto, no *capítulo VI* que avançamos com o estudo da *vida vivida* – os dados factuais e sequenciados cronologicamente ao longo do curso de vida – de 19 pessoas com práticas de género não binárias. A partir da noção de trajetória de género e da sua reconstrução analisamos as condições em que o género é alternativamente (re)produzido ao longo do tempo biográfico e histórico em Portugal e no Reino Unido. Centramo-nos, portanto, sobretudo nas práticas de atribuição e apropriação no reconhecimento do género. Aprofundamos os significados de transição de género e do que está implícito na transposição de uma pertença face à época histórica e contextos concretos de vivência do género. Neste estudo mostramos as diferentes temporalidades e a importância que a abertura (política e social) à diversidade de género tem tido nas experiências alternativas e nas práticas divergentes.

Os resultados de ambos os estudos são, depois, complementados com a análise da *vida contada* – i.e. o texto, testemunhos individuais subjetivos e retrospectivos – no *capítulo VII*. Neste estudo centramo-nos nos significados que a transgressão assume para narrar o género e os efeitos

performativos (ou seja transformadores) na perspectiva de quem transgride. Procuramos compreender o que é contabilizado como transgressivo e como se conta uma transgressão de género nos 19 relatos não binários. Este aprofundamento da transgressão em si, ainda que parcial, permitiu captar as linhas normativas do expectável e os seus efeitos de reforço e transformação nas práticas. As potencialidades e os constrangimentos existentes nos processos de reconhecimento do género através de uma análise das práticas de atribuição, apropriação e interpretação da transgressão. Centramo-nos, por um lado, nos modos como a transposição de género é narrada de forma alternativa à dominante. E, por outro lado, nos modos como as práticas de interpretação da transgressão interferem com (e se transformam ou não) as práticas de atribuição e apropriação de género.

Estes três estudos conjugam-se assim para responder ao objetivo principal mediante uma aferição sobre as práticas de género não binárias e os processos pelos quais estas transgridem ou não a estruturação dominante. É, portanto, no *capítulo VIII* que confrontamos os resultados com as formulações estabelecidas na compreensão do objeto de estudo. Refletimos sobre os contributos e as pistas encontradas com a pesquisa, respondendo objetivamente às perguntas que fomos colocando. O aprofundamento sobre as práticas de género – e as suas diferentes modalidades não exclusivas – implicou o duplo desafio de desconstrução do fenómeno transgénero e da especificação da diferença (Saleiro 2013; Hines 2007; Green 2007). Focou-se no reconhecimento das formas plurais de viver e (des)fazer o género e na sua importância. Com esta investigação procurámos demonstrar que transgredir a oposição binária não só tem sido possível, como coexiste com limites restritivos e punitivos que reificam o género a partir da oposição binária. Um diálogo que implica tanto o aprofundamento dos significados que o género acarreta para a pertença e desejabilidade de se ser aceite, como o reconhecimento da existência de outras convenções e valores no género.

Capítulo I

Transgredir, da oposição ao diálogo

O presente capítulo é sobre a transgressão em termos teóricos e analíticos, dividindo-se em três partes. Em primeiro lugar traçamos as origens e principais usos da transgressão, especialmente desde a filosofia às ciências sociais. Em segundo lugar, abordamos a relação entre a transgressão e outros conceitos em uso na teoria social em geral e na sociologia em particular. Por último propomos uma aplicação sociológica da transgressão a partir de postulados, dimensões e níveis. Com esta revisão procurámos balizar o conceito chave da nossa pesquisa e lançar as bases para a discussão da nossa tese. Como sugerimos no título, argumentamos sobre as possibilidades de deslocar os horizontes antagónicos da transgressão para um imaginário dialógico e crítico.

1. As origens do conceito Transgressão

Transgressão é um substantivo que remete para a ação: o ato de transgredir ou infringir. No plano da semântica, *Transgredir* é um verbo transitivo (Etm. latim *transgredere*) que tem pelo menos três significados: i) não cumprir; ii) passar através de; e iii) ir além de. O primeiro remete para o desrespeito ou violação de limites; para a relação entre sensatez/ insensatez; para o contexto de legitimação da razão e da verdade, para o que se define como respeitoso e ofensivo. O segundo relaciona-se com o “cruzar por entre”; com o passar lado a lado; com uma relação dentro/fora, que implica a definição de linhas de demarcação e de um (eventual) antagonismo (latente ou explícito). Por sua vez, o terceiro significado implica a ideia de ultrapassagem, de superar ou transcender limites; para uma relação aquém de/além de, que não só define lados como pressupõe a existência de uma evolução após a transposição (dos limites). Esta polissemia do termo transgressão é o primeiro obstáculo à sua análise sociológica, mas não é o único.

As ideias sobre o que constitui a transgressão são pouco questionadas por ser um termo frequentemente usado (Wolfreys 2008). Como *categoria da prática*¹ a transgressão (ou transgredir) tem vários usos: no domínio legal (ex. passar um traço contínuo na estrada)

¹ Recorremos à distinção entre categoria da prática e categoria de análise referida por Brubaker e Cooper (2000, 4) em linha com Pierre Bourdieu. Por categoria da prática entende-se os termos quotidianos em uso nas suas experiências sociais. Por categoria de análise entende-se os termos aplicados ao estudo de um determinado objeto social.

passando pelo domínio teológico (ex. cometer um pecado) até ao domínio educativo (ex. baldar-se a uma aula). Os usos versáteis deste termo derivam por um lado dos seus três significados principais e por outro lado porque remetem frequentemente para o domínio das ofensas “menores”. Ou seja, porque o ato de transgredir é tido como marginal ou de menor gravidade na ordenação e demarcação do que é “legítimo”.

A polissemia e a “(in)significância” do termo transgressão difunde-se no seu uso como *categoria de análise* por uma grande variedade de disciplinas. A crescente relevância que este conceito tem granjeado em vários domínios do saber convida a um aprofundamento. Como é que chegou a categoria analítica? Que razões estão por detrás da sua emergência? E qual a sua utilidade para a análise social?

A primeira viragem para o conceito da transgressão ocorre nos anos 1930 (Jenks 2013; 2003) e relaciona-se com os desenvolvimentos políticos, filosóficos e socioculturais dessa época. Já desde a década de 1930 que a transgressão era usada por várias correntes, especialmente no campo literário e artístico em que representava um “novo estilo”². Este conceito era, fundamentalmente, uma ferramenta para desconstruir a modernidade e um instrumento para a ação usado por uma elite como prática e teoria para revolucionar a política “burguesa”. Juntamente com outros pensadores e artistas (frequentemente em desacordo), George Bataille via a transgressão como um *propósito* pessoal, político e social.

O aclamado “profeta da transgressão” (Jenks 2003, 88)³ tomou este conceito para si de uma forma muito particular. Contrariando a carga valorativa e pejorativa frequentemente atribuída ao ato de transgredir, considerou-o como um princípio elementar. Uma forma ou parte *amoral* do objetivo de *ser*. Para Bataille a transgressão não nega os limites ou as fronteiras, completa-os. Abre-os porque os excede. Uma *stasis*⁴ sustenta-se ou transforma-se a partir do princípio

² É possível situar genericamente os desenvolvimentos do termo transgressão nos anos 1930 em termos disciplinares. No domínio político significava voltar ao primitivo (pelas falhas do “progresso” civilizacional). No domínio filosófico relacionava-se com o debate sobre a finitude do tempo e o anti evolucionismo. No domínio científico com a emergência do relativismo e do anti positivismo. No domínio literário e artístico com a reivindicação do abjeto, do inconsciente e do que era descurado pelo “cânone”. A primeira viragem para a transgressão como conceito analítico consistiu na reflexão sobre as condições de produção (estéticas, epistemológicas e também políticas) por intermédio de dois dos seus significados principais: “passar através de” e “ir além”.

³ A obra de Bataille foi muito influente e não é justo resumi-la com um conjunto de adjetivos e atribuição de conceitos. A incoerência e ambiguidade são características frequentemente atribuídas ao estilo do escritor, aliando-o ao movimento surrealista. A sua escrita tem sido retratada pela libertação da “subjetividade” dos parâmetros definidos pela modernidade e pela razão ocidental. A leitura de Wolin (1996) sobre esta controversa e influente figura da elite francófona revela bem as complexas inter-relações da visão e da ação de Bataille no contexto político e cultural da época.

⁴ “Estase”, um período ou estado de inatividade ou equilíbrio.

instável da transgressão. A sua instabilidade provém do diálogo contínuo entre o limite (ou interdito) e a transgressão. Um processo de constituição mútua que é demonstrado por Bataille de várias formas, nomeadamente na relação entre homicídio e guerra:

“A proposição: «o interdito existe para ser violado» deve tornar inteligível o fato de que o interdito do homicídio, embora universal, em parte alguma se opõe à guerra. Estou mesmo certo de que, sem o interdito, a guerra é impossível, inconcebível!” (Bataille 1987, 43 [1957])

O escritor vem mostrar como cada regra, limite, margem ou fronteira acarreta a sua própria fratura, penetração ou impulso para desobedecer. Que a transgressão é um ato reflexivo com consequências ontológicas reais. Uma forma (afirmativa) de mostrar outros caminhos a partir do questionamento dos que existem. Em “Erotismo” Bataille (1987, 177 [1957]) conclui:

“A linguagem não é dada independentemente do jogo do interdito e da transgressão. É por isso que a filosofia, para alcançar — se isto é possível — a totalidade dos problemas, deve retomá-los a partir de uma análise histórica do interdito e da transgressão.”

A transgressão emerge, portanto, como conceção filosófica que admite um envolvimento com a produção discursiva existente (e com os processos pelos quais se chegou a um determinado estágio “civilizacional”). Mas na acepção de Bataille interroga os seus termos para encontrar um “nihilismo ativo”: uma ultrapassagem dos valores pelo bem dos valores⁵. Para o escritor a sociedade e a subjetividade manifestam-se perpetuamente na defesa contra o *excesso*. As definições do “ser humano” (e da humanidade) desenham-se por entre a formação e conservação do nexos estrutural que se estabelece entre: tabu/transgressão; sagrado/profano; desejo/limite (Roberts-Hughes 2017, 9).

As fronteiras são sempre precárias porque perecíveis e ameaçadas. No entanto é através delas que procuramos controlar o que pode ser expresso/ordenado e definido (socialmente). A relação acrítica e amoral entre transgressão/limite de Bataille vem abrir o caminho para o aprofundamento das dimensões estruturais, materiais e performativas deste nexos. Este é um processo dual (e não antagónico) de implicação mútua: transgressão e limite são factos da existência humana que se encontram numa relação perpétua e intransponível (Roberts-Hughes 2017, 5). Porque se completam, moldam de forma complexa as ordenações e estruturas que caracterizam a humanidade e a sociedade (arquitectam-nas). Para Bataille a transgressão remetia para uma metáfora da *vitalidade* – para as forças que controlam e libertam o inteligível,

⁵ A influência da filosofia nietszchiana em Bataille é significativa, nomeadamente na conceção da moral como forma de controlo e no seu enquadramento pelas crenças pessoais e pelos valores sociais. A ênfase no carácter universalista do poder, a negação da origem, a rejeição do “eu fixo” e de um sujeito genealógico aprisionado pelas relações de poder são temas retomados pelo escritor nas suas obras.

o limitável e o ordenável. Apenas quando as divisões subjetivas (na sua economia codificada) são excedidas é que vemos o que limitam.

Inspirado pelo escritor, Michel Foucault (2009b [1963]) prossegue no desenvolvimento desta ideia. Vê na transgressão um projeto filosófico de compreensão e crítica do discurso. Uma “ontologia crítica” que permite questionar a *verdade* do *ser* (Lemert e Gillian 1982). Ou seja, uma forma de contestação que, em vez de negar ou partir de oposições antagônicas, rompe com a continuidade incessante do conhecimento apriorístico, racionalista e representacional. Porque devolve alternativas que nos libertam de uma determinada forma inteligível de ser (Sardinha 2010; Castro 2004)⁶. Desenvolvendo o argumento iniciado por Bataille, Michel Foucault aprofunda o tema e transporta-o para o terreno filosófico e científico em dois momentos distintos da sua obra, renovando o interesse por este conceito.

As ideias teóricas sobre a transgressão, semeadas nas décadas entre as duas guerras mundiais, começam a florescer nos anos 1960/70 (Jenks 2013; 2003). No rescaldo das revoltas estudantis de Maio de 1968 esta viragem é clara no célebre princípio “é proibido proibir”. Uns anos antes, em 1963, Foucault publica o *Prefácio à Transgressão* (2009b [1963]) em homenagem a Georges Bataille, um ano após a sua morte. Celebra-o pela sua coragem em questionar o inquestionável e por ter fornecido uma “ferramenta” de entendimento da alternativa. Um método para desafiar o “progresso” que nos permite ir além da experiência “moderna” dos limites. É a partir da relação entre transgressão e limite que Foucault desenvolve o seu argumento. A lógica processual (a “espiral”) em que se constroem e desconstroem as fronteiras. Deslocando e aprofundando a abordagem de Bataille, destaca a contingência absoluta entre o limite e a transgressão, considerando que ultrapassa a visão dialética e fenomenológica da realidade (social).

Para Foucault, um mundo ilimitado só pode ter alguma estrutura ou coerência através dos excessos que transgridem esse mundo e o constroem. A contestação “inaugurada por Bataille e desenvolvida por Blanchot” (Foucault 2009b, 35 [1963]) representa uma filosofia “afirmativa que não afirma em nada”, como nos diz:

A contestação não é o esforço do pensamento para negar existências ou valores, é o gesto que reconduz cada um deles aos seus limites, e por aí ao Limite no qual se cumpre a decisão ontológica: contestar é ir até o núcleo vazio no qual o ser atinge seu limite e no qual o limite define o ser. (Foucault 2009b, 34 [1963]).

⁶ O facto de constituírem uma alternativa, não significa porém, que sejam mais *verdadeiras*. Para Foucault (2009b, 35 [1963]), a “liberdade” não significa encontrar a verdade mas sim a libertação da linguagem.

É na aceitação da necessidade da espiral e dos seus perigos que Foucault coloca o pensamento crítico e distanciado – a transgressão. Ao encará-la como um método de construção e desconstrução do saber, restitui ao termo a sua competência crítica. A história que precede o conhecimento ou a atribuição de um ato transgressivo refere-se a um centro que provém da estrutura social e de uma estrutura de significado delimitada por fronteiras (*ibid.*). O limite para Foucault não é, portanto, uma *verdade*. O limite é a ilusão construída sobre o vazio que no domínio linguístico se revela quando as palavras se expõem (em vez de falar) e são ultrapassadas. O “reino ilimitado do limite” e o “vazio do excesso” são processos através dos quais forçamos constantemente o reconhecimento. A relação de cumplicidade entre transgressão/limite determina e associa (inequivocamente) as hierarquias de inteligibilidade da heterogeneidade, da diversidade e das possibilidades (verdadeiras e legítimas). A transgressão é a “afirmação não positiva”, aquilo que designa a existência de uma diferença. Como nos diz no *Prefácio*, afirma uma divisão mas não a corta, não a separa, não mede a distância – retém apenas essa designação da diferença. A existir, a liberdade advém da capacidade de reconhecer as amarras em que nos coloca a espiral do inteligível (limite/transgressão), de podermos “libertar a linguagem”. As condições complexas criadas por esta relação estrutural são, apesar disso, provisórias porque em constante mutação. No fundo, a difícil relação entre limite-transgressão (a sua inevitabilidade, institucionalização e perpetuação) é simultaneamente acessível:

A transgressão não está, portanto, para o limite como o negro está para o branco, o proibido para o permitido, o exterior para o interior, o excluído para o espaço protegido da morada. Ela está mais ligada a ele por uma relação em espiral que nenhuma simples infração pode extinguir. Talvez alguma coisa como o relâmpago na noite que, desde tempos imemoriais, oferece um ser denso e negro ao que ela nega, o ilumina por dentro e de alto a baixo, deve-lhe entretanto sua viva claridade, sua singularidade dilacerante e ereta, perde-se no espaço que ela assinala com sua soberania e por fim se cala, tendo dado um nome ao obscuro. (Foucault 2009b, 34 [1963])

A espiral que resulta do diálogo entre limite-transgressão é portanto uma relação contingente que estrutura a coerência entre aquilo que inclui/contém e aquilo que exclui/excede. Mais do que uma contradição, a relação entre limite e transgressão permite-nos ver a estrutura representativa das relações e o esforço para tornar os significados (e as morais) inteligíveis e coerentes.

Para Sardinha (2010, 180) Foucault vai além do fundador da transgressão na defesa do projeto filosófico: para compreender completamente os limites (do inteligível) é preciso vê-los a partir da transgressão. Tanto Sardinha (2010) como Castro (2004) distinguem dois momentos no aprofundamento deste conceito por Michel Foucault. Um primeiro, durante os anos 1960 (mais

influenciado por Bataille e pela literatura), em que Foucault aborda a transgressão (e o limite) quanto ao seu potencial de resistência e de dissolução da subjetividade (e do sujeito). No segundo, durante os anos 1980, a transgressão é entendida pela vertente ética e de proteção do sujeito – especialmente na sua obra sobre a *História da Sexualidade*, volume 3, “O Cuidado de Si” (Foucault 2005 [1984]).

Em 1963, Foucault começou por afastar a ética do diálogo transgressão/limite, considerando que os limites não são “intocáveis” e que as transgressões não existem “fora” dos limites. Porque ambos são provisórios e os seus sentidos co dependentes, cabia à filosofia encontrar as possibilidades de continuação das descobertas da literatura. A procura de *coerência* da experiência moderna segue o princípio do *excesso* – é no que excede e no que é violento que pensamos a interdependência entre a fronteira e a transgressão (Sardinha 2010, 182). Esta importância da “literatura” para Foucault como luz orientadora da filosofia provinha da “linguagem sem sujeito” dos escritores Bataille e Blanchot. Este estilo inspirou-o a pensar na alternativa: a subjetividade fragmentada, sem unidade nem triunfo, que a “sabedoria ocidental” não promovia (Castro 2004, 531–32).

É nos anos 1980 que o potencial de resistência transgressiva passou a assumir uma dimensão ética para Foucault, particularmente na relação do sujeito consigo mesmo. Bataille também falava sobre a experiência “interna” de transgredir um limite para “voltar” mais seguro de que o limite é inevitável. Como nos diz Robert-Hughes (2017, 9) o humano de Bataille é performativo: vai tentadoramente até ao precipício para voltar temporariamente para a segurança com a certeza de que a vida foi afirmada, conservada. Estas “experiências-limite”⁷ antes analisadas por Foucault como formas ver a constituição alternativa da subjetividade, a fragmentação do sujeito e as relações estruturantes do poder-saber; passam depois a assumir uma dimensão pessoal⁸. Com a noção de *ética*, Foucault procura:

“justamente problematizar a relação do sujeito com ele próprio, pelo qual este se constitui historicamente como uma forma. No mesmo sentido, no registo do seu pensamento político, a noção de resistência articula-se com o conteúdo histórico das lutas.” (Castro 2004, 532).

⁷ O tema das “experiências-limite” (*“expérience limite”*, fragmentadoras do *self*) não foi abordado só por Foucault. Inscreve-se numa tradição literária e filosófica francesa em que se procurava compreender e aprofundar o “limite da vida” como uma tensão simultânea entre a sua intensidade e aparente impossibilidade.

⁸ Podemos de traçar um paralelo entre o retorno ao primitivo em Bataille e o retorno ao paganismo em Foucault. Ambos os autores eram movidos por um projeto de filosofia como forma de vida (prática) que não procura a *verdade* teórica mas sim a recuperação de outras modalidades de viver (Gutting 2014). Sardinha (2010, 195) argumenta que o retomar da ética na relação transgressão/limite foucaultiana enfraqueceu o conceito cunhado por Bataille. Ao remeter para os limites de sermos nós mesmos e reconhecer a necessidade uma proteção e ascese, Foucault comprometeu a associação estritamente amoral do conjunto analítico transgressão/limite. A análise sociológica do diálogo entre limite e transgressão deve por isso partir da primeira definição.

Ao aliar ética à resistência transgressiva Foucault concebe o poder-saber através da relação entre as possibilidades de subjetividade e a liberdade. No *ser para consigo* a transgressão e o limite estão numa constante relação de forças. Comprometida com a ética – concretamente a austeridade e a *ascece* grega na moderação dos prazeres – a resistência passa a significar também renúncia (Sardinha 2010, 195). Mantém a visão de descontinuidade (temporal) nos modos de ser, mas passa a defender que precisamos de uma ética (mesmo que moralmente desconstruída) para moderar e abster-nos da subversão dos processos de des-subjetivação.

Se no primeiro momento Foucault abordava a transgressão pelo seu significado “além de”, no segundo está mais focado no cruzamento e no (des)respeito que a experiência do limite implicava pessoalmente. O cuidado de si e a noção da transgressão como resistência (pessoal) teriam outro peso em 1980, dadas as circunstâncias da sua doença. Nessa época, Foucault vai analisar a *finitude do ser* e a questão dos limites a um outro nível, muito distinto do inicial. Do período em que olhava para o diálogo limite/transgressão enquanto método filosófico, contrário à filosofia canônica, de desconstrução discursiva.

Chris Jenks (2013; 2003) foi um dos sociólogos que mais se dedicou à transgressão, caracterizando-o como um conceito escorregadio (*slippery*). Encara este termo como instável e traiçoeiro precisamente pela sua relação estrutural com os limites. Jenks revê as suas origens (literárias e filosóficas) e introduz diversas pistas sobre as razões da sua elevação a instrumento de ação política e de “caminho” viável para a modernização da cultura ocidental (Jenks 2013; 2003). A sua tese é de que face à dissolução do sujeito a transgressão passa a ser o mote da modernidade. Entre outras coisas, o sujeito fragmentado e a crise permanente criam condições para um investimento na transgressão. Uma visão utópica deste conceito que acaba por ofuscar as suas origens e o objetivo realmente pretendido pelos seus principais promotores – Georges Bataille e Michel Foucault. A justificação de Jenks (2013, 20) sobre a atenção concedida à transgressão remete para o primeiro momento de viragem:

“uma forma particular de pensamento no discurso cultural com origens na filosofia europeia (...) um grupo inter-relacionado de pensadores europeus que trabalham contra o pano de fundo do debate entre as filosofias hegeliana e nietzschiana” (Jenks 2013, 20)

Encaminhando-nos adequadamente para o *turn* e para o conceito de transgressão, Jenks encerra contudo um tratamento monolítico do conceito de “modernidade” e dos movimentos filosóficos francófonos e alemães⁹. Ao nivelar as correntes e formas de “pensamento europeu”, o sociólogo

⁹ Caracterizando estes movimentos como “filosofia europeia”. A filosofia continental ou europeia é um termo genérico, criado pelos norte-americanos, para designar o pensamento europeu pós-iluminismo a partir do século XIX, particularmente em França e na Alemanha. Um rótulo “chapéu-de-chuva” que inclui (abusivamente)

acaba por idealizá-las, encarando-as como ideias visionárias da cultura “moderna”. Para Jenks (2013, 20), o que “abriu a porta da transgressão” foi o movimento simultâneo de elevação da cognição individual (que atribui à corrente hegeliana) e o questionamento de todas as reivindicações da verdade (que atribui à corrente nietzschiana). Como refere Robert-Hughes (2017, 8), a tese da transgressão de Jenks contém um “absolutismo inerente” e uma “temporalidade intrínseca” que circunscrevem uma concepção do sujeito como alienado e da “morte” da subjetividade. O mérito de Jenks reside assim nas pistas que lança e na sinalização de um conceito fundamental para a teoria social contemporânea.

É sobretudo a partir dos anos 1990 que se começa a sentir a influência dos contributos de ambos os “promotores” da transgressão como categoria analítica, Bataille e Foucault. O recurso frequente a este conceito está patente nos diversos estudos que encontramos na revisão da literatura. Uma extensa produção científica que enfatiza e celebra a transgressão, especialmente visível nas denominadas correntes pós-/ (modernas, estruturalistas). A sua apresentação exigiu parcimónia, por isso seleccionámos exemplos de análises da transgressão nas suas três principais “atribuições”: i) como *método*; ii) como *arma*; e iii) como *projeto*.

1.1. A transgressão como método

Muitas das obras literárias, artísticas e científicas que advogam a transgressão como método inspiraram-se em Bataille e Foucault e no seu significado “ir além de”. Ou seja para uma ontologia crítica que permite ultrapassar e desvendar os fundamentos epistemológicos em que se baseiam as “construções” e as “desconstruções” da subjetividade. No domínio literário e artístico, o método da transgressão tem duas vertentes. Uma que aborda a transgressão como “ação criativa”, como um ato de superação e de rutura com o mundo. Neste âmbito, a inovação é enfatizada em várias correntes literárias e artísticas (por ex. o Surrealismo) como mecanismo para ultrapassar o cânone e as suas determinações. A agência é definida pelo distanciamento das delimitações estéticas e estilísticas de um movimento artístico ou literário (Jenks 2003). Na segunda vertente, a transgressão implica uma análise daquilo que “escapa” às matrizes imagéticas e canónicas da estética e da estilística (Hillman e Ruberry-Blanc 2014). Centram-se

inúmeras perspetivas, métodos e disciplinas (genealogia, fenomenologia, existencialismo, teoria crítica, desconstrução, hermenêutica, pós-estruturalismo, psicanálise, etc.). A sua visão como “escola de pensamento” é definida pelas convergências. Aquilo que partilham em comum é uma suspeição das “grandes narrativas” e uma abordagem de carácter histórico e contextual que questiona o conhecimento como absoluto e verdadeiro e enfatiza a relação co-constitutiva do poder e a sua localização sociopolítica (Sullivan 2015).

na “inversão simbólica” que ocorre quando uma alternativa à norma é explicitada (Kittredge 2003; Jervis 1999).

A obra de Peter Stallybrass e Allon White (1986) *The Politics and Poetics of Transgression* tem assumido uma grande centralidade para este vasto conjunto de estudos. Partindo do materialismo de Bakhtin os autores mostram como o Carnaval é um mecanismo de perpetuação da ordem (Jenks 2003). A política carnavalesca suspende momentaneamente as convenções – dentro de limites conhecidos – e com isso exorciza a transgressão (um “caos autorizado”, *ibid.*) e inverte simbolicamente as hierarquias de poder dominantes (misturando os significados estruturantes). Stallybrass e White (1986, 201) mostram através de vários exemplos – vistos por Charles Tilly (1988) como aleatórios e dissociados – como a lógica carnavalesca continua a transmutar-se e a perpetuar as forças sociais que contribuem para o sucesso da “luta burguesa hegemónica”.

Este trabalho continua a influenciar os estudos culturais e literários porque aprofundou a teoria de Bakhtin e forneceu um instrumento de revelação das estruturas que fundamentam as relações entre o grotesco e o classicismo. A definição de transgressão em que se baseiam enfatiza tanto a dimensão criativa como a subversiva. Para os autores, a transgressão carnavalesca representa a hibridização (contra a vontade burguesa) daquilo que antes estava dividido. Por ser provisória e “autorizada”, não passaria de uma contenção da “desordem vulgar” em nome de uma “moralidade rígida” – como zonas de controlo da liberdade autorizada. Esta tolerância legitimada pode ser encontrada em diversas atividades sociais, nomeadamente nos eventos futebolísticos. Podemos inclusive equiparar a centralidade (crescente) dos campeonatos de futebol às lutas de escravos do Império Romano ou outros eventos de libertação coletiva de tensões conflituosas. Mas como nos relembra Tilly (1988), os exemplos de alteração ou expansão dos limites precisam de ser situados no tempo, no espaço e na lógica de classes que os fundamenta¹⁰.

Qualquer análise da transgressão implica uma explicitação e contextualização que articule bem os níveis e interseções materiais, simbólicas e performativas em que se desenrola. As transgressões são múltiplas mas também são um produto histórico. São específicas de um contexto e variam no espaço e no tempo. Uma interrupção fundamental, um momento de “*becoming*” que emerge das possibilidades dialógicas de formação cultural do conhecimento,

¹⁰ A interpretação de Stallybrass e Whyte (1986) levou-os ironicamente a subsumir a vertente dialógica da relação limite/transgressão à vertente dialética, resultando numa tese “frouxa” dos processos pelos quais se estabelecem as fronteiras do inteligível.

quando a transição é *irreversível* (Wolfreys 2008, 22). É na análise literária que Wolfreys (2008, 4) propõem uma decomposição da transgressão segundo três princípios constitutivos: i) forma ou identidade; ii) movimento, passagem, temporalidade e iii) localização ou posição espacial e relacional. Posiciona as abordagens da crítica literária e artística sobretudo nas duas primeiras componentes. Neste âmbito o método transgressivo demonstra a contingência e a (des)legitimação dos limites.

Mas a transgressão como método também permite analisar os processos de demarcação. A componente espacial e relacional da transgressão está patente na obra de Tim Cresswell (1996) *“In place/Out of place”*. O termo tem sido usado na geografia como “fronteira” – o marcador físico geográfico que delimita o que está “dentro” e o que está “fora”. No seu estudo crítico sobre a relação entre o espaço e a construção de crenças, Cresswell (1996, 27) descreve geograficamente as expectativas de ordem, “normalidade” e propriedade. Designa de *“spatial Garfinkeling”* a análise que faz de uma seleção de eventos “fora do lugar” (*out of place*).¹¹ Ou seja, uma análise etnometodológica dos momentos em que o funcionamento das expectativas quotidianas sobre um determinado espaço são postos a descoberto. A sua premissa é que a transgressão espacial tem de se tornar explícita para que se ganhe consciência da fronteira. O interesse deste estudo geográfico é na divisória. Um imaginário das configurações sobre o que distingue e fundamenta as linhas que dividem um espaço. Para Cresswell, a transgressão revela a existência de uma separação. Se nos detivermos nos “momentos de crise” compreenderemos melhor as fundações de uma determinada ordenação.

O que têm em comum, então, o estudo de Stallybrass e White e o de Cresswell? O facto de tomarem a transgressão como um método de aprofundamento dos limites. Uma ferramenta presente em Bataille (para *desafiar* o “Progresso”: Libertar a subjetividade da “razão” e da “modernidade”) e em Foucault (para *conhecer*: é a partir do *excesso* literário, da “descoberta da literatura” que chegamos à inteligibilidade alternativa). Inspirado pelo género estético (literário/artístico) e pela filosofia (ontologia crítica) o fundamento científico do método transgressivo é desconstruir e mostrar os caminhos do poder-saber. A transgressão como método é uma análise da *revelação* dos esquemas de representação e das práticas normativas (e normalizadas) que têm vindo a governar os modos de ser e de os tornar inteligíveis (limitados).

¹¹ O graffiti em Nova Iorque; o campo de paz das mulheres de Greenham Common; e a escolta policial de hippies para Stonehenge.

1.2. A transgressão como arma

Podemos traçar paralelos entre o transporte das ideias filosófica e políticas da transgressão para a ciência e o seu estabelecimento como método, apropriações que se sobrepõem precisamente por se tratar de um termo polissêmico. Mas os seus usos são distintos e podemos separar heurísticamente o recurso à transgressão como método e como *instrumento para a ação*. É neste contexto que a associação entre a transgressão e progresso ganha mais importância. Para isso precisamos de voltar à primeira viragem para este conceito e especificamente para o grupo que o promovia.

Nos anos 1930, um conjunto de pensadores contestava a partir de França os ideais iluministas de progresso civilizacional. A valorização de uma ideologia “anticivilizacional” era partilhada tanto pela extrema-direita como pela extrema-esquerda do quadrante político (Wolin 1996). Consideravam nomeadamente que o legado da revolução Francesa de 1789 teria levado à falência do processo civilizacional. A falha do “progresso” implicava voltar ao primitivo e encontrar formas de subverter (e transgredir) os ideais “burgueses” de racionalismo, civilização, liberdade e humanismo. Uma das figuras influentes do pensamento intelectual desse período foi o professor Alexandre Kojève.¹² A interpretação particular que este filósofo fez de Hegel nas suas aulas terá renovado o interesse pela dialética e estimulado a sua reformulação como (nova) forma de “luta pelo reconhecimento” (*Anerkennung*) por parte de um conjunto de intelectuais (Yar 2018)¹³.

Segundo Jenks (2013, 22) aquilo que transformou a transgressão em instrumento político foi a valorização do “desejo” como motor da existência humana e impulsionador da progressão histórica. Porém naquela época ainda era cedo para o jovem Georges Bataille prever as consequências da valorização de certas estratégias políticas e caminhos para a “sociedade ideal”. Como depois reconhece, juntamente com outros da sua geração, o apelo à “guerra pelo bem da guerra”; a rejeição da democracia por ser “contranatura”; a defesa da comunidade “trágica” ritualista e “profana”; seriam produto de uma “tendência fascista paradoxal” dos anos em que se movimentava no *Contre-attaque* [1935-36] (*op. cit.* Wolin 1996, 421).

¹² Kojève defendia que a história ideológica teria terminado no início do século XIX (com a Revolução Francesa (1789-1799) e o Regime Napoleónico (1804-1815) porque já não era preciso recorrer à violência para obter e valorizar os direitos e reconhecimento igualitário. Este era um dos questionamentos da finitude, um tema explorado pela filosofia de diversas maneiras (Gutting 2014; Yar 2018). Kojève considerava também que a filosofia devia ter um papel ativo na política (Yar 2018).

¹³ Entre os seus alunos constavam: Georges Bataille, Jean-Paul Sartre, Raymond Queneau, Maurice Merleau-Ponty, André Breton, Jacques Lacan e Raymond Aron. Os filósofos Michel Foucault e Jacques Derrida também acompanharam este movimento.

Entre 1937 e 1939, depois da fundação do *Contre-attaque*, um pequeno grupo em que se inclui Bataille toma a iniciativa de fundar o *Collège de Sociologie*¹⁴. Este grupo – denominado “aprendizes de feiticeiro” por Kojève – acreditava que o processo civilizacional deveria basear-se no que era mais valorizado pelas sociedades pré-modernas: a proximidade com o sagrado, a diferença entre a “mera vida” e a vida vivida de forma intensa (Wolin 1996). É, portanto, deste contexto que advém a valorização da *transgressão* como ferramenta política de ação e de pensamento. Como um meio para contrariar as formas dominantes de viver e pensar socialmente.

Não sendo o nosso enfoque, importa contudo abordar as implicações desta estratégia. A visão da transgressão como resistência (subtil), contracultura, não conformidade e “sensibilidade” tem sido gradualmente promovida nos contextos radicais (de esquerda ou direita). Como dissemos, um dos marcos dessa viragem está patente no *slogan*: “é proibido proibir” dos protestos estudantis em França, entre Maio e Junho de 1968. Têm sido, aliás, vários os movimentos políticos baseados na associação da transgressão ao progresso. Que reivindicam a transformação e a mudança através de uma resistência à norma e ao instituído. Nesta aceção mudar implica não só questionar as fundações da ordem (*revelar*), como ultrapassá-las, torná-las obsoletas. Supostamente, este caminho conduz à destituição de fronteiras (um ir além) e a uma revolução sem líder, liberta e emancipatória. A transgressão como arma estava latente nos processos revolucionários, não sendo exclusiva dos movimentos anárquicos ou contra culturais (Renaud 2017). Mas é efetivamente a partir dos anos 1930 e depois nos anos 1960/70 que se torna um instrumento “consciente” e manifesto.

Este tema é abordado no polémico livro de Angela Nagel (2017), *Kill All Normies: Online Culture Wars From 4chan and Tumblr to Trump and the Alt-Right*. Fazendo um paralelo entre as guerras culturais e as guerras políticas, a autora explica as razões da eleição de Donald Trump e da visibilidade (e legitimidade) da (nova) extrema-direita. Reenvia-nos para a “herança gramsciana” da transgressão como ideal do progresso, mostrando como nas guerras culturais do ciberespaço esta ideia tem sido levada ao seu expoente máximo. Para Nagel (2017) a valorização da não conformidade, da autoexpressão, da irreverência e da “transgressão pelo bem da transgressão” tornaram-se o mote e a “estética” de quem – independentemente do quadrante político – acredita na libertação individual. A sua tese é de que a transgressão como

¹⁴ Especialmente nos anos 1930/40, Georges Bataille foi muito influenciado pelas teorias da religião de Marcel Mauss e de Émile Durkheim. A sua leitura (acrítica) destes estudos levou-a a crer que existia um caminho para outro modo de viver em sociedade (Wolin 1996, 416).

mecanismo político perpetua eternamente as viragens culturais. Que o fetichismo da “esquerda-anárquica” pela transgressão – a valorização “consciente” do atravessar de fronteiras – foi aperfeiçoado e reapropriado como forma de ação pela extrema-direita (Nagel 2017, 32).

Especialmente a partir dos anos 2010, houve uma “fertilização cruzada” no ciberespaço de vários movimentos radicais. Esta resultou na visibilidade e crescimento de subculturas que passaram a representar novas vanguardas, com agendas políticas de pendor niilista. A autora revela friamente as profundezas da cultura de ódio, vitimização e as purgas existentes lado a lado. Vem por isso defender a dissociação entre transgressão e progresso. Que terá de ser pensada uma alternativa de esquerda para além da visão gramsciana – i.e. que as revoluções culturais precedem as revoluções políticas.

Malgrado esta análise ser pertinente e atual, importa ressaltar que, tal como Chris Jenks, a autora toma como garantido o conceito de transgressão. Ou seja, define a transgressão como o quebrar do tabu¹⁵, dos limites ou das fronteiras, como morte absoluta e alienação (Roberts-Hughes 2017). Ao descurarem o estatuto estrutural do diálogo transgressão/limite estes autores persistem numa abordagem distópica (Nagel 2017) ou utópica (Jenks 2003) do progresso e da civilização moderna. Ambos colocam os limites como linhas concretas e claras, temporalmente variáveis face ao impacto da transgressão. Por sua vez, a transgressão é vista como “superação”, concluindo assim que a realização humana é movida por essa ultrapassagem.

Como salienta Robert-Hughes (2017, 8), os estágios (lógicos) do desenvolvimento (antropológico) da humanidade de Bataille não se aplicavam meramente à transgressão em si. Eram explorados através do diálogo estrutural limite/transgressão. A sucessão (cronológica) das estruturas que definem o “sujeito humano” não se baseava exclusivamente na ideia de transgressão como rompimento ou reforço do interdito. Nem tinham implícito que a “ultrapassagem” das fronteiras formativas do sujeito e da subjetividade correspondesse a uma “morte” ou “alienação” (*ibid.*). Em vez disso, a estruturação entre a transgressão e o limite expunha a *revelação* de uma ameaça aos limites que nos definem:

¹⁵ Como refere Baert (2018, 10) o tabu não é simplesmente a quebra de qualquer regra. Para este autor a maioria das regulações ou normas sociais estão pouco relacionadas com o tabu. Esta visão não corrobora a perspetiva de Bataille, para quem o tabu constitui um dos alicerces da vida em sociedade. Não obstante, consideramos útil a distinção de Baert (2018, 11) sobre a existência de duas ordens ou níveis de concretização do tabu: a primeira ordem refere-se à não aceitabilidade de certas práticas e a segunda ordem à proibição de pensamentos, articulações ou imagens das práticas condenadas. A interdependência entre os tabus de primeira e segunda ordem e a sua relação com os níveis de contestação e mudança das práticas sociais requer, contudo, um aprofundamento empírico. Uma análise que permita compreender melhor as distinções sugeridas por Baert entre a esfera normativa e a esfera do sagrado.

“Uma experiência que nos atira contra os nossos limites e nos choca violentamente ao revelar o quão facilmente estes se podem partir e quão persistentemente temos de trabalhar, agir de modo a mantê-los e aquilo que eles definem: a nossa humanidade, a nossa civilização, nós próprios” (Roberts-Hughes 2017, 9)

A transgressão é um desafio estrutural à contingência radical e à ordenação (ou arquitetura) continuamente “performada” da humanidade. O “outro” excluído está sempre presente (*ibid.*). Mais do que um mecanismo progressista, a transgressão como arma é um *resultado*. A relação de alteridade entre determinadas formas de ordenação e as suas alternativas compreende-se melhor pelo saldo (explícito ou implícito) entre: a contenção (prevenção) e o excesso (ameaça) das fronteiras. Esta construção das fronteiras é precária porque não controla completamente os seus efeitos.

O diálogo constante entre o limite (causa) e a transgressão (resultado) não implicam apenas uma temporalidade variável. Implicam também uma relação com dimensões espaciais e estruturais (ou estruturantes). Por isso é importante salientar que a transgressão como arma refaz necessariamente novos limites e novas ameaças. A passagem do conceito de transgressão da política (anti evolucionista/ vanguardista) para a ciência (“falar a verdade ao poder”) abrange tanto uma crítica ao poder-saber e à ordem (hegemónica) como um programa alternativo para refazer os processos de ordenação e demarcação. Mesmo quando “é proibido proibir” é a proibição que perdura.

1.3. A transgressão como projeto

A transgressão como projeto começa por ser, em primeiro lugar, um problema moral (axiológico e patológico)¹⁶. Disciplinas como a Criminologia, a Psicologia do Desenvolvimento, a Psicopatologia, a Medicina ou o Direito têm instrumentalizado a transgressão como objeto de medição e como um elemento prescritivo de manutenção da ordem e de normalização dos comportamentos. Estas modalidades de leitura e análise do transgressivo traçam frequentemente as linhas de demarcação moral da conduta humana e dos modos como *deve ser* interpretada. Aqui a transgressão é abordada a partir do seu significado de “infração” e de “pequena ofensa”: do incumprimento do que se valoriza no humano e nos direitos. Sem dúvida que encontramos nestas perspetivas as influências do *ethos* humanista judaico-cristão e da idealização do “pecado”.

¹⁶ Apesar de neste subponto nos referirmos à ética em termos gerais, consideramos que a compreensão das diferenças *intra* e *inter* disciplinares da transgressão como problema moral beneficiará da distinção entre: *Meta-ética* – fundações da ética e de como sabemos se algo é válido ou correto; *Ética aplicada* – resposta a controvérsias particulares; e *Ética normativa* – desenvolvimento dos princípios gerais da conduta certa ou “boa”, que pode ser virtuosa, deontológica, consequencialista, religiosa, etc. (Eckersley 2008).

Ser “são” ou ser um “cidadão” enquadram-se num projeto moral (e moralizador) dos costumes e das possibilidades legítimas de se *ser*. Estas definições nomeiam simultaneamente o que *não pode ser e não é*. É por isso que a medição e a instrumentalização da transgressão tem de ser vista à luz do reforço da norma e da procura de contenção dos seus excessos. Existem diferentes agendas e contributos em torno deste conceito. Não podemos descurar a sua relação (estrutural, espacial e temporal) com os limites, nem as implicações éticas subjacentes. Seja para promover uma determinada forma de vida (e de convivência) seja para reforçar ou por em prática a moral (legítima), a transgressão é abordada como uma agenda a concretizar.

Como mostra Vandenberghe (2018, 78), uma das formas das teorias sociais se distanciarem de influências filosóficas ou implicações normativas é recorrerem ao “dogma” weberiano da *neutralidade axiológica*.¹⁷ A procura de autonomia rivaliza com o interesse na ética e na moralidade por parte de várias tradições das ciências sociais. A recuperação da sociologia como “ciência moral e filosofia prática” tem vindo a granjear um interesse crescente (Vandenberghe 2018; Hitlin e Vaisey 2013).

Tanto no paradigma substancialista como no paradigma relacional das teorias sociais (Emirbayer 1997) o “universo moral” é encarado de forma integral. Como fonte da ação – posicionamentos fixos a partir dos quais se age – ou como alvo de desconstrução – conjuntos multidimensionais e contraditórios, historicamente variáveis, de moralidades transacionadas. A sociologia tem-se focado na compreensão das fontes e consequências das concepções variáveis da moral (Hitlin e Vaisey 2013). A norma e a moral são frequentemente entendidas como “justificação” da ação, na sua vertente estritamente subjetiva e associadas às crenças, valores e representações (ou narrativas)¹⁸. Tomar as moralidades (e os julgamentos morais) como indicadores de análise implica um estudo de situações históricas particulares.

Para Vandenberghe (2018) há uma continuidade das tradições filosóficas normativas nas teorias sociais que se ocupam dos princípios e valores que constituem o social. Esta visão de ciência

¹⁷ Para um aprofundamento sobre a continuidade das propostas éticas neo-hegelianas, neo-kantianas e neo-artistotelianas nas ciências sociais e humanas ver Vandenberghe, 2018. Weber propôs o princípio de *neutralidade axiológica* como uma estratégia do trabalho científico. A *wertfreiheit* – i.e. liberdade em relação aos valores – implica uma postura eticamente responsável. Ou seja, é preciso reconhecer que a escolha do tema de pesquisa é baseada em valores. Porém, é preciso demonstrar também o que diferentes valores têm em comum, procedendo assim de forma neutra. A ciência não pode excluir os valores dos seus procedimentos mas pode circunscrevê-los de forma exclusiva. Este tipo de procedimento baseia-se na separação clara entre método e *ethos* científico. Contudo como refere Vandenberghe (2018, 78–79) muitos sociólogos rejeitam-no em detrimento de uma ciência normativamente comprometida. Quando exercida como filosofia prática, a ciência social beneficia a investigação da validade normativa das ações humana ultrapassando visões utilitaristas ou superficiais.

¹⁸ Não esqueçamos a influência que a escola (neo)funcionalista e em particular a tese da socialização de Parsons ainda têm nas abordagens às crenças e normas sociais (e/ou morais) (Bicchieri e Muldoon 2014).

como um “*um projeto de humanização progressiva das suas instituições e práticas*” (*ibid.*) está explicitamente comprometida com o projeto iluminista de “progresso”. As visões (e premissas) sobre o “progresso” abarcam, necessariamente, metas e significados distintos sobre a civilização e o humanismo. Um argumento frequente neste âmbito é o da ciência como meio de *emancipação* do que é legítimo. Mas, antes da discussão sobre como se alcançam consensos ou se constroem social e pragmaticamente as moralidades (contraditórias ou ambivalentes), precisamos de aprofundar os compromissos éticos e axiológicos implícitos na “legitimidade” científica.

No ensaio “*From a politics of Transgression toward an ethics of Reflexivity*” Daniel Schubert (1995) salienta a importância da transgressão para a “prática acadêmica progressiva”.¹⁹ Para este autor o objetivo da prática acadêmica deve ser demonstrar a emergência de normas e valores para que estas possam ser transgredidas (*ibid.*:1005). Por outras palavras, as formas de resistência a uma sociedade homogeneizante e normalizadora passam por identificar e mostrar as possibilidades alternativas. Como projeto científico, a transgressão é um meio de resistência, um modo de exposição da relação entre verdade e poder (Foucault 1981 [1970]). Uma análise crítica que contribui para tornar consciente a existência e a legitimidade das alternativas de linguagem e dos espaços ocupados por outras vozes (e fazeres). Esta “tomada de consciência” dos constrangimentos perpetuados pelas relações de poder torna-nos mais sensíveis às alternativas e àqueles que frequentemente ficam à margem. Através da abertura de um espaço nos discursos existentes, aquilo que a transgressão faz enquanto prática acadêmica é questionar a legitimidade do privilégio. Precisamente porque, como diz Schubert, requer luta:

“(...) enquanto a transgressão é perigosa, também o é a não transgressão. Na verdade, não transgredir é aceitar-se a si mesmo como final e concordar com a dominação dos discursos existentes.” (Schubert 1995, 1009)

Reconhecendo a necessidade de limitações à potencial “violência” que a transgressão acarreta, o autor aconselha a adoção da “prática sociológica reflexiva” de Pierre Bourdieu (2003; Wacquant 1989). Nomeadamente pelo confronto com o senso comum na construção e confirmação dos objetos científicos e pela primazia dada às condições de produção de

¹⁹ Schubert enquadra o estatuto do progresso intelectual das sociedades contemporâneas na problematização realizada pelo pós-estruturalismo. Esta escola de pensamento expôs a noção totalizadora (universalista e mitológica) do progresso histórico, tornando obsoleta a ideia de uma elite vanguardista que desdobra a dialética histórica. Assim, ao falar de “práticas progressivas” não pressupõe a existência ou necessidade de um *telos* (utópico ou distópico). Ao invés, enfatiza os modos de resistência e transformação das estruturas hierárquicas. Ou seja, a relação dialógica entre limite/transgressão que tem de estar em constante vigia e fiscalização. Precisamente porque não pode parar e porque aqui é mais relevante a forma (ou significante) do que o significado, mantemos a nomeação destas práticas académicas como *progressivas* (mas não como “progressistas”).

conhecimento. Estas são, para Schubert (1995, 1010), as principais estratégias de identificação das fronteiras da transgressão como objetivo científico e a base para a criação de alternativas. É necessário reconhecer as condições sociais objetivas que nos permitem investigar e perceber em que medida estas contribuem para o que vemos. Princípios que regem tanto a procura de “desfetichização” dos limites sociais como a possibilidade de reconstruir o social – “a verdade objetiva do subjetivo” (Bourdieu 2003, 36–37). Ora a transgressão também pode ser projeto científico para Schubert porque reconstrói o ideal humanista e as formas de reconhecimento dos valores e das convenções privilegiadas.

Esta aplicação prática da ética ao domínio da ciência contém uma visão progressiva ou de continuidade baseada na crítica da legitimidade em vez do seu reforço. Nesse sentido, a transgressão representa mais do que o *resultado* de um limite (arma) ou a sua *revelação* (método), implica também uma via específica de *(re)construção* ética que nos permite (provisoriamente) assegurar ou abdicar de certos limites. A sua pertinência teórica reside, portanto, numa análise do social a partir da relação limite/transgressão. Diferente do estudo dos processos sociais em que esta estrutura é vista a partir da(s) moralidade(s).

Precisamos conservar a insegurança que nos faz prevenir, sob pena de avançarmos irresponsavelmente e inoportunamente para um abismo do qual não poderemos sair²⁰. O projeto epistemológico que toma a realidade ontológica e as suas lógicas estruturantes como “amorais” privilegia a coerência em vez da correspondência ou da descontinuidade. Ou seja, a transgressão como projeto ocupa-se mais das ligações entre o que se inclui e exclui do legítimo do que com os graus de correspondência ou a celebração da contradição. Para isso, precisamos de considerar o conjunto transgressão/limite como uma dualidade que dialoga em vez de uma oposição. Em linha com Lemert (2003, 78) enquadrarmo-nos numa inquirição prática e rotineira ocupada com a compreensão de “como e quais verdades (se algumas) podem ser distinguidas, face a quais variações reais”. Assim, antes de avançarmos com os postulados da nossa análise, precisamos

²⁰ Assumindo que não existe uma perspectiva impessoal nem um ponto de Arquimedes sob o qual as escolhas de uma determinada ética são avaliadas, importa referir que os aspetos eticamente relevantes das ações aqui consideradas remetem tanto para os motivos como para as consequências de uma determinada prática científica e seus princípios. Enquanto fontes e autoridades legítimas e legítimas, os contributos e conhecimentos científicos não são axiologicamente neutros. Contudo devem ser responsáveis e (in)oportunos na crítica e abertura das alternativas possíveis. Ocupadas com o desenvolvimento e organização do social, caberá certamente às ciências sociais essa tarefa, como nos relembra Vanderberghe (2018). Mas é preciso considerar também as variantes “progressistas” e a instrumentalização da transgressão para a definição (e emancipação) de certos limites do “humano” em detrimento de outros. É por isso que a compreensão da moralidade e dos processos (objetivos e subjetivos) de norma-lização e norma-tivização deve partir epistemologicamente da análise da relação “amoral”. Como veremos adiante, defendemos que os critérios de avaliação moral são o resultado e não o ponto de partida analítico.

primeiro distinguir potenciais associações com outros conceitos em uso na teoria social em geral e na sociologia em particular. Para compreendermos e desconstruirmos os parâmetros em que nos baseamos – bem como as implicações desta proposta de análise da realidade social – precisamos primeiro de nos deter nas suas fronteiras conceptuais e na especificidade dos seus horizontes teóricos.

2. Os conceitos paralelos – semelhanças e diferenças

Como temos vindo a demonstrar, a transgressão como categoria analítica tem tido diferentes usos e atribuições. A sua aplicação na teoria social e na teoria sociológica tende a menosprezá-la conceptualmente ou a tomá-la como sinónima de outras conceções. Nesse sentido, retomamos criticamente três sobreposições frequentes à transgressão patentes nas conceptualizações do desvio, do progresso e da liminaridade.

2.1. Desviar-se ou transgredir?

Na teoria social em geral e na sociologia em particular, o estudo do desvio parte de um pressuposto estatístico: da distribuição probabilística dos fenómenos sociais. A distribuição normal (ou Curva de Gauss) parametriza os eventos segundo os limites (médios) e os desvios (ao padrão) para calcular a probabilidade de ocorrência de um determinado intervalo. Como nos mostra Aggleton (1987), o desvio é simplesmente aquilo que é reconhecido como diferente de um padrão: a distância face à média, a “anormalidade”, a doença ou outros atos que são vistos como não normais.

A sociologia do desvio tem demonstrado o princípio de “normalidade” de práticas e comportamentos entendidos como invisíveis ou até banais (Miskolci 2005). Nas correntes inspiradas pela fenomenologia, pelo construtivismo social e pelo interacionismo simbólico²¹ o esforço reside na prova de que o *desvio* é um produto da interação humana. Entre as abordagens mais conhecidas ao desvio (ou desviância) constam: a teoria da rotulagem (*Labelling Theory*) de Howard Becker (1963); a teoria do estigma de Erving Goffman (1988 [1963])²² e a teoria de

²¹ Nas suas diferentes vertentes, de Herbert Blumer a Erving Goffman. Apesar de nos referirmos globalmente a estas correntes, importa referir que existem pelo menos duas versões analíticas das relações sociais à escala micro (situacional ou processual) e que o Interacionismo Simbólico em geral e a Escola de Chicago em particular apresentam variantes no estudo do desvio social. Para um breve resumo consultar McLennan (2011) ou Baert e Silva (2014).

²² A interpretação de Gonos (1977) sobre o estatuto das propostas de Goffman na “micro-sociologia” é muito elucidativa. A sua leitura e elevação da especificidade da obra goffmaniana colocará a tese do estigma noutro patamar. Não havendo espaço para tal empreendimento, será pertinente averiguar até que ponto a alteridade

associação diferencial de David Matza (1969). A sociologia do desvio trouxe contributos importantes para a teoria social. Nomeadamente a relativização da normalidade, a demonstração da ordenação ao nível micro e a dimensão negociada da interação. Já desde os primórdios (por ex. Durkheim 2007 [1895]) que o desvio era visto como uma resposta positiva ao funcionamento de uma sociedade. O vasto conjunto de teorias sobre o desvio partilha o princípio de que este é causado socialmente, que contribui para inovar as normas e que permite construir uma base de solidariedade social. Uma certa quantidade de desvio é não só aceitável como necessária para que haja um efeito perpétuo de reforço dos padrões sociais gerais e assinala quem melhor os ilustra.

O que aproxima (e confunde) os conceitos de desvio e de transgressão é a natureza aparentemente criativa destes e a possibilidade de relativizar as normas e o normal. Mas é importante não confundir estes dois termos. Para além de partirem de perspetivas muito distintas, aquilo que permitem compreender (e que abarcam) é substantivamente diferente. Ainda que a transgressão implique um ato reconhecível (nomeado e testemunhado) e uma afirmação desse ato, o processo social de atribuição desse ato não pode ser interpretado nos mesmos moldes que o desvio.

A transgressão, como vimos, não só reforça como está numa relação estreita com o limite. A transgressão faz o limite, não se encontra na sua margem ou em antagonismo. Nesse sentido, a transgressão não equivale a desvio porque não é simplesmente um ato que quebra com a norma estabelecida, é um ato que é constitutivo desse limite. Um ato que revela a norma, que é o seu resultado e que a (re)constrói.

No início deste capítulo dissemos que transgredir tem pelo menos três significados principais. Não cumprir (ou infringir) é um deles e talvez seja o que mais se aproxima das construções teóricas acerca do desvio. Porém, como tentámos (e tentaremos) demonstrar, enquanto a conceção de desvio se inclina para a ideia de infração marginal (consciente ou não), a conceção de transgressão remete para o incumprimento inerente ao estabelecimento da norma. O excesso prevenido, a ameaça contida, a alternativa escamoteada. Enquanto a primeira só pode ser analisada face à ideia de uma normalidade ou padrão, a segunda abre o leque de opções analíticas. Precisamente porque precipita a fundação dos limites, é parte do parâmetro e da

goffmaniana se baseia numa essencialização do padrão de desvios face à norma da loucura (Lemert 2003). Ou seja, se é possível discernir a partir da tese do estigma de Goffman uma abordagem diferente da padronizadora, apesar do seu recurso à terminologia da época. Tal deslocamento colocaria o próprio numa posição fundadora da relação entre limite/transgressão e não tanto no armário da sociologia do desvio, como tem vindo a acontecer.

escala padronizadora. Esta perspetiva poderá contribuir para ultrapassar as divisões nas teorias da harmonia e do conflito das relações sociais, porque desfaz o imaginário puramente antagónico dos processos de ordenação e demarcação social. A assunção de que coexistem tradições normativas alternativas em diferentes domínios da vida social e que tanto as transgressões como os limites estabelecem as linhas que demarcam e ordenam as relações sociais permite compreender melhor as interseções existentes nos vários níveis de poder. A manutenção de interesses (e das crenças) dominantes (ou não) – independentemente da sua base conflitual ou harmoniosa – requer uma relação entre limite/transgressão para se efetivar. Esta relação é estrutural, espacial e temporal e está implicada nos níveis distributivo, performativo e discursivo. E justamente porque o carácter contingente e progressista é associado com frequência à conceptualização da transgressão, centramo-nos em seguida no seu potencial transformativo (ou “transcendental”).

2.2. Sobre a emancipação transgressiva

Já abordámos o pressuposto de muitos estudos na idealização da transgressão como progresso. Especialmente pelo seu significado de atravessamento de fronteiras ou de ir além dos limites. E também vimos como a ideia de progresso e o potencial emancipatório contido nestas abordagens obscurecem a coexistência de múltiplas resistências e de diferentes concepções “progressistas” (ou não). Nesse sentido, a emancipação transgressiva só pode ser entendida pela sua implicação com o limite e pela possibilidade de reconstrução do mesmo.

A relação co constitutiva do poder e o seu carácter histórico e contextual permitem, por um lado, questionar as múltiplas verdades contidas no conhecimento e, por outro lado, considerar posicionamentos distintos e as práticas que estruturam a relação limite/transgressão. As concepções de transcendência ou do potencial transformativo da transgressão derivam sobretudo do pressuposto que este excesso ao “exceder” o limite o supera ou elimina. Mas como veremos no nosso estudo e como temos vindo a argumentar, a transgressão enquanto excesso contido pelo limite concretiza-o e revela-o. Em circunstâncias específicas (e circunscritas) pode favorecer a transformação dessa relação. Mas as consequências destas possibilidades transformativas são o aperfeiçoamento, o agravamento ou a deterioração das condições existentes em que se estruturam os limites/transgressões. Mesmo quando as normas sociais ou as prescrições dominantes para se fazer ou pensar uma determinada experiência perdem o seu carácter hegemónico, o potencial transformativo (ou transcendente) de uma transgressão reside

sobretudo na multiplicação e na especialização dos limites. Em última instância, a transgressão poderá ser instrumentalizada – como aliás tem sido em muitos ativismos – para democratizar os mecanismos de ordenação e demarcação sociais.

A “tolerância normativa” beneficia desta faceta da transgressão. Como refere Foust (2010, 163) “*a transgressão revela os limites da tolerância das ordens sociais*” [sublinhado nosso]. Contudo, é uma revelação que acarreta uma reconstrução desse limite. É mobilizada também para ordenar e demarcar as estruturas sociais. A transformação não “previne” nem isenta a recriação de limites que, inevitavelmente, se irão construir em torno da nomeação de outras transgressões quaisquer.

Este é talvez o aspeto mais escorregadio da conceptualização da transgressão. Ao compreender diferentes significados, o ato transgressivo tanto pode implicar um reforço dos limites como a sua desconstrução/reconstrução. É ilusório pensar na transgressão como exclusivamente progressista, transcendente ou que se traduz numa democratização dos processos hegemónicos de ordenação e demarcação. Essa visão desconsidera o nexos estrutural, temporal e espacial da relação entre a transgressão e o limite. O facto de existir variabilidade (ou ambiguidade) normativa e de os limites e as transgressões se encontrarem numa relação dinâmica não equivale à possibilidade de excluirmos de vez a ordenação da vida social²³. Como salienta McNay (1999a, 105) *o facto de os indivíduos não reproduzirem diretamente o universo social que habitam não é um garante da natureza inerentemente resistente das suas ações*.

As condições de desenvolvimento e normalização dos saberes e das práticas estão intrinsecamente relacionadas com os modos como o poder se efetiva, se autorreforça e se constitui como centro histórico e hegemónico. Reconhecer a existência de alternativas e “falar a verdade ao poder” implicam desconstruir uma visão a-histórica e normalizada do poder-saber.

²³ O institucionalismo evolucionário, particularmente a teoria dos sistemas de regras sociais de Tom R. Burns e Helena Flam (2000), entre outras correntes da teoria social, têm dedicado especial atenção às condições e aos processos através dos quais as regras ou normas sociais são estabelecidas e se transformam (Bicchieri e Muldoon 2014; Burns e Flam 2000). Apesar destas perspetivas (holistas e utilitaristas) considerarem genericamente que “nem todo o comportamento humano é regulado por regras” e que “as regras não são o único fator explicativo das regularidades observáveis na vida social (Burns e Flam 2000) baseiam-se essencialmente na premissa de que os modos de regulação articulam a relação entre agência e estrutura. Esta abordagem realista (e neo-funcional) dos múltiplos conjuntos de regras preocupa-se sobretudo com a maior ou menor correspondência individual face às modalidades de regulação sociais. Independentemente dos diferentes posicionamentos epistemológicos e ontológicos existentes, esta é uma área que tem aprofundado bastante o carácter regulador (e regulado) da vida social. Podendo contribuir para uma maior compreensão da previsibilidade das relações sociais (independentemente da imprevisibilidade ou não da ação individual), ao descurar a relação limite/transgressão e conceber o incumprimento da regra como “desvio”, obscurece os processos estruturais e estruturantes que delimitam e demarcam as fronteiras em que se fundamentam as possibilidades socialmente previsíveis. Um essencialismo que reifica a diversidade normativa existente na vida social, especialmente nos quadrantes mais silenciados.

Estes exercícios abrem o leque de expectativas e de reconhecimentos sobre as práticas sociais. Mas isso não equivale automaticamente a uma democratização ou à superação das lógicas que estruturam os modos como vivemos socialmente. A perspectiva de que a transgressão:

“aumenta o espaço de ação social do transgressor e do meio social afetado pela transgressão refazendo, num processo mais ou menos complexo, os limites e normas das sociedades e os espaços de ação nelas existentes” (Guerreiro 2007, 343)

é uma possibilidade entre outras contidas na revelação de um limite. Podendo servir como método, arma ou projeto, uma transgressão será sempre substituída por outras. No imaginário de democratização das relações sociais, as possibilidades transgressivas serão eventualmente mais específicas (ou menos redutoras do que se entende por “humano” e “humanidade”). Mas serão também acompanhadas de outros limites e limitações. Esta relação dinâmica de transformação e perpetuação dos limites/transgressões, ainda que contingente e espacial, estrutura os processos de ordenação e demarcação social. A eventual descontinuidade ou interrupção suscitada quando esta relação se transforma é abordada em seguida.

2.3. Liminalidade e transgressão – cúmplices ou concorrentes?

O conceito de liminaridade provém da Antropologia, mais concretamente do trabalho do antropólogo simbólico Victor Turner sobre a performance cultural e ritualista (St. John 2014)²⁴. Etimologicamente, liminaridade é um termo latino que deriva de *limen* e que se refere à suspensão passageira/ temporária dos limites que estruturam uma interação social. Este termo foi cunhado por um dos fundadores da antropologia, Arnold Van Gennep²⁵ para caracterizar os momentos ou estágios de transição que demarcavam as fronteiras entre duas fases (Szokolczai 2009, 142). É no final dos anos 1960 que o conceito de liminaridade é recuperado e aprofundado por Turner. Esta perspectiva tem sido usada na sociologia para aprofundar períodos de incerteza e de transição.

Szokolczai (2009) defende o uso deste conceito na teoria social porque abarca os aspetos formativos e produtivos da experiência. A liminaridade permite analisar processualmente as situações não estruturadas. Este conceito refere-se, portanto, ao espaço e ao tempo intermediário (*in-betweeness*) das situações e experiências sociais. Um horizonte

²⁴ Como veremos no próximo capítulo, Lloyd (2015) chama a atenção para o recurso (e para a apropriação) de Judith Butler da proposta de Turner na sua tese inicial da performatividade do género.

²⁵ Um dos principais oponentes de Émile Durkheim. Os interesses comuns na religião fizeram com que tivesse uma relação inicial e a mentoria de Marcel Mauss, seu sobrinho. Contudo, a sua independência e criticismo valeram-lhe o afastamento e negligência dos seus trabalhos no afamado ciclo de pensadores franceses da época. Para uma discussão detalhada da cisão entre Van Gennep e os seus contemporâneos, especialmente Durkheim, ver Thomassen (2014).

epistemológico das estruturas da experiência vivida enquanto ritos de passagem; quando os limites previamente estabelecidos são suspensos para dar origem a novos; dos momentos e espaços de transformação. Este imaginário da interrupção dos limites e da sua hibridização reenvia-nos por um lado para os momentos de crise ou de transição (os ritos de passagem, os pontos de viragem, etc.) e por outro lado para as situações em que as fronteiras são mediadas, misturadas ou deslegitimadas (como o Carnaval ou outros eventos que criam condições liminais).

Para Szakolczai (2009, 165) a epistemologia kantiana não permite conceber a liminaridade porque encara os limites como mecanismos de ordenação mental negativos e confunde os níveis normativo e analítico no estudo da experiência social. Este autor defende que desconsiderar as situações de transição (desestabilizadoras) reflete uma abordagem supérflua da experiência vivida e acarreta consequências no modo como lidamos com os momentos de crise. Recomendando que não se caia no oposto – celebrar (“ingenuamente”) o relativismo, a diferença, ambivalência ou o caos – Szakolczai advoga que a liminaridade permite investigar os eventos e situações que dissolvem a ordem e que simultaneamente formam as instituições e as estruturas.

Existem sobreposições nos modos como a transgressão e a liminaridade têm sido conceptualizadas e analisadas. Nomeadamente, pelo protagonismo que o Carnaval e as concepções de limites, ordem e diferença assumem nos seus enquadramentos analíticos. Mas a associação entre estes dois conceitos não equivale a tomá-los nem como termos sinónimos nem como termos concorrentes. Transgressão e liminaridade não significam a mesma coisa nem se relacionam com os limites do mesmo modo. Convergem no carácter revelador e consequente da estruturação dos limites, mas o que permitem objetivar é necessariamente distinto.

A liminaridade está para o limite como momento/espço de suspensão. A transgressão está para o limite como momento/espço de manifestação. A transgressão implica a existência de um limite, é o seu resultado. A liminaridade refere-se à fusão e mistura do limite, é a sua recombinação. Ambos os conceitos permitem elucidar aspetos distintos dos processos de ordenação e demarcação dos limites, da sua permanência e transformação. Mas a transgressão é parte do constructo do limite, fração que concorre simultaneamente para fazer, desfazer e refazer os modos como ordenamos e demarcamos a realidade social. Já a liminaridade remete para os efeitos (ou impactos) da intermediação entre transgressão/limite. A sua concepção enquanto limbo, desequilíbrio ou suspensão provisória tem implícita a transformação do limite

(e não a sua permanência). Nesse sentido, levanta a hipótese da ocorrência de uma interrupção. Ou seja, a liminaridade é um conceito muito útil para analisar os processos intermediários de transformação e recombinação dos limites a vários níveis (Thomassen 2014). Não obstante, a sua aplicação requer alguma cautela relativamente ao imaginário de equilíbrio/desequilíbrio em que se baseia. Uma análise aprofundada da experiência social tem de considerar o dinamismo existente mesmo quando os limites se transformam. Precisamente por não existir uma linearidade nas vidas e nas experiências, dividi-las entre momentos de continuidade e descontinuidade é sempre um reducionismo abstrato que incorre justamente na sua artificialização – elevando a crise/caos ou a estabilidade/ordem como horizontes a manter/prevenir²⁶.

Como refere Thomassen (2014, 96–99), eventos como o Terramoto de Lisboa de 1755 certamente marcaram Kant e outros Iluministas no modo como a ciência e o progresso eram encarados²⁷. Ou, com exemplos contemporâneos, podemos ver igualmente como o atentado ao *World Trade Center* nova-iorquino a 11 de setembro de 2001 marca um “antes” e um “depois” em muitas esferas da vida social, especialmente nos modos de governança e controlo em termos geopolíticos à escala global. Mas para perceber a profundidade destas mudanças não podemos nem assumir que as transformações ocorreram todas no mesmo sentido e com a mesma intensidade, nem que estas tenham “erradicado” ou “abolido” completamente as fundações “anteriores” dos limites. Tanto num exemplo como noutro, malgrado os 246 anos que os separam, vemos como estes eventos foram sobretudo excelentes oportunidades para reforçar e expandir limites existentes (e não tanto para os relativizar). Nesse sentido, é preciso considerar os vários legados normativos na interpelação dos momentos e lugares de transformação; bem como aferir criticamente os parâmetros usados para compreender as possibilidades de suspensão e recombinação dos limites. É por isso pertinente avançar com o debate além de oposições antagónicas, investindo antes numa visão dialógica e crítica. Tendo estabelecido as diferenças e sobreposições entre os conceitos e postulados em uso na teoria social, centramo-

²⁶ Apesar de o conceito de liminaridade partir de uma crítica ao neo-kantianismo e ao racionalismo empiricista (i.e. aos sistemas classificatórios reducionistas e ordenadores que não concebem o não estruturado ou a diferença), a sua interpretação como “oposto de equilíbrio” incorre no mesmo modelo (Agnes Horvath 2014). Mais do que conceber a desarticulação como desequilíbrio ou até como a condição global dos nossos tempos (o paradoxo da liminaridade permanente) a questão da transformação tem de ir além de uma visão linear e monolítica. Conceber a experiência como simultaneamente formativa e transformadora – ou seja, como inerentemente dinâmica – implica sobretudo um enfoque nos processos através dos quais nos relacionamos com os limites, aquilo que os justifica ou relega, e a sua inter-relação.

²⁷ Para o autor o terramoto teve um impacto profundo na Europa, marcando a metafísica kantiana desde então na “luta contra o caos” e na visão de como a partir da matéria se “constrói um mundo novo” – que mais tarde vem influenciar o construtivismo (*ibid.*)

nos agora na nossa proposta de teorização do constructo transgressão/limite para a análise sociológica.

3. A importância da “sociologia de esquina”

3.1. A transgressão/limite como constructo analítico e teórico

Não precisamos procurar muito para ver o estado de “ansiedade” e a referência sem fim às “crises” paradigmáticas em que as ciências sociais se encontram. As inúmeras propostas para a teorização do social e para pensar a sociologia sobrepõem-se e contradizem-se apostando ora numa radicalização ora na interdisciplinaridade²⁸. O contexto atual de produção científica é marcado pelo carácter prescritivo e pela pressão para fazer convergir ou separar de uma vez por todas as perspectivas teóricas da realidade social. Não nos interessa atirar mais uma pedra ao já avolumado edifício de sugestões práticas e perspectivas sobre a teorização do social, mas precisamos de nos posicionar face ao panorama.

A nossa abordagem não procura estar na crista da onda das viragens teóricas. Também não pretende constituir-se como uma nova síntese das perspectivas já canonizadas ou mais celebradas. Aproximamo-nos do paradigma relacional porque privilegiamos os processos e as dinâmicas relacionais sobre as entidades e variáveis categóricas – mas, como é frequente, cruzamo-nos com outras perspectivas teóricas (Emirbayer 1997). Porque não pretendemos “essencializar a razão prática”, adotamos uma posição *outsider-within* na teorização sociológica (Lemert 2003). Ou seja, uma teorização nivelada das diferenças nos modos como nos relacionamos no mundo, que não toma a variação nem como essencial nem como relativa. O universal reifica tanto quanto o particular (Fuchs 2014; Lemert 2003). Nesse sentido, encontramos-nos a meio caminho (no limbo ou no continuum) entre os designados estruturalismos e pós-estruturalismos. Como veremos no aprofundamento em torno do género, é possível usar as lentes pós-estruturalistas para repensar os problemas estruturalistas e vice-versa. Este diálogo requer, contudo, mais do que uma descrição. Precisamos de compreender o género a partir das suas especificidades contínuas e contingentes (H. F. Davis 2017; Lemert 2003; Preda 2001).

²⁸ Só para dar alguns exemplos: “*On the limits of sociological theory*” (Martin 2001); “*Fuck Nuance*” (Healy 2017); “*Puzzling in Sociology: On doing and Undoing Theoretical Puzzles*” (Mears 2017); “*Less Theory. More Description*” (Bresbis e Khan 2017). O fantasma da crise ou fim da Sociologia (com inicial maiúscula e por vezes também das “sociologias minúsculas”) nem é assim tão recente (Lemert 2003).

Em termos operacionais, é fundamental preservar a objetividade e a consistência lógica que nos permite apreender o inteligível. O esforço de sistematização e edificação de uma tese sobre a transgressão de género implicou consequentemente uma teorização geral em torno do constructo limite/transgressão passível de aplicação ao nosso objeto. Em vez de prescrevermos programaticamente um novo plano ou caminho para se fazer sociologia, optámos por esboçar as principais linhas de questionamento e as dimensões inerentes ao nosso olhar teórico.

Para isso apoiamo-nos na analogia da “sociologia de esquina”. Ou seja, a possibilidade de se teorizar o social a partir de um ângulo. O desafio (e importância) de uma sociologia de esquina (com minúsculas) é compreender as relações de permanência e mudança de um determinado objeto de estudo. O (des)encontro e a inter-relação de dois factos sociais – o que se transgride e o que se limita – com outros aspetos da vida social. No nosso estudo em concreto esta aresta encontra-se numa relação triádica: limite-género-transgressão. Como veremos adiante, o nosso modelo teórico assenta em premissas consistentes que podem ser um contributo para a análise de outras esferas da vida social e que procuramos demonstrar através da nossa aplicação concreta ao estudo do género. Retomamos, portanto, a definição de transgressão inspirada na primeira fase de Foucault. Partir do constructo limite/transgressão para analisar os fenómenos da vida social apresenta um contributo relevante pelas razões apresentadas acima e porque permite ir além dos estudos que encaram as questões transgressivas necessariamente como emancipatórias e/ou desviantes.

3.2. Dimensões, níveis e premissas teóricas da análise

O constructo limite/transgressão é uma ferramenta heurística de análise e só faz sentido em relação a um objeto de estudo concreto. Esta abordagem é vantajosa porque permite teorizar o social a partir de um ângulo. Como demonstrou Foucault, o conhecimento (*poder-saber*) está comprometido com a formulação e o reforço dos limites inteligíveis. A sua crítica só é possível pela transgressão: a exposição dos efeitos repressivos ou limitativos que esse conhecimento acarreta. Nesse sentido, é pertinente primeiro reconstruir os fundamentos críticos em que se baseia o nexos Limite/Transgressão. Para isso não seguimos uma lógica dedutiva de análise dos fenómenos sociais. É a partir da investigação das linhas de coerência dos limites/transgressões que questionamos a legitimidade do poder-saber e expomos criticamente os efeitos desses

limites²⁹. Baseámo-nos no paradigma teórico das práticas sociais³⁰ para definir a relação transgressão/limite, as suas dimensões e premissas teóricas da análise. Estas são as premissas em que nos apoiámos:

1) Entre limite e transgressão há um intercâmbio mutuamente constitutivo:

1.1) Ambos têm primazia na análise – são os resultados empíricos que nos permitem ver os graus de determinação existentes;

1.2) Os valores emergentes da relação entre limite/transgressão são um ponto de chegada (e não de partida);

1.3) É a partir da relação de alteridade e da aplicação concreta ao objeto de estudo que podemos ver as suas dimensões estruturantes, contingentes e espaciais;

2) A relação entre transformação e permanência dos limites/transgressões é sempre provisória (e não estática ou axiológica):

2.1) A relação entre transgressão e limite tanto se expande como se reforça através de processos de ordenação e de demarcação particulares;

2.2) A continuidade/descontinuidade depende dos parâmetros de análise e do objeto de estudo;

2.3) Os efeitos de absorção ou emergência de uma transgressão têm de ser interpretados segundo as (pré-)configurações e reconfigurações estabelecidas pelos limites ao nível discursivo, distributivo e performativo.

Para compreender a estrutura entre limite e transgressão precisamos primeiro de um objeto. Em segundo lugar a sua análise sociológica implica dimensões, níveis de análise e processos. Antes de avançarmos com a aplicação concreta às práticas de género - presente no próximo capítulo – apresentamos um esquema visual deste constructo em jeito de horizonte teórico geral. Seguindo a proposta de Swedberg (2016) sobre os diferentes tipos de visualização da teoria sociológica, o modelo que apresentamos aproxima-se mais de um “diagrama sociológico para teorizar”. Ou seja, uma ferramenta aberta e flexível que nos apoia na compreensão dos fenómenos sociais e estimula o processo teórico e as possibilidades de abstração.

Este diagrama está representado por cores, formas, letras e linhas. A espiral do limite/transgressão desenha-se por uma linha curva aberta que gira em torno de um ponto

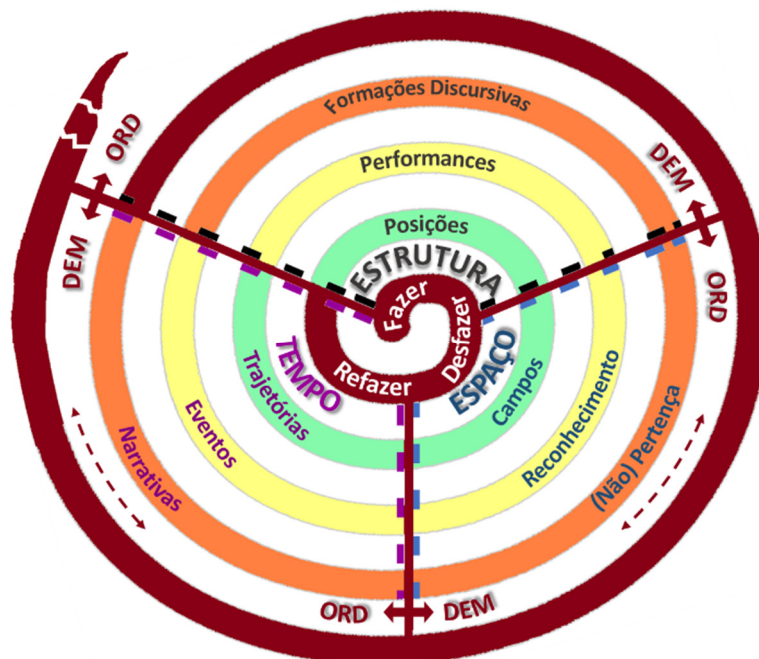
²⁹ Como aprofundaremos no capítulo IV, é na lógica abdutiva (mais do que a indutiva) que nos posicionamos operativamente (Atkinson 2018).

³⁰ Em particular nas propostas de Bourdieu (2001; 2002; 2003) sobre a ação enquanto prática, i.e. de que os sentidos da ação advêm do modo como os indivíduos agem (uma conjugação da *praxis* marxista com a noção de *sentido* weberiana). Seguimos também a abordagem bourdieusiana no estudo do género enquanto prática social.

(central) e se vai afastando deste de forma regular, representando o dinamismo e diálogo presente no nosso constructo. Na continuidade e por entre a espiral estão situadas as dimensões e os níveis. A relação dialógica entre o limite e a transgressão organiza-se em torno de dois processos principais – a demarcação (DEM) e ordenação (ORD) das práticas – interrelacionados com três modalidades específicas – fazer, desfazer e refazer. Tanto os processos como as modalidades são elementos da interdependência existente entre limitar e transgredir. Cada face ou dimensão (estrutural, espacial e temporal) desta espiral compreende os três níveis de análise (distributivo, performativo e discursivo). O cruzamento entre as dimensões e os níveis apoia-se nas noções centrais que mobilizámos para a compreensão das práticas. Apresentamos a legenda para uma melhor compreensão e leitura da figura:

<i>Legenda</i>		<i>Representação</i>
Espirai	Modalidades	Letras e forma
	Processos	Setas, letras e forma
Níveis	Distributivo	Forma
	Performativo	Forma
	Discursivo	Forma
Dimensões	Estrutural	Letras e tracejado
	Espacial	Letras e tracejado
	Temporal	Letras e tracejado

Figura 1. Horizonte teórico geral do Limite/Transgressão



Como dissemos a “esquina” analítica do nosso constructo transgressão/limite tem como objeto de estudo as práticas de género. Em concreto, os modos como as relações de género ordenam e demarcam as transgressões e os limites socialmente reconhecidos e as possibilidades de os (des)fazer e refazer. A estabilidade e intransigência das fundações de género a par do dinamismo (potencialmente transformativo) contido na diversidade de modos (e reivindicações) de (des)fazer/refazer o género são faces de uma mesma moeda. O modo como esta modelização teórica se aplica ao género será aprofundado no final do próximo capítulo. Antes de avançarmos importa traçar em linhas gerais o contributo desta discussão em torno da transgressão e dos limites para a nossa análise e horizontes teóricos.

3.3. Rumo a um diálogo além da negação

Como temos vindo a assinalar, as conceções sobre a transgressão (e em parte sobre os limites) estão frequentemente ancoradas ou em visões antagónicas ou em imaginários parciais, que elevam um dos seus significados principais sob a forma de uma oposição. Sabendo previamente do carácter escorregadio e polissémico deste conceito, a questão de fundo que se poderia colocar seria: para quê insistir num termo tão difícil? O nosso esforço com este capítulo incidiu menos no contornar dos obstáculos e mais num confronto com as lógicas subjacentes aos horizontes implicados numa teorização da transgressão. Tal como propomos, a aplicação da transgressão como categoria analítica não pode ser separada da conceptualização do limite. Como nos diz Foucault, a espiral em que se constrói a ilusão sobre o vazio encerra uma lógica processual, um “reino ilimitado do limite”. Mais do que questionar este movimento perpétuo ou enfatizar em nome de um “progressismo” qualquer as condições anárquicas de uma (in)existência (i)limitada, importa compreender criticamente o diálogo que circunscrevem. É nesta especificidade dialógica, nesta relação de alteridade que podemos antever os seus resultados, as suas revelações e o seu potencial reconstrutivo. O deslocamento do horizonte transgressivo como oposto ao limite para um imaginário dialógico e crítico contribui para repensar e conceber o *humano*, o *outro*, a *diferença* e o *social* através de um plano distinto. A partir do *princípio dialógico*, no sentido de Edgar Morin (2005). Centrado no desvendar da coerência presente na contradição e no paradoxo. Para pensar a complexidade e considerar as múltiplas alternativas coexistentes, sem pressupor a sua exclusão. O contributo deste trabalho vai nesse sentido: não esquecendo a opacidade da comunicação e as diversas camadas abarcadas pelo diálogo (Dosse 1997, 451), precisamos de discutir efetivamente a relação entre transgressão e limite para lá de um horizonte antagónico.

Capítulo II

Os caminhos por entre e além do gênero

No capítulo I formulámos as bases para a análise da transgressão. Abordamos agora o conceito de gênero. Começamos com as suas fundações para depois nos focarmos nos paradigmas predominantes para pensar o gênero e as relações genderizadas. Seguimos com uma associação entre essas teorias e os estudos transgênero, pondo em evidência os contributos efetivos que emergem desse diálogo. Face a esta revisão e aprofundamento, avançamos com uma abordagem da transgressão de gênero através dos imaginários sobre o *interdito*. No fundo, revisitamos os caminhos percorridos pelo conceito de gênero e os horizontes que se foram desvendando e configurando ao longo desse percurso (in)cumprido. Esta é uma perspetiva entre outras possíveis; um contributo discreto que procura ampliar o debate sobre a importância do gênero e do que entendemos por limites ilimitados nas relações genderizadas.

1. As fundações do conceito de Gênero

O que queremos dizer com gênero? É a face cultural do sexo? Construimos as suas fundações sociais a partir de uma diferença reprodutiva? É um atributo? Um papel? Uma identidade pessoal? É algo que temos? Ou algo que fazemos? Porque é que precisamos de conceptualizar o gênero?

Considerar o gênero como uma ferramenta permite-nos aprofundar a ordenação e estruturação da vida social. As tentativas de definir e analisar este conceito resultaram num conjunto irreconciliável e paradoxal de abordagens. Apesar das divergências, a maioria concorda que o gênero é um princípio organizador da vida social. O gênero é estrutural e estruturante, o que torna as suas lentes indispensáveis para compreender os “*andaimos interativos da estrutura social e dos processos de controlo social que os mantêm*” (R. W. Connell 2009a, 110). Ou como diria Goffman (1977) no seu artigo sobre as fundações da ordenação social do gênero, “*os arranjos entre os sexos*”. O reconhecimento geral da importância e utilidade do gênero para a teoria social tem granjeado progressivamente mais adeptos. Mas a sua introdução no contexto académico não tem sido pacífica e continuam a coexistir diferentes posicionamentos e definições. Importa por isso recuar um pouco, antes de avançarmos com a nossa abordagem.

A introdução do conceito de género nas ciências sociais remonta aos anos 1970. Este período, pautado por uma revitalização dos feminismos designados de “segunda vaga”, foi fundamental no estabelecimento de agendas científicas direcionadas primeiramente aos estudos das mulheres e posteriormente sob a alçada dos estudos de género. Como refere Collin (Collin 2008, 43 [1989]), o intercâmbio entre as teorizações e a transformação política das condições de vida das mulheres tem uma autonomia simultaneamente relativa e real. Há diversos tipos de feminismos e os estudos de género – centrados nas mulheres ou não – representam uma das modalidades possíveis. Uma forma de análise que tem sido posta à prova tanto ao nível político e ativista (a “crítica externa”) como ao nível académico (a “crítica interna”). Com efeito, existem muitos tipos de agendas políticas feministas (liberal, marxista, radical, cultural, separatista, etc.) e as suas inter-relações com o mundo académico têm sido deveras flutuantes. Para Connell (1987, 257) apesar de “a consciência reflexiva das desigualdades” não coincidir diretamente com as formas políticas emergentes, o contexto intelectual tem desempenhado historicamente a tarefa de tradução das desigualdades estruturais em políticas públicas.

Inicialmente, o recurso ao conceito de género (ao invés de sexo) tinha como objetivo enfatizar as causas culturais, políticas e histórico-sociais que ditavam a subordinação feminina (Bock 2008, 85 [1989]). Centrava-se na demonstração do género como uma “estrutura básica da sociedade” que se relaciona com todos os aspetos da vida e objetos de análise social (e não apenas às questões reprodutivas e da sexualidade). Contudo, além do seu uso não ter sido pacífico, a *“dicotomia entre o «biológico» e o «social» não só não resolve como ainda reforça a velha questão da natureza versus cultura”* (ibid.). Parte dos radicalismos e determinismos associados a este debate continuam a ser discutidos no espaço público, gerando mais controvérsias e polémicas do que consensos. A discussão sobre a divisão entre sexo e género tem raízes anglo-saxónicas¹. No seu extremo, acentuou a divisão entre determinismo biológico vs. determinismo social e económico.

Efetivamente, quando baseadas nas categorias dicotómicas convencionais, as lentes do género têm enfatizado (e essencializado) as diferenças ou as semelhanças entre Homem/Masculino e Mulher/Feminino. Sob pena de partirem de um determinismo categórico (biológico ou social),

¹ Bock (2008, 87 [1989]) salienta que a distinção entre sexo e género tem muito menos impacto nas línguas românicas. Em Itália e França os impactos e as conotações envolvidas neste debate são muito diferentes. Por isso a autora defende que não é a utilidade do conceito de género *per si* que devemos questionar, mas sim os pressupostos teóricos e linguísticos por detrás da dicotomia sexo/género. O que deve ser privilegiada é a continuidade dos sentidos que estes termos trazem à análise, em vez daquilo que separam.

os resultados encontrados invariavelmente reforçam e antagonizam ambas as perspectivas (Shapiro 2015; Pereira 2012; R. W. Connell 1987).

De facto, o conceito de género e o que as suas lentes permitem ver tem estimulado uma discussão que vai muito além de uma definição simples, cujas premissas e vetores continuam em debate. Como nos diz Bock (2008, 95 [1989]) precisamos de “*um trabalho continuado de desmontagem, historicização e desconstrução dos significados aparentemente atribuídos às várias categorias*”. A multiplicidade de significados e o uso ambivalente do conceito de género a par da radicalização dos debates dificultam este trabalho desconstrutivo. Coexistem diferentes perspectivas quanto aos sentidos e temas centrais na investigação do género.

Há pelo menos quatro paradigmas que têm vindo a predominar desde a fundação deste campo de estudos. Seguindo a revisão histórica proposta por Connell (1987), referimo-nos às explicações da desigualdade: i) por fatores “extrínsecos”; ii) por fatores associados aos costumes ou papéis sociais; iii) por fatores de poder com um *a priori* categórico; e iv) por fatores de poder com um *a priori* prático.

Para a autora, a primeira é externa à teorização do género porque não o aprofunda numa lógica particular e concebe as relações de género como uma questão paralela ou precedida pelas relações de classe². O tratamento das relações de género como variável dependente da reprodução social pautou-se por uma análise funcional entre o patriarcado e o capitalismo. Estas teorias contribuíram para perceber o género como uma opressão, retirando a primazia da classe social como única fonte do poder. Mas ficaram aquém de uma compreensão interna das relações genderizadas na sua lógica independente (R. W. Connell 1987, 45). Mesmo quando consideram as relações económicas e as relações de género como dois sistemas interligados e equivalentes (vertentes que designa como “sistema dual” e “patriarcado capitalista”), estas teorias não explicam as razões da autonomia nem como é a opressão pode ser ultrapassada. Para a autora,

² Connell (1987, 42) refere que o determinismo biológico poderia ser visto como outra vertente da corrente externa. Contudo, opta por uma síntese crítica porque não o considera uma forma de teoria social. Para a autora, as teorias da diferença natural resultam de uma visão de senso comum (e/ou darwinista) do género; baseando-se e reforçando as características biológicas como dicotómicas e imutáveis. Neste âmbito, podemos situar igualmente as propostas instituídas pelas ciências médicas e pela sexologia a partir do final do século XIX sob alçada de especialistas como Richard von Krafft-Ebing (*Psychopatia Sexualis*, 1886), Haverlock Ellis (*Inversão Sexual*, 1897), Sigmund Freud (*Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, 1905), Magnus Hirschfeld (*The Transvestites: The Erotic Drive to Cross-Dress*, 1910), entre outros. Ainda que boa parte destas teorias insistam na pluralidade sexual representam uma tentativa de ancoragem da sexualidade em fatores e explicações biológicas que depois serão desenvolvidas e aprofundadas pela sexologia, nomeadamente por Alfred Kinsey (*Sexual behavior in the Human Male*, 1948), John Money (*Hermaphroditism*, 1952), Harry Benjamin (*The Transsexual Phenomenon*, 1966) ou Robert Stoller (*Sex and Gender*, 1968). As definições de género (e de sexo) patentes na atual edição do Manual de Estatística e Diagnóstico de Doenças Mentais da Associação Americana de Psiquiatria (American Psychiatric Association 2013) vão nesse sentido. Aprofundaremos esta questão mais adiante.

estas aproximações contêm uma circularidade tautológica que só se resolve com o aprofundamento das lógicas internas (e independentes) das relações de género. É precisamente aí que Connell posiciona as outras três correntes.

Desde os anos 1930 que as relações de género são explicadas pela noção funcionalista de “papel social”. Além de facilmente aplicável ao género, a ideia de um roteiro socialmente designado para o comportamento individual ainda predomina na teoria social (R. W. Connell 1987, 30). Este vasto conjunto de estudos, que a autora situa na segunda corrente, recorre aos papéis sexuais, às diferenças sexuais ou ao carácter sexual para explicar a desigualdade nas relações de género. Convergem nos seguintes pressupostos: 1) distinção entre a pessoa e a posição social que ocupa; 2) atribuição de um conjunto de papéis comportamentais ou de ações a essa posição; 3) definição das ações apropriadas para uma posição através das expectativas de papel ou normas; 4) manutenção das mesmas por grupos ou pessoas de referência; 5) reforços através de sanções (recompensas, castigos, apoios positivos ou negativos). Para Connell (1987, 47) as influentes propostas de análise social do género de Margaret Mead, Talcott Parsons e Simone de Beauvoir enquadram-se nesta corrente. Apesar de serem muito distintas, convergem na interpretação psicanalítica da personalidade³ que está na base deste conjunto de explicações. Estes modos de explicação do género beneficiam do apoio do feminismo liberal e predominam até meados dos anos 1960. Porém baseiam-se numa conceção voluntarista da ação – manter os costumes tradicionais é uma escolha – e num tratamento normativo do poder – que replica dualismos sobre como *deve ser* a masculinidade e a feminilidade.

É na viragem dos anos 1960 para os anos 1970 que o debate sobre o poder e a desigualdade começa a reconfigurar o campo intelectual e “reconecta” a teoria académica à política radical. A perspetiva de Simone de Beauvoir ganha centralidade neste período e a análise das relações de género torna-se num ponto estratégico de questionamento centrado nas possibilidades de transformação⁴. Descontentes com a mera mudança de expectativas dos roteiros socialmente

³ Segundo Baert e Silva (2014) as influências de Freud e da abordagem psicanalítica na teoria social foram introduzidas pela Escola de Frankfurt e pelas teorias críticas de Adorno e Horkheimer. Encontramos também influências da perspetiva freudiana da linguagem, da representação e do desenvolvimento da personalidade nas propostas de Lévi-Strauss, de Parsons, de Giddens (formado inicialmente como psicólogo) e de Habermas, entre outras (*ibid.*). A influência psicanalítica está igualmente patente no desenvolvimento da conceção do género como identidade (psicológica) especialmente na proposta de Stoller – o psiquiatra que apostou na distinção entre sexo e género (Oliveira 2012).

⁴ Simone de Beauvoir foi muito influente na teoria feminista dos anos 1970. Alvo de diversas interpretações (e atribuições por vezes equivocadas), de Beauvoir apresentou um projeto ético e político de emancipação que impulsionou um questionamento sobre a (inevitabilidade da) diferença de género/sexual. As suas análises partem de uma visão (filosófica) fenomenológica-existencialista sobre as forças que subordinam as mulheres e sobre o significado da experiência do género, do corpo, da raça e da sexualidade (Bergoffen 2015; Sullivan 2015; Lennon 2014; Whipps 2013).

designados para o comportamento individual, emergem propostas feministas radicais focadas na compreensão do poder nas relações de género. Como nos diz Connell (1987, 54) a crítica dos papéis de género permitiu avançar com outros modos de teorização mais capazes de compreender a formação e o conflito dos interesses sociais nas relações de género. Este conjunto de críticas divide-se para a autora entre a corrente “categórica” e a corrente “prática”.

A corrente “categórica” desenvolveu-se a partir das tensões entre o feminismo cultural e o feminismo socialista (R. W. Connell 1987). Através de uma abordagem macro, o poder nas relações de género é explicado a partir das unidades categóricas e dos modos como estas se relacionam e formam conflitos de interesse. As diferenças internas desta corrente baseiam-se sobretudo nas variantes explicativas da associação entre classe e género. As lógicas de classificação cruzada através de categorias monolíticas (como “mulher”/ “homem” e “classe operária”/“classe média”, etc.) simplificavam a constituição do interesse social e esquematizavam excessivamente o conflito social. Para Connell (1987, 61), a principal consequência política desta abordagem foi o esvaziamento do sentido da luta existente nos relacionamentos: se a estrutura e as categorias são universais não há outra saída senão conviver com as manifestações do poder masculino e da subordinação feminina. Como nos diz ironicamente: *“de um ano para o outro, os maridos erram, as esposas aborrecem-se, as sogras criticam, as raparigas namoram, os rapazes são os rapazes e assim por diante para sempre, amém”* (ibid.). Como adverte, o reconhecimento do poder não pode ser separado dos elementos práticos da política – nomeadamente a escolha, a dúvida, a estratégia, o planeamento, o erro e a transformação.

Tanto a explicação das relações de género a partir dos papéis sociais como a partir das categorias levaram ao desenvolvimento da corrente das práticas. A crítica resultou num enfoque sobre como as pessoas *fazem* o género através das relações sociais em que vivem. Este paradigma não é exclusivo das teorias sobre as relações de género e tem vindo a tornar-se influente na análise do social. O princípio de que a estrutura das relações sociais é uma condição de todas as práticas, permitiu ultrapassar a perspetiva voluntarista da ação. Como salienta Connell (1987, 63) a sua aplicação ao domínio do género permitiu compreender como se organizam as relações genderizadas: uma estrutura histórica, composta por diferentes modalidades, que refletem o predomínio de interesses sociais distintos. Pensar nos processos de estruturação com base em diferentes graus de consistência ou de coerência permite captar os vários níveis de contestação e de resistência. É a partir dos modos como o poder se estrutura nas relações de género através das práticas que Connell vem propor a sua teoria. As teses sobre

as práticas de gênero partem de uma conceptualização plural, situada e provisória das categorias e relações genderizadas. Face à sua contemporaneidade e pela relevância que assumem no nosso estudo, importa por isso aprofundar as variantes desta(s) corrente(s).

2. O Gênero (des)feito

Desde os anos 1980 que o objeto central da análise do gênero (e das relações de gênero) tem vindo a movimentar-se: primeiro do patriarcado para o gênero e depois do gênero para a interseccionalidade (Roth e Dashper 2016). No global, estas viragens acompanharam as reivindicações dos movimentos feministas dentro e fora dos circuitos académicos, ditando a centralidade de umas perspetivas sobre as outras.

Nos estudos sobre as práticas de gênero identificamos duas variantes principais do seu desenvolvimento na teoria social: i) as teses das rotinas e/ou estruturalistas e ii) as teses da performatividade e/ou pós-estruturalistas.⁵ Em termos gerais, estes paradigmas têm em comum o aprofundamento do gênero como uma construção social e como algo que se faz e concretiza. Desenvolveram-se sobretudo a partir da crítica das propostas psicanalíticas sobre a socialização e a formação identitária em que se baseiam as correntes dos papéis de gênero e a categórica (Corrado 2009, 358). Contrariando a ideia de que o gênero é fixo ou estável ou que equivale a um conjunto de papéis ou a um atributo individual, as perspetivas das práticas de gênero defendem que o gênero é uma construção ativa, alcançada através das interações sociais quotidianas. No âmbito das teorias de gênero, a principal linha divisória remete para o conceito de *prática* e para os modos como explicam o *(des)fazer o gênero*.

No paradigma estruturalista e/ou nas teses das rotinas, as práticas de gênero são definidas no sentido de “*praxis*” – uma transformação da realidade através da ação. Estas teorias apoiam-se na interdependência temporal e espacial dos modos rotinizados de *saber como* (conhecimento tácito⁶) e das experiências incorporadas de fazer o gênero. O aspeto pré-reflexivo da ação social

⁵ O recurso a termos “chapéu-de-chuva” é sempre redutor, abrindo espaço para diferentes configurações e leituras quando se aprofundam os autores e representantes incluídos na sua alçada. Optámos por nomear as correntes em torno da dicotomia estruturalismo/pós-estruturalismo por enquadrarem em grande medida as premissas destes grandes movimentos teóricos (autorreclamados ou não). Para uma revisão sistemática do estruturalismo ver volumes 1 e 2 de “*History of Structuralism*” de François Dosse (1997).

⁶ Apesar de terem alcances muito distintos, as teses de “síntese” de Anthony Giddens e Pierre Bourdieu baseiam-se na visão da reprodução social como uma realização não intencional da *consciência prática* ou do *conhecimento tácito* (respetivamente). Giddens considera as consequências não intencionais da ação em função dos limites da competência individual – sendo fortemente criticado pela visão voluntarista da ação e híper-individualista (ou híper-reflexiva) dos indivíduos (Zhao e Biesta 2008; R. P. Pires 2007; Adams 2006). Bourdieu, por sua vez, considera o modo como o *sentido prático* dos indivíduos resulta numa reprodução *não intencional* das

é pois o ponto de partida para uma análise do género no espaço de dominação simbólica em que se estruturam as práticas. Importa portanto rever brevemente as definições desta perspetiva para melhor compreendermos o argumento.

O *interesse* (ou “sentido do jogo” Bourdieusiano) implica um investimento: um reconhecimento mútuo do envolvimento e das compensações definidas normativamente. A relação entre as disposições para agir e o que é objetivado no espaço social recria os sentidos específicos e as estratégias adaptativas às diferentes situações, contextualmente variáveis. Não se trata de um cálculo racional e consciente. O interesse para Bourdieu (2001, 106–8) é um sentido prático e contingencial da prática, que é maximizado pela ação através da *doxa*⁷ *pré-reflexiva*. Nesta aceção o poder é uma propriedade relacional. Ou seja, um elemento de controlo sobre os recursos (*capitais* económicos, culturais, sociais e simbólicos) que estruturam as lutas e as desigualdades. É na distribuição dos recursos e das disposições/ práticas incorporadas (*habitus*) por posições sociais diferentes que se define o *espaço social*. Estas posições organizam-se num conjunto de *campos* ou esferas de atividade. A estrutura de um *campo* (tal como um jogo) é um produto dos compromissos individuais. Constitui-se como um universo autónomo, com leis próprias, história, relações específicas e lutas internas (relações de forças e de sentidos). O *campo* justifica-nos como sujeitos e reproduz distinções sociais através da ordenação de um conjunto de disposições. É a interiorização das possibilidades objetivas dos recursos e contextos em que os indivíduos se posicionam (e que moldam as suas interpretações subjetivas ao longo das suas vidas) que os leva a agir em conformidade, havendo menos espaço para um distanciamento crítico e reflexivo (Caetano 2011, 168). A *reflexividade* para Bourdieu é, portanto, *pragmática*. Define-se pela atitude crítica e distanciada dos indivíduos em relação às suas próprias práticas (Adams 2006; Corcuff 2001). Ou seja, apesar de os indivíduos estarem (tacitamente) conscientes do que fazem, não precisam de o formalizar discursivamente (Baert e Silva 2014, 33).

Porque é que estas definições são importantes? Porque nos permitem conceber o poder e a estrutura social de uma forma dinâmica e multidimensional. Porque é a partir das ações conjugadas que podemos compreender os efeitos de permanência e transformação social. E foi

desigualdades sociais. Bourdieu é frequentemente criticado pelo oposto – sub-reflexividade e determinismo das estruturas sociais (R. P. Pires 2007; Adams 2006; Corcuff 2001). Mas a sua proposta permanece como a mais completa na superação do dilema entre a estrutura e a ação. É mais produtivo pensar a reprodução social a partir dos modos como a estrutura gera determinadas posições e distribui os recursos e as disposições incorporadas, do que colocar o ónus numa visão cartesiana do sujeito como liberto da estrutura e mestre e controlador da sua vida (e da sociedade).

⁷ Crença comum, opinião popular.

precisamente a partir da teoria das práticas de Bourdieu e do conceito de hegemonia de Gramsci que Raewyn Connell (1987; 2009b) desenvolveu a sua proposta.

Para a autora, a prática refere-se ao momento, sendo *cíclica* quando persiste – os efeitos de organização ou de estruturação nas práticas subsequentes – e *divergente* quando rompe com a reprodução de uma dada prática (R. W. Connell 1987, 141). Contudo, estes efeitos não correspondem diretamente a um padrão. A “*semelhança na prática*” resulta de uma estrutura, i.e., dos constrangimentos existentes em qualquer forma de organização social. Estes constrangimentos ocorrem através de uma complexidade de ações conjugadas de poderes e através de um conjunto de instituições sociais (R. W. Connell 1987, 92). A estrutura de relações de género resulta numa *ordem* social que configura as relações de poder entre homens e mulheres e as definições de masculinidade e feminilidade, variáveis no tempo e no espaço⁸. Esta ordem implica tanto reprodução/consenso como mudança/conflito; dominação, conivência e subalternidade. Ou seja, a estruturação e ordenação das relações de género tem graus relativos de estabilidade. A sua manutenção depende da legitimação ou hegemonia das diversas relações de poder ou privilégios justapostos (R. W. Connell 1987; Hearn 2012). O jogo de forças sociais que possibilita uma determinada ascensão social baseia-se na cristalização daquilo que, num dado espaço e tempo, está no centro do campo ideológico (subordinando o Outro/outro de forma conivente ou não em torno desse centro) (Aboim 2010, 38; R. W. Connell 1987).

A proposta de Connell tornou-se muito influente porque permitiu enquadrar e aprofundar as lógicas internas das relações de género e a sua ligação ao poder. Para Candace West (1989) foi uma resposta oportuna aos desafios colocados à teoria social do género. Refere mesmo que se trata de um enquadramento teórico com potencial para revolucionar paradigmaticamente a sociologia e com muitas pistas para desenvolvimento futuro. Em congruência com estas valorizações, a socióloga Candace West e o seu colega Don H. Zimmerman também contribuem para um desenvolvimento da perspectiva do “fazer o género”⁹. São, aliás, estes autores que

⁸ Apesar da heterogeneidade das práticas e das categorias de género, a visão dicotómica (homem/masculino e mulher/feminino) está na base de qualquer ordem de género (R. W. Connell 1987, 140).

⁹ A maioria da literatura e os próprios autores enquadram a conceptualização que fazem das práticas de género no domínio interacionista. Não obstante, as interações sociais quotidianas constituem uma estrutura de ordenação das relações de género. Para Gonos (1977, 866) há uma autonomia relativa entre as diversas microestruturas e a estrutura distributiva de direitos e poderes que configuram o universo social. O potencial de transformação reside, aliás, nas incompatibilidades entre estas estruturas. O facto de as interações quotidianas não mimetizarem o macro não equivale, contudo, a dizer que não se tratam também de estruturas (*ibid.*). Neste âmbito, West e Zimmerman (2009) questionam a pertinência e as consequências de mantermos (teórica e empiricamente) a divisão do mundo social em níveis de análise micro/macro. Consideramos que apesar de todas as “fronteiras” serem limitativas das leituras que fazemos da realidade social, a união entre aquilo que estrutura as condições para agir e a estrutura em ação (os vários resultados dos agires) não só confunde como é igualmente limitativa. Mesmo que sobrepostos e

cunham o termo “fazer o género” no seu artigo homónimo publicado no mesmo ano de *Gender and Power* (R. W. Connell 1987). Um artigo que é igualmente influente, sendo revisitado 25 anos mais tarde (2009) numa lógica de continuidade.

West e Zimmerman baseiam-se na premissa de que o género é uma construção cultural e desenvolvem a sua proposta inspirados pela etnometodologia de Harold Garfinkel e pela dramaturgia de Erving Goffman.¹⁰ Este trabalho contribuiu para refutar a definição do género como uma característica, como um papel e como uma representação social. O género desempenha-se quotidianamente, i.e. é um produto das práticas sociais e condutas diárias que codificam e manifestam os parâmetros genderizados. O fazer do género resulta das estruturas sociais e autorreforça-se, legitimando e naturalizando o binário masculino/feminino. Há uma concretização permanente e contextual do género a partir das interações sociais – do conjunto de performances sociais organizadas e testemunhadas que implicam uma prestação de contas ou responsabilização (*accountability*).

Porque fazer o género requer um investimento e é imposto socialmente, para West e Zimmerman não há escapatória possível. Considerando que mesmo a resistência ao género é uma forma de o concretizar refutam a possibilidade de este poder ser “desfeito”¹¹. No artigo “*Accounting for Doing Gender*” (2009, 117), os autores são explícitos: “desfazer” implica abandono; significa que a categoria social (seja o sexo atribuído ou a raça ou a classe) já não faz diferença, já não requer uma responsabilização. Ora é precisamente a prestação de contas que importa no género, uma das razões pelo qual este é opressivo. West e Zimmerman (*ibid.*) argumentam que a força do género é mais do que a diferença dicotómica. Está também nas “*inferências sobre e nas consequências dessas diferenças*”. Argumentam assim que o género não pode ser desfeito, somente refeito. As dinâmicas transformativas no género correspondem às mudanças no processo de prestação de contas. Consideram, aliás, que a ênfase no “desfazer

contingentes, os dois tipos de estruturas e as suas incompatibilidades precisam de ser distinguidos se quisermos realmente inferir sobre a permanência e a mudança nas relações sociais e de género.

¹⁰ Anos antes, Suzanne Kessler e Wendy McKenna (1978) também se inspiraram na etnometodologia para o estudo do género como construção social, apoiando-se na noção de “atribuição de género”. Apesar do hiato temporal entre as publicações, sabemos 25 anos mais tarde que as “ideias iniciais para o «*doing gender*» surgiram em 1975 e 1976” (West e Zimmerman 2009, 112). Tendo sido rejeitado por algumas das revistas sociológicas “mais respeitadas” dessa época, o artigo levou quase 10 anos até ser aceite na revista *Gender & Society*, permanecendo até esta data como um dos mais lidos.

¹¹ Reconhecendo que as suas propostas tiveram aplicações e desenvolvimentos muito variados e distintos do que propunham, os autores entram em debate com algumas das sugestões formuladas. Nomeadamente, com reinterpretações do “fazer o género” mais compatíveis com as teorias dos papéis. Defendem-se também da crítica ao determinismo e da impossibilidade de transformar o género/ou de não o fazer (Risman 2009; Deutsch 2007). Neste âmbito destacam o conceito de *accountability*, a contextualização e a relevância do mundo empírico.

o género” desvaloriza o carácter situacional da prestação de contas genderizada e as mudanças circunstanciais¹².

Sumariamente, podemos dizer que a tese de Connell é uma proposta macro analítica da ordem genderizada que enquadra as práticas de género num conjunto variável e interrelacionado de relações de poder. Já a tese de West e Zimmerman apoia-se na ordem micro analítica, no fazer quotidiano e situacional do género. Estas perspetivas apontam para o carácter situacional nos modos rotineiros e incorporados do fazer o género. Para as esferas materiais, simbólicas e performativas do género na sua relação com o poder¹³. Tanto estas propostas como as que se enquadram na variante pós-estruturalista das práticas de género mobilizam para a análise o carácter negociado da ação, a prestação de contas, a construção social dos interesses e a noção de *performance*. A linha de argumentação sobre o poder e as práticas é no entanto diferente. Antes de avançarmos com os principais fundamentos e diferenças do paradigma pós-estruturalistas e/ou das teses da performatividade das práticas de género, precisamos de ampliar a discussão para um contexto mais vasto de teorização.

Tanto o estruturalismo como o pós-estruturalismo têm vindo a demonstrar o jogo dinâmico das estruturas (Chaffe 2010, 83). Ambos os paradigmas veem a estrutura simultaneamente como uma “coisa” (substância) e como um método (*ibid.*). Têm em comum o recurso ao carácter relacional das totalidades, a natureza arbitrária do signo e a noção de diferença (Giddens, 1987 *op. cit.* Chaffe 2010, 79). Diferem, contudo, no modo como estes elementos concorrem para a construção do argumento. O estruturalismo e o que veio após *convergem* na inversão meta-teórica: “a formação dos conceitos depende dos sistemas linguísticos”. Também conhecida por “viragem linguística” esta inversão implicou que em vez de se desenvolverem conceitos para representar eventos e fenómenos, eram estes que precisavam de ser compreendidos previamente como significantes (*ibid.*)¹⁴. Podendo ser vistas numa lógica de continuidade ou não, ambas enfatizam a centralidade da linguagem na vida social mas divergem na forma como esta se cumpre e na abordagem aos elementos considerados relevantes. Para esta discussão foi central a proposta de Ferdinand de Saussure (2013 [1916]) de distinguir o *signo* linguístico entre a forma (*significante*) e o conteúdo (*significado*).

¹² A relação entre prestação de contas ou responsabilização e normas de género será aprofundada adiante.

¹³ Uma leitura estruturalista das propostas de West e Zimmerman sobre a reprodução e produção das práticas permite, aliás, refutar parte das críticas levantadas.

¹⁴ Ou seja, de que as palavras não são meros “rótulos *post-factum*” para significados pré-estabelecidos (Hurst 2017).

Aquilo que atualmente se designa como paradigma “pós-estruturalista” é um aprofundamento da tal inversão meta-teórica, especialmente em França nos anos 1950. Como é evidente no prefixo, o *pós-estruturalismo* constrói-se a partir da crítica da primeira. O seu estatuto enquanto corrente continua em debate, apreciação e contestação. No domínio teórico pode ser vista como uma forma de pensar baseada no estruturalismo que simultaneamente critica alguns dos seus compromissos (Hurst 2017; Chaffe 2010). Atingindo o seu expoente nos anos 1980 e depois incorporado na maioria das discussões disciplinares, o pós-estruturalismo assenta numa crítica da visão estática da estrutura social e do poder discursivo e representacional da abordagem estruturalista.

Em termos gerais, defende que a linguagem não é meramente simbólica (ou semiótica), radicalizando assim a função do *significante* (Chaffe 2010). Para isso apoia-se nas noções filosóficas da linguagem desenvolvidas a partir de meados do século XX, especialmente nas propostas de Michel Foucault (2000 [1966]; 1981 [1970]), Jacques Derrida (1997 [1982]) e John L. Austin (1962). Sumariamente, o deslocamento do estruturalismo para o pós-estruturalismo vem imprimir uma abordagem mais nuançada e flexível que evoca noções “emancipatórias” (ambiguidade, multiplicidade, instabilidade) para uma análise mais rigorosa da realidade social. Sobrepondo-se por vezes ao denominado “pós-modernismo” (enquanto forma de teorização mais extremada) e sendo criticado pelos excessos de relativismo cultural e/ou cinismo face à verdade, o pós-estruturalismo continua a dividir diversas escolas e correntes (inter/intra)disciplinares (Hurst 2017).

Na linha de argumentação pós-estruturalista há um maior enfoque nos poderes normativos das estruturas e nas hierarquias históricas subjacentes aos modos como comunicamos (Chaffe 2010).¹⁵ Partem do pressuposto que o discurso é o meio pelo qual se compreendem práticas sociais específicas (à la Foucault) e de que a linguagem tem uma ação. A linguagem é *iterativa*, ou seja, reiterada através das práticas, podendo ser constativa ou performativa (em linha com Austin). A prática corresponde, portanto, a uma prática discursiva e ao *saber-poder*¹⁶. A *performance* diz respeito ao desempenho e à representação, sendo performativa quando produz mudanças. A *performatividade* é uma forma de ação social, são as ações proferidas

¹⁵ Especialmente enfatizada pelas designadas teorias *queer*. Este conjunto de estudos baseia-se em estratégias de análise crítica, genealógica e de desconstrução da sexualidade e do género. A sua emergência remonta ao início dos anos 1990 (Bettcher 2014). As teorias pós-coloniais por vezes também são enquadradas neste paradigma, por aprofundarem os modos de naturalização das “práticas culturais” (Chaffe 2010, 79).

¹⁶ Porque o poder e o conhecimento são inseparáveis, estes encontram-se difundidos nas práticas e configuram-se através de uma formação social histórica. Como referem Lemert e Gillan (1982, 130) uma das questões em aberto na proposta de Foucault sobre as práticas é a sobreposição entre o discursivo e o social: “onde acaba o discurso e onde começa a vida social?”.

verbalmente¹⁷. Como refere Lloyd (2015), as teorias feministas têm recorrido à *performatividade* de duas formas: para analisar (na vertente simbólica/estruturalista e na vertente desconstrutiva/ linguística) e enquanto uma capacidade de subordinação do feminino na linguagem.

É na análise desconstrutiva que Judith Butler vem dar o seu contributo aos estudos de género, tornando-se uma autora central do paradigma “pós-estruturalista”. A sua proposta vem destronar a premissa de que o género se constrói a partir do sexo, baralhando a visão dicotómica natureza vs. cultura (Lloyd 2015, 581). Ainda que o tributo a Butler tenha ofuscado propostas anteriores que iam no mesmo sentido¹⁸, são de facto as suas teses que têm sido mais aclamadas, refutadas e/ou debatidas (Heyes 2016; Lloyd 2015; Hansen 2014; Lennon 2014).

Frequentemente incompreendida e alvo de crítica, a proposta de Butler é considerada radical porque propõe uma anulação da distinção entre sexo e género. O seu contributo foi, no entanto, fundamental para refutar a perspetiva categórica do género e tem sido igualmente muito celebrado. Os desafios colocados por Butler continuam, aliás, a inspirar debates dentro e fora da academia¹⁹. Na sua proposta sobre a performatividade do género, a filósofa interliga o material e o discursivo através de um argumento metafísico e epistemológico (Hansen 2014; Lennon 2014; Aboim 2010). Para Butler é uma contradição pensar a materialidade fora dos sistemas discursivos, como se fosse uma realidade pura, pré-discursiva. Isto porque é o *discurso* que constrói o género como um facto cultural e o sexo como um facto ontológico (Hansen 2014).

As diferenças sexuais não são, por isso, simplesmente inatas ou naturais: a biologia também não escapa à formação discursiva (Lennon 2014)²⁰. A diferença é parte e parcela de um sistema

¹⁷ Esta é a definição de performatividade em que se baseia grosso modo a corrente pós-estruturalista das práticas de género. Como veremos adiante, a performatividade ou poder performativo também pode ser vista de forma autónoma ao poder discursivo/simbólico e ao poder material/distributivo (I. A. Reed 2013).

¹⁸ Ao abordar os conceitos de performance e performatividade na teoria feminista, Lloyd (2015) advoga que Butler não foi a única a apoiar-se nestas conceptualizações, traçando paralelos com as perspetivas de Goffman e de West e Zimmerman. Como salienta a autora, a exploração de ambos os conceitos (com usos e vertentes distintas) tem vindo a transformar significativamente a compreensão do género pela teoria feminista.

¹⁹ A título de exemplo, relembramos o episódio de contestação de movimentos religiosos brasileiros, que queimaram uma efígie de Butler como se fosse uma bruxa e fizeram um abaixo-assinado para proibir a sua ida ao Brasil. A filósofa foi convidada como oradora no seminário “Os Fins da Democracia” na Universidade de São Paulo, a 7 de novembro de 2017. Apesar de a sua ida não estar relacionada com o tema do género, foi rejeitada por ser considerada uma ameaça aos valores da família e da moral – tomada como a fundadora da subversiva “ideologia de género” (Butler 2017). Aprofundamos estes debates sobre as formações discursivas do género no capítulo V, “Desfazer e Refazer o Género”.

²⁰ Uma das principais críticas a este argumento é a impossibilidade de captar os modos como a materialidade do corpo contribui para o sentido de *self*. Nomeadamente no caso das pessoas transgénero que precisam e/ou desejam fazer transformações corporais. A sua tese sobre o corpo é vista por isso como “sintética” e não natural. Butler defende-se reiterando que o corpo excede qualquer tentativa de acesso imediato e de captação pelo discurso. Para

representacional coercivo e restritivo. O estatuto ontológico deste sistema está dependente do seu enquadramento epistemológico (Hansen 2014). As formas de dominação heteronormativa²¹ limitam as condições de possibilidade existentes. A hierarquização das diferenças, i.e., as fronteiras de género socialmente construídas excluem o “exterior” que as constitui. O resultado da internalização destas diferenças é a valorização do *self* coeso e autêntico, imune à injustiça social (Heyes 2016).

Para Butler, o sujeito é também um produto do discurso, da matriz heteronormativa invisível que constringe as formações identitárias possíveis e exclui outras formas de subjetividade (Heyes 2016; Hansen 2014). Nesse sentido, as identidades de género correspondem a performances que imitam uma fantasia. São práticas de citação. Não são verdadeiras, reais ou naturais. O género não tem uma essência, é historicamente contingente e variável, refletindo o que é inteligível. Isto é, o pensamento permitido pelo poder regulatório do discurso num dado momento (Hansen 2014; Lennon 2014).

A natureza construída do género torna-o contestável e, em última instância, eliminável. É a partir desta premissa e da noção de heteronormatividade (ou horizonte heterossexual) que Butler começa a desenvolver a sua perspetiva. Mas, como nos mostra Lloyd (2015), a conceção butleriana de performatividade do género foi sofrendo várias alterações e deslocamentos desde o primeiro artigo publicado pela filósofa em 1988.

Butler (2009 [1988]) começa por dialogar com dois pressupostos de Simone de Beauvoir (“o corpo é uma ideia histórica” e “tornar-se mulher”). Discutindo a conceção fenomenológica de atos performativos, a autora orienta a sua proposta para uma perspetiva dramatúrgica da performance, apoiada nas propostas de Victor Turner (Lloyd 2015; Butler 2009 [1988]). Mais tarde, quando finalmente escreve o afamado livro *Gender Trouble* (1999 [1990]) é que se começa a deslocar para a filosofia linguística – fundamentando-se especialmente nas críticas de Derrida a Austin, mas também em Michel Foucault, Adrienne Rich e Monique Wittig.

Lloyd (2015, 575) mostra como estes deslocamentos são relevantes no modo como Butler passa a perspetivar a performatividade do género. A mudança de argumento sobre os efeitos produzidos pelo género de Butler passa a basear-se também na visão nietzschiana de que “não

si, é exatamente esse excesso que possibilita as formações corporais alternativas – porque ultrapassa os modos como podemos ter pensado o corpo. Contudo, salienta também que só é possível explorar o extra discursivo através das possibilidades discursivas (Lennon 2014).

²¹ Heteronormativo significa a legitimação e o privilégio de relações conjugais e identidades que naturalizam (e normalizam) a heterossexualidade, o patriarcado e o binário de género (homem/mulher). Este termo foi cunhado por Michael Warner (1993, xxi) e é frequentemente usado nas teorias e nos contextos *queer*.

há nenhum fazedor por detrás do fazer”. A questão normativa e a estrutura imitativa do género (artificial, sem “original”) ganham relevância, levando a filósofa a reforçar a sua linha de ação política em *Bodies that Matter* (Butler 1993). Em resposta às críticas afirma que é possível enfraquecer as normas de género mesmo quando “não há fazedor”²². É aqui que retoma a premissa de Derrida de que nenhum *signo* está inegavelmente amarrado a um contexto particular, tendo sempre capacidade de se multiplicar e transformar (Lloyd 2015, 576). Butler aposta na *hipérbole* como uma oportunidade para a agência – i.e. para contestar os termos da heteronormatividade.

Como salienta Lloyd (2015), a conceção da performatividade de género butleriana vai-se ancorando progressivamente na abordagem linguística, com algumas inovações – como a inclusão da linguagem não-verbal como uma forma de realização corporal (*style of the flesh*). Uma das consequências destes deslocamentos é a sobreposição do olhar – de um tratamento da vida (real) e do palco (simulacro) como elementos inseparáveis²³. É a compreensão da “performatividade como citacionalidade” – ou seja, como uma reiteração de estilos carnavais (atos, gestos, movimentos) historicamente significantes – que leva à consideração do género como inerentemente teatral (Lloyd 2015, 577). Não obstante, para Butler há sempre margem para *agir* na prática performativa. As ações constitutivas do género são um eco das anteriores, mas têm de ser compreendidas face à “citacionalidade compulsória” (Lloyd 2015). Ou seja, que há uma possibilidade integral à mudança das normas de género: o deslocamento das suas repetições através de alternativas (exageradas, personificadas, etc.). A força regulatória das normas de género (ou *convenções discursivas*), sustentada e mantida pelas citações, só poderá ser enfraquecida pela multiplicação das alternativas²⁴. Nesta perspetiva argumenta-se assim que o género pode ser *desfeito*.

Face ao exposto, levantam-se várias questões. Se quisermos aprofundar os caminhos por entre e além do género em ambos os paradigmas precisamos de investigar: O género pode ou não pode ser desfeito? A prestação de contas do género tem de ser vista numa lógica de custo-benefício? Podemos pensá-la a partir de outras lógicas? As práticas (só) podem ser escolhidas *a posteriori*, quando refletidas? Como se refazem as práticas? Com que consequências? Se é tão forçoso (estruturante) vivermos e fazermos (produzindo e reproduzindo) o género, tal como

²² O seu livro *Undoing Gender* (2004) reúne igualmente um conjunto de propostas e desenvolvimentos, em que procura afirmar a sua visão sobre o humano – anteriormente criticada pelo modo como trata a agência na performatividade do género (Lloyd 2015).

²³ Até certo ponto, podemos ver em Butler uma replicação da sobreposição foucaultiana entre o discursivo e o social.

²⁴ A questão normativa será aprofundada adiante na discussão dos imaginários e configurações do *inter-dito*.

a classe e a raça, talvez a demanda não seja sabermos como o fazemos ou porquê o fazemos. Uma direção mais justa e democrática (igualitária e/ou libertadora dos constrangimentos) poderá passar por sabermos ou traçarmos as finalidades do gênero além de uma visão de dominação ou antagônica. Para isso necessitamos de perspetivar as práticas de gênero em torno do constructo limite/transgressão. Tal propósito requer primeiro que recuperemos a principal “fonte de inspiração” dos paradigmas de gênero contemporâneos de modo a restituir-lhe a sua importância no contexto teórico particular e geral.

3. Os Estudos Transgênero: das epifanias ao contributo efetivo

Parte dos contributos dos paradigmas dominantes das práticas de gênero basearam-se na análise ou sugestão do (des)fazer o gênero pelas pessoas *transgênero*, *drag*, *intersexo*, etc. – as “alternativas” que simultaneamente ilustram e ameaçam a ordenação do gênero. Como refere Connell (2009a, 105) o caso de “Agnes” é o mais discutido nas ciências humanas, tendo suportado pelo menos quatro teorias importantes nos estudos de gênero: *Sexo e Gênero* (1968) de Stoller; *Estudos em Etnometodologia* (1967) de Garfinkel; *Gênero: uma abordagem etnometodológica* (1978) de Kessler e McKenna e “Fazer o Gênero” (1987) de West e Zimmerman. Nos anos seguintes surgiram também diversas críticas ao tratamento científico do caso de Agnes²⁵. Também o caso de David Reimer foi alvo de escrutínio, exploração e controvérsia, sendo relatado por Judith Butler (2004, 62–66) como uma *alegoria* sem fim, reclamada pela endocrinologia “em nome da natureza” e pela psiquiatria em “nome da normalização”²⁶. Para a autora, David é o *transgressor* por excelência: porque emerge nos

²⁵ Agnes nasceu em 1939 nos EUA e foi uma das primeiras pessoas a ser acompanhada pelos especialistas que inauguraram o acompanhamento transgênero “moderno”, nomeadamente Robert Stoller. O seu caso começou por ser diagnosticado como intersexo, foi objeto de um estudo exaustivo e fonte de informação médica e científica, suscitando grande atenção académica (servindo inclusive para a aplicação da etnometodologia de Garfinkel, 1967). Ao contrário da maior parte das pessoas “transsexuais” – a quem estavam vedadas ou eram proteladas as cirurgias de reatribuição sexual – Agnes fez as transformações médicas em 1959, com 20 anos. Ao sofrer complicações pós-cirúrgicas acaba por admitir a Stoller em 1963 que desde os 12 anos [1951] ingeria estrogénio e vivia como uma mulher desde os 19 anos [1958]. Stoller questiona então as suas descobertas, assumindo-o publicamente numa conferência em 1968. Desde essa época, como refere Connell (2009a) Agnes permanece como fonte nos estudos das práticas trans/gênero.

²⁶ O caso de Reimer é igualmente ilustrativo das “epifanias” geradas em especialistas. Bruce Reimer nasceu em 1965 no Canadá tal como o seu irmão gémeo Brian. Antes de completarem um ano foram diagnosticados com fimose. Bruce foi o primeiro a ser circuncidado. Um acidente na intervenção cirúrgica queimou parte da sua genitália. Por causa disso começou a ser acompanhado pelo psicólogo John Money e a equipa da recém-fundada Clínica de Identidade de Gênero no Hospital universitário John Hopkins em Baltimore, Maryland. Por não ser possível substituir o pénis foi realizada uma orquidectomia e sugerido que Bruce fosse criado como Brenda. Por ter um irmão gémeo e ser recém-nascido/a Bruce/Brenda foi visto por Money como ideal para a experimentação das teses da aprendizagem social do gênero. Money acompanhou os irmãos durante uma década e declarou as suas experiências como um sucesso. Contudo, mais tarde tornou-se pública a pressão traumatizante e estereotipada a

limites da inteligibilidade, porque oferece uma perspectiva alternativa aos vários modos pelos quais as normas circunscrevem o humano, porque se encontra no limbo entre a norma e a falha.

Efetivamente, as fronteiras demarcam os valores em que amarramos e fundamos o humano e o género. A distinção entre transgénero e cisgénero²⁷, por exemplo, encerra em si uma fronteira genderizada – entre adequado e inadequado, entre incluídos (concordância, continuidade) e excluídos (distância, impermanência). O facto de serem os “excluídos” a nutrir teorizações importantes sobre o género diz muito sobre a alteridade em que se fundam os limites e as transgressões. Aprofundaremos esta relação e os processos de demarcação e ordenação do género no próximo ponto. Mas antes precisamos de interligar os caminhos entre as teses das práticas de género que apresentámos e o campo de estudos transgénero.

Ora, uma das direcções a que ambos os paradigmas dominantes das práticas de género nos levam é a centralidade do reconhecimento e da incorporação do reconhecimento no (des)fazer do género (R. W. Connell 2009a, 108). Como referem Connell (2009a) e West e Zimmerman (2009) a conceptualização do género como uma realização (*accomplishment*) que é reconhecível tem implicações práticas e políticas. Mas mais do que virar a objetiva para os “excluídos” ou responsabilizar as pessoas transgénero e outras pela mudança necessária às ordenações do género, precisamos de compreender quais são as consequências de demarcar o género e em que moldes plurais o podemos fazer.

O tal “rompimento” das normas que frequentemente se atribui aos “excluídos” relaciona-se com a ambiguidade gerada e com a demonstração de que a “diferença antagónica” é *pouco justificável*. Nomeadamente, que o nexos nome-corpo-identidade (Pilcher 2016) se fundamenta na *oposição* entre masculino e feminino. É na descoincidência entre as características atribuíveis que reconhecem o sexo, o género, o corpo e o nome próprio que são destabilizadas as imagens particulares da feminilidade e da masculinidade. Quando a expressão do género mistura ou apaga os estereótipos e as naturalizações em que se fundamenta o antagonismo é qualificada como reinvenção²⁸. Por exemplo, ter barba e usar batom vermelho ou usar roupas

que as duas crianças foram submetidas, bem como a afirmação de masculinidade por parte de Bruce/Brenda que desde os 14 anos se declarava como David. Através de depoimentos a Milton Diamond a sua história é exposta para desencorajar práticas médicas do mesmo tipo já no final dos anos 1990. Após anos de depressão e trauma, no dia seguinte ao pedido de divórcio da sua esposa, David Reimer acaba por se suicidar em 2004, com 38 anos.

²⁷ Neologismo que começou por ser usado em contextos *online* enquanto termo que caracteriza as pessoas que não são *transgénero* (Shotwell e Sangrey 2009). Provavelmente apropriado da biologia molecular, o prefixo *cis-* provém do latim e significa “deste lado” ou “para cá”, traduzindo-se na ideia de correspondência ou concordância. Aprofundaremos as origens e desenvolvimentos da nomeação trans/género no próximo capítulo.

²⁸ Catherine Connell (2010) baseada em West e Zimmerman (1987; 2009) chega a sugerir que se substitua o “fazer o género” pelo “fazer transgénero” no caso das pessoas *trans*, de modo a dar conta da especificidade das

neutras. Mas, como nos diz Raewyn Connell (2009b) mesmo no interior de um simbolismo dicotômico de gênero existem muitas maneiras de violar as suas fronteiras. As vidas transgênero dramatizam o processo de reconhecimento do gênero nas interações quotidianas. Contudo ilustram sobretudo a força das contradições que emergem na produção das fronteiras genderizadas (*ibid.*).

Precisamente por serem nomeadas como excluídas, por lhes ser atribuído o ónus da contradição de gênero, as pessoas transgênero foram e continuam a ser consideradas como informantes privilegiadas de muita pesquisa científica²⁹. A distinção entre sexo e gênero deriva aliás dos estudos sobre as questões intersexo e transgênero, nomeadamente da conceptualização de John Money sobre o gênero e a identidade de gênero (Oliveira 2012). E, tanto a ciência especificamente focada nas questões sexuais e de gênero, como a teoria em geral têm beneficiado dos contributos destas vozes e imaginários (tidos como) “subalternos” (Singer 2013). Concretamente, da crítica social que expõe os mecanismos de poder que produzem hierarquias excludentes e normativas ancoradas em binários (categóricos, prescritivos e/ou substantivos). A exposição das operações produtivas da “inteligibilidade genderizada” (*ibid.*).

Muitas das teorias sociais contemporâneas têm vindo precisamente a focar-se na desconstrução do que se entende por humano (ou pós-humano), na emergência dos novos materialismos e das correntes anti essencialistas (Fuchs 2014; Lemert 2003; Braidotti 2002; Haraway 1985). Contudo, estas reconstruções teóricas não têm sido feitas num diálogo explícito com os estudos transgênero. Em geral, a comunidade e as pessoas transgênero foram tratadas mais como objetos do que como sujeitos da pesquisa; fontes de epifanias que não cessaram de emergir. Não tardou, porém, que o próprio campo de estudos transgênero começasse a construir-se a partir de uma voz própria que (na sua multiplicidade) identifica, problematiza e contesta boa parte das propostas avançadas em seu nome.

experiências particulares no contexto laboral. Não obstante, importa referir que esta proposta não só replica a oposição (incluídos/excluídos) como parte da ideia de que cabe ao fenómeno transgênero a responsabilidade pela mudança. A relação entre corresponder a um gênero reconhecível (ainda binário) e corresponder a uma norma ou convenção social não pode ser tratada monoliticamente, nem numa lógica causa-efeito. A desconstrução das relações assimétricas de poder em que se posicionam as pessoas – do sistema de privilégios, convivência e marginalidade tem de ir além de uma visão essencialista e/ou categórica.

²⁹ Como referem vários autores a própria narrativa biomédica da transsexualidade foi construída a partir dos relatos dos primeiros casos acompanhados por Harry Benjamin e a sua equipa (Stryker 2008; Ekins e King 2006). O enviesamento em torno de uma visão estereotipada do que se entende por ser a masculinidade adequada e a feminilidade adequada é frequentemente um ponto da discussão que continua a distribuir acusações ao conhecimento médico e à visão “normativa” sobre as questões transgênero (Spade 2000). O fantasma do “*evil deceiver and make believer*” continua a assombrar boa parte dos modos como as representações sobre o fenómeno e a questão do corpo são colocadas (Bettcher 2013).

Ainda que se possa situar a infância dos estudos transgênero nos anos 1990, já desde os anos 1960 que este campo se autonomizava, iniciando a sua formação como lente interpretativa da realidade social (Kunzel 2014; Singer 2013; Saleiro 2013; Enke 2012; Stryker 2008; Ekins e King 2006)³⁰. É no deslocamento de parte das reivindicações ativistas para o contexto acadêmico que os estudos transgênero se começam a formar. Nos interstícios dos estudos da sexualidade e dos estudos feministas. O primeiro passo passou por responder aos retratos negativos de que eram alvo e desafiar o conhecimento aceite em três frentes: i) na medicina e psicologia; ii) nos movimentos excludentes (como TERF³¹) e iii) nas humanidades e ciências sociais (Singer 2013; Bryant 2009).

Opuseram-se ao saber médico e psi- (i) pela patologização do fenómeno transgênero e pelas descrições restritivas e incorretas que frequentemente negavam (e ainda negam) o acesso ou controlam compulsivamente as possibilidades de transformação do género. Contrariando os modelos de “falsa consciência” da subjetividade transgênero (ii), vêm demonstrar como este fenómeno é anterior e vai além do domínio médico e não pode ser visto como a sua consequência³². E, contra o apagamento e apropriação das vozes e passado transgênero em nome de outras causas (*queer*, LGB e feministas) (iii) vêm reassumir a sua multiplicidade de género tal como é vivida em nome próprio³³. Este primeiro momento da constituição dos estudos transgênero pautou-se, portanto, por uma tensão com o conhecimento vigente e por um enfoque na questão identitária (Stryker e Aizura 2013; Bryant 2009; Stryker e Whittle 2006).

³⁰ Como teremos oportunidade de aprofundar no próximo capítulo, houve várias circunstâncias históricas e políticas que marcaram a emergência deste campo. Para efeitos desta discussão importa antecipar que enquanto área de conhecimento formou-se primeiramente no contexto anglófono, especialmente norte-americano, onde os confrontos entre o saber biomédico e o(s) ativismo(s) foram intensos.

³¹ Sigla usada para designar feministas radicais transfóbicas que consideram que as mulheres transgênero não são mulheres: *Trans-Exclusionary Radical Feminists*.

³² Os ataques feministas radicais às pessoas transgênero são bem conhecidos (no qual a obra *The Transsexual Empire: The making of the She-Male* de Janice Raymond, (1979) é um dos exemplos mais representativo). Não obstante, com a formação e crescimento da comunidade ativista (especialmente no contexto anglófono) emergiram também alianças e respostas Transfeministas, nomeadamente a resposta direta à provocação de Raimond por Sandy Stone (“The Empire Strykes Back: A Posttranssexual Manifesto”, (1991 [1987])) um dos principais alvos da sua teoria. Como refere Singer (2013) o manifesto de Stone incita ao “excesso polivocal” das diversas subjetividades transgênero como uma forma de resistência política, posicionando as pessoas transgênero enquanto fontes do conhecimento legítimo nos seus próprios termos em linha com os feminismos pós-estruturalistas. Este ensaio, juntamente com o de Feinberg (1992) e o de Stryker (1994) são vistos como o pontapé de saída dos estudos transgênero (Singer 2013). Para uma visão contemporânea do Transfeminismo ver Enke, 2012.

³³ Nomeadamente que as identidades transgênero não têm uma “natureza” inerentemente *conservadora* (reificante dos estereótipos e essencializadora do binário de género), *transcendente* (a salvação “queer” para abolir o género), *desafiadora* da heteronormatividade (a luz contra o labirinto do patriarcado), *oportunista* (dos privilégios masculinos hegemónicos) e/ou intricada com sexualidade (começando com a descoberta da orientação sexual) (Bryant 2009). A tensão entre as teorias *queer* e os estudos transgênero sobre o “excepcionalismo transgressivo” (Halberstam, 2005 *op. cit.* Singer 2013) das pessoas transgênero (incitado em grande medida pela perspectiva butleriana) continua a alimentar muito dos debates, traduzindo-se numa (nova) hierarquização e apreciação do que se entende por transgressivo e normativo (Singer 2013). Um debate para o qual procuramos claramente contribuir.

O diálogo implícito e explícito que convocaram na sua crítica levou a uma reformulação da abordagem e do conhecimento sobre o fenómeno transgénero.

Para Kunzel (2014) a nova fase de amadurecimento dos estudos transgénero desloca-os para quatro direções: i) *ótica trans* – a particularidade da análise transgénero e da crítica à coerência identitária; ii) *vidas trans* – a importância das circunstâncias materiais e do relato das experiências vividas, sobretudo por parte de quem raramente consegue ter voz própria; iii) *conversas trans* – o diálogo interdisciplinar e interseccional, nomeadamente com os estudos sobre o corpo e a deficiência (*disability*); e iv) *visões trans* – a agenda redistributiva e os imaginários políticos de justiça e liberdade. Estes novos paradigmas são marcados por três grandes antagonismos que de certa forma implicam posicionamentos (ainda que diversos) no campo de estudos transgénero (Bryant 2009). O primeiro emerge da relação entre as políticas pós-identitárias e as formas de identidade existentes, questionando-se o valor da identidade e as categorias identitárias privilegiadas (Stryker e Aizura 2013; Bryant 2009; Salah 2007; Namaste 2005; Butler 2004). O segundo remete para o cruzamento entre a compreensão sexo/género como uma construção social e as explicações biológicas do fenómeno transgénero – uma diferença que é tanto teórica como política, uma vez que dela dependem (ainda) as possibilidades de alcançar direitos e justiça social para as pessoas que não correspondem ao género atribuído à nascença (Kunzel 2014; Bryant 2009; Namaste 2005)³⁴. Por último, há uma tensão em torno das balizas que autonomizam o campo de estudos transgénero, sobre o que pode e quem pode ser incluído³⁵ – uma consequência da expansão e crescimento dos estudos e do diálogo interdisciplinar que têm provocado (Kunzel 2014; Stryker e Aizura 2013; Bryant 2009).

No fundo, é na desconstrução da diferença e na interseção das fronteiras não hierárquicas que se concentram as teorias transgénero na primeira pessoa (Stryker e Aizura 2013). Uma forma de resistência que expressa a heterogeneidade da subjetividade transgénero (reconhecendo o seu comprometimento parcial com o conhecimento existente) e procura explicar as opressões objetivas (e não as pessoas em si) que discriminam e limitam as possibilidades alternativas do género (Kunzel 2014; Bryant 2009). A melhoria das condições de vida das pessoas transgénero é um objetivo igualmente agregador, centrando-se na produção de um conhecimento afirmativo

³⁴ Como veremos no próximo capítulo, a transformação jurídico-legal que tem vindo a ocorrer em muitos países, com a introdução do marcador de género “indeterminado” acarreta outro dinamismo a este debate.

³⁵ Como a inclusão das pessoas intersexo; das práticas e expressões de género alternativas às dominantes; a discussão transnacional sobre a variação do género, bem como a relação entre as matrizes de reconhecimento e desempenho do género nos diversos contextos (separados grosseiramente pelo binário “the west and the rest”).

que permita atenuar a violência e a desigualdade de que são alvo. Estes contributos efetivos não podem ser descurados. Para avançar com parâmetros plurais de leitura e análise das práticas genderizadas, que permitam aliviar os efeitos limitativos das alternativas, precisamos claramente de outros horizontes.

4. Imaginários e configurações do *interdito*

Uma das formas de compreender as fundações estruturais do género passa por identificar quais *conceitos normativos* (Scott 2008, 65 [1988]) ou *ideologias* (R. W. Connell 1987, 242–47) vigoram num dado contexto social. Apesar da diversidade de práticas e formas de identificação genderizadas, os processos interpretativos das relações de género são especificados predominantemente em termos de *justificações* que tendem a naturalizar as diferenças entre homens/masculino e mulheres/feminino. O processo de *purificação cognitiva* do género depende da rejeição ou repressão das possibilidades alternativas à visão dominante (Scott 2008 [1988]; R. W. Connell 1987). A exclusão dos elementos que não encaixam na narrativa subjacente à divisão (e oposição) entre homens e mulheres é cumulativa. Sustenta-se através de outras oposições (como público vs. privado) e através de diferentes mecanismos culturais para agir. Tudo aquilo que ameaça a credibilidade de “*uma ideologia naturalizada de género e um mundo sexual dicotomizado*” – como a homossexualidade, o travestismo, a transsexualidade, etc. – é interpretado como transgressivo: “*um símbolo da desordem, sujeira, perigo*” (R. W. Connell 1987, 248). O aparente consenso ou conformidade das normas de género advém desta naturalização hegemónica das diferenças de género. De uma *doxa* (ou senso comum) que toma como evidente a relação assimétrica, exclusivamente dicotómica, entre a masculinidade hegemónica (universal) e a feminilidade enfatizada (subordinada).

A recorrência e a banalidade da contradição normativa estão patentes na persistência de mecanismos de reforço das normas de género (Pearse e Connell 2016). As transgressões de género – parte e parcela das normas – contribuem frequentemente para a reprodução do que é cristalizado como “normal” (Jenks 2003, 3). Como dissemos antes, o determinismo categórico (biológico ou social) conduz invariavelmente ao reforço das perspetivas da diferença ou da semelhança entre homens e mulheres. Nessa aceção, poderíamos quase dispensar o esforço empírico, na medida em que conhecemos os resultados mesmo antes de começar. Como refere Bock (2008, 84 [1989]) para pensarmos as relações de género precisamos de ultrapassar um “*modelo lógico de opostos contraditórios*” que nos permita considerar as múltiplas alternativas

existentes em distinções, diferenças e contrários que não se interligam numa estrutura antagónica. Porque a ordenação do género implica tanto a reprodução e consenso como a mudança e conflito; porque compreende lógicas de dominação, de cumplicidade e de subordinação, precisamos de aprofundar as modalidades de auto/hétero regulação do género.

Por partirem de um olhar mais aguçado e menos antagónico da regulação do género, importa retomar os paradigmas das práticas de género quanto ao lugar que os *interditos* assumem nas explicações e colocá-los em diálogo com os contributos dos estudos transgénero.

4.1. Demarcação do género: as fronteiras normativas (além e aquém)

Ver os limites do género a partir das suas transgressões reflete fundamentalmente um processo de demarcação – o reconhecimento dos parâmetros pelos quais o género é ordenado e regulado, pelos quais se define o que é expurgado e o que é incluído na naturalização e justificação das divisões. Para West e Zimmerman (2009) a prestação de contas (ou *accountability*) é simultaneamente a fonte e o resultado do género. Aquilo que permite é a sua manutenção e a transformação das normas “culturais”. Os autores questionam inclusive, a necessidade de continuarmos a recorrer à “categoria sexo” como critério de avaliação do género. Que precisamos de ir mais a fundo na observação das circunstâncias históricas e estruturais e da biologia da espécie; que é através da compreensão da produção e do reconhecimento do *sexo* que podemos perceber melhor as práticas de género.

Não descurando a importância do contributo destes autores, importa contudo avaliar criticamente a proposta que fazem. Nomeadamente, até que ponto é que as explicações que oferecem permanecem ancoradas na premissa de que o sexo precede o género? E na divisão entre natureza e cultura? A lógica custo-benefício patente no modelo normativo que apresentam beneficia os limites em detrimento das transgressões? Ou seja, a agência “negociada” nas interações sociais baseia-se (sempre) na contabilização do que é simbolicamente legítimo? São só os significados e as referências que contam para mudar o género? Encontramos algumas das pistas para estas questões na conceptualização das normas de género e do lugar da agência em ambos os paradigmas assinalados anteriormente.

Em consonância com Goffman (1977) e com West e Zimmerman (2009; 1987), Connell e Pearse (2016) concebem as normas de género a partir do nível simbólico ou cultural (nas práticas de interpretação, comunicação e significação): as regras diferenciais de conduta, as definições de relações por grupos específicos, as regras que orientam as interações sociais e que se manifestam através do “aparente” consenso normativo. As normas de género são, portanto,

uma dimensão específica, propriedades ou aspetos da vida coletiva que podem incluir desde valores, crenças, atitudes, preferências, convenções, suposições, ideologias, tradições, costumes, cultura, leis, regras ou mesmo direitos (Pearse e Connell 2016, 34). Enquanto West e Zimmerman (1987) e Goffman (1977) colocam as diretrizes (universais) do fazer do gênero no domínio social em geral, Connell e Pearse (2016) vão mais longe, reconhecendo diferentes tradições normativas entrelaçadas na formação das relações de gênero. As normas prescrevem não apenas os costumes provenientes do passado, mas também o que devem ser no futuro, especificando os “vetores de mudança histórica” nas práticas de gênero (Pearse e Connell 2016, 37). Segundo estas autoras, as normas têm um efeito de restrição, escolha e capacidade de ação que reflete a eficácia e o funcionamento do poder e a conquista da hegemonia. A aparência de conformidade normativa é um sinal do controlo hegemónico. Nesse sentido, as normas de gênero são definidas como declarações prescritivas de práticas que, embora negociáveis e mutáveis, estão institucionalizadas tanto nas atitudes/comportamentos pessoais quanto nos contextos institucionais.

Por sua vez, Butler (2008 [1986]; 2009 [1988]; 1999 [1990]; 2004), ao insistir no *desfazer* do gênero – i.e. na possibilidade de mudança através de uma citação deslocada da norma – vai além da visão de regulação simbólica na definição das normas de gênero. Para esta autora, as normas genderizadas são *formas de ação* que produzem um campo de aplicação e se produzem na produção desse campo. Uma norma só se constitui como norma porque é ativamente reiterada na produção da realidade. A transgressão está sempre contida na própria norma porque ocorre por referência a essa norma e é essencial na sua eficácia e reforço (Jenks 2003). Por causa da natureza performativa da norma é possível transgredi-la. A sua invocação e citação predispõe continuamente as possibilidades alternativas de deslocamento e subversão. É na criatividade situada que podemos reconstituir as normas estabelecidas; produzir um deslocamento dos significados de modo a afetar as formações discursivas futuras. Podemos ver aqui a influência da conceção de transgressão de Foucault na proposta de Butler: são as formações discursivas que restringem as formas possíveis de subjetividade, um sistema representativo coercivo e restritivo, cujo estatuto ontológico depende em primeiro lugar da estrutura epistemológica (Hansen 2014). Consequentemente, para Butler o gênero é uma modalidade de regulação das identidades (disponíveis e socialmente impostas) cuja internalização e incorporação conferem substância às normas de gênero e estão diretamente relacionadas com os discursos que constroem os indivíduos no interior das relações de poder (Miskolci e Pelúcio 2007). Tal como vários outros autores, especialmente na sociologia, Butler

vem demonstrar que as identidades não são objeto da escolha voluntária: emergem a partir das categorizações disponíveis num dado contexto socio-histórico; são mecanismos sociais que estabelecem imposições não-voluntárias da identidade e que podem ser desafiadas.

Nesse sentido, não será por acaso que boa parte das explicações encontradas em ambos os paradigmas enfatize as práticas de gênero *divergentes* (R. W. Connell 1987) e as performances e identidades de gênero demarcadas como “excluídas”. Ver os limites a partir das transgressões, perceber o significado de uma coisa a partir do que ela não é, foram algumas das heranças deixadas pela crítica foucaultiana. Considerando a nossa revisão, as normas de gênero podem ser vistas na vertente: i) simbólica – formas múltiplas de governar práticas (passadas/ futuras); ou ii) formal – um constrangimento das possibilidades alternativas de (des)fazer. Para Connell e Pearse (2016), o poder normativo deriva da estrutura simbólica (hermenêutica) e relacional na qual o gênero é socialmente construído. Para Butler, a performatividade da norma vai além da mera expressão das relações de poder existentes e estruturantes. As performances só são transformadoras quando os sistemas de significado são questionados, silenciados e/ou produzem um deslocamento efetivo.

Independentemente do lugar que as normas de gênero assumem nestas explicações, encontramos aqui o mesmo imaginário do inter-dito. Ambos os paradigmas partem do horizonte de dominação que marca e classifica as relações de gênero face a um centro hegemónico. Um e outro são pertinentes na análise do poder nas relações de gênero, porque o mapeamento das posições relacionais e das codificações simbólicas precisa de ser complementado com uma análise específica das mudanças que, nessas estruturas, se devem ao poder performativo. Em linha com Reed (2013, 207), “*o grau em que o poder performativo é autónomo do poder relacional e do poder discursivo*”. Para ir além de uma análise dialética da ação/estrutura precisamos, como diz o autor, de incluir a autonomia dos próprios atos (situados no tempo e no espaço) na transformação do “poder para” (capacidade) e do “poder sobre” (dominação).

A questão da agência emerge neste âmbito como fundamental. Para Lloyd (2015, 579) o que diferencia a proposta de Butler das propostas de Goffman e West e Zimmerman é a possibilidade de mudança do gênero. Enquanto os segundos encaram o gênero como um elemento construído e não essencial mas inescapável da vida quotidiana, cuja “*opcionalidade é apenas aparente*”, a primeira insiste no seu potencial transformativo através dos mesmos meios pelos quais a sua estrutura imitativa é reiterada. Tanto Butler (2004) quanto Connell (2009a) concordam que o poder hegemónico só pode ser contestado através de políticas de

aliança que alterem os parâmetros pelos quais o gênero é ordenado e regulado. As condições para a responsabilização do gênero, da sua prestação de contas (*accountability*). As possibilidades de expansão do que é reconhecido nas normas de gênero quando as pomos em prática implicam, portanto, um compromisso e uma consciência coletiva que não só admitam como garantam essa transformação³⁶. Para isso, importa igualmente aprofundar o que entendemos como transgressivo para além da relação de alteridade incluídos/excluídos. Estas fronteiras normativas requerem que olhemos para o processo de ordenação e valoração do gênero e para os critérios que governam a sua legitimidade. Para a alteridade existente entre universal/ particular que advém da espiral limite/transgressão.

4.2. Ordenação do gênero: a (des)valorização da “identidade de gênero” e outras legitimidades

Qualquer *ordem*, disposição ou arranjo acarreta consigo critérios, lógicas de classificação ou parâmetros pelos quais se estabelece e legitima algo. Mesmo que pensemos o gênero de forma democrática não podemos prescindir dos mecanismos subjacentes à sua construção, avaliação e valorização. As relações de gênero são dinâmicas e têm de ser vistas para lá de uma abordagem de cima-para-baixo (*top-down*) ou de uma abordagem de baixo-para-cima (*bottom-up*), como se fossem um organograma corporativo. Em contrapartida, esta ordenação das relações de gênero também não é arbitrária, inorgânica ou anárquica. As posições relativas ocupadas nas relações de gênero têm pelo menos três mecanismos de legitimação que lhes conferem substância e fundamentam a sua valorização. O primeiro, já referido, é o da “prestação de contas”: os modos de avaliação dinâmicos, as inferências “situadas” sobre as diferenças de gênero e as suas consequências (West e Zimmerman 2009). O segundo relaciona-

³⁶ Chaffe (2010, 83) refere que tanto o estruturalismo como o pós-estruturalismo tendem a minimizar o “poder criativo” do indivíduo assim que o reconhecem. Ou seja, que ambas partem da premissa de que os indivíduos estão sempre deslocados do autoconhecimento; de que a mudança ocorre num “inconsciente” – no mecanismo inscrito na constituição biológica da mente. De facto, ambos paradigmas colocam maior ónus no significante do que na relação entre significante (forma) e significado (conteúdo) do *signo* comunicativo. Não obstante, a compreensão dos seus contributos tem de ir além da divisão entre indivíduo/sociedade. Não podemos sobrepor a explicação do todo – a estrutura – à explicação da relação entre as partes e o todo. As consequências de dispormos de teorias sistemáticas e aprofundadas sobre os modos como o poder funciona e do jogo dinâmico das estruturas afetam-nos tanto pessoal como coletivamente e, necessariamente, deslocam a “criatividade” para as interpretar. Isso não significa que a mudança seja inconsciente, nem que a reflexividade seja um critério exclusivo da transformação. Os movimentos e as forças em jogo na estruturação das relações sociais ultrapassam em grande medida as capacidades individuais (e coletivas) investidas na mudança (e na sua conservação). Ao limite, podemos efetivamente ter um vislumbre da sua eficácia mas não a podemos controlar ou conter completamente (mesmo de forma criativa). Isso não é o mesmo que dizer que a mudança é inconsciente ou que estamos deslocados individualmente das possibilidades de conhecimento. Cabe-nos, aliás, definir como queremos conceber esse conhecimento não só criativamente (considerando as diversas alternativas) como responsabilmente (posicionando-nos face aos “deslocamentos”; aproximando-nos). Neste âmbito, os contributos do campo de Estudos Transgênero são uma referência incontornável e fundamental.

se com o recurso à *identidade* como medida para tornar inteligível a experiência genderizada e para hierarquizar as diferenças. E o terceiro remete para a inevitabilidade do gênero como parâmetro de estruturação das relações sociais.

Por detrás desta tríade de legitimação estão as condições e definições do que é dominante e do que é marginal. Os critérios de fixação valorativa do que é contabilizado para fazer o gênero de forma a este ser reconhecível e interpretável. Determinações dos “excessos” e das “ameaças” que permitem prevenir e simultaneamente sustentam as diferenças dominantes. As posições “obedecem” à lógica hierárquica precisamente porque essa é a via estabelecida pelos critérios em que se baseia a legitimidade para fazer o gênero. Ou seja, porque outras lógicas alternativas implicariam avaliar o gênero de uma outra forma, alterariam a sua substância e valorização, bem como os graus de autoridade em que se baseiam. De facto, o que é contabilizado como gênero e os critérios pelos quais a prestação de contas vai sendo efetivada quotidianamente são variáveis no tempo e no espaço. Mas esta variabilidade não equivale a liberdade, como referem West e Zimmerman (2009, 117): independentemente da variação, o gênero continua a contar como diferença, continua a ter força enquanto categoria social. Nesse sentido, devemos distinguir o recurso à “prestação de contas” como categoria da prática (ou descritor) e como categoria analítica.

Enquanto conceito teórico que liga as interações quotidianas e os contextos socio-históricos, a “prestação de contas” é sobretudo uma ferramenta heurística que nos permite compreender o que é contabilizado ou não no gênero. Porém, não podemos descurar precisamente os parâmetros em que situamos as próprias práticas de atribuição, interpretação e apropriação do gênero. Enquanto mecanismo que concorre na (des)legitimação das diferenças genderizadas, a “prestação de contas” beneficiaria em ser concebida numa lógica menos mercantilista ou individualizante. Entender a prestação de contas como uma forma negociada de atribuição e apropriação do gênero pressupõe que haja um consenso quanto aos modos como devem ser interpretadas as práticas de gênero. Pressupõe não só que o gênero esteja sempre “em jogo” nas relações sociais, como que as posições relativas ocupadas correspondam a identidades reconhecíveis segundo a ordenação hierárquica privilegiada e dominante. O dinamismo nos modos como o gênero é contabilizado (ou no que é que conta como transgressivo no gênero) não corresponde nem a um monopólio do gênero nas relações sociais nem que as “orientações” se rejam pelas mesmas linhas interpretativas. Permanecendo com um vocabulário economicista, podemos dizer que as próprias *transações* genderizadas contêm diferentes *concorrências* normativas.

Mais do que intencionalmente negociadas, as diferenças de gênero (e a sua relevância) vão-se transformando e vão-se mantendo através do seu confronto e contraposição. Como refere Tadeu da Silva (2000, 76), por serem a norma, as identidades hegemônicas não requerem uma definição concreta, são “*permanentemente assombrada[s] pelo seu Outro, sem o qual a sua existência não faria sentido*”. Por exemplo, a identidade “cisgênero” só necessitou de nomeação depois da emergência da identidade “transgênero”. O seu recurso resume-se a uma atribuição (quando oportuna) face àquele *outro* que precisa de explicação. É o outro que especifica como se faz o gênero por entre e de encontro à norma. Com efeito, as identidades são antes de mais mecanismos de legitimação e hierarquização das diferenças legitimadas no gênero. Sendo necessariamente sociais estas diferenças são fonte de tensões e o fundamento ontológico em que se baseia a diversidade (Lawler 2014; Miskolci 2005; Bourdieu 2001). A nomeação do gênero depende, portanto, de uma elevação das diferenças (e de uma supressão das semelhanças) que organizam e hierarquizam as identidades em torno de lógicas de dominação, convivência e subalternidade. Importa questionar não só as modalidades em que situamos essas diferenças (hierarquicamente ou não) como também as consequências dos critérios de avaliação que as legitimam.

Assim, o que os três mecanismos de legitimação revelam são as condições em que se estabelece a alteridade entre o universal e o particular no gênero. Isso é muito visível na centralidade que o conceito de identidade assume: na explicação do fenómeno transgênero; na defesa dos direitos de gênero; ou mesmo nas narrativas da experiência genderizada – por “*insiders*”, “*outsiders*”, aliados, ativistas, etc. Mesmo quando uma identidade é encarada como fluída, volátil ou ambígua, há um posicionamento face aos modos expectáveis e normativos inscritos (e prescritos) num modo de ser fixo, estático (situado antagonicamente no masculino ou no feminino)³⁷. A identidade é a referência pela qual se define a diferença e, simultaneamente, os processos de diferenciação também produzem identidades (Silva 2000, 73). Como refere Bourdieu (2001, 55) a totalização e unificação do *eu* não passam de retóricas, de produtos dos mecanismos sociais que autorizam e favorecem a *experiência corrente da vida como unidade e como totalidade*.³⁸

³⁷ Como refere Lawler (2014, 181) *as questões da ordem social tornam-se questões de identidade* nas sociedades contemporâneas. A herança iluminista da visão essencialista e normativa de *self* liberal e humanista acarreta uma demanda sobre o que *deve ser* a identidade, sobre os valores sociais que ditam como *devemos querer* ser. Um ideal que rejeita a inautenticidade, a dependência e passividade, o desconhecimento sobre si próprio ou a indefinição identitária.

³⁸ Também Norbert Elias, no seu estudo sobre o processo civilizacional no Ocidente, demonstrou como ao longo da história a ênfase no autocontrolo (das emoções e das pulsões corporais) – sobretudo com a ascensão da Sociedade de Corte e da etiqueta – levou à crença e representação de uma *identidade autêntica*, de um “mundo

As identidades de gênero formam-se num sistema aberto de disposições, *liberdades reguladas*, duráveis mas não eternas (Bourdieu 1992:133 op. cit. McNay 1999a). Os diversos modos de identificação e incorporação das determinações objetivas do gênero não são, portanto, passivos. McNay (1999a) relembra que a questão identitária tem de ser entendida para lá da visão antagônica entre liberdade vs. constrangimento patente nas concepções liberais do sujeito. A diversidade (das práticas) de gênero está interligada por uma série de posições (relativas, múltiplas e não opostas ou separadas), potencialmente conflituais e dificilmente costuradas (*ibid.*). A sincronia entre constrangimento e liberdade das experiências sociais mostra como as identidades não são meramente mecânicas nem tão pouco uma consequência inevitável da transformação e/ou resistência.

Neste âmbito, Brubaker e Cooper (2000) vêm contribuir de forma fundamental para atenuar as linhas divisórias do debate sobre a importância e conceptualização da identidade. O dilema do recurso à identidade enquanto categoria *analítica* pode ser ultrapassado através da aplicação de outros constructos (mais) heurísticos que permitam observar os usos da identidade na *prática*³⁹. Ora é precisamente na prática que vemos os usos e as hierarquizações da identidade de gênero; que testemunhamos o recurso à identidade enquanto forma de legitimação e valorização do gênero.

Um dos aspetos mais salientes nos discursos públicos em torno da identidade de gênero é a *importância* que o próprio gênero assume no processo de formação identitária. Entre os vários argumentos existentes, encontramos a defesa de que as pessoas transgênero detêm uma espécie de “consciência de gênero” *confirmada*, quase irrefutável ou até mais manifesta do que as pessoas cisgênero⁴⁰. Em muitas das narrativas é transmitida a ideia de se ter vivido “duplamente” na pele um reconhecimento genderizado “binário” – sinónimo de uma “passagem” bem-sucedida, especialmente nas trajetórias de *migração*. Esta dupla “atribuição” seria a razão para a maior sensibilidade e o fundamento da fronteira com o universo “cisgênero”

interior” em oposição a um “mundo exterior” que mascara precisamente a interdependência humana em que as identidades são forjadas (Lawler 2014, 15–17).

³⁹ Através de um inventário sobre as concepções “fortes” e “fracas” do constructo *identidade* os autores defendem uma sustentação analítica em termos menos dilemáticos como “*identification*” (também sugerida por Hall, 2000), “*categorization*”, “*naming*”, “*self-understanding*”, “*social location*”, “*communality*”, “*connectedness*” ou “*groupness*”. Ao proporem uma análise das questões identitárias através de termos que invocam alguma das suas facetas – o que implicitamente reflete o apelo às teorias de médio alcance – e procurarem aprofundar e ilustrar as diferentes aplicações analíticas, Brubaker e Cooper conseguiram reunir alguns consensos no prolongado debate académico sobre a importância (ou necessidade) da identidade (Hall 2000; Griffiths 2015).

⁴⁰ Como refere Enke (2012, 11), a nomeação do cisgênero não só reflete e reforça a capacidade regulatória do gênero através de um novo binário (trans/cis) como insiste numa visão identitária que elimina a diferença e a variabilidade das práticas de gênero.

(pouco atento, mais normativo e geralmente insensível ou ignorante nas questões de gênero)⁴¹. Quando esta fronteira não é traçada nos debates públicos, é frequente a apresentação de um argumento que concorre para a defesa da diversidade de gênero como um fenómeno *global* ao mesmo tempo que reforça a *particularidade* do “instinto” e a “autenticidade” das pessoas transgênero (Cloud 2018). A importância que o gênero tem vindo a assumir para traçar divisórias, para ser medido por descrições identitárias quanto ao seu peso e à sua percepção intuitiva (ou *inata*) ilustram bem a sua *significância* – i.e. as qualidades que conferem significado ao gênero (seja ele binário ou não).

A relevância conferida ao gênero e as maneiras como é ordenado não esgotam os modos este se manifesta nos processos de formação identitária. Mas permitem compreender melhor as malhas em que se tecem e estruturam os sentidos e as lógicas de dominação, convivência e subalternidade presentes nas práticas de gênero. Ou seja, possibilita um aprofundamento das condições em que se estabelece o que é universal e o que é particular na relação entre limite/transgressão. Se quisermos compreender as transgressões a partir dos limites, teremos de perguntar o que queremos prevenir e o que consideramos ameaça? Não prescindindo das lentes do gênero como parâmetro de análise da realidade social, o que é que temos de (re)considerar nos modos como vemos a sua ordenação e inevitabilidade? Mais do que um ideal progressista unívoco, a progressão continuada entre o que contabilizamos como transgressivo/limitativo no gênero precisa de explicitar (e reivindicar) os critérios e as (des)valorizações que (i)legitimam as práticas genderizadas. Qual a consequência de ver a desigualdade como uma transgressão e não como um limite? Podemos valorizar a semelhança em vez da diferença genderizada? Ou isso implicaria prescindir das identidades, da riqueza e pluralidade do gênero? Podemos substituir o mecanismo identitário por outros menos prescritivos, mais coletivos? Que mecanismos de avaliação e valorização seriam mais justos ou democráticos? Procurando aprofundar estes imaginários e configurações do *inter-dito* apresentamos agora a aplicação do nosso horizonte teórico às práticas de gênero.

⁴¹ Esta discussão é importante para melhor compreendermos as condições em que se define o que é excluído e incluído no fazer do gênero, bem como naquilo que concebemos como universal e particular. As experiências genderizadas são singulares e individuais, beneficiando mais de uma visão que tome essa riqueza e pluralidade como um todo do que com a persistência numa divisão hierárquica que legitima e prescreve o que é correto no gênero, numa representação incessante e mensurável do bom, do mau e do terrível. Reconhecendo obviamente a importância de afirmar as opressões e a particularidade das experiências genderizadas face às posições em que se encontram, importa questionar exatamente o que entendemos como sendo coletivo e “universal” nesses diversos modos como (des)fazemos o gênero. É a diferenciação a partir de uma divisão? É a forma criativa em que a multiplicamos, expressamos e reconhecemos? É nos constrangimentos e naturalizações que escamoteiam as alternativas existentes? Como podemos incluir as tradições normativas no todo? É possível encontrar uma linguagem comum, menos demarcada pelas fronteiras definidas nos binários M/F ou Trans/Cis?

4.3. A utilidade do nexo transgressão/limite na análise do género

O recurso às lentes do género é fundamental para compreender as práticas sociais e os modos de regulação da vida social. O imaginário sociológico que objetivamos situa-se na convergência entre a transgressão/limite e o género. Este posicionamento é fundamental para perceber melhor as estruturas nucleares em que o género se fundamenta. Ao objetivarmos os processos de demarcação e ordenação patentes na inter-relação entre limites e transgressões de género contribuímos para a revelação e desocultação dos efeitos que as práticas sociais genderizadas comportam. A aplicação do modelo teórico apresentado centra-se na relação mutuamente constitutiva que demarca o (não) binário de género e que hierarquiza os sentidos das identidades de género através da ordenação. As (im)possibilidades de (des)fazer e refazer o género socialmente apoiam-se nessa divisão dicotómica e nos sistemas de classificação (tipológicos ou não) que reduzem e previnem as alternativas. Esta abordagem mostra como as práticas *cíclicas* e *divergentes* face à ordem de género numa época histórica e em espaços específicos se constituem mutuamente (R. W. Connell 1987; 2009b).

No domínio estrutural, as posições distribuem-se segundo performances que expressam e favorecem formações discursivas específicas. Estas formações discursivas emergem de um campo de forças sociais complexas, cujas inter-relações nos permitem compreender os efeitos e a (re)produção das práticas sociais por entre as lógicas de dominação, conivência e subalternização. Por sua vez, no domínio temporal, as narrativas refletem a disseminação do poder e organizam-se segundo um conjunto de eventos específicos e de trajetórias em relação às práticas de género legitimadas. Por último, no domínio espacial, os campos em que se distribuem as práticas de género estabelecem as linhas (e os limites) de reconhecimento e de inteligibilidade que possibilitam ou não uma pertença genderizada (ao binário ou a uma identidade).

O nosso estudo centra-se na análise das práticas de género dos últimos 60 anos (1950-2015) vividas no contexto transnacional e especificamente em Portugal e no Reino Unido. Tomamos como objeto os discursos e as vidas não binárias⁴². Mais do que tipificar idealmente os modos como o género pode e/ou deve ser praticado – legítima ou ilegítimamente – centrámo-nos na análise crítica daquilo que os limites genderizados acarretam para a vida social. Ao questionarmos os tabus e limitações em que o género se funda, podemos compreender melhor as relações complexas e intrincadas das lógicas de dominação e das suas alternativas. Sempre

⁴² No próximo capítulo, assim como no glossário para consulta, aprofundamos os significados dos termos.

contingente e dependente dos modos de compreensão disponíveis, o nosso estudo não tem a pretensão de nos libertar da oposição dicotômica prevalente nem de tomar as pessoas que a transgridem como ídolos forasteiros que iluminam o caminho a seguir (A. C. Santos 2018a).

A relação amoral entre limite e transgressão relativamente ao gênero permite ver como as práticas sociais privilegiam, demarcam e ordenam as modalidades de (des)fazer e refazer o gênero. Este retrato, histórica e espacialmente situado, permite-nos questionar a legitimidade instituída e dominante. Porque os valores são um ponto de chegada (e não um ponto de partida) precisamos compreender melhor o que é valorizado e desvalorizado nos modos de fazer o gênero. Dessa forma objetivamos os processos de demarcação e ordenação em que se fundamentam as práticas genderizadas. A aplicação do horizonte teórico geral (capítulo I) ao nosso estudo dos limites/transgressões de gênero resulta no seguinte diagrama sociológico:

Figura 2. Horizonte teórico aplicado ao estudo do gênero



Para concluir agregamos a esta proposta, baseada na revisão dos caminhos por entre e além do gênero, a nossa conceção e perspetiva das práticas de gênero.

5. Transgredir o género: horizontes refletidos

Como referem West e Zimmerman (2009, 119) a “*revolução feminista na sociologia já não está em falta*”. Também os estudos transgénero têm granjeado progressivamente maior visibilidade e interesse na sociologia (Saleiro 2013; Hines e Sanger 2010; Hines 2007; Green 2007; Ekins e King 2006). Há diversos “progressismos” aliados à ideia de igualdade de género (entre homens e mulheres, entre géneros, entre pessoas, etc.)⁴³. Mas, dependendo da igualdade implícita, há uma inclinação específica que determina os modos como pensamos as transgressões e os limites do género (e o que realmente está a ser contabilizado). Importa por isso posicionarmo-nos face ao panorama encontrado, pormenorizando o nosso horizonte em concreto e as suas implicações para o processo de investigação.

Em primeiro lugar, adotamos uma perspetiva relacional para compreender os modos como as práticas genderizadas (des)fazem e refazem os limites e as transgressões de género. Tomamos o género uma estrutura social – i.e. um elemento constitutivo das relações sociais. Mas não entendemos que o género se baseia ou se constrói somente a partir das diferenças sexuais visíveis. Como diz Scott (2008, 54 [1988]), o género é uma fonte primária das relações de poder. O “parâmetro sexuado” das relações de género permite-nos interpretar, por um lado, a dissimetria entre as posições homem e mulher e, por outro lado, a dissimetria entre a masculinidade e a feminilidade (Collin 2008, 38–39 [1989]). Favorecemos esta perspetiva “diferencialista” porque consideramos que, apesar de interdependentes, há um grau de autonomia relativo entre as categorias homem/macho e mulher/fêmea e as categorias masculino e feminino.

Esta autonomia relativa vê-se na distribuição dos diversos posicionamentos e modalidades para (des)fazer o género. Ou seja, existem diversos níveis de proximidade e de distância no (des)fazer do género⁴⁴. Consideramos portanto que as relações sociais genderizadas se baseiam na interface entre homem/mulher e masculino/feminino⁴⁵. A heterogeneidade existente enquadra-se numa matriz de interdependência relacional.

⁴³ Que aprofundamos no próximo capítulo.

⁴⁴ Como iremos ver ao longo do nosso estudo, existem possibilidades alternativas de (des)fazer o género além de uma visão binária ou de exclusividade entre o masculino e o feminino. É aliás, a partir desse intervalo (que intersecta as posições, as categorias, as performances, etc.) que podemos compreender melhor como se constroem, sustentam e transformam as diferenças genderizadas.

⁴⁵ Hearn (2013; 2012) vem propor o conceito de “gex” (*gender + sex*) no mesmo sentido. Ao teorizar a não equivalência entre macho/masculinidade/homem (ou fêmea/feminilidade/mulher) desloca os conceitos de sexo e de género da relação causa-efeito; do pressuposto que um preexiste o outro. Apesar de intrincados, os conceitos de género, sexo e sexualidade servem propósitos heurísticos distintos porque enfatizam aspetos particulares da

Isso não quer dizer que nos situamos numa perspectiva categórica. Documentar (simplesmente) a multiplicidade de masculinidades, feminilidades ou androginismos com base nos eixos interligados de dominação mascara os processos subjacentes que reproduzem estruturalmente as desigualdades de gênero (S. N. Davis 2017). Nesse sentido, mais do que descrever as variações, precisamos de testar as explicações de que dispomos (*ibid.*).

Muitos contributos teóricos têm descurado as relações sociais como objeto de análise *per si*. O debate sobre a diferença e o gênero tem de ir além de um tratamento atomizado da realidade social. Não sendo um somatório ou conjunto de atributos individuais, voltamos a sublinhar que as diferenças genderizadas são simultaneamente uma fonte de tensões e o seu fundamento ontológico. Mas a tendência académica em colidir o pensamento binário com o pensamento atomizado não pode ser resolvida somente com a mudança dos parâmetros analíticos (Bastos e Bastos 2010). Como refere Aboim (2010) para pensarmos as diferenças de gênero não podemos recorrer mais a um pensamento dicotómico (binário) que está historicamente enraizado no pensamento ocidental desde Platão à sociologia funcionalista dos anos 1950. O tratamento monolítico das categorias (como “gênero”, “mulher”, “homem”, “transgênero”, etc.) impede-nos de as considerar como emergentes de relações sociais, relações de poder e de privilégio que hierarquizam e valorizam certas diferenças em detrimento de outras (Aboim 2010).

As categorias têm de ser encaradas como estando reciprocamente intersetadas em geometrias variáveis. A partir de tensões históricas e sociais que se organizam de uma forma triádica: oposição recorrente entre todos, convívios e alianças (Bastos e Bastos 2010). Importa por isso olhar para as diferenças como mecanismos produtivos que vão além de uma relação dialética entre o *Self* e o *Outro*. O reconhecimento da pluralidade de gênero não basta. É preciso também uma identificação crítica das lógicas de dominação que hierarquizam essas diferenças; dos processos de demarcação e de ordenação das práticas de gênero. Mas as fronteiras que construímos não dependem só de uma argumentação crítica. Dependem igualmente de alternativas para transformar os hábitos (reflexivos ou não) e as interpretações sobre ela. Aprofundar as relações de gênero através do nexo limite/transgressão é indagar sobre a sua legitimidade e as alternativas. É mostrar os diferentes matizes em que as diferenças se interligam com o poder. Foi nesse empreendimento que conduzimos este estudo.

formação identitária. O contributo de Hearn é importante porque permite considerar a interseção complexa entre estes conceitos.

Capítulo III

Os campos de nomeação do trans/género¹

Há muitas formas de contar a história do fenómeno transgénero. Podemos começar pelos seus desenvolvimentos a partir da medicina como é frequente encontrar na literatura sobre o tema. Também podemos começar pela emergência do ativismo que reivindicou para si uma voz própria a partir do nome transgénero (ou trans*) em detrimento dos usos e abusos de que era alvo. Ou então, podemos revisitar a história e os diversos momentos de nomeação e existência de categorias e sistemas além de uma visão dimórfica ou antagónica. Por último, podemos contar esta história a partir das condições criadas legalmente para o reconhecimento do trans/género e os seus paradigmas dos direitos humanos e da cidadania. Todos estes pontos de partida são válidos. Convergem no aumento da visibilidade e da sensibilização em relação a este fenómeno. Recorrendo à conceção bourdieusiana de campo – revisitada no capítulo anterior – aprofundamos as lógicas e desenvolvimentos da nomeação do trans/género a partir dos espaços e momentos de reconhecimento mais manifestos.

1. O que nos diz um nome? Metamorfoses visíveis de uma luta por reconhecimento

Já na velha tragédia romântica de William Shakespeare, *Romeu e Julieta*, encontrávamos um questionamento sobre o que contém um nome². Um nome *reifica* ao mesmo tempo que *identifica* uma forma de reconhecimento. Uma convenção ou uma pertença que tornam inteligível – embora traiçoeiramente – aquilo que queremos designar. A nomeação reflete sempre este paradoxo entre o dispensável e o imprescindível nos modos como convocamos a realidade. Mas mais do que discutir a sua necessidade, é relevante compreender aquilo que intersecta e de que modos uma nomeação pode ou não concorrer para limitar as alternativas existentes. Como dizia Foucault (2009b [1963]), precisamos de compreender as amarras da

¹ Esta grafia segue a perspetiva trans/feminista de Stryker e Bettcher (2016, 12) que recorre ao travessão para demarcar as diferentes abordagens e relações entre os trabalhos feministas e transgénero. Enquanto fenómeno: transgénero (ou trans*) encerra as particularidades comuns às pessoas que não correspondem às categorias identitárias atribuídas à nascença. Enquanto nome ou termo: trans/género refere-se às relações entre categorias que implicam diferentes interpretações consoante a época e o contexto geográfico – as influências recíprocas situadas, que compõem as várias camadas de um nome.

² *What's in a name? That which we call a rose/ By any other word would smell as sweet.* (Shakespeare, 1597, *Romeu e Julieta*, II.2.47-48, http://shakespeare.mit.edu/romeo_juliet/romeo_juliet.2.2.html). Ou também na tragédia de Otelo, quando a sua esposa Desdemona questiona o sub-oficial Iago: *Am I that name, Iago?* (Shakespeare, 1604, *Otelo*, IV.2.146, *op. cit.* Riley, 1995 [1988])

espiral do inteligível (limite/transgressão). Considerar os campos de nomeação do trans/género implica uma abordagem a três andamentos.

O primeiro refere-se à própria narração (ou *história*) da nomeação e aos modos como foi sendo convocada (contínua ou descontinuamente). Tanto Stryker (2008) como Ekins e King (2006) referem-se à emergência histórica da nomeação trans/género a partir do binário cartesiano (mente *vs.* corpo). A uma construção biométrica do género especialmente a partir dos *apparatus* institucionais em torno da sexualidade e da medicina, mas com ramificações e origens na esfera legal e governamental das identidades e cidadanias. A nomeação do género encerra, como vimos antes, um conjunto de binários que (apesar de esforços no sentido contrário) prevalecem nos imaginários e nas legitimações inteligíveis. Nesse sentido, parte do produto desta visão “biométrica” implica não só uma replicação da divisão mente *vs.* corpo, como de natureza *vs.* cultura, público *vs.* privado, etc.³ De facto, as próprias diferenças entre “sexos” são uma invenção do século XVIII. Antes desta época “moderna” era o *modelo único* de corpo sexuado que vigorava no saber ocidental⁴. É a partir do momento em que se começam a considerar os corpos sexuais de homens e mulheres como distintos (o *modelo dual*) que a visão de antagonismo e oposição vem substituir a anterior, de *continuum*⁵. Esta “evolução” dos modos inteligíveis da diferença corporal não só demarca como ordena claramente as hierarquias (possíveis) de entendimento do nexo entre sexo, género e sexualidade, como veremos adiante.

Num segundo andamento precisamos simultaneamente de ter em conta as *condições* que levam às nomeações. Ou seja, as aberturas e as legitimidades dominantes que possibilitam tornar uma nomeação inteligível. Entre outras, o desenvolvimento e sofisticação de técnicas e procedimentos na medicina ao nível cirúrgico e endócrino, a transição para a era cibernética, a possibilidade legal da identidade de género e a sua disseminação mediática e cultural (Capuzza 2016; Shapiro 2015; 2004; Ekins e King 2010; 1999; Stryker 2008). Estas condições foram

³ Como veremos nos próximos capítulos, a riqueza e a pluralidade das experiências genderizadas (incorporadas e materializadas) *transgride* em muito as visões e as práticas dominantes do (des)fazer o género. Este património tem mais a ver com as posições, as trajetórias e os campos de nomeação do trans/género do que com as possibilidades categóricas que os governam.

⁴ Como demonstra o historiador Thomas Laqueur na sua obra *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud*, 1992 (McLaren 1993), a visão grega da diferença sexual era em *grau* mas não em *tipo*. Ou seja, apesar de se tratar de uma sociedade patriarcal, as experiências (sexuais) de ambos eram vistas como similares. A anatomia feminina até à época do Iluminismo era, inclusive, concebida como um “macho incompleto”, considerando-se a sua genitália uma inversão do órgão sexual masculino – análogo à narrativa bíblica da “costela de Adão”, como sabemos, muito predominante no período Medieval.

⁵ Mesmo a ideia de diferença e de diversidade é tributária do legado Iluminista (McLennan 2011). Ainda que marginal ao pensamento da época, esta imagem de continuidade tem sido resgatada para representar a diversidade de género – levando à reconsideração das propostas de Alfred Kinsey (1948), Magnus Hirschfeld (1910), entre outros.

frutíferas nos países ocidentais, especialmente nos anglófonos, cuja conjuntura foi grosso modo mais favorável para os desenvolvimentos tecnológicos e científicos emergentes⁶. A extensão e os modos como estes desenvolvimentos foram ocorrendo foi necessariamente diferente conforme os campos, implicando um diálogo com as especificidades e diversidades culturais. Nesse sentido, não podemos falar propriamente de um movimento homogêneo ou linear quanto às narrativas e às condições que conduziram à nomeação trans/género. Não estão numa relação causa-efeito. Ainda que nem sempre à mesma velocidade, as formas de inteligibilidade e as condições que permitiram sustentar ou transformar a nomeação do trans/género estão contudo intrincadas. Uma inter-relação entre meios e possibilidades que se complementa com um terceiro andamento, o da *visibilidade* da nomeação. Ou seja com o reconhecimento generalizado de um nome e do que nele pode estar incluído. Dependendo dos próprios campos de nomeação e das suas implicações, esta visibilidade tem diferentes intensidades e alcances.

A extensão do fenómeno, aliás, ainda está por aferir, existindo neste momento diversas tentativas de estimar a prevalência demográfica da população transgénero⁷. De acordo com a Amnistia Internacional (2014) as estimativas existentes sugerem que cerca de 1,5 milhões de pessoas transgénero residem atualmente em território europeu. No contexto norte-americano estima-se em cerca 1,4 milhões ($\approx 0,58\%$ em 2016, Flores et al. 2016). Em 2018, o gabinete para a igualdade do Reino Unido estimava entre 200 a 500.000 pessoas transgénero a residir em contexto britânico (GEO 2018). No caso de Portugal continuam a escassear estudos e tentativas de aferir a dimensão populacional, havendo somente pesquisas específicas e pouco representativas (Hines e Santos 2017; Saleiro 2013). A dificuldade em aferir quantas pessoas se desidentificam com a categoria sexo/género atribuída à nascença resulta, portanto, de dois obstáculos concomitantes. Por um lado porque, apesar de ser um fenómeno antigo, só com a crescente visibilidade se começou a reconhecer a sua existência e a importância do seu alcance. Por outro lado porque as formas plurais de desidentificação e de resignificação transgénero são difíceis de conter e definir através de uma única designação. Um descritor que torne

⁶ Patente, por exemplo, na migração de “cérebros” de vários países europeus em regimes fascistas para os Estados Unidos da América durante a primeira metade do século XX. A destruição dos arquivos do Instituto para o Estudo da Sexualidade de Magnus Hirschfeld em 1933 (uma das primeiras ações do regime nazi) ilustra bem o nível de tolerância vivido neste período. Como veremos adiante, esta convergência produziu consequências no modo como o fenómeno tem sido compreendido e (re)formulado.

⁷ Têm havido progressos e projetos oficiais no sentido de monitorizar a prevalência de pessoas que se desidentificam com a categoria sexo/género atribuída à nascença. Nomeadamente com a inclusão de questões no recenseamento populacional na Índia (2011), a construção de métricas estatísticas adequadas na Nova Zelândia (2015) e na Austrália (2016) e de um índice de inclusão LGBTI pela ONU e o Banco Mundial (2018). No caso britânico existem atualmente dois projetos – um para a sexualidade e outro para a identidade de género – que preveem a inclusão de questões específicas já no próximo recenseamento em 2021 (ONS 2016).

univocamente inteligível a diversidade e a complexidade de experiências. Existem por isso várias terminologias e muitos termos chapéus-de-chuva que se fundem e separam conforme os contextos específicos. A quantidade de pessoas que se desidentificam com o sexo/género atribuído à nascença não é equivalente, aliás, aos movimentos de resistência existentes. Tal como acontece por exemplo nos feminismos, não se trata de pertencer ou não a uma categoria, mas sim de resistir e contestar através dessa categoria por um espaço e uma existência a que se tem direito e que é frequentemente subalternizada. O que está implícito na nomeação do trans/género remete precisamente para uma luta por reconhecimento que continua em debate (Singer 2013; Ekins e King 2010; Bryant 2009). As divisões internas e os diferentes posicionamentos assumidos são melhor compreendidos se considerarmos autonomamente os campos da medicina, da política e jurídico-legal do fenómeno transgénero e dos movimentos circundantes.

2. O trans/género São – as soluções para um “problema” biomédico

A nomeação do “trans/género São” emerge sobretudo a partir do século XIX no contexto ocidental, na época em que se começava a estabelecer o conhecimento biomédico sobre a sexualidade (Foucault 1999 [1976]; Miskolci 2005)⁸. A medicina não “inventou” o fenómeno transsexual,⁹ mas podemos em boa parte tributar-lhe a sua constituição enquanto um “problema” que necessitava de cura. Neste campo, a narrativa “clássica” remonta à obra de Harry Benjamin, *The Transsexual Phenomenon* de 1966 – um médico alemão, radicado nos EUA desde 1913, que no final dos anos 1950 começa a tratar alguns casos através de hormonoterapia para alívio dos sintomas. Já existiam algumas tentativas de transformação cirúrgica na Alemanha ao redor dos anos 1930¹⁰, mas é efetivamente a partir do período pós II-Guerra Mundial que se começa a estabelecer o aparato médico em torno do tratamento da transsexualidade (Stryker 2008; Ekins e King 2006). Nesta altura, também John Money e

⁸ Outras relações poderiam ser igualmente traçadas, entre a medicina e a reprodução ou como a medicina contribuiu para a hegemonia masculina (Aboim 2013). Para efeitos de síntese e face à relevância para o nosso objeto de estudo centramo-nos no fenómeno transgénero.

⁹ Como dissemos, enquanto fenómeno que remete para a diversidade de práticas genderizadas e modos de nomeação dissociados de uma lógica antagónica e/ou dicotómica, o transgénero (recorrendo à sua nomeação contemporânea) tem sido uma parte “persistente” de diversas sociedades ao longo do tempo e do espaço (Stryker 2008). Como fonte de conhecimento, o saber-médico criou várias categorias para nomear este fenómeno, sendo a de transsexualidade a mais conhecida.

¹⁰ Nomeadamente Dora Richter e Lilly Elbe (retratada no *bestseller* de David Ebbershoff, 2000 “A Rapariga Dinamarquesa”, adaptado para filme em 2015) que são os primeiros casos conhecidos de cirurgias de transformação genital – acompanhadas na Alemanha por Magnus Hirschfeld e a sua equipa.

Robert Stoler vêm contribuir em grande medida para a definição do que se entende por identidade de género no domínio psi- (psiquiátrico e psicológico).

A imagem que caracteriza estas primeiras formas de nomeação e à qual se recorre com alguma frequência é a do “corpo errado”. Um modo de tornar inteligível, de narrar a experiência e o reconhecimento baseado na discordância entre o sexo (corpo) e a identidade de género (mente). A possibilidade de se ser “são” passa, portanto, pela harmonização mente-corpo através da cirurgia de reconstrução corporal e de hormonoterapia. Esta narrativa “migratória” não só predomina junto de quem não sente uma correspondência com a categoria que lhe foi atribuída à nascença, como informa em grande medida os critérios de acesso e de acompanhamento médico (Saleiro 2013; Hines 2007). Precisamente por ter sido co-construída por especialistas e pacientes, encerra uma contradição: até que ponto a indispensabilidade da medicina levou à produção de um discurso socialmente desejado? A nomeação do “transsexual” e da “identidade de género” em termos clássicos refletiu sobretudo um reforço da divisão antagónica entre homens/masculino e mulheres/feminino e contribuiu para aumentar a visão de oposição (*o modelo dual*) dos corpos sexados, abrindo caminho para o desenvolvimento de tecnologia específica de intervenção. Não obstante os benefícios e alívios gerados, o facto de estes arranjos implicarem obrigatoriamente uma “migração” são vistos muitas vezes com suspeição, por constituírem um mecanismo de ocultação da diversidade de género.

Podemos argumentar, como é frequente, que esta visão “migratória” era a única possível face ao *modelo dual* prevalecente no campo médico e nos imaginários e configurações sociais de quem foi parte ativa na construção da narrativa da transsexualidade e da identidade de género. Não existindo outra alternativa para se ser *são* em termos genderizados senão incorporar exclusivamente o feminino (a mulher) *ou* o masculino (o homem), que outra forma de nomeação poderia ser possível ou legítima? Que “cura” iria responder ao “problema” de se *ser* alguém que não correspondia? Ainda que tenham coexistido outras narrativas em simultâneo à dominante (Stryker 2008; Ekins e King 2006), o processo médico para tratamento e acompanhamento dos casos instituiu-se de facto em torno desses fundamentos, estabelecendo critérios bastante restritivos. Juntamente com a designada “revolução sexual” dos anos 1960 – especialmente sentida no contexto norte-americano, mas com muitas réplicas no espaço “ocidental” – começaram então a ser criadas as condições para sustentar e (lentamente) transformar a nomeação da condição transsexual e da identidade de género.

Nomeadamente as “Clínicas de Identidade de Género” (*Gender Identity Clinic*, doravante GIC). Pouco consensuais no campo médico, estas clínicas estabeleceram e têm vindo a concentrar boa parte dos procedimentos e protocolos no acesso e cuidados às pessoas transgénero. A primeira GIC foi fundada em 1965 por John Money e a sua equipa no Hospital Universitário *Johns Hopkins* em Baltimore (EUA). Money presidiu esta clínica até 1979, ano em que o Dr. Paul R. McHugh a decide fechar. Este novo chefe de psiquiatria, bastante respeitado e distinguido, vai dirigir o departamento durante 16 anos e opor-se ao tratamento (“ineficaz”) e à nomeação da transsexualidade (uma “desordem de suposição”).¹¹ A partir dos anos 1970 são estabelecidas muitas outras clínicas GIC no contexto ocidental, a par da associação supranacional WPATH¹².

Tanto esta década como a seguinte marcam um período de institucionalização do campo médico neste âmbito (Stryker 2008; Ekins e King 2006). Como veremos adiante, as condições tornavam-se gradualmente mais favoráveis. Contudo, para a historiadora Susan Stryker (2008) este período constituiu um retrocesso. Para além dos ataques feministas excludentes, esta especialista aponta para o estabelecimento formal da legitimação patológica como consequência da institucionalização deste campo médico especializado. De facto, 1974 tinha significado um marco histórico em matéria de patologias: foi retirada da sétima tiragem do DSM-2¹³ a nomeação da homossexualidade como doença mental¹⁴. Em paralelo, é na edição seguinte deste manual (DSM-3, 1980) que se introduz pela primeira vez a nova categoria

¹¹ Granjeando respeito e distinção pelos seus pares, este médico da ala conservadora católica tem investido na recolha de evidências empíricas que refutem a “base neurobiológica” da identificação de género. Gerador de polémicas nesta matéria o Dr. McHugh publicou recentemente um estudo que foi considerado uma afronta aos direitos humanos (Ennis 2016; McHugh e Meyer 2016).

¹² Sigla inglesa para Associação Profissional Mundial para a Saúde Transgénero. O Dr. Paul A. Walker estabelece esta associação em 1979 como *Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association* para criar um consenso em torno das práticas médicas e dos cuidados de saúde às pessoas transgénero. Para isso desenvolvem critérios internacionais, materializados nos “*Standards of Care*” (Coleman e AAVV 2012, 7ª versão). Este documento equivale a um código deontológico (não vinculativo) dos profissionais especializados neste âmbito, que define os tratamentos adequados relativamente às transformações corporais consideradas necessárias.

¹³ *Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais* da Associação Americana de Psiquiatria (APA), doravante DSM. Na área da saúde é um dos documentos de referência internacional em relação às questões de género, a par da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, da Organização Mundial de Saúde (na sua 11ª versão, com a sigla inglesa ICD-11 (World Health Organization 2018)).

¹⁴ A retirada da homossexualidade como patologia (“desvio sexual”, uma desordem de personalidade) foi promovida por ações ativistas nas conferências anuais da APA entre 1970 e 1973. A 3ª versão do DSM, de 1980 incluía apenas o diagnóstico de “homossexualidade ego-distónica” – distúrbio que foi excluído de vez na edição revista de 1987, DSM-3-R. Não obstante, a questão da angústia com a confusão em torno da orientação sexual mantém-se no manual ao longo dos anos. É referida como “exemplo” nos diagnósticos de várias “outras desordens” não especificadas até 2000 (DSM-4-TR). Na última edição mantém-se a preocupação com as angústias criadas por se ter outra orientação sexual e a manutenção das relações conjugais em algumas desordens específicas como a “desordem transvéstica” (2013, DSM-5). Estas associações contrastam com o ICD – 11ª versão, 2018 – em que não há referência ao transvestismo ou à orientação sexual e em que a “Incongruência de género” é descrita em relação à *experiência* de género e ao sexo atribuído à nascença – constando atualmente no capítulo sobre as condições relacionadas com a saúde sexual.

psicopatológica de “Desordem¹⁵ de Identidade de Género” (DSM-3, 1980; Stryker, 2008). Porque se tornou fundamental na orientação de diagnóstico no campo médico em geral e psiquiátrico em particular, importa sintetizar a alusão ao género (e à sexualidade) ao longo das edições deste manual¹⁶.

Ora, nos 60 anos que decorreram entre a primeira edição do DSM (em 1952, DSM-1) e a última (em 2013, DSM-5), as questões de género foram adquirindo um lugar próprio. No processo de reorganização destes manuais – que da 1ª para a última versão aumentou em 861 páginas e 294 diagnósticos – as patologias relacionadas com a sexualidade e o género foram-se misturando e separando, ao sabor dos tempos. Inicialmente, na lógica darwinista e classificatória das “espécies” criminais, as questões da sexualidade eram tratadas como “sociopáticas” (DSM-1, 1952) ou “desviantes” (DSM-2, 1968). É na terceira edição, em 1980¹⁷, que se verifica uma mudança paradigmática no sistema de classificação. Nesta nova abordagem (multi-axial) o género surge pela primeira vez como um problema “psicossexual” mas distinto do sexo (anatômico, biológico). Esta classificação inicial em 1980 replicava tanto a dicotomia mente/corpo como a premissa de que o sexo precede o género. Apesar do recurso ao termo género, a cultura é secundarizada¹⁸ e através do “*sex ratio*” evidenciam-se em vários diagnósticos as diferenças (naturais) entre sexos¹⁹. É também nesta edição que se introduz a alternativa “não classificado”. Em concreto, as “desordens psicossexuais não classificadas em lado nenhum” (*not elsewhere classified*) referem nomeadamente:

¹⁵ Optámos por traduzir o termo *disorder* literalmente para “desordem” em vez dos sinónimos transtorno, perturbação ou distúrbio, por considerarmos que expressa melhor a ideia de *ordenação* (entre o “normal” e o “anormal”).

¹⁶ O DSM foi criado inicialmente com o objetivo de uniformizar os sistemas de classificação na área da saúde no contexto norte-americano e garantir maior correspondência com o sistema da Organização Mundial de Saúde, o ICD. O seu uso frequente pela classe médica, bem como pelas seguradoras e pelas empresas farmacêuticas elevou o estatuto deste manual no campo da saúde (Cohen 2016).

¹⁷ Neste âmbito, é pertinente lembrar que é na década de 1980 que o vírus da SIDA/HIV (identificado em 1981) começa a assumir proporções de contágio muito elevadas, afetando fortemente as minorias mais desfavorecidas e clandestinas à escala global (Stryker, 2008). Nomeadamente, as transexuais MtF negras que permanecem como o grupo com a taxa de infeção mais elevada em toda a população mundial (*ibid.*).

¹⁸ Por exemplo no caso da “Desordem de identidade de género na infância” são usados diferentes critérios para rapazes ou raparigas, com base nos elementos biológicos e anatómicos. No caso das raparigas: “insiste que é um rapaz, não é meramente um desejo por quaisquer vantagens culturais percebidas de ser um menino” (DSM-3, 1980:265).

¹⁹ Só para dar um exemplo, a desordem de “Deficit de Atenção com Hiperatividade” é dez vezes mais provável nos rapazes do que nas raparigas (DSM-3, 1980:41); no caso da “desordem de conduta” esta também é mais típica nos rapazes, sendo comum nos rapazes e nas raparigas nos subtipos “subsocioalizado” ou “não agressivo” (DSM-3; 1980:47). A questão subjacente a estes rácios passaria por saber concretamente em que medida as diferenças traduzem a interpretação médica no modo de contabilizarem um comportamento desordenado ou uma correspondência (dominante) à visão (hiper) ativa/passiva (ou subsocioalizada).

Sentimentos marcantes de inadequação relacionados com padrões autoimpostos de masculinidade ou feminilidade, como o corpo, tamanho e forma dos órgãos sexuais ou desempenho sexual (DSM-3, 1980:283; sublinhado nosso).

Apesar de existir uma declaração de advertência na introdução quanto ao uso indevido do sistema de classificação do DSM-3, há pelo menos três premissas subjacentes à definição citada que em si mesmas são problemáticas. Primeiro, para além de naturalizarem a oposição entre masculino/feminino, colocam o ônus na *autoimposição* individual. Segundo, estes *padrões* a que a pessoa se (auto)força advêm de uma preocupação corporal (sexuada) e sexual. Terceiro, as únicas formas de *inadequação* (“marcantes” e) padronizadoras da masculinidade “ou” da feminilidade têm que ver com a anatomia e o determinismo biológico. Por se referirem precisamente ao que “não está classificado” aquilo que nomeiam é sobretudo a transgressão de um binário e de uma heterossexualidade compulsiva (notória nos exemplos 3 – relativo à “ninfomania” e ao “don juanismo” – e 4 – sobre a “confusão” com a orientação sexual).

Poderíamos assumir que esta visão antagónica que prevalecia na nomeação da transsexualidade como doença patológica resultava dos conhecimentos incipientes sobre o fenómeno ou dos imaginários da época quanto ao género, ao sexo e à sexualidade – ainda baseados no *modelo dual*. Mas estas inter-relações não ficam, contudo, nos anos 1980. Ao longo das edições seguintes do DSM ocorre um processo de reapropriação e naturalização do termo *género* em substituição do *sexo*. Quando é publicada a terceira edição revista, em 1987, o género passa de problema psicosssexual para um problema “de nascimento”. Os diagnósticos da “desordem de identidade de género” (doravante DIG) são reconduzidos para as “desordens geralmente mais evidentes na infância ou na adolescência” (DSM-3-R, 1987). Nessa altura os problemas sexuais são distinguidos dos problemas do início da vida, havendo um maior cuidado com o uso da terminologia. Passam a existir quatro categorias de diagnóstico de DIG em vez das três anteriores, incluindo o subtipo “não transsexual” e a DIG “sem outra especificação”²⁰.

A progressiva ampliação e reorganização deste sistema de classificação acarretou consigo novamente a fusão entre sexualidade e género. Em 1994 passam a ser encarados como um problema “de identidade”. Sob a alçada das “desordens de identidade de género” encontramos então a “desordem sexual não especificada” (*not otherwise specified*) e a “desordem de identidade de género não especificada” (DSM-4, 1994; DSM-4-TR, 2000). Na primeira categoria mantêm-se as referências à orientação, frequência e performance sexual enquanto a

²⁰ Esta nova categoria de diagnóstico refere-se nomeadamente ao desejo de se vestir de maneira diferente (“cross-dress” para o sexo *oposto*) que não inclui outros “sintomas” especificados na DIG na infância e/ou aos critérios de “transsexualismo” com uma duração inferior a dois anos e/ou à preocupação com uma transformação da genitália (nomeando somente a *castração*) sem o desejo de adquirir as características sexuais do “outro sexo”.

segunda passa a referir-se à indumentária e – pela primeira vez – à “condição intersexual”. É o gênero que emerge nesta época como termo chapéu-de-chuva para a nomeação da sexualidade, do corpo sexuado e da expressão, bem delimitados em torno da identidade normal/anormal.

É também a partir desta quarta edição (1994 e 2000) que a “cultura” assume outra atenção, havendo inclusive um anexo de “Síndromes ligados à cultura”²¹. A procura de tradução cultural das síndromes específicas, juntamente com a inclusão de toda uma paleta possível de desordens – através do “não especificado” – vêm favorecer uma construção hegemônica da *normalidade*. Mecanismos que têm implícito, por um lado, uma tentativa de catalogar (*especificar*) e abarcar todas as possibilidades (escamoteada na ideia de diversidade e/ou desconhecido) e, por outro lado, uma legitimação do próprio sistema de classificação como universal e/ou abrangente (pronto-a-vestir). Uma direção que continua na atual versão, de 2013, com a presença do “Glossário de Conceitos Culturais de Angústia” e, quando existem evidências, com um subponto em cada diagnóstico designado “problemas de diagnóstico relacionados com a cultura” (DSM-5, 2013). O anterior “*sex-ratio*” (DSM-3, 1980) passa agora a designar-se por “problemas de diagnóstico relacionados com o gênero”.

Por exemplo, no caso da “desordem fetichista” – o *paraphílico* universo desordenado em que se encontra arrumada a desordem transvéstica – são referidas alíneas tanto quanto ao gênero como quanto à cultura. No caso da cultura adverte-se ao terapeuta (psi-) que acautele os aspetos normativos e os comportamentos socialmente aceites em termos etno-nacionais. No caso do gênero demonstram-se evidências de que esta “desordem” é quase exclusivamente relatada por homens. O que torna estas especificações e classificações problemáticas é a continuidade no estabelecimento da diferença (exclusiva) entre homens e mulheres, o reforço da sexualidade normativa e a produção de ambiguidade quanto ao “comportamento socialmente aceite”. Porque no DSM-5 a noção de conduta “funcional” em sociedade implica sempre dois critérios chave em cada diagnóstico qualificado como tal (i – a aflição ou preocupação individual *excessiva*; e ii – a incapacidade de desempenhar o *papel* psicossocial “*impairment*”), estas diferenciações têm como consequência, grosso modo, tanto a normalização como a normativização dos “comportamentos aceites tradicionalmente”. A própria noção de “doença mental”, tal como está definida no início do manual remete para a responsabilização individual – um desvio ou conflito só é considerado como transtorno na medida em que resulta numa

²¹ Apêndice I, “*Culture-Bound Syndromes*”, inclui diversas referências e respetivas traduções, nomeadamente o “ataque de nervos”, o “susto”, a “loucura”, a “cólera”, etc. fazendo alusão às culturas regionais/nacionais que recorrem a estes termos e aos seus equivalentes diretos no manual (DSM-4, 1994:843).

disfunção individual – excluindo-se assim desta nomeação as questões políticas, religiosas e/ou sexuais (DSM-5, 2013:20). A possibilidade (de diversidade) cultural (“tradicional” ou “aceite”) bem como as lógicas dominantes de ordenação social permeiam estas distinções entre o normal-funcional e o anormal-disfuncional.

É na última edição que verificamos um crescendo de abertura à variabilidade cultural e social quanto às desordens do género e da sexualidade²². A “*desordem* de identidade de género” passa, aliás, a ser nomeada como “*disforia* de género”. Na alusão às mudanças relativamente à edição anterior é (finalmente) explicado que passou a recorrer-se ao *género* em vez de *sexo* por ser mais adequado na referência a “indivíduos com uma desordem de desenvolvimento do sexo”²³ (DSM-5, 2013:814). Por corresponder melhor à “experiência vivida”, por exemplo nos critérios da disforia nas crianças substituiu-se o “desejo repetidamente declarado de ser do outro *sexo*” por “forte desejo de se ser de outro *género*”. Removeu-se a orientação sexual deste diagnóstico por não ser “cl clinicamente útil” e foram fundidos os critérios de “aversão a outro género” e “identificação *cross-dress*” no caso dos adolescentes e adultos. Foi adicionado um critério de especificação “pós-transição” para identificar e acompanhar as pessoas que se submeteram pelo menos a um tratamento de “nova atribuição de género”. Referem ainda que, apesar de a transição estar relacionada com o modelo de “remissão” (parcial ou total), este termo tem implicações que não se aplicam diretamente à *disforia de género*, optando por não o usar (DSM-5, 2013:815). Um cuidado com a terminologia que não é alheio aos desenvolvimentos noutros campos de nomeação do trans/género.

“Disforia” passa assim a ser a nomeação preferencial de “uma nova classe diagnóstica” para dar conta desta nova abordagem – agora um problema de “incongruência”. Um antónimo (de euforia) que assume o sentido principal de desconforto ou mal-estar com o género. Entre os

²² Um relatório intermédio sobre os progressos na revisão da DIG para a nova edição do DSM-5 refere que houve um cuidado de auscultar, através de um questionário, as organizações e comunidades especificamente transgénero ou de suporte à escala internacional. Mas, mesmo havendo uma maioria contrária à inclusão da identidade de género neste manual e apenas uma minoria manifestar preocupação com o apoio estatal nas despesas com tratamentos (variável de país para país), o diagnóstico permaneceu na edição de 2013 (Narrow e Cohen-Kettenis 2010). A exclusão desta categoria do capítulo de saúde mental do ICD-11 em 2018 pela Organização Mundial de Saúde poderá influenciar uma futura edição do DSM.

²³ Nomeação que se refere especificamente às condições de intersexo e aos problemas que podem estar ou não associados à disforia quando foram intervencionados na infância. A distinção entre fase inicial e fase tardia mantêm-se na abordagem à disforia de género, havendo um subtópico que classifica entre a disforia com e sem uma “desordem de desenvolvimento do sexo”. Existem ainda outras distinções no subponto do diagnóstico diferencial – nomeadamente a “não conformidade aos papéis de género”, a “desordem transvéstica” ou a “desordem corporal dismórfica” – que visam distinguir os casos de angústia efetiva e aqueles que podem não estar diretamente relacionados com o questionamento do género (DSM-5, 2013:458).

“fatores de risco e prognóstico” é referido, por exemplo, no subponto relativo ao “meio ambiente” o seguinte:

Entre os indivíduos com disforia de género sem um distúrbio do desenvolvimento sexual, machos [males] com disforia de género (tanto na infância quanto na adolescência) têm irmãos mais velhos mais frequentemente do que os machos sem a condição. Fatores de predisposição adicional em consideração, especialmente nos indivíduos com a disforia tardia de género (na adolescência e adultez) incluem o travestismo fetichista habitual que se desenvolve em autoginefilia (i.e. a excitação sexual associada ao pensamento ou imagem de si mesmo como mulher) e outras formas mais gerais de problemas sociais, psicológicos ou de desenvolvimento. (DSM-5, 2013:456-57, sublinhado nosso)

Se pensarmos nas transformações socio-históricas em termos de (des)igualdade de género nos últimos 65 anos nas sociedades ocidentais, e concretamente no contexto norte-americano, esta alusão ao padrão de “irmãos mais velhos” ou à disforia “tardia” são no mínimo “peculiares”. Isto porque – como iremos demonstrar no capítulo VI, sobre as trajetórias de género – a questão “tardia” está sobretudo relacionada com a “tolerância” existente em termos das práticas para (des)fazer o género e com a visibilidade crescente da nomeação trans/género e outras possibilidades em devir. Neste âmbito, discutimos nomeadamente o significado de transição na experiência de género. Importa por isso referir que todo o aparato médico está organizado para favorecer a sequencialidade, linearidade e (reduzida) temporalidade da *transição* de género. Claramente prescritos, temos um momento de “descoberta”, seguido por um momento de “tratamento” que resulta numa mudança estável e efetiva – numa transição de género. Encontramos um exemplo claro dessa lógica entre fases na 7ª versão dos *Standards of Care* (Normas de Atenção, Coleman e AAVV 2012) da WPATH. Esta associação supranacional tem contribuído, aliás, para a sensibilização e reconhecimento da diversidade de “identidades, papéis e expressões de género”, bem como para alternativas terapêuticas no alívio dos sintomas agrupados no termo “disforia”. Não obstante, a *transição* é entendida pela WPATH no sentido estrito da passagem de um polo para o outro, senão vejamos:

Muitas pessoas podem não experimentar o processo de afirmação da identidade como uma “transição” porque nunca adotaram totalmente o papel de género que lhes foi designado no momento do nascimento ou porque tornam realidade sua identidade, seu papel e sua expressão de género de uma forma que não implica uma mudança de um papel de género a outro. (Coleman e AAVV 2012, 10, WPATH, sublinhado nosso)

A definição de *género* adotada por esta entidade traduz-se portanto pela adoção de um *papel*, *expressão* correspondente (que até pode ser fluída) e pela necessidade estrita de *mudança* apenas quando se transita de um “género a outro” – reconhecendo deste modo somente duas possibilidades. Eventualmente porque a aceção de género aqui implicada assenta numa divisão dicotómica da corporalidade masculina e feminina, o tratamento previsto só prevê a

possibilidade de mudança quando essa “transição” é legível. Enquanto a “ambiguidade” da expressão e do comportamento de género é concebida numa lógica de continuidade. Patente na rejeição ou afirmação parcial constante ao longo da vida, uma espécie de “subcultura” que é tolerada e coexiste com as culturas da masculinidade e da feminilidade. Já a ambiguidade corporal e/ou biológica requer uma transformação fundamentada na divisão essencial entre os marcadores sexuais (reprodutivos) primários e secundários.

Mesmo concebendo uma transição individualizada²⁴, o que a citação acima referida preconiza é que a “afirmação da identidade” só requer “mudança” quando ultrapassa a esfera da “expressão” e do “papel”. Seguindo uma divisão clara entre natureza/cultura, o critério do que é passível de mudança e de controlo remete exclusivamente para onde é possível compreender uma totalidade – o *corpo* classificado em dois, cujas novas tecnologias podem transformar. Nesta aceção o que não é possível de apreender está em fluxo constante (o subjetivo, o cultural, o psicossocial, o expressivo, o performativo) – não implica uma “transição”, é sempre variável e situacional/contextual. Como veremos na discussão das trajetórias de género, estes processos estão muito mais intrincados do que estas definições sugerem, pondo a descoberto mecanismos classificatórios restritivos e/ou enviesados.

Com este aprofundamento, embora limitado aos manuais e às suas formações discursivas particulares, tivemos em consideração algumas das mudanças em curso no campo médico. As transformações na nomeação do “trans/género *são*” traduzem, aliás, uma maior abertura e a inclusão das possibilidades genderizadas – nas suas múltiplas manifestações – ao mesmo tempo que vão legitimando e institucionalizando o saber/poder médico (e medicalizado) em torno da sua especialidade. Uma sedimentação que partiu da divisão entre mente e corpo para depois integrar a cultura, a tradição e a diversidade a par da apropriação e substituição progressiva do termo sexo pelo termo género. Mais do que pôr em causa a legitimidade narrativa que justificou a instituição biomédica do género ou, até, as (razoáveis) condições que levaram à criação de soluções para um “problema” médico, importa indagar em que medida estas biométricas validam uma determinada diferença dicotómica e reforçam como *deve ser* o género “saudável”.

²⁴ A definição de “transição” listada nas Normas da WPATH inclui a distinção entre o domínio físico e o psicossocial e prevê as possibilidades de transição parcial ou total, de maximização ou minimização das características sexuais através dos tratamentos (abarcando a possibilidade de androginia) (Coleman e AAVV 2012, 107).

A visibilidade desta nomeação está patente na proliferação da narrativa do “corpo errado” e na mediatização da transsexualidade e/ou da transição corporal²⁵. Atualmente, o campo médico tem vindo a perder força como nomeador do trans/género, mas permanece como *gatekeeper* no acesso a transformações corporais, através de mecanismos de exclusão dos sistemas públicos de saúde e de seguradoras. Tanto em Portugal como no Reino Unido foi sobretudo a partir dos anos 1990 que se verificou uma uniformização dos procedimentos em torno do diagnóstico e acompanhamento médico da “disforia de género”²⁶.

Os imaginários dicotómicos (mente vs. corpo, natureza vs. cultura, sexo vs. género) sobre as corporalidades (dimórficas) e sobre as diferenças (antagónicas, binárias) continuam aliás a estabelecer a linha divisória entre o normal e o anormal²⁷. Em relação ao fenómeno transgénero em particular esta separação tem sido alvo de contestação e controvérsia, estando inclusive na origem de movimentos ativistas.

3. O trans/género Contestado – reptos, respostas e movimentos

Nem desconstrução neutra, nem (re)construção realista: foi assim que Riley (1995, 3 [1988]) contestou e reivindicou *para si* a categoria de mulheres – com inicial minúscula e no plural – como instrumento do ativismo feminista. Na mesma linha, muitos foram os movimentos de contestação que eclodiram e reclamaram *para si* os conteúdos nomeados pelos termos “mulher”, “homossexual”, “transgénero”, etc. Numa entrevista Linn da Quebrada (P. M. Santos 2018) refere precisamente as possibilidades de se ser para si mesma, ao invés das “*funções dependentes*” de um outro – de uma alteridade universal que exclui o acesso válido e legítimo de se ser. É preciso por isso distinguir entre o nome em si e o nome para si. Neste intervalo

²⁵ Não obstante o seu aumento, as representações mediáticas e as coberturas jornalísticas tendem a simplificar as complexidades das vidas transgénero e a encará-las de forma normativa (Capuzza 2016). Um dos exemplos mais célebres desta tendência foi a revelação “frenética” nos Estados Unidos da América do caso de Christine Jorgensen (com manchetes em torno da sua cirurgia de reatribuição sexual, em 1952).

²⁶ Tanto em Portugal como no Reino Unido, os serviços médicos especializados e as equipas destinadas ao “tratamento” das pessoas transsexuais (termos adotado à época, atualmente usa-se transgénero) seguem grosso modo as coordenadas estabelecidas pelo campo biomédico (Saleiro 2013; Ekins e King 2006). Há no entanto especificidades nas formas de organização e funcionamento dos respetivos sistemas nacionais de saúde. Nomeadamente ao nível da relação entre sistema público e sistema privado de saúde e na distribuição estatal de recursos, mais centralizada em Portugal e mais autónoma no Reino Unido. A difusão e disponibilidade de recursos ao nível regional, bem como o número de especialistas no campo da saúde neste âmbito é comparativamente maior no Reino Unido.

²⁷ Uma realidade que lentamente começa a mudar à medida que as descobertas sobre a condição intersexo transformam algumas das convenções sobre os marcadores sexuais e cromossomáticos, podendo eventualmente alterar o paradigma do modelo dual. Não obstante, face ao maior desconhecimento e ausência de dados substantivos, é provável que ainda perdurem muitas destas conceções, coexistindo paradoxalmente com a visão plural e de continuidade do corpo sexuado.

encontram-se diferentes possibilidades e relações com os nomes, variáveis consoante a época, a trajetória biográfica e o contexto. No campo político estas diferenças estão numa tensão constante podendo ser ilustradas através da metáfora vulcânica. Em linha com Offen (2008, 39 [2000]), optamos por essa em detrimento da metáfora oceânica (de ondas ou vagas) porque explica melhor as diferentes contestações. Precisamente porque as lutas pela justiça e pela igualdade no domínio do género, do sexo e da sexualidade permanecem em aberto e porque não podemos falar claramente em vitórias e em derrotas. Neste contexto faz mais sentido reportarmo-nos às crostas, fissuras, fluxos, erupções e solidificações das forças dinâmicas em jogo. Os nomes vão envolvendo núcleos com várias camadas. É preciso descascar os seus múltiplos revestimentos para chegarmos ao “centro” – ao que define e relaciona as categorias flutuantes que usamos para nos reportar à “humanidade” e aos seus direitos.

Os processos emancipatórios sociais e políticos foram eclodindo com diferentes intensidades e visibilidades. O seu reconhecimento produziu transformações nas condições de nomeação do trans/género. Uma crítica que contribuiu para expandir as noções clássicas de objetividade e reflexividade na academia e, antes e depois, para questionar e problematizar os modos como o género, o sexo e a sexualidade são conceptualizados (Hines 2010; Aboim 2010; Hall 2006; McCall 1992; Stone 1991 [1987]). O lema “o pessoal é político” congrega de certa forma as várias camadas de magma por debaixo de movimentos de emancipação pelos direitos de cidadania. Erupções por vezes intensas e em convulsão que marcaram os alicerces fundados em diversos coletivos que, especialmente a partir dos anos 1950/1960, lutavam pela libertação de lógicas essencialistas e binárias promovidas pelo saber/poder (político, científico, económico e cultural). Muitas vezes com agendas distintas, os contingentes “minoritários” (porque subordinados e inferiorizados, A. C. Santos 2004) convergiam no mesmo projeto de reconfiguração (radical ou não) dos imaginários sociais e políticos.

Este subponto incide, portanto, sobre os processos pelos quais muitas das práticas reservadas à clandestinidade e ao controlo coercivo passaram a ser reconhecidas como direitos humanos, inalienáveis – i.e. independentes de culturas e governos particulares. É, aliás, na década da “revolução sexual” que se constituem e aumentam os movimentos reivindicativos, cada vez mais visíveis, em torno da democratização da sexualidade (Aboim 2013). A famosa revolta de Stonewall no final desta década, num café nova-iorquino em 1969, foi um dos epicentros da emancipação LGBTQI. Mas foram precisos alguns anos para reconhecer a representatividade das várias “minorias” presentes naquele dia e incluí-las nas marchas do orgulho, como veremos em seguida (Stryker 2008; Ekins e King 2006). Parte das interseções entre estes movimentos

de direitos civis estavam relacionadas com uma conceção aglutinadora da sexualidade e do género²⁸. Como refere Miguel Vale de Almeida (2009) são as energias contracultura e pensamento revolucionário semeados nos anos 1960 que conferem sentido ao paradigma de libertação em que se fundavam inicialmente os diversos coletivos LGBTQI. É precisamente pela afirmação da diferença como modo cultural, pelas designadas “políticas de identidade” que se começam a reivindicar *para si* os nomes antes reservados à clandestinidade e ao repúdio. Malgrado a “identidade” ser cara às pessoas transsexuais e ser o motivo de exclusões efetivas junto de espaços ativistas e comunitários nessa época, a sua maior dispersão e desconhecimento (a par da discriminação que sofriam) contribuíram em muito para protelar o silêncio e fraco dinamismo inicial (Aleksandra Horvath 2009; Stryker 2008). Um período em que, efetivamente, a trans/sexualidade era entendida sobretudo como uma doença e, tal como nomeada pelo saber/poder médico, um desvio de personalidade, sociopatológico. Ainda não estavam, portanto, reunidas todas as condições para o reconhecimento e compreensão da nomeação trans/género no campo político.

A reconfiguração geopolítica e económica que dava início ao advento neoliberal nos anos 1970 constituiu, neste âmbito, um gatilho relevante no recrudescimento das questões da identidade através do enaltecimento da “escolha individual” e da visão utilitarista da ação humana, baseada no “interesse próprio” (Foster 2018; Hall 2006). Estas transformações foram visíveis nomeadamente nas representações culturais e artísticas mais populares em que emergiam redefinições e desafios aos ideais de masculinidade e feminilidade²⁹. Podendo ser encaradas como subtilezas ou passar despercebidas na sua relação com o fenómeno transgénero (Saleiro 2013; Aboim 2010), é efetivamente a partir desta década que se começa a verificar nos *media* uma

²⁸ Os coletivos T já começavam a organizar-se desde os anos 1950, mas só a partir dos anos 1990 é que alcançam força como movimento político independente (Aleksandra Horvath 2009; Stryker 2008; Ekins e King 2006). Importa aliás referir que a sigla aglutinadora LGBT só começa a ser usada a partir dos anos 1990, fruto de alianças e reconhecimentos posteriores – mais direcionados à visibilidade das agendas do que propriamente aos seus objetivos. Atualmente vemos diversas variações desta sigla, com variantes nas designações de cada letra. As Nações Unidas adotam a sigla LGBTI (*Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender & Intersex*) para medir indicadores de inclusão e a sigla SOGISC (Sexual Orientation, Gender Identity & Sex Characteristics) no plano dos direitos humanos. A última sigla inclui por vezes a expressão de género (em inglês GE) para além das características sexuais. As variações e alterações destas siglas ilustram não só as lutas e tentativas de definição dos termos como a crescente abrangência das diversas dimensões. Importa igualmente referir que houve diversos impasses nas Nações Unidas para aprovar e reconhecer os SOGI como direitos humanos. Inicialmente focados na orientação sexual, só a partir da segunda metade dos anos 1990 é que diversos Estados-Membros começam a propor e a alertar para a necessidade de reconhecimento e proteção das pessoas LGBTI. A aprovação e o reconhecimento em Dezembro 2008 pela Comissão de Direitos Humanos já incluía a orientação sexual e a identidade de género.

²⁹ Constam por exemplo como representantes desta tendência David Bowie, Mick Jagger (*The Rolling Stones*), Steve Tyler (*Aerosmith*), Freddie Mercury (*Queen*), Boy George ou Prince – cujas performances da época evidenciavam outras referências sobre as identidades e expressões de género.

maior tolerância e abertura à diversidade de gênero³⁰. Até à década de 1980, aliás, as identidades divulgadas por alguns meios de comunicação social eram as de “transsexual”, “travesti” e “*drag queen* homossexual” (Capuzza 2016; Ekins e King 2010; 2006). Mas, como vimos no capítulo anterior, a relação entre a comunidade transgênero e os movimentos feministas e gays/lésbicos não foi (e ainda não é sempre) pacífica. Especialmente nas fações mais radicais, as pessoas transgênero eram vistas como uma ameaça ou bloqueio aos projetos políticos precisamente por problematizarem e questionarem categorias identitárias aparentemente estáveis e unitárias (Hines 2010).

A década de 1980 foi marcada por uma fragmentação da esquerda política e dos movimentos de libertação (R. W. Connell 2009b, 42). Além da perda de coerência e da crescente resistência ao feminismo, os movimentos religiosos pró-vida e contra as liberdades sexuais emergem mais fortemente neste período (*ibid.*). A par disso, o aumento de contágios de SIDA/HIV favorece discursos públicos e políticos explicitamente discriminatórios. Um período marcado por diversas tentativas de controlo explícitas – não muito distintas das que se têm observado mais recentemente com a emergência do populismo e a negação explícita de direitos³¹ – que procuravam abafar e se encontravam claramente em tensão com esses movimentos. Concretamente no caso português e britânico essas configurações assumiram particularidades específicas.

Em termos gerais, muito influenciado pelos movimentos norte-americanos, os ativismos britânicos têm vindo a replicar, grosso modo, a divisão entre assimilacionismo *vs.* radicalismo das agendas associativas (A. C. Santos 2013). Ou seja, entre os projetos (liberais) de inclusão democrática e os projetos (abolicionistas) de contestação das desigualdades e opressões. Por sua vez, o ativismo LGBTQI português começou a dar os primeiros passos precisamente a partir dos anos 1980. Sendo em grande medida tributário das organizações direcionadas ao combate ao HIV/SIDA, é especialmente a partir desses coletivos que o movimento se começa a estruturar

³⁰ A aparição de Holly Woodland, uma das três musas transgênero de Andy Warhol, no filme *Trash* de 1970 inspirou, por exemplo a música de Lou Read – “*Walk on the Wild Side*” (1972).

³¹ Com a ressalva de que cada época tem circunstâncias específicas que configuram variavelmente o contexto geopolítico e histórico vivido. Podemos no entanto encontrar alguns paralelos entre o designado “backlash” (repercussão) político generalizado do final dos anos 1970/80 – que simultaneamente implicou uma maior produção académica feminista (Offen 2008 [2000]; Gardner 2006) – e aquele que tem ocorrido no período contemporâneo. Como refere Anália Torres em entrevista à Capazes (Rodrigues 2016): “A misoginia vende porque nunca se falou tanto de igualdade como agora”. Não se tratando de relações de causa-efeito, as erupções vulcânicas que vão ocorrendo englobam processos de difícil aceitação que, apesar de maiores ou menores retrocessos (e das intensidades variáveis com que vão sendo localmente vividos e percebidos), vão abrindo caminho no plano da emancipação dos direitos e na garantia de liberdades.

(Cascais 2006)³². Com características históricas muito específicas e singularidades distintivas no contexto internacional, o ativismo “sincrético” LGBTQI português tem sido composto por alianças sucessivas e em constante tensão – mais focadas na concretização de objetivos previamente negociados (A. C. Santos 2013).

Como refere Miguel Vale de Almeida (2009) a tensão entre o radicalismo transformador (de crítica, de desconstrução e de recusa dos termos da categorização) e o projeto igualitário (de garantir liberdade e diversidade através de direitos democráticos) esteve sempre presente no contexto português. Considerando-as um falso dilema, aponta sobretudo para a importância da distinção entre a política concreta (ou *lobbying* político) e a crítica cultural radical (de ação direta, anti discriminação) que – não sendo incompatíveis – implicam diferentes posicionamentos por parte dos movimentos sociais. No caso do movimento LGBTI português, a dimensão e o início tardio foram elementos que conduziram a uma frequente sobreposição destes dois níveis no seio dos coletivos ativistas. Tal não ocorreu no contexto britânico onde o contingente de associações e de ativismos se desdobrou desde cedo. Para dar conta de algumas diferenças entre ambos os contextos vejamos a distância temporal de alguns marcos relevantes:

Quadro 3.1. Marcos temporais nos movimentos LGBTQI português e britânico		
	Reino Unido	Portugal
<i>1º Coletivo LGBTI</i>	1958	1974
<i>Fim da proibição legal da Homossexualidade</i>	1967	1982
<i>1ª Comemoração da Comunidade LGBTI</i>	1972	1995
<i>1º outing político</i> ³³	1976	2009
<i>1ª Referência Transgénero na Marcha do Orgulho LGBTQI</i>	1997	2006

Fontes: (Mann 2015; Saleiro 2013; Almeida 2010; Maia, Louçã, e Vitorino 2007; Ekins e King 2006).

De forma resumida, os hiatos de cerca de 10 ou 20 anos que separam cada um destes marcos dos movimentos LGBTQI em Portugal e no Reino Unido permitem ilustrar as diferenças no desenvolvimento e estabelecimento de coletivos investidos na mudança. Estão aliás, documentadas as diferentes temporalidades de institucionalização dos movimentos ativistas

³² No rescaldo da revolução de 1974, a afirmação “revolucionária” baseava-se quase exclusivamente na luta de classes descurando ou rejeitando outros “conflitos sociais” (Cascais 2006). Tanto o MHAR – Movimento Homossexual de Ação Revolucionária (fundado em 1974) – como o CHOR – Coletivo de Homossexuais Revolucionários (1980) procuraram incluir a teoria e a ação LGBT na teoria e ação da Revolução Permanente (Cascais 2006; Almeida 2009). Mas apesar das tentativas de inclusão, só em 1991 é que se constitui o Grupo de Trabalho Homossexual no Partido Socialista Revolucionário (de pendor trostkista) – que mais tarde se subdivide em grupo LGBT do Bloco de Esquerda (2004) e coletivo Panteras Rosa (2004) – (Almeida 2010). A par da epidemia do HIV/Sida, a união da esquerda contra o “cavaquismo” e a entrada na União Europeia na segunda metade dos anos 1980 foram fatores que beneficiaram a constituição efetiva do movimento LGBT português (Cascais 2006).

³³ O número de parlamentaristas e decisores publicamente assumidos é uma das variáveis previstas nos indicadores de participação cívica e política do índice de inclusão LGBTI da ONU e do Banco Mundial, atualmente em fase de apuramento (Badgett e Sell 2018).

LGBTQI em Portugal e no Reino Unido (Hines e Santos, 2017). O “atraso” resultante do controlo e da ditadura em Portugal não correspondeu, porém, a menos avanços no plano da obtenção de direitos e conquistas políticas graduais. Como veremos adiante, o “sincretismo” (A. C. Santos 2013) do ativismo LGBTQI português tem resultado numa grande eficácia no campo jurídico-legal. A par disso, vemos igualmente como o fenómeno transgénero demorou a ser aceite em ambos os contextos. No caso português, o assassinato de Gisberta em 2006 foi um gatilho muito relevante para acordar e levantar o movimento³⁴. No caso britânico, a existência de coletivos T organizados de modo independente – como no caso da *Press For Change* (fundada em 1992) – e de um maior contingente de ativistas e comunidades transgénero contribuiu fortemente para reconfigurar o movimento LGBTQI. A história do reconhecimento e da visibilidade transgénero e não binária têm um passado mais estável e, talvez por isso, mais conhecida no Reino Unido do que em Portugal. Mas antes de avançarmos para o campo jurídico-legal precisamos de retornar aos anos 1980 e ao contexto mais amplo para melhor compreender algumas destas dinâmicas.

Ora, mesmo a nomeação “transgénero”³⁵ enquanto termo aglutinador ou chapéu-de-chuva só começa a ser usada pela comunidade no final da década de 1980. Ultrapassando a definição inicial, este nome expande-se para abarcar outras possibilidades genderizadas pelas pessoas que gradualmente se organizavam em comunidades de apoio e ativismos especificamente “T” (Hines 2007; Ekins e King 2006). É também a partir desta década que o mercado, serviços e locais para a prática de *cross-dressing* se difundem amplamente (Ekins e King 2006). Os anos 1980 são, portanto, uma época em que as histórias e a informação sobre a transsexualidade começam a ser mais divulgadas na televisão, um dos principais meios de comunicação desse período (*ibid.*). A transição para os anos 1990 marca uma nova fase de nomeação do fenómeno, muito relacionada com o desenvolvimento do campo de estudos transgénero e em reação ao discurso biomédico (e o seu *gatekeeping*).

Como dissemos antes, é precisamente nesta altura que se começam a constituir os estudos transgénero a partir de uma voz própria. Simultaneamente, este é igualmente o período de florescimento dos ativismos e estudos *queer* (Almeida 2010). Por vezes entrelaçadas, por vezes

³⁴ Um pouco à semelhança de 1986, com a morte de António Variações o primeiro caso público conhecido de infeção pelo HIV/SIDA (Cascais 2006), o que sugere que as tragédias têm sido gatilhos muito relevantes para agilizar o movimento LGBTI português e simultaneamente a ampliar o eco e a aceitação junto do debate público e mediatizado.

³⁵ Esta palavra foi cunhada primeiramente pela ativista norte-americana *cross-dresser* Virginia Prince, em 1969, num artigo da sua revista *Transvestia* e tinha o duplo sentido de travessia e/ou transformação (Ekins e King 2006, 14). O termo é resgatado no manifesto de Leslie Feinberg (1992) em que incita à libertação e constituição do movimento, sendo considerado um dos seus fundadores (Stryker e Whittle 2006).

em tensão, a coexistência das diferentes agendas ativistas (e políticas) vai sendo marcada pelos contributos destas áreas de estudo³⁶. No plano da nomeação, juntamente com as definições de “*trans*” como “transformação” e de “*trans*” como “travessia”, emerge um novo significado de “*trans*” como “ir além” (Kessler e McKenna, 2000, *op. cit.* Ekins e King 2006, 14). É nesta década que as abordagens à “transcendência” de género são conceptualizadas e tornadas acessíveis (Ekins e King 2006, 36)³⁷. Uma narrativa politizada, promotora da diversidade e da fluidez do género (não binário) que tem vindo a consolidar-se.

As possibilidades de *redefinição* do género face ao sistema de classificação binário aos poucos começam a tornar-se legíveis (Ekins e King 2010)³⁸. Por um lado, através de (novas) categorizações como “*genderqueer*” ou “*trans*” e da crescente proliferação da produção cultural transgénero – inspirada nas “ecologias micro *média*” de cenas artísticas e musicais “alternativas” (Pearce, Steinberg, e Moon 2018). Por outro lado, através da contestação da visão biomédica e da defesa de direitos de autodeterminação do corpo e da identidade (Hines 2010; Ekins e King 2010). Em termos de narrativa, esta visão de “transcendência” baseia-se na imagem do género como um *continuum* ou uma pauta musical.

Com o advento da internet no fim do século XX, as inovações identitárias multiplicam-se, refinando as possibilidades de nomeação das experiências de género assim como o seu acesso e conhecimento. Como referem diversos autores e autoras (Saleiro 2013; Hines 2010; Stryker 2008; Ekins e King 2010), uma das viragens mais significativas e que impulsionou o movimento transgénero foi a emergência desta tecnologia a partir da segunda metade dos anos 1990. Além de ter permitido aproximar pessoas frequentemente isoladas e estigmatizadas, os novos meios de comunicação e informação contribuíram para transformar os modos como as comunidades transgénero se organizam, marcando profundamente a sua expansão. Este empoderamento – partilhado com outros grupos minoritários – foi particularmente visível no caso das pessoas transgénero, com o ciberespaço a tornar-se o meio privilegiado para a

³⁶ Como refere Miguel Vale de Almeida (2009) a raiz contra cultural e revolucionária do paradigma *queer* é também pautada pela afirmação do individualismo, o que a torna compatível com o modelo neoliberal e utilitarista do “*decisor racional em busca do auto-interesse*”. Considerando as suas provocações saudáveis e necessárias, adverte no entanto que o paradigma da igualdade é o que mais garante liberdade e diversidade tanto ao nível político como ao nível ético.







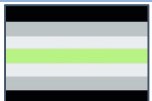
³⁷ Os autores atribuem mesmo a “explosão” da crítica ao binário de género e da teoria *queer* no final dos anos 1990, à aliança entre a teoria literária, o pós-modernismo e as políticas transgénero (Ekins e King 2006, 21).

³⁸ Tanto Ekins e King (2010) como Stryker e Whittle (2006) atribuem grande relevância às primeiras respostas da comunidade transgénero aos reptos e acusações de que foram alvo, particularmente a partir da década 1970. Leslie Feinberg (1992), Sandy Stone (1991 [1987]), Kate Bornstein (1994), Susan Stryker (1994) e Rikki Anne Wilchins (1997) compõem algumas das primeiras linhas de constituição do movimento politizado no contexto norte-americano.

formação de relações comunitárias a uma escala transnacional. Assessorando a mudança paradigmática que marcou a fase mais recente do desenvolvimento das comunidades transgénero, é na *web* que emerge uma nova massa crítica apta a falar e viver o género sem fronteiras (Shapiro 2015; 2004; Marciano 2014; Ekins e King 2010; Stryker 2008).

Como salientam Ekins e King (2010, 27) nos dias de hoje a internet é cada vez mais “*o principal meio pelo qual as histórias de todos os tipos são contadas*”. Por um lado permite manter os narradores em anonimato. Por outro lado também permite um alcance muito mais extenso das histórias de vida. Esta abrangência atinge tanto quem se identifica com as experiências narradas como quem as procura silenciar. No caso dos grupos minoritários estas possibilidades tiveram uma influência positiva porque permitiram a criação de um sentido de pertença e o estabelecimento de uma nova fonte de apoio (informativo, social, emocional). Esta transformação foi importante porque as pessoas transgénero estão frequentemente numa situação em que desconhecem a diversidade de género existente ou desprovidas de uma linguagem para designar o sentido subjetivo de ajustamento ao género que experimentam (Shapiro 2015; 2004). Uma realidade que acarretou mudanças significativas, com impactos diferentes consoante as escalas espaciais e a predominância da narrativa veiculada. Para as pessoas situadas mais “à margem” do género – nomeadamente para quem o género não é vivido exclusivamente como antagónico – o acesso e descoberta de informação compatível com as suas experiências, bem como o contacto e partilha com pessoas em situação semelhante, permanece contudo muito dissipado no universo infindável do ciberespaço³⁹. Uma breve incursão à história das bandeiras para as marchas do orgulho no movimento (LGB)TQI é ilustrativa da ordem de chegada dos termos à comunidade transgénero (transnacional). A título de exemplo:

Quadro 3.2. Datas das bandeiras do orgulho⁴⁰

Ano	1978	1999	2009	2011	2012	2014	2014
Bandeira do Orgulho	Gay/LGBTI	Transgénero	Intersexo	<i>Genderqueer</i>	<i>Genderfluid</i>	Não-binário	Agénero
Imagem							

Fonte: Gender Wiki (http://gender.wikia.com/wiki/Pride_Flags)

³⁹ E também da vida quotidiana, como demonstramos nos capítulos VI e VII. No capítulo V enquadrámos e analisámos criticamente uma das formas de tornar estas experiências inteligíveis a partir do ciberespaço.

⁴⁰ Para uma breve descrição dos termos consultar glossário.

Estes termos (identitários) só granjearam uma expressão figurativa (ou bandeira) das causas que os precedem em datas posteriores à sua construção. Mas aquilo que estas datas nos permitem perceber é o momento em que estes se materializam em símbolo de orgulho. Muitos mais poderiam ser adicionados entretanto. As bandeiras e os termos continuam a aumentar, mas estes exemplos são suficientes para demonstrar as transformações que têm vindo a ocorrer nos últimos anos. A partir dos anos 2010 assistimos à expansão do reconhecimento da nomeação genderizada. Uma multiplicação que, por um lado, sinaliza a revelação de novas possibilidades materiais e posições sociais para experienciar o género (May 2011; Ekins e King 2010); e, por outro lado, sugere que a diversidade de género tem vindo a ganhar terreno, abrindo caminho para uma “transcendência” das dicotomias que regulam os modos como o *self* genderizado se constitui (Hines 2007). Esta tolerância manifesta-se nas reconfigurações culturais e artísticas *pop* mais recentes, nomeadamente com a maior visibilidade de *bio queens* como Lady Gaga; artistas *queer*⁴¹; séries e filmes populares⁴²; e modelos versáteis⁴³.

As categorias *genderqueer*, não-binário, *genderfluid* e agénero não dizem só respeito a descritivos identitários. Referem-se também a causas políticas cujo ativismo é variável consoante os contextos (e as condições para o fazer). Há diversos posicionamentos quanto aos direitos de género e transgénero. Retrataros neste âmbito especificamente as reivindicações não binárias. No caso concreto de Portugal e do Reino Unido, encontramos muitas sintonias nas agendas direccionadas à autonomia do género e à emancipação do movimento não binário⁴⁴. Em ritmos distintos, os ativismos orgânicos (ou reformistas) e inorgânicos (ou radicais) especificamente portugueses e britânicos acompanharam e participaram na transformação legal que começamos a assistir no campo jurídico.

Ao nível da institucionalização do ativismo LGBTQI o Reino Unido tem uma tradição histórica mais longa do que Portugal (Hines e Santos 2017). Dispondo de um vasto conjunto de organizações e serviços especializados, a primeira associação de apoio a pessoas não exclusivamente binárias no contexto britânico data de 1966. A *Beaumont Society* – em

⁴¹ Como Miley Cyrus (*genderfluid*, *pansexual*), Angel Haze (*agender*; *pansexual*) ou Conchita Wurst (*drag queen*).

⁴² *I Am Jazz* (2015), *Orange is the new Black* (2013), *Boys don't cry* (1999), *Transamerica* (2005), *The Danish Girl* (2015), etc.

⁴³ Entre outros *Andreja Pejic*, *Lea T* e *Aydian Dowling*. Várias marcas de moda têm inclusive apostado numa nova tendência (*sexless* ou neutro – substituindo a moda unissexo e questionando a abordagem binária ao género) e em diferentes formas de apresentação (nomeadamente desfiles de coleções por homens e mulheres em conjunto, por exemplo pela *Gucci*).

⁴⁴ Como veremos adiante e especialmente no capítulo V, desde 2012 que o movimento não binário tem vindo a consolidar-se e a agregar as agendas de emancipação do género.

homenagem ao Chevalier d'Eon de Beaumont – formou-se como secção de uma organização norte-americana, visando apoiar secretamente as pessoas que praticavam *cross-dressing* e respetivas/os cônjuges. Desde então, muitas outras organizações emergiram no contexto britânico. Segundo o diretório da GIRES em 2018, 60% das 394 associações e organizações Transgénero contemplavam o apoio específico para pessoas não binárias. No contexto português o total de associações é substantivamente menor, geralmente abrangendo todo o espectro LGBTQI e com uma inclusão recente da terminologia não binária. Têm sido, aliás, poucas as organizações focadas especificamente no apoio e defesa dos direitos transgénero. No ano da morte de Gisberta em 2006 foi fundada a primeira associação especificamente transgénero em Portugal, a ^{at}. No ano seguinte foi fundado o GRIT (*Grupo de Reflexão e Intervenção sobre a Transsexualidade da ILGA-Portugal*), 27 anos depois do seu equivalente britânico – o grupo SHAFT (*Self Help Association for Transsexuals*), fundado em 1980. Atualmente a API (2015) – Ação pela Identidade – e a TransMissão (2017) são as associações mais direcionadas para as causas não binárias⁴⁵.

Com efeito, o crescimento e manutenção dos movimentos ativistas nestes dois países sustentou-se em raízes históricas e locais específicas. Malgrado as diferentes antiguidades e mobilizações coletivas, as demandas são similares em ambos os contextos. Articulando-se frequentemente com outras organizações supranacionais – como a *Transgender Europe/TGEU* – os movimentos e organizações ativistas britânicos e portugueses exigem o reconhecimento da autodeterminação de género. O direito autodeterminado foi recentemente conquistado em Portugal, sendo encarado pelos movimentos como um começo.

Em ambos os países apela-se a uma mudança efetiva das “*convenções sociais binárias opressivas*” (T. Reed 2018, GIRES) – i.e. à abertura das possibilidades de identificação legal, transformação corporal e expressão de género além da oposição binária em vários domínios. A despatologização das identidades de género é vista como o primeiro passo para a maior inclusão da diversidade. Não abdicando dos serviços médicos especializados de acompanhamento às pessoas transgénero, exige-se igualmente a autodeterminação das transformações corporais. Reivindica-se o estatuto de condição médica em detrimento do estatuto de doente mental⁴⁶.

⁴⁵ Especialmente a partir do ciberespaço, encontramos diversos coletivos portugueses que se posicionam de forma radical quanto a um conjunto de temáticas e que referem a causa não binária. Nomeadamente, as Panteras Rosa, o Clítoris da Razão, a Lóbula ou as Bichas Cobardes, entre outros. Importa ressaltar, no entanto, o importante trabalho e apoio na promoção dos direitos transgénero por parte de organizações LGBTQI e coletivos transversais como a ILGA-Portugal e a AMPLOS.

⁴⁶ Como dissemos, a WPATH é igualmente favorável à separação das esferas médica e legal considerando não ser necessária evidência médica para reconhecer legalmente uma identidade de género. Neste âmbito encontramos

Neste âmbito, os ativismos associam-se à defesa dos direitos das pessoas intersexo, requerendo autonomia pessoal e integridade corporal. Um direito que está igualmente previsto na nova lei portuguesa com a proibição de intervenções cirúrgicas em recém-nascidos.

Entre outras coisas, apela-se também a uma linguagem inclusiva e ao respeito por formas de tratamento neutras – associando-se em parte às reivindicações feministas. Posicionando-se frequentemente de forma paralela a outros ativismos, existem contudo alguns atritos que têm vindo a dividir potenciais alianças. Nomeadamente no que se refere ao uso de espaços partilhados ou da consequente perda de espaços exclusivamente femininos. Não só a defesa de casas de banho mistas como a recolocação de pessoas transgénero em casas abrigo e em presídios femininos tem suscitado controvérsias e desconfianças de parte a parte no ativismo. Por parte de alguns feminismos receia-se nomeadamente a menor proteção das mulheres ou o uso instrumental de identidades de género para cometer violações, resultando numa grande suspeição sobre as causas não binárias. Apesar de infundados – porque o reconhecimento da identidade de género não precede, não defende nem oculta quem agride ou a agressão – estes e outros “pânicos morais” têm contribuído para travar os movimentos de autonomização do género⁴⁷.

De facto, a maior parte destas reivindicações são paralelas e têm potencial para promover a igualdade de género. No entanto, o horizonte da autodeterminação de género (ou a emancipação de *géneros*) é frequentemente interpretado na esfera pública como o princípio do fim ou um presságio do caos. Como veremos adiante, os debates continuam fundados na divisão entre normalidade e diferença, entre “nós”/“outros”. Tanto as visões distópicas como as utópicas quanto à autonomia do género (e a sua consequente abolição ou não) enfatizam a autonomia pessoal e a(s) identidade(s). O caminho para uma legislação que reconheça o género como um direito humano tem sido fortemente baseado na autenticidade e na democratização diferença individual. Não só entre Portugal e o Reino Unido como noutros contextos, estes

frequentemente uma subdivisão entre as pessoas que necessitam e as que não necessitam de realizar transformações corporais. Uma separação que por vezes tem resultado na interpretação diferenciada dos termos não binário e transgénero como paralelos. Estas subdivisões são variáveis de contexto para contexto e mais visíveis nas tensões ativistas de luta pelos direitos de cidadania de género.

⁴⁷ Circunscrevemo-nos aos principais atritos suscitados nos movimentos ativistas, especialmente no contexto português e britânico. Existem obviamente outros obstáculos e fundamentalismos, como a refutação de que existe um género além do masculino *ou* feminino, a defesa da transsexualidade como doença mental, acusações de imposição ideológica ou da privação de liberdades e identidades individuais e coletivas, etc. Os frequentes alvoroços em torno destes temas são, aliás, muito demonstrativos do poder estruturante da oposição dicotómica nas relações de género.

posicionamentos têm sido contestados e são frequentemente um alvo instantâneo de diversas controvérsias públicas.

Como vemos por este breve resumo, a época contemporânea tem sido pautada por muitos turbilhões vulcânicos que vão transformando os posicionamentos e as agendas ativistas. Os alinhamentos e desalinhamentos políticos vão emergindo em cada contexto, com avanços mas também com retrocessos. Não se trata portanto de uma narrativa linear (ou a única) sobre a democratização da multiplicidade de género ou da crescente igualdade e superação do antagonismo. Ou muito menos de um relato que traça o caminho da nomeação do trans/género desde a defesa de um direito cívico ao reconhecimento da pluralidade genderizada. A história desta nomeação no campo político e ativista caracteriza-se sobretudo pela proliferação de reivindicações e contestações em torno das questões trans/género, especialmente em Portugal e no Reino Unido. Refere-se aos momentos mais manifestos, às erupções mais fortes. O questionamento e a desconstrução das relações de poder neste campo produziram um reconhecimento expandido e aprofundado dos significados e implicações do trans/género. Reconhecimentos que refletem e alimentam a (atual) nomeação e contestação e cujas ramificações encontramos também no campo jurídico-legal.

4. O trans/género Admitido - do bloqueio ao reconhecimento autodeterminado do género

Os desenvolvimentos semeados pelas contestações e movimentos de libertação política, especialmente desde a década de 1960 tiveram efeitos no campo legislativo a partir da segunda metade dos anos 1970 (R. W. Connell 1987). Neste período, começam-se a ver mudanças nos direitos de género à escala global, com marcos importantes de reconhecimento por organizações supra nacionais como a Organização das Nações Unidas e a União Europeia.⁴⁸ Tanto Portugal como o Reino Unido participaram ativamente nos trabalhos conduzidos por estas entidades em matéria de género. No final dos anos 1970 ambos os países formavam comissões para igualdade e preparavam leis que transpunham as diretivas comunitárias europeias. É, aliás, na viragem para os anos 1980 que começamos a ver mulheres a ocupar a posição de primeiras-ministras. O facto de tanto Portugal como o Reino Unido serem liderados pela primeira vez por mulheres foi talvez um sinal dos tempos – um reflexo da concretização efetiva da igualdade tanto no

⁴⁸ Face à quantidade e especificidade de mudanças jurídico-legais que ocorreram particularmente nos últimos 40 anos, optámos por restringir a nossa análise aos contextos do estudo – Portugal e Reino Unido – considerando apenas as principais viragens à escala global.

plano político como no plano social.⁴⁹ Um período que, apesar das crescentes tensões e pressões políticas, é marcado pelo crescente reconhecimento da (des)igualdade de género. Inicialmente focadas na igualdade entre homens e mulheres ou na emancipação feminina, estas medidas lançaram as bases do enquadramento legal em matéria dos direitos de género. Contudo assistimos a um tratamento paralelo das causas das mulheres e LGBTQI no campo jurídico-legal, resultando frequentemente em leis específicas para a inclusão das pessoas transgénero e leis abrangentes de igualdade de género (que se reportam exclusivamente à inclusão de homens e mulheres).

É também nos anos 1970 que se começam a implementar medidas de reconhecimento da identidade de género para incluir as pessoas transsexuais (designação da época) em alguns países da Europa. A Suécia é pioneira nesta matéria com o primeiro enquadramento legal em 1972, apesar dos critérios restritivos. Só no final de 1989 é que surge a primeira resolução do Parlamento Europeu sobre a “discriminação contra transsexuais”, levando mais de 20 anos para que as instituições europeias estabelecessem efetivamente o enquadramento legislativo dos “direitos transgénero”. Antes deste reconhecimento e “admissão” foram precisos muitos processos judiciais e lutas pela justiça que frequentemente implicaram grandes investimentos por parte das pessoas transgénero. Não havia, aliás, nenhuma outra forma de ter o género legalmente reconhecido – i.e. de mudar a documentação com os marcadores e o nome próprio requerido.

Em Portugal é durante a década de 1980 que ocorrem as primeiras ações judiciais para a mudança legal de género. A primeira sentença favorável acontece em 1984, mas durante esse período muitas outras foram e serão negadas. Constituindo a única alternativa possível para o reconhecimento legal, o mecanismo de ação judicial manteve-se até 2011 e a proibição das cirurgias médicas até 1995. Até há 8 anos atrás, a mudança legal de género no contexto português era garantida a maiores de 18 anos, que não tivessem filhos (biológicos), que se tivessem submetido a cirurgias de mudança das características do sexo morfológico de forma irreversível e tivessem vivido pelo menos um ano no seu “género de preferência”.

⁴⁹ Portugal foi o terceiro país na Europa com uma mulher a exercer funções executivas, logo após a Croácia e o Reino Unido. Contudo, enquanto nesses dois países as respetivas líderes foram eleitas por sufrágio para o cargo, em Portugal Maria de Lourdes Pintasilgo foi indigitada pelo Presidente da República António Ramalho Eanes para um governo provisório (V Governo Constitucional da III República) após a demissão de Carlos Alberto da Mota Pinto, também indigitado pelo presidente. A primeira-ministra portuguesa governou o país durante cerca de meio ano, entre julho de 1979 e janeiro de 1980. No caso britânico, a baronesa Margaret Thatcher liderou durante toda a década de 1980. Atualmente, 36 anos depois, o Reino Unido volta a ser liderado no feminino por Theresa May, também da ala conservadora.

Por sua vez, no caso do Reino Unido foi preciso esperar até 2004 para que as leis de igualdade incluíssem as pessoas transgênero. As cirurgias de transformação corporal são autorizadas a partir de 1999. Já desde 1970 que se registavam ações judiciais no Reino Unido e nas instâncias europeias para o reconhecimento legal do gênero (Whittle 2002). E foi precisamente a decisão do *Tribunal Europeu dos Direitos Humanos* sobre um caso (*Christine Goodwin & I vs. United Kingdom* [2002] 2 FCR 577) que criou condições para a mudança (*ibid*). Em resposta às decisões tomadas pelo tribunal europeu, o governo britânico foi forçado a criar uma legislação para cumprir com a *Convenção Europeia dos Direitos Humanos*⁵⁰. A versão mais moderna dos processos de reconhecimento legal da identidade de gênero ocorre assim com a promulgação desta lei britânica de 2004. Ao desburocratizar os procedimentos legais e extinguir os requisitos de esterilização e cirurgia para a mudança legal de nome, esta lei alterou de forma pioneira o quadro penal que frequentemente bloqueava o acesso e reconhecimento legal das pessoas transgênero. Uma mudança que teve reflexos no plano internacional não só no campo legal como também no campo médico⁵¹.

A transformação no enquadramento dos direitos trans/gênero foi seguida por vários países que regulamentaram leis de reconhecimento da identidade de gênero sem requisitos prévios de esterilização, tratamento hormonal ou cirúrgico. Em contexto europeu, muitos países reformaram leis que estavam vigentes desde os anos 1970 de acordo com esta nova linha: Portugal (2011), Suécia (2012) e Holanda (2014) através de mudanças no sistema penal e Áustria (2009), Alemanha (2011) e Itália (2015) mediante a “doutrina do precedente judicial”⁵². Este foi, na altura, um avanço em relação aos modos como as pessoas transgênero eram reconhecidas⁵³. Não obstante, manteve o peso da intervenção médica através da necessidade de

⁵⁰ A decisão foi favorável para os queixosos porque, ao não permitir que pessoas transgênero mudassem os seus documentos nem que se casassem, o governo britânico violou os artigos 8º (*Direito ao respeito pela vida privada e familiar*) e 12º (*Direito ao casamento*) (Hines e Santos 2017; Whittle 2002).

⁵¹ Nomeadamente, com o estabelecimento de padrões e critérios (*standards*) básicos de proteção dos direitos humanos (Princípios de Yogyakarta, Corrêa e Muntarbhorn 2006, 2009; Grinspan et al. 2017) e na reformulação dos cuidados de saúde (WPATH, Coleman e AAVV 2012 - 7ª versão). A Convenção Europeia dos Direitos Humanos (assinada por 47 países, dos quais 28 são Estados-membros da União Europeia) e as diversas resoluções (2015; 2014; 2011; CE 2011) adotadas pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas têm vindo igualmente a promover a proteção e tolerância das pessoas quanto à orientação sexual e identidade de gênero, como também a criar mecanismos que permitam assegurar e monitorizar estas garantias.

⁵² Prática que define que uma decisão sobre um caso no tribunal depende das decisões adotadas em casos anteriores e afeta o direito a ser aplicado a casos futuros (*ratio decidendi*). Não havendo um precedente, os juízes possuem a autoridade para criar o direito, estabelecendo um precedente “direito comum” (*common law*) – tradição jurídica que embora seja mais frequente nos países anglófonos, também é praticada nos países que adotam o direito civil (*civil law*).

⁵³ Importa referir que é também a partir da viragem para o novo milénio se começam a legislar medidas de proteção e reconhecimento no âmbito da orientação sexual. Nesse âmbito Portugal e o Reino Unido têm andado a par e passo, posicionando-se em 2017 em lugares de charneira em matéria de direitos LGBTI na Europa segundo o *Rainbow-Europe Map* da ILGA (em 7º e 4º lugar, respetivamente – vide Quadro 3.3 para comparação). A

diagnóstico especializado para a obtenção do reconhecimento legal. Face à constatação de que é necessário separar as esferas médicas e legais neste âmbito, começam a emergir avanços legislativos que abrem caminho para uma nova mudança paradigmática relativamente à proteção e reconhecimento dos direitos transgênero.

Em 2012, a Argentina aprovou a primeira lei de autodeterminação da identidade de gênero, eliminando todos os requisitos prévios para a mudança de identidade civil. Desde então, começamos a assistir a mudanças substantivas nos campos legislativos de vários países. Como podemos ver nos quadros 3.3 e 3.4 abaixo, atualmente cerca de 27 países⁵⁴ dispõem de enquadramentos legais no sentido da emancipação e autonomia do gênero. Estes avanços podem ser divididos em três grandes linhas de reconhecimento: 1) despatologização; 2) autodeterminação; e 3) marcador indeterminado.

A despatologização das identidades transgênero na esfera legal foi aprovada por 18 países. Em consonância com as recomendações internacionais, estes avanços legislativos reconhecem que as pessoas transgênero podem alterar os seus marcadores de gênero e nomes sem necessitar de um diagnóstico ou atestado médico (bem como de terapia, transformações corporais e/ou esterilização). Ou seja, consistem na adequação jurídico-legal à autonomia do gênero sem a conceção patológica. Não obstante, desses 18 apenas 12 dispõe de leis que reconhecem a autodeterminação da identidade de gênero. Ou seja, mesmo reconhecendo que ser transgênero não é doença, alguns destes países – como França ou Equador – requerem uma intermediação ou um processo judicial para mudar o marcador legal de gênero. Frequentemente, isso conduz novamente a exigências de prova médica e/ou testemunhos de terceiros, protelando o reconhecimento jurídico-legal.

aprovação da lei do casamento civil por Portugal em 2010 foi, inclusive, um ponto de viragem muito relevante em matéria de reconhecimento, tanto no panorama nacional como internacional. É também neste ano que se aprova no Reino Unido o *Equality Act*, um documento legal de convergência das leis britânicas anti discriminação em matéria de igualdade. Esta lei seguiu grosso modo as diretivas da União Europeia, requerendo tratamento igual no acesso ao trabalho, serviços públicos e privados para todas as pessoas. Neste âmbito, é preciso não esquecer, igualmente, o compromisso feito a partir de 2008 – entregue pela Argentina em nome de 66 Estados-Membros signatários – pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas no reconhecimento da orientação sexual e a identidade de gênero como direitos humanos.

⁵⁴ Em alguns casos, como Espanha, México, Canadá e Estados Unidos da América, há uma grande variação regional na aprovação de leis, coexistindo diferentes paradigmas de reconhecimento dos direitos transgênero. Segundo a TGEU em 2018 (<https://transrespect.org>), face a 126 países identificados cerca de 51 permitem a mudança legal do marcador de gênero sem pôr em risco as vidas das pessoas transgênero. Apesar de em alguns desses 51 países existirem diferenças nas práticas (como é o caso da Rússia ou da África do Sul) ou variações regionais, já dispõem de enquadramentos legais específicos para mudar o registo de gênero. A passagem para o paradigma auto/indeterminado ainda é recente e em alguns países os avanços têm sido mais no sentido de abolir a esterilização e/ou a cirurgia de reatribuição sexual das pessoas transgênero – requisitos prévios que são encarados internacionalmente como um atentado aos direitos humanos no plano internacional.

O reconhecimento autodeterminado do género implica, portanto, que o enquadramento legal da identidade de género seja realizado através de um processo administrativo simples, dispensando diagnósticos e acompanhamentos médicos mas também outros intermediários (oficiais ou não). Esse foi o caso da Argentina em 2012, a que se seguiu a Dinamarca (2014), Noruega (2015), Colômbia (2015); Irlanda (2015); Malta (2015); Bélgica (2017); Luxemburgo (2018); Brasil (2018); Chile (2018); Costa Rica (2018) e Portugal (2018).

Quadro 3.3. Países no Continente Europeu com leis de emancipação do género:

Continente	País	Ano de aprovação da Lei	Despatologização do género	Autodeterminação do género	Marcador de género indeterminado	Posições ocupadas em índices de igualdade	
						Rainbow-Europe (2017)	GII (2017)
Europa	Dinamarca	2014	Sim	Sim	Sim, Passaportes	8º	2º
	Espanha*	2014-2017	variação regional	variação regional	Não	9º	15º
	Noruega	2015	Sim	Sim	Não	3º	5º
	Irlanda	2015	Sim	Sim	Em discussão	15º	23º
	Malta	2015	Sim	Sim	Sim, Passaportes	1º	45º
	França	2017	Sim	Não	Não	6º	16º
	Bélgica	2017	Sim	Sim	Não	2º	5º
	Grécia	2017	Sim	Não	Não	14º	26º
	Luxemburgo	2018	Sim	Sim	Não	19º	11º
	Alemanha	2018	Sim	Não	Sim, doc. Id.	12º	14º
	Áustria	2018	Sim	Não	Em discussão	13º	13º
	Holanda	2018	Não	Não	Sim, Passaportes	11º	3º
	Portugal	2018	Sim	Sim	Não	7º	19º
	Reino Unido	2004 (nova proposta em discussão desde 2015)	Não	Não	Em discussão	4º	25º

* Leis regionais de Andaluzia (2014), Madrid (2015), Ilhas Baleares (2016), Múrcia (2016) e Valência (2017)

Fontes: (Chiam, Duffy, e Gil 2017; TGEU 2018; ILGA-Europe 2018; UNDP 2018)

Quadro 3.4. Países noutros Continentes com leis de emancipação do género:

Continente	País	Ano de aprovação da Lei	Despatologização do género	Autodeterminação do género	Marcador de género indeterminado	Posição no índice GII (2017)
América Central e do Sul	Argentina	2012	Sim	Sim	Não	81°
	Cidade do México (MEX)	2014	Sim	Sim	Não	(76°)
	Colômbia	2015	Sim	Sim	Não	87°
	Equador	2016	Sim	Parcial, intermediação	Não	88°
	Brasil	2018	Sim	Sim	Não	94°
	Chile	2018	Sim	Sim	Não	72°
	Costa Rica	2018	Sim	Sim	Não	64°
América do Norte	Canadá	2018	variação regional	variação regional	Sim, Passaportes	20°
	EUA	2017-19	variação regional	variação regional	Sim, Doc. Id., Cert. Nascimento e Cartas de Condução na Califórnia, Colorado, Nova Iorque, Washington, Maine, Massachussets, Oregon e District of Columbia	41°
Ásia	Nepal*	2015	mudança legal exclusivamente para o género indeterminado		Sim, Passaportes e certificado nascimento	118°
	Índia*	2014	Incerto	Não	Sim, Doc. Id.	127°
	Paquistão*	2018	mudança legal exclusivamente para o género indeterminado, requisitos médicos		Sim, Doc. Id.	133°
Oceania	Nova Zelândia*	2012	Não	Não	Sim, Passaportes	34°
	Austrália	2016	variação regional	Não	Sim, Passaportes	23°

* Países com mudanças legais relacionadas com tradições culturais específicas e outras formas de identificação com o género (e os seus sistemas classificatórios).

Fontes: (Chiam, Duffy, e Gil 2017; TGEU 2018; UNDP 2018)

Em Portugal a separação entre a esfera médica e a esfera legal efetivou-se com a recente Lei 38/2018 de 7 de Agosto – que estabelece o “*direito à autodeterminação de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa*”. Reconhecendo a identidade de género como um direito autodeterminado e emancipado do domínio médico, a lei portuguesa constitui neste momento um dos enquadramentos jurídicos mais avançados no plano internacional. Atualmente, nos 12 países que aprovaram a autodeterminação é possível obter um novo nome e identidade nos documentos de identificação através de uma solicitação (autodeclarada) aos serviços de registos e notariados. Havendo variações ao nível das idades permitidas, a possibilidade autodeterminada do género começa a generalizar-se. Estas transformações beneficiaram da pressão de campanhas ativistas mais dinâmicas e do apoio internacional (nomeadamente por parte da *Transgender Europe/TGEU*), como também num esforço para cumprir com os compromissos das instituições de direitos humanos.¹ Neste âmbito, outros países como Espanha, Reino Unido² ou México discutem e reconsideram a revisão da lei. Nessas discussões debate-se o reconhecimento autodeterminado da identidade de género e a sua desclassificação na lei como patologia médica, bem como a existência de um marcador indeterminado. Com efeito, no conjunto dos 27 países com leis promotoras da emancipação de género, a Dinamarca (2014) e Malta (2015) já dispõem de legislação nas três grandes linhas de reconhecimento.

Quanto à possibilidade de marcador indeterminado nos documentos de identificação, cartas de condução e/ou passaportes esta começa por ser legislada pela Nova Zelândia em 2012. Tanto nesse país como no caso da Índia (2014), do Nepal (2015) e do Paquistão (2018) a inclusão de uma “terceira opção” – indeterminada – de género está sobretudo relacionada com o reconhecimento de culturas locais com outras convenções. Ou seja, pautou-se por um processo de reconhecimento jurídico-legal da diversidade de género existente, a partir de sistemas culturais que dispõem de outras formas de identificação e experiências ancestrais³. Neste

¹ A recomendação 2048 (2015) de 22 de abril da Assembleia Parlamentar do Conselho Europeu incentiva, aliás, todos os Estados-membros a estabelecer procedimentos de reconhecimento da identidade de género baseados na autodeterminação e na abolição de requisitos médicos para o seu acesso. O reconhecimento da Organização Mundial de Saúde com a retirada, em 2018, da identidade de género do sistema de classificação de doenças mentais (ICD) – passando a considerar-se uma condição relacionada com a saúde sexual – contribuiu igualmente para agilizar as mudanças legais, face aos compromissos estabelecidos por diversos países ao nível supra nacional.

² No caso britânico importa referir que o título neutro “Mx” e outras formas de tratamento inclusivas – como o uso do singular *they* e possibilidades institucionais de reconhecimento do género além do binário (M ou F) – já se encontram bastante disseminadas. Nomeadamente, ao nível do preenchimento de formulários em diversos organismos públicos e empresas e em termos do protocolo e etiqueta social oficial. Aprofundamos estas questões no capítulo V.

³ Relacionadas com as tradições culturais *Hindus* (as pessoas conhecidas como *Hijras* na Índia e no Nepal; e como *Khawaja'saras* no Paquistão) e *Maori* (na Polinésia existem diversas identificações nomeadamente as *Fa'afafine*; na Nova Zelândia são conhecidas como *Whakawahine*). No caso das leis de identidade de género estes países ainda

âmbito, a designação usada pelos sistemas de identificação nacional varia, sendo frequente o recurso ao “X”, “O” (de *outro*) ou ao descritor “indeterminado” como opção de género para além dos dicotómicos “M” e “F”. Por sua vez, no caso da Alemanha a opção indeterminada começou por ser direcionada em 2013 somente para as pessoas intersexo, optando por deixar em branco os marcadores dicotómicos. Mas em 2018 passa uma nova diretiva que vem estender o marcador indeterminado aos documentos de identificação a todas as pessoas que o requererem. Ao todo, contam-se atualmente 11 países com a possibilidade de marcador indeterminado de género em Passaportes, cartas de condução, certidões de nascimento e/ou documentos de identificação.

Estas conquistas, celebradas por uns e repudiadas por outros, são demasiado recentes para podermos antecipar o seu impacto no campo jurídico-legal. As mudanças no reconhecimento do género, tanto na igualdade de acesso (e oportunidades) como na autonomia para o definir, coexistem com um enquadramento legal e internacional disperso e pouco coerente. Normas jurídicas como a constituição portuguesa não reconhecem o género e a identidade de género no princípio da igualdade (13º). Além da regulamentação legal relativa aos procedimentos (médicos e administrativos) o reconhecimento transgénero consta apenas (e gradualmente) nas leis e referências de proteção contra a discriminação. Seja em termos de condições, seja ao nível das práticas, as conquistas legais – tanto em Portugal como no Reino Unido – ainda não têm um impacto efetivo (Hines e Santos 2017).

Certamente que os limites sociais para o reconhecimento da multiplicidade de género não são garante nem equivalem aos limites legais admitidos. Contudo, a legislação sobre as identidades de género (e a sua possibilidade de autonomização) abrem um precedente jurídico em sentido lato.⁴ Esta abertura poderá permanecer somente reconhecida nos domínios especializados do saber/poder legislativo ou então expandir o enquadramento jurídico sobre o género. Considerando os países que avançaram para a autonomia e emancipação do género como direito não podemos falar exatamente de uma correlação entre práticas de género inclusivas e leis

não dispõe de um enquadramento jurídico que reconheça a autodeterminação e/ou a despatologização. No Paquistão e na Índia as leis existentes só permitem, inclusive, a mudança para indeterminado – restringindo-a às pessoas que se identificam dessa forma e exigindo critérios de acesso.

⁴ Stanley (2014) adverte sobre os perigos e potencialidades da adesão à autodeterminação como forma de emancipação das práticas de género que não expressam o antagonismo (fluídas, *queer* ou que não reforçam a oposição e a exclusividade). Admitindo o risco de recorrer ao “*self*” no período neoliberal contemporâneo, considera que através de uma abordagem relacional e dialética forjada na alteridade é possível conceber uma política de libertação coletiva (e não mimética) que ultrapasse a estratégia das políticas de identidade. Ao coletivizar múltiplas incorporações e expressões encontra uma forma de defesa não prescritiva face às violências interpessoais e estatais, mediante a autonomia individual.

inovadoras. Face às posições assumidas em 2017 por este conjunto de países tanto no índice de desigualdade de género (doravante GII) das Nações Unidas como, no contexto europeu, no índice *Rainbow-Europe* da ILGA verificamos sobretudo uma distribuição inconsistente⁵. No entanto, mesmo nos países em que estão contempladas no registo civil as duas categorias discretas “feminino” ou “masculino”, a mudança autodeterminada é especialmente relevante porque introduz a possibilidade de autonomia entre a identidade, a expressão e a performance de género. Tendo em conta as estimativas de que cerca de um terço das pessoas transgénero não se identificam com o binário discreto e universal, que divide a população em dois grupos opostos (masculino ou feminino), começam assim a criar-se condições para o reconhecimento legal e político de outras possibilidades genderizadas (Titman 2014).⁶

Em termos globais, o campo jurídico-legal tem sido marcado por transformações efetivas na nomeação trans/género e no reconhecimento do fenómeno que, apesar das reviravoltas e de potenciais retrocessos, passou muito claramente de bloqueios restritivos para a autonomização do género. Estas mudanças têm sido frequentemente mediatizadas. A nomeação trans/género como direito humano tem adquirido visibilidade especialmente a partir das notícias de mortes e discriminações das pessoas transgénero. Contudo, as tensões e as diferentes lutas por direitos permanecem, interligando-se com as nomeações do trans/género pelos campos médico e político. Relações de força e de sentido que se mantêm em debate e cujos desenvolvimentos ainda estão para conhecer.

⁵ Estes índices medem obviamente aspetos diferentes, ainda que interrelacionados, da igualdade e das práticas inclusivas de género. No caso do GII – iniciado em 2010 no âmbito do UNDP – a desigualdade de género no mundo é medida através de um conjunto de indicadores referentes a três dimensões: saúde reprodutiva (das mulheres); *empowerment* (escolaridade e representação política) e mercado de trabalho (participação e acesso). Baseando-se nos dados disponíveis, procura aferir a igualdade (= 0) entre homens e mulheres a partir de rácios. Inclui também uma medição das discrepâncias de género ao longo da vida em termos de escolhas e oportunidades na educação, mercado de trabalho e emprego, usos do tempo, proteção social e representação política. Já o índice do *Rainbow-Europe* – iniciado pela ILGA em 2014 – classifica os países europeus em termos dos avanços legais na proteção e reconhecimento da SOGISC como direitos humanos. Apesar de não dispormos de espaço para maior aprofundamento, considerámos importante colocar as posições ocupadas por estes países nos quadros 3.3 e 3.4 de modo a permitir uma leitura mais nuançada dos diversos contextos nacionais.

⁶ Ainda estamos longe de saber, aliás, a dimensão desta realidade. Até porque os termos transgénero e não binário nem sempre são usados em simultâneo como descritores identitários. Um estudo em Israel direcionado à população em geral encontrou evidências de que a identificação não binária pode ser muito maior do que o estimado. Cerca de 35% das 2225 pessoas (cisgénero) inquiridas no estudo afirmou que se identificava parcialmente com ambos, nenhum ou outras categorias além do binário (Richards et al. 2016). Um estudo mais específico, realizado pela *Scottish Alliance*, a 895 pessoas não binárias refere que a maioria optaria pelo marcador de género indeterminado caso fosse disponibilizado (TGEU 2018). No ciberespaço existe também uma tentativa de recenseamento das pessoas não binárias desde 2013, que em 2017 recolheu uma amostra de 9932 participantes. O reconhecimento bem como os estudos para identificar a proporção de pessoas não binárias ainda é recente. Apesar das tentativas ainda não dispomos de estatísticas representativas para a população portuguesa e britânica. Existem esforços neste sentido, com o recente desenvolvimento de estratégias de inquirição por organizações supranacionais (como as Nações Unidas) e por alguns órgãos estatísticos nacionais (nomeadamente na Austrália, Nova Zelândia, Índia e Reino Unido).

5. O fenómeno Transgénero à escala transnacional e os denominadores comuns

Nesta segunda década do século XXI o que qualifica o “ser” parece estar cada vez mais ligado ao *lugar* do que ao *tempo*. A (incessante) circulação das ideias e a (re) afirmação dos sentidos de pertença a comunidades (cosmopolitas ou não) e/ou a diásporas comunitárias implicam uma relação (continuada, dispersa ou intercalada) de reconhecimento de objetivos comuns. Com múltiplos diálogos e diferentes cadeias (e lógicas) de sentido, os níveis de entendimento ou de aprofundamento são necessariamente variáveis – havendo sem dúvida processos distintos dependendo do “lugar” em que forjamos o “horizonte” de se ser-no-mundo. No contexto ocidental – a denominada sociedade da informação e dos ecrãs – assistimos a vários níveis a uma compressão tanto do tempo (ou das temporalidades) como dos lugares. Mas estes não afetam as pessoas da mesma maneira, nem tão pouco implicam necessariamente uma reconfiguração das práticas. É precisamente por isso que o “lugar” vem assumir maior peso do que o tempo: porque a posição, o local, a matriz que configura a paisagem, os espaços (cibernéticos ou não) que ocupamos qualificam o ser (mesmo sendo este ser um tornar-se, em devir e relacional). Uma denominação que até pode *transnominar* parte do significado ou transformar-se com o tempo, mas o seu lugar continua a ordenar o sentido e a força desse sentido.

A nomeação do trans/género pode ter uma história (ou várias narrações temporais) e um conjunto de condições (técnicas, tecnológicas, políticas, sociais) mas é a sua visibilidade (gradual, repentina ou fugaz) que nos permite compreender as dinâmicas de transformação. Os rápidos desenvolvimentos que têm vindo a ocorrer e a maior visibilidade requerem, pois, um estudo aprofundado sobre a sua evolução e as consequências para as vidas transgénero e para a promoção dos direitos. A maior abertura para a diversidade de género nas sociedades contemporâneas demonstra não só a atualidade do tema como de que se trata de um momento pertinente para a análise das mudanças nas relações de género em geral. Os desenvolvimentos científicos, tecnológicos, sociais, culturais e legislativos que contribuíram para a crescente visibilidade do fenómeno transgénero marcam-no, nas palavras de Hines (2010, 11) como “*uma área importante e oportuna de investigação social e cultural, tornando-se um lugar criativo do debate sobre o género e a sexualidade*”.

Esta é uma discussão que também tem vários denominadores comuns. Por isso, antes de avançarmos para a análise empírica importa elencar as linhas que desvelam. Em primeiro lugar, o deslocamento do trans/género para uma linguagem de direitos humanos abre vários caminhos

para repensar e reconstruir as diferenças e igualdades que mais contam. Tanto o paradigma das (des)igualdades entre homens e mulheres como o paradigma das (des)igualdades de géneros (no plural) têm caminhado em paralelo nos campos jurídico-legais, políticos e (bio)médicos. As diferenças no modo como se define a justiça e o acesso democrático (e múltiplo) ao trans/género minam fortemente as possíveis alianças almejadas pelos movimentos trans/feministas, entre outros. E a capacidade contestatária e a conquista efetiva de reconhecimento e direitos de género depende tanto das relações externas como das internas entre os campos. Estes são movidos por diferentes interesses e por entre comunidades dispersas que disputam significados e reconhecimentos específicos. A viragem para o “reconhecimento” é, aliás, produto de uma lógica política identitária (e idiossincrática) – cujas armadilhas inibem frequentemente o acesso a quem mais precisa (porque não é “reconhecível”, “representável”, tornado inteligível). Como refere Boaventura Sousa Santos (2017), a “desimaginação do social” tem consequências para a democracia e para a responsabilidade coletiva. Apesar de haver uma ênfase crescente na questão redistributiva em algumas agendas específicas trans/feministas (Espineira e Bourcier 2016; Kunzel 2014; Bryant 2009) a maior parte dos debates e ativismos continuam a colidir na idiossincrasia genderizada – i.e. na esfera individual da “identidade” e da “expressão” e na (possibilidade de) *autonomia* particular.

Em segundo lugar, como refere Chiam (2017, 3) ao nível jurídico-legal não podemos falar de uma separação entre o “norte global” e o “sul global”. Não só porque as transformações têm ocorrido em diversas partes do mundo mas também porque persistem desafios e obstáculos a ultrapassar em todos esses locais. Neste âmbito têm sido muito relevantes os ativismos transnacionais e os reconhecimentos (incentivos e reforços) por parte das organizações supranacionais – nomeadamente pelas Comissões de Direitos Humanos das Nações Unidas e da União Europeia; e também por parte da Amnistia Internacional. Mesmo no campo da medicina, apesar da preponderância dos desenvolvimentos anglófonos – especialmente os norte-americanos – o vasto conjunto de serviços e especializações não se enquadra nesse imaginário que divide o norte/sul global. Com efeito, é bastante conhecido o mercado global informal ao nível das práticas de transformação corporal entre outras. Vistas como uma espécie de “mecas” que facilitam procedimentos penosos e restritivos em muitos contextos nacionais, apenas quem dispõe de quantias avultadas pode aceder a esse tipo de transformações que – apesar de serem imprescindíveis para muitas das pessoas que não correspondem à categoria atribuída à nascença – implicam viagens a Marrocos, ao Irão ou à Tailândia.

A tensão entre a transversalidade ou especificidade da cultura constitui, em terceiro lugar, um debate de fundo em relação ao fenómeno transgênero. Existem dinâmicas muito pertinentes em torno das tensões e das contradições patentes no reconhecimento da nomeação trans/gênero. Os modos como as linguagens que conferem nome ao(s) fenómeno(s) e as suas traduções e articulações têm ocorrido são um exemplo disso. Encontramos por um lado um movimento de aglutinação internacional sob os termos “transgênero”, “*queer*” e “não binário”. Formações discursivas transnacionais que são vistas por algumas comunidades como uma imposição anglófona e/ou imperialista que acarreta ideias e concepções distantes, independentemente do seu uso como categoria da prática nos diversos contextos (Pearce, Steinberg, e Moon 2018; Espineira e Bourcier 2016). Não obstante, o recurso a termos comuns e reconhecidos pela maioria tem sido fundamental tanto na aceitação como na proteção das diversidades e multiplicidades genderizadas, informando e reconfigurando os campos. Por outro lado, as especificidades locais e os diálogos existentes sobre as possibilidades de nomeação do fenómeno têm resultado em diferentes processos, num movimento que simultaneamente multiplica e transforma as possibilidades de nomeação. Estes processos resultam do confronto entre os diversos modos de conceber o gênero e de viver a experiência genderizada. Criando resistências e pertenças locais específicas, de que é exemplo a rejeição do termo *Hijra* pelas *Khawaja'saras* paquistanesas, considerado ofensivo; ou a substituição do termo *Queer* pelo termo *transfeminista* por alguns coletivos espanhóis e franceses – visto como uma forma de *ressignificar* e reapropriar-se dos termos (Espineira e Bourcier 2016). Ou através de processos de transformação e inovação linguísticos, em que os termos “transveado” no Brasil e “bichas cobardes” em Portugal são disso exemplo. Estes movimentos ganham significativamente mais importância, sobretudo quando a agenda da linguagem inclusiva e do tratamento neutro começa a ganhar força em muitos contextos em que essas possibilidades requerem uma expansão e adequação linguística.

À medida que caminhamos globalmente para imaginários do sexo, do gênero e da sexualidade mais plurais e abundantes; que começamos a admitir mais do que dois marcadores de identificação civil; que dispomos de tecnologia e de conhecimento (ainda escasso) e do poder-saber num modelo mais de continuidade do que dimórfico; à medida que avançamos e reconhecemos práticas e experiências que nomeiam o trans/gênero renovamos as possibilidades legíveis de ser e pertencer. Um nome não é tudo mas carrega um peso. Esse peso – que é tão histórico quanto posicional – é passível de se transformar e, no processo, ser transformado.

Capítulo IV.

Contextos e percursos da pesquisa

Os percursos desta investigação estão brevemente refletidos neste capítulo. Visámos expor simultaneamente os contextos específicos da pesquisa e a estratégia seguida para responder aos objetivos delineados. Esta síntese complementa os capítulos anteriores, onde desenvolvemos as linhas de questionamento e conceptualização deste trabalho. Começamos por justificar a escolha de Portugal e Reino Unido na análise das transgressões de género. Depois relatamos como abordámos e construímos o nosso objeto de estudo. Seguimos com a justificação das metodologias, técnicas e critérios de seleção usados face aos objetivos específicos e às análises efetuadas. Por último, refletimos criticamente sobre as potencialidades e limites desta pesquisa. Convidamos a uma avaliação conjunta através da explicitação dos critérios seguidos ao longo desta investigação. Pretendemos, assim, apresentar os contextos e percursos da pesquisa e proporcionar uma base para a discussão analítica presente nos próximos capítulos. Somente conhecendo os espaços e caminhos trilhados é que as análises se tornam mais acessíveis e as críticas mais indispensáveis.

1. Entre Portugal e o Reino Unido

O nosso estudo é de tipo *Cross-sectional* (ou Transversal) porque nos situamos num momento específico do tempo e na recolha de amostras de dados em Portugal e Reino Unido entre 1950 e 2015 (Bryman 2012). Como vimos antes, o reconhecimento e a visibilidade da nomeação do trans/género não podem ser dissociados dos seus contextos históricos e geográficos. Por mais que a visibilidade esteja ancorada a diferentes temporalidades, lógicas e condições, os processos de transformação têm diferentes impactos e são vividos distintamente nos contextos específicos de ação. É por isso importante relatar os modos como captámos as dinâmicas de permanência e mudança nas práticas de género. Mas antes precisamos de especificar a seleção dos dois contextos nacionais da investigação.

Em primeiro lugar, como é sabido, Portugal e Reino Unido têm distintos regimes de género e diferenças nos modos como o poder de género estrutura e é estruturante das relações sociais. Para além das variações entre as práticas de género cíclicas e divergentes, encontramos também diferenças na história e nos modos como diversos ativismos se têm organizado para defender

os direitos de reconhecimento e proteção. No plano demográfico, o Reino Unido tem quase 7 vezes mais pessoas, predominantemente a residir em contexto urbano. A população portuguesa é tendencialmente mais envelhecida que a britânica, com menos 2,1% de crianças (≤ 5 anos) e mais 2,8% de séniores (≥ 65 anos). Enquanto quase toda a população britânica usa internet (94,8%), cerca de um terço da população portuguesa não o faz (29,6%). No plano económico, os níveis de desemprego em 2017 eram mais elevados em Portugal (9% contra 4,3% no Reino Unido) mas a proporção de emprego vulnerável era a mesma em ambos os países (13,1%). Um e outro apresentam níveis equiparáveis na assimetria de distribuição de rendimentos – ou coeficiente de GINI – em Portugal (35,5%) e no Reino Unido (33,2%).

Tendo por referência índices internacionais podemos ver como tanto Portugal como o Reino Unido ocupam um lugar dianteiro em matéria de igualdade de género e de direitos LGBTI. As posições ocupadas por estes dois países devem-se a diversos fatores de transformação ao nível político, cultural e social, ambos tendendo para uma maior abertura à diversidade e democratização das relações de género. No caso do *Gender Inequality Index* (GII) das Nações Unidas, em 2017 Portugal ocupava 19º lugar e o Reino Unido o 25º de um total de 189 países classificados (UNDP 2018). Ambos fizeram progressos significativos nos últimos 30 anos (entre 1995 e 2017) apresentando taxas de desigualdade de género relativamente baixas. Portugal e o Reino Unido aproximam-se nomeadamente em termos da representação feminina nos cargos de decisão, liderança e nas áreas do saber predominantemente masculinas. O Reino Unido apresenta uma proporção maior de mulheres com independência económica. Contudo, tem níveis reportados de violência contra as mulheres mais elevados do que em Portugal.

No caso da classificação da ILGA quanto às leis e medidas de reconhecimento e proteção LGBTI – o índice *Rainbow-Europe* – Portugal e Reino Unido também estão bem situados. Em 2017 o Reino Unido ocupava o 4º lugar e Portugal o 7º num conjunto de 49 países classificados (ILGA-Europe 2018). Na avaliação dos progressos ambos os países são considerados pela ILGA-Europe como exemplares e é reforçada a continuidade nas lutas pelo reconhecimento e proteção dos direitos. Ainda antes da nova lei de identidade de género Portugal atingia os 69% (num máximo de 100%) nas conquistas de direitos humanos LGBTI. São referidos nomeadamente os passos encorajadores para por em prática as recomendações do ativismo LGBTI e elogiada a inovação e a excelência portuguesa no combate ao HIV/Sida. Duas das três recomendações desse relatório foram cumpridas quase na íntegra. Excetuando a restrição etária da nova lei de reconhecimento autodeterminado do género de 2018 e a completa inclusão das leis anti discriminação SOGISC no acesso a bens e serviços (especialmente na área da saúde),

Portugal é visto como um modelo a seguir em matéria de direitos LGBTI. O Reino Unido – com uma pontuação global de 73% – também é considerado um exemplo, destacando-se em 2017 pela maior discussão e visibilidade pública dos temas transgénero e intersexo. Contudo, são igualmente referidos o aumento da transfobia e a necessidade de avançar com medidas e leis. Entre as recomendações constam: a adoção de uma lei de casamento civil ao nível nacional (que estenda este reconhecimento à Irlanda do Norte); a proibição das cirurgias a menores intersexo e medidas anti discriminação com base nas características sexuais; bem como a adoção de uma lei de autodeterminação do género. A pontuação portuguesa e britânica em 2017 por critério de reconhecimento e proteção não era assim tão distintiva. Os indicadores em que mais se aproximavam referem-se às leis e medidas no âmbito da liberdade de expressão, associação e reunião (*Espaço da sociedade civil*, sem diferenças entre ambos os países) e no âmbito do *reconhecimento legal do género e integridade corporal*, com uma distância de 3 pontos percentuais. É nos critérios da *Família* e da *Igualdade e Não discriminação* que encontramos as maiores diferenças percentuais, com uma distância respetiva de 28 e de 20 pontos. Para facilitar o retrato comparativo resumimos abaixo os indicadores que temos vindo a referir:

Quadro 4.1. Seleção de Indicadores Comparativos de Portugal e Reino Unido				
			Portugal	Reino Unido
População		Total	10,3 milhões	66,2 milhões
		Urbana	64%	83%
<i>Gender Inequality Index (GII, 2017)</i>	Esperança de vida à nascença	Sexo feminino	84 anos	83 anos
		Sexo masculino	78 anos	80 anos
	Violência contra Mulheres (> 15 anos)	Relações íntimas	19%	29%
		Relações não íntimas	1%	7%
	Independência económica nas Mulheres (> 15 anos)		90,6%	96,1%
	Uso de contraceptivo pelas Mulheres (entre 15 a 49 anos)		73,9%	84%
	Mulheres em licenciaturas predominantemente masculinas		18,3%	17,4%
	Representação das mulheres no parlamento		34,8%	28,5%
	Mulheres em cargos de gestão (sénior e média)		32,2%	33,8%
<i>Rainbow-Europe (2017)</i>	Pontuação global nas leis de reconhecimento e proteção LGBTI		69%	73%
	Critério de Igualdade e Não discriminação		50%	70%
	Critério de Família		100%	72%
	Critério de Crimes e discursos de ódio		51%	39%
	Critério de Reconhecimento legal do género e integridade corporal		65%	62%
	Critério de Espaço da Sociedade Civil		100%	100%
	Critério de Asilo		33%	50%

Fontes: (ILGA-Europe 2018; UNDP 2018)

Apesar da maior familiaridade com o contexto português, a comparação com o contexto britânico permitiu-nos compreender melhor as especificidades em termos de igualdade de género e de direitos LGBTI em cada país. Atentando aos erros da análise comparada, tivemos a preocupação de perceber o que é distintivo em Portugal e Reino Unido sem perder de vista as suas dimensões históricas locais e globais (Cova 2008, 26 [2006]). Este exercício comparativo implicou que a análise se circunscrevesse aos dois contextos de pesquisa e, sobretudo, que se privilegiassem tanto diferenças como semelhanças. Nesse sentido, é preciso reconhecer também a relação histórica de coexistência de ambos os contextos do estudo. A comparação *entre* Portugal e o Reino Unido refere-se também à troca existente e partilhada por ambos.

Na nossa problemática em concreto, ambos os países têm mais em comum do que de diferente. A prevalência da semelhança sobre a diferença não provém de um achatamento das diversidades nacionais. Respeitando a especificidade de cada país, as semelhanças esclarecem mais na compreensão do fenómeno transgénero e não binário. Como vimos antes, as possibilidades de reconhecimento da nomeação trans/género são dinâmicas e continuam a transformar-se. Portugal e o Reino Unido encontram-se interligados nessa troca e partilha. O demorado reconhecimento e visibilidade de um fenómeno cuja nomeação ainda está a estabilizar-se; aliado à dispersão das pessoas, frequentemente desprovidas de informação; e à organização mais recente no ativismo e como campo de estudos contribuem para aglutinar diferentes experiências e relações face ao género. Tanto as pessoas não binárias como as pessoas transgénero têm em comum a desidentificação com a categoria de género atribuída à nascença; a experiência de não pertencer e as trajetórias vividas por entre as possibilidades legítimas e ilegítimas de se *ser genderizado*. Divergem no (des)fazer do género e nos modos como se relacionam com as categorias. As pessoas não binárias vivem o género de uma forma não antagónica, assumindo diferentes posicionamentos e identificações. Por se tratarem de experiências complexas e nuancadas aquilo que as distingue será mais aprofundado nos próximos capítulos.

Para já importa referir que tanto em Portugal como no Reino Unido se recorre frequentemente a termos anglo-americanos, seja como categorias da prática, seja como bandeiras e causas ativistas nas reivindicações em torno da autodeterminação do género. Isso não significa, como vimos antes, que não haja espaço de manobra, criatividade ou distanciamentos nas práticas e representações específicas de cada contexto. Mas no caso de Portugal e do Reino Unido encontramos efetivamente uma mediação hegemónica e centrada nos Estados Unidos da América (e por vezes no Canadá) não só ao nível da nomeação como também ao nível dos

aparatos institucionais e dos procedimentos instituídos nesta matéria. Antes de avançarmos com as análises, precisamos de abordar como construímos o nosso objeto de estudo e os caminhos percorridos nesta investigação.

2. Abordagem e construção do objeto de estudo

Tomando os processos pelos quais se (des)faz o género a partir das transgressões, procurámos olhar heurísticamente para a realidade social. Uma posição “estenográfica” que orientou os procedimentos da pesquisa e as premissas teóricas consideradas necessárias para a sistematização empírica (Wacquant 1989, 51). A transgressão de género foi simultaneamente o ponto de partida e a matriz de análise empírica porque entendemos que a sua conceptualização nos permite compreender as lógicas dos processos sociais. Como explicámos nos capítulos anteriores esta posição foi aprofundada criticamente de modo a contornar vários obstáculos frequentes na investigação. O da nomeação – que implica sempre uma tomada de posição e legitimação de uma perspetiva em detrimento de outras. O da complexidade – é preciso acautelar a confusão entre a realidade da representação e a representação da realidade (Grenfell e Lebaron 2014, 23). O da criatividade – que não pode iludir-se com um empréstimo (ou roubo) negligente da terminologia e do quadro conceptual de outras disciplinas (Braidotti 2008, 26 [1990]). Qualquer termo ou palavra carrega ambivalências e os seus usos são mais pertinentes do que os seus significados na análise do social. É o contexto que determina a especificidades do sentido e não um conceito abstrato e geral.

Construímos um conceito em articulação com os dados específicos, de maneira a compreender como se (des)faz o género. A transgressão foi o constructo impulsionador da análise empírica que nos permitiu pensar as questões da ordem e do limite do género e demonstrar a sua presença e efeitos nas vidas contemporâneas portuguesas e britânicas. O nosso objeto de estudo foi sendo construído através da conjugação entre as definições e a empiria, numa lógica de vai-e-vem que permitiu afinar e refinar o processo de pesquisa e discernir sobre os objetivos específicos e as escolhas metodológicas que aqui se apresentam. As lentes que usamos para interpretar um fenómeno social englobam necessariamente uma interdependência das perspetivas. Na análise do nosso objeto de estudo privilegiámos uma interligação entre as lentes históricas, comparativas e transnacionais. Não por funcionarem em simultâneo (como se fossem um reflexo diacrónico) mas porque constituem ângulos distintos do olhar multidimensional que procurámos por em prática.

Estas lentes são históricas porque – como nos alertam diversas autoras (nomeadamente R. W. Connell 1987; 2009b; Scott 2008 [1989]; ou Offen 2008 [2000]) – uma análise descontextualizada e a-histórica desemboca facilmente em descrições vagas ou extrapolações de pendor universalista e/ou determinista. Os estudos historicamente situados de género (e não só) permitem-nos desconstruir os termos da “diferença sexual” e “recusar a qualidade fixa e permanente das oposições binárias” (Scott 2008, 63 [1989]). A visão histórica possibilita uma compreensão mais rigorosa das permanências e mudanças nos regimes e ordens de género, aprofundando o que se entende como alternativa e de que modo são construídas (R. W. Connell 1987; 2009b). Como refere Offen (2008, 37 [2000]) em relação à história comparada dos feminismos, o estudo historiográfico requer uma investigação do passado de “dentro para fora” (e não de cima para baixo ou de baixo para cima). As forças “profundas” ou “subterrâneas” que estruturam os modos de (des)fazer o género num determinado contexto fornecem pistas que não podem ser negligenciadas na análise empírica.

Ao considerar as potencialidades e limites da abordagem histórica comparativa, a historiadora Anne Cova (2008 [2006]) demonstra como uma comparação requer necessariamente seleção e abstrações. Estas ajudam a alcançar uma visão abrangente e simultaneamente a compreender o que é distintivo. Para discernir o que permanece e o que muda precisamos de captar os níveis implicados na abordagem comparativa das práticas de género. A realidade social é relacional e comporta uma grande complexidade (Bourdieu 2001). As lentes comparativas foram fundamentais para olharmos para o todo e aceitar a sua complexidade. Para identificar as estruturas organizadoras e os princípios implícitos nas práticas de género (Grenfell e Lebaron 2014). A nossa análise do “espaço social” valorizou as diferentes lógicas (dominantes e alternativas) na construção do género e as suas especificidades contextuais. Uma abordagem comparativa que privilegiou os processos e modos de diferenciação e as relações sociais objetivas resultantes das estruturas distributivas, performativas e discursivas para (des)fazer o género. A seleção de dois contextos socioculturais e institucionais, seus entrecruzamentos e especificidades, possibilitou uma maior compreensão de como se movem as linhas de força assumidas como pertinentes e legítimas na constituição do sentido. Multiplicando os terrenos de observação pudemos aprofundar a diversidade e as lógicas presentes nos “microcosmos” (Guerra 2006; Burawoy 2000).

Estas lentes cruzam-se com as transnacionais porque concorrem para situar as vidas no seu momento histórico mas também “extra-local”. Isto é, a relação entre os conhecimentos situados e os processos sociais no seu contexto mais vasto de determinação (Burawoy 2000).

Compreender os processos e modos de diferenciação de género e a mobilidade de ideias implicou ir além de categorias discretas como “nação” (Guarnizo e Smith 1998; Schiller, Basch, e Blanc-Szanton 1992). Analisar como o género é (des)feito através das lentes transnacionais exigiu dois enfoques. Por um lado, naquilo que é “relativamente visível” como os “fluxos entre fronteiras de ideias, pessoas, conhecimento, tecnologias e recursos económicos” (Widen 2014, 58). Por outro lado, foi preciso ver estas manifestações perante aquilo que não é assim tão “tangível”, ou seja, dos “fluxos de diferenças e delineamentos” (*ibid.*). A procura dos princípios geradores das diferenças e, particularmente, dos mecanismos que determinam as transgressões de género teve de ser compreendida na articulação entre a distribuição desigual dos recursos e o poder. Uma análise crítica dos processos e modos de diferenciação nas práticas de género que aprofunda as lógicas presentes nos microcosmos específicos mas também investe em situá-los no seu contexto histórico e extra-local (Guerra 2006; Burawoy 2000).

Esta abordagem tripartida foi uma oportunidade para compreender as práticas de género e a sua relação com a ordem e o poder. Sobretudo face à relevância das dimensões temporal, relacional e territorial para o nosso objeto de estudo. Encontramos frequentemente a alusão à multiplicidade e variabilidade nos estudos de género. Contudo, esta foca-se grosso modo numa diversificação a partir das masculinidades e/ou feminilidades. As configurações do poder e do que é considerado legítimo no fazer do género não só marginalizam alternativas (desconhecidas ou ignoradas) como solicitam o seu enquadramento num dos conjuntos antagónicos. Quando as diferenças de género não são *inter* (práticas masculinas vs. práticas femininas) só podem ser *intra* (diferentes masculinidades, etc.). As possibilidades da diferença no género ser *supra* (práticas diferentes) estão constantemente na incógnita porque não são vistas, são desvalorizadas ou porque são ininteligíveis. Isso levou-nos a adotar uma pesquisa qualitativa ou compreensiva (Flick 2007) – uma investigação focada na interpretação destas diferenças.

A complexidade do fenómeno convidou a uma análise *intensiva* que permitisse captar os paradoxos e entrelaçamentos existentes na (re)produção do género e, especificamente, na construção social das diferenças. Esta aproximação foi a mais adequada para o nosso tipo de análise porque pressupõe uma compreensão diferente da relação entre o assunto e os métodos mobilizados para a sua exploração (Flick 2007; Guerra 2006; Glaser e Strauss 2006; Mason 2002; Strauss e Corbin 1998). Este tipo de análise não se incompatibiliza com as investigações quantitativas. Mas a ausência de dados específicos sobre este tema – que só recentemente se começaram a recolher e ainda com dificuldade (Titman 2014) – aliada à “população escondida” que se posiciona e (des)faz o género de forma alternativa à oposição implicaram outro tipo de

aprofundamento. Além disso, a preocupação com as lógicas dos processos sociais (*como*) e com uma reflexividade e objetividade trans/feminista afastou-nos dos modelos positivistas¹ e das correntes que procuram estritamente as causalidades dos processos sociais (*porquê*). As nossas lentes carregam, portanto, um conjunto de pressupostos epistemológicos e ontológicos nos quais nos baseámos para definir as prioridades e os critérios do nosso contributo científico (Patton 2002)². Compromissos que se tornaram cada vez mais evidentes ao longo do nosso percurso de pesquisa.

3. Objeto e objetivos da pesquisa

O nosso objeto de estudo são as transgressões de género das pessoas não binárias. Em concreto procurámos compreender como é que o género é (des)feito e experienciado por quem não se posiciona de uma forma antagónica e dicotómica face às duas categorias predominantemente reconhecidas. As pessoas não binárias transgridem o género na medida em que se identificam e se expressam de forma não exclusiva com o feminino e o masculino. Quisemos, portanto, aprofundar os significados e as materialidades associadas à transgressão de género em Portugal e no Reino Unido.

Atualmente no contexto ocidental (metropolitano) a alternativa *não binária* (ao nível discursivo, material e performativo) representa uma transgressão de primeira ordem nas práticas de género. Ou seja, é o resultado que revela, contesta e reconstrói a edificação social dominante do fazer o género: o binário antagónico que opõem duas categorias discretas e universais (mulher/feminino *ou* homem/masculino). Para quem vive e concretiza o género de um modo alternativo – i.e. em desacordo com esta diferença – as possibilidades são frequentemente interditadas e têm diversas consequências. Os posicionamentos são socialmente transgressivos na medida em que contrariam o discurso dominante (baseado nas oposições muito “evidentes”, na ideia de que *uns* são de “Marte” e *outras* são de “Vénus”); a expressão normativa (representada a partir da divisão sexuada dual e antagónica) ou a organização dicotómica dos arranjos institucionais para fazer o género (em que a divisão das casas de banho públicas é só um exemplo).

¹ Para uma sistematização dos diferentes desenvolvimentos das correntes positivistas ver Baert e Dominguez (2009).

² No final deste capítulo aprofundamos a “criteriologia científica” para avaliar a qualidade da nossa pesquisa (Tracy 2010; Flick 2007; Mason 2002).

Procurámos compreender como se estabelecem e transformam alternativas no (des)fazer do género, as suas mudanças e permanências, para além de uma análise categórica (Lawler 2014; West e Zimmerman 2009; R. W. Connell 1987). O nosso objetivo principal foi compreender os contributos das práticas de género transgressivas para a (re)definição do género além da oposição binária (masculino *ou* feminino). Partindo da experiência e dos discursos não binários – i.e. de mundivisões e formações discursivas que não preconizam uma visão de exclusividade e antagonismo entre duas categorias discretas: homem (masculino) e mulher (feminino) – procurámos sistematizar como as transgressões e os limites ordenam as relações de género portuguesas e britânicas. A questão principal que nos guiou foi saber se “podemos transgredir a oposição binária?”. Ou seja, se a divisão predominante entre masculino e feminino pode ser ultrapassada? Quais as consequências de transgredir? Quais as suas relações com os contextos históricos, biográficos, transnacionais ou situacionais?

Como mostrámos na conceptualização das práticas transgressivas, esta “ultrapassagem” ou atravessamento não é para um *nada*, nem tão pouco para uma ideia de progresso liberto de qualquer limite. Por mais aborrecido que seja, as relações sociais requerem limites. Mas isso não significa que esses limites tenham de ser injustos e desiguais. Nesse sentido, através de um aprofundamento das lógicas inerentes à transgressão de género na ordenação das relações sociais podemos compreender melhor em que linhas (re)construímos as fronteiras genderizadas. A resposta a partir dos dados encontrados, bem como os questionamentos resultantes desta demanda global (exigente e ambiciosa) encontram-se desenvolvidas no último capítulo (VIII).

A exploração das condições em que o género é (des)feito e os seus entrecruzamentos com os processos de formação identitária teve como eixo principal de análise o retrato das mudanças e persistências nas relações de género portuguesas e britânicas nos últimos 65 anos (1950-2015). Centrâmo-nos especificamente nas tradições normativas e nas narrativas (emergentes) que se distanciam do discurso (hegemónico) da exclusividade do feminino e do masculino. Ou seja, na história e na construção social das práticas transgressivas de género, tendo em conta as relações de força e de sentido que moldam e ordenam as disposições para agir. Face a isso, definimos como objetivos específicos:

Objetivo específico 1 – *As fronteiras transgressivas do género*

Aprofundar os processos de (re)construção e (des)legitimação do género através de um exemplo de formação discursiva sobre o tema não binário. Através de análise documental e mediática (fontes físicas e digitais) seleccionámos um caso que nos permitisse sistematizar de forma

abrangente os modos de estabelecimento fronteiras na nomeação do género. Com este estudo ligamos as questões históricas e conceptuais da pesquisa com o aprofundamento das práticas contemporâneas de (re)construção e legitimação do género. Centramo-nos, portanto, nas tradições normativas e no (re)fazer do género além da oposição binária. Uma análise crítica das contradições inerentes ao processo de (re)fazer o género para pensar as suas fronteiras, cujos principais questionamentos foram: Que significados, valores e normas regulam o género? Que tensões emergem na construção de fronteiras de género? Que efeitos é que estas fronteiras têm na (re)produção do género? Este estudo está sistematizado no Capítulo V, *Desfazer e Refazer o Género: os limites ilimitados da nomeação*.

Objetivo específico 2 – As transgressões de género no tempo e no espaço

Refletir criticamente sobre as condições em que o género é alternativamente (re)produzido ao longo das vidas não binárias nos contextos português e britânico. Este estudo visa os modos como os processos de descoberta e identificação com um género não binário se relacionam ao longo do tempo biográfico e histórico. Fizemo-lo a partir da reconstituição e análise das “trajetórias de género” vividas por 19 pessoas entrevistadas em Portugal e no Reino Unido, bem como da consulta de fontes documentais sobre as questões de género. Tomamos como esferas principais de análise as transições de género, as (não) pertenças e alteridades genderizadas, bem como os momentos de (re)direcionamento em relação ao género. Questionamos, portanto: Qual a importância do género no processo de formação identitária? Em que condições se (re)definem as pertenças de género além da oposição binária? Em que medida as mudanças de género no curso de vida se relacionam com as transformações nos contextos socio-históricos? Este estudo está sistematizado no Capítulo VI, *(Des)fazer o género ao longo da vida*.

Objetivo específico 3 – Os sentidos das transgressões de género

Analisar criticamente as transgressões (situadas) de género para compreender a relação entre as narrativas (e o que elas nos dizem sobre) e a (re)produção normativa. Recorrendo novamente aos 19 testemunhos individuais aprofundamos os sentidos das transgressões de género em duas linhas paralelas. Primeiro, através de uma Análise Crítica das Narrativas (transgressivas) identificamos os processos e os modos como se estruturam os significados do género além da divisão antagónica. Segundo, mediante uma abordagem performativa reconstituímos e

analisamos os relatos dos episódios transgressivos para compreender os efeitos produzidos por performances de gênero divergentes. O estudo da dupla aceção dos modos como é contada uma transgressão e do que é que conta como transgressivo foi orientado por vários questionamentos. Como se reconhece uma transgressão de gênero? Em que parâmetros interpretativos se estrutura? Qual o potencial transformativo das performances de gênero? Quando e como é que uma transgressão de gênero é performativa? Este estudo está sistematizado no Capítulo VII, *Como se (des)faz o gênero? Narrações e interpretações da transgressão*.

Os nossos objetivos específicos seguem um movimento do geral para o particular. Partindo do nível discursivo da nomeação transgressiva do gênero, seguimos para a materialidade das vidas não binárias no seu contexto temporal e performativo. Baseamos as descobertas no confronto entre os questionamentos (gerais e específicos) e os dados, privilegiando a triangulação de perspectivas, métodos e fontes para alcançar resultados pertinentes (Flick 2007).

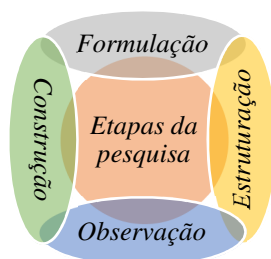
4. Métodos e técnicas de recolha e análise dos dados

Face à especificidade do nosso objeto de estudo e aos objetivos a que nos propomos, os dados e as técnicas usadas para a recolha e análise foram principalmente de tipo qualitativo. Apesar de reconhecermos a existência de uma autonomia “técnica” entre os métodos e os pressupostos da investigação, no caso da nossa pesquisa foi mais complicado mantê-la (Bryman 2012, 631)³. Como refere Creswell (1998, 142) ao invés de recorrermos a uma abordagem fixa, o processo “qualitativo” de investigação requer um movimento entre “círculos analíticos” (uma análise de dados em “espiral”) que se traduz numa constante revisitação e “coreografia” dos dados. A nossa construção de conhecimento a partir dos dados empíricos pautou-se, portanto, por uma lógica fundamentalmente abductiva. Ou seja, por uma forma de captar a realidade encontrada a partir de um confronto contínuo e progressivo entre a empiria e a teoria (Bryman 2012; Flick 2007; Guerra 2006) – por um processo pragmático de compreensão das vidas e discursos não binários. Pragmático porque se baseia na premissa de que o conhecimento se adquire ativamente, através da conceptualização, edificação, imaginação e crítica (Baert e Silva 2014;

³ Bryman (2012) distingue duas versões no debate sobre as pesquisas qualitativas e quantitativas: a versão epistemológica e a técnica. No caso da primeira os pressupostos epistemológicos (e ontológicos) são vistos como indissociáveis dos métodos usados, numa lógica de incompatibilidade entre ambas as perspectivas. No caso da segunda, mais favorável ao uso de métodos mistos, é privilegiada a autonomia entre ambos e conferida maior primazia às potencialidades das técnicas de recolha e análise dos dados. Ainda que nos orientemos para a segunda vertente, como já referimos, os dados disponíveis para a análise do nosso objeto de estudo são sobretudo “palavras” e não “números”. A dificuldade de medir uma “população escondida” conjugou-se assim com a necessidade de uma abordagem contextual e de aprofundamento dos dados.

Creswell 1998). O material empírico foi a força motriz desta investigação. Mesmo não sendo possível estabelecer uma sequência linear entre as etapas do processo de pesquisa, considerámos quatro componentes interligadas ao longo da investigação:

Figura 3. As componentes da pesquisa



(Adaptado de Lessard-Hébert, Goyette, e Botin 1990)

Ao longo de todo o processo de investigação tivemos diversos momentos de *observação* do objeto de estudo. Tanto a recolha como a pertinência das fontes foi sendo “afinada” à medida que se avançava. Ajustamentos e avanços que se relacionam com os polos da *estruturação* dos modos de interpretação e análise do material disponível e da *construção* dos critérios e instrumentos mais apropriados para o recolher. Nesse sentido, a *formulação* do objeto de estudo, da análise e dos resultados derivam em boa medida de todo este encadeamento. Tomando como unidades de análise os discursos e as experiências biográficas não binárias, recolhemos dados diversificados que nos permitiram conjugar e adequar os métodos e técnicas. De forma a melhor explicitar os critérios de inclusão, as fontes e as ferramentas usadas, estruturámos a apresentação dos métodos e técnicas por objetivos e estudos específicos – que correspondem respetivamente aos capítulos V, VI e VII.

4.1. A formação discursiva não binária

Para compreender como se estabelecem fronteiras na nomeação do género e de que modo os mecanismos de poder se mantêm e se transformam realizámos uma análise documental e mediática. Desde o início deste projeto que nos interessou acompanhar a discussão e mediatização da formação discursiva não binária na esfera pública. Através da consulta de fontes documentais (físicas e digitais) fomos conhecendo e compreendendo melhor que domínios se cruzavam com as práticas transgressivas de género e com os processos de institucionalização da visão antagónica. Leis, notícias, reivindicações ativistas, artigos de opinião, estudos, etc. foram apoiando e informando sobre a construção da (recente) fronteira que divide o binário e o não binário de género. A seleção do caso *Nonbinary wiki* como um exemplo ilustrativo da formação discursiva não binária justificou-se por várias razões.

Em primeiro lugar porque retrata um momento no tempo em que se começam a estabilizar a voz e as narrativas não binárias. Porque permitiu encontrar uma grande diversidade de experiências e identidades, em complemento aos dados das entrevistas⁴. A fiabilidade dos dados foi assegurada pelo tipo de material documental. Nos projetos da *Wikimedia Foundation* existe um código de conduta e políticas que obrigam à verificação das informações e edições introduzidas. A seleção deste caso justificou-se precisamente por ser uma plataforma *online* que é elaborada pelas próprias pessoas trans/não binárias e por compilar um conjunto de definições, significados e prescrições partilhados e elaborados de forma individual e/ou coletiva. Ou seja por ser um *software* colaborativo, com foco enciclopédico/ temático.⁵ Um exemplo de formação discursiva que nos permitiu, portanto, aceder ao sentido contestado e a múltiplas interpretações sobre um tema que é recente e está agora a ganhar mais fôlego e visibilidade.

O seu formato foi outra das razões. Não seleccionámos redes sociais, fóruns ou blogues (presentes no *Facebook*, *Reddit*, etc.) porque além de serem difíceis de acompanhar (pelas múltiplas entradas, simultâneas e de tipo variável), levantavam dificuldades ao nível da privacidade, da fidelidade e do fluxo/disponibilidade da informação. Uma análise deste tipo de plataformas implicaria um estudo diferente e com outro tipo de centralidade. Mesmo conhecendo e consultando diversas destas fontes: magazines, arquivos e canais de informação *online* especializados, estas também foram excluídas de uma análise aprofundada. Boa parte dos arquivos disponíveis são listas breves e sem comentários, de autoria desconhecida. No caso de magazines e notícias colocou-se a questão da abrangência de temas e de como citar a fonte de cada artigo (cuja autoria é frequentemente unidirecional ou com comentários/*feedbacks* parciais). Por último, foram consultados sítios de grupos de apoio e de associações LGBTQI mas os seus recursos e iniciativas de sensibilização eram muito abrangentes ou pouco específicos e quando se reportavam especificamente ao tema não binário estavam pouco aprofundados. Assim, seleccionámos este *wiki* em particular por ser uma enciclopédia/plataforma partilhada *online* que se foca exclusivamente nas questões não binárias, com um espólio substantivo e atualizado por um grupo ativo de membros. Por estar em língua inglesa e dispor de muita informação sobre o Reino Unido, com referência a diversas práticas e terminologias de nacionalidades de todo o mundo. Por ser o sítio com informação

⁴ Cujos procedimentos são explicitados adiante.

⁵ Segundo a *Wikimedia Foundation*, existem diversos tipos de projetos *wiki*. Face ao nosso objetivo, o projeto enciclopédico foi pertinente porque nos permitiu aceder às definições e subdivisões em torno da questão não binária.

mais atual e específica tendo em conta plataformas similares no ciberespaço. E, segundo o *wiki index*, por se tratar à data da única plataforma intitulada como “*Nonbinary*”.

Para aprofundar e sistematizar os conteúdos deste *wiki*, realizámos um conjunto de procedimentos. Sendo inicialmente uma plataforma de consulta sobre o tema, começámos a acompanhá-la a partir de Outubro de 2016. Este primeiro contacto permitiu-nos aprofundar a estratégia e as linhas de questionamento principais. O seu desaparecimento temporário (entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017) teve implicações no processo de recolha. Construímos uma breve cronologia para compreender as dinâmicas desta plataforma, a partir de várias informações dispersas nas secções de edição e comentário e noutros fóruns específicos. Esta consulta permitiu-nos igualmente situar o grupo de utilizadores que administram e gerem a *Nonbinary wiki*, aceder a estatísticas de utilização, listagens e classificações. À medida que íamos conhecendo melhor o funcionamento e a gestão da plataforma, tornou-se mais fácil a estruturação e tratamento dos dados. Este retrato mais descritivo lançou pistas de aprofundamento. A recolha final de entradas com conteúdo e de uma seleção de *talks*, históricos, estatísticas e listagens das entradas deste *wiki* foi realizada entre 19 e 21 de fevereiro de 2018. O aumento médio de utilizadores registados na comunidade, expectável num *wiki* “jovem”, levanta a hipótese de que esta tem vindo a crescer desde 2012 e a acompanhar a maior visibilidade das questões não binárias⁶. Através dos *rankings* e das listagens fizemos uma reclassificação das entradas para a análise de conteúdo temática de modo a definirmos os critérios de análise. De um total de 271 páginas com conteúdo, recolhemos 237 em formato pdf.⁷ resultando em 4 grandes categorias (I. *Conceções e Símbolos*; II. *Identities e Expressões*; III. *Reconhecimento e Visibilidade*; e IV. *Recursos Práticos*) e 14 subcategorias. Esta classificação organizou a análise dos conteúdos, sendo privilegiados sobretudo os que diziam respeito aos significados do género e às questões identitárias⁸. Para além da análise de conteúdo temática (Cohler e Hostetler 2003) e de um breve aprofundamento das disputas e ligações entre membros (presentes na página principal de discussão e respetivos tópicos), listámos também outras pistas de análise a aprofundar.

A estratégia metodológica adotada tornou-se vantajosa na resposta ao primeiro objetivo específico porque permitiu situar claramente uma formação discursiva não binária e compreender as fronteiras e as tradições normativas existentes nos modos de desfazer e refazer

⁶ Cuja evolução e história retratamos no próximo capítulo.

⁷ Foram excluídas as páginas de notícias do dia, ao todo 12 e os redireccionamentos de termos similares – como *trans*, *trans** – ou em desuso – como “hermafrodita”.

⁸ Aprofundamos no próximo capítulo as categorias e a classificação das páginas do *wiki*.

o género. Este estudo levou-nos a aprofundar as lógicas de nomeação, as divisões e lutas em torno das identidades de género, a sua politização e os diversos horizontes presentes. Ao desmontarmos criticamente estes imaginários, não só situámos as práticas de género num contexto discursivo específico como enquadrámos o estudo das vidas em resposta aos outros dois objetivos específicos. O estudo do *wiki* trouxe resultados importantes. Por um lado, porque permitiu situar os 19 casos biográficos no contexto mais vasto da formação discursiva não binária. Por outro lado, porque permitiu retratar de que formas se tem vindo a estruturar o campo de nomeação do género não binário.

4.2. O género e o curso de vida

A variabilidade nas transgressões de género ao longo do tempo e do espaço requer a compreensão das condições de (re)produção do género. Optámos pelo método biográfico-interpretativo (Cohler e Hostetler 2003; Wengraf 2000) para explorar de que modo circunstâncias sócio históricas se relacionam com as vidas individuais e particulares. Privilegiámos os dados biográficos verbais “primários” – i.e. recolhidos e analisados de raiz, especificamente para a investigação (Coltart, Henwood, e Shirani 2013; Flick 2007). O recrutamento de participantes e a construção e aplicação dos instrumentos foram tarefas realizadas no âmbito do projeto *TRANSRIGHTS* (Consolidator Grant n.º 615594) financiado pelo European Research Council (ERC). Importa, portanto, dar conta de como os dados biográficos foram obtidos e trabalhados concretamente nesta dissertação.

Os dados biográficos, portugueses e britânicos, foram recolhidos entre 2015 e 2017. Quando este projeto de doutoramento começou, em Junho de 2015, parte dos dados biográficos portugueses já estava recolhida através das técnicas de entrevista e observação etnográfica. Ao todo foram recolhidos 65 casos de indivíduos a viver em Portugal e no Reino Unido que se reconhecem como transgénero. O processo de amostragem considerou a representação (social) e o acesso justo à pesquisa por membros de diferentes grupos da população transgénero. Mediante uma estratégia de bola de neve estabeleceram-se contactos e realizaram-se progressivamente as entrevistas. Na procura de reconstituição da diversidade, a amostra inicialmente prevista (30 casos por país) acabou por ser ultrapassada. Privilegiou-se o critério de saturação teórica (O'Reilly e Parker 2012).

O trabalho de campo seguiu um protocolo previamente definido, segundo os protocolos éticos adequados e legalmente exigidos para a recolha e tratamento de dados pessoais. Os procedimentos foram aprovados e autorizados pela entidade financiadora (ERC *Executive*

Agency) bem como pelas Comissões de Ética do Instituto de Ciências Sociais (ICS-UL, entidade de acolhimento do projeto) e da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd, a Autoridade Nacional de Controlo de Dados Pessoais). Antes de se iniciar o processo de inquirição foi solicitado consentimento por escrito para a gravação livre e informada das entrevistas. A recolha ética dos dados foi assegurada através do consentimento informado, esclarecimento das expectativas e implicações da participação e escolha de não resposta ou não colaboração em qualquer momento da pesquisa⁹. Foram preenchidas fichas de caracterização da situação de entrevista por parte dos/as entrevistadores/as, com um resumo detalhado da interação. Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra e alvo de desidentificação das informações passíveis de exposição da condição de anonimato e confidencialidade assegurada a cada participante. Para evitar qualquer identificação potencial foram atribuídos pseudónimos e modificados os dados pessoais facilmente reconhecíveis. As alterações feitas foram documentadas e seguiram um protocolo comum estabelecido pela Investigadora Principal do projeto *TRANSRIGHTS*, Doutora Sofia Aboim.

A minha participação específica nesta fase de recolha centrou-se na transcrição de uma parte das entrevistas realizadas e na condução de duas entrevistas para complementar a amostra existente. Estas atividades permitiram uma maior reflexão sobre o contexto de entrevista e da sua condução que ainda não tinham sido exploradas. A par disso, participei na construção e preenchimento de uma grelha de análise para os 65 casos biográficos de Portugal e do Reino Unido recolhidos no projeto *TRANSRIGHTS*. Este processo permitiu definir e sistematizar os principais indicadores a considerar na análise objetiva e estrutural das entrevistas. O preenchimento da grelha implicou uma nova leitura integral de cada entrevista e a sua codificação em MAXqda® – *software* de análise qualitativa assistida por computador – de modo a recolher sistematicamente os indicadores patentes na grelha.

A grelha foi um ponto de partida para a seleção da subamostra e dos critérios de inclusão de casos. A seleção que fizemos pautou-se pela flexibilidade e pertinência, sendo as escolhas uma oportunidade de aprendizagem da realidade que enriqueceu a análise (Flick 2007; Guerra 2006; A. Pires 1997). Os critérios “concretos” foram definidos em relação à teoria e ao objeto de estudo (Flick 2007) e visaram captar a representatividade social da heterogeneidade existente (Hines 2007; Guerra 2006; Weston 1991). A extração dos casos ficou mais clara à medida que nos íamos familiarizando com as entrevistas e revendo a literatura sobre a problemática. Neste

⁹ No último ponto deste capítulo aprofundamos a ética como marcador para avaliar a qualidade desta pesquisa.

âmbito, os trabalhos de Ekins e King (2010; 2006; 1999) quanto às modalidades e processos transgênero e a sua relação com o binário de gênero (feminino *ou* masculino) foram muito úteis. Definimos assim três critérios:

- 1) *autonomeação*: identificação não exclusiva com o binário (podendo ser múltipla, andrógina, parcial, neutra, abstrata, etc.);
- 2) *performance*: autoapresentações alternativas para expressar o(s) gênero(s) com que se identifica(m); e
- 3) *relação com o gênero*: posicionamentos face ao binário de gênero.

Foram excluídos da subamostra todos os casos de autoidentificação “exclusiva” com as categorias de “mulher” ou “homem” (n= 46). Ou seja, pessoas que ao longo da vida se posicionam no “lado oposto” do que lhes foi atribuído à nascença. Este conjunto de casos segue grosso modo a visão “migratória” das trajetórias e pertenças de gênero (Ekins e King 2010; 2006; 1999) e forneceu um contraponto importante à análise dos 19 casos selecionados.

A construção do processo de subamostragem considerou tanto a diversidade de formas de identificação (além do binário) como a fluidez de gênero ao longo da vida. Foram incluídas todas as pessoas que se autoidentificavam com categorias não exclusivas, com performances alternativas para expressar as pertenças de gênero e com um posicionamento não antagônico face à feminilidade/masculinidade. Foi privilegiada a experiência e as mundivisões das/os/es participantes – porta de entrada para o questionamento da diferença no gênero e nas relações sociais. Adaptando parcialmente a tipologia de Ekins e King (2006; 1999), considerámos as 19 trajetórias “transgressivas” a partir de três modalidades principais. Em 8 casos verificam-se modos de *Aproximação* a um dos dois gêneros reconhecidos mas com a manutenção parcial do gênero atribuído à nascença. Em 5 casos encontramos modos de *Oscilação* – ou seja uma alternância entre o masculino e o feminino, conferindo-lhe o mesmo peso. Apesar de também ser possível, não dispomos de nenhum caso de oscilação com outras pertenças de gênero¹⁰. Por último, em 6 casos verificam-se modalidades de *Negação/Transcendência* do gênero: identificações com outro(s) gênero(s) ou com nenhum, com um posicionamento mais distanciado da visão dicotômica com o gênero. Esta lógica por modalidades não fechou a análise da singularidade e especificidade de cada caso. Foi, antes, um ponto de partida para o aprofundamento dos processos e lógicas que estruturam as práticas de gênero. Procurámos

¹⁰ Como por exemplo no caso das pessoas que se identificam com as categorias de “*demigender*” (parcialmente de um gênero), “*demiboy*” (parcialmente masculino e nenhum), “*demigirl*” (parcialmente feminino e nenhum), “*aporagender*” (termo chapéu de chuva que engloba quem se identifica com um dos gêneros legalmente reconhecidos e outro gênero diferente), etc. Aprofundaremos estas nomeações no próximo capítulo.

evitar “essencializar” (ou engavetar) a complexidade dos casos da subamostra, tomando os critérios de seleção e de caracterização sociográfica igualmente como guias. No decurso da análise apresentamos as diferentes categorias de identificação usadas por participantes. Por serem variáveis ao longo da vida e inclusive da situação vivida e relatada optámos por colocar nas referências a participantes o nome, ano de nascimento e país de residência.

Como advertimos no Glossário, recorreremos à linguagem inclusiva neutra (ou não binária) portuguesa para nos referirmos a participantes de modo a considerar os diferentes posicionamentos e pertenças de género. Porque o seu uso é recente e ainda pouco conhecido, optámos pela referência inclusiva de participantes do estudo e/ou a traduções de palavras originalmente neutras noutras línguas (como é o caso da língua inglesa) quando pertinente, respeitando as preferências solicitadas. O recurso ao sistema “Ile”, usado na língua portuguesa a partir de 2013, implica regras gramaticais e formulações de frases sobretudo ao nível dos pronomes (pessoais, possessivos, demonstrativos, interrogativos, indefinidos) e adjetivos.¹¹ De forma a incluir as diferentes pertenças referimo-nos por exemplo: *as* ou *os* ou *les participantes do estudo*. *Todas*, *todos* e *todes* ou *outras*, *outros*, *outrés* são pronomes indefinidos usados para abranger as várias possibilidades. Bem como, os pronomes demonstrativos *aquelas*, *aqueles* ou *aquiles*, etc. A terceira pessoa fica no singular e no plural assim: *ela(s)*, *ele(s)* ou *ile(s)*. Usámos a linguagem inclusiva também nos substantivos referentes a pessoas como *transgressor*, *transgressora* ou *transgressorie*.

Foi respeitado o uso de pronomes da preferência das/os/es participantes. Utilizámos a dupla contração o/a, ele/ela, etc. para nos referirmos a participantes que recorrem às duas variantes. Nos casos em que as entrevistas foram realizadas em língua inglesa os termos neutros estão assinalados entre parênteses rectos [] e traduzimos para o pronome de preferência da/o/e entrevistada/o/e. Como veremos na análise, a adoção pela linguagem inclusiva neutra encontra diversos obstáculos, sendo mais frequente o uso pelos pronomes binários (mesmo na vertente cumulativa ele/ela) por parte das/os/es participantes. De modo a respeitar as preferências de tratamento solicitadas no momento de entrevista tivemos assim a preocupação de usar os pronomes adequados e, simultaneamente, de nos referirmos a todas/os/es considerando também o sistema “Ile” da linguagem portuguesa neutra. Apresentamos abaixo, para consulta, o quadro de participantes.

¹¹ Para mais consultar por exemplo: [http://pt-br.identidades.wikia.com/wiki/Linguagem não-binária ou neutra](http://pt-br.identidades.wikia.com/wiki/Linguagem_não-binária_ou_neutra)

Quadro 4.2. Participantes do estudo

Período sócio-histórico	Ano de Nascimento	Idade à data de entrevista	Participante (pseudónimo)	Posicionamentos face ao binário de género	Residência	Escolaridade	Condição perante o trabalho
Nascidas/os/es até 1976	1943	73	Nelle	Oscilação	Reino Unido	E. Técnico	Reformada/o
	1956	59	Xuxa	Oscilação	Portugal	E. Superior	Empregada/o
	1957	58	Noa	Negação/ Transcendência	Portugal	E. Secundário	Desempregado
	1962	54	Grace	Oscilação	Reino Unido	E. Superior	Empregada/o
	1966	50	Sandy	Aproximação	Reino Unido	E. Superior	Empregado
	1967	49	Samuel	Aproximação	Reino Unido	E. Superior	Empregado
	1972	44	Lou	Negação/ Transcendência	Reino Unido	E. Superior	Desempregada/o
	1975	40	Lake	Negação/ Transcendência	Reino Unido	E. Superior	Estudante
	1976	40	Jim	Aproximação	Reino Unido	E. Superior	Empregado
Nascidas/os/es depois de 1982	1982	34	Ash	Negação/ Transcendência	Reino Unido	E. Superior	Empregado
	1982	34	Domingas	Oscilação	Portugal	E. Técnico	Empregada/o
	1986	29	Micha	Negação/ Transcendência	Portugal	E. Superior	Desempregado
	1987	28	Alex	Aproximação	Portugal	E. Superior	Empregada/o
	1988	26	Dinis	Aproximação	Portugal	E. Técnico	Estudante
	1989	27	Denis	Aproximação	Reino Unido	E. Técnico	Empregado
	1989	25	António	Aproximação	Portugal	E. Superior	Empregado
	1992	24	Selma	Oscilação	Portugal	E. Superior	Empregada/o
	1993	22	Lé	Aproximação	Portugal	E. Superior	Empregado
	1997	18	Ana	Negação/ Transcendência	Portugal	E. Superior	Estudante

As pessoas incluídas neste estudo têm uma escolaridade elevada e estão na sua maioria a trabalhar. Optámos por colocar todas as idades à data da entrevista bem como os anos em que nasceram. A divisão entre dois períodos nos anos de nascimento justifica-se pelas diferenças encontradas relativamente às trajetórias de descoberta, afirmação e posicionamento de género – como veremos no capítulo VI. O país de residência é um indicador aproximado (*proxy*) face à maior mobilidade geográfica destas pessoas havendo casos de estadias relativamente prolongadas em ambos os países. Nem todas as pessoas são oriundas destes países mas os principais redireccionamentos das suas trajetórias de género ocorreram quando viviam em terras lusas e britânicas. Na nossa subamostra o único indicador que diferencia quem reside ou residia em Portugal e no Reino Unido é a idade. Contudo, dispomos apenas da hipótese de que essa diferença se possa dever à maior visibilidade de pessoas mais velhas no contexto britânico. Estas particularidades bem como os fatores históricos e culturais específicos de cada contexto nacional foram acauteladas na comparação dos dados biográficos. Sem perder de vista as tendências representadas, procurámos interpretar e expor as *nuances* estruturais que retratam os casos selecionados na nossa apresentação dos resultados. A diversidade da subamostra foi mais visível nas dimensões temporais e espaciais do que em termos de classe ou etnia. Uma população móvel, oriunda de várias localizações e de diferentes épocas. Apesar destas limitações, cumpriram-se os critérios de seleção e foi possível recolher diferentes posições e trajetórias de género não binárias.

Para alcançarmos o plano previsto no processo de pesquisa conferimos prioridade à temporalidade metodológica. Os dados biográficos foram analisados desde o início com um objetivo duplo. Ou seja, decompusemos e reconstruímos os dados de modo a conjugar a perspetiva do curso de vida com a perspetiva da narrativa pessoal. Este exercício simultâneo facilitou a articulação entre os significados subjetivos e compartilhados que moldam as vidas no tempo biográfico e histórico (Nico 2012; Levy et al. 2005; Cohler e Hostetler 2003). Seguimos, grosso modo, a distinção de Wengraf (2000, 145) entre a *vida contada* – o texto, testemunhos individuais subjetivos e retrospectivos – e a *vida vivida* – os dados factuais e sequenciados cronologicamente ao longo do curso de vida. Esta divisão fez muito sentido na análise de dados biográficos. Para efeitos de organização relatamos os procedimentos na análise da vida vivida neste ponto e os da vida contada no próximo.

Com base na caracterização estrutural da subamostra, analisámos os dados factuais ao longo do curso de vida relatados por participantes. Esta decomposição permitiu posicionar as biografias no tempo histórico e na sua inter-relação com os contextos de produção dos discursos

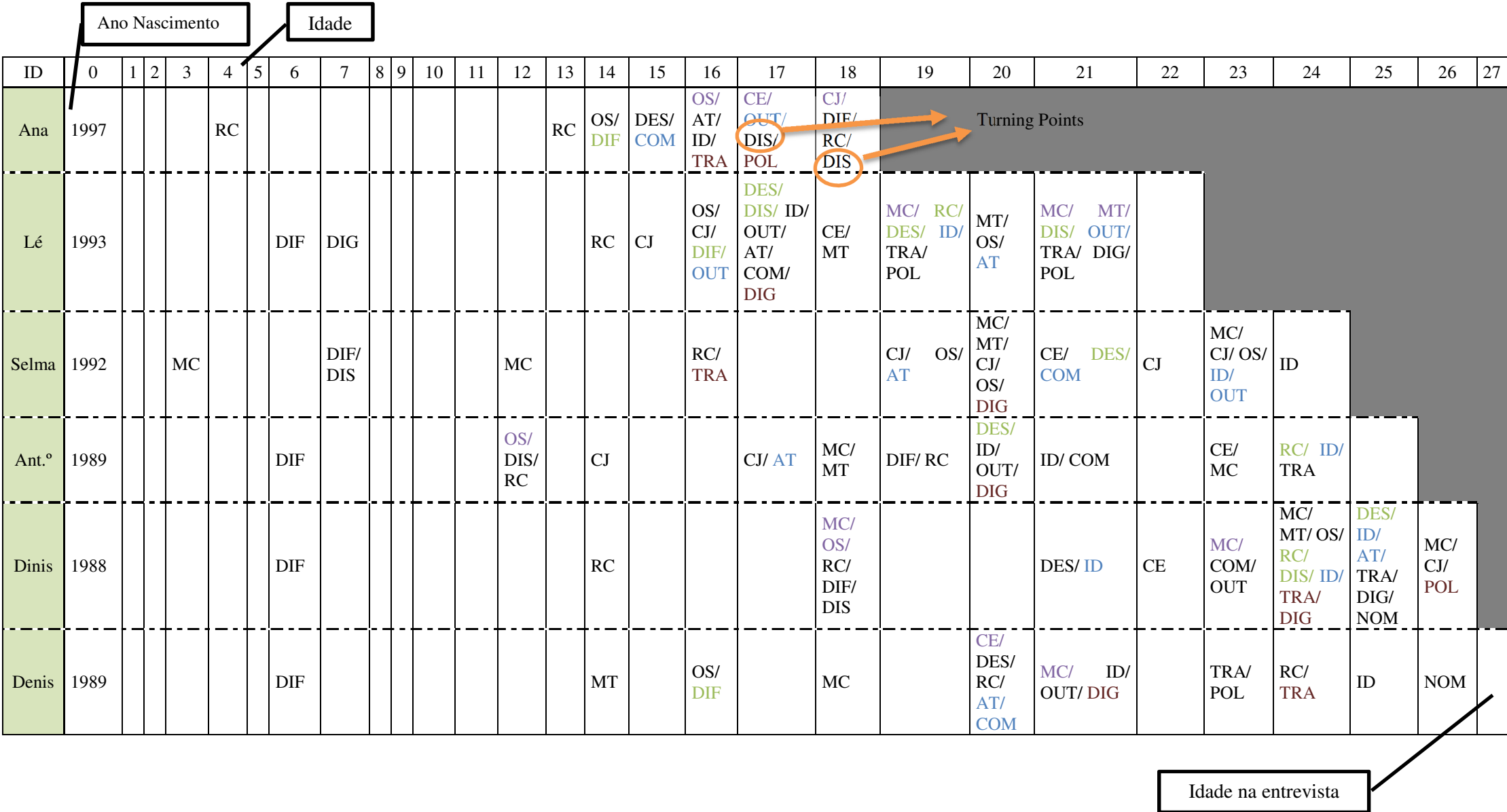
institucionais. Um tipo de análise que nos permitiu compreender a estruturação cronológica de eventos particulares, em que medida introduziram disrupções ou desequilíbrios no curso de vida, as tensões experienciadas ao longo dos “fluxos” e as trajetórias vividas no “mundo contado” (Herman 2009). A reconstrução das biografias num calendário de vida comparativo permitiu testar várias hipóteses em termos da linearidade e das fases “esperadas” do curso de vida, bastante documentadas na literatura sobre o tema. Como está demonstrado no capítulo VI, com a perspectiva do curso de vida aprofundámos a complexidade das trajetórias de género. Longe de serem lineares ou definitivos, estes trajetos revelam muito acerca dos posicionamentos e dos tempos possíveis para se (des)fazer o género. Aliás, foram mesmo goradas as nossas tentativas de compreensão dos dados a partir de fases, com as vidas vividas a ziguezaguearem por entre os diversos indicadores que definimos.

Para compreender a ilustração do calendário de vida (Fig. 4) que usámos para o nosso estudo, apresentamos abaixo o quadro com os indicadores definidos na reconstituição cronológica das biografias e as respetivas siglas:

Quadro 4.3. Indicadores utilizados nas biografias					
Estandarizados	Conclusão da escola	CE	Afirmção	Mudanças de identificação com o género	ID
	Mercado de Trabalho	MT		Outing (ou Revelação)	OUT
	Mudança de casa ou país	MC		Participação em Redes Ativistas	AT
	Conjugalidade	CJ		Participação em Redes Transgénero	COM
	Filha/os	F			
	Orientação Sexual	OS			
Início	Idades da diferença	DIF	Posicionamento	Transformações corporais	TRA
	Discriminação	DIS		Diagnóstico/ Acompanhamento Psi-	DIG
	Relação com o corpo	RC		Mudança legal de nome e/ou género	NOM
	Descoberta	DES		Politização	POL

Gênero e Transgressão

Figura 4. Ilustração do Calendário de vida:



Para interpretar as informações biográficas disponibilizadas recorreremos igualmente aos dados socio-históricos. A abordagem metodológica definida revelou-se vantajosa na compreensão analítica. Os resultados permitiram perceber diferenças relevantes ao longo do tempo biográfico, num período histórico de transformação das relações de género (entre 1950-2015). Estudo que, além de cumprir o objetivo específico 2, abriu pistas e critérios para aprofundarmos o objetivo específico 3.

4.3. As narrativas e as transgressões de género

Um dos principais desafios à análise da informação qualitativa em geral e dos dados biográficos em particular é a riqueza da informação e o seu potencial desperdício (Tracy 2010). A reconstrução das narrativas pessoais permitiu-nos não só complementar a decomposição das vidas vividas como aprofundar as vidas contadas. Como diz Bhabha (2007, 14–16), a dimensão biográfica na formação do discurso é importante. Isso requer o recurso a uma *“linguagem que seja capaz de representar (e interpretar)”* as contradições e ambivalências dos processos de integração social numa *“era de transição global”* (*ibid.*) As narrativas biográficas são como uma *“janela dos processos de fazer sentido”* que nos permitem criticamente *“compreender os discursos institucionais e de poder na sociedade de modos mais concretos”* (Souto-Manning 2014, 162). Contudo, precisamente porque o *“real é descontínuo”* e *“fragmentário”* (Bourdieu 2001), aquilo que as biografias nos permitem interpretar – no seu encadeamento de elementos macro e micro sociais – é o *“resultado estável mas não imutável do processo de interiorização do social e de incorporação, na pele, da nossa persona social”* (Montagner 2007, 252). Estas *“vidas conectadas”* (*linked lives*) são *“vividas”* e *“contadas”* por entre um conjunto de possibilidades estruturalmente fixadas, socialmente interdependentes (Levy e Pavie Team 2005; Wengraf 2000). Os *“mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência corrente da vida como unidade ou totalidade”* tendem a orientar os relatos das *vidas contadas* em torno de formas narrativas (coerentes e lineares) de *“produção de si”* (Bourdieu 2001, 55–58). Mas estes *“acontecimentos biográficos”* não se fazem num vazio – são *“colocações e deslocações no espaço social”*, um conjunto de posições ocupadas pelo mesmo indivíduo (ou grupo de indivíduos) em espaços que estão em constante transformação (*ibid.*). Enquanto fonte privilegiada para compreender as visões e vozes *alternativas* para (des)fazer o género, os dados biográficos não bastam, portanto, para uma interpretação sociológica objetiva e rigorosa. É preciso compreendê-los à luz das transformações socio-históricas e dos posicionamentos particulares de onde provêm.

A análise das vertentes narrativas e performativas relatadas pelas 19 pessoas entrevistadas seguiu duas linhas complementares: a Análise Crítica de Narrativas (Souto-Manning 2014) e a Análise Performativa (Lloyd 2015; I. A. Reed 2013; Butler 2008 [1986]; 2009 [1988]). Por um lado, procurámos compreender as narrativas alternativas da transgressão e as grelhas interpretativas que fundamentam as normas de género. Por outro lado, através de episódios ilustrativos do processo de “prestação de contas” (*accountability*) para (des)fazer o género, procurámos aprofundar quais as margens de manobra existentes. No fundo, procedemos à desconstrução analítica dos processos dominantes para fazer o género e ao aprofundamento das potencialidades de mudança no género a partir das interpretações da transgressão.

Privilegiámos com este estudo a possibilidade de “*reabrir no género o heterogéneo*” (Collin 2008, 46 [1989]), um modo específico de leitura do real cuja “fecundidade” provém de uma inclinação transgressiva. Ou seja, de um *a priori* que procura lembrar “*a ortodoxia duma certa doxa*” não para se tornar o “*todo explicativo*” mas sim para reconhecer as possibilidades “*heterodoxas, heréticas e erráticas*” (*ibid.*) que são subalternizadas às lógicas estruturantes da dominação nas relações de género. Esta “opção” necessariamente desconsidera outros ângulos possíveis de abordagem e tem como premissa que não existe uma neutralidade axiológica universal, um “*ponto de Arquimedes*” imparcial sobre a realidade social (Flax 2008 [1987]). Assumindo que a realidade social é plural e multifacetada, a produção de conhecimento advém primeiramente da posição que ocupamos no mundo social (Temple 2006). Esse ponto de partida implicou-nos numa lógica de análise desconstrutiva.

Recorremos à Análise Crítica de Narrativas (Souto-Manning 2014) para aprofundar as possibilidades alternativas e singulares da experiência do género. Privilegiámos o modo como se experienciaram as “ambivalências” ao nível do *self* e a sua relação com os discursos dominantes (Lüscher 2005). Os modos como as vidas são e podem ser organizadas ao longo do curso de vida para gerir as oportunidades e constrangimentos contidos nas relações de género e, em particular, a uma pertença não exclusiva à oposição dominante. Os seus significados assumem pertinência face às relações sociais estabelecidas e aos espaços simbólicos, materiais e performativos em que ocorrem (Grenfell e Lebaron 2014).

Por sua vez, o recurso à Análise Performativa (Lloyd 2015; I. A. Reed 2013; Butler 2008 [1986]; 2009 [1988]) permitiu fazer outra leitura dos eventos biográficos recolhidos e aprofundar as experiências da transgressão na primeira pessoa. A reconstituição dos acontecimentos narrados como transgressivos e as suas consequências aos olhos de quem conta

a transgressão foi frutífera. Ainda que só dispuséssemos de um olhar da experiência – concretamente dos alvos da diferença – os relatos são ricos de detalhes sobre as performances e as possibilidades interpretativas. Mesmo com uma visão parcial, foi possível investigar as dinâmicas de estabilidade e mudança a partir dos episódios de reconhecimento da transgressão de género e a sua prestação de contas. Requerendo obviamente outro estudo e trabalho de campo mais etnográfico que permita dar continuidade a esta linha analítica, as pistas encontradas foram relevantes. Nomeadamente porque demonstram as potencialidades e os constrangimentos no (des)fazer do género. Permitem corroborar a premissa de que a transgressão constitui, diversas vezes, uma faca de dois gumes. E, também, que existe uma autonomia relativa do poder performativo face ao poder discursivo e relacional (I. A. Reed 2013). Com efeito, a maior parte dos episódios relatam performances que produziram efeitos constrangedores ou com consequências “disciplinares” para quem transgrediu. Mas há também momentos performativos. Ou seja, em que as performances revelam processos potencialmente transformadores ou semeadores da mudança. Certamente intrincados com os poderes discursivo e relacional, estes eventos sugerem possibilidades de abertura a outros posicionamentos de género e – mais do que isso – que o seu reconhecimento se está a tornar mais visível.

Por último importa referir a nossa gestão de expectativas quanto aos métodos e técnicas mobilizadas e quanto à recolha e análise dos dados. Como referem O'Reilly e Parker (2012) a variabilidade de definições alocadas ao termo “saturação” e os seus diferentes usos requer um relato transparente sobre o processo e as decisões e qual a variante específica de saturação usada. Nem todas as abordagens qualitativas dependem da saturação como marcador de avaliação da adequabilidade da dimensão amostral (ou subamostral). A saturação dos dados é considerada satisfatória e adequada quando responde suficientemente às questões de investigação (*ibid.*:192). Nesse sentido consideramos que os dados foram satisfatórios para captar o leque de experiências genderizadas. Foram-no porque recolhemos informação em profundidade suficientemente rica para captar e interpretar múltiplas realidades e fizemos um uso pleno dos dados recolhidos. O volume e rapidez da informação disponível sobre o assunto constituíram um desafio na gestão de expectativas sobre a adequação ótima do processo de amostragem de dados.

A crescente visibilidade do tema “não binário” e da “transcendência do género” nas redes sociais e plataformas digitais de comunicação levaram a que despendêssemos muito tempo e recursos. Isso complicou bastante a decisão sobre os critérios de seleção e inclusão dos dados. A expectativa de constante atualização foi sendo refreada à medida que avançávamos no

processo de pesquisa, sob pena de não conseguirmos trabalhar a riqueza da informação já recolhida. Como refere Eco (1982, 131 [1977]) há uma elevada probabilidade de retomarmos temas secundarizados ou paralelos ao longo dos “investimentos” que se fazem durante uma tese. Porque a pesquisa necessita de ter princípio e fim, bem como de uma estrutura organizada, precisámos de tomar decisões. Consideramos que foram escolhas apropriadas para traduzir essa heterogeneidade e explorar suficientemente o nosso objeto de estudo. Haverá sempre espaço para crítica e melhoria dos processos de amostragem, de recolha e de análise dos dados (biográficos, socio-históricos). O nosso objetivo foi o retrato da diversidade e não tanto a dimensão da mesma. Nesse sentido, os dados usados nesta pesquisa podem frustrar a expectativa de imensidão mas superam a de fecundidade. A relação entre a vastidão de dados e a sua análise aprofundada orientou-se para a melhor resposta possível às questões de investigação. Centrâmo-nos no retrato da diversidade de alternativas transgressivas nas práticas de género e a sua relação com a oposição dicotómica dominante (o binário). Em jeito de autoavaliação concluímos este capítulo com uma reflexão sobre os critérios que seguimos para alcançar resultados coerentes e substantivos.

5. Sobre a qualidade desta pesquisa

Os modos como uma caixa de ferramentas vai sendo usada ao longo de um percurso de investigação são obviamente particulares. Por causa das lentes e da construção do objeto de estudo, por causa dos objetivos específicos, por causa dos dados encontrados e dos diversos momentos de “serendipidade”. Por isso é útil distinguir entre os meios (práticas, habilidades e ofícios) pelos quais os objetivos de uma pesquisa são alcançados e a sua qualidade enquanto contributo efetivo (Tracy 2010). Seguindo a sugestão de Flick (2007) quanto à necessidade e importância da avaliação da pesquisa compreensiva (ou qualitativa), apresentamos os critérios que seguimos para averiguar o rigor e a qualidade do nosso trabalho. Em linha com o modelo flexível elaborado por Tracy (2010), consideramos que a pesquisa compreensiva deve pautar-se pela procura de finalidades comuns. As diferenças existentes nas diversas práticas de investigação qualitativa requerem efetivamente um conjunto de marcadores que nos permitam aferir sobre a sua qualidade. Como vimos, a nossa pesquisa mobilizou diferentes técnicas e métodos de recolha e análise patentes nos paradigmas de pesquisa qualitativa. Ao longo do processo de investigação foi-nos útil a metáfora do *crystal*:

Com as várias facetas representando os objetivos, necessidades e desejos das/os/es várias/os/es interessadas/os/es, incluindo as/os/les participantes, a academia, a sociedade, o público leigo,

as/os/les fazedores de políticas, e por último, mas certamente não menos importante, a/o/le investigador/a/e (Ellingson, 2008 *op. cit.* Tracy 2010, 849)¹

Adequando a tipologia de Tracy (2010) podemos elucidar melhor e refletir conjuntamente sobre os obstáculos, condições de pesquisa e principais contributos dados. Para isso, organizámos a nossa autoavaliação em função dos critérios seguidos.

Entre a importância do tema e a sua repercussão

Como já dissemos, o tema central desta pesquisa tem vindo a adquirir uma crescente visibilidade e importância na última década (Hines 2010). É por isso relevante e oportuno aprofundar a evolução destas mudanças e as suas consequências para as vidas de quem se distancia da oposição masculino/feminino. Face à permanente tensão e contestação da pluralidade de identificações e sentidos atribuídos à identidade de género, consideramos que podemos contribuir para o debate sobre a cidadania e as práticas de género. Este é um estudo significativo e importante na compreensão dos processos pelos quais o poder nas relações de género se mantém e se transforma. Não só por se tratar de um tema atual e necessário, a nossa pesquisa procura sobretudo preencher uma lacuna claramente identificada na revisão do estado da arte. A da inclusão de outros géneros na análise e da ultrapassagem de investigações categóricas e baseadas na oposição essencialista entre masculino (“homens”) e feminino (“mulheres”). Mas precisamente porque a nossa pesquisa é contraintuitiva, questiona pressupostos instituídos e se baseia numa lógica transgressiva, o seu poder de influência e alcance de vários públicos não está garantido. Nesse sentido, a capacidade desta investigação gerar uma “validade empática” (Dadds, 2008 *op. cit.* Tracy 2010, 844) é um dos seus principais desafios. Tracy (2010) elege dois meios pelos quais a repercussão de uma pesquisa qualitativa pode ser alcançada: i) Representação estética e evocativa; ii) Transferibilidade dos resultados.

Relativamente ao “mérito estético” (*ibid.*), i.e., à simplicidade e clareza do texto e a sua capacidade de ser compreendido pelos públicos-alvo, há pelo menos dois reptos em jogo. Em primeiro lugar, o facto de ser um tema pouco conhecido da maioria das pessoas coloca dificuldades ao nível da transposição de terminologias e vocabulários que ainda estão em redefinição (e contestação) e cujos significados variam contextualmente. Por mais que esta pesquisa beneficie da crescente visibilidade do fenómeno, a capacidade de o tornar o legível pela maioria das pessoas é dificultada pela sua complexidade. Uma vez que este estudo se ocupa

¹ Tradução própria do original em inglês. Nesta citação, bem como em todas as referentes a participantes optou-se pelo uso da linguagem inclusiva neutra. As palavras alteradas neste excerto são originalmente neutras na língua inglesa, existindo equivalente apenas na linguagem não binária portuguesa. *Vide* advertência no Glossário e ponto 4.2.

do gênero e dos processos identificação e concretização em sentido amplo, privilegiámos a diversidade existente em detrimento do rigor das palavras definitivas. A questão linguística e discursiva foi ganhando mais importância ao longo da pesquisa. Até porque, em segundo lugar, as suscetibilidades e ressentimentos quanto às expressões variam fortemente de intensidade e de alcance. Sem perder de vista a potencial reificação e a exotização do nosso objeto de estudo, respeitámos necessariamente as evoluções dos termos e os seus significados contextuais. Mas, mais do que nos centrarmos em definições universais, foi nosso intuito dar conta dos sentidos plurais que os termos contêm, assim como da sua importância relacional. Com efeito, as práticas de nomeação e os campos legíveis dessas práticas revelam bem as possibilidades de compreensão e inteligibilidade.

Quanto à transferibilidade dos resultados, a capacidade desta investigação ter uma repercussão generalizada centrou-se no desafio de permitir uma leitura que transpusesse a pesquisa para os seus contextos e experiências particulares. Na sequência dos reptos anteriores, foi nosso intuito empreender um estudo sobre como se (des)faz o gênero e se podem incluir as diversas possibilidades. Nesse sentido, seguimos uma lógica de translação entre os níveis micro e macrosociais que posiciona os modos de significação individuais no seu contexto mais vasto de determinação, face a um tempo e espaço específicos. Foi através da multiplicação dos terrenos de observação e dos diferentes instrumentos e fontes utilizados, que procurámos salvaguardar o processo de “transferência” gradual das descobertas do particular para o global. Ao invés de procurar uma generalização através dos casos, centrámo-nos numa generalização por entre os casos, ou seja: pegando nas pequenas evidências e enquadrando-as no seu panorama social mais amplo. Este movimento visou não só enquadrar o todo como abrir linhas de questionamento sobre as relações de gênero em sentido lato. Previsivelmente, estas preocupações são indissociáveis dos critérios éticos seguidos na nossa pesquisa.

Sobre a ética e a pesquisa

Para Tracy (2010) há quatro dimensões éticas que marcam a qualidade de uma pesquisa qualitativa: i) procedimental; ii) situacional; iii) relacional e iv) de “remate” (*exiting*). No domínio procedimental ou categórico incluem-se os princípios relativos ao processo de pesquisa que envolve pessoas. A ética situacional refere-se às decisões tomadas com base nas particularidades circunstanciais e à relação entre meios e fins. A dimensão relacional remete para as consequências do processo de investigação no objeto de estudo e participantes. Por último, a ética de fechamento (ou remate) diz respeito aos modos como os resultados de uma

pesquisa são apresentados e partilhados. Tomando esta tipologia como fonte de inspiração importa aprofundar os compromissos éticos da nossa pesquisa.

A dimensão procedimental foi desenvolvida no ponto 4.4.2. Para além da proteção da privacidade individual e dos arquivos e registos recolhidos, importa referir mais dois aspetos neste âmbito. Nas relações estabelecidas com participantes da pesquisa para a recolha autorizada de dados biográficos preocupámo-nos com a potencial angústia causada pelo aprofundamento de experiências traumatizantes e/ou sensíveis. Nesse sentido, garantimos que as pessoas entrevistadas fossem beneficiadas pelo processo de pesquisa, respeitando as decisões de não responder e conferindo importância às suas visões sobre este tema. Foram também respeitados os pronomes pessoais e as formas de tratamento, tanto no momento da entrevista como na citação e relato das vidas vividas. Sendo um aspeto da maior importância para várias pessoas com trajetórias de género complexas, a partilha e divulgação do conhecimento acumulado considerou o respeito pelos dados apresentados e pelas diversas vozes e perspetivas implicadas. Os resultados desta investigação foram parcialmente disseminados através de comunicações orais e também em duas publicações específicas (Merlini 2018; 2016).

Os procedimentos éticos estiveram igualmente presentes na recolha e análise de dados documentais socio-históricos. As constantes transformações e as dinâmicas de maior ou menor visibilidade do objeto de estudo constituíram um desafio na apreensão e sistematização desses dados. Tal como já referimos noutros momentos deste capítulo, a atenção à especificidade situacional e à pluralidade de perspetivas foram aspetos fundamentais ao longo do processo de pesquisa. A decisão sobre as fontes e o seu tratamento e análise seguiu esta lógica, ainda que sempre passível de aprofundamento, atualização e melhoria. Estando conscientes de que qualquer escolha de fontes constitui uma possibilidade entre muitas, privilegiámos o princípio de diversificação e heterogeneidade.

Face a limitações temporais e de recursos, a nossa seleção do *Nonbinary wiki* foi um primeiro passo para compreender a nomeação e estabilização do discurso não binário. Sabemos que estas decisões acarretam consequências na configuração do próprio objeto de estudo, por isso procurámos salvaguardar os seus efeitos potencialmente perversos (leituras erróneas, usos indevidos ou inapropriados) através da disseminação dos resultados. Os comentários e revisões – solicitadas em contexto de avaliação entre pares e a outras pessoas interessadas – foram sendo integrados na análise. Não podendo certamente controlar os “efeitos” e as possíveis reações de múltiplas “audiências” na receção deste estudo, preocupámo-nos com a comunicação e partilha

para tornar visível a problemática através de múltiplos pontos de vista. Isto significa que este trabalho continua aberto a futuras críticas substantivas e sugestões de melhoria.

A credibilidade e sinceridade

A credibilidade em pesquisas qualitativas refere-se a três aspetos: i) a atenção à descrição dos detalhes e do conhecimento tácito; ii) princípios de triangulação e cristalização; e iii) possibilidade de abarcar múltiplas vozes e reflexões das/os/es participantes da pesquisa (Tracy 2010). Por sua vez a sinceridade refere-se à introspecção e auto reflexão sobre os valores e opções tomadas por quem investiga, bem como a transparência quanto aos métodos e desafios enfrentados. Estas formas de especificar a validade de uma pesquisa são muito relevantes em pesquisa qualitativa porque permitem uma transmissão mais completa das condições, efeitos produzidos e limitações do processo de investigação (Flick 2007; Wacquant 1989). A preocupação de transparecer e clarificar de algum modo o caminho percorrido devolve por isso a quem lê e a quem se interessa por este trabalho os critérios de avaliação da pesquisa efetuada.

A nossa preocupação com o alcance de resultados pertinentes baseou-se fundamentalmente no aprofundamento dos dados e na triangulação das perspetivas, métodos e fontes. Centrâmo-nos no objeto de estudo e nas tentativas de resposta aos objetivos definidos. Houve, obviamente, obstáculos, ansiedades, incompreensões e desesperos ao longo do caminho. Nomeadamente o desconhecimento sobre o tema, a multiplicidade de perspetivas, o confronto com exotismos e críticas, as ausências e as tentativas frustradas de construção dos argumentos, etc. Porque a realidade não é unívoca, singular e homogênea, a nossa cristalização não foi no sentido de alcançar uma verdade única mas de abrir caminho para uma compreensão mais complexa e profunda, apesar de sempre parcial, do assunto (Tracy 2010, 844). Ao apostarmos numa proposta dialógica, investimos no contributo científico para avançar nos conhecimentos que dispomos sobre a igualdade de género(s). Nesse sentido, ainda que constitua necessariamente uma visão particular passível de melhoria, não nos comprometemos diretamente com a esfera política. Isto é, o partido que tomamos é o da ciência (tal como concebida pela objetividade trans/feminista) e não o da retórica (e dos argumentos enviesados para a defesa de uma causa, seja ela qual for).

Esta estratégia não foi conservadora. Consideramos que a lógica de partilha cumulativa de conhecimento nos permite, conhecendo as diversas perspetivas e causas, dialogar e encontrar caminhos que informem as políticas. Não temos pretensões de isenção nem foi nosso intuito satisfazer ou corresponder a vontades e perspetivas. Visamos aprofundar o poder contido nas

relações de gênero e compreender as alternativas para chegar à equidade. Isto também pode ser visto como agenda política, mas se é, é a partir dos parâmetros científicos da sociologia e da filosofia empírica. Ou seja, a partir de um questionamento aprofundado dos factos e do conhecimento da realidade diversa e complexa. A apreensão das diversas “verdades” em jogo e da complexidade inerente ao objeto de estudo foi proporcionada por três meios centrais: a descrição pormenorizada, a “multivocalidade” e a partilha.

Foram privilegiadas as perspectivas das/os/es participantes do estudo bem como um diálogo com os dados encontrados. Para além do espaço para outras opiniões, a inclusão de múltiplas vozes na análise implicou processos reflexivos sobre as diferenças existentes a vários níveis. A condição de alteridade (inevitável) como investigadora “não trans” (ou cisgênero) implicaram uma reflexão substantiva sobre “o estudo do Outro” (Smith 2005). Esta divisão não foi em si limitadora. Isto porque consideramos que a pesquisa beneficiou de algum distanciamento face às tensões e lutas existentes em torno das (re)definições da identidade de gênero. Não obstante, importa dar conta de algumas limitações.

A desconstrução sobre o gênero e a conceção da transgressão são anteriores ao início deste projeto. O tema não binário era desconhecido e implicou um longo processo de aprendizagem. A posição de onde se parte (e também onde se chega) é certamente importante neste âmbito. Sendo nosso intuito desconstruir as práticas dominantes para (des)fazer o gênero e dialogar com a diversidade existente foi frequentemente difícil captar alguns dos significados e experiências menos familiares. O reconhecimento objetivo das tensões latentes foi outro obstáculo frequente. Para ultrapassar uma análise superficial e compreender os valores culturais dos contextos do estudo foi necessário especificar os conhecimentos situados. Estes aprofundamentos permitiram apreender melhor o conhecimento tácito dos dados recolhidos. A par disso, também transportámos frequentemente para os quotidianos pessoais uma observação (não estruturada) dos processos de pertença de gênero para além das diferenças binárias, o que trouxe diversos questionamentos e um diálogo com o senso comum.

A aproximação com o tema teve como consequência o desenvolvimento de uma ótica de que antes não dispúnhamos, pelo menos tão aprofundadamente. Nesse sentido consideramos que a opção por uma pesquisa qualitativa foi acertada. Não por nos basearmos ingenuamente nos relatos da experiência – como por vezes se critica este tipo de pesquisa – mas sobretudo porque nos permitiu interpretar e conjugar diversas perspectivas de forma frutífera. Não querendo falar em nome de ninguém ou construir um trabalho sobre (em vez de com) as vidas de outras

pessoas, esta investigação focou-se no reconhecimento de formas plurais de viver o género. Beneficiámos deste amadurecimento e com isso ampliámos a reflexão e o conhecimento ao nível pessoal e das relações de género.

Para fugirmos aos horizontes essencialistas que permanecem ancorados em binários antagónicos “self/outro” (seja dominados/dominantes, cisgénero/transgénero, masculino/feminino) precisamos de aprofundar e compreender de modo “contextual e polivalente” essas oposições (Boellstorff et al. 2014, 432). Nesse sentido considerámos todas as pessoas e todas as possibilidades, assumindo que as diferenças existentes e as possibilidades interpretativas são indicadores para (re)elaborar os sentidos e mostrar pistas para a equidade social nas relações de género.

A procura de rigor e a relevância do contributo

Como refere Mason (2002), a salvaguarda do rigor e qualidade de uma pesquisa qualitativa não pressupõe uma padronização ou parametrização dos instrumentos. Independentemente do paradigma científico, a precisão dos métodos e técnicas de investigação mede-se pela obtenção de dados fiáveis e rigorosos. Segundo Tracy (2010), o rigor implica o uso de recursos “*suficientes, abundantes, apropriados e complexos*”. A compreensão das nuances e complexidades foi concretizada através das teorias mobilizadas e da abundância dos dados recolhidos. Tanto os resultados encontrados como as teorizações desta pesquisa estão fundamentados nos dados recolhidos. Os procedimentos metodológicos e analíticos adotados foram pertinentes e adequados, pelas razões já apresentadas anteriormente. O tempo dedicado à recolha, tratamento e análise da informação foi imprescindível na compreensão e sistematização da complexidade do nosso objeto de estudo. Os contextos e casos selecionados foram igualmente apropriados para os objetivos do estudo, bem como a análise de múltiplos casos de forma intensiva e passível de comparação.

Consideramos, por isso, que demos alguns contributos para o conhecimento sociológico acumulado no estudo do género e, particularmente, das transgressões de género. Em termos conceptuais e teóricos avançámos com possibilidades interpretativas da complexidade e inter-relação entre o género e a transgressão. A proposta da transgressão como forma heurística de interpretar a realidade social pode constituir um aporte sociológico inovador, com potencialidades de desenvolvimento futuro. Ao nível metodológico destacamos a conjugação de diferentes instrumentos de análise intensiva, especialmente o estudo de um arquivo digital. Os avanços tecnológicos e a disseminação de informação e de trocas no ciberespaço têm vindo

a produzir um repositório muito rico e vasto que ainda é pouco explorado do ponto de vista qualitativo. A análise que efetuámos é demonstrativa do que se pode fazer, respeitando obviamente a privacidade e os direitos de autoria inerentes ao tratamento de dados digitais. Por último, ao nível pragmático, o nosso pequeno contributo vai no sentido da democratização das relações de género. Ou seja, ao retratarmos a diversidade de práticas de género e sistematizarmos os modos como as convenções e crenças de género estão a ser contestadas e (re)definidas nos contextos português e britânico avançámos com pistas. O nosso conhecimento traduz-se ao nível valorativo em vetores que podem permitir uma melhoria das medidas políticas – mais inclusivas, passíveis de maior reconhecimento e aceitação das vidas das pessoas não binárias e promotoras da equidade nas relações de género. No intuito de alargar o *nomos* (ou universo normativo, Cover 1983) existente, podemos atenuar as consequências e as sanções inerentes à ideia negativa da transgressão. O distanciamento dos limites sociais dominantes², impostos à experiência do género pode e deve ser visto como positivo, multiplicador das diferenças e abrir caminho para sociedades mais diversas e tolerantes. Como refere Cover (*ibid.*), o universo jurídico-legal é indissociável das narrativas (e meta-narrativas) que lhe conferem significado e que se constroem contextualmente. Tomar conhecimento sobre o leque de possibilidades e significados alternativos para (des)fazer o género contribui assim para um espaço de transformação necessário no universo normativo.

Os sentidos da coerência

A coerência enquanto critério de qualidade na investigação qualitativa refere-se principalmente à conexão entre o estilo de representação e os objetivos do estudo; à interligação entre as partes que compõe o processo da pesquisa e à concretização daquilo que se pretende (Tracy 2010, 848). A circularidade imprimida no nosso processo de pesquisa facilitou em muito a interligação entre as partes. Precisamente porque as considerámos indissociáveis e numa lógica de retroalimentação, foi possível granjear maior coerência ao longo do caminho e avançar com pistas e resultados. Em termos dos objetivos definidos, consideramos que nos esforçámos para os alcançar. Para isso contámos com um leque muito vasto de material e com instrumentos de recolha e análise adequados e suficientes.

² Importa reforçar que, tal como avançámos no capítulo I, distanciar-se de uma norma requer a produção de uma alternativa normativa. Porque esta distância se faz por referência à norma existente pode ter a consequência de a reforçar e/ou de multiplicar as possibilidades de resistência. Não obstante, no âmbito das relações sociais (genderizadas) é necessário que estas possibilidades sejam não só reconhecidas como praticadas, coexistindo. Mais do que o debate sobre a transcendência das normas sociais, a sua crise ou a sua inevitabilidade, é necessário – como referem Pearse e Connell (2016) entre outras autoras – discutir os vetores de justiça e de tolerância de diferentes tradições normativas. Neste âmbito, tradição remete para a continuidade das práticas e não para uma conservação ou cristalização do passado.

No que se refere à relação entre estilo de representação e finalidades da pesquisa várias questões se levantam. A abordagem que seguimos teve em conta múltiplas representações do real e pautou-se por evidenciar as contradições e heterogeneidades existentes. Procurámos responder aos objetivos traçados mediante uma análise não linear e multivocal. Nesse sentido, consideramos que a coerência entre o retrato apresentado e as metas esperadas beneficiou em muito de uma exploração heurística da transgressão. Tanto como objetivo científico, como enquanto objeto de estudo central, a transgressão permitiu-nos reconhecer as alternativas existentes e os paradoxos implícitos. A preocupação com os significados (multifacetados) da realidade favoreceu em grande medida a congruência dos resultados apresentados. Esta coerência não pretende supor uma realidade única e harmoniosa mas sim uma representação das várias linhas que unem e desunem os sentidos alternativos e de como os significados se configuram para dar lugar à resistência e à mudança no domínio do género.

Não subscrevemos, portanto, uma ligação unívoca entre as “palavras” e as “coisas” ou entre a “verdade” e o “real”. Baseámo-nos na coerência situada, variável e flexível entre a linguagem e representação. A linguagem não é um mero veículo (transparente) de representação do real (Flax 2008 [1987]). A relação dialógica e inter/cambiante dos vários discursos que constroem e são construídos pela realidade social configura regras e lógicas constituídas ao longo da história. Em linha com Foucault (1981 [1970]), consideramos que são estes mecanismos que vão definindo as condições que possibilitam a enunciação. Fronteiras de significado, delimitadas pelas possibilidades interpretativas, nos contextos de ação específicos em que ocorrem (Jenks 2003; Foucault 2009b [1963]). Os discursos são mais do que palavras: são o resultado prático de um sistema de significações que opera como norma (Godoi, Coelho, e Serrano 2014). Por exemplo, como refere Scott (2008 [1988]) a definição do termo “género” como categoria gramatical tem usos explícitos e inexplorados: *manifestos* nas regras formais que designam o que é feminino e o que é masculino; e *latentes* na existência de uma terceira categoria neutra ou “não sexuada” em diversas línguas indo-europeias (*ibid.*:50). As possibilidades interpretativas são agrupadas, hierarquizadas e regidas pelos sistemas de distinção estabelecidos pelas convenções sociais. Como veremos adiante, há muitos usos da linguagem que se começam a testar no caso das práticas alternativas para (des)fazer o género. Mas para além das inovações linguísticas e do carácter eficaz e persuasivo da linguagem, precisamos também de considerar os elementos de transferência e de comunicação. Os usos e as diferenças de linguagem são indissociáveis quer dos contextos locais em que são produzidos quer das interações no interior da mesma ou entre outras línguas (Temple 2006). Na

investigação qualitativa de dois países, a “tradução” ganhou centralidade na análise do nosso objeto de estudo. Por um lado, porque o reconhecimento das diferenças e da complexidade da realidade social implicou que se considerassem os significados pluri-semânticos e multifacetados que a compõem (Braidotti 2008 [1990]). Ou seja, admitindo que as trocas subjetivas só são possíveis através de “*aproximações, omissões e acabamentos*” dos discursos e dos códigos – que não existem “*duplicações perfeitas*” nos processos de transferência de conhecimento (*ibid.*:25) – conferimos especial atenção às deslocações e (re)significações dos termos. Por outro lado, porque o estudo de diferentes contextos nacionais e a adoção de uma abordagem transnacional exigiram uma identificação tanto das variações linguísticas e terminologias usadas, como dos fluxos entre estas e os seus contextos. Não existe só uma versão “correta” e “determinante” dos significados das palavras através das línguas, nem sequer numa mesma língua. Nesse sentido, procurámos evitar na nossa análise a “*domesticação*” da representação dos significados atribuídos através de “*práticas de tradução*” que uniformizam e modulam a realidade à luz dos nossos próprios códigos e significações (Temple 2006, 15). Para completar, este convite à avaliação da qualidade da pesquisa implica – sem qualquer subtileza – que se conheçam na íntegra as análises feitas e as pistas encontradas. O cumprimento dos objetivos e os respetivos estudos apresentam-se nos próximos capítulos, na segunda parte desta dissertação.

Capítulo V.

Desfazer e refazer o género: os limites ilimitados da nomeação

1. Introdução

A “ordem do discurso” e as formações discursivas que determinam ideologicamente o que *pode* e o que *deve ser* dito dependem das conjunturas socio-históricas em que se inscrevem e, grosso modo, da distribuição de poder que as mantém e/ou reforça (Foucault 1981, 52 [1970]). O modo como os discursos – ou as práticas discursivas – são ordenados em termos ideológicos circunscreve, portanto, com diferentes graus de variabilidade, as prescrições e descrições contidas na realidade enunciada. Historicamente, a dimensão ideológica das práticas de género tem sido representada predominantemente pela visão de correspondência e pela naturalização e divisão dicotómica entre masculino e feminino. O processo de “purificação cognitiva” que naturaliza a oposição binária e faz corresponder sexo a género não tem concedido outras possibilidades interpretativas para além destas (R. W. Connell 1987; Scott 2008 [1988]). A formação discursiva binária, apoiada no *modelo dual* da biomedicina e no sistema classificatório dicotómico que comporta e representa o género em duas classes distintas, tem prevalecido e fundamentado as possibilidades de interpretar as práticas.

Como se verifica nas “guerras culturais” contemporâneas, estes parâmetros encontram-se no centro de uma discussão intensa e de dinâmicas transformadoras. Só para ilustrar as controvérsias geradas, entre muitas das que têm ocorrido, olhemos rapidamente para uma discussão nos jornais portugueses sobre a linguagem inclusiva neutra. Em fevereiro de 2018 o comediante Ricardo Araújo Pereira (2018) satiriza o uso da linguagem inclusiva na língua portuguesa na sua crónica semanal da revista Visão. Descartando a legitimidade do seu uso, ilustra nomeadamente a dificuldade de traduzir as formas de tratamento inclusivas adotadas recentemente pelo Metro de Londres – “*good morning everyone*” – que em português permanecem binárias. Depois refere o uso da linguagem neutra por uma filósofa brasileira (que adotou o sistema “Ile”) insistindo na caricatura e vaticinando que no futuro se falará como no “Algarve”. Na semana seguinte Gonçalo Venâncio (2018) vem juntar-se à crítica numa crónica intitulada “Da Igreja Universal da Neutralidade de Género” em que se opõe à censura da “Patrulha do Politicamente Correto”. Este refere também o exemplo do Metro de Londres mas acrescenta muitos outros de forma pejorativa. O cronista informa sobre a adoção da linguagem neutra pela Igreja da Suécia, por um movimento francês e as diversas mudanças no Canadá – desde o hino nacional aos protocolos oficiais que recorrem ao tratamento neutro, estando o

desrespeito pelo pronome desejado consagrado na lei como crime de ódio. Com um tom mais sério e profundamente reativo, Venâncio (2018) vem advertir para o perigo desse caminho que priva a liberdade de expressão e é contrário “*aquilo que a ciência confirma como «traços biológicos objetivos binários»*”, acusando de “*charlatães*” quem defende o uso da linguagem inclusiva. Classifica essa luta como inútil por considerar que não é na linguagem que se joga a integração, a igualdade e a tolerância e que esse movimento conduzirá invariavelmente a menos direitos e menos liberdades individuais. Vem inclusive equiparar a invenção de novas palavras e a resignificação de palavras existentes a uma prática normativa “*totalitária*”. Tanto um cronista como o outro – independentemente do tom dos seus comentários – demonstram claramente o pânico moral implícito na ideia de que adotar a linguagem inclusiva neutra indica uma perda essencial de identidades e tradições socialmente enraizadas.

Já no início de Março, a socióloga Ana Cristina Santos (2018b) vem responder diretamente à “*controvérsia gerada por Ricardo Araújo Pereira*” demonstrando os equívocos em que se baseia. Classificando a sátira em questão como constrangedora e mecânica, desmonta cada um dos argumentos explicando que “*um dos maiores obstáculos ao senso comum é o pendor autoritário do senso comum*”. Recorrendo ao Direito e à Sociologia, Ana Cristina Santos (2018b) mostra como a velha técnica de “*deslegitimar para manter*” o que é legítimo não é mais do que uma tentativa de apagar a inclusão de todas as pessoas e revela cumplicidade com a “*agenda patriarcal*”. Recorrendo à obra do pintor surrealista René Magritte “*Isto não é um cachimbo*” vem precisamente centrar o debate na relação entre objeto e a sua representação. Mostra a importância de defender o direito à representação e relembra o regime dominante que determina o modo como comunicamos. Assumindo que é um desafio, refere no entanto a necessidade de termos um modelo de comunicação que inclua “*mulheres, homens e pessoas não binárias*”.

Este é um dos muitos exemplos que poderiam ser dados sobre as guerras culturais que têm ocorrido em nome do “gênero”. Muito visíveis no ciberespaço, estas discussões intensas são fruto não só das (novas) possibilidades tecnológicas de confronto e visibilidade de mundivisões (em anonimato ou não) como também de processos de transformação nas relações de gênero e nos modos como o concebemos. Efetivamente, têm sido várias as descobertas sobre a complexidade e heterogeneidade do sexo e do gênero, das ciências biomédicas e às ciências sociais (Montañez 2017; Hines e Sanger 2010; Callahan 2009; Fausto-Sterling 2000), que nos permitem avançar nos paradigmas de explicação e compreensão. A par disso, aumenta a contestação e reivindicação (em várias frentes) de que não podemos fixar os sistemas

classificatórios em duas categorias discretas, universais e opostas. Também a maior visibilidade do fenómeno e das alternativas para nomear o trans/género têm tido diversos efeitos. Como vimos antes, a institucionalização e hétero-legitimação do marcador indeterminado e da emancipação do género acarreta uma nova ordem jurídica pública. E como mostraremos neste capítulo, há uma crescente proliferação subjetiva de novas nomeações e categorias genderizadas. Assemelhando-se a erupções vulcânicas, a multiplicação das possibilidades de descrever o género traduz o seu carácter construtivo e a sua heterogeneidade.

Porém, estas transformações na ordenação das relações de género e das possibilidades discursivas abalam as fundações em que se baseiam as suas principais premissas. Nomeadamente as regras que *o sexo precede o género*, que *só existem dois géneros/sexos* e que *só se pode ser de um ou de outro*. Convenções sociais que naturalizam e justificam as diferenças baseadas num sistema classificatório binário e antagónico. A aceitação deste sistema e dos modelos nele baseado está cultural e socialmente enraizada, dificultando a visibilidade e o consentimento de outras formações discursivas e grelhas interpretativas. Na recém-nomeada “era da pós-verdade” – em que factos e descobertas passam a ser vistos como opiniões ou juízos de valor – há também margem para reforçar e contrariar as transformações em curso. A mudança de paradigma e os diversos estudos que contrariam a oposição binária “essencial” pode ser facilmente descartados. Isso é visível nas crescentes forças conservadoras e/ou religiosas quando se opõem aquilo que designam de “ideologia de género”. Este termo é usado para referir o “*ultraje*” e a procura de “*inculcação*” em tenras idades dessa estranha ideia de que o sexo e o género não significam uma só e a mesma coisa (Butler 2017). Uma inscrição discursiva que resgata o termo “género” para o recusar e reforçar a classificação binária e as suas regras. A compreensão da realidade genderizada *deve ser* e *só pode ser* compreendida segundo as convenções já prescritas – sendo a sua contestação e questionamento mero fruto de uma agenda (política) radical com objetivos duvidosos, conspirativos ou incompreensíveis.

Paralelamente, encontramos uma crescente aceitação e proteção das pessoas transgénero a partir das medidas e políticas de reconhecimento da identidade de género. O fenómeno transgénero tem contribuído para alargar os horizontes de significado e demonstrar a diversidade e variabilidade genderizadas. Esta formação discursiva concorre na representação do género como sendo relativamente autónoma dos marcadores sexuais e encerra a possibilidade de transitar e/ou de uma prática distintiva. Abarcando diferentes tipos de trajetórias, a conceção migratória – de um oposto para o outro – permanece como a mais visível e aceite. As justificações da necessidade de “ajuste” a uma das duas categorias de género

disponíveis, bem como a distinção entre mente-corpo em que se baseiam, são ilustrativas do poder das convenções de reconhecimento e classificação binária. A sua convivência é portanto parcial. Apesar de muitas leis ainda só reconhecerem a mudança entre duas possibilidades, as transformações em curso no campo médico, político e legal têm vindo a garantir maior liberdade e autodeterminação. Na sua diversidade e pluralidade, as vidas e lutas transgênero têm mostrado e permitido transformar o paradigma do gênero binário – tornando-o mais obsoleto e infundado.

Por sua vez, a emergência da nomeação não binária – em paralelo ou autonomizada do fenómeno transgênero – apesar de recente, tem vindo a agregar comunidades e lutas ativistas que se opõem claramente ao sistema classificatório e ao reconhecimento social dicotómico. Enquanto formação discursiva apoia-se na representação da pluralidade e fluidez do gênero, enquanto *continuum* que pode conter múltiplas possibilidades. Existem várias vertentes do não binário, como veremos adiante. Em termos globais, os gêneros não binários distanciam-se de posicionamentos exclusivos e antagónicos entre as categorias mulher/feminino e homem/masculino. Ao evidenciarem a complementaridade entre ambos e/ou a pluralidade das diferenças genderizadas confrontam de uma só vez as três convenções reconhecidas. Esse distanciamento crítico resulta numa menor incompreensão e legitimidade pública. A ausência de quórum (exemplificada acima) quanto à introdução da linguagem inclusiva nos protocolos de tratamento é apenas um exemplo dos obstáculos enfrentados.

Mas a transformação na ordem jurídica em curso, a par do crescente reconhecimento da autodeterminação do gênero e da integridade corporal como direitos humanos inalienáveis, legitimam a sua existência. A ilegitimidade da formação discursiva não binária advém sobretudo do reativo e menor reconhecimento público e da ausência de legitimação das massas. Ao longo das 19 trajetórias de gênero que estudámos – como veremos no próximo capítulo – o acesso à informação e às grelhas interpretativas não binárias esteve frequentemente dificultado, sendo a sua visibilidade recente e posterior às vivências do gênero e autoidentificações não exclusivas. Como referimos no glossário, o termo não binário pode ser usado pelo menos de três formas diferentes: como movimento ativista, como forma de autoidentificação e/ou como termo aglutinador ou chapéu-de-chuva (*umbrella term*) para designar um conjunto de identidades de gênero.

É por isso pertinente aprofundar os domínios e os processos que esta formação discursiva encerra sobre o que *pode* e o que *deve ser* o gênero além do binário. Para tal, começamos por

apresentar a fonte – o arquivo digital “*Nonbinary Wiki*”¹ – para depois nos focarmos nos modos como esta comunidade constrói o léxico com que procura ser representada e nomeada. Partindo de uma sistematização dos descritivos identitários de género além do binário vamos aprofundar os significados, valores e normas patentes nestas fronteiras transgressivas. Compreender as tensões presentes na sua construção e os seus efeitos na ordenação e demarcação do género. Analisar como é que o género está a ser desfeito e refeito em termos discursivos e que tipo de (re)codificações acarreta para os sistemas de significado vigentes. No fundo, este arquivo digital permite-nos captar os processos de legitimação intra-grupo das tradições normativas do género. E posicioná-las face às nomeações e representações de outras formações discursivas e as suas normas sociais, tendencialmente mais aceites e reconhecidas. Foi deste modo que procurámos corresponder ao objetivo específico 1: aprofundar os processos de (re)construção e (des)legitimação do género através de um exemplo de formação discursiva sobre o tema não binário. Um estudo relevante, numa época em que as guerras culturais são acesas e, simultaneamente, caminhamos para um novo paradigma legal (e científico) de reconhecimento e compreensão do género.

2. O Arquivo digital – *Nonbinary Wiki*

A plataforma de edição colaborativa (ou comunidade digital) *Nonbinary Wiki* começa a ser construída em 2012, mesmo antes da sua maior disseminação e da bandeira do orgulho “não binário” ter uma representação simbólica nas marchas LGBTQI². De facto, a difusão do termo e do léxico não binário começa a partir de 2014 – o ano em que adquire uma bandeira própria e, paralelamente, o ano em que a revista *Time magazine* denomina de “*transgender tipping point*” nos Estados Unidos da América (Shapiro 2015, 27). É também em 2014 que se torna mais visível a proliferação de descritivos identitários e novas formas de nomear o género, distintas e singulares, que se distanciam de uma visão antagónica e binária das categorias (exclusivas) de feminino *ou* masculino.³

¹ https://nonbinary.wiki/wiki/Main_Page A escolha desta plataforma *online* justificou-se pelas várias razões referidas no capítulo metodológico. Cabe aqui reforçar o carácter colaborativo, específico e atual desta coletânea, cujo formato possibilita aceder ao sentido contestado e às múltiplas interpretações da temática não binária.

² Na entrada “LGBT” deste *wiki* a sigla MOGII – *Marginalized Orientations, Gender Identities, and Intersex* – é considerada mais inclusiva por esta comunidade digital. Optamos pela referência a LGBTQI por ser o termo coletivo mais conhecido e por constarem neste acrónimo as minorias que progressivamente se foram tornando publicamente visíveis e reivindicativas. Não descurando a importância de usar uma sigla inclusiva, consideramos que a segunda salienta melhor as origens históricas do movimento e de alguma forma a sua especificidade – aspetos pertinentes na análise deste estudo de caso.

³ Em fevereiro desse ano, o Facebook® norte-americano disponibilizou 50 novas categorias de género além de masculino ou feminino. Nesse mesmo mês, a comunidade não binária da rede social norte-americana Tumblr®

Face à sua antiguidade – apesar da mudança de servidor e algumas perdas de dados sobre as primeiras edições – esta coletânea constitui um exemplo situado muito pertinente sobre os modos como se tem procurado estabilizar a formação discursiva não binária. A sua importância como fonte de informação e plataforma de partilha e construção mútua foi muito visível, aliás, no breve período em que esteve suspensa. Nesse mês foram várias as pessoas que se aperceberam do seu desaparecimento, questionando o que se passava em fóruns e redes sociais. A importação dos conteúdos do arquivo do domínio em que se encontrava inicialmente (cuja licença expirou) acarretou mudanças na sua gestão e administração a partir de 2017. Tanto quanto nos foi possível saber, esta comunidade foi fundada por um pequeno grupo de pessoas e era liderada por uma ativista britânica que tem tido uma extensa participação em várias comunidades (*online* e *offline*) no Reino Unido⁴.

Atualmente, a plataforma passou a ser coliderada por 2 ativistas, com origens distintas e, presumivelmente, também a residir na Europa. Do total de 71 membros/es ativos/es em fevereiro de 2018, 5 desempenhavam funções além das básicas (poder editar e participar em conversas) – nomeadamente os cargos de administradores (2), burocratas (2), *uploader* (1) e *autopatrolled* (3)⁵. O aumento médio de utilizadoras/os/ies registadas/os/es nesta comunidade, expectável num *wiki* jovem, levanta a hipótese de que tem vindo a crescer e a acompanhar a maior visibilidade das questões não binárias como podemos ver no quadro abaixo:

realizou um apelo generalizado à representação das pessoas não-binárias e criou um conjunto de pronomes personalizados (*Nounself pronouns*). É também em fevereiro de 2014 que a bandeira do orgulho não-binário foi criada – da autoria de Kye Rowan, utilizador do Tumblr© de 17 anos, com o objetivo de representar as pessoas que não se identificavam com a bandeira *genderqueer*, criada por Marilyn Roxie em 2011 (enquanto representação paralela e não em sua substituição: <http://thejamineelf.tumblr.com/flagfaq>). 2014 é também o ano de mandato em que foram tomadas mais medidas de proteção dos direitos “LGBT” pelo presidente Barack Obama nos EUA, anunciando simbolicamente Junho desse ano como o “mês do orgulho LGBT”. Obama foi o primeiro presidente norte-americano a apoiar o casamento homossexual (2012), a proferir o termo “transgénero” (jan. 2015) e a rejeitar publicamente a terapia de conversão para menores (abril 2015, na sequência do suicídio de Leelah Alcorn). Não obstante, importa também salientar que em junho de 2015 o mesmo presidente esteve envolvido numa polémica por ter expulsado uma ativista mexicana trans (ilegal no país) – Jennicet Gutierrez – que o interrompeu num discurso de celebração LGBT na Casa Branca. O problema de Obama foi o facto de ter sido interrompido e não a mensagem gritada (“*liberdade para as prisioneiras trans ilegais*”), tendo explicitado claramente: “*na minha casa, as minhas regras, não permito ser interrompido*”. A ativista foi convidada a permanecer em silêncio ou sair, acabando escoltada e com alguma atenção mediática por causa disso.

⁴ O que explica o maior número de entradas com informações sobre o Reino Unido, comparativamente a outros países incluídos neste arquivo digital.

⁵ As duas pessoas que lideram a plataforma acumulam funções de administrador e burocrata (e num dos casos também de *uploader*). Enquanto as outras três podem patrulhar automaticamente todas as edições realizadas na plataforma. O restante grupo de membros/es participa ativamente na introdução e revisão dos conteúdos.

Quadro 5.1. Aumento de utilizadoras/es/ies no *Nonbinary wiki*

Período	Datas	Total de registos de utilizadores	Média de registos por mês
<i>Transferência do Wiki</i>	1º Semestre 2017 (21 fev. a 22 jun.)	22	4
<i>Expansão do Wiki</i>	2º Semestre 2017 (3 jul. a 29 dez.)	37	6
<i>Difusão do Wiki</i>	Início de 2018 (2 de jan. a 16 fev.)	15	8

Fonte: *NonBinary Wiki*, 2018

No conjunto, membros/es com funções de gestão e utilizadoras/os/ies mais ativas/os/es na edição/manutenção do *wiki* investem na sensibilização para o tema não binário, apelam à colaboração da comunidade em diversas redes sociais (como a *Reddit*® e o *Twitter*®) e planeiam a expansão deste projeto para outras línguas. Comprometem-se com o seguinte:

*Nonbinary Wiki é um wiki dedicado à visibilidade, educação e defesa [advocacy] do não-binário, argumentando [arguing] pelo acesso igual a emprego, serviços e tratamento médico para aqueles/elas/iles que não se encaixam [don't fit] no binário de género. (Nonbinary Wiki Contributors 2018)*⁶

O número de entradas com conteúdos neste arquivo e os vários empreendimentos realizados por um grupo ativo de membros/es na recolha de recursos e informações (enciclopédicas) específicas sobre este tema, permite-nos tomá-lo como um caso ilustrativo da formação discursiva não-binária. Este é um espaço heterotópico⁷ de co construção do sentido, cujo formato, para além dos conteúdos, dá acesso às discussões, ferramentas e classificações sobre a manutenção e estruturação do arquivo digital. Os *rankings* de páginas e categorias foram sistematizados para compreender a dimensão, utilização, antiguidade e importância que assumiam no *wiki*. Como referimos no capítulo anterior, os conteúdos recolhidos foram alvo de uma reclassificação⁸ que orientou a análise de conteúdo temática que aqui apresentamos, como se mostra abaixo:

⁶ Tradução própria do original em inglês. As expressões assinaladas entre aspas [] referem-se à contextualização ou aos termos usados, para revelar a opção de tradução feita. Procurei traduzir o sentido mais próximo do significado contextual quando não existe um termo equivalente direto na língua portuguesa. Todas as citações subsequentes foram traduzidas. As ênfases são minhas.

⁷ *Hetero* (outro) + *topia* (espaço) provém do grego e foi conceptualizado sobretudo por Foucault e pela geografia humana para definir os espaços que funcionam em condições não hegemónicas, i.e., espaços cujos múltiplos significados são construídos por referência aos poderes dominantes, constituindo-se como lugares de alteridade. Existem vários tipos de heterotopias, nomeadamente a “heterotopia de crise”: locais destinados à expressão de comportamentos socialmente indesejados (Foucault 2009a [1984]).

⁸ Das 69 categorias listadas no arquivo 36 correspondiam a conteúdos e 33 remetiam para a sua manutenção e utilização. Pela sua inconsistência (com múltiplas categorias relacionadas) e por haver um conjunto de categorias em desuso ou isoladas, optámos por uma nova classificação das 237 páginas de conteúdo.

Quadro 5.2. Reclassificação das categorias do <i>wiki</i> para análise temática		
Categorias	Subcategorias	Total de Páginas
<i>I - Conceções e símbolos</i>	Definições e conceitos de género	28
	Glossários	12
	Bandeiras e Simbologia	9
<i>II - Identidades e expressões</i>	Identidades de género	7
	Variantes Não binárias	35
	Expressões e apresentação de género	8
<i>III - Reconhecimento e Visibilidade</i>	Discriminação	10
	Causas e conquistas	11
	Visibilidade mediática	7
	Celebridades	14
<i>IV - Recursos práticos</i>	Transformações corporais	14
	Grupos de apoio, redes e instituições	30
	Linguagem inclusiva	43
	Dicas para Não Binaries e Aliades	9
Total		237

Fonte: *NonBinary Wiki*, 2018

Quanto à apresentação deste arquivo digital resta ainda dizer que as estatísticas sobre utilizadoras/os/ies registadas/os/es não nos permitiu averiguar sobre quem recorre a este *wiki*. Os diversos conteúdos são dirigidos a todas as pessoas, mas a sua edição sugere que a “*imagined network audience*” (o público em rede imaginado) é principalmente a comunidade não binária. Por causa do enigma da visibilidade (o “*connundrum of visibility*”) e só dispormos de informação sobre membros/es registados/es não foi possível conhecer o seu alcance. A rápida deteção da sua breve ausência aponta pistas para a importância específica que este arquivo assume ao nível da comunidade não binária. Esta breve apresentação não dispensa obviamente a consulta do arquivo para aprofundamento e atualização, uma vez que se trata de um conjunto de recursos dinâmicos que são frequentemente alvo de edição. Os dados que dispomos são, portanto, um retrato específico no tempo de construção desta comunidade digital. Face a isto, vamos agora focar-nos nos modos como esta comunidade constrói o léxico com que procura ser nomeada e representada.

3. As fronteiras do género não binário

A análise dos conteúdos presentes neste arquivo digital permitiu-nos captar vários padrões globais. Centramo-nos nos que se referem concretamente à (re)construção de normas e identidades de género, aos seus significados e valores e nos processos resultantes da legitimação

intra-grupo. Para isso apresentamos os resultados da análise em quatro subpontos principais: i) a nomeação do(s) gênero(s) não binário(s); ii) a importância da identidade de gênero e o seu reconhecimento; iii) o primado da linguagem; e iv) a expressão e a corporalidade não binárias.

3.1. A nomeação do(s) gênero(s) não binário(s)

Os conteúdos específicos sobre as identidades de gênero e variantes não binárias – cerca de 20% do total de entradas – são ricos nas descrições sobre as diversas categorias. A análise na íntegra dos descritivos identitários de gênero deste *wiki* permitiu perceber a existência de diferentes concepções e definições, algumas contraditórias, outras em contrassenso (i.e. pouco relacionadas com o “gênero”), podendo estar por baixo de vários termos aglutinadores ou chapéu-de-chuva (*umbrella terms*) e/ou representar um “chapéu” e ao mesmo tempo uma “categoria” de identificação em uso. Ou seja, o mesmo termo pode referir-se a uma identidade de gênero não binária na prática ou a um rótulo que engloba um conjunto de diversas nomeações identitárias que por sua vez se associam ao não binário. Realizamos uma sistematização destas 166 categorias e/ou chapéus tendo em conta as suas características e descrições, bem como as sobreposições existentes. Este exercício teve em conta os agrupamentos presentes no arquivo digital que eram alvo de entradas autónomas – como *Xenogender*, *Neurogender*, *Agender*, etc. Não obstante, as designações propostas para a classificação apresentada são nossas, resultando em três grandes grupos:

Quadro 5.3. – Sistematização dos descritivos identitários de gênero além do binário

Tipo de descritivos identitários	Cumulativo	Negativo	Separatista
Total de descritivos	16	18	117
Significado dos descritivos	Entre os polos masculino-feminino (“ <i>In-between</i> ”); aproximação a um ou ambos	Entre a presença e ausência de gênero; oposição ou negação do gênero	Independentes e/ou “externas” à classificação dicotômica
Características destacadas	Parcialidade e/ou multiplicidade	Neutralidade ou renúncia	Abstração e/ou externalização
Processo de redefinição do “gênero”	Através da afirmação (parcial ou total) de ambos (masculino e feminino)	Através da negação ou anulação da feminilidade ou da masculinidade	Através da afirmação da presença de um gênero distintivo e/ou “indecifrável”
Relação com o Binário	<i>Híbrida</i> : diversificação a partir do binário	<i>Abolicionista</i> : universalização do humano	<i>Divergente</i> : destabilização através da expansão criativa e alternativa ao binário
Exemplos de descritivos	<i>Demigender</i> , <i>Intergender</i> , <i>Bi-gender</i> , <i>Genderflux</i> , etc.	<i>Agender</i> , <i>Genderfree</i> , <i>Antigender</i> , <i>Gendernull</i> , <i>Neutrois</i> , etc.	<i>Maverique</i> , <i>Aporagender</i> , <i>Other gender</i> , <i>Xenogender</i> , <i>Neurogender</i> , etc.

Fonte: *NonBinary Wiki*, 2018

Aprofundando brevemente as tendências apresentadas no quadro, importa dar conta de algumas subdivisões em cada um destes “tipos” de descritivos identitários de gênero não binário. As categorias enquadradas no tipo *cumulativo* compreendem descritivos “entre”, “parciais” ou “múltiplos” que partem da classificação binária (masculino/feminino) para a diversificar. Ao conceber o gênero como “fluído” ou “estático”, “mais” ou “menos” intenso, este grupo de categorias identitárias enfatiza dualidades e possibilidades de escolha, considerando sempre a maior ou menor aproximação à masculinidade e/ou feminilidade. A lógica cumulativa reforça a definição do gênero como “estado interior”, variável conforme os dias/momentos da vida. Simultaneamente sugere que o gênero (seja por razões de segurança, seja por razões de circunscrição/restrrição) não necessita de prestação de contas e/ou pode ser expresso da maneira que for mais conveniente, quase como um “estilo” (*genre*). O efeito da separação rigorosa e enfatizada entre *identidade* – uso de *pronomes* pessoais – *expressão* de gênero permite assim conceber o gênero como “adaptável”, quase “camaleónico” e extremamente individualizado, ao ponto de não depender do reconhecimento social. Neste leque de possibilidades (relativamente aberto) as categorias partilham um ideal de androginia (masculino + feminino) através da combinação de marcadores estereotípicos. O gênero é representado a partir do sistema binário e em associação à dimensão corporal, verificando-se uma maior aceitação do “corpo genderizado”. A ênfase é na diversidade e expansão do gênero através do não conformismo a estereótipos e convenções dominantes, multiplicando as possibilidades a partir da ambiguidade ou versatilidade.

As categorias enquadradas no tipo *negativo* compreendem descritivos i) “neutros” e ii) “opositivos”. O que distingue este grupo de categorias das restantes é a anulação do gênero através de um descritivo que se constitui em si mesmo como uma identidade representativa. Os descritivos neutros enfatizam a neutralidade ou de falta de distinção de gênero (como *agender*, *gender-free*, etc.). Esta representação identitária neutra anula o gênero através da *indefinição*. Os descritivos opositivos contestam o gênero binário através da sua negação (como *anti-woman*, *antigender*, ou *unboy*, etc.), anulando-o pela *rejeição*. À semelhança do grupo *cumulativo*, a tendência para definir o gênero como inexistente ou repudiá-lo também se enquadra numa conceção identitária de “estado interior”. O gênero, além de variável, pode ser negado ou anulado. Este grupo categórico tem como principal referência le ativiste britânico *Christie Elan-Cane*, considerade ume des promotories do não binário mesmo antes do termo surgir. Não havendo indicações claras quanto ao uso de pronomes e/ou expressões de gênero, os descritivos deste grupo apontam para a anulação de marcadores genderizados pela sua

ausência e/ou negação. Este processo de redefinição do género é pautado pela universalização do “humano” ou da “espécie humana”, em detrimento de uma elevação das diferenças sexuais. Prevalecendo a semelhança, as principais causas são a abolição do marcador legal de género e/ou a possibilidade de não ser nenhum género.

Por último, as categorias enquadradas no tipo *separatista* compreendem o maior número de descritivos, que se podem classificar como i) “independentes”, ii) “*xenogenders*” e iii) “*neurogenders*”. Tanto os “*xenogenders*” como os “*neurogenders*” são termos chapéu-de-chuva usados pela própria comunidade não binária no *wiki* e têm em comum o facto de descreverem identidades que procuram sair completamente da representação e classificação do género binário. Trata-se de um processo de abstração e/ou externalização do género através da afirmação da sua ininteligibilidade e referência a elementos dissociados das questões de género. A destabilização do sentido do género é realizada pela conjugação com elementos da natureza, personagens fictícias, fantasia, “*otherkin*”, patologias/neurodivergências, formas geométricas, matemática, etc. Com estes descritivos procuram-se alternativas ao sistema binário e a expansão do género não binário através da criatividade. Por exemplo no caso dos descritivos identitários agrupados no termo “*Xenogender*” (*xeno* – estrangeiro) encontramos a seguinte justificação:

Quando as pessoas falam em género não binário, frequentemente descobrem que não há palavras para as suas experiências. Isto chama-se uma lacuna [gap] lexical. De modo a preencher a lacuna lexical este wiki assume “xenogender” como um termo chapéu-de-chuva para uma categoria inteira de géneros não binários que são definidos por características que não têm qualquer [whatsoever] relação com «feminino» ou «masculino» (Nonbinary Wiki Contributors 2018)

Como veremos adiante, encontramos aqui uma referência ao primado linguístico e à necessidade “lexical” para decifrar o género além do binário. E, ainda que se assemelhem no modo como procuram “preencher lacunas” e gerar alternativas criativas às categorias “binárias”, os 76 descritivos não binários classificados como “*xenogenders*” têm um alcance mais “lato” enquanto os 37 classificados como “*neurogenders*” se associam especificamente a uma determinada neuro divergência. Ambos estes grupos de descritivos identitários, criativos e/ou sentimentais, se fundamentam na “materialidade dos sentimentos” e na recusa do essencialismo biológico. Redefinem o género como indecifrável e pessoal/ autêntico. Segundo Xie (2015) a ilegibilidade intencional destes termos identitários representa a reivindicação de um direito – a recusa do acesso ao seu género, da necessidade percebida de ter um género legível. A autora enquadra este tipo de descritivos entre a procura, contextual e temporária, de captar aspetos ilusórios do género e a manifestação da frustração com a narrativa de género

dominante. Acrescentamos que outra das consequências – intencionais ou não – é a destabilização do sistema de classificação e de categorização do género (binário ou não).

Por sua vez, os descritivos identitários que classificámos como “independentes” também se procuram situar “fora” do binário de género. O que distingue este grupo de 4 descritivos identitários é a procura de definição de categorias identitárias autónomas e como positivities (ao contrário dos descritivos agrupados no tipo *negativo*). Ao invés de uma nomeação entre o masculino e o feminino, por oposição ao feminino e ao masculino ou neutra, nesta vertente a identidade posiciona-se de fora: “*um género presente mas separado/diferente*”. O descritivo “*terceiro género*” é considerado inapropriado e colonialista⁹. Em substituição são propostas as seguintes categorias: *Maverique*, *Aporagender*, *Aliagender* e *Other Gender*. Estas têm um uso pouco frequente¹⁰. As três primeiras têm uma bandeira de orgulho específica e a última é referida como descritivo genérico usado frequentemente em formulários de registo. As definições patentes nestes termos sugerem por um lado um carácter atomizado ou idiossincrático baseado em modalidades criativas de categorização do género. Por outro lado, apresentam também instruções claras quanto ao uso autodeterminado de uma determinada identidade de género que, no fundo, remetem para a sensibilidade a uma “apropriação” indevida por parte de quem consulta o arquivo à procura de se definir.

Nesse sentido, as tendências verificadas nestes subconjuntos partilham a conceção subjetiva do género como um “estado interior” – um autoconceito que é privado e que pode ser reformulado de forma individualizada. Uma vez que a maioria desta centena de categorias identitárias e suas respetivas bandeiras foi elaborada por cibernautas, o contexto do ciberespaço parece configurar-se como mais propício a uma idealização do género “à medida”, que pouco se refere às conhecidas desigualdades de género ou à sua politização. A associação do género a características particulares dignas de “celebração” (como ter um género “musical”, “celestial”, “ansioso” ou “numérico”) parece apontar para uma prática frequente no ciberespaço: a da “estilização” de aspetos pessoais como forma de identificação e demonstração de pertença a um ou mais grupos identitários. A ausência de referências específicas para o uso de pronomes pessoais ou de expressões de género em cada um destes descritivos concorre para uma

⁹ Como aprofundaremos adiante, a sensibilidade e preocupação com as questões de apropriação cultural atravessa todo este arquivo digital. Os processos de legitimação externa – nomeadamente as leis do marcador indeterminado e as opções de registo de dados em formulários e outros documentos – por vezes recorrem a este termo.

¹⁰ Dados do *Gender Census* de 2018 (Lodge 2018), com um total de 11278 participantes não binárias/os/es. A frequência de uso registado para cada uma destas categorias é, respetivamente, de 0,5%, 0,1%, 0,01% e 0,01%. Apresentamos à frente um resumo das categorias identitárias mais registadas neste recenseamento e o total de descritivos usados por participante.

consideração do “género” em abstrato, distante da “prestação de contas” habitual (West e Zimmerman 2009; 1987).

No seu estudo sobre os descritivos identitários não binários, Xie (2015) conclui que as possibilidades “ilimitadas” de descrição do género só são possíveis em discussões internas da comunidade, constrangidas pelo seu acesso *online*. A par disso, o contexto cibernético também facilita o aprofundamento da “fluidez”, a dimensão da identidade de género que remete para a mudança e variabilidade no tempo¹¹. A distinção entre *fluidez* (variabilidade) e *fluxo* (intensidade) é considerada muito importante para a comunidade não binária. Com esta diferenciação procura-se refletir a natureza complexa e plural das identidades de género, a sua mutabilidade e diversidade. Considera-se que enquanto na dimensão da *fluidez* uma identidade de género pode mudar (frequentemente) ao longo do espectro de género (mais masculino, mais feminino)¹², na dimensão do *fluxo*, é a intensidade do género que é (frequentemente) variável ao longo do tempo (a força do género)¹³. Estas questões permeiam em grande medida as diversas (e múltiplas) categorias identitárias e os seus significados e utilizações. Um dos principais pontos de partida para a co construção do “não binário” é, aliás, a distinção entre género e sexo e a maleabilidade que o género enquanto construção social acarreta. As diversas distinções presentes neste arquivo vêm, no fundo, enfatizar a maior ou menor importância concedida ao género, bem como o seu carácter plástico e variável. Além disso, enquadram-se no esforço de estabilização de sentido e co construção partilhada assumido por este projeto digital.

¹¹ Segundo este *wiki*, o termo “*Genderfluid*” começou a ser usado a partir dos anos 1990, estando anteriormente incluído no termo chapéu-de-chuva “*Cross-dresser*”, depois nos termos “*Bigénero*” e “*Genderqueer*”, tendo-se autonomizado enquanto descritivo identitário mais recentemente (2010's). Enquanto dimensão da identidade de género, a sua definição é muito variável consoante as pessoas que o usam: pode ser cíclica; imprevisível; autocontrolada ou não; influenciada ou não por fatores internos e/ou externos. Como veremos adiante, o termo “*Crossdressing*” neste arquivo digital remete para uma prática de expressão de género, não sendo considerada uma identidade de género particular.

¹² A ideia de espectro não é considerada da mesma forma nas diversas narrativas de transcendência do género. Tirando a noção (consensual) de *continuum* na representação do género, encontramos vários tipos de espectros. Nomeadamente menos feminino ↔ mais feminino, etc. No caso deste *wiki*, possivelmente pela importância conferida à distinção entre fluxo e fluidez, o espectro de género varia entre a (maior) feminilidade e a (maior) masculinidade.

¹³ O fluxo de género é conceptualizado neste *wiki* como estando subordinado à fluidez, considerando-se duas definições possíveis: variação percentual de uma ou mais identidades de género (por exemplo 10% feminina e 90% masculina ou 10% agénero, 40% andrógina e 50% masculina) ou a variação entre a ausência de género e a presença de uma ou mais identidades de género. Esta dimensão procura dar conta da multiplicidade e da variação temporal das identidades de género enquanto a fluidez remete sobretudo para o sentido de pertença a uma ou mais identidades de género.

Face à quantidade de identidades de género disponíveis (pouco representativas, tendo em conta as demografias no *wiki*¹⁴) e à sua origem francamente cibernética, a vertente separatista do “não binário” procura de alguma forma ultrapassar o género (binário) mediante mecanismos individualizados e pertenças difusas estabelecidas nas redes sociais. Para Xie (2015) este tipo de abstração é uma forma de negociar o grau em que o género afeta a identidade e resistir à narrativa de género dominante. O caminho para ir além do género é, portanto, possibilitado pela ligação idiossincrática e em grande medida estilizada que as novas tecnologias de comunicação e informação proporcionam. Isto traduz a primazia da *experiência* de género como *dado* em detrimento da experiência como *resultado*. A (re)definição do género nestes termos – especialmente na vertente separatista – contudo, contém (im)possibilidades raramente compatíveis com as diversas modalidades para (des)fazer o género nos quotidianos “desconectados” face a face. Mas antes de nos centrarmos nesses hiatos precisamos de abordar a pertinência da identidade de género.

3.2. A importância da identidade de género e o seu reconhecimento

Como vimos, a multiplicação de categorias identitárias para designar o género tem vindo a aumentar desde meados dos anos 1950, acelerando fortemente a partir dos anos 2010 deste século (Ekins e King 2010; Hines 2010). Neste âmbito importa distinguir entre as esferas pessoal e social da identidade de género. Traçando frequentemente fronteiras normativas sobre o que é expectável do lugar genderizado, a esfera pessoal refere-se à percepção dessa pertença (por si ou pelas outras pessoas) e do que nela está contido¹⁵. A esfera social remete para ao sistema de categorização e para os códigos que constroem essas mesmas expectativas – ou seja para os “quadros de referência” que em diferentes graus e intensidades estruturam o lugar de género ocupado (Hines e Sanger 2010; Shotwell e Sangrey 2009; Goffman 1988 [1963]). Em ambas as esferas há margem de manobra para deslocamentos e distanciamentos quanto ao que é expectável no género. No caso concreto das identidades transgénero e/ou não binárias o género emerge frequentemente como um conceito difuso. Na esfera pessoal, o género não tem de ser necessariamente visível (perceptível para reconhecimento, um foco de percepção) porque é um sentimento particular e privado. Ao não requerer inteligibilidade, os elementos visíveis remetem para a expressão – entendida como autónoma – e para as possibilidades discursivas (se desejado ou necessário) de partilhar a experiência do género. Na esfera social, o género *em si* implica outros processos de reconhecimento que, independentemente do género *para si*,

¹⁴ Baseadas no *Gender Census* (Lodge 2018). Abordaremos esta questão no próximo subponto.

¹⁵ Especialmente no sentido cunhado pelo psiquiatra Robert Stoller, que isolou como *sentimento* separado (intuitivo) e que confronta (racionaliza sobre) o lugar ocupado num dado sexo/género (Saleiro 2013; Stryker 2008).

comprometem e restringem as possibilidades transgressivas. Nesse sentido, e como veremos nos próximos capítulos, é preciso lembrar que mesmo havendo um grande dinamismo e transformação no que é expectável fazer-se ao nível do gênero, os horizontes pré-configurados e as suas configurações têm um grande peso nos modos de reconhecimento e aceitabilidade.

Neste arquivo digital em concreto encontramos essas distinções de indivíduo/sociedade na definição da *identidade de gênero* como pertencendo exclusivamente à esfera pessoal e do *papel de gênero* como uma forma de imposição a partir de um sistema classificatório dicotômico. Nas entradas sobre estes temas destaca-se ainda uma outra distinção a de “personalidade” que remete para a não correspondência entre a identidade de gênero (sentimento) e a expressão (forma de comunicação e visibilidade). Contrariando a conceção do gênero como convenção, a personalidade é concebida autonomamente como a conduta assumida que se pode conformar ou não às expectativas variáveis num dado tempo e espaço sobre um gênero em particular. Estes conceitos e terminologias estão hierarquizados, elevando a identidade de gênero a divisa explicativa central. Para a comunidade não binária responsável pela edição deste *wiki* em particular a importância da identidade de gênero advém, portanto, da sua capacidade para explicar e ordenar os significados das diversas noções a ela associadas. Porque definida exclusivamente na esfera pessoal – mesmo que remeta para o sentimento comunitário partilhado de distanciamento ao binário – vem assim secundarizar os elementos estruturantes e estruturais patentes na esfera social no seu todo.

Ora precisamente por causa da proliferação de descritivos identitários não binários no ciberespaço vemos um esforço por parte desta comunidade digital para incluir e fazer sentido dessas nomeações. Os procedimentos explicados em diversas entradas são orientados pela preocupação de co construir uma formação discursiva séria e informada, passível de disseminação generalizada sobre as questões não binárias. Por um lado, o arquivo contém uma listagem exaustiva de todos os descritivos identitários não binários (muitos deles cunhados em 2014 pela comunidade não binária do *Tumblr*©), visando não só dar conta da diversidade existente como também fornecer um leque de possibilidades para as pessoas encontrarem a sua ou as suas definições de gênero. Por outro lado, dada a variedade de termos e as suas diferentes vertentes, existe um conjunto de orientações acerca da validade e/ou popularidade destes descritivos identitários e de quem os utiliza.

Uma das formas de hierarquização realizadas pela comunidade no arquivo foi separar estes descritivos identitários em duas listas distintas. A introdução feita na entrada “*List of poorly-attested nonbinary identities*” é bastante esclarecedora e posiciona-se relativamente a este efeito

expansivo dos descritivos identitários de gênero. Como referem, a lista contém todos descritivos que foram alvo de citação mas “*ainda não têm notabilidade suficiente para passar para a lista principal de artigos de identidades não-binárias*”. Justificando a separação por se tratarem de descritivos com “*fontes pobres*” e/ou faltarem “*evidências de que as pessoas alguma vez usaram estas identidades*”, segue-se a seguinte lista de critérios de “*notabilidade*”:

- 1) *Existem pesquisas ou evidências fortes que mostram números significativos de pessoas (em qualquer parte do mundo) que mantêm a identidade ou já a usaram [have done it] no passado;*
- 2) *Pelo menos 10 pessoas identificaram-se com esse gênero num grande questionário da comunidade [large community survey];*
- 3) *É notável por estar associada a uma figura pública, a uma grande reportagem, a uma publicação significativa, a um documentário, etc.;*
- 4) *É notável porque uma rede social ou website permite que les utilizadores [users] escolham ou escrevam a identidade e fizeram-no em grandes números (de preferência com dados demográficos);*
- 5) *É notável porque uma comunidade considerável se organizou em torno da identidade, ou existiu uma no passado. (Nonbinary Wiki Contributors 2018)*

Estes critérios são depois reforçados nas diversas entradas dos descritivos identitários sublinhando-se novamente a questão demográfica e a necessidade citação de fontes, de preferência múltiplas. O reagrupamento de descritivos identitários similares ou do mesmo tipo é referido como provável:

Identities semelhantes ou classes de identidades provavelmente também deveriam ser agrupadas: algumas que poderiam ser excluídas poderão ser dadas como sinónimos alternativos (ou propostos) para o mesmo conceito. Para adicionar essas fontes e evidências, crie um tópico sobre essa identidade na página de discussão deste artigo, para a consideração dos administradores [administrators]. Entradas nesta lista que não possuem fontes satisfatórias acabarão por ser removidas completamente. (Nonbinary Wiki Contributors 2018)

A página de discussão à data da análise ainda não tinha sido editada nem tinha nenhum tópico com propostas de agregação¹⁶. Estrategicamente, na entrada em que se contemplam as 44 identidades de gênero validadas há uma “*nota para les editoriales [editores]*” que mais uma vez salienta a necessidade de fontes e demonstração da validade, caso contrário será eliminada. Constata-se portanto uma necessidade explícita por parte desta comunidade de se fundamentar em critérios, fontes, evidências e estatísticas para organizar a multiplicação de identidades não binárias. Considerando todos os descritivos “*válidos independentemente da sua popularidade*”, há no entanto um processo de triagem e refinamento face ao seu significado não binário. Retomando os três grandes tipos de descrição de identidades não binárias apresentados antes, podemos ver como as posições – *cumulativas*, *negativas* ou *separatistas* – face ao binário englobam também diferentes significados e valores. Nos descritivos de tipo *cumulativo* há uma

¹⁶ Uma vez que esta entrada foi importada do arquivo original em Agosto de 2017 e o histórico desse arquivo não permite aceder às páginas antigas de discussão não temos como verificar a existência de algum tópico proposto antes desse período.

definição de continuidade no género que valoriza a diversidade e a multiplicidade. Nos descritivos de tipo *negativo* há um significado de renúncia que valoriza a universalidade e a neutralidade. Nos descritivos de tipo *separatista* há uma definição de independência e abstração que valoriza o singular, o privado e o indecifrável. Os três podem ser vistos como facetas do género não binário que se sobrepõem ou o evidenciam de forma intermitente, concorrendo de maneiras diferentes para o que é aceite e expectável por parte de quem não se posiciona exclusivamente nas conhecidas categorias antagónicas – homem/masculino *ou* mulher/feminino.

A nomeação não binária, por abarcar diferentes possibilidades e ser polissémica, constitui-se assim como um termo chapéu-de-chuva – para além de uma categoria de autoidentificação de género e de um movimento social – que se pode agregar a outras identificações. Considerando os dados recolhidos anualmente pelo *Gender Census* (Lodge 2018) por uma ativista britânica no ciberespaço desde 2013, verifica-se aliás que o termo não binário tem vindo a crescer nos últimos 5 anos – passando de 40% para 80% em 2018. Nesse ano, mais de metade considerou importante ter um termo agregador de identidades para incluir todas/os/es aquelas/eles/íles que não são completamente femininas/es e/ou masculinas/es. Este recenseamento tem um pequeno conjunto de questões em inglês dirigidas “*a todos/as/es cujo género não se encaixa perfeitamente [tidily fit] no binário feminino/masculino*” e tem vindo a aumentar o número de participantes ao longo dos anos. Não foram solicitados dados sociográficos para além da residência no Reino Unido¹⁷.

Em 2018 num total de 11.278 participantes no *Gender Census*, 1.535 ($\approx 14\%$) residiam no Reino Unido. Considerando apenas as questões relativas aos descritivos identitários, vemos que mais de metade das/os/es participantes usa um a quatro termos diferentes para autodescrever o seu género:

¹⁷ Este questionário não tem sido consistente ao longo dos anos, mas face à sua crescente popularidade e à disponibilidade dos dados na íntegra permite-nos aceder a informação pertinente – mesmo não sendo representativo de toda a comunidade. É um projeto que visa conhecer as principais categorias identitárias e pronomes pessoais com que as pessoas não binárias se identificam. Em 2017 registaram-se 9932 participantes, dos quais 1357 eram do Reino Unido. Nesse ano as/os/les participantes pertenciam a gerações mais jovens (especialmente entre os 14 e 26 anos, cerca de 81%) e tomaram conhecimento a partir de canais específicos de referência como o *Tumblr*® (73%), o *Twitter*® e o *Facebook*® (ambos com 9%). Para mais ver <http://gencensus.com/>

Quadro 5.4. Total de descritivos identitários por participante no <i>Gender Census</i>		
Total de descritivos identitários por participante	Frequência	%
1	1669	14,8%
2	1601	14,2%
3	1984	17,6%
4	1740	15,4%
5	1427	12,7%
6	1100	9,8%
7 a 20	1757	15,6%
Total	11.278	100%

Fonte: *Gender Census*, 2018

Estes dados permite-nos perceber a variabilidade e multiplicidade patente no recurso a diferentes descritivos para especificar o género não binário. Contudo, muitos destes termos têm um uso singular ou reduzido, ficando abaixo de 0,1% (\approx 12 pessoas). Faz portanto sentido relacionar os dados recolhidos neste questionário ao nível global e no Reino Unido com os três grandes grupos identificados anteriormente.

Considerando os termos mais populares em 2018, para além de *Nonbinary* e *Enby* – que se reportam especificamente ao léxico não binário – houve 12 categorias de autoidentificação e/ou chapéus-de-chuva escolhidos por mais de 10% (\approx 1128 pessoas). A distribuição não é muito diferente entre as/os/les residentes no Reino Unido e à escala global, havendo um conjunto de termos “paralelos”¹⁸ que granjeiam de maior popularidade.

Face à média de termos usados por cada participante e a grande variação de formas de identificação possíveis é frequente encontrarmos multiplicidade e sobreposição nestes posicionamentos. Uma vez que os descritivos identitários de tipo *separatista* têm um carácter mais individualizado e correspondem a pertenças mais difusas, são os termos associados ao tipo *cumulativo* e ao tipo *negativo* que surgem com maior número de representantes, como se verifica no quadro abaixo:

¹⁸ Assim classificados por serem descritivos identitários igualmente agregadores e que se relacionam com outras dimensões e ativismos. Ou seja, nem todas as pessoas não binárias assumem estas categorias identitárias ainda que do ponto de vista comunitário possa ser entendido com um movimento comum e partilhado. Daremos conta dessas ligações no ponto sobre as tensões existentes na construção das fronteiras do género não binário.

Quadro 5.5. Relação entre grupos identificados e a popularidade dos termos identitários no <i>Gender Census</i> à escala Global e no Reino Unido						
Relação com os grupos identificados	Tipo de nomeação	Termos identitários mais populares	Global		UK	
			Frequência	%	Frequência	%
Central	Chapéu e/ou descritivo	<i>Nonbinary</i>	6832	61%	874	57%
		<i>Enby</i>	2763	24%	346	23%
Paralela	Chapéu e/ou descritivo	<i>Trans</i>	3923	35%	520	34%
		<i>Transgender</i>	3152	28%	437	28%
	Chapéu e/ou descritivo	<i>Genderqueer</i>	3471	31%	433	28%
Provisória	Descritivo	<i>Questioning or unknown</i>	2065	18%	244	16%
Cumulativa	Descritivo	<i>Genderfluid/ Fluid gender</i>	2770	25%	323	21%
	Descritivo	<i>Androgyne</i>	1192	11%	114	7%
	Descritivo	<i>Demigender</i>	1234	11%	116	8%
	Descritivo	<i>Transmasculine</i>	2117	19%	243	16%
	Descritivo	<i>Man or boy</i>	1279	11%	152	10%
	Descritivo	<i>Woman or girl</i>	1638	15%	226	15%
Negativo	Descritivo	<i>Agender</i>	2938	26%	350	23%
	Descritivo	<i>Neutral</i>	1698	15%	168	11%

Fonte: *Gender Census*, 2018

Como veremos adiante, os processos de demarcação e de ordenação dos diversos descritivos identitários não binários encerram um conjunto de tensões na procura de estabilização e definição (cautelosa) dos seus sentidos. A preocupação com a inclusão de todas as possibilidades de representação a par da necessidade de questionamento (cuidadoso e informado) sobre as pertenças de cada um/a/e são regras muito importantes nesta comunidade digital. A maior variação dos termos descritivos conjuga-se com a estruturação de noções partilhadas sobre o que contém o não binário e como se deve proceder. Neste âmbito a simbologia para representar as identidades de género e o movimento não binário é relevante.

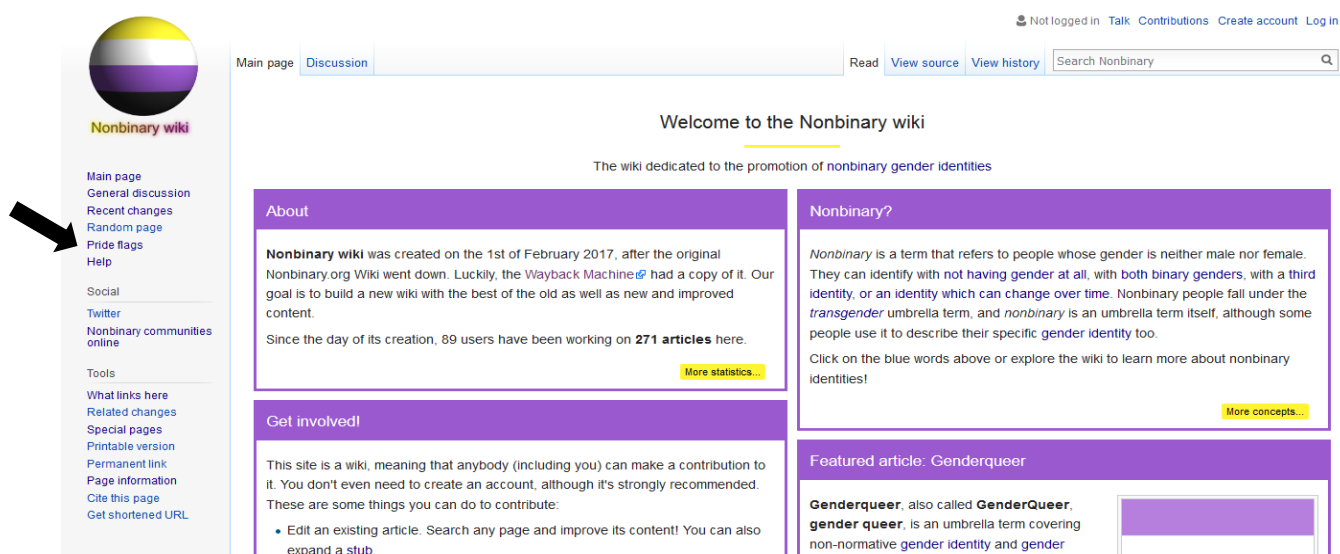
Como vimos antes, as bandeiras e símbolos da comunidade LGBTQI têm vindo a expandir-se amplamente desde o início das marchas do orgulho. O que este *wiki* traz de novo para a análise é a importância conferida aos símbolos de género para superar a semiótica tradicionalmente associada ao binário (♀♂). Recorrendo a uma prática comunitária comum – a representação simbólica das identidades e movimentos – a promoção de símbolos de género com um significado aberto aponta para uma procura de inclusão no interior da comunidade. A criação (e multiplicação) de novos símbolos e bandeiras colecionados neste arquivo digital apresenta duas grandes orientações. Uma primeira que parte precisamente dos símbolos de género tradicionais (e da oposição M/F) para a reconstrução de novos símbolos e bandeiras¹⁹. Nesta

¹⁹ Por exemplo, a cor lavanda resulta da mistura de rosa e azul e a cor verde é o oposto de lavanda.

variante a simbologia resultante segue uma lógica cumulativa ou agregadora (*splicing*): a combinação de lógicas para a criação de novos sistemas que as aprofundam (algo como *Masculino+Feminino+“X”*). Já a segunda procura distanciar-se completamente da semiótica tradicional de gênero através da criação de outras simbologias e bandeiras. A inovação destas representações do gênero (e da sexualidade) é situar-se fora do sistema classificatório dicotômico.²⁰ Nesta variante a simbologia resultante segue uma lógica divisória ou decomposta (*splitting*): a decomposição de um dado sistema lógico em outros sistemas (algo como *Gênero [Não Binário] = Y ou K ou @ ou 0 ou...*).

Estas orientações semióticas traduzem em parte os movimentos de multiplicação identitária que têm vindo a ocorrer nos últimos anos. E a simbologia ocupa um lugar distintivo neste arquivo digital. Com um *link* direto no lado esquerdo do *layout* do *wiki*, as “*Pride Flags*” reenviam-nos para 1067 bandeiras que procuram representar termos comunitários, identidades de gênero, orientações sexuais ou românticas – algumas com mais do que uma variante simbólica.

Figura 5. *Layout do NonBinary wiki*



A quantidade substantiva de simbologia para representar especificamente cada movimento e/ou identidade foi estimulada por um concurso no ciberespaço. Em Junho de 2017, a empresa *online* norte-americana *Deviant Art* criou uma iniciativa para celebrar o mês do orgulho. As 1067 bandeiras coletadas no *wiki* não binário são provenientes desse *website*. A empresa incentivou as pessoas a comemorarem a diversidade através da expressão “criativa” e “livre” de bandeiras

²⁰ Por exemplo, a cor amarela é uma das cores primárias (subtrativas) dos pigmentos, para além do azul e do rosa, e por isso usada para representar o não-binário. O preto e branco são cores que tanto representam *todos* os gêneros como *nenhum/ausente*, enquanto o cinzento é usado para representar a “parcialidade”.

que partissem de uma ou de várias cores da bandeira do orgulho LGBTQI²¹. As referências ao “*self* autêntico” explicitadas no concurso, materializaram-se também num *widget* criado pelo *website*, que permitia personalizar o perfil individual durante esse mês com a simbologia emergente.

Iniciativas como esta, a par da crescente atenção de algumas empresas *online* norte-americanas às causas LGBTQI não passam despercebidas neste arquivo digital. Encaradas como uma ferramenta importante de mudança, as redes sociais e as redes de apoio no ciberespaço são alvo de diversas entradas, também com *link* direto no *layout* esquerdo do *site*. A entrada “*Gender and Social Media Sites*” dedica-se exclusivamente ao modo como as redes sociais têm lidado com a seleção do género nos formulários de registo/apresentação individual. Ainda em desenvolvimento, esta entrada centra-se no caso da rede *Facebook*® e fornece uma breve cronologia e inventário das opções de género disponibilizadas para utilizadoras/os/ies de língua inglesa a partir de 2014 – o tal ano de viragem, considerado um marco relativamente à visibilidade e reconhecimento das questões transgénero no contexto norte-americano. Esta iniciativa deu também alento ao desenvolvimento da comunidade não binária, ainda emergente à data. Com efeito, a disponibilização de muitas outras categorias de identificação de género numa rede social tão conhecida significou uma maior abertura (mesmo que simbólica) ao movimento não binário.

As conquistas no reconhecimento legal são também alvo de acompanhamento neste arquivo digital. Para além de referirem as novas leis e medidas relacionadas com a alteração dos marcadores de género em diversos países, disponibilizam recursos de apoio. Com um total de 30 entradas dedicadas diretamente ao tema não binário, este arquivo digital é também uma fonte para ação congregando sugestões práticas e de resistência. Fornecem informação sobre quais as instituições que se focam e/ou se comprometeram com a diversidade de género ou especificamente com as pessoas não binárias. Através de listas e diretórios situam quem no *apparatus* já refere ou inclui pragmaticamente (através da linguagem inclusiva, de outras opções nos formulários, etc.) outras possibilidades além do binário. Existem igualmente inventários sobre as situações de risco potencial e/ou exclusão das pessoas não binárias. Nestas entradas são identificadas margens de manobra ou, caso contrário, feitas recomendações e sugestões de grupos de apoio. São abordadas as questões práticas relativamente a serviços específicos como os sistemas nacionais de saúde, os sistemas de seguros e os sistemas de registo

²¹ No concurso, os significados associados às cores do arco-íris da bandeira original eram: “Red=Life; Orange=Healing; Yellow=Sunlight/Energy; Green=Nature; Blue=Harmony/Peace; Purple=Spirit”.

e de controlo de passageiros em alguns países. Existe uma entrada específica com um inventário das várias petições (em curso e encerradas) pela luta dos direitos das pessoas não binárias. A petição é vista como um método de resistência importante nesta comunidade, a par de outras como o envio de cartas (a solicitar a alteração de formulários das instituições), a advertência (autorizada/legítima) dos modos corretos de conversação e um conjunto de *templates* com formas de escrita inclusivas. No fundo procura-se o reconhecimento e o aumento da representação das pessoas não binárias, especialmente através da “palavra” (escrita e/ou oral). Face à importância concedida à linguagem como meio de inclusão/exclusão, centramo-nos brevemente nos modos como este *wiki* apresenta e desenvolve o tema.

3.3. O primado da linguagem

A atenção dada à natureza polissémica das palavras e locuções, a par de uma procura de rigor dos sentidos e da sua utilização são tendências estruturantes e estruturadoras neste *wiki*. Enquanto projeto que procura cumprir um papel informativo (e enciclopédico), cujo formato encoraja precisamente o trabalho de tradução inteligível do tema, seria previsível que as questões linguísticas assumissem importância. Porém, o primado linguístico patente neste arquivo vai além do objetivo de “dar voz” e chegar a um “consenso” terminológico na comunidade não binária. A linguagem é um dos principais pontos cardeais da formação discursiva não binária. Entre os pressupostos ontológicos que conferem à linguagem um lugar precedente (p. ex. ao corpo ou à expressão) está a autonomia concedida à *identidade de género* – definida na vertente pessoal e sobretudo enfatizada pelas suas possibilidades discursivas e semânticas.

Neste âmbito, a linguagem inclusiva neutra tem um grande peso. Em consonância com o movimento feminista, o seu uso é entendido como uma forma de nivelar as desigualdades de género patentes no recurso ao neutro masculino. De granjear a representatividade e o reconhecimento de todas as pessoas. Apesar dos esforços desde os anos 1970 na adoção da linguagem inclusiva, as divergências quanto aos termos mais adequados mantêm-se, havendo espaço para outras propostas. Por defenderem (e necessitarem de) uma linguagem neutra, as pessoas não binárias encontram-se bem posicionadas para sustentar e orientar o debate nesse sentido. Mas essa é uma entre outras motivações. A preocupação linguística provém também das dificuldades que estas pessoas têm com o tratamento pelo pronome (ou título) errado (*misgendering*), com a mudança legal para um nome próprio neutro, com o recurso a substantivos e adjetivos genderizados, etc. Desde 2013 que se têm disseminado outros sistemas

mais inclusivos na língua portuguesa. Na língua inglesa essa adequação é mais fácil, por ser tendencialmente mais neutra.

Para esta comunidade digital não é o género gramatical das palavras (como tartaruga ou pintainho) que é considerado relevante e passível de mudança mas sim a sua variação por género na referência a pessoas (como ator, atriz). A par disso, verifica-se também a preocupação com uma definição rigorosa (e cautelosa) das novas terminologias usadas sobretudo pelas pessoas transgénero e/ou não binárias e simultaneamente a sua tradução (parcial) para outras línguas. A centralidade conferida à linguagem como meio de inclusão é visível na proporção de entradas dedicadas a este tema – correspondendo a cerca de 23% de todos os conteúdos do arquivo. Os diversos recursos linguísticos disponibilizados incluem glossários e inventários do uso da linguagem neutra, de nomes próprios, títulos e pronomes neutros, bem como sobre o léxico do género e sexo.

Neste arquivo digital recorre-se principalmente à língua inglesa. Mas estende-se também a outros terrenos linguísticos de modo suprir a principais dificuldades levantadas no uso específico da linguagem inclusiva. A entrada principal “*Gender Neutral Language*” inclui 14 línguas diferentes e tem ligação aos vários glossários do *wiki*. Apesar da variedade linguística, esta entrada mantém a língua inglesa como a mais aprofundada e detalhada. Outra reúne um inventário global de pronomes e títulos, substantivos, adjetivos e outros termos em língua inglesa, alemã, espanhola. A par destas, encontramos também entradas dedicadas especificamente à escrita de cartas modelo e um guia para jornalistas. Os 12 glossários de terminologia de género e sexo correspondem cada um a uma língua/ variante linguística: português do Brasil, português europeu; chinês; japonês; coreano; tailandês; hindi; russo; alemão; francês; espanhol; e inglês. Deste conjunto, o glossário em língua inglesa é mais uma vez a entrada mais extensa (19 págs.) e os glossários das restantes línguas estão sobretudo centrados nos termos culturais/locais específicos.

Os pronomes e os títulos neutros também são alvo de grande atenção neste arquivo digital, havendo um cuidado com a demonstração do seu uso na prática, nomeadamente por parte de celebridades e também na ficção. A entrada “*Celebrity pronoun project*” procura inventariar as figuras públicas que solicitaram a preferência por outro pronome – projeto iniciado em 2016, com diversas citações e respetivas fontes mediáticas. Exclusivamente em língua inglesa e com informações mais centradas no contexto britânico, estão as entradas “*English Neutral Pronouns*”, “*Gender Neutral Titles*” em geral e a do título “*Mx*” em particular. Para além de um retrato histórico sobre a origem e utilização destes títulos e pronomes, encontramos uma extensa

lista sobre como utilizar os pronomes, onde e quem os utiliza e um encaminhamento para o *website Pronoun Island* que fornece exemplos sobre a aplicação do pronome escolhido²².

A entrada “*Pronouns*” contém uma extensa lista de pronomes em 15 línguas diferentes e também exemplos da sua utilização por pessoas não binárias, estatísticas recolhidas, instruções sobre como mudar os pronomes, onde comprar apliques/badges e regras de etiqueta. Mesmo nas listas de pronomes noutras línguas a definição e a explicação está em língua inglesa, assim como os restantes conteúdos. Neste conjunto de entradas encontram-se ainda uma página dedicada especificamente ao pronome “*Singular They*”. Esta página resume as controvérsias levantadas e a crescente utilização deste pronome na comunidade não binária anglófona. Há também listas de “*Neopronouns*” – novos pronomes em substituição do *singular they* – e de “*Nounself pronouns*” – novos pronomes usados sobretudo para consumo interno da comunidade. Estes conjuntos de pronomes remetem para as identidades de género *Xenogender* (uma das vertentes do grupo *separatista*). Referem-se ao uso criativo e individualizado de pronomes que “*podem ser temáticos em torno de conceitos que não têm nada a ver com género, como natureza, tecnologia ou conceitos abstratos.*” Dadas as dificuldades de utilização deste tipo de pronomes fora do contexto *online* é referido como norma de etiqueta a utilização de um conjunto secundário de pronomes mais popular.

Com efeito, o tratamento inclusivo é muito relevante para esta comunidade não binária. A preocupação subjacente à correta utilização dos termos e suas origens, a par de uma coleção de linguagem inclusiva disponível para todas/os/es usarem, também se estende ao domínio prescritivo. Nomeadamente, a recomendação do uso generalizado do “*singular they*” como regra padrão de etiqueta para todas as interações sociais, de modo a que o tratamento possa abranger todas as pessoas e, caso solicitado, corrigido *a posteriori*.

O que *pode* e o que *deve ser* dito vai sendo explicitamente declarado nas diversas entradas desta coleção. A introdução aos termos adequados e inadequados é realizada particularmente pelo glossário de terminologia de género e de sexo em língua inglesa, que dispõe de diversas referências e *links* (para *sites* da comunidade, etc.) e exemplos para ilustrar as definições. Vários termos contêm nas suas definições (rigorosas), recomendações quanto à legitimidade e necessidade da sua utilização. Por exemplo as siglas variantes de AGAB (*Assigned Gender at Birth*) incluem não só uma definição precisa como indicações sobre o modo de tratamento mais respeitoso e qual o termo correto. Considera-se que a sigla CAGAB (*Coercively Assigned*

²² Este *website* permite também adicionar um “*virtual badge*” com o pronome associado aos vários perfis pessoais no ciberespaço, como o *Facebook*® ou a *Wikipédia*®.

Gender At Birth) é mais nuançada do que AGAB ou GAAB ou DGAB (*Designated Gender Assigned at Birth*). Entre as razões apontadas para a preferência pela sigla CAGAB está a ênfase na atribuição de género contra vontade própria e, em certas circunstâncias, também a implicação de “abuso na infância”. São também referidos os diferentes sentidos que podem estar incluídos no termo “coerção” como as cirurgias a recém-nascidos e as terapias de conversão.

Para abarcar as diversas possibilidades transformativas e posicionamentos de género é sugerida a redefinição parcial dos termos e categorias. Nomeadamente, “*phallus*” surge como a terminologia usada para descrever tanto “pénis” como “clítoris”. Em vez de se designarem as características biológicas sexuadas, a referência é feita a: pessoas intersexo; pessoas no espectro *trans-masculino* ou *trans-feminino*; ou pessoas com o género feminino ou masculino atribuído à nascença (AFAB ou AMAB). A entrada “*Family*” é a mais explícita na sugestão de outras terminologias. Nela aconselha-se a substituição de termos relativos aos relacionamentos (p.ex. cônjuge em vez de esposa/o, etc.) e no caso das árvores genealógicas sugere-se o uso do símbolo *rhombus* (losango) em substituição dos símbolos sexuados. Por sua vez, é fornecida uma listagem de nomes próprios neutros em que são dadas orientações sobre como deve ser mudado o nome. A mudança (formal ou informal) de nome próprio é entendida como um processo de tentativa e erro, que deve respeitar as origens étnicas e culturais e, caso desejado, ser compatível com as possibilidades legais.

Como podemos ver por este resumo, o primado linguístico atravessa o ideário não binário em várias direções e acarreta consigo diversas transgressões dos sentidos e da inteligibilidade do género. As implicações transgressivas destas grelhas interpretativas podem, contudo, ficar aquém do desejado precisamente porque o género – enquanto princípio organizador da vida social (estruturante e encoberto nas fundações estruturais) – ultrapassa a esfera discursiva. Parte das potencialidades discursivas de transformação do género foram, aliás como vimos antes, proporcionadas pelas oportunidades abertas pelo ciberespaço para a redefinição de si através de narrativas criativas e de termos inovadores (neologismos). A comunicação pela palavra escrita e a co construção partilhada dos sentidos do género por parte de um conjunto de pessoas *online* sustentam em grande medida estas novas interpretações. Não só proporciona um sentido de pertença, como atenua em grande medida os sentimentos negativos. Como veremos também nas análises biográficas, partilhar o peso da alteridade genderizada em comunidades digitais constitui-se como muito importante. Estes dados sugerem a emergência de um novo *script* para (re)fazer o género. Mas permanecem hiatos entre as possibilidades interpretativas

inauguradas por esta formação discursiva e a materialidade do reconhecimento social do gênero.

Estes interstícios estão bem presentes no estudo de Avi Marciano (2014) sobre a inter-relação entre a vida “conectada” e “desconectada” da comunidade transgênero israelita.²³ Nesse estudo vemos como a faceta de “mundo paralelo” do ciberespaço preenche uma necessidade importante para o empoderamento e concretização de experiências satisfatórias por parte das pessoas transgênero em Israel. É uma componente genuína das experiências vividas por estas pessoas e permite “aliviar” a marginalização recorrente de que são alvo. Contudo, é também um “universo” que permanece determinado pelas estruturas hierárquicas elementares da vida social (*offline*) e limita as suas possibilidades para agir. Por muito que uma pessoa transgênero (e/ou não binária) consiga viver o gênero desejado através do ciberespaço de uma forma alternativa (ou paralela), o reconhecimento dessa identidade pode ser inalcançável no mundo *offline*. Como refere Marciano (2014, 832), os diversos tipos de inter-relação mantidos para expressar as identidades de gênero são permeados um conjunto de opções “possíveis” e não de opções “ideais”. Num certo sentido, o ideário não binário toma este campo dos possíveis como a base de negociação das representações co construídas. Mas a concessão de um primado linguístico nas questões de gênero (seja para a igualdade, seja para a sua interpretação) acarreta implicações que sugerem um boicote à expansão das possibilidades. Isso é visível quando consideramos as formas de expressar o gênero e o lugar do corpo.

3.4. A expressão e a corporalidade não binárias

Como temos vindo a assinalar no contexto da formação discursiva não binária deste *wiki*, o “corpo” e a “expressão de gênero” (de certa forma o que é tangível e visível) ocupam uma posição subordinada à “identidade de gênero”. Esta diferenciação e hierarquização dos sentidos ocorre em pelo menos três direções. Primeiro, pelo deslocamento e autonomização do não binário relativamente a outras narrativas do fenómeno transgênero. Em segundo, a elevação da identidade de gênero (tal como é definida e/ou usada) como divisa explicativa baseia-se em várias dicotomias que replicam e reforçam o seu sentido. Nomeadamente: indivíduo/sociedade (ou eu/outros), mente/corpo, identidade/expressão, gênero/sexo, etc. Terceiro, o movimento de individualização (ou mesmo estilização) da “identidade de gênero”, que analisámos atrás, tem-

²³ O autor distingue três tipos de inter-relação: *preliminar*, *complementar* e/ou *alternativa*. As inter-relações entre os dois “mundos” podem ser *preliminares* na medida em que há um primeiro momento de experiências *online* que depois são continuadas no mundo *offline*; *complementares*, quando o ciberespaço configura uma arena social como outras do mundo *offline* (a escola, o trabalho, etc.); e *alternativas* se as experiências são contraditórias ou divergentes das do mundo *offline*, configurando-se como uma espécie de “mundo paralelo”. Vide Merlini (2016) para um aprofundamento sobre a importância da internet para a comunidade transgênero.

se expandido sobretudo através do ciberespaço e por isso está menos comprometido com a corporalidade. Mesmo no caso da “expressão de gênero” as referências que encontramos apontam para questões de visibilidade e/ou de reconhecimento social. A entrada específica (apesar de incompleta) sobre a expressão de gênero está organizada em torno da feminilidade, masculinidade e androginia e na sua introdução diz o seguinte:

(...) Dentro [Within] do binário de gênero, as duas principais categorias de expressão de gênero são feminina (feminilidade) e masculina (masculinidade). Adicionalmente, uma expressão de gênero pode ser andrógina (androginia), embora não haja acordo sobre se a androginia significa uma falta de marcadores de gênero, ou uma mistura de marcadores de gênero femininos e masculinos. Uma pessoa feminina não é necessariamente fêmea [female], uma pessoa masculina não é necessariamente macho [male] e uma pessoa andrógina não é necessariamente uma andrógine ou não-binária. (Nonbinary Wiki Contributors 2018)

Em contraste com a multiplicidade de descritivos identitários analisados, a expressão (visível) do gênero apresenta três possibilidades: feminilidade, masculinidade e androginia. Ao longo de todo o arquivo vão sendo depois consideradas algumas categorias que poderão também equivaler a “identidades de gênero” para algumas pessoas, mas que no contexto “não binário” são vistas como paralelas ou como expressões particulares. Entre elas estão “*crossdressing*”, “*butch*”, “*femme*”, “*gender nonconforming*” e “*gender punk/ fuck*” remetendo para formas de expressão e/ou identidades emergentes na cultura comunitária LGBTQI. Deste conjunto de modalidades para expressar o gênero apenas o “*crossdressing*” é definido neste arquivo exclusivamente como uma prática. Na breve entrada dedicada a esta expressão de gênero é inclusive mencionado que se trata de uma questão de mimetizar a conduta do “gênero oposto” e que se refere a questões de indumentária e apresentação. Uma pessoa que pratica *cross-dressing* “*não tem de ser transgênero*” e este termo não é definido no arquivo como uma identidade de gênero. Mais uma vez, vai-se recortando o âmbito e as possibilidades de se *ser* não binária/o/e através destas diferenciações.

Tanto as entradas sobre roupa (“*Clothing*”) como sobre voz e fala (“*Voice and speech*”) estão estruturadas segundo as divisões enunciadas para a “expressão de gênero”, com menos margem para uma interpretação social (visível e reconhecível) do gênero além dos diversos graus de masculinidade, feminilidade, mistura (ambos) ou neutralidade (anulação). Na questão da indumentária, para além de conselhos no investimento necessário a uma expressão bem-sucedida, refere-se que a moda “*gender-neutral*” (ou unissexo) é muitas vezes encarada como masculina:

Porque a cultura ocidental vê em grau significativo o macho [male] e o masculino como padrão ou sem identificação [unmarked], e porque as regras do vestuário masculino são possivelmente mais rígidas do que as das mulheres, a roupa dos homens tende inevitavelmente a ser usada como

neutro em termos de género. No entanto, ainda é possível evitar alguns marcadores masculinos explícitos enquanto se procura uma aparência neutra em termos de género. (Nonbinary Wiki Contributors 2018)

Os conselhos que depois acompanham os vários tópicos nesta entrada seguem em grande medida as orientações simbólicas que identificámos. No caso da neutralidade as cores “neutras” (preto, branco, cinzento e castanho) são sugeridas, por exemplo, como elementos da moda “*gender-neutral*”. Não descurando a ênfase conferida à diversidade e à sua representação e inclusão vemos, no entanto, que ao nível da expressão (visível) do género as linhas interpretativas são substantivamente mais estreitas. Por exemplo na entrada sobre roupa encontramos observações prévias quanto à necessidade de usar linguagem “mais binária” por causa do modo como a roupa é classificada. Já sobre a voz, a maior variabilidade é referida de forma genérica, concluindo-se com dados acerca da média de *pitch* (tom) feminino, masculino e género ambíguo (em Hz). Estas divisões (em três ou em quatro) são organizadoras das entradas que remetem para as questões da expressão e da transformação corporal e apontam para as possibilidades visíveis e tangíveis do “género” socialmente interpretado.

A “linguagem corporal” é definida como um *instrumento* (mutável e aprendido) que pode ser usado para evitar a transfobia e/ou aproximar a um dos opostos do binário de género. Remetendo para a esfera da expressão de género, esta linguagem do corpo pode ser interpretada alternativamente como “feminina, masculina, ambos ou nenhum” dependendo se a pessoa é socialmente atribuída como “mulher, homem ou andrógina”. Mesmo mantendo alguma independência entre identidade e expressão, este tipo de definição reforça a necessidade (mínima) de “adequação” aos géneros existentes para uma possível interpretação e/ou inclusão. Assim, apesar da posição crítica, as entradas que referem as questões corporais e de expressão de género apontam para os objetivos de reconhecimento e legibilidade social de um conjunto mais reduzido de identidades de género. Nomeadamente nas necessidades explicitadas de atribuição social, documentação legal ou tratamento no género desejado.

É quando consideramos a dimensão da materialidade corporal que a independência conferida à expressão, pronomes e identidade de género se torna ainda mais dissipada. As várias entradas dedicadas à corporalidade neste arquivo projetam e fundamentam os debates baseados na distinção sexo *vs.* género ou, noutra variante, na distinção entre corpo *vs.* identidade de género. São consideradas mais trajetórias além da transformação corporal *migratória* para o “género oposto”. Contudo, a noção de “disforia física” equivale neste *wiki* à conceção biomédica de “transição” – i.e. requer um ou mais tipos de tratamento médicos de alteração das características corporais sexuadas. Por exemplo, refere-se que as mulheres transgénero podem (ou não)

investir no treino da voz, na reconstrução facial, em terapia hormonal correspondente, vaginoplastia e/ou técnicas de remoção de pelos, etc. É aliás a noção de “disforia” que se vai usando na referência à eventual transformação e/ou adequação da apresentação e de si. Neste âmbito, encontramos diversas vezes o questionamento sobre quanto destes desejos de transformação corporal (lidos como “transição” ou “disforia” física) se referem a uma questão “inata” (*inborn*) ou à convergência do sexo e género nas grelhas interpretativas da sociedade ocidental. Este dilema é parametrizado pela dicotomia indivíduo/sociedade. Se a disforia for inata refere-se exclusivamente à esfera individual, isolada ou atomizada. Se a disforia for aprendida, a sua génese é o sistema classificatório contestado, a construção social imposta. De modo a ultrapassar este impasse, seria mais pertinente questionarmos: quanto desta rejeição corporal seria atenuada através de outros sistemas classificatórios? Ou com a promoção de outras corporalidades, distintas da dicotómica? Como vemos, as potenciais interpretações e o reconhecimento social do “género” ao nível da expressão e da transformação corporal desdobram moderadamente as alternativas possíveis. Mesmo sendo entendido quase como “acessório”, o corpo ocupa um lugar específico no processo de transformação e de chegada a um género além do binário – independentemente dessa pertença estar latente desde que se nasce.

As entradas com conteúdos específicos sobre a transformação corporal referem-se pragmaticamente à terapia hormonal, tipos de cirurgia, práticas complementares de transformação, etc. Por exemplo, a extensa entrada “*Saving up for transition expenses*” reúne muitas indicações de poupança “básica” e ensina a procurar trabalho, começar um negócio, evitar despesas “desnecessárias” ou “arriscadas”, aplicar o conceito de “frugalidade”, etc. Além de ser bastante extensa e genérica, as dicas dirigem-se sobretudo a quem está a entrar pela primeira vez no mercado de trabalho e/ou começou agora a poupar para as cirurgias de transformação corporal. No final da entrada encontramos também uma lista de organizações transgénero que oferecem bolsas para candidatos a cirurgias corporais (“*Surgery Grants*”). No geral, esta entrada apresenta conselhos bastante claros sobre o ideal de sucesso, a população alvo e principal objetivo de poupar dinheiro. Assumindo-se que, face ao título, este tipo de recurso se dirige especificamente a quem “optou” pela cirurgia, está também implícito na entrada que este tipo de despesas terá de ser previsto pela própria pessoa. Seja pela dificuldade de acesso a cirurgias seja pela dificuldade de obtenção de um diagnóstico, ou por outra razão, este recurso procura defender e preparar as pessoas a alcançar os seus objetivos.

Os diversos recursos disponibilizados vão alertando para a variedade e diversidade existente, sempre referidos como uma possibilidade, entre outras, que pode ou não ser útil para as pessoas não-binárias. É a “*diversidade do comportamento não binário*” que prevalece na estruturação dos conteúdos. Cada uma das entradas sobre recursos práticos – que vão desde as relações pessoais aos espaços genderizados – é alvo de uma introdução que enuncia a sua potencial utilidade, sendo apresentada como facultativa. Contudo, encontramos também um enfoque nas transformações médicas e nos procedimentos a tomar para uma mudança de nome, de apresentação (e de voz) e de identidade (legal). No caso das terapias hormonais encontramos um breve resumo sobre as várias possibilidades existentes e o encaminhamento para muitas ligações externas. É sugerida a possibilidade de aceder a serviços médicos “binários” como estratégia inicial para depois, consoante a necessidade, eventualmente fazer-se uma “*de-transition*” (des-transição) ou “*re-transition*” (re-transição). Esta abordagem visa contornar o processo médico, mais restritivo, da transição *migratória* de género. Nesse âmbito, encontram-se também outros instrumentos como soluções de resposta a médicos (respostas “certeiras” a questões “bingo”), caso se opte por esta via. São efetivamente muitas as entradas ocupadas com praticabilidades e mecanismos de resposta mais eficientes para o alcance de um posicionamento não binário mais facilitado e/ou bem-sucedido. Os vários conselhos patentes neste arquivo digital orientam-se, no fundo, pela regra de que (re)fazer o género é um caminho privado e particular, cabendo à pessoa informar-se sobre o leque de alternativas possíveis e providenciar os meios para as alcançar.

A par disso também é conferida importância ao reconhecimento e visibilidade das pessoas não binárias. Encontramos nomeadamente indicações sobre a necessidade de revelar a identidade de género (preferencialmente por escrito) às pessoas próximas. A revelação é vista como crucial sobretudo porque a pessoa comum (“*average person*”) desconhece completamente a existência deste fenómeno (ao contrário por exemplo das “*lésbicas*”, como referem) e poderão rejeitá-lo enquanto “identidade de género real”. No fundo, estas preocupações resultam das dificuldades de transmitir o posicionamento de género além do binário. Apesar da abertura à diversidade e à inclusão de possibilidades não binárias, o seu reconhecimento social mais vasto implica um diálogo com o sistema de classificação existente e com os parâmetros dicotómicos que encerra. Os dados encontrados em relação ao lugar do corpo e da materialidade na formação discursiva não binária apontam, portanto, para a componente pragmática da transformação e o maior ou menor investimento considerado (individualmente) necessário. Neste âmbito, o que se verifica é sobretudo um estreitamento das possibilidades tangíveis e reconhecíveis do género entendidas

de forma autónoma e (inter)dependente da “*identidade de género*”. Como seria previsível, tanto esta como as restantes fronteiras edificadas pela formação discursiva não binária deste *wiki* estão permeadas de tensões e (des)alinhamentos. É sobre isso que nos debruçamos agora.

4. As tensões na construção das fronteiras do género não binário

As várias fronteiras do género não binário demarcam-no e, simultaneamente, vão se entrecruzando com outros movimentos que também se distanciam do paradigma binário do género. Estes processos de legitimação e recortes são permeados por tensões e lutas internas e externas bastante visíveis no arquivo digital. Importa por isso aprofundar estes (des)alinhamentos a dois níveis – *intra-grupal* e *exo-grupal*.

4.1. Os (des)alinhamentos intra-grupais na legitimação não binária

Na prática ativista muitas das minorias LGBTQI apresentam-se “unidas”. E, tal como vemos neste arquivo, a procura de autonomia (relativa) do “não binário” recorre aos mesmos métodos e mecanismos de resistência usados pela comunidade. Isto aponta para o carácter recente e eventualmente subsumido da formação não binária, que também acomoda outras agendas e ideais. Isso é visível no facto de muitas das temáticas abordadas primeiramente pelos movimentos transgénero e feminista serem enquadradas como bem-vindas ou convidativas de uma luta comum neste arquivo digital. Por exemplo, na entrada “*Activism*” vemos como entre as principais reivindicações das pessoas não binárias estão causas relativas à comunidade transgénero – como a luta pela despatologização, o tratamento médico inclusivo e assegurado e o direito à autodeterminação e à integridade corporal – e à comunidade feminista – como a linguagem inclusiva e o tema da misoginia.

Mas a proliferação de termos chapéu-de-chuva e de diferentes posicionamentos e significados também acarreta tensões. Por exemplo, os termos *genderqueer*, transgénero e não binário são apresentados neste *wiki* como chapéus-de-chuva (*umbrella terms*) e/ou formas de autoidentificação. Enquanto chapéus estas categorias sobrepõem-se frequentemente, resultando em controvérsias quanto ao uso dos termos e das possíveis agendas englobadas por estes movimentos. Isso é ilustrado na entrada *Genderqueer* quando é referido que a contemporaneidade do termo não binário pode explicar parcialmente a autoidentificação (inicial) das pessoas não binárias com este descritivo identitário. Reconhecendo a grande variedade na comunidade, referem que os termos podem ser inclusivamente vistos como sinónimos. O termo “*genderqueer*”, cunhado por Riki Anne Wilchins em 1995, precede o termo

“*Nonbinary*” em pelo menos 10 anos. Esta antiguidade e o facto de derivar de uma estratégia de orgulho num termo calão são vistas como razões para a existência/necessidade do termo não binário. Por não ter uma afiliação política específica o termo não binário é definido por esta comunidade digital como mais inclusivo. É também referido que a maioria das pessoas não binárias tendem a adotar a linguagem do movimento transgénero por se reverem na promoção dos direitos e proteções legais. O não binário é definido como estando mais atento à ausência e/ou intensidade da identidade de género e a sua distância face ao sistema de classificação dicotómico. Em termos globais, o que ressalta neste arquivo é a ausência de consenso quanto aos léxicos existentes para definir e identificar as lutas particulares de cada movimento. Isso permite compreender a importância conferida ao questionamento cuidadoso das pertenças de cada pessoa.

Nesse sentido, as lutas permanecem unidas estruturalmente, recorrendo aos mesmos mecanismos e a alianças de resistência. Mas as questões da identidade comunitária e do que nela pode estar contido dependem tanto dos contextos específicos como das diferentes reivindicações. A par do respeito da particularidade de cada pessoa, este arquivo digital também sugere uma determinada integração na comunidade LGBTQI para encontrar apoio, recursos e informações. Por exemplo, na entrada “*Intimacy*” existe uma referência bibliográfica e uma ligação externa para um fórum de discussão *online* dedicado ao corpo e à sexualidade de pessoas que “*transcendem a anatomia*”²⁴. Na entrada sobre “*Public toilets*” – considerado um problema “*potencialmente disfórico*” – os recursos apresentados são aplicações para telemóveis que auxiliam no encontro de casas de banho seguras e artigos de opinião com críticas sobre o tema. Apesar da sua brevidade, as interligações constantes nestas duas entradas não só enquadram os assuntos no seu contexto mais amplo do ciberespaço como encaminham para determinados posicionamentos assumidos no contexto comunitário. Estes direcionamentos são sustentados no arquivo pelo carácter mais difuso e recente da visibilidade não binária, mas também pela tentativa de reunir na sua alçada uma grande diversidade de possibilidades e trajetórias de género além do binário. Por sua vez, a entrada relativa ao “*Comming out*” reúne igualmente um conjunto de recursos externos com conselhos sobre como revelar à família, no local de trabalho, etc., especificamente formulados para membros/es das comunidades transgénero, *tranvestite* e transsexual. Nestas indicações verifica-se, portanto, um duplo

²⁴ Não sendo alvo de objeto de estudo e não havendo espaço para grandes aprofundamentos analíticos, importa apenas ressaltar que no caso deste fórum há instruções claras sobre o que pode ser discutido: é permitido conversar sobre disforia mas não sobre transformação corporal. Analisar as fronteiras que se vão traçando nos diversos espaços *online* e as suas interligações ao fenómeno não binário seria, por si só, um outro estudo de caso ou investigação.

movimento: o de alargamento à(s) comunidade(s) para o acesso a recursos e de particularização das pessoas não binárias para a revelação pública.

O processo de autonomização da formação discursiva não binária também está patente nas instruções dadas para a edição correta de várias entradas e separadores²⁵. O investimento na autonomização é evidente na revisão histórica e cultural do fenómeno não binário. Por exemplo, na entrada “*History of nonbinary gender*” é solicitado que se especifique os eventos e/ou pessoas não binárias ao longo da história mas também que sejam separadas, quando possível, da história LGBTQI em geral. Reconhecendo a existência de sobreposições e/ou associações, esta comunidade digital tem indicações específicas sobre os modos corretos para retratar historicamente as pessoas “*gender variant*” e sobre os eventos desejáveis a constar na cronologia. Essas especificações relacionam-se com as causas específicas do movimento não binário. Designadamente, a remoção do marcador de género à nascença num dado país, a adoção de linguagem neutra, a demonstração da longa existência de identidades de género “muito antes do século XX” e uma coleção de figuras históricas e celebridades que declararam publicamente ser de outro género. Mas, apesar das orientações para a revisão histórica da especificidade não binária, aquilo que emerge nestes conteúdos é precisamente o entrecruzamento das várias questões LGBTQI, dificultando a autonomia relativa desejada. O que está bastante presente nesta entrada é a interdependência entre o movimento não binário e outros como transgénero, *queer* e intersexo. À semelhança do que se verifica noutras entradas deste *wiki*, as questões transgénero são consideradas mais abrangentes, as *queer* mais políticas e as intersexo paralelas mas demonstrativas. Isso demonstra como o distanciamento do binário de género não pode ser feito senão também através de outras formações discursivas que o contestam parcialmente ou que podem ser re combinadas para dar corpo e tornar inteligível esta grelha de leitura.

Esta interdependência é igualmente visível na construção do léxico não binário por esta comunidade digital. A formação discursiva não binária implica tanto a definição das fronteiras identitárias incluídas no movimento em concreto como também das identidades que se associam a estas mas que não o definem. Ou seja, por um lado, encontramos uma inclusão no chapéu não binário de identidades mais antigas (como *intergender* ou *neutrois*) ou específicas de outras culturas (como *hijra* ou *boi*).²⁶ Por outro lado, verificamos também a definição de

²⁵ Estas indicações contribuem para a autonomização do não binário mas também se enquadram, como veremos adiante, nos processos de deslegitimação do binário de género.

²⁶ *Intergender* foi um termo cunhado em 1990 para descrever uma identidade de género entre o polo masculino e o polo feminino, podendo ser um misto de ambos. *Neutrois* data de 1995 e refere-se a uma “identidade transsexual

descritivos identitários que podem ou não estar associados ao chapéu não binário. Isso verifica-se nas identidades que contêm na sua descrição os marcadores sexuais, as disforias e/ou a necessidade ou não de transformação corporal. Ao todo encontramos quatro: *intersexo*, *neutrois*, *transsexual* e *cissexual*. O descritivo *neutrois* é simultaneamente uma identidade de género não binária de tipo *negativo* e uma identidade transgénero. Já o termo *cissexual* remete para o oposto de *transsexual*, podendo designar pessoas de género não conforme que “*não lidam com os aspetos legais e médicos de uma transição de género*”. Com estas quatro identidades é reforçada a autonomia face a narrativas “psiquiatrizantes” do fenómeno transgénero, a necessária distinção entre sexo e género e os traços contestados do corpo genderizado. Constata-se a procura de abrangência da maior “diversidade” possível de trajetórias de género debaixo do chapéu transgénero e também pelo chapéu não binário.

Por sua vez, encontramos também um conjunto de identidades de género não conformes. Estas remetem para o questionamento e/ou não conformidade de género mas não implicam necessariamente uma decisão/mudança. Mais associadas às expressões de género e/ou masculinidades e feminilidades marginalizadas, as categorias “*Gender questioning*”, “*Perygender*” e “*Odysseogender*” reenviam-nos para uma representação do género como uma espécie de viagem à aventura para decodificar o que se sente e compreende. Está implícito neste conjunto de descritivos que essa “odisseia” chegará ao fim através de uma identificação resolvida, após o processo de descoberta e questionamento. Tratam-se portanto de identidades provisórias para pensar a identificação com o género e eventuais posicionamentos. Resumidamente, podemos ver como estes vários tipos de descritivos “paralelos” à definição do género não binário concorrem para a sua promoção e autonomização.²⁷

Estes alinhamentos e desalinhamentos vão percorrendo todo o arquivo e concorrem para a construção partilhada de um sentido de comunidade não binária. As pertenças vão sendo alinhadas e enquadradas pela noção de minoria oprimida, havendo uma grande sensibilidade para com os estigmas e suscetibilidades. Esta comunidade alinha-se ao lado de todas/os/es aquelas/eles/iles que são marginalizados optando aliás pela sigla mais inclusiva MOGII – *Marginalized Orientations, Gender Identities and Intersex*. O cuidado com as suscetibilidades está presente por exemplo no alerta (“*Content warning*”) que avisa a menção aos ferimentos

não binária” que envolve “disforia de género” e a necessidade de transformação para uma apresentação de género mais neutra. *Hijra* refere-se a uma identidade de género ancestral da cultura hindu e *boi* a uma identidade de género da cultura afro-norte-americana cunhada nos anos 1990. *Boi*, *intergender* e *neutrois* são descritivos identitários incluídos nos chapéus não binário e transgénero. *Hijra* é referido neste *wiki* como um “*papel de género não binário*”.

²⁷ Esse também é o caso das identidades binárias apresentadas no arquivo, que abordaremos no próximo subponto.

frequentes nas práticas caseiras de enfaixamento do peito. Ou noutros quanto ao uso de “*slurs*” (calão) para descrever identidades de género não binárias ou movimentos específicos como “*queer*”. As duas grandes listas de identidades não binárias contêm por exemplo esse tipo de alertas, referindo logo ao início: *Atenção, este artigo contém «insultos reclamados»* [reclaimed slurs], *se não está confortável com isso recomendamos que não o leia*.

É, aliás, através da definição das opressões e das várias discriminações e micro agressões às pessoas não binárias que esta comunidade se distancia do binário e encontra uma fonte partilhada de reconhecimento. A tomada de consciência crítica em relação ao binário de género e aos efeitos de apagamento da diversidade não binária são elementos discursivos muito importantes para o alinhamento e construção do sentido de pertença desta comunidade digital. Neste âmbito são enfatizados conceitos como o de interseccionalidade e de apropriação cultural. As 21 entradas com conteúdos sobre a discriminação e sobre as “causas e conquistas” deste arquivo digital fundamentam-se em correntes trans/feministas, pós-estruturalistas e pós-colonialistas. Apresentando o não binário como um direito humano, há um desalinhamento geral para com as formas de “essencialismo”, de “colonização ocidental” e de “patriarcado” patentes na cultura ocidental. No fundo, e como veremos adiante, estas temáticas contribuem tanto para legitimar o sentido de pertença intra-grupal como nomear e deslegitimar o exo-grupo.

Isso está patente na revisão da história do não binário e também na entrada “*Gender designation in different cultures*”. Na sua introdução é explicitado o objetivo de retratar culturas que reconhecem outros géneros além do binário ou que, mesmo com um sistema de classificação binário, definem o género de uma forma distintiva da cultura ocidental – i.e. “*culturas que reconhecem apenas dois géneros e, portanto, o género binário, mas não equiparam de todo género a sexo e reconhecem que o género pode ser fluído na vida*”. As oito culturas incluídas referem-se a práticas em países e comunidades de vários pontos do globo, da Holanda à República Dominicana. Esta atenção às questões culturais (a sua inadequada apropriação) é, aliás, visível em diversas entradas, apresentando-se as definições locais e seus significados. Por exemplo no glossário em português do Brasil encontramos a seguinte definição:

Travesti: uma mulher trans que se identifica como travesti. No Brasil, isso não é o mesmo que travesti [transvestite]. É, em muitos aspetos, uma identidade trans* feminina e uma identidade de género fluído em si mesma. (Nonbinary Wiki Contributors 2018)*

Tal como esta citação ilustra, a tradução de termos locais parece cumprir uma dupla finalidade. Por um lado, revela uma maior sensibilidade para com culturas específicas e os seus modos alternativos de fazer o género – alertando sempre que o seu uso só pode ser apropriado nesses

contextos e por autóctones. Por outro lado, a procura de tradução resulta também da recuperação dos sistemas classificatórios de género não dicotómicos, cuja deslocação para a língua inglesa poderá levar a uma espécie de “património comum” linguístico. Ou seja numa coletânea de termos que se referem (parcial ou totalmente) a várias categorias (culturais) não binárias e que, além de fundamentarem a sua existência, unificam as diversas culturas em torno de uma mesma terminologia. Estes léxicos concorrem para a construção de um sentido de pertença e identificação das comunalidades do género não binário. À medida que transportam os significados e se legitimam vão também traçando as fronteiras do que é ilegítimo e não pertence.

4.2. Os (des)alinhamentos exo-grupo

Como temos vindo a referir ao longo deste capítulo, a esfera social do género e do seu reconhecimento são aspetos vinculados à esfera pessoal e privada da identidade de género neste exemplo concreto da formação discursiva não binária. Distinções e definições que são pertinentes na medida em que concorrem para um posicionamento específico e uma forma particular de inclusão. Nesse sentido, a enfatização da liberdade individual e do direito à privacidade enquadra a desconstrução do género binário a partir de uma espécie de mosaico discursivo composto criticamente face ao paradigma binário (e heteronormativo). Existe, portanto, uma relação implícita entre o reconhecimento do(s) género(s) não binário(s) e o seu diálogo com o género binário. É por isso pertinente aprofundar as distâncias e resistências do não binário à formação discursiva binária do género – de que modos a conceptualizam e a procuram desfazer mas também que tipo de diálogos ou pontes estabelecem.

Ora precisamente porque se refere ao “não binário”, a formação discursiva não binária toma o binário como um ponto de partida para o questionamento do género e para afirmar uma posição distintiva e crítica. Os seus termos e vocábulos transportam consigo a negação desse mesmo referente. Isso significa que para se poder interpretar ou fazer uma leitura reconhecível é necessário conhecer o contorno ou perímetro – o binário – para podermos compreender o que é que se distancia dele – o núcleo ou a substância. É no vocabulário desta formação discursiva não binária que vemos a (re)construção dos modos como as posições e as práticas sociais são interpretadas e se tornam significativas. Nomeadamente nas definições sobre as identidades de género binárias deste arquivo digital.

As várias questões associadas ao binário contêm um *disclaimer* dizendo que “*Apesar de o sistema de género binário ser coercivo e limitante, os géneros binários em si são identidades válidas.*” Mas válidas na medida em que não sejam vistas como as únicas existentes. A apresentação das identidades binárias concorre aliás para a transversalidade e expansão do não binário. Por exemplo, Mulher é definida como sendo uma das identidades binárias reconhecidas (tal como rapariga ou senhora) que geralmente suscita o uso de pronomes femininos (ela/dela). No entanto, refere-se também que não é necessário ser-se cisgénero para se ser mulher e pode-se ser parcialmente mulher (*demi*). Alertam ainda para o facto de nem todas as pessoas que adotam pronomes femininos (por exemplo não binárias) se identificarem com esta categoria. Ou seja, que nem todas as pessoas que usam “ela” se identificam como “mulheres”. Por sua vez, as *PPW* (*People Perceived as Woman*) também nem sempre se identificam como mulheres. Como vemos nesta definição, a autoidentificação mantém-se como o critério crucial para a atribuição de género correta como mulher. Ao alargarem o conceito incluem-no na prática normativa de reconhecimento do género não binário. Para se (re)fazer o género para lá do binário é preciso reconhecê-lo (na sua multiplicidade e/ou particularidade) a partir de uma atribuição informada e baseada no modo como cada pessoa se autodefine. Este *ethos* não está presente apenas nas definições ou referências ao binário de género, como veremos. Mas antes de aprofundarmos os alinhamentos desta comunidade digital com a sociedade em geral, primeiro precisamos de nos focar no peso que a representatividade do não binário assume para o desalinhamento com o binário.

Uma das metas estabelecidas neste *wiki* é, aliás, aumentar a consciência pública e a compreensão sobre o género não binário e respetivas identidades. Existem diversas entradas dedicadas à visibilidade mediática e a celebridades e/ou pessoas notáveis na comunidade que fizeram referência ou assumiram publicamente um posicionamento não binário. São também apresentados estudos académicos sobre temas associados, coletâneas de livros e fichas de leitura de vários artigos separados por área científica, com comentários sobre as limitações, validade e pistas de aprofundamento. Um conjunto diverso de projetos que vão recolhendo e demonstrando evidências ao nível científico, histórico, cultural, mediático e também religioso/mitológico. Neste âmbito, é pertinente referir a revisão e recuperação de personagens não binárias em diversos formatos (livros, séries, filmes, BD). Concretamente na entrada sobre a representação fictícia do género não binário vemos precisamente os modos como esta comunidade especifica o género não binário e se posiciona face ao binário. As instruções dadas em “*Fictional depictions of nonbinary gender*” solicitam que se justifique em que medida a

personagem representa o não binário e os modos como foi “traduzida” para linguagem “canónica” – i.e. para a compreensão geral, dentro do *cânone* binário normativo. Os diversos tópicos desta entrada incluem uma espécie de *ranking* face ao distanciamento do binário que procurámos sistematizar no quadro abaixo:

Quadro 5.6. A representatividade das identidades não binárias na Ficção		
Escala	Representação	Resultado
Fraca representatividade	Não revelar o género	Mecanismo “interessante” com potencial de “agitar preconceitos” mas não equivale a representar as identidades de género não binário
Pouca representatividade	Sexos fictícios	A justificação para o não binário é feita com base nos sexos fictícios e não tem correspondência com a vida real
Alguma representatividade	Não conformidade de género	Pode transgredir as normas e as expectativas em geral mas é politizada
Forte Representatividade	Revelação da identidade de género não binário	É realmente representativa porque o reconhecimento se baseia especificamente na identidade de género não binário

Fonte: “*Fictional depictions of nonbinary gender*”, *Nonbinary wiki*, 2018

Como podemos ver pela escala de representatividade, a representação mais realista é a revelação específica e comunicada da identidade de género não binária. A secção “*nonbinary genders in fiction*” remete para a representação mais rigorosa das personagens não binárias na ficção, face às restantes listadas nesta entrada. As instruções para a sua edição são as seguintes:

Esta secção é para a representação mais realista [most true-to-life] das identidades de género não-binárias. O enredo diz explicitamente que ile [they] não se identifica como mulher ou homem, mas como um género diferente. Les personagens [The characters] não são não-binárias [nonbinary] por terem sexos fictícios. Os seus sexos físicos e géneros atribuídos à nascença não são intersexuais ou devido a uma condição intersexual da vida real. Se o seu sexo físico ou género atribuído à nascença não é revelado, a sua identidade de género ainda é explicitamente, especificamente rotulada como não feminina ou masculina, mas outra coisa [something else]. Ile [They] pode ou não fazer uma transição social ou física na sua expressão de género. Ile [They] pode ou não parecer andrógine [androgynous]. Ile [They] pode ou não usar pronomes neutros de género. (Nonbinary Wiki Contributors 2018)

Nesta citação está patente um reforço da independência e variabilidade entre a expressão de género, o uso de pronomes e, inclusive, a revelação ou reconhecimento “social” da identidade de género. O que é considerado “realmente” (“*true-to-life*”) representativo das pessoas não binárias é a negação da exclusividade do “feminino ou masculino” através da afirmação/explicitação (verbal) de um *label* distintivo (em detrimento destes). O que confere a representação legítima do não binário é a *identidade de género para si* e não *em si*. É a afirmação individual em vez das características sexuadas, da expressão diferenciada ou do seu reconhecimento social. Para esta comunidade a revelação não depende, portanto, da expressão,

do corpo/atributos físicos, da transição social e/ou do pronome usado. Estas são possibilidades que atravessam a variedade de autoidentificações com o género não binário e as suas múltiplas categorias. Mas esta procura de inclusão de todas as variantes na diversidade de género pode, contudo, implicar um apagamento dos contextos de interação, uma vez que o reconhecimento do género não ocorre somente através do plano discursivo. Tomar o género como uma identidade exclusivamente pessoal e privada – i.e. não considerar a esfera social na sua representatividade – coloca problemas na capacidade de a tornar reconhecível. Mesmo havendo uma grande variedade de trajetórias, os parâmetros de reconhecimento requerem de facto uma maior amplitude de critérios para se tornarem legíveis e serem transformados.

Face ao esforço investido por esta comunidade digital para obter reconhecimento e representatividade, vemos também outras tentativas de diálogo para com o público generalizado. A determinação de regras e convenções é, aliás, um elemento transversal neste *wiki*. Nele verifica-se a co construção de um código de conduta moral para todas/os/es, mas que diferencia segundo a posição de género (e racial) ocupada. Enquadradas numa espécie de regulamentação informal do politicamente correto, as dicas de etiqueta e conselhos para “aliadas/os/es” não só informam como orientam sobre a interpretação adequada do género. Numa lógica pedagógica, estas recomendações concedem uma maior legitimidade a quem detém maior “consciência” ou conhecimentos sobre as questões de género. Na entrada “*Allies*” encontramos os conteúdos organizados em torno do tópico “etiqueta” com quatro regras chave para o respeito das pessoas não binárias:

- 1) *Use linguagem e pronomes adequados;*
- 2) *Não dê conselhos não solicitados;*
- 3) *Respeite a privacidade das pessoas não binárias;*
- 4) *Assuma ações de género inclusivas. (Nonbinary Wiki Contributors 2018)*

Para além da dimensão prescritiva, estas regras têm implícito o pressuposto que a inclusão efetiva do género requer uma mudança de paradigma por parte de todas as pessoas. Isto justifica-se porque a não assunção do género não binário é ofensiva para as pessoas não binárias. E, admitindo que as pessoas em geral desconhecem o tema ou estão desprovidas de uma “consciência de género”²⁸ autoriza-se as pessoas não binárias a “educarem” legitimamente quem não sabe, segundo as regras de etiqueta “corretas”. Estas regras e protocolos inserem-se num código de conduta que ultrapassa o tratamento pelo pronome solicitado. Entre outras coisas, sugere-se que não se deve falar sobre as pessoas (não binárias) nas costas, não se deve

²⁸ Nomeadamente, por não se terem questionado sobre os seus géneros ou por saberem “instintivamente” que são “homens” ou “mulheres”. (<https://nonbinary.wiki/wiki/Allies>)

assumir que são desonestas/os/es – porque desonesta/o/e é quem diz isso – não se deve dar conselhos sem consentimento, não se deve espalhar rumores e/ou expor as pessoas não binárias (direta ou indiretamente). De forma objetiva, é dito a “aliadas/os/es”:

Aprenda a contentar-se em não conhecer certos detalhes íntimos sobre todas as pessoas, como as suas partes íntimas ou seu sexo atribuído à nascença, ou a parte do binário de gênero você acha que eles [they] mais correspondem. Se você começar a perguntar-se sobre isso não o profira. Afaste o pensamento e concentre a sua atenção no que as pessoas estão a dizer e a fazer, em vez de especular sobre as partes privadas das suas vidas. (Nonbinary Wiki Contributors 2018)

Este conjunto de regras e indicações é dirigido a quem se preocupa em auxiliar as pessoas não binárias, mas também é extensível a “outros tipos de pessoas transgênero e também para pessoas intersexo”. Enquanto tradição normativa inclusiva posiciona-se em relação ao *exo-grupo* de uma forma semelhante à retratada por Goffman (1988 [1963]) quando aborda o estigma nas situações face a face, entre os “normais” e os “desacreditáveis”. Esse paralelo está patente quando para garantir que o gênero é só *para si* – uma identidade privada – é necessário que este passe a ser tratado como um assunto íntimo. O *sentimento de si* vem assim sobrepor-se à interação, reduzindo o processo de prestação de contas baseado nas atribuições indesejadas ou não solicitadas. Mas, mais do que contribuir para um reconhecimento ou transformação dos parâmetros em que se baseia o gênero *em si*, a imposição do gênero *para si* como único critério concorre no reforço do estigma. Precisamente porque o diálogo com o social está ancorado à esfera pessoal – por muito que se procure informar a população em geral sobre as suas particularidades e relevância – há uma maior probabilidade de perpetuar o problema do descrédito.

Isso é evidente também na entrada *FAQ* que contém as oito questões mais frequentes colocadas a pessoas não binárias. As respostas elaboradas cumprem uma dupla função: ao mesmo tempo que suprem a curiosidade alheia, também fornecem uma resposta adequada para as pessoas não binárias. Dando continuidade às regras prescritas para aliadas/os/es, os esclarecimentos caracterizam-se por um lado, pelo nivelamento das questões não binárias em relação ao binário de gênero (“*tal como vocês*”) e, por outro lado, pela ênfase da privacidade (“*não é da vossa conta*”). Neste âmbito as/os/les jornalistas são uma audiência preferencial, por serem potenciais “tradutoras/es/ies” e “representantes” públicas/os/ques das questões não binárias. A primeira pergunta é dirigida concretamente a jornalistas e há também um *link* direto para o guia²⁹ em que se salientam quais os modos adequados para se referir às pessoas não binárias, questionando

²⁹ Com uma entrada autónoma, nesse guia está também uma ligação externa para o “*Guia de Referência de Mídia da GLAAD*”. A GLAAD é uma Organização não-governamental norte-americana fundada em 1985, que se ocupa com a regulação da representação mediática LGBTQI.

sobre a necessidade de mencionar o gênero de uma pessoa. Mais uma vez nestas conversas “para fora”, é visível a primazia das questões da privacidade face às questões de gênero: precisamente porque se trata de um tema “sensível” e que é passível de ferir suscetibilidades, o gênero só pode ser tratado como privado e individualmente. Uma vez que o tipo de representatividade (legítima) do não binário assenta em critérios individuais, o seu reconhecimento “público” tem de obedecer ao código de conduta inclusivo. Isso está bem explicitado nos comentários feitos aos artigos sobre a cobertura mediática do tema não binário, listados na entrada *Nonbinary gender in the media*. Salientando aquilo que têm de positivo, as/os/les membros/es desta comunidade digital são também críticas/os/ques das falhas evidentes que apresentam. Nomeadamente por causa do *misgendering* (reconhecimento errado do gênero) ou a uma visão simplista (“cisgênero”) do não binário. As tensões inerentes aos (des)alinhamentos comunitários por vezes também sobressaem. Apontando-se para o desconhecimento e/ou apagamento frequentes do não binário, presume-se que a sua consciência alteraria o modo como foi mediatizado. Por exemplo, nos comentários a uma notícia holandesa sobre a remoção do marcador de gênero encontramos o seguinte:

Começando por mostrar a capa da Vanity Fair de “Call Me Caitlyn” para ilustrar a predominância das pessoas trans na media, o artigo prossegue fazendo um caso semelhante para as pessoas com identidades de gênero não-binárias que mudam os seus nomes. Declarando que fontes (indefinidas) suportam a existência de um grande número de pessoas não-binárias na Holanda, o artigo usa “intersexo” como um termo genérico para o gênero não binário, chegando a dizer que “LGBTI” abrange todas as identidades de gênero possíveis. (Nonbinary Wiki Contributors 2018)

Como podemos ver mais uma vez, esta abordagem crítica da representação (*para si e em si*) hierarquiza e posiciona as pessoas e a conceção do gênero não binário na linha da frente para desconstruir e desenvolver o gênero. Independentemente do seu alcance real, as preocupações e orientações para o público generalizado são consistentes com o *ethos* promovido em todo o arquivo e no processo de auto legitimação desta comunidade digital. Enquadram-se, portanto, na mudança de paradigma para incluir as questões não binárias através da legítima reeducação sobre o gênero.

Ora, esta mudança paradigmática parte também do nivelamento e desalinhamento entre as formações discursivas binária e não binária patente neste *wiki*. O processo de deslegitimação do binário ocorre em várias direções. No questionar da capacidade de representação legítima pelo paradigma de gênero binário. Na interrogação sobre a real legitimidade do binário de gênero e os seus mecanismos de “branqueamento”. Na atenção aos processos de apropriação cultural que eliminaram sistemas diferentes da vivência e atribuição do gênero. Na construção

de um discurso que nomeia a relação assimétrica entre nós-outros. O distanciamento face à formação discursiva binária, às suas práticas classificatórias e aos seus modos exclusivos e antagónicos vai sendo enquadrado também por diferentes lutas.

Como vimos antes, o enquadramento como MOGII é uma forma de construir um sentido intra-grupal de pertença e reconhecimento. No caso desta comunidade digital esse alinhamento interno também contribui para a construção de uma fronteira que o separa claramente do binário. A recusa do reconhecimento de outros géneros além de masculino *ou* feminino é vista como uma forma específica de sexismo, designada de *Nonbinary erasure*. Este “apagamento” pode ser de vários tipos, como o desrespeito de pronomes e formas de tratamento alternativas. A opressão designada por *Binarismo* remete não só para a *ideia errada de senso-comum* – que só existem dois géneros – como para um aspeto do colonialismo e imperialismo ocidental – uma forma específica de sexismo que envolve racismo e preconceito cultural. Neste âmbito, encontramos também referências à trans/misoginia, ao patriarcado e outras formas de opressão nomeadas pelos movimentos feministas. A interseccionalidade é considerada importante porque contribui para um sentido de coesão. Contudo, verificam-se alertas na entrada *Etnia e Cultura* quanto ao seu mau uso – a prática de “falsa comparação”. Para esta comunidade digital o racismo é a forma máxima de opressão e não é comparável com outras discriminações nem mesmo com as opressões de género.

A par disso, a sensibilidade às culturas específicas e aos processos colonizadores incorre também na demarcação da fronteira entre o binário e o não binário. A *apropriação cultural* é definida como o ato de se apoderar sobre elementos de uma cultura específica (que lhe pertencem). Esta prática de usurpação é vista como generalizada e também passível de ser cometida pelas pessoas não binárias – por exemplo por desconhecimento na adoção de um descritivo identitário.³⁰ Reforçando que apenas quem representa legitimamente uma cultura pode recorrer a categorias de identificação endógenas (*emic*), argumentam ainda que este ato é geralmente cometido por “pessoas brancas” e o seu inverso não tem o mesmo significado porque:

(...) as identidades que emergiram entre pessoas brancas [white people] estão disponíveis para qualquer uma [anyone] adotar. Isto porque a apropriação cultural é geralmente um problema de opressões brancas [white oppressors] que tiram a substância [substance] das pessoas de cor

³⁰ A alusão a erros acidentais ou inconscientes por parte das pessoas não binárias que incorram o risco de recorrer a um termo que não lhes pertence é encarada como uma coincidência inocente que pode ser reparada assim que a pessoa se aperceba disso. Encontramos aliás diversas referências nos descritivos identitários sobre a sua especificidade cultural ou sobre o carácter contestado de um dado termo, havendo recomendações para outros termos “mais pacíficos” associados a esses.

oprimidas para o seu próprio uso. Um povo oprimido não pode fazer um dano comparável aos seus opressores [oppressors]. No entanto, ainda é um problema para as pessoas de cor apropriarem-se das culturas de diferentes grupos de pessoas de cor. (Nonbinary Wiki Contributors 2018)

Com efeito, esta construção de uma fronteira antagónica bem definida entre nós/eles/elas/íles nomeia um/a/e inimigo/a/ue comum e uma estratégia de resistência. A relação assimétrica de poder autoriza o uso de termos dos/as/es opressores/as/ies mas não de oprimidos/as/es. Esta diferenciação entre os tipos de “apropriação” e a sua legitimidade procura em certa medida construir uma grelha interpretativa sob os mesmos princípios. Ou seja, por constituir a norma ou regime do que é inteligível, a matriz discursiva “branca” ou “ocidental/civilizada” isenta a impossibilidade de “apropriação”.

Também a rejeição da “exclusividade” do género binário se fundamenta na mesma base interpretativa. Isto é, o binário – que tem apagado a existência de outras possibilidades de género – é a norma da qual se retiram as linhas de demarcação. A única possibilidade de resistência é fazer o mesmo: inverter os princípios entre opressor/primeiro. Tratar as restantes possibilidades como norma e a exclusividade como marginal. Contrariar a relação assimétrica de poder especificando a exclusividade binária como a transgressão. Este movimento relembra a noção foucaultiana de “discurso inverso” – sugerindo que esta tem sido uma estratégia pertinente na negociação dos posicionamentos de género.

No plano dos desalinhamentos encontramos também uma oposição evidente à cultura ocidental europeia nesta formação discursiva não binária específica. Esta é entendida como “forma de opressão”, “colonialista”, que pressiona as outras culturas a conformar-se ao seu sistema classificatório. Na entrada “*Gender Binary*”, refere-se nomeadamente que o próprio sistema classificatório binário é uma construção social recente, que se baseia nos princípios religiosos da Igreja Cristã Europeia, cujas opções rígidas limitam as possibilidades de interpretar o género além de “1 ou 0”, “sem sombras de cinzento” entre ambos. Contrariamente ao que este “*cis-tema*” faz crer, existem outras possibilidades de ser *genderizado*: “ambos”, “algo entre os dois”, “algo fora dos dois” ou “nenhum” (qualquer coisa como 0 ou 1 ou 1,5 ou 2 ou &). Contrastando com a “*sociedade ocidental*” em que a atribuição do género à nascença é baseada na genitália, nas “*outras culturas não-ocidentais*” são considerados fatores alternativos que traduzem a existência ou disponibilidade de mais categorias de género. Os argumentos que fundamentam a posição tomada neste arquivo e em defesa da formação discursiva não-binária (e contra o *cis-tema*) vão sendo assim co-construídos mediante um conjunto de oposições: ocidental/não-

ocidental; binário/não-binário; cisgénero/transgénero; opressor/primeirado; identidade/expressão; identidade/personalidade; identidade/papel; indivíduo/sociedade.

Estes vários desalinhamentos face ao binário ocorrem, portanto, em primeiro lugar pelas vias da tomada de consciência e da sensibilidade histórica e cultural quanto às possibilidades de viver o género. Para esta comunidade digital o maior conhecimento sobre o género, a pertença e a defesa do não binário autorizam a sua reeducação legítima. As regras sugeridas enfatizam não só o respeito pela privacidade individual como também a inevitabilidade em “seguir” as pessoas não binárias. Esta posição dianteira assumida explicitamente no arquivo procura deste modo distanciar-se do “binário” e conferir uma superioridade às questões não binárias enquanto ideário vanguardista a ser cumprido. Uma tradição normativa que procura incluir todas as pessoas a partir unicamente da autoatribuição discursiva, se necessária, do género não binário (privado). Sobre isto e o que fomos encontrando podemos agora avançar com algumas notas conclusivas e pistas de aprofundamento.

5. Os efeitos das fronteiras de género

Como referimos no início deste capítulo o “género” e os seus parâmetros de nomeação e reconhecimento encontram-se efetivamente no centro de uma discussão intensa e de dinâmicas transformadoras. A análise que apresentámos revela uma das facetas do debate e dos espaços e direcionamentos que estão a ocorrer a partir de um exemplo concreto de comunidade digital. Independentemente de este exemplo estar situado num espaço heterotópico – sendo mais ilustrativo dos processos de auto legitimação e das fronteiras intra e exo grupais – é consistente com as transformações legais e com a mudança de paradigma em torno do género. Com efeito, a ordem jurídica atual tem vindo a impor-se no sentido do indeterminado, reconhecendo uma possibilidade alternativa ao binário. Os limites genderizados estão a conter e a reformar as transgressões avançando para um sistema de reconhecimento legal dividido em três. A eventual recodificação do género em compasso ternário ao invés de binário assume-se agora como uma fronteira ao nível global e supranacional, principalmente no plano dos direitos humanos.

Neste âmbito, a noção de ternário ganha relevância. A sua definição remete frequentemente para noção de “terceiro”, “intermédio” e/ou que este é parte resultante de um binário³¹. Também no domínio da lógica encontramos um axioma que diz “se duas ideias convêm um terceiro

³¹ "ternário", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/tern%C3%A1rio> [consultado em 22-03-2018].

convêm entre si”. É por isso pertinente retomar aqui outra polémica, entre o teórico lacaniano Žižek e a comunidade LGBTQI, a propósito do “terceiro elemento”. No seu artigo de opinião “*The sexual is political*” – muito contestado e gerador de controvérsias – Žižek (2016) insiste na ideia de que o “terceiro elemento” não é senão a materialização da diferença antagónica entre dois elementos, desde que este antagonismo preceda os termos que se diferenciam. Ou seja que o excesso representa aquilo que faz do antagonismo uma realidade e não uma oposição simbólica. Enquadrando a questão da oposição binária no contexto das minorias sexuais, Žižek argumenta:

A fórmula do antagonismo sexual não é M ou F (a clara oposição entre masculino e feminino), mas MF+, onde o + representa o elemento excessivo que transforma a oposição simbólica num antagonismo Real. (Žižek 2016)

Aquilo que nos diz Žižek (e também o léxico) é que a alternativa ao binário (antagónico) é sempre uma combinação ou comunalidade que o justifica e fortalece. E, mesmo pondo de parte esta abordagem mais polémica e potencialmente uniformizadora, a análise deste estudo de caso aponta também nesse sentido. Não só porque este exemplo de formação discursiva não binária se encontra entrelaçado nas várias lógicas de dominação do género (e a ele subordinadas), a dialética antagónica é de facto a motivação e a principal causa de contestação deste movimento. A oportunidade criada pelo ciberespaço para uma multiplicação descritiva (e dissociada) de identificações de género não encontra equivalente nas possibilidades identificadas para a expressão e reconhecimento tangível do género – mais apoiadas na combinação ou anulação dos marcadores da diferença. Porque precisamente ser “não mulher” não equivale a ser “homem”, mesmo o processo de anulação ou negação reitera aquilo que distingue e demarca (conformemente) a oposição antagónica. Ao invés de uma transcendência, verifica-se assim a multiplicação no interior ou a partir de formações discursivas que (mesmo implicitamente) estruturam e constroem as alternativas possíveis. Por mais diversas e ricas que possam ser as práticas de género – baseando-se ou não na dialética antagónica e em diferentes intensidades – os seus parâmetros de reconhecimento ainda se fundamentam em grande medida pelas classificações binárias. Estas alternativas simbólicas, performativas e discursivas vêm diversificar as possibilidades *a partir do* binário, do diálogo com o referente dominante.

De facto, a prestação de contas sobre o género mantém-se na vida em sociedade como princípio e exige convenções, mesmo que redefinidas ou refeitas. (Des)fazer ou (Re)fazer o género de uma forma diferente (ou alternativa) não anula a necessidade de reconhecimento e de grelhas interpretativas que permitam identificá-lo. Inclusive, como nos tem mostrado a história do

género, as suas transgressões (latentes e manifestas) vão sendo absorvidas pelas forças que estruturam o sentido. Para dar apenas um exemplo, tendo sido ultrapassada a controvérsia gerada na época, o uso de calças pelas mulheres (que hoje poderia ser o uso de saias pelos homens) acabou por ser normalizado e passou a convenção socialmente aceite. O mesmo se poderá aplicar aos modos como interpretamos o corpo (transformado ou não) ou ao uso de pronomes pessoais. Este movimento configura(r)-se(-á) portanto num novo *script* para (re)fazer o género, cujo primado linguístico proporciona outras possibilidades interpretativas que transgridem o binário de género.

Como sabemos, o género é co construído de um modo dinâmico e assente em diferentes tradições normativas que reconhecem diferentes tipos e diferentes pesos às transgressões. Em linha com Pearse e Connell (2016, 37) a (re)produção das relações de género reflete o encadeamento de diversas tradições normativas que especificam os “vetores da mudança histórica” (orientados pelo presente e para o futuro) das práticas de género. No arquivo em análise vimos como existem um conjunto de princípios e prescrições para (re)fazer o género não binário e que se constituem globalmente como uma tradição normativa. Particularmente saliente na dimensão da representatividade e nas indicações para as interações desconectadas (*offline*), as recomendações hierarquizam as posições ocupadas e as possibilidades de inclusão. O “código de conduta” e a sua moral são compreendidos neste *wiki* tanto na vertente educativa (a outras/os/es) como para consumo interno da comunidade não binária. Quem está “de fora”, aliada/o/e ou não (outro generalizado) é tomada/o/e como desinformada/o/e ou opressor/a/ie que precisa de ser reeducada/o/e no paradigma não binário. Quem está “dentro” tem de cumprir regras para a autoidentificação e posicionamento de género. Cumprindo nomeadamente com os preceitos que previnem o recurso a identidades de género provenientes de outras culturas. Isso é muito visível na grande sensibilidade encontrada em relação à noção de pertença cultural e a sistemas classificatórios distintos do sistema “ocidental/europeu”. Existem conselhos de vária ordem que traduzem este tipo de preocupações: na adoção adequada de descritivos identitários de género, no uso de indumentária e de terminologia, etc. O processo depurativo das opressões dirige-se, portanto, a todas/os/es independentemente da sua consciência ou grau de conhecimento. A necessidade crescente de autodeterminação vem assim fundamentar a maior precaução e orientação para determinados modos de (re)fazer o género alternativamente através do não binário. Seja através do aconselhamento direto, seja pelo encaminhamento para posições específicas na comunidade LGBTQI, seja até pelo posicionamento das instituições face ao fenómeno e das possíveis formas de recorrer ou contornar o sistema. Isso vê-se no esforço

realizado para a construção de um *ethos* e de um código de conduta para fora e para dentro da comunidade que estabelece a fronteira entre o binário e a sua superação.

Em contrapartida, a responsabilização individual mesmo que “apoiada” pela comunidade não binária, alguns ativismos e/ou instituições, dificulta em grande medida o estabelecimento efetivo destas normas. Isto porque, mais do que existirem pessoas informadas sobre “como proceder”, os efeitos de manobras individuais são dispersos e podem-se desvanecer rapidamente, boicotando em parte o resultado coletivo característico das normas sociais. O género é complexo, contém tanto aspetos da esfera pessoal como da esfera social, não podendo por isso basear-se exclusivamente numa pertença privada que só é reconhecível no plano discursivo. De facto o que estes processos de legitimação nos permitem compreender melhor é que a transformação do género – para incluir todes, todas e todos – terá de passar por uma maior amplitude nos critérios de reconhecimento. O género tem de facto uma dimensão privada mas esta é comunicada e informada também por parâmetros sociais de reconhecimento. A tradição normativa de género baseada estritamente no critério do autorreconhecimento ou da autoatribuição dificulta a sua inclusão e a transformação e alargamento do próprio sistema em que se apoia a classificação. Não basta simplesmente a recusa em ser-se classificada/o/e. Esse reconhecimento vai ser feito, por isso é preferível que seja feito de modo inclusivo, considerando critérios mais amplos. Para isso é preciso que a semiótica, a expressão, outras corporalidades e materialidades sejam visíveis e, sobretudo, tornadas mais inteligíveis. As possibilidades de reconhecimento social baseadas nas evidências performadas ainda são estreitas e permanecem ancoradas a parâmetros interpretativos binários. A dialética existente nas relações de género antecede-as, por ser o princípio ontológico que confere a realidade.

Como vemos na análise, o género *para si* e a sua experiência como *dado* não gera um diálogo claro com o género *em si* e com a experiência como *resultado*. Não permite reconhecer as possibilidades porque se baseia num único critério – do género privado. A diversidade e a riqueza das trajetórias de género não pode equivaler à autoidentidade na atribuição – porque o género não é um atributo individual a sua transformação passa muito mais pelo contexto relacional e pela criação de dinâmicas transformadoras que permitam parametrizá-lo e interpretá-lo de uma forma plural a diversa, dialógica e menos baseada em oposições antagónicas. A estabilização dos significados de género (sempre provisória, suscetível a usos diferenciados e a potenciais deslocamentos) carece invariavelmente dos seus limites. De contornos que designent o que é e o que não é. Face ao que analisámos neste capítulo, parece haver várias tentativas de traçar esse caminho. Se tivermos em linha de conta também as

respostas institucionais e legais que têm sido avançadas, o trilho enveredado parece ser o da passagem do gênero em compasso binário para o gênero em compasso ternário. Esta mudança contribuirá não só para normalizar o gênero não binário – nas suas diversas variantes – como também poderá desenvolver os paradigmas em que se baseiam os esquemas de referência sobre o gênero. Uma mudança muito relevante nas vidas das pessoas não binárias em que, como referem nesta comunidade digital, o peso do gênero “*sente-se nos ossos*”.

Capítulo VI.

(Des)fazer o género ao longo da vida

1. Introdução

No capítulo anterior vimos como o género não binário tem vindo a multiplicar-se através de descritivos identitários e a constituir-se como movimento autónomo, com diferentes graus de interdependência com outras lutas pelos direitos humanos. A par disso verificam-se transformações jurídicas que acarretam uma nova ordem legal sobre o género, baseada no reconhecimento autodeterminado e/ou indeterminado. Estas tensões conjugam-se nos diferentes processos de mudança que têm vindo a ocorrer nos últimos 65 anos em Portugal e no Reino Unido no âmbito das relações de género. Um período marcado por emancipações e emergências de diversas categorias de género, dos ativismos “T”, visibilidades e reconhecimentos legais em ambos os países, como vimos antes (Saleiro 2013; Hines 2010; Stryker 2008; Ekins e King 2006). É por isso pertinente olhar para as vidas e para os modos como género é e foi sendo (des)feito a partir de 19 testemunhos biográficos não binários portugueses e britânicos.

O estudo que apresentamos neste capítulo centra-se nas *vidas vividas* e na sua relação com os contextos e épocas socio-históricas entre 1950 e 2015. Este período abrange grosso modo o tempo biográfico das pessoas que protagonizam esta análise, nascidas entre 1943 e 1997. Interessou-nos compreender os processos que conduziram a posições de género não binárias na perspetiva do curso de vida justamente porque se distanciam da conceção de “transição” biomédica veiculada pela medicina – que pressupõe uma trajetória “migratória” e linear entre os dois polos de género reconhecidos (masculino *ou* feminino). Para isso propomos uma análise baseada na conceção alargada de transição relatada pelas pessoas não binárias, identificada a partir de três transformações principais: aceitação, intensificação e reconhecimento. Mobilizamos também para a análise os conceitos de trajetória de género e de (não) pertença. Estes conceitos conjugam-se para demonstrar e compreender como 19 pessoas lidaram com conjunto de *eventos* (ou «*turning points*», Levy e Pavie Team 2005, 16) passíveis de (re)direcionar as suas afirmações de género. Por trajetórias de género entendemos os movimentos e posicionamentos ao longo do curso de vida que conduziram a modalidades de pertença, práticas e definições do género para além do trajeto migratório i.e. passagem de um polo a outro. Através do conceito de (não) pertença procuramos dar conta das mudanças e

transformações presentes na relação entre o *self* e a sociedade (May 2011) concretamente nas molduras de género.

As diversas definições de transição apresentadas pelas pessoas deste estudo concorrem para um alargamento daquilo que se entende por mudança e transformação nas trajetórias de género. São mudanças significativas e que correspondem a momentos de viragem no curso de vida das/os/es participantes. Não obstante, implicam um deslocamento da conceção biomédica de que “mudar” um género é um processo sequencial, linear e de passagem entre fases para se *ser* o que se é.

O que é efetivamente “constante” nestes 19 casos é a permanência na mudança e esta é encarada numa lógica transformativa de tornar-se (*becoming*) que implica aceitação, intensificação e reconhecimento de outras possibilidades para (des)fazer o género. Transitar diz assim respeito não só à identificação e expressão correspondente com uma categoria distintiva de género, como também à capacidade de fluir entre categorias e de as descentrar. O *resultado* é a própria viagem; e as *deslocações* apoiam-se na afirmação do *self*, em pertenças de género que assumem diferentes configurações ao longo do tempo biográfico e socio-histórico. Estas conceções representam uma extensão da ideia de transição e não a sua transcendência, porque as alternativas salientadas inovam o campo de possibilidades para (des)fazer o género.

Nas trajetórias de género transgressivas aqui apresentadas, a pertença a género(s) além do binário envolveu longos momentos de questionamento e um conjunto de eventos decisivos que (re)direccionaram as possibilidades de identificação. Mesmo com a diversidade e especificidade encontrada, foi possível discernir os modos como se processa a (des)identificação com o género ao longo do curso de vida. Através de uma sistematização dos episódios ou pontos de viragem conseguimos identificar quais os momentos decisivos para os (re)direcionamentos face ao género. Estes processos coexistem de forma particular em cada trajetória, provocando maior ou menor atribulação e concorrem para uma progressiva (re)definição/procura de si (através dos/com os outros). Não correspondendo puramente a uma lógica sequencial e linear, podemos no entanto identificar a permanência na mudança e no limbo que é característica destas trajetórias. Os processos associados com os posicionamentos não exclusivos no género implicam transformações, sucessivas ou em devir ao longo da vida. Especialmente pela divergência continuada com os sistemas de classificação, arranjos e práticas socialmente dominantes que ordenam o género a partir de duas categorias universais, discretas e incompatíveis; de dois grupos opostos e antagónicos.

Por isso, antes de avançarmos, consideramos pertinente caracterizar as trajetórias de género por modalidades e relacioná-las com os grupos identificados no estudo anterior do arquivo digital. Esta tipificação tem uma utilidade meramente heurística e serve sobretudo para uma compreensão geral das possibilidades de (des)fazer o género além do binário. Em complemento ao quadro 4.2. apresentado no capítulo IV, resumimos abaixo os três grandes modos de posicionamento das/os/es participantes do estudo:

Quadro 6.1. Posicionamentos das/os/es participantes face ao binário de género

Modalidades	Descrição	Participantes	Relação com os grupos do wiki
<i>Oscilação</i>	Ênfase na complementaridade; alternância entre os polos masculino-feminino, conferindo-lhes o mesmo peso	Nelle (1943); Xuxa (1956); Grace (1962); Domingas (1982); Selma (1992)	<i>Cumulativo</i>
<i>Aproximação</i>	Ênfase na multiplicidade; aproximação a um dos dois géneros reconhecidos e manutenção parcial do género atribuído à nascença	Sandy (1966); Samuel (1967); Jim (1976); Alex (1987); Dinis (1988); Denis (1989); António (1989); Lé (1993);	
<i>Negação/Transcendência</i>	Ênfase na indeterminação; distância do binário de género através da neutralidade e/ou separatismo da pertença genderizada	Noa (1957); Lou (1972); Lake (1975); Ash (1982); Micha (1986); Ana (1997).	<i>Negativo ou Separatista</i>

Fontes: Entrevistas a participantes, adaptação da tipologia de Ekins e King (1999; 2006) e *Nonbinary wiki*, 2018

Com esta caracterização identificamos o posicionamento global ao longo da vida das pessoas que participaram na pesquisa relativamente ao binário. Mas como temos vindo a dizer, estas 19 trajetórias de género contêm singularidades e não se moldam puramente a uma tipificação, convergindo e divergindo em diferentes dimensões. Este enquadramento permite-nos somente duas coisas. Primeiro, relacionar as vidas com a formação discursiva não binária analisada anteriormente e situá-la no seu contexto mais vasto de determinação. Segundo, obter pistas que nos permitam compreender melhor os efeitos latentes e manifestos destas posições para (re)definir o género além da oposição masculino/feminino. O presente estudo centra-se, portanto, no aprofundamento das interseções do tempo (biográfico e histórico) ao longo de cursos de vida pautados por processos de descoberta e identificação com um género não binário. O cruzamento entre a vida vivida e o período em que se vive a experiência genderizada revela-se fundamental para compreender as possibilidades de se (des)fazer e (não) pertencer ao género. Foi deste modo que respondemos ao objetivo específico 2: refletir criticamente sobre as condições em que o género é alternativamente (re)produzido ao longo das vidas não binárias nos contextos português e britânico.

2. Trajetórias de género transgressivas – entre transições e (não) pertenças

Segundo a perspetiva do curso de vida, *transição* remete para a ideia de *mudança* – para os momentos em que ocorre uma viragem (acelerada) e destabilização de fases ou estágios vividos anteriormente numa dada trajetória (Levy e Pavie Team 2005, 15). É, portanto, o *resultado* (a chegada a um novo estado de estabilidade), as *deslocações* e a *temporalidade reduzida* (mesmo que as consequências possam ser prolongadas) que caracterizam a ideia de transição (*ibid.*). Transitar implica um “antes” e um “depois”; transformar em vez de conservar. Quando aplicado ao curso de vida, este deslocamento ou transferência de posicionamentos tem implícita uma ideia de linearidade, de passagem entre fases. Quando aplicado ao fenómeno transgénero, a ideia de transição remete predominantemente para a ideia de migração do masculino para o feminino ou do feminino para o masculino.

Cunhada pelo médico Harry Benjamin, como vimos antes, a narrativa biomédica dominante da transição de género – informada por pacientes que procuravam uma “cura”, um resultado estável para a sua situação de “transsexualidade” – define-se precisamente pela passagem permanente de uma fronteira para outra (Ekins e King 2006, 34). Esta ideia de permanência é possível porque existe um binário estável de género, hegemonicamente construído, que determina duas categorias entre as quais nos podemos mover. A transgressão de género, nesta vertente, é *esporádica* na medida em que implica temporariamente um estado de “transição” cujos tratamentos presumivelmente resolverão. O *resultado* é chegar a um dos dois géneros legíveis, a uma deslocação breve entre os polos. Mesmo se tratando de uma “confirmação”, há um “antes” biológico que requer transformação; há um “antes” nomeado que precisa de nova designação e documentação; um “antes” que transita para aquilo que sempre se foi, mas cuja atribuição (médica, social) não correspondia. Como referem Ekins e King (2006, 35), os processos *migratórios* de género correspondem em larga medida a uma narrativa moderna de si, que começa com sofrimento e dor (frequentemente secreta e silenciosa), passam por um momento de viragem fundamental – uma nova compreensão e ação – que levam a uma transformação vitoriosa, que triunfa sobre o sofrimento vivido. São de facto histórias de muito sofrimento e da conquista legítima da transformação – i.e. da confirmação de que houve um equívoco na atribuição de género à nascença. Trajetórias agonizadas pelos diversos obstáculos e sacrifícios que emergiram ao longo do caminho. Mesmo que seja uma “viagem e regresso” àquilo que sempre se foi, é possível *tornar-se* outro/a. Estas histórias tendem a favorecer a oposição dicotómica do género na medida em que naturalizam a separação entre masculino e feminino. As transgressões de género produzidas são assim esporádicas porque a trajetória está

estruturada em torno de uma transição passageira que poderá criar (ou não) alguma ambiguidade – um limbo provisório, que se procura ultrapassar.

Como referimos no capítulo III, a conceção biomédica da transição baseia-se em noções de sequencialidade e linearidade. É possível parametrizar o tempo, justamente porque existe um *resultado* estabelecido (menos contestado), na deslocação entre ambos os géneros. Mas, se partirmos do princípio que transição requer mudança, não poderão estas dinâmicas enquadrar-se igualmente como processos continuados de transformação? Contudo, abarcá-las numa conceção de continuidade exigiria o deslocamento das perspetivas dicotómicas (género *vs.* sexo; masculino *vs.* feminino; cultura *vs.* natureza; corpo *vs.* mente) em que se apoia a definição biomédica. Entre outras coisas, implicaria que se considerassem outros ideais corporais, estados provisórios de transformação, fluidez identitária e a substituição de uma conceção de “arrependimento” por uma de “perseverança”. Se assumirmos que mudar é *persistir* na mudança – apurando, afirmando e reavaliando as possibilidades existentes – eventuais reconsiderações ou arrependimentos só seriam possíveis por causa desse processo transformativo. Face ao limbo de viver entre os dois géneros reconhecidos, a transformação da pertença é efetivamente mais complexa.

As transições estão de facto presentes nas 19 trajetórias das pessoas que (des)fazem o género além do binário, em análise neste estudo. O que é distintivo para estas pessoas ao nível da mudança é a ausência de linearidade e sequencialidade, com muitas a enfatizar tempos provisórios e não definitivos. Vivem, portanto, na indefinição delimitada pelas (duas) possibilidades legíveis existentes. Afirmar as suas identidades implicou fluidez e/ou abertura, transitar eternamente. As alternativas de transição de género presentes nos testemunhos destas 19 pessoas não binárias obedecem a uma lógica de dinamismo e transformação muito diferente da veiculada pela biomedicina. Podendo convergir em diferentes aspetos com as trajetórias migratórias, a “pertença” não exclusiva amplia os horizontes e as expectativas de transformação.¹ Nestes casos o *resultado* é a perceção da (im)possibilidade de transitar – não é o destino mas a viagem que é privilegiada, uma jornada de ultrapassagem das fronteiras previamente definidas. As *deslocações* são de vários tipos e baseiam-se sobretudo no processo

¹ Importa ressaltar que o relevo da continuidade e do devir característicos das trajetórias de género não binárias encontradas não invalida que estes processos possam ser identificados ou referidos noutras modalidades de género, incluindo as antagónicas. As trajetórias de género não binárias distinguem-se neste âmbito por causa dos obstáculos interpretativos e as possibilidades existentes para se transitar. Mas como já dissemos, os processos de distanciamento e identificação são variáveis conforme o tempo e a situação vivida, existindo certamente diferentes graus de mudança e transformação. Porém, face ao modelo biomédico, e como vimos antes, as possibilidades de “transição” são visivelmente mais estreitas.

de afirmação do *self*, implicando posicionamentos que se vão alterando ao longo do tempo. Estas alterações podem ser rápidas ou prolongadas, dependem do processo de descoberta e dos modos de identificação. E, ainda que se constituam como experiências de género alternativas à da migração para uma categoria fechada (de masculinidade ou feminilidade), fundamentam-se também numa ideia (abrangente) de transição associada às transformações experimentadas ao longo da vida vivida.

Na perspetiva do curso de vida, várias áreas disciplinares recorrem ao conceito de “etapa” para designar um período da vida (de duração variável) que se caracteriza por uma estabilidade relativa ou mesmo um “equilíbrio” (Levy e Pavie Team 2005, 13). Se por transição nos referimos a transformação e mudança, “etapa” ou “fase” corresponde aos momentos da vida em que nos encontramos invariáveis ou imóveis. Nesta aceção, a transição representará aquilo que baliza a “etapa”, o parâmetro que divide os momentos de quietude e de turbulência ao longo da vida. A passagem entre um momento e o outro é frequentemente conceptualizada em termos de (re)direcionamentos das trajetórias. Provocados por “eventos”, “episódios” ou “pontos de viragem”. Os eventos podem ser “expectáveis” ou “disruptivos” com consequências “profundas e globais” na (re)orientação da trajetória de vida (Levy e Pavie Team 2005, 19). Mas quando aplicada às trajetórias de género transgressivas, a conceptualização do curso de vida segundo princípios de estabilidade e mudança é improvável. Se o *resultado* da transição é a própria viagem e as *deslocações* se apoiam numa afirmação variável do *self*, de que modo poderemos falar de “fases” e “imobilidade” nestes casos?

A crítica da visão sociológica estrutural-funcionalista sobre as “fases” enquanto estados estáveis de duração variável é bastante consensual precisamente porque esta acarreta uma definição linear e determinista do curso de vida (Levy e Pavie Team 2005, 15). Por sua vez, na abordagem biomédica ao fenómeno transgénero, permanece a perspetiva linear do curso de vida, com uma sequência “lógica” e “expectável” de eventos. Como iremos demonstrar, enquadrar as trajetórias de género não binárias numa formatação dicotomizada entre mudança e estabilidade é uma redução errónea. Sempre “inacabados”, os relatos sobre os momentos de mudança de género veiculados pelas 19 pessoas deste estudo caracterizam-se por três transformações centrais e interrelacionadas: aceitação, intensificação e reconhecimento. Os processos associados a estas transformações sobrepõem-se e variam consoante a especificidade de cada trajetória de género². Face aos momentos de viragem particulares, encontramos

² Como veremos no próximo capítulo, as múltiplas temporalidades patentes na experiência social não permitem uma reconciliação “pura” entre a vida vivida e a vida contada. Os dados que dispomos são por isso muito ricos

diferentes encadeamentos que se traduzem em transformações no plano das identificações, afirmações e posicionamentos que vão sendo assumidos ao longo da vida. A noção de pertença no género é, por isso mesmo, central para compreender as vidas vividas.

A formação do sentido de *self* é dialógica.³ Isso requer um reconhecimento coletivo, partilhado com outros, para que os apelos de *pertença* possam ser bem-sucedidos (May 2016b, 751). *Pertencer* engloba, nesta aceção, “ser aceite”, “adequar-se”, “sentir-se em casa”. Engloba validação. Por sua vez, *não pertencer* equivale a um sentido de distância para com os outros (*ibid.*).⁴ A problemática da *não pertença* é bem retratada na figura simmeliana do “desconhecido” (ou «visitante», *The Stranger*, Simmel 1950 [1908]).⁵ O “terceiro elemento” que está no grupo a partir da sua fronteira, presente mas isolado. O seu lugar “insular” resulta de um não reconhecimento (mútuo) da pertença – da produção de alteridade/ estranheza explícita ou implícita.⁶ Esta *alteridade* no caso do género remete especificamente para os processos e modos de diferenciação nos contextos de interdependências relacionais.

Como refere Aboim (2014) o questionamento da diferença de género e a consciência de novos níveis de diversidade têm sido amplamente abordados por várias correntes teóricas e ativismos contemporâneos. Esta abertura conduziu a um novo estágio das lutas de poder (Aboim 2014; 2010). O género, enquanto categoria e modalidade de ordenação da vida social, depende da elevação das diferenças que organizam e hierarquizam as identidades segundo lógicas de dominação (Lawler 2014). As diferenças são mecanismos produtivos presentes na realidade social que propiciam simultaneamente tensões e o fundamento ontológico em que se baseia a diversidade de género. Nesse sentido, o que as identidades de género nos permitem captar são os sentidos subjetivos da experiência de se pertencer e/ou tornar um género. Ser mulher, ser homem, ser não binário, etc. são formas de identificação que descrevem e prescrevem

tanto para a análise da narrativa no seu todo como para a análise dos episódios vividos e eleitos como importantes para a experiência da transformação e posicionamento no género não binário (ou não exclusivo). Esta separação heurística permite, por sua vez, considerar a complexidade das práticas e relações de género.

³ Na medida em que ocorre tendo o “outro” (*generalizado*, *fantasmagórico* ou *particular*) como ponto de referência. Estamos sempre envolvidos em diálogos internos “poli-vocais” que mantemos com um conjunto de interlocutores (May 2016b, 750).

⁴ No seu estudo sobre 38 relatos de *não pertença* May (2016b) relembra a utilidade da distinção de Griffiths (*op. cit.* 1995) entre a pertença a “grupos estruturais” (posição social ocupada como o género, nacionalidade ou etnia – que não são objeto de escolha) e a pertença a “colégios invisíveis” (sentidos ou interesses partilhados). A autora verificou que a maioria das pessoas se distanciou mais frequentemente da segunda categoria, designando-os de “*estranhos invisíveis*” porque a sua (auto/hétero) exclusão se baseava em “qualidades esquivas”.

⁵ Figura clássica da sociologia, também abordada por outros autores como Alfred Schutz, que permite conceptualizar as relações sociais nas suas múltiplas dimensões “objetivamente subjetivas”: a espacialização; as formas específicas de interação; a alteridade e a alienação (Marotta 2012).

⁶ No estudo citado sobre a *não pertença* May (2016b) verificou que o não reconhecimento de uma pertença se fundamentava principalmente por formas subtis de demarcação baseadas em interesses ou comportamentos (e não tanto em diferenças corporais visíveis).

modalidades práticas de gênero. Por sua vez, a *alteridade de gênero* – i.e. a característica, qualidade ou diferença característica de se ser “outro” (alter) (Khan et al. 1997) – permite-nos compreender melhor o caráter relacional e não atomizado da experiência de gênero. Ao nos basearmos na diferença resultante das experiências vividas podemos aprofundar essas distinções existentes nas relações de gênero. Ou seja, saber em que medida a menor correspondência ou incumprimento dos referentes contidos no *dever ser* traduz as distinções e prescrições.

E são precisamente as *diferenças subjetivas* que ressaltam nas trajetórias de gênero vividas pelas 19 pessoas deste estudo. Os seus percursos pautam-se pela permanência no limbo, pelo desconforto consigo e com os outros em relação ao gênero binário. Perceber-se como diferente traduz-se pelo desconforto ou desadequação a um conjunto de expectativas – de práticas, preferências e expressões tipicamente associadas ao gênero atribuído à nascença. Uma não pertença ao feminino ou ao masculino. No entanto, em muitos casos, a “consciência” de não se pertencer ao gênero atribuído foi um processo lento e com várias portas de entrada. Estas podem ser paralelas, indiretas ou parciais. Como veremos mais adiante, a ausência de um léxico e informação disponível para se poder nomear o que se é constituiu um obstáculo importante nas possibilidades de identificação ao longo do curso de vida das pessoas aqui retratadas. Importa por isso começar por essa desidentificação, pela alteridade genderizada e pelos processos de transformação que resultam na aceitação das diferenças no (des)fazer do gênero.

3. Aceitação

A primeira transformação (sucessiva) diz respeito à *aceitação*. Aceitar a necessidade e a continuidade da mudança para um gênero distintivo do binário é uma característica central no modo como estas 19 pessoas interpretam a transição. A constância na mudança está muito patente nas trajetórias de *oscilação* – aceitar que a mudança é uma componente intrínseca ao que se é, cujo retardamento ou resistência é mera ilusão. Como refere Xuxa:

(...) não é um estado de passagem. O cross-dressing, bem definido, é um estado final. Agora, também é verdade que o cross-dressing fazendo parte integrante da personalidade, a pessoa que o é, é para sempre enquanto viver. (Xuxa, 1956, PT)⁷

A aceitação remete não só para a capacidade de aquiescer com aquilo que sempre se foi, diz também respeito a uma emancipação dos modos de expressão e compreensão de si. O “antes”

⁷ Em contraponto à definição veiculada pela comunidade digital *Nonbinary wiki*, a categoria *cross-dresser* também pode e tem sido usada na prática como forma de identificação.

refere-se ao reprimido, recusado e contrariado – ao sentimento de diferença, de não pertença. O “depois” é descrito como compreendido, libertador e facilitador – a capacidade de adaptar-se e viver de acordo com esse modo de ser/tornar-se. Transitar remete aqui para uma permissão (positiva) da diferença e para a capacidade adaptativa viver em concordância com a mesma:

(...) eu interiormente não estou a mudar, ou melhor, eu interiormente estou simplesmente a aceitar coisas que eu sou, estou a passar por um processo em que aceito-me na totalidade, não estou a repreender nada, mas estou a adaptar a forma como as pessoas... Ou melhor, a forma como eu consigo que as pessoas olhem para mim, a adaptar-me exatamente àquilo que eu sinto interiormente. E lá está, aí há uma transição, lá está, de uma coisa para a outra. Agora, interiormente, não há, não acho, não há uma mudança. Realmente a palavra transição é a mais correta. (Alex, 1987, PT)

Nos relatos analisados, encontramos várias possibilidades de adaptação decorrentes do processo de aceitação para si e de si e da maior compreensão da pertença a um género alternativo. Passando muitas vezes (precisamente) pela rejeição da diferença e pela procura de ocultação ou desconsideração da não pertença ao género atribuído à nascença, as vidas relatadas sublinham mais o (auto)conhecimento do que a expressão (material, simbólica, performativa) dessa compreensão:

Não vejo nenhuma vantagem para mim. Eu posso ser a Nelle e estar no papel sempre que quiser, então qual é a vantagem para mim de tentar viver a tempo inteiro [exclusivamente como mulher]? Dentro de mim, não muda quem eu sou ou quão feminina ou não estou dentro de mim mesma. É apenas apresentação, decoração de vitrina! (Nelle, 1943, UK)⁸

O relato de Nelle é ilustrativo de um processo de aceitação à pertença de género não exclusiva. Ao enquadrar a sua performance de género numa lógica de *custo-benefício*, esta participante reporta-se a uma reflexão sobre as “vantagens” entre demonstrar um género e pertencer a um género. O problema da apresentação de si e do reforço ou distanciamento face às expectativas e horizontes que constroem as práticas de género foi, aliás, vivido por todas as pessoas do estudo (em graus variáveis) como uma inadequação. Estas 19 trajetórias são pautadas por contrastes e demarcações que vão sendo, ao longo do tempo vivido, percebidas como diferenças na pertença. Importa por isso, considerar o domínio da aceitação em devir e as transformações associadas em quatro planos, a saber: i) o plano dos distanciamentos e inadequações; ii) o plano das descobertas; iii) o plano dos constrangimentos ao longo da vida; e iv) o plano da identificações.

⁸ Tradução própria do original em inglês. As expressões assinaladas entre aspas [] referem-se à contextualização ou aos termos usados, para revelar a opção de tradução feita. Procurei traduzir o sentido mais próximo do significado contextual quando não existe um termo equivalente direto na língua portuguesa. Todas as citações subsequentes foram traduzidas. As ênfases são minhas. Os pronomes pessoais usados pelas/os/es participantes foram respeitados.

3.1. O género inadequado

Muitas/os/es participantes relatam sentimentos de desadequação desde a infância, explorações cautelosas ou reprimidas, vivências da diferença isoladas e tentativas (falhadas) de conformidade. Uma procura ativa de correspondência ao paradigma heteronormativo ou mesmo na identificação com outras orientações sexuais que não resulta em pertença efetiva, validada por si e por quem está à sua volta. A insularidade experimentada nas diversas interações e “colégios invisíveis” é uma constante ao longo do curso de vida destas 19 pessoas. No plano das emoções, são relatadas sensações de *alheamento* (Lake aos 16 anos/1991), *estranheza* (Selma aos 7 anos/1999; Noa aos 43 anos/2000; Lé aos 16 anos/2009), *tristeza profunda* (Samuel aos 12 anos/1979), *confusão e perplexidade* (Jim aos 25 anos/2001; Denis aos 16 anos/2005; Ana aos 14 anos/2011 e aos 18 anos/2015). Independentemente da época em que nasceram, as rejeições e desejos são vividos desde uma tenra idade.⁹

A não pertença ao género, mesmo que pouco consciente, começa por um posicionamento em relação à “casa” de partida. Manifesta-se de forma muito diferente dependendo de onde se parte. Ou seja, os modos como a feminilidade e a masculinidade são interpretados e vividos desde cedo estão intrincados com as expectativas de género atribuídas e reconhecidas. Olhando para as trajetórias das 19 pessoas desde o género de partida, verifica-se uma clara separação entre “aqueles” de quem se esperava serem masculinos/ fazerem a masculinidade e “aquelas” de que se esperava serem femininas/fazerem a feminilidade. Isso é explicado pelo facto de os processos de validação das pertenças de género se basearem principalmente nos sistemas hierárquicos das suas estruturas. Como relembra Almeida (2015) a rejeição das pessoas e das categorias LGBTQI dependem em primeiro lugar da discriminação do género, particularmente da categoria do feminino e das mulheres. Esta discriminação do feminino depende, por sua vez, da misoginia. Ou seja, da assimetria existente que subordina, vigia e controla a feminilidade a partir da masculinidade. E é por isso que o género atribuído à nascença tem um peso diferente nestes 19 casos. Porque as expectativas de que foram alvo e os seus sistemas de validação se baseram fortemente numa hierarquia que estabelece o masculino como neutro ou superior e o feminino como inferior. Importa portanto aprofundar as diferenças de não pertencer ao longo da vida a um dos polos reconhecidos.

⁹ Os sentimentos de diferença como razões para a exclusão são centrais na análise das trajetórias de género e para compreender os posicionamentos assumidos. Como veremos no próximo capítulo esta diferença também é narrada enquanto positividade e afirmação. A maior parte das pessoas deste estudo desenvolveu uma conceção de si ancorada na afirmação dessas diferenças. Para isso foi no entanto necessário todo um percurso. É sobre esses processos e os seus modos que nos debruçamos neste ponto.

As diferenças na expectativa do feminino

De quem se esperava o feminino encontramos quatro modos principais de diferenciação. No primeiro modo a rejeição passa por uma *desidentificação com a feminilidade* (1). Pela negação e não pertença ao “grupo das raparigas” (Noa aos 4 anos/1961; Dinis aos 6 anos/1994; Lé aos 6 anos/1999). Esta não pertença foi primeiramente manifestada pelos outros. O caso do Dinis é bastante ilustrativo de uma quase ausência de consciência em relação à forma como (des)fazia a feminilidade. Relata sentimentos de diferença desde cedo mas foi inicialmente protegido pelo seu meio familiar:

Eu sempre tive alcinhas no masculino, desde pequeno. A minha mãe sempre me tratou por «filho» ou por «filha» – dependendo da situação. O meu pai chamava-me «Zé» [Risos] Até os meus avós me chamavam pronomes masculinos. Portanto... Eles provavelmente já sentiam que eu era um bocadinho diferente. Eu não sei explicar é como. Provavelmente porque os meus gostos não eram os típicos. (...) Sempre estive no meio-termo, nunca fui uma coisa nem outra. (Dinis, 1988, PT)

Até aos 18 anos (2006) – quando muda de cidade para ir estudar – as suas “preferências” e “expressões” não eram alvo de uma demarcação cerrada. Sentia-se relativamente aceite por ser quem era. Foi quando mudou de contexto que as diferenças (*alteridade genderizada*) se tornaram relevantes para Dinis. Por causa do não reconhecimento do seu modo de (des)fazer o género:

Eu já me sentia diferente, mas foi quando tive perceção de que a minha diferença fazia diferença aos outros (...) Porque diziam-me coisas como: «Tu és um homem ou és uma mulher?» Ou: «Porque é que não podes ser uma mulher normal? Porque é que não te podes vestir como as outras pessoas? Porque é que não... Porque é que não gostas de usar decotes? Porque é que não gostas de usar sapatos altos? O é que é que tens de errado?» E isso não tem nada de errado! [Risos] (Dinis, 1988, PT)

Neste primeiro grupo de trajetórias a desidentificação com o feminino prevalece como a forma principal de diferenciação. Mas interliga-se, com intensidades variáveis, ao segundo modo: o da rejeição da feminilidade através de uma *identificação com o masculino* (2). Mais visível noutro grupo de trajetórias de género (Lake aos 6 anos/1981; Jim aos 8 anos/1984; Denis aos 6 anos/1995; Selma aos 7 anos/1999), aqui a recusa do feminino passa pela afirmação e adoção de práticas e expressões estereotipicamente masculinas, descrita (simbolicamente) através da imagem da “maria-rapaz”. Neste segundo grupo, as trajetórias são predominantemente marcadas pela “pertença” ao “grupo dos rapazes” que se manifesta na manutenção de relações, preferências e atividades “tipicamente” masculinas (como jogar à bola, subir às árvores, fazer artes marciais, etc.) e na adoção de expressões masculinas (uso de cabelo rapado ou curto e de roupas largas, compradas na secção dos rapazes). Apesar dos sentimentos e do reconhecimento

(mútuo) da alteridade genderizada, para estas pessoas a diferenciação de género foi relativamente aceite e passou “despercebida” nas fases iniciais do curso de vida.

O mesmo não se pode dizer daquelas cujas trajetórias de género são mais demarcadas pelo terceiro modo: *a ambição pela masculinidade* (3). Nestes casos o que prevalece é uma afirmação de si a partir da masculinidade. Este modo é mais raro (ou menos preponderante) nas trajetórias de género não binárias e refere-se mais a “momentos” localizados no tempo. Episódios que são relatados por Sandy e António como circunscritos a uma fase de “desconhecimento” ou “menor consciência” do género. Uma demarcação que resulta em parte de um distanciamento face à narrativa biomédica – da matriz que enfatiza a corporalidade e a “natureza” masculina; a *migração* de género e a conformação ao binário (Ekins e King 2006). Excepcionalmente ou não, nestas duas trajetórias de *aproximação* ao género masculino o principal modo de diferenciação de género baseou-se no “desejo do masculino” (Sandy aos 6 anos/1972) ou de uma “corporalidade masculina” (Sandy aos 38 anos/2004 e António aos 19 anos/2008). A diferença foi sentida na vontade de se “ser outro” ou ter “outro corpo”. Ambições vividas em ambos os casos com ansiedade e em muitos momentos reprimidas. Os seus percursos associam-se em parte às trajetórias tipicamente enquadradas pela migração de género – recurso ao acompanhamento médico, realização de cirurgias, etc. Contudo diferem substantivamente dessas pela aceitação e exaltação do seu “lado feminino”. Para António e Sandy a diferenciação resulta principalmente do facto de serem “homens femininos” cuja sensibilidade de género os coloca a meio caminho da dicotomia:

Eu realmente experimentei isso como uma perda, efetivamente, essa sensação de sororidade [sisterhood] que eu costumava ter, de facto, com outras mulheres em torno deste tipo de questões [de violência sexual]. Tudo o que posso fazer agora é fazer o que eu posso como gajo [guy], agora, para quebrar as raízes dessas questões e também do que eu considero ser masculinidade tóxica e essa necessidade de poder e controlo que eu vou desafiar e eu vou desafiar outros homens sobre isso e, claro, agora eles levam-me muito mais a sério. (Sandy, 1966, UK)

Enquanto no primeiro modo as trajetórias foram inicialmente pautadas pela negação do feminino e no segundo pela afirmação masculino em detrimento da feminilidade, nestes dois casos que compõem o terceiro modo foi a afirmação de si a partir de uma masculinidade feminina que prevaleceu na estruturação da diferença.¹⁰

Por sua vez, o quarto modo de diferenciação de género – a rejeição do feminino *através da ambivalência ou androginia* (4) – é mais visível naquelas/eles/iles que “desejam ser ambos”

¹⁰ Como veremos no próximo capítulo, a masculinidade feminina é vista por muitas/os/es participantes como uma forma de desconstrução da masculinidade hegemónica. Para António e Sandy assume também uma grande centralidade nos modos de diferenciação ao longo da vida e no significado da diferença.

(Micha aos 8 anos/1994), não se sentem enquadradas/os/es ao nível da sexualidade e do género (Ash aos 10 anos/1992) ou adotam expressões de género neutras (Lou aos 16 anos/1988). A ausência de vocabulário para se definirem e a experiência da vivência no limbo é sentida mais fortemente nestes casos. Aqui o que é preponderante é a não pertença a nenhum grupo ou categoria:

Essas palavras são importantes porque antes não havia palavras, exceto híbrido – que era muito pessoal, que não significa nada para ninguém, então... Não conseguia falar sobre isso e tive a impressão de estar sozinho [alone]. (...) Por um lado, tu tens as pessoas «normais», os homens «reais» e as mulheres «reais», depois tu tens as pessoas trans, e é dito que tu nasceste no corpo errado (...) Então, eu não me identifiquei com nenhum desses. Então, para encontrar essas palavras, e pessoas que se identificam com elas, que falam sobre isso, que escrevem sobre isso... Deu-me ferramentas para me libertar. E fora isso, sou eu mesmo [myself], não sou diferente de ninguém. É só que agora eu sei e posso dizer quem eu sou. (Micha, 1986, PT)

Como veremos também adiante, a existência de uma linguagem para tornar inteligível o sentido subjetivo de ajustamento ao género assume uma importância fundamental. Este peso relaciona-se com o facto de se tratarem de não pertenças a “grupos estruturais”, que os novos léxicos das experiências não binárias permitem compreender.

Com efeito, muitas/os/es participantes referem a sensação de “conforto” numa expressão mais neutra/ andrógina ao longo da vida (como Sandy aos 15 anos/1981; Dinis aos 14 anos/2002 e Alex aos 14 anos/2001). No caso de Lou esta demarcação foi decisiva no seu posicionamento face ao género:

O próprio termo não binário para mim, como uma pessoa não binária, é que o género não entra na minha identidade. É aquilo que confunde as outras pessoas. Se as pessoas me leem como masculino, está bem, se elas me leem como feminina, também está bem. Não me incomoda, isso são elas. Eu sou eu, eu existo. (Lou, 1972, UK)

A necessidade de um posicionamento em relação à androginia e à atribuição de género equivocada (*misgendering*) é narrada por diversas/os/es participantes. Neste âmbito, a trajetória de Lou destaca-se pela indiferença face à atribuição e interpretação de que é alvo. Distingue-se pela exaltação de uma não pertença ao género em geral.

As experiências de género aqui retratadas são obviamente compostas de singularidades. E no conjunto das 19, a trajetória de Alex (1987, PT) é a mais particular relativamente aos modos de diferenciação. Com efeito, a alteridade de género sentida por Alex ao longo da vida fica a meio caminho da divisão entre o grupo de quem se esperava o feminino e o grupo de quem se esperava o masculino. Começando por se identificar com o feminino aos 4 anos (1991), já tinha cerca de 10 anos (1997) quando ambicionou por uma corporalidade feminina (“trocar de sexo”), tendo posteriormente adotado uma expressão andrógina (aos 14 anos/2001). Para Alex as

diferenças de gênero implicaram um vai e vem entre vários universos: frequentando *cross-dressing* (CD) (a partir dos 20 anos/2007), coibindo-se de o fazer e exercendo em exclusivo a masculinidade (entre os 24 e os 26 anos/2011-2013, por causa de uma relação conjugal), para depois se aproximar da comunidade Transgênero (a partir dos 27 anos/2014) e encontrar um sentido “parcial” de pertença. Como nos diz:

E apesar de sentir que estou muito mais próximo daquilo que é uma rapariga, não me considero... Lá está, mesmo quando me apresento e fazem-me aquela pergunta do «neste momento tu és um rapaz ou uma rapariga? O que é que consideras?», eu não me consigo fixar no «sou puramente uma rapariga» ou «sou neste momento um rapaz em transição», lá está, eu sou um misto das duas coisas. (Alex, 1987, PT)

Excetuando esta trajetória transgressiva muito particular, as pessoas de quem se esperava o masculino não apresentam relatos equivalentes de distanciamento da masculinidade como acontece no caso da expectativa de feminilidade e a sua rejeição.

As diferenças na expectativa do masculino

Neste segundo grupo encontramos dois modos principais de diferenciação ao longo da vida. No primeiro modo as demarcações remetem para o *prazer no feminino* (1), para o âmbito da personificação da feminilidade através de roupas e acessórios estereotipicamente femininos. O “conforto” em expressões mais femininas foi experimentado sobretudo pela transformação temporária e ocasional a partir da infância ou adolescência (Xuxa aos 4 anos/1960; Nelle aos 20 anos/1963; Grace aos 13 anos/1975). Nestas trajetórias, a diferença foi mantida em segredo e em privado por muito tempo, traduzindo-se como uma atividade paralela à manutenção da masculinidade “esperada” (heteronormativa, aceite). A conciliação entre a masculinidade e a feminilidade foi possível pela separação (espacial e temporal) das oportunidades para *oscilar* entre os “dois” universos e, por isso, facilitadora da convivência com a diferença. Isso não significa que estas trajetórias estivessem isentas de sofrimento e repressão. O estigma associado à prática da personificação da feminilidade por parte de quem se esperava o masculino foi tremendo. Contudo, a manutenção quotidiana da masculinidade e a circunscrição da feminilidade a uma atividade específica (e discreta) por Grace, Xuxa e Nelle permitiu-lhes uma experiência da alteridade genderizada menos intensa pela menor exposição pública à “prestação de contas” e ao julgamento alheio.

Esse não foi o caso das trajetórias em que o segundo modo, de *identificação com o feminino* (2) foi mais estruturador da diferenciação de gênero ao longo do curso de vida. Mais expostas à avaliação e opinião sobre a diferença de gênero, Ana e Domingas relatam experiências de demarcação mais acentuadas, com episódios de humilhação e proibição por causa das suas

preferências e expressões. Aqui encontram-se alguns elementos de não pertença à masculinidade por causa do desempenho de atividades estereotipicamente femininas (Domingas aos 8 anos/1990; Ana aos 6 anos/2003). Mas esta não chegou a ser uma recusa completa ou mesmo um repúdio efetivo da masculinidade. Isto porque em ambos casos a negociação das expectativas de masculinidade se traduziu numa certa aceitação do desempenho “funcional” a partir do género masculino ao longo das suas trajetórias. Dependendo dos contextos, tanto Ana (1997, PT) como Domingas (1982, PT) permitiram e permitem uma correspondência parcial à demarcação do masculino, apesar de se posicionarem criticamente face às expectativas e estereótipos. No fundo, mais do que uma rejeição da masculinidade, ao contrário do que vimos no primeiro grupo, nestas trajetórias não se encontra um paralelo de “desidentificação com o masculino”. Da norma que não precisa de ser nomeada, que é privilegiada, contrariamente à da feminilidade. Quer a feminilidade clandestinamente vivida, quer a feminilidade revelada, coexistem com a manutenção ou convivência de práticas masculinas nos casos em que era essa a atribuição inicial. Como nos relata Domingas:

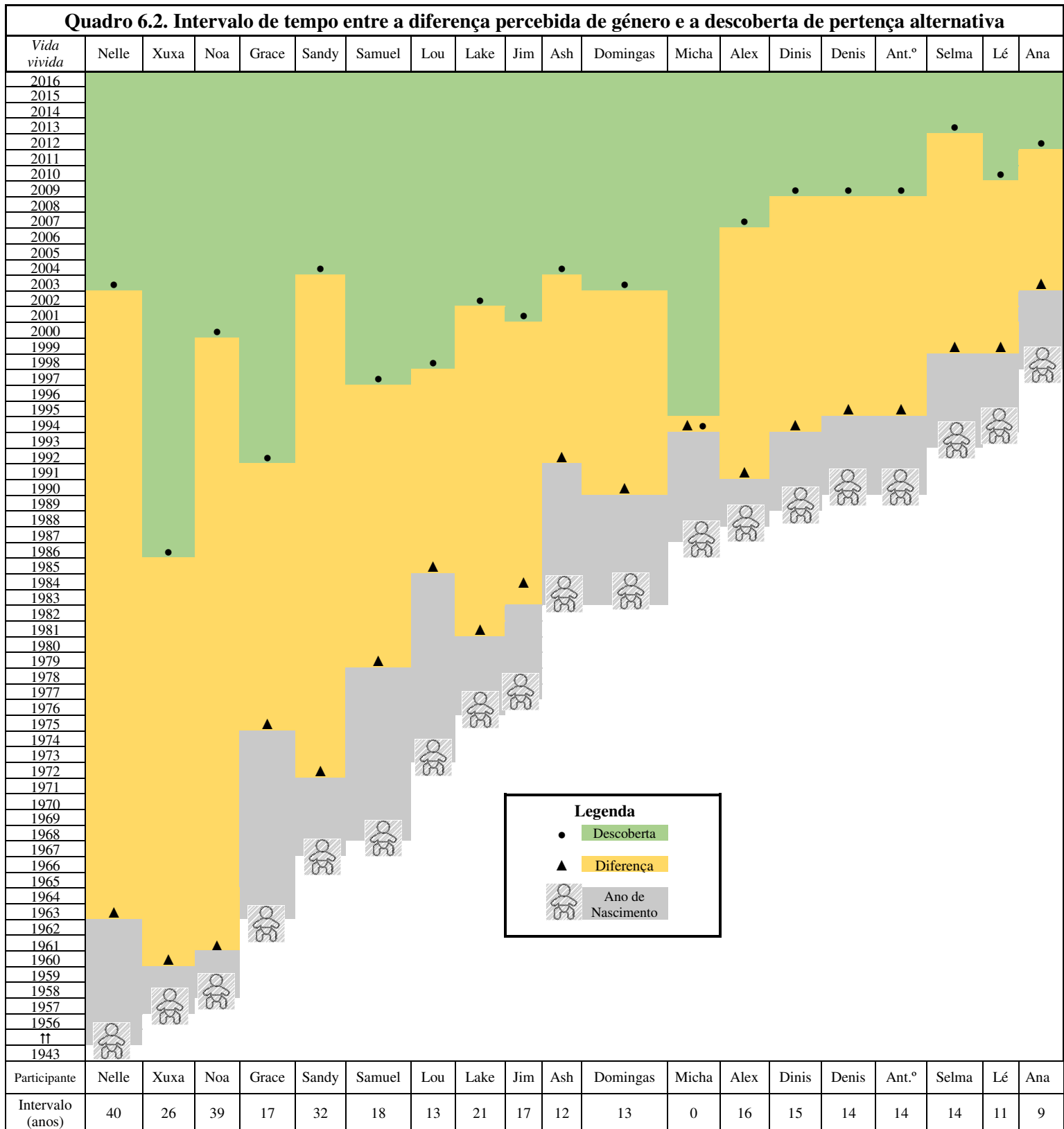
(...) eu tanto estava a andar à porrada como rapaz, às vezes um pouco até se calhar para esconder um lado mais feminino – portanto qualquer coisa eu resolvia tudo à pancada – como de repente era capaz de estar a falar 4 horas sobre coisas que, que eram sentimentalistas, que eram emocionais, que eram... e elas ouviam, gostavam, e eu estava ali, pronto, e... e não, quer dizer, sem ser uma coisa de conversa de um manguito, quer dizer, eu ouvia-as porque queria ouvi-las. (Domingas, 1982, PT)

A necessidade de demonstrar violência é vivida por Domingas como uma forma de ocultar a feminilidade. Mas simultaneamente também reforça a sua virilidade e afasta desconfianças quanto a outras pertenças de género. No caso desta/e participante, verifica-se uma dualidade entre a expectativa masculina e feminina que se traduz em apropriações e interpretações situadas dos modos adequados de fazer o género. Em diversos episódios da sua vida, as práticas de masculinidade preponderam na medida em que contribuem para proteger a sua reputação e manter de forma discreta as identificações com o feminino.

Como vemos, a desadequação ou desconforto com as expectativas de género atribuídas é experienciada por todas estas 19 pessoas, mas reflete posicionamentos e negociações muito distintos face à “casa de partida”. A atribuição do género e os processos de hierarquização da masculinidade e da feminilidade formatam, de certa forma, os modos como a diferença é vivida e as pertenças e as não pertenças possíveis. Como veremos também no próximo capítulo, estas grelhas interpretativas para (des)fazer o género estruturam-se em grande medida a partir de um horizonte hegemónico que contribui para reforçar a oposição entre masculino e feminino, prevenindo as alternativas.

3.2. Das diferenças às descobertas

Paralelamente aos modos de diferenciação de género ao longo da vida, há também aspetos e processos que foram comuns a todas estas trajetórias de pertença a um género não binário. Processos que estão sobretudo relacionados com as transformações e mudanças na posição de género (os seus resultados) e que ocorrem vagarosamente ao longo do curso de vida destas pessoas. Os testemunhos estão repletos de (in)decisões e de eventos significativos que levam a uma maior tomada de “consciência”. A um processo de aceitação que se pauta por redireccionamentos para categorias de género alternativas ao binário. O acesso (tardio) à informação e léxicos aptos a descrever as experiências de diferença é apontado em todas as trajetórias como um dos principais obstáculos à (des)identificação de género não binária (Merlini 2016). Para estas 19 pessoas, a tomada de consciência da não pertença ao género atribuído à nascença ao longo da vida, mesmo que tivesse sido sentida indiretamente nos modos de diferenciação, levou muitos anos para se tornar inteligível e se repercutir numa “nova” pertença. Esta questão temporal não é, aliás, específica de quem se posiciona de uma forma alternativa face à ordem de género. Como vimos nos capítulos III e IV, as últimas décadas pautaram-se por um conjunto muito significativo de mudanças no âmbito da igualdade e do reconhecimento e autodeterminação das identidades de género. Os indícios destas transformações estão muito presentes nas trajetórias das 19 pessoas que participam na nossa análise. O que é característico nestas trajetórias de género é a ocorrência de vários inícios e descobertas – a descoberta de si, da linguagem, da comunidade, do ativismo. De processos interrelacionados de transformação biográfica que se vão sucedendo através de vários episódios. Se tomarmos como referência a primeira vez em que cada participante se sentiu diferente no género e a primeira descoberta de pertença podemos ver os efeitos das mudanças socio-históricas nestas 19 trajetórias transgressivas. O primeiro relato da diferença remete para o momento de alteridade genderizada, da inadequação do género; para o início do questionamento (latente ou manifesto). Já a primeira descoberta da existência de pertenças além do binário ou que o género pode ser (des)feito de forma não antagónica refere-se ao momento da apreensão, à primeira epifania sobre a pertença e que dialoga com esse questionamento. Estes tipos de episódios, sucessivos ao longo da vida, estão sobretudo relacionados com o processo de aceitação (para si e de si) do género e concorrem em grande medida para a chegada a uma pertença não binária. Considerando a história da nomeação do género em relação aos campos particulares do poder-saber, o tempo decorrido entre a primeira diferença percebida e a primeira descoberta é ilustrativo das mudanças socio-históricas que têm vindo a ocorrer nos contextos portugueses e britânicos. Senão vejamos:



Como podemos ver no quadro 6.2. há uma compressão do tempo nos cursos de vida, sendo sobretudo mais significativa para quem nasceu a partir dos anos 1980. O tempo decorrido entre a primeira diferença de género percebida e a descoberta da existência de pertenças alternativas

e do tema transgénero¹¹ é antecipado. Não sendo uma tendência específica das pessoas que se posicionam de modo alternativo ao binário de género, esta é todavia bastante significativa porque demonstra uma abertura de caminho para a maior discussão e tolerância a um novo paradigma de género. Face à conjuntura socio-histórica e às transformações políticas que aprofundámos no capítulo III, a divisão entre quem nasceu antes e depois dos anos 1980 não é uma coincidência. Tanto no Reino Unido como em Portugal, os anos 1980 representam um marco de viragem no acesso à informação e na antecipação dos eventos de mudança (as transições) ao longo do curso de vida.

Estas 19 trajetórias de género refletem, portanto, as transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XX. Foi muito relevante para a comunidade transgénero o surgimento e expansão de serviços, *sites* e redes sociais cada vez mais especializados e focados na co construção de sentidos de pertença.¹² No nosso estudo, a internet foi claramente uma das fontes mais populares para quem procurou intencionalmente o porquê das suas diferenças de género. Excetuando Xuxa e Micha, foi a partir da segunda metade dos anos 1990 que as/os/les participantes começaram a descobrir, em primeiro lugar, o significado de transgénero. Seguindo a tendência identificada no capítulo III (Shapiro 2015; Marciano 2014; Stryker 2008; Ekins e King 2010; 2006) para a maioria das pessoas aqui consideradas foi através do ciberespaço que efetivamente muitos questionamentos e descobertas ocorreram.

Os *media* ocupam, aliás, um lugar de destaque enquanto fonte de descoberta. Enquanto a internet foi (e é) o lugar de busca deliberada para a compreensão de si (a par do recurso ao apoio terapêutico), outras fontes mediáticas como documentários televisivos e revistas surgem como “fontes inesperadas” (Sandy aos 38 anos/2004; Samuel aos 30 anos/1997; Micha aos 8 anos/1994). Igualmente imprevisível, encontrar outras pessoas com expressões e identificações alternativas de género ao longo do curso de vida constituiu para muitas/os/es uma descoberta e viragem de trajetória (Noa aos 48 anos/2005; Lou aos 26 anos/1998; Micha aos 27 anos/2013; Denis aos 20 anos/2009; Dinis aos 25 anos/2013; Selma aos 21 anos/2013; Lé aos 19 anos/2012; Ana aos 15 anos/2012). A revelação para si mesmas/os/es do sentido de pertença não binário foi marcada pelos momentos particulares em que as experiências de diferença assumiram um significado e uma definição que antes eram ignorados. Como nos diz Ana:

¹¹ Apesar de nem sempre serem considerados em conjunto, o fenómeno transgénero (também por ser mais disseminado, especialmente a partir do campo biomédico) foi frequentemente uma porta de entrada para o conhecimento sobre o fenómeno não binário nas 19 vidas vividas.

¹² Do qual o *wiki NonBinary* é um exemplo como vimos no capítulo V.

Também é difícil para uma pessoa catalogada como masculina ser feminina na sociedade em que vivemos. E eu na altura, a coisa que eu me dizia a mim mesma era: «Sou um rapaz que gosta de vestir vestidos, pronto!» E houve um dia, em que eu estava com um grupo de amigas e uma delas encontrou uma pessoa que conhece, cumprimenta-a... E essa pessoa chamava-se [Lé]. E passámos a tarde toda com essa pessoa... E eu na altura, com a mentalidade que eu tinha na altura – e tudo o que eu vou dizer agora são coisas que já não digo hoje mas era a minha mentalidade na altura para se perceber bem – eu passei a tarde toda a pensar – porque nem tinha a ideia de que podia ser uma pessoa trans – passei a tarde toda a pensar: «É um rapaz muito feminino? Ou uma rapariga muito masculina?» E não conseguia perceber, nem tinha razão para tentar perceber... Mas na altura nem sabia isso! E então passei a tarde toda, sempre que me referia a ele, sem nunca utilizar pronomes de género, porque não queria ofender a pessoa. Até que por acaso acidentalmente saiu-me um nome qualquer, saiu-me por exemplo ela e eu disse: «Ele?» E ele respondeu: «Ele» E eu disse: «Ok.» E passei... Mas a partir do momento em que ele disse aquilo na minha cabeça categorizei-o como rapaz cis, era a minha lógica. Até que alguém – que não o devia ter feito, mas fê-lo – me explicou: «Ah, o [Lé] é trans, é não binário... Não sei quê...» Foi aí que eu aprendi... Tive logo assim uma descarga de [risos] informação! (Ana, 1997, PT)

De facto, em vários casos a “tomada de consciência” das diferenças de género ocorreu através do “confronto com o desconhecido”. Uma descoberta não solicitada que levou a uma nova auto conceção e redireccionamento da trajetória de género. Um encontro que reconfigurou os horizontes de expectativa e os espaços da experiência para (des)fazer o género. Como veremos no próximo capítulo estes (des)encontros não são momentos de “instanciação direta”. Apesar de conterem para muitas/os/es o significado de epifania, os seus efeitos nas trajetórias biográficas de género exigiu uma perlaboração – i.e. uma ponderação ou elaboração mais substantiva sobre os seus sentidos. Muitos destes confrontos levam a longos períodos de autoquestionamento e incerteza. A transgressão do binário de género teve, aliás, custos elevados. A assunção da pertença ou de um posicionamento efetivo relacionada com a “aceitação” foi um processo de profunda transformação nestas 19 trajetórias de género transgressivas. Em muitos casos, as descobertas significaram uma espécie de superação de medos e fobias internalizadas:

Eu era bastante jovem quando li este livro. E ela é uma lésbica «machona» [butch] e... Acho que ela até apareceu algumas vezes na televisão, não foi? E eu talvez... Acho que me senti um pouco... encolhido... Talvez em reconhecimento de algum tipo de «queerness»... E, sim... Eu acabei por ultrapassar isso... [got over that] (...) Eu realmente comecei a superar o meu tipo de... Um tipo inicial de evolução ou tipo de ligação talvez e um pouco... A sentir uma leve vergonha... E eu acabei por ultrapassar isso e foi... Isso foi realmente... (...) Uma espécie de... Conexão real e emocional sabe? Os elementos queer... E ajudou-me a superar! Talvez, um bocado... Eu acho que tinha um pouco... Porque eu fui criado... Uma espécie de uma fobia estranha em relação a... a qualquer pessoa! Quando eu me vi levemente refletido numa espécie de modo não conforme de género... (Lake, 1975, UK)

Como revela Lake, a aceitação de si e para si foi sendo assumida lentamente através do reconhecimento da não pertença. Mas, enquanto para muitas/os/es esta aquiescência de uma posição de género à margem do binário é relatada como um processo doloroso e de superação, para outras/os/es como Micha, é entendida como um processo de libertação. A partir do

momento em que a experiência de género e os sentimentos de diferença são decifrados o seu desconforto dilui-se:

TV, jornais... A sociedade não fala muito sobre trans, mas quando o faz é de uma maneira muito binária. Então eu não tinha ideia de que havia pessoas não-binárias. E um dia eu encontrei um artigo na internet, uma pessoa que se identificava como FtX e estava descrevendo o que ele achava que era FtX e depois “O quê?? Isto sou eu! Isto é como eu. Isto existe, a sério?” E a pessoa na foto era tão intensa [hard] também [risos] foi incrível. Ile [they] parecia... podes ver a mulher e podes ver o homem na mesma pessoa e ile [they] parecia tão intenso [hard] e eu disse “Uau, isto é fixe!” Algumas pessoas existem e até têm uma palavra para isso: FtX. Incrível! E depois tentei encontrar mais na internet e não encontrei muito. (Micha, 1986, PT) ¹³

Como podemos ver por estas descrições da descoberta, as pertenças categóricas e as possibilidades alternativas para se nomear o que se é/tornou são marcadas em grande medida pela época em que se iniciou a trajetória de género. E o longo processo de tomada de “consciência” e de afirmação da não pertença ao género esperado foi uma constante em todos os casos. No entanto, as pessoas que nasceram antes deste tempo de “viragem” tiveram maior dificuldade e levaram mais anos a descobrir porque se sentiam tão diferentes e desconfortáveis. Precisamente porque esta afirmação dependeu das possibilidades categóricas que a definem, as oportunidades de identificação e de sentido de pertença estavam substantivamente mais inacessíveis para quem nasceu entre 1943 e 1976. As pertenças a outras categorias de género estiveram pois fortemente dependentes do contexto socio-histórico e político em que se desenrolaram estas 19 trajetórias. Mesmo nos casos de autoexploração e questionamento pessoal do género não dispomos nesta subamostra de nenhum relato de descoberta antes dos anos 1980. Importa por isso dar conta dos constrangimentos ao longo da vida para a chegada a uma afirmação e posicionamento da pertença de género não binária.

3.3. Entre interditos e afirmações ao longo da vida

Foi exatamente pela autodescoberta que as pessoas mais velhas começaram por definir para si o (des)conforto de género que sentiam. Ambas com 30 anos, Xuxa (em 1986) e Grace (em 1992) descobriram em privado a sensação de satisfação com o *cross-dressing*, levando muitos anos até o começarem a fazer publicamente (aos 50 e 46 anos, respetivamente). Esse “salto” foi acompanhado de uma procura intencional de informação e do contacto crescente com pessoas em situação semelhante. Para Nelle (1943, UK) esta descoberta foi adiada até aos 60 anos (2003) quando, após se ter divorciado e reformado, ganhou “coragem” para procurar na internet

¹³ Como está assinalado no texto em aspas [], recorro a “ile” como forma aproximada do uso do pronome neutro “they”, a partir desse sistema da língua portuguesa neutra. “FtX” como indicamos no glossário refere-se ao movimento de transição do feminino para o indeterminado.

o significado da sua “não pertença”. Neste caso, a afirmação da identidade de género coincidiu com a descoberta. “Finalmente” encontrara a explicação para quem era:

Uma das minhas falhas foi eu nunca ter sido particularmente adequada/o [adequate]. Não fazia o papel masculino. Eu não conseguia fazer certas coisas muito bem. Eu estava sempre muito retraída/o [retiring] e bastante tímida/o [shy]... E nunca tive muita autoconfiança em muitas coisas, particularmente em público. Assim que eu saí como [Nelle], de repente foi muito fácil, porque eu poderia fazê-lo como «mulher», se quiseses. (Nelle, 1943, UK)

Para Nelle, Xuxa e Grace a procura de “conformação” às expectativas de género implicou uma trajetória “heteronormativa” bastante estandardizada: casaram (N. aos 30 anos/1974; X. aos 19 anos/1975; e G. aos 24 anos/1986) pouco depois do início da vida adulta ou da entrada para o mercado de trabalho e foram “pais” (N. 3 filhos; X. 4; e G. 2). O mesmo aconteceu na trajetória de vida de Noa (1957, PT), que deu à luz aos 23 (1980) e aos 33 anos (1990), viveu em união de facto e casou, justificando o seu curso estandardizado como a única possibilidade legível:

Não havia escolha, não havia questionamentos sobre género e há um momento... Em que não tinha informações sobre o que é trans. E, de facto, nos últimos quatro anos antes de começar a transição, identifiquei-me como um homem, mas diga-me: eu sou louco? Se eu confessasse a alguém seria [risos] internado num asilo psiquiátrico e vão-me dizer que tenho de ser uma mulher e blá-blá-blá. Então era super desesperante porque não havia muita informação. As únicas trans na altura, e agora é um bocado igual, trans visíveis, eram as mulheres trans, femininas. (...) Na verdade, não me sentia como uma mulher [risos], com todos os papéis de género implicados nisso. Não acredito no homem e na mulher, acredito na interação humana e em papéis de género impostos. (Noa, 1957, PT)¹⁴

Foi através do recurso ao sistema médico que Noa (aos 43 anos/2000) começou por descobrir as razões da sua diferença de género. Mas este não foi o único momento de descoberta ao longo da sua trajetória. Depois do diagnóstico e das transformações corporais realizadas, aos 48 anos (2005) Noa descobre o ativismo através de uma das primeiras fundadoras do movimento dos direitos transgénero em Portugal. Esta segunda descoberta teve implicações decisivas na sua trajetória de género. O encontro com novos léxicos e outras visões e formas de compreender as experiências de género levam-no a envolver-se intensamente no ativismo e a redirecionar os seus modos de identificação e posicionamento face ao género.

A descoberta a duas fases – primeiro no consultório médico e depois através da comunidade e ativismo transgénero – também ocorreu na trajetória de Jim (1976). No entanto, os 19 anos que separam o nascimento de Noa (1957) e Jim (1976) correspondem a um hiato de 18 anos para o início do apoio terapêutico e de 22 anos para o envolvimento no ativismo ao longo do curso de vida. Esta diferença temporal não é aleatória nem circunstancial. Efetivamente, nos casos em

¹⁴ Tradução própria do original em espanhol. As expressões assinaladas entre aspas [] referem-se à contextualização ou aos termos usados, para revelar a opção de tradução feita. Procurei traduzir o sentido mais próximo do significado contextual quando não existe um termo equivalente direto na língua portuguesa. Todas as citações subsequentes foram traduzidas. Os pronomes pessoais usados pelas/os/es participantes foram respeitados.

que houve uma procura intencional das razões para a *alteridade genderizada* – fosse através de autoquestionamentos, fosse através da procura de resolução para o desconforto sentido – verifica-se um decréscimo progressivo e significativo do momento da descoberta à medida que a idade das/os/es participantes diminui. No conjunto dos 19 casos considerados, 7 pessoas tiveram mais do que um momento de descoberta, com implicações no (re)direcionamento das suas formas de identificação, expressão e relação corporal. Tal como nos casos de Noa e Jim, Grace (aos 30/1992 e 46/2008), Lake (aos 27/2004 e 28/2003), Micha (aos 8/1994, 16/2002 e 27/2013), Dinis (aos 21/2009 e 25/2013) e Lé (aos 17/2010 e 19/2012) relatam vários momentos importantes em que aprofundaram e expressaram mais minuciosamente e justamente os modos como se sentiam e posicionavam no género. No quadro abaixo resumimos as idades da primeira descoberta para ilustrar a tendência de antecipação do primeiro momento de descoberta:

Quadro 6.3. Idade da primeira descoberta de pertença alternativa		
Participante	Ano de Nascimento	Idade da descoberta
Nelle	1943	60
Xuxa	1956	30
Noa	1957	43
Grace	1962	30
Sandy	1966	38
Samuel	1967	30
Lou	1972	26
Lake	1975	27
Jim	1976	25
Ash	1982	22
Domingas	1982	21
Micha	1986	8
Alex	1987	20
Dinis	1988	21
Denis	1989	20
António	1989	20
Selma	1992	21
Lé	1993	17
Ana	1997	15

Por sua vez, e de forma a controlar os efeitos de determinados eventos nas trajetórias de género, tivemos também em consideração outros indicadores mais associados à standardização do curso de vida. Nomeadamente os momentos de conclusão da escola, de entrada no mercado de trabalho, de mudança de casa (e de país), de início e fim de relações conjugais, do nascimento

de filhos, de mudanças na orientação sexual¹⁵, etc. Deste modo foi possível compreender melhor a inter-relação entre determinados pontos de viragem mais “típicos” e aqueles que se associam especificamente aos trajetos de género alternativos. Para além da tendência de sujeição ao ideal “heteronormativo” no caso das pessoas mais velhas (espelho da pressão social para a heterossexualidade compulsória), foi possível verificar outras. Em diversas trajetórias, a conclusão da escola, o final de determinadas relações conjugais e a saída de casa (ou da cidade) dos pais constituem momentos de “libertação” da expectativa de conformidade. Emergindo nas narrativas como eventos que bloquearam em grande medida as suas afirmações e posicionamentos alternativos de género, é frequentemente após estes acontecimentos que as descobertas, revelações e decisões ocorrem. Sobretudo para o contingente mais jovem, o fim da escola representa a possibilidade de adoção de outras formas de identificação e expressão de género. Como refere Ana:

Eu sou uma pessoa completamente diferente e cresci imenso mas... Eu comecei-me a assumir mais... Deixar de aturar as coisas do dia-a-dia: «Não, este é o meu género... Não, este é o meu nome» por volta do 12º ano... Mas nunca em termos... Ou seja, com os meus amigos sim, mas na escola nunca o fiz: não tinha paciência e também o ano letivo ia acabar e já não ia estar ali, já não tinha que lidar com aquilo. E entretanto fui para a faculdade o ano passado (...) com a mentalidade de «vou-me assumir desde início» e é um sítio onde também ninguém me conhece e em que posso estar à vontade... (Ana, 1997, PT)

No caso de Ana, como noutros, as oportunidades geradas pela chegada a um novo contexto educativo são perspetivadas como uma abertura de horizontes para a afirmação de si. Para muitas destas pessoas a mudança de casa, especialmente quando implicou uma saída da “tutela” dos pais, também significou um aumento das possibilidades para expressar e questionar o género. Em várias trajetórias abrem-se horizontes que antes estavam inexplorados. No caso de Domingas, a saída de casa dos pais aos 18 anos representou precisamente essa liberdade para poder aprofundar quem era:

(...) o problema de liberdade económica, aceitação por parte da família, ou seja, todas aquelas que vivem sozinhas rapidamente conseguem fazer aquilo que querem. Porque o único obstáculo está fora da casa, ou seja, está nos vizinhos, na vizinhança, na sociedade. (...) mais rapidamente conseguem sair, e expressarem-se da forma que querem, do que quem vive com os pais... E compreendo que isso tenha sido para mim uma ferramenta boa, ou seja foi uma forma de como eu estava mais liberta. (Domingas, 1982, PT)

Por último, em alguns casos, a permanência de relações conjugais em que a expressão de género não binária é vista como proibitiva ou não aceite comprometeu/ atrasou o desenvolvimento de

¹⁵ Os eventos de mudança na orientação sexual e/ou conjugalidades alternativas foram tratados de forma paralela na análise das trajetórias de género também para compreender melhor os seus efeitos. No entanto, reportamos na análise quando estes episódios se sobrepõem ou associam ao processo específico da formação identitária de género e a sua transformação.

trajetórias de género transgressivas. Alex, por exemplo, interrompeu durante cerca de 2 anos a sua exploração alternativa de género por causa de uma namorada “super conservadora”:

(...) eu era loucamente apaixonada por ela... Ela já sabia desde o princípio só que lá em casa era tabu, era uma coisa que ela não aceitava de todo. (...) o tempo que tive com ela não houve, não havia qualquer hipótese. (...) Não havia muita volta a dar na nossa relação [risos]. Começámos a namorar, só que... o assunto era tabu. Era completamente tabu. Não se fala disto. Porque ela achava sempre que eu estava a meter completamente em causa o facto de ela ser rapariga, a feminilidade dela. (...) (Alex, 1987, PT)

A “ameaça” ao binário estruturante da relação conjugal heteronormativa está muito presente no relato de Alex. Ter um desempenho mais feminino punha em causa uma relação baseada de forma estrita na oposição antagónica. Mas o fim de uma relação conjugal também ocorre nos casos que apresentam variações na orientação sexual ao longo da vida. Mais do que uma ameaça à heteronormatividade, o não binário representa portanto uma transgressão de primeira ordem ao sentido de pertença a um dos dois géneros reconhecidos.

Terminar uma relação conjugal significa, aliás, para várias/os/es participantes uma oportunidade para alargar e/ou enriquecer as experiências no domínio do género e no domínio da sexualidade. As alternativas que daí emergem resultam da possibilidade de experimentar limites que antes não podiam e não foram explorados. No que respeita às trajetórias de género não binárias, o final de uma relação tende a preceder viragens substantivas no desenvolvimento e (re)direcionamento para outras fronteiras de pertença e compreensão de si. Foi a partir do momento em que se sentiram “libertas” que se confrontaram com novas categorias e possibilidades de expressar (afirmativamente) a alteridade genderizada vivida que a redefinição do *self* além do binário começou. Isso é particularmente visível nas trajetórias de Alex, Grace, Selma, Micha, Noa, Xuxa e Nelle. E as experiências (complexas e intensas) relatadas pelas 19 pessoas cujas trajetórias analisamos relacionam-se, aliás, de forma intrínseca com a aceitação por si e de si enquanto pertencendo e praticando o género alternativamente. Estes aprofundamentos foram necessariamente variáveis e estiveram em grande medida dependentes dos constrangimentos experienciados.

Fosse pelas discriminações/rejeições – as hétero/autorregulações e o peso das normas de género – fosse por questões familiares ou económicas, as trajetórias de género foram-se desenrolando num labirinto de (des)identificações. E, como veremos no próximo capítulo, mesmo a afirmação destas (des)identificações pode ser e é variável consoante o contexto de interação.¹⁶

¹⁶ A gestão ou manipulação das performances de género e os modos como i/estas/es 19 participantes interpretam as transgressões serão temas aprofundados no próximo capítulo.

Não obstante, são visíveis as interseções entre as mudanças de identificação e as categorias disponíveis no tempo biográfico e no tempo socio-histórico. A possibilidade de aprofundar e/ou de designar essa experiência e de a afirmar implicou, em grande medida, uma “liberdade regulada” que interseja os tempos (biográfico e socio-histórico) ao nível das condições e da visibilidade da nomeação genderizada. Especialmente para quem nasceu depois dos anos 1980, a emergência e visibilidade de outros posicionamentos relativamente ao género abriu o leque de alternativas passíveis de descrever e decifrar as experiências vividas.

Foi já no século XXI que algumas das pessoas que participam neste estudo se começaram a identificar com outras categorias além das disseminadas Travesti/*Cross-dresser* e Transsexual. Se em 2001 alguns/mas/mes já começavam a recorrer à expressão “transgénero” como forma de identificação, a familiaridade e autorreivindicação do termo “não-binário” só surge uma década depois. Tal não é um acaso tendo em conta a cronologia destas categorias. Como vimos antes, a ordem de chegada e a multiplicação dos descritivos identitários no contexto LGBTQI permitem compreender melhor estes processos. As variações nas pertenças categóricas destas 19 pessoas acompanham as mudanças nas possibilidades de afirmação identitária no domínio da sexualidade e do género.

Do conjunto total de 39 mudanças de identificação, apenas quatro ocorreram antes dos anos 2000 e consistiram em adoções de “conhecidas” categorias (“*cross-dresser*”; “travesti” e “transsexual”). A afirmação de descritivos alternativos da identidade de género só se verifica a partir do século XXI. O cruzamento entre o ano de nascimento e os anos em que as/os/les participantes se autoidentificam com um descritivo de género é revelador do acesso e da crescente visibilidade dos novos termos. O quadro abaixo mostra o aumento das mudanças de identificação depois da viragem para o novo milénio:

Género e Transgressão

Quadro 6.4. Mudanças na autoidentificação de género por ano de nascimento

Participante	Ano de Nascimento	1ª Mudança			2ª Mudança			3ª Mudança			4ª Mudança		
		Idade	Ano	Categorias	Idade	Ano	Categorias	Idade	Ano	Categorias	Idade	Ano	Categorias
Nelle	1943	61	2004	<i>Dual Gender</i>									
Xuxa	1956	30	1986	<i>Cross-Dresser</i>									
Noa	1957	43	2000	<i>Homem Trans</i>	48	2005	<i>Trans</i>						
Grace	1962	13	1975	<i>Admirador de Travesti</i>	30	1992	<i>Travesti</i>	42	2004	<i>Cross-Dresser</i>	51	2013	<i>Transvestite, T-Girl, Genderfluid, Transgénero</i>
Sandy	1966	42	2008	<i>Gender Ambivalent</i>	43	2009	<i>Trans Man</i>						
Samuel	1967	30	1997	<i>Trans-sexual</i>	42	2009	<i>Trans-man, FtM, Masculine</i>						
Lou	1972	40	2012	<i>Trans</i>	42	2014	<i>Non-binary</i>						
Lake	1975	31	2006	<i>Trans Man</i>	39	2014	<i>Non-binary</i>						
Jim	1976	25	2001	<i>Trans Man</i>	40	2016	<i>Trans masculine, non-binary masculine</i>						
Ash	1982	22	2004	<i>Genderqueer, Transgender</i>	29	2011	<i>Non-binary</i>						
Domingas	1982	21	2003	<i>“Personalidades feminina e masculina”</i>	26	2008	<i>Bigénero, Transgénero (contextual)</i>						
Micha	1986	16	2002	<i>"Híbrido"</i>	27	2013	<i>Trans, Não binário, FtX, Genderqueer, Queer</i>						
Alex	1987	21	2008	<i>Cross-dresser</i>	27	2014	<i>Genderqueer, Andrógina, Rapariga, Misto</i>						
Denis	1989	21	2010	<i>Trans man</i>	25	2014	<i>Trans man non binary</i>						
Dinis	1988	21	2009	<i>Genderqueer</i>	24	2012	<i>Homem Trans</i>	25	2013	<i>FtM não binário</i>			
Ant.º	1989	20	2009	<i>Transsexual</i>	21	2010	<i>"Livre"</i>	24	2013	<i>Masculino</i>			
Selma	1992	23	2015	<i>Genderfluid, Transgénero</i>	24	2016	<i>Two-spirit</i>						
Lé	1993	17	2010	<i>Genderfluid</i>	19	2012	<i>FtM Homem Trans</i>						
Ana	1997	16	2013	<i>Genderqueer Trans Feminina</i>									

Como referem Ekins e King (2006, 162) “*as autoidentificações são variavelmente influenciadas pelas ‘definições da situação’ disponíveis*”. Entre 2013 e 2014, quase um terço das pessoas deste estudo adotaram como termos de identificação “não binário”, “*genderfluid*” e “*genderqueer*”. Foram adesões simultâneas (sincrónicas) de várias pessoas em momentos diferentes da sua trajetória de género. Além disso, estes posicionamentos simbolizam mudanças nos modos como (des)fazem o género. Em muitos casos estas identificações coincidem com um maior envolvimento nas iniciativas da comunidade transgénero ou em movimentos ativistas, como aprofundaremos adiante. A afirmação de categorias de género não binárias implicou para estas pessoas um novo sentido de (não) pertença, cujo processo de aceitação se vai fazendo ao longo da vida. Isso está muito claro no testemunho de Lé (1993) quando refere o medo de não ser amado por “ser transgénero”:

(...) tem a ver com a sociedade ser transfóbica o que nos faz odiarmo-nos a nós mesmos e pensar que toda a gente nos vai odiar. Mesmo que isso não seja verdade. Pronto, para mim é daquelas coisas: se tivesse ouvido isto antes de alguém a dizer tipo “Não tu vais ser amado de qualquer das formas!” Era tipo “Yah! Eu vou ser amado!” Tive de aprender por mim mesmo. (Lé, 1993, PT)

Esta aprendizagem remete sobretudo para a aceitação, por si e de si, e interrelaciona-se com as transformações que identificámos como *intensificação* e *reconhecimento*. Os termos na sua variedade e, por vezes, idiosincrasia, permitiram-lhes definir melhor (ou mais rigorosamente) a situação e partilhar interesses. Mas as (auto)identificações também não sintetizam na íntegra as experiências de alteridade genderizada percecionadas pelas/os/es participantes. Ou seja, a linguagem não é a história toda.

4. Intensificação

Ao longo do curso de vida destas 19 pessoas, os processos de questionamento da descoberta e as tentativas de afirmação da (não) pertença de género foram materializadas em performances e estilizações exploratórias do *self*. Referidas por muitas/os/es como “laboratórios de género”, as experiências e a efetiva experimentação do género são aprofundadas de forma bidirecional e intersubjetiva. Os processos associados à *intensificação* dessas transformações, bem como os episódios e momentos de viragem particulares de cada trajetória, conjugam-se principalmente na inter-relação entre a vida vivida e o corpo. A centralidade da materialidade corporal e da corporalidade, particularmente no domínio da intensificação da experiência e da (não) pertença de género, é muito visível nas trajetórias deste estudo.

A crescente aceitação da diferença é acompanhada de novos momentos de mudança associados a uma transformação contínua de si que se baseia fundamentalmente numa procura ativa de

autenticidade¹ e de aperfeiçoamento de formas de expressão correspondentes. No domínio da intensificação a expressão do género e a corporalidade assumem, portanto, outra importância. Como refere Samuel, com uma trajetória de *aproximação* ao género masculino, a intensificação de preferências e interesses reflete simultaneamente uma resistência ativa aos estereótipos e o alcance do “verdadeiro” *self*:

O grande objetivo da transição é seres tu mesmo [yourself]. Talvez seja mais nos meus gostos e preferências, atividades e interesses que me podes encontrar resistindo a certas masculinidades estereotípicas [stereotypically masculinities], se quiseres. (Samuel, 1967, UK)

Também se verifica uma *intensificação* nas trajetórias de *oscilação*, mas nestes casos os momentos de mudança referem-se especialmente a períodos localizados no tempo (com princípio e fim) da expressão do género. Enquanto nas trajetórias de *aproximação* a expressão “autêntica” do género alternativo é vista como uma constante, nos casos de *oscilação* esta expressão é flutuante. As necessidades de expressar cada género alternativamente são relatadas como “ondas” de intensidade, com duração variável e cuja resposta positiva permite atenuar a sua “força”. Nas palavras de Selma, é um momento despoletado pelo “conforto”:

Não é tão abrupto, não é tão, não é tão agudo nem, nem varia tanto. Normalmente começa mais pela forma como eu estou em casa. Ou seja, inicialmente eu não vou começar por me vestir de uma forma, de uma forma diferente, e ir para o trabalho ou ir assim. Vou estar em casa e vou... (...) Vou sentir-me mais «ok, eu sinto-me mais confortável vestida assim em casa» e começo por estar assim. E depois começa a transparecer um bocadinho para fora. E isso normalmente dura... dura uns meses, ou dura algo assim... (Selma, 1992, PT)

Independentemente da motivação para intensificar a expressão do género não binário, os vários testemunhos destas pessoas baseiam-se no aperfeiçoamento e amadurecimento dos processos de transformação. Apontando claramente para uma abertura a horizontes futuros, estas 19 pessoas salientam a reconciliação consigo mesmas numa lógica de persistência na mudança que é progressiva ao longo do tempo:

Transição. Mas isso é completamente pessoal, porque a transição pode ser interpretada de várias maneiras. Eu sou [soy] sempre em transição, a minha transição não vai terminar um dia porque tenho uma evolução de... Não é só uma evolução do corpo, é todo o intelectual... [silêncio] E a transição também de facto, quando tu estás a mudar, fisicamente a ser interpretada de mulher, a ser interpretado de homem, as pessoas não agem da mesma forma que tu. E este é um impacto bastante grande. (Noa, 1957, PT)

Como refere Noa, há um “*impacto bastante grande*” nas interações mútuas relativamente aos desempenhos de um dado género. Implica o corpo mas também o “intelectual”, a interpretação percebida e atribuída nos encontros, que vai sendo reforçada e/ou transformada ao longo da

¹ Como veremos no próximo capítulo, o tema da autenticidade é estruturador das narrativas alternativas à visão clássica do fenómeno transgénero.

vida. O facto de esta persistência na mudança ser progressiva (ou crescente) não significa necessariamente (e na maior parte dos casos, não significa de todo) que os processos de transformação sejam sequenciais ou que existam etapas seguidas linearmente. Como é evidente nas trajetórias analisadas, muitos dos processos de transformação estão sobrepostos e implicam uma fluidez que dificilmente se traduz num diagrama unidirecional. O intercâmbio entre as diversas transformações praticadas e o seu (não) reconhecimento surgem nestes casos como um importante alicerce da maior ou menor persistência na mudança. Em linha com Ekins e King (2006, 33) e com os estudos etnometodológicos, as pessoas entrevistadas corroboram a visão de que a identidade genderizada não é uma propriedade individual, mas sim uma realização contínua que está sempre a ser (des)feita.

Neste âmbito, os episódios associados à corporalidade assumem grande centralidade. É no entrelaçado de significados “incorporados” e presentes no mundo intersubjetivo – o *intermúndio* de Merleau-Ponty (Khan et al. 1997) – que estas 19 pessoas vão adquirindo mais intensamente a “tomada de consciência” do género e da sua pertença. Com efeito, existem diversos estudos que exploram os modos como a materialidade do corpo se conjuga com o sentido de si (*vide* Lennon 2014 para síntese). Enquanto estrutura material viva e em devir, o corpo comporta um conjunto de características, limites morfológicos e fisiológicos; constitui um mediador de emoções, expressões e cognições. A linguagem estrutura o modo como fazemos sentido da “realidade” mas não a constitui completamente. Como salienta Lennon (2014:s.d.) “*o corpo excede qualquer tentativa de ser capturado no discurso, permitindo a possibilidade de formações alternativas*”.

E há também toda uma “linguagem” corporal que estrutura o sentido da interação e da presença, do lugar social ocupado. O corpo, através dos gestos, movimentos e reações, dos símbolos e significantes, circunscreve limites específicos dos modos como nos relacionamos com os outros e connosco mesmos. Mediada pelo posicionamento social, a demarcação corporal assenta portanto não só nas estruturas linguísticas que lhe conferem significado, como também nas deslocções e variações na expressão da experiência vivida. Os discursos e as experiências corporais são co-constitutivos dos modos como os sentidos de género se formam e formatam o *self*. Dependendo da posição social de maior ou menor privilégio, os limites da experiência podem ser ampliados ou reduzidos face aos horizontes de expectativa disponíveis. Nesse sentido, as lógicas de dominação e de privilégio entrecruzam-se com as formas como as experiências corporais concorrem para uma (não) pertença de género alternativa. Importa por

isso aprofundar o domínio em devir da intensificação a partir de três planos: o corpo vivido, o corpo reconfigurado e o corpo perseguido.

4.1. O corpo vivido

É através do “corpo vivido”, da *ação implicada nas coisas* (Khan et al. 1997), que estas pessoas procuram percecionar-se a si e aos outros e fazer sentido das suas (não) pertenças à estruturação binária do género. Nestas 19 trajetórias de género o corpo constitui um locus de descoberta e questionamento dos sentidos intersubjetivos na experiência de género. Um dispositivo que experimenta e em que é experimentado o género. Como refere Ana:

(...) eu durante muito tempo usei o meu corpo como se fosse, sei lá, chamemos-lhe um laboratório para desconstruir o género e para pensar o género e a presença do corpo no género ou a presença do género no corpo... (Ana, 1997, PT)

Com efeito, as 19 pessoas que participam neste estudo têm em comum esta experiência “laboratorial” do género através do corpo. O corpo vivido ao longo da vida representa simultaneamente uma condição e uma possibilidade de agência para i/estes/as participantes. Ainda que a (des)construção dos sentidos intersubjetivos do género seja particular a cada biografia, existem, contudo, períodos marcantes ao nível da corporalidade que são partilhados.

Ao nível dos afetos e da (auto/hétero) compreensão de si, os questionamentos e descobertas da materialidade corporal implicaram diferentes temporalidades e processos de transformação. Precisamente por ser um período de desenvolvimento dos marcadores reprodutivos secundários, a puberdade constitui para muitas destas pessoas um momento difícil e de sofrimento. O começo da puberdade foi necessariamente variável. No caso de Dinis ocorreu numa fase mais tardia (17anos /2005). Mas o facto de, independentemente da idade, o mal-estar e os problemas corporais emergirem tendencialmente com o início da puberdade é muito relevante. Esta tendência está relacionada com a mudança do corpo mas também com a intensificação dos relacionamentos amorosos que ocorre tipicamente neste período. A exploração da intimidade, a sós ou partilhada, põe em perspetiva a corporalidade e o sentido intersubjetivo em que o género é incorporado.

Segundo os dados que dispomos, estas experiências não dependem tanto de uma determinada época, nacionalidade ou pertença de género. No nosso estudo, ainda que a idade do início da puberdade constitua tendencialmente um momento de mal-estar corporal – tipicamente associado às trajetórias transgénero em geral – a resposta encontrada para transformar o corpo e alcançar bem-estar é mais específica destas trajetórias transgressivas. O que é efetivamente distintivo refere-se mais à resposta do que ao surgimento do problema com o corpo. No longo

processo de desconstrução e transformação da corporalidade as 19 pessoas que participam neste estudo optaram por duas vias principais. Considerando os vários momentos de mudança em relação ao corpo e os questionamentos e descobertas da materialidade corporal, encontramos por um lado uma resposta pela via das *transformações complementares* e, por outro lado, uma resposta pela via de *transformações médicas*. No próximo subponto aprofundamos as particularidades destes processos. Por agora importa referir que a resposta médica incluiu, variavelmente, os tratamentos com hormonas e/ou intervenções cirúrgicas; e que a resposta complementar abarca o recurso a diferentes técnicas e artefactos para a transformação do corpo.

A eleição do tipo de resposta para transformar o corpo relaciona-se com a aceitação e o reconhecimento ao longo da vida. Ou seja, com a desconstrução e a experiência particular de incorporação de género vivida em cada trajetória: a maior ou menor inadequação no (des)fazer do género, a maior ou menor necessidade em dispor de uma corporalidade expectável, etc. A centralidade dos episódios relativos ao corpo associa-se, portanto, à experimentação “corporal” do género – i.e. ao carácter “laboratorial” que o corpo assume ao longo da vida nos processos de atribuição, apropriação e interpretação da experiência genderizada. Para os (15) casos em que foi possível reconstituir o nexo entre *transformações-problemas-melhorias* vemos uma separação pelo tipo de via seguida.² Por um lado, as “viragens” nas biografias corporais tendem a ocorrer a partir do período pubertário. Por outro lado, o bem-estar e satisfação corporal tem diferentes temporalidades face à via seguida de transformação do corpo. Como podemos ver no quadro:

Quadro 6.5. Viragens na biografia corporal por ano de nascimento					
Participantes	Ano de Nascimento	Idades de viragem na biografia corporal			
		Mal-estar	Transformação		Bem-estar
			Tipo	Idade	
Grace	1962	13	Complementar	13	30
Sandy	1966	37	Médica	46	46
Samuel	1967	12	Médica	31	31
Lake	1975	19	Médica	40	39
Jim	1976	25	Médica	26	26
Domingas	1982	19	Complementar	24	24
Ash	1982	29	Médica	31	31
Micha	1986	13	Complementar	27	27
Alex	1987	14	Complementar	20	27
Dinis	1988	18	Médica	24	24
Denis	1989	20	Médica	24	24

² Nos casos de Lou, Noa, Nelle e Xana não dispomos de informação suficiente em relação aos problemas com o corpo e à superação dos mesmos ao longo da vida. Lou, Nelle e Xana seguiram a via das transformações complementares e Noa a via das transformações médicas.

António	1989	19	Médica	24	24
Selma	1992	16	Complementar	14	n.a.
Lé	1993	14	Médica	19	19
Ana	1997	13	Complementar	16	n.a.

O que ressalta dos dados sobre as viragens na biografia corporal destas 19 trajetórias de género é a maior celeridade no alcance de bem-estar ou satisfação com o corpo nos casos em que a resposta foi a via médica. É nas trajetórias de Jim e Ash que se verificam os períodos mais curtos entre o mal-estar, a transformação médica e o bem-estar corporal. Em ambas as situações o desconforto corporal vivido começou mais tardiamente. Por sua vez, em quase metade dos casos (Lake, Samuel, Sandy, Dinis, António, Lé e Denis) verificou-se alguma demora entre o início do mal-estar corporal e o início das transformações médicas mas maior eficácia dessa resposta para alcançar uma corporalidade satisfatória. Tanto na trajetória do Micha como da/o Domingas, que seguiram a via da transformação complementar, verificou-se uma demora entre o início do mal-estar com o corpo e o início das transformações mas estas contribuíram substantivamente para uma maior satisfação. Já na trajetória de Grace o início do mal-estar e da transformação complementar do corpo sobrepõem-se mas levou mais tempo a sentir-se bem. Alex demorou nos três pontos de viragem. Selma e Ana continuavam até ao momento da entrevista a experienciar negativamente a corporalidade e o recurso às transformações complementares não atenuou na íntegra essa vivência, caracterizada pelo “mal-estar” e pela “abstração”.

As transformações complementares como meio para atenuar a relação de desconforto/evasão e/ou dano ao corpo incluem todos os casos de quem se esperava o masculino à nascença. Para quem se esperava o feminino foi mais frequente o recurso à resposta médica, sendo esta necessariamente variável e particular de cada trajetória. No caso da Ana e da Alex a via médica é encarada como uma possibilidade futura mas o questionamento das experiências intersubjetivas da corporalidade é igualmente acompanhado pela necessidade de resistir, i.e. pela “capacidade” em “aguentar” uma vivência corporal distanciada do modelo biomédico dual. Para Micha a via médica é vista como violenta e pesada, enquadrando a recusa a esta resposta como uma luta e um desafio: ainda não está “pronto para desistir para a sociedade” [*I’m not ready to give up to society yet*]. Com efeito, o bem-estar corporal e, mais do que isso, a vivência corporal de acordo com o género a que se pertence torna-se menos imediata (ou mais mediada) quanto mais distante se está da oposição binária dominante.

Uma das principais tensões entre as pessoas que se identificam com um género além do binário (ou não exclusivo) advém precisamente da recusa num enquadramento biomédico e da ideia “clássica” disseminada acerca do fenómeno transgénero: “*estar preso no corpo errado*”. As 19 pessoas que participam neste estudo convergem, aliás, no maior distanciamento e/ou crítica da visão biomédica dominante. Como veremos no próximo capítulo, há elementos de consenso nas visões alternativas à narrativa do “corpo errado”. Neste plano do corpo vivido importa destacar que as respostas de transformação corporal se relacionam com os posicionamentos e a relevância que essa narrativa foi assumindo ao longo da vida.

Para quem seguiu a via da transformação complementar verifica-se uma rejeição completa da conceção biomédica. Este distanciamento provém sobretudo dos processos de desconstrução e experimentação do género a partir de uma idealização corporal andrógina e da “redefinição” do corpo genderizado (que aprofundaremos em seguida). Já para quem recorreu às transformações corporais com apoio médico encontramos duas linhas de argumentação crítica. Por um lado, encontramos relatos de uma tensão entre os conhecimentos médicos e ativistas: confiança (q.b.) nos médicos para realizar as transformações corporais e, simultaneamente, distanciamento face às conceções de género veiculadas pela medicina. Por outro lado, quando é assumida uma rejeição corporal o que se verifica é uma inversão/reconstrução dos argumentos na relação mente-corpo: não é o *self*/mente que está dissociado do corpo mas sim a sociedade em geral que não reconhece essa possibilidade. Estes argumentos concorrem para a substituição da primeira dicotomia por uma outra, a do indivíduo/interior – sociedade/exterior, como veremos adiante. Mas por agora, importa questionar o predomínio (e a força) do modelo dual sobre as incorporações do género ao longo da vida. Ou seja, até que ponto a visão biomédica ainda prevalece como a visão dominante mesmo nos casos que se distanciam e/ou a criticam? Isto porque, apesar das críticas e distanciamentos, a hormonoterapia e/ou cirurgia permanecem como as vias privilegiadas para o alívio e satisfação com o corpo nas trajetórias de transformação corporal via médico.

Mesmo sendo contestado, o saber médico e o seu *template* (apoiado no modelo dual e migratório) continuam a estruturar a fronteira que se desenha entre o biológico (sexual) e o cultural (género) nas práticas para (des)fazer o género. A par do peso da perceção social, o modelo dual e antagónico continua a interferir bastante nas possibilidades de incorporação do género não binário. Estas questões reenviam-nos para as práticas em si na transformação do corpo. Para o plano do corpo reconfigurado ao longo da vida e, particularmente, para os efeitos

da intensificação em devir resultantes de todo o processo de transformação da pertença de género.

4.2. O corpo reconfigurado

Como dissemos antes o domínio da intensificação nestas 19 trajetórias é pautado pelas transformações contínuas de si, baseadas fundamentalmente numa procura ativa de autenticidade e de aperfeiçoamento das formas de expressão correspondentes. Os questionamentos e vivências corporais vão sendo aprofundados especialmente a partir de práticas que permitem alterar (de forma permanente ou provisória) os significados do corpo e os seus significantes. A transformação das atribuições, apropriações e interpretações do género na vida quotidiana ocorre através de uma concretização prática e pragmática que vai sendo definida e redefinida ao longo da vida.

Recorrendo novamente às tipologias de Ekins e King (2006) podemos enquadrar as práticas do corpo reconfigurado ao longo da vida destas 19 trajetórias a partir dos cinco subprocessos identificados pelos autores para a concretização do género. Os *subprocessos* de “substituição”, “eliminação”, “ocultação”, “implicação” e “redefinição” do género vão sendo intensificados pelas/os/es participantes deste estudo de modo particular, relacionando-se em grande medida com as viragens e (re)direcionamentos das pertenças e experiências de género vividas. No caso das pessoas que seguiram a via de transformação complementar não houve recurso às técnicas de *substituição* dos elementos corporais reprodutivos para o alívio e melhoria do sofrimento na relação corporal. Nelle, Xuxa, Grace, Domingas, Micha, Alex, Selma, Ana e Lou investem num conjunto de práticas de *redefinição*, *eliminação*, *ocultação* ou *implicação* do(s) género(s) para “enfraquecer” o peso dos marcadores sexuais distintivos no corpo. Nestes nove casos verifica-se o predomínio destas técnicas para expressar mais “autenticamente” o género a que pertencem, com diferentes intensidades e lógicas. Tendo em conta o vasto leque de alternativas encontradas, apresentamos brevemente alguns exemplos ilustrativos dessas técnicas.³

A redefinição do corpo genderizado

Encontramos por exemplo técnicas de *redefinição* em Ana (1997, PT), quando define a sua barba como “pelo facial” e, apesar desejar “pelos mais finos” para ser mais versátil, investe numa expressão feminina com pelo facial. Este processo de redefinição não equivale a uma necessidade de transformação corporal efetiva. Já para Lou (1972, UK) ser uma pessoa não-binária implica um distanciamento da “necessidade” de ser “fisicamente” um género. Ou seja,

³ Optamos por uma apresentação por casos para facilitar a ilustração. Contudo, esta possibilidade heurística é uma entre muitas outras, visto que podemos encontrar os quatro subprocessos na mesma trajetória.

os seus marcadores físicos biológicos (marcadamente) femininos não definem a sua autoimagem corporal (“positiva”) enquanto pessoa com um género indeterminado. De forma complexa (e pouco reconhecível/aceite), Lou procura redefinir a sua corporalidade na possibilidade (e capacidade) de ser o género que quiser pela desconexão entre o biológico e o representável:

Para mim pessoalmente, não se sente como pressão porque eu sei como obter o corpo da forma que eu quero que se pareça. Eu não sou... Eu não tenho um sentido negativo do meu corpo neste momento no tempo [at this moment in time], mas se eu quiser mudá-lo eu sei o que fazer, fazer isso. Então as pessoas que são bastante felizes, independentemente do seu tamanho e que acabam por ser visualmente bastante femininas ou masculinas, então para que elas se pareçam não binárias imagino que elas tenham que levar com um monte de merda [get a hell of a lot of shit]. Provavelmente estão muito mais no armário [closeted] do que o pessoal trans, para ser honesta/o [honest]. (Lou, 1972, UK)

Porque o seu corpo não representa um “fardo” nem tem um “sentido negativo” é indiferente o facto de lhe ser atribuído alternativamente o género feminino ou masculino. O que Lou lamenta realmente é não existir um “*template*” à semelhança do que existe para as pessoas transgénero que com trajetórias *migratórias* – ou seja uma visão dominante de travessia de género de um polo para o outro.⁴ Com efeito, apesar de atualmente podermos encontrar mais literatura e histórias que preconizam as questões transgénero como transcendência, o seu prisma “desconstrutivo” e o privilégio da “diversidade” não têm contribuído para uma narrativa homogénea ou consensual. Como vimos no capítulo anterior, os efeitos desta tendência *queer* traduzem-se em parâmetros de multiplicação das perspetivas ao invés de uma padronização ou modelização singular de um posicionamento de género não exclusivo.

As técnicas de *redefinição* assumem, portanto, sentidos distintivos que não têm necessariamente de convergir numa conceção uniforme. Por exemplo, Domingas (1982, PT) redefine a sua genitália como uma “cauda” que “nasceu no sítio errado” quando desempenha o género feminino. Diferentemente dos significados subjacentes na narrativa do “corpo errado”, Domingas recorre à redefinição intersubjetiva do seu corpo apenas na performance feminina. Como vimos no corpo vivido estas construções da corporalidade enquadram-se nos questionamentos e nas tensões vividas relativamente ao modelo dual que pressiona para a conformação corporal ao binário. O investimento nos subprocessos vai ocorrendo em cada trajetória em função do maior ou menor distanciamento e desconstrução da materialidade corporal e da incorporação do género.

⁴ No próximo capítulo aprofundaremos as implicações deste posicionamento de Lou face às grelhas interpretativas predominantes do fenómeno transgénero.

A eliminação no corpo genderizado

As técnicas de *eliminação* estão por exemplo patentes nos casos de Micha (1986) e Selma (1992) quando recorrem a roupas unissexo ou “agénero” e idealizam o corpo através de conceção andrógina⁵. Ambas/os privilegiam uma autoimagem corporal composta tanto pelas características físicas masculinas como pelas femininas. Micha tem-se esforçado para alcançar o seu corpo ideal “híbrido”, constituído por uma genitália indefinida e uma mistura entre aquilo que designa por características masculinas (músculos, barba, sobrancelhas grossas, peitorais, queixo definido) e por características femininas (olhos e feições delicadas, figura esguia). Analogamente, Selma idealiza um corpo com ambas as características que lhe permita uma maior possibilidade de fluir entre os géneros. A sua ausência de líbido, as úlceras deixadas por uma doença autoimune e um passado como vítima de abuso sexual prolongado estão entre os vários fatores que salienta como um desinteresse pelo ato sexual em si e por uma abstração da sua genitália. Tanto no caso de Selma como no caso de Micha, a fundamentação de uma corporalidade andrógina deriva precisamente da recomposição das características que dividem os géneros em duas categorias. Recomposição essa que implica uma vivência da corporalidade através de práticas que eliminam os significantes distintivos para dar à luz uma “nova” corporalidade genderizada. Por sua vez, o recurso a expressões de género mais “neutras” ao longo da vida também emerge como uma forma de *eliminação* porque através das roupas é possível apagar (e uniformizar) aquilo que é distintivo da dicotomia entre masculino e feminino. Estão igualmente presentes nestes dois casos técnicas de *ocultação* (nomeadamente através do *binding*) para alcançar uma maior neutralidade da expressão de género.

A ocultação e/ou a implicação do corpo genderizado

A *ocultação* também tem sido praticada por Xuxa (1956, PT) através do recurso a várias técnicas para esconder os aspetos tipicamente masculinos. Encontramos um exemplo claro dessas práticas de ocultação no período em que realizava uma performance feminina e mantinha o seu bigode (oculto):

Eu durante 25 anos eu tinha um bigode enorme, grande! (...) Transformava-me. Demorava 3 horas a transformar-me, por causa do bigode, e convivía com as amigas mas não na rua, em privado. (...) porque os meus filhos nunca quiseram que eu cortasse o bigode. (...) Muitas bases de maquilhagem diferentes... Primeiro líquidas, depois sólidas, depois pastas... colas de pelos... (Xuxa, 1956, PT)

Durante 25 anos, Xuxa punha em prática transformações complementares que lhe permitiam ocultar um marcador distintivo da sua masculinidade – o bigode – sem ter de prescindir do

⁵ Por androginia (do grego *andrós*:- homem e *-gunaikós*: mulher) entendemos aqui a pertença a ambos. O recurso a este termo pode assumir diferentes significados para a comunidade não binária como vimos no capítulo V.

mesmo. Para *implicar* a feminilidade, Xuxa tal como Grace (1962, UK), Nelle (1943, UK) ou Alex (1987, PT) recorrem a maquilhagem, acessórios e peças de vestuário tipicamente femininos. Estas quatro trajetórias têm em comum o recurso aos referentes associados à feminilidade através de uma transformação complementar que se traduz numa corporalidade flexível. Isto porque, apesar de as suas performances da feminilidade variarem muito em cada caso (e também ao longo das suas vidas), assemelham-se ao nível pragmático em termos dos meios de construção de uma corporalidade que implica o feminino.

Xuxa inventou uma técnica para transformar o corpo: aspiração (diária) com ventosas para aumentar o volume dos seios, que vai regulando consoante as necessidades de ter um peito maior ou de voltar ao “perfil do tronco normal”. Grace usa uma peruca da mesma cor do seu cabelo, ancas postiças, objetos de silicone para formar peito e nádegas, entre muitas outras coisas. As transformações complementares (ou provisórias) em que vão investindo estas/es quatro participantes dependem da maior ou menor saliência dos marcadores biológicos característicos. Verifica-se por exemplo um maior investimento no subprocesso de *implicação* dos atributos de género ou de certas partes corporais genderizadas nos casos em que os marcadores biológicos são tipicamente masculinos. Nestes casos, tanto a *ocultação* como a *implicação* concorrem para eclipsar os traços, para deduzir o género feminino a partir da dissolução de marcadores masculinos específicos. Ao ocultar o bigode Xuxa encobre um aspeto característico e marcante da sua masculinidade biológica. Este (des)fazer do género permitiu-lhe investir nas marcas da feminilidade que desejava implicar. Um nexos que está igualmente presente nos outros casos. A remoção dos pelos, o uso de maquilhagem ou de vestidos, etc. são práticas que permitem demarcar o feminino – concebido e construído a partir do masculino, o neutro e universal. Os marcadores do modelo dual que fundamentam a dicotomia entre macho e fêmea parecem facilitar ou tornar menos complexa a transformação complementar nos casos de aproximação ao masculino. Não obstante, foi também nessas trajetórias de género que encontramos um maior recurso às técnicas de substituição.

A substituição no corpo genderizado

Só encontramos o recurso ao subprocesso de substituição do corpo genderizado nos casos em que a transformação da corporalidade seguiu a via médica. Lé, António, Jim, Lake, Samuel, Dinis, Noa, Denis, Ash e Sandy também recorreram aos subprocessos acima descritos para a expressão de uma pertença alternativa de género. Mas nestes casos a *substituição* (apesar de parcial) surge como prática necessária ao bem-estar corporal. Para quem seguiu a via médica para transformar os marcadores biológicos distintivos, houve uma melhoria corporal

significativa a partir do momento em que começaram em hormonoterapia (Lé 19/2012, Dinis 24/2012 e António 24/2013) ou realizaram alguma cirurgia (Samuel 31/1998, Jim 26/2002, Sandy 46/2012, Denis 24/2013, Ash 31/2013, Lake 40/2015). O que predomina nestes casos é a idealização de uma imagem corporal mais próxima da masculinidade. Contudo a potencial “ambição da masculinidade” (referida anteriormente nos modos de diferenciação) não foi a principal justificação para a necessidade de transformar o corpo de forma interventiva ao longo da vida. Os principais motivos para recorrer à transformação médica foram sentimentos pessoais de rejeição corporal e/ou o peso do *misgendering* (atribuição equivocada de género) nas interações sociais. Como diz Lé:

(...) eu iria ficar reduzido a um número de três amigos que realmente me vissem como homem ou como não mulher. É muito complicado este conceito para a generalidade das pessoas com quem eu tenho de me dar no resto da vida. E isso cria um mal-estar tão grande... Ou seja, não é um bocado tipo: «Ah yah, eu estou a fazer isto só para me adaptar à sociedade...» Isto deixa-me mal comigo a um ponto que é insuportável. Ou seja, a minha relação com o meu corpo eu consigo perceber racionalmente: eu ter a mastectomia ou não; ou eu ter um pénis ou não, não faz de mim menos homem. Mas na verdade no dia-a-dia não funciona assim! E isso percebe-se com as micro agressões que se vai sofrendo. Ou seja, é tudo muito bonito na teoria, mas depois na prática é um mal-estar tão grande de nunca ser visto como eu, que: “Ok. Façam o que quiserem!” (Lé, 1993, PT)

Como veremos adiante, os processos de incorporação do género e o maior ou menor distanciamento em relação ao binário vão se desenrolando ao longo da vida através de uma transformação global que inclui (e possibilita) diferentes aceitações, intensificações e reconhecimentos. Estes exemplos de práticas de construção da corporalidade apontam para o peso que a oposição entre masculino e feminino continua a ter na incorporação do género. Mesmo pertencendo a um género não exclusivo, a substituição (parcial) de elementos corporais reprodutivos foi necessária em metade dos casos para atenuar e melhorar a satisfação corporal. Foi também através da implicação e ocultação dos mesmos marcadores que se (des)fez o género de modo complementar. Até as técnicas de eliminação corporal do género incluíram o recurso (simultâneo) a esses mesmos marcadores. Excetuando a redefinição – em que efetivamente se procura um descentramento da visão dicotómica e antagónica dominante – os restantes subprocessos baseiam-se de algum modo nessa separação entre o que é corporalmente feminino e masculino.

A estruturação do género binário ao nível do corpo traduz-se assim na importância conferida ao reconhecimento legítimo de uma pertença. É precisamente por causa da (in)validação corporal – como diz Lé, desse “mal-estar tão grande” – que importa considerar o plano do corpo perseguido.

4.3. O corpo perseguido

Como vimos na aceitação, a transformação da pertença não binária ao longo da vida nestas 19 trajetórias abarcou um conjunto de constrangimentos que interditaram e obstaculizaram as afirmações de gênero. As 19 trajetórias de gênero transgressivas deste estudo estão, aliás, repletas de relatos de “falhas” no cumprimento da visão dicotômica dominante⁶. No domínio da intensificação, destacam-se as experiências de discriminação vividas pelas 19 pessoas do nosso estudo. Estes episódios, além de ilustrarem a “liberdade regulada” da transformação alternativa do corpo face à expectativa binária (Merlini 2018), permitem-nos ver os diversos graus de tolerância da transformação corporal ao longo da vida. É nestes momentos que encontramos “travagens” efetivas à experiência “laboratorial” do corpo, que implicam questionamentos profundos e intensos sobre as pertencas e posicionamentos de gênero. Experiências vividas pelas/os/es participantes que mostram a maior ou menor amplitude das estruturas de gênero no quotidiano.

Nas relações interpessoais, as *práticas divergentes* das convenções de gênero (R. W. Connell 1987) despoletam frequentemente agressões e discriminações que resultam num não reconhecimento, subalternização ou negação das diferenças percebidas. Estes episódios desencadeiam geralmente sentimentos de angústia e invisibilidade que afetam as maneiras como as pessoas se relacionam com o gênero e optam por expressá-lo. O recurso a diferentes formas de identificação e repertórios simbólicos é um dos modos privilegiados para alinhar o gênero contextualmente aos diversos tempos e espaços de interação. Como veremos adiante, as grelhas interpretativas para (des)fazer o gênero apoiam-se sobretudo na elevação da diferença antagónica entre o masculino e o feminino. Precisamente porque as experiências de gênero implicam um diálogo com os outros, as situações de discriminação vividas intensificam os questionamentos sobre o corpo e sobre as identificações e expressões desempenhadas. Tanto as micro-agressões como os episódios explícitos de violência tiveram consequências na vivência e manifestação do gênero ao longo da vida.

Na nossa subamostra não houve relatos de discriminação em cinco trajetórias, maioritariamente nas britânicas. Esta tendência pode ser parcialmente explicada pela maior tolerância no contexto britânico às questões transgénero e não binárias e pela existência de um ativismo mais forte e de longa data comparativamente ao contexto português. Mas precisaríamos de um outro tipo de estudo para confirmar esta hipótese. A única trajetória de gênero portuguesa em que não se

⁶ Estas também têm um potencial de mudança que será abordado no próximo capítulo.

referem discriminações foi a de Xuxa – o que é justificado em parte pela prática de *cross-dressing* privado durante 20 anos e, a partir do momento em que se tornou “pública”, pela antecipação das situações de risco⁷. Por sua vez, em 10 trajetórias de género os episódios de discriminação surgem como momentos de viragem em que se questionam e redirecionam as pertenças de género. São casos em que a experimentação alternativa de um género na esfera pública correu mal. Encontrámos dois grandes tipos de marginalizações.

Os episódios de discriminação⁸ referem-se aos *Crimes contra pessoas* (Título I, do Livro II), especificamente contra a *integridade física* (cap. III), contra a *liberdade pessoal* (IV), contra a *honra* (VI) e contra a reserva da *vida privada* (VII). Aqui se percebe imediatamente a importância do corpo, da moralidade e do pessoal/privado nos episódios de discriminação. O alvo das discriminações relatadas não reside na *identidade/cultura*⁹ mas sim na *pessoa/privado* que é difamada, coagida, ameaçada, perseguida, assediada, intimidada, se nos detivermos apenas nas situações mais graves. Estas situações de violência refletem, portanto, uma lógica individualizada de discriminação cuja principal consequência foi a interrupção ou restrição da exploração/desempenho explícita e pública da alternativa de género. Um dos efeitos da rigidez das convenções sociais é que torna a penalização e a sanção mais imputável para quem, ao transgredir um limite, emerge como alvo de uma discriminação (um ato contra si). Os episódios aqui considerados surgem, aliás, como distantes porque são isolados e purificados pelas estruturas que configuram as expectativas do género binário. Senão vejamos.

No conjunto de episódios em que ocorreram *atos contra a honra e contra a vida privada*, encontramos várias situações que levaram à maior discrição nas trajetórias de género transgressivas. Para Micha, o resultado de ter sido humilhado por uma amiga que quebrou o seu segredo identitário (ser híbrido, 8/1994) foi desmentir e reprimi-lo para si durante mais 8 anos. Lé aos 21 anos (2014) foi assediado e solicitado a prestar contas da sua masculinidade no local de trabalho por um colega. Ficou com medo e estava numa situação em que não podia abdicar da única fonte de sustento. Acabou por corresponder parcialmente à expectativa de

⁷ Nomeadamente: evitar andar na rua sozinha, escolher os sítios para onde vai, saídas em grupo, etc.

⁸ Seguimos a nomenclatura do Código Penal Português (Lei n.º 94/2017) para situar o tipo de crimes e ofensas vividas pelas/os/es participantes. Enquanto Estados-Membro da União Europeia (e das Nações Unidas), Portugal e Reino Unido dispõem de um quadro penal que, apesar de próprio, obedece às disposições do direito comunitário. Optámos por aprofundar os episódios de discriminação a partir do código português pela maior familiaridade com estas leis.

⁹ É nos *crimes contra a identidade cultural* – particularmente no artigo 240º sobre a “discriminação e incitamento ao ódio e à violência” (Título III, Livro II) – que estão previstas penas de prisão (de 6 meses a 5 anos) para quem exclui por causa da identidade de género (entre outras vulnerabilidades suscetíveis ao ódio e à violência).

aproximação de masculinidade. Como conclui, o problema não estava na sua pertença, mas na cobrança de que foi alvo:

(...) a negociação não é entre o masculino e o feminino, eu acho que o masculino e o feminino são categorias. Acho que a minha negociação é entre o que as pessoas veem e o que eu quero que as pessoas vejam. (Lé, 1993, PT)

Já para Lou (40/2012) foi mesmo a exclusão por parte de um grupo da comunidade trans-masculina que fez com que se identificasse menos como transgénero e mais como não binária/o ou sem género. Justifica esta desidentificação por não ter correspondido aos critérios e expectativas requeridas e, sobretudo, por não ter sido bem-vinda/o. Este primeiro conjunto de episódios acarretou mudanças nas trajetórias de género principalmente por causa das “ausências”. Foi a ausência de uma determinada corporalidade no caso de Lou; a ausência de uma masculinidade hegemónica no caso do Lé; e a ausência de uma pertença exclusiva (moral) no caso de Micha que resultaram na transgressão da divisão que limita o género a duas categorias opostas. Como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, os processos de prestação de contas e de imposição de uma dada atribuição e interpretação traduzem-se numa gestão difícil, embora negociada, das performances de género.

Por sua vez, no conjunto em que consideramos os *atos contra a integridade física e contra a liberdade pessoal* foram as ameaças inesperadas que despoletaram um confronto e uma necessidade de manter à margem o que é “marginal”. Este foi (novamente) o caso de Lé. Aos 17 anos (2010) foi coagido a sair de uma casa de banho pública masculina por ter um aspeto andrógino. A expressão de género alternativa foi a razão para ser ameaçado e a consequência disso, além do pânico experienciado e da fobia prolongada aos espaços públicos, foi uma tentativa (falhada) de redireccionamento da sua trajetória para uma expressão mais feminina. Nesta situação, tal como nas outras, há uma imputabilidade da transgressão ao próprio alvo, a quem transgride o género e não a quem atua contra a integridade física e a liberdade pessoal.

Como vimos antes, na experiência “laboratorial” do *corpo vivido* e do *corpo reconfigurado* a transgressão é relatada a um nível mais pessoal, em parte mais autónomo das negociações com as “interferências” da expectativa binária. No plano do corpo perseguido o que ressalta é a transgressão da nomeação coletiva do género binário e as suas expectativas. É aqui que se travam as potencialidades da experiência laboratorial do género além do binário. Isto porque a experimentação de género *em si* passa a ser definida ou nomeada como transgressiva, é invalidada. Não fosse isso, Dinis não seria apedrejado aos 18 anos (2006) por ter uma apresentação como “maria rapaz”. Ou mais tarde, aos 24 anos (2012) ameaçado de morte por

frequentar espaços públicos com a sua namorada e ter uma performance masculina. A explicitação pública de uma performance ou expressão que reúne as duas componentes “exclusivas” do género numa mesma pessoa (andrógina) tende a convertê-la num alvo mais evidente de discriminação.

A transgressão é nomeada através da perceção de uma incompatibilidade. Também Noa aos 52 anos (2009) foi perseguido e ameaçado por 10 adolescentes. Nesse mesmo ano viu também a sua casa vandalizada por não corresponder ao ideal de masculinidade hegemónica. Estes são episódios inesperados que marcaram profundamente as trajetórias de género aqui consideradas. E o resultado manteve-se: inimizabilidade de quem perpetró o *ato contra*, tentativa (falhada) de conformidade e/ou maior descrição de uma expressão e identificação explícita com um género alternativo. A resistência para estas pessoas passa a restringir-se aos espaços coletivos (mais seguros, heterotópicos) e aos ativismos existentes. Só quando não se sentem isoladas é que se permitem expressar e revelar as pertenças de género alternativas. Nas palavras de Noa (1957, PT): *Eu pessoalmente, ativista sim, martírio não.*

5. Reconhecimento

A pertença a um género não binário requer não só um envolvimento num campo específico de significados identitários – cujos sentidos estão em constante disputa e redefinição – como também implica lidar com pontos de vista dominantes e particulares que reforçam as diferenças entre feminilidade e masculinidade. Porque os elementos identitários são necessariamente sociais (Lawler 2014, 180; Bourdieu 2001), quisemos compreender melhor as pertenças a géneros alternativos no interior dos campos específicos em que se (re)produzem. Para as pessoas que se situam além do binário – que não se posicionam exclusivamente nas categorias discretas e opostas de mulher ou homem – a transição como reconhecimento implica uma transformação nos modos como são vistas e como procuram ser vistas.

As interpretações dos outros e destas sobre si próprias são uma fonte de validação e/ou rejeição acerca da pertença assumida. Uma vez que as posições de género aqui retratadas são pouco “legíveis” na maior parte dos contextos – porque as grelhas interpretativas se baseiam maioritariamente na divisão essencial e antagónica entre duas categorias – as mudanças realizadas na interação com os outros remetem frequentemente para a componente discursiva da interação (as práticas de nomeação). Mesmo com as pessoas que investiram ativamente na androginia verificam-se constrangimentos interpretativos. Nos casos em que solicitaram o

tratamento por nomes próprios e pronomes neutros impuseram-se obstáculos, forçando a aproximação a um dos polos da dicotomia.

Estas impossibilidades relatadas pelas/os/es participantes do estudo demonstram bem como os significantes culturais em que se apoia a atribuição e interpretação de género operam para naturalizar a visão binária. Contrariando esta aceção de que género e sexo são duas faces da mesma moeda, as 19 pessoas expõem claramente os elementos socialmente construídos em que se apoia a divisão. A diferença de tratamento percebida por se desempenhar mais do que um género ou por se situar além de uma posição de exclusividade é salientada como uma transformação reflexiva. Esta mudança de tratamento tem sobretudo consequências no modo como os posicionamentos são expressos e dados a conhecer, constituindo-se portanto como transformadora:

(...) eu vou sair muitas vezes, eu vou sair muitas vezes durante o fim, durante o fim-de-semana, durante o dia vou às compras, e vou-lhe dizer que... a esmagadora maioria das pessoas não repara que, que é um travesti¹⁰ que está ali. Não repara mas também porque não olham suficientemente, porque se parassem para olhar, ao fim de alguns segundos reparavam. Mas isso também tem que ver com o facto de eu me vestir discretamente para essas ocasiões. (Grace, 1962, UK)

No reconhecimento estes processos podem, tal como na intensificação, assumir uma vertente provisória ou uma vertente ininterrupta. Contudo, para estas 19 pessoas os aspetos corporais têm menos peso na transformação reconhecida da posição (alternativa) de género ocupada. Ou seja, a “transição” reconhecível não depende única e exclusivamente das mudanças corporais – mais associadas à conceção biomédica do género. Como refere Dinis:

Se eu não tivesse começado a tomar testosterona nem feito cirurgias, podia na mesma ter feito uma transição. Podia começar a vestir-me de maneira diferente. Apresentar-me de uma maneira diferente ao mundo. Acho que isso é a transição. Começar a pedir às pessoas para usarem outro pronome, começar a usar outro nome... (Dinis, 1988, PT)

Nos sentidos conferidos pelas/os/es participantes, as conceções de transição são mais abrangentes do que a visão biomédica dominante veiculada porque ultrapassam a perspetiva de que é no corpo e nos seus marcadores sexuais que reside a possibilidade transformadora e de validação. O (auto/ hétero) reconhecimento da mudança está sobretudo dependente das formas de expressão e nomeação que proporcionam novos modos de tratamento e interpretação de (outra) pertença de género. É no intercâmbio com os outros que o reconhecimento é mutuamente validado ou rejeitado, refletindo um processo de transformação negociado segundo um conjunto de parâmetros passíveis de permitir a interpretação. A mudança de pertença ao género reside, portanto, na capacidade de ser-se interpretada/o/e de uma outra

¹⁰ *Travesti* é um termo usado por esta/e participante no sentido britânico, de *transvestite* – transvestir.

forma. Micha identifica essa transformação a partir do momento em que deixa de ser reconhecido pelo género atribuído à nascença:

Para mim, pode ser mais amplo, eu sinto-me em transição mesmo sem tomar hormonas, nem cirurgias. Eu sinto-me numa transição, porque, como eu te disse, há um ano as pessoas me veriam como uma mulher. Agora é cada vez menos óbvio, então é um processo e isso é algo que eu estou fazendo com a minha expressão de género e ajustando as coisas um pouco e as coisas estão mudando e para mim é uma transição, mas não é uma transição médica. (Micha, 1986, PT)

Com efeito, a transformação do reconhecimento nestas 19 trajetórias passou pelas atribuições, interpretações e apropriações do género baseadas em parâmetros não exclusivos nem antagónicos. O reforço das/os/les participantes numa conceção de transição mais abrangente do que a estabelecida pelo poder-saber biomédico resulta na minimização dos elementos corporais e numa maior ênfase no reconhecimento interpretativo. Neste âmbito a transformação é evidenciada em dois planos: o da revelação e o da reivindicação comunitária ou politizada da pertença ao género além do binário.

5.1. Revelar-se ao longo da vida

Na esfera intersubjetiva das relações de género, os momentos de revelação ou *outing* – a “saída do armário” – das pertenças de género são outra faceta, a par das discriminações, da transgressão percebida. Mas referem-se aos momentos nomeados pelas próprias pessoas. Analogamente, as revelações também são eventos chave no desenvolvimento e (re)direcionamento das trajetórias de género alternativas. A um dado momento dos seus cursos de vida, todas as pessoas deste estudo tiveram necessidade de contar, expor, fazer sentido das suas (não) pertenças de género junto dos seus próximos (significantes). Para elas, foi muito importante verem reconhecidas as suas identificações e expressões alternativas de género, especialmente numa fase inicial. Mais tarde, em geral após diversos redireccionamentos e redescobertas (ligados às transformações na aceitação e na intensificação), a revelação passa a estar no plano da necessidade (dispensável) – “*a need to know basis*”.

Não encontrámos na reconstituição biográfica uma idade típica para revelar a pertença a um género não binário mas sim um momento histórico. Mesmo com a variação encontrada nas 19 trajetórias o padrão de antecipação mantém-se. Apesar de não estar subordinada aos momentos de descoberta e identificação, a decisão/necessidade de revelar seguiu a mesma tendência. Estes dados apontam para duas pistas. Em primeiro lugar, para a hipótese de um maior grau de tolerância relativamente a estes assuntos. Apesar das fobias e discriminações que acabámos de analisar, as revelações mais precoces parecem assinalar uma possibilidade de diálogo e abertura

que estava vedada nas trajetórias de gênero iniciadas há mais tempo. Em segundo lugar, para a inevitabilidade de partilhar e conferir sentido conjuntamente sobre as alternativas de gênero.

O balanço ou vaivém constante na revelação das pertenças alternativas – tributário em grande medida das dificuldades interpretativas e/ou problemas de rejeição, como veremos no próximo capítulo – não implicou necessariamente que estas se mantivessem apenas na esfera privativa. A maior coincidência entre os momentos da descoberta-identificação-revelação nas 19 trajetórias – mais do que uma coerência linear dos cursos de vida – traduz a importância intersubjetiva do gênero e o peso da alteridade. E, com efeito, encontramos variações entre estes momentos. Considerando os episódios que coocorreram e que antecederam o momento da revelação identificámos quatro configurações distintas nas trajetórias de gênero não binárias, sistematizadas no quadro abaixo:

Quadro 6.6. – Momentos que coocorrem ou antecedem a revelação da pertença de gênero não binária				
Tipo de Eventos	Configuração	1ª Revelação	2ª Revelação	3ª Revelação
<i>Sequência</i>	Identifica-se → Revela	6	0	0
	Descobre → Identifica-se → Revela	5	2	0
<i>Coocorrência</i>	Politização/Associativismo + Revelação	5	3	1
	Relacionamentos + Revelação	3	1	0

Nos sete casos em que houve mais do que uma revelação verificou-se um processo gradual entre os diferentes momentos. As/os/les participantes relatam diferentes razões e consequências dessas revelações. Lou (aos 21/1993), Micha (aos 21/2007) e Lé (aos 16/2009), traçam uma ligação entre a revelação da orientação sexual e a revelação da pertença de gênero. Apesar de anteceder os momentos de descoberta e de identificação com o gênero não binário, esta relação é vista pelas/os/es três como se a primeira (a da sexualidade alternativa) tivesse preparado a experiência de revelar outro posicionamento de gênero. Para Lou isso traduziu-se numa revelação mais facilitada da pertença ao gênero não binário:

Eu acho que ter uma identidade não binária para mim está realmente calmo e resolvido. Não é algo que eu preciso de ir a um dicionário e procurar bem o que isso significa: «sou eu?». Totalmente diferente da minha viagem [journey] para perceber, quando tinha 21 anos, que era bissexual, isso foi uma viagem! Eu conversei com as pessoas sobre isso. Quando revelei, fiquei um pouco assustado/a [scared], sabe? Com as coisas que muitas pessoas experimentam em relação à sexualidade. Mas gênero – trauma absolutamente zero e assim. (Lou, 1972, UK)

Já no caso de Lé, com uma trajetória pautada por diversos momentos de revelação, a consequência de contar à família sobre a sua identificação alternativa de gênero resultou na

expulsão de casa. Para Grace em divórcio. Apontando para outra tendência, Grace, Xuxa, Jim e Ash relatam um processo de revelação gradual em que a partilha começou primeiro no círculo privado e depois passou para a esfera pública. Mas, enquanto Jim levou 2 anos e Ash levou 5 anos para assumirem publicamente as suas pertenças de gênero, Xuxa e Grace levaram muitos mais. Esta demora explica-se em parte porque ambas faziam *cross-dressing* em privado e de forma paralela aos seus quotidianos masculinos. A época em que ambas nasceram também teve importância. Mesmo com a maior abertura nos contextos britânico e português, a descoberta e identificação destas práticas ainda era um assunto pouco conhecido e até um tabu em 1986 (Xuxa, 30) e 1992 (Grace, 30). Xuxa decidiu revelar à família, da qual teve aceitação. Manteve a sua pertença de gênero em segredo durante 20 anos, mais ou menos quando o quarto filho atingiu a maioridade, em 2006. Grace, por sua vez, passou 10 anos a conversar de madrugada com *cross-dressers online*. Quando ganhou coragem para contar à sua esposa em 2002 o seu casamento acabou. Refeita do divórcio, só 6 anos depois e através da participação em espaços LGBTQI é que Grace decidiu sair publicamente e revelar a sua identidade. Em ambos os casos as práticas de *cross-dressing* viabilizaram uma vivência mais privada (ou particular) de um gênero não binário.

À exceção das trajetórias de Xuxa e Grace, as restantes revelações só ocorreram depois da viragem para o século XXI. Apesar das variações nas formas de identificação e expressão de gênero nestas trajetórias identificadas acima, a maioria (n=13) revelou a sua pertença apenas uma vez. O cruzamento entre o ano da primeira revelação e o ano de nascimento confirma o padrão de antecipação da visibilidade transgênero e não binária e permite perceber que a revelação das pertenças de gênero não binárias foi também mais precoce:

Quadro 6.7. Primeira revelação da pertença de gênero não binária por ano de nascimento			
Participantes	Ano Nascimento	Primeira Revelação	
		Idade	Ano
Nelle	1943	61	2004
Xuxa	1956	30	1986
Noa	1957	44	2002
Grace	1962	30	1992
Sandy	1966	44	2010
Samuel	1967	39	2006
Lou	1972	40	2012
Lake	1975	31	2006
Jim	1976	26	2002
Ash	1982	29	2011

Domingas	1982	21	2003
Micha	1986	21	2007
Alex	1987	27	2014
Dinis	1988	23	2011
Denis	1989	21	2010
António	1989	20	2009
Selma	1992	21	2015
Lé	1993	17	2010
Ana	1997	17	2014

Para quem nasceu até meados dos anos 1970, a primeira revelação ocorreu depois dos 30 anos de idade. Enquanto a pessoa mais velha na nossa subamostra revelou a identidade de género à família e ao público aos 61 anos (2004) a mais nova revelou aos amigos aos 17 anos (2014).

Os episódios de revelação implicaram diferentes alvos de partilha. Em cinco casos a opção foi por revelar uma única vez ao público generalizado através de comunicados nas redes sociais, *media* ou outras plataformas *online* como blogues (Nelle aos 61 /2004; Samuel aos 39/2006; Lake aos 31/2006; Sandy aos 44/2010; Alex aos 27/2014). Noutros cinco optaram por fazer uma única revelação particular a amigos (Ana aos 17/2014; Selma aos 21/2015) à família (Noa aos 44/2002; Denis aos 21/2010) ou ao cônjuge (Domingas aos 21/2003). No relato das revelações únicas estão também Lou, que se revelou à comunidade trans (40/2012) e António (20/2009) e Dinis (23/2011) num contexto íntimo composto por família e amigos. Micha revelou duas vezes a sua pertença alternativa de género, aos 21 e depois aos 27 anos, também à família e amigos em simultâneo. Por sua vez, como referimos, Grace começa por se revelar junto da comunidade (30/1992), depois à sua esposa (40/2002) e por último de forma pública (46/2008). Já Xuxa revela à família (30/1986) e depois é que faz a revelação pública (46/2008). Jim e Ash revelam as suas pertenças de género primeiro à família (aos 26/2002 e aos 29/2011 respetivamente) e depois ao público generalizado (28/2004 e 34/2016). Por último Lé revela primeiramente na comunidade (17/2010) e depois à família (21/2014).

Esta distribuição remete para a diferença de expectativas e de discrição na revelação da pertença ao género não binário. O momento em que se revela e a quem se diz envolve uma validação da trajetória de género e é movido pelo reconhecimento. Contar a Amigos, Familiares ou à “Sociedade” em geral para estas pessoas foi um momento que definiu a passagem entre uma compreensão isolada do *self* e a expectativa (negociada) de reconhecimento por parte dos outros.

Nos casos em que se aplica, a mudança de nome/género nos documentos de identificação também foi um evento relevante de reconhecimento e afirmação da pertença de género. Do total

de 17 casos que mencionam esta prática, 6 mudaram legalmente o nome e/ou género nos documentos de identificação, 3 aguardavam o diagnóstico médico para poderem fazê-lo, 2 tinham dúvidas e 6 não o queriam fazer. A renúncia à mudança legal relaciona-se com a contestação dos modos de reconhecimento formais (binários). Dispondo apenas de duas opções para a identificação legal, várias/os/es participantes recusam e/ou questionam o real significado da mudança de nome e de género. Como nos diz Micha:

E eu quero mudar o meu BI, apenas para adicionar o nome ['Micha']. Eu não mudarei o 'F' porque a outra opção seria um 'M' e isso significa uma série de problemas administrativos para nada [risos] porque estaria errado... Mas eu gostaria de acrescentar o meu nome. (Micha, 1986, PT)

Tal como Micha, muitas destas pessoas consideram inclusive que o *disclosing* de género nos documentos legais é um critério arbitrário e irrelevante. Entre as que têm dúvidas ou optaram por não mudar os seus nomes, algumas pessoas também não o fizeram porque preferem manter em privado a sua identificação alternativa de género. Nomeadamente Xuxa, Grace, Selma, Ana, Domingas, Micha, Lou e Nelle. Este grupo significativo contém mais pessoas de quem se esperava o masculino à nascença e caracteriza-se por uma maior preponderância de posicionamentos de oscilação face ao binário de género. À exceção de Sandy – que só alterou o nome aos 34/2000, mesmo antes de uma identificação com um género alternativo¹¹ – as/os/les restantes participantes necessitaram do diagnóstico médico para realizar a mudança legal.¹² Samuel (38/2005), Dinis (25/2013), Ash (32/2014) e Denis (26/2015) alteraram o nome e o género nos documentos de identificação depois da aprovação das (modernas) leis de reconhecimento dos respetivos países de origem (Portugal – 2011; Reino Unido – 2004). No caso português encontramos uma sincronia nessas trajetórias de género entre o momento do diagnóstico médico e o momento da mudança legal. No caso britânico verificámos um intervalo de tempo maior, presumivelmente por não existir um sistema integrado de documentação e serem necessárias mais diligências para mudar os documentos de cidadania. Já Noa (52/2009), por ser de origem francófona, conseguiu contornar as regras restritivas dos serviços médicos do seu país de origem através do recurso ao diagnóstico português. Só depois de ter realizado as transformações médicas é que procedeu ao reconhecimento legal no seu país de origem.

Para quem mudou ou estava em processo de mudança legal do nome, a escolha foi frequentemente uma inflexão de género do nome próprio de nascimento (como João/Joana,

¹¹ Como nos diz em entrevista, nesse período começava a afirmar o seu género de forma ambivalente e encurtou o seu nome mas isso foi “bem antes de uma decisão consciente de transição” (Sandy, 1966, UK)

¹² Relembramos que o período de recolha das entrevistas é anterior à lei portuguesa mais recente do reconhecimento da identidade de género, aprovada em Agosto de 2018 (Lei 38/2018), que dispensa o diagnóstico médico para o reconhecimento legal.

etc.). E, como vimos antes, o recurso a nomes próprios mais neutros (como Alex ou Lou, etc.) é um mecanismo usado por alguns/mas/mes para contrariar o binário de género. Mas existem diversos obstáculos na validação de nomes próprios neutros impostos pelos sistemas nacionais de registo civil. No caso dos pronomes pessoais neutros (como “they” ou “zie” em língua inglesa ou “ile” em língua portuguesa) multiplicam-se ainda mais as barreiras intersubjetivas. Quem tentou usar pronomes neutros como forma de tratamento ao longo da vida acabou por desistir e optar por um dos dois ou, consoante as situações, pelos dois pronomes (ela/ele) reconhecidos.¹³ Estas complicações associadas às práticas de nomeação demonstram claramente o peso da alteridade nestas 19 trajetórias de género transgressivas.

Ilustrada pelos interditos encontrados, pelos corpos perseguidos ou pelas revelações ao longo da vida, a nomeação e os sentidos intersubjetivos do género não binário dificilmente se percecionaram como legítimos. E, como veremos no próximo capítulo, o potencial das transgressões não binárias para transformar os repertórios interpretativos é reduzido. Para quem “testemunha” e reconhece a transgressão, as possibilidades interpretativas de atribuição e de apropriação do género estão formatadas num horizonte binário. Mas as tramas do discurso dominante que estrutura o género numa oposição antagónica não residem apenas nos contextos microssociais de interação. O (Cis)tema¹⁴, o *apparatus* em que se organiza o género – ou no sentido goffmaniano, os *arranjos* entre os géneros (1977) – em Portugal e no Reino Unido ainda não concebem outras possibilidades além da dicotómica. No plano da reivindicação comunitária ou politizada da pertença ao género não binário encontramos algumas sementes da resposta organizada.

5.2. Reivindicar a pertença ao longo da vida

É nos direitos e garantias de cidadania asseguradas pelos Estados e nos arranjos institucionais para fazer o género que vemos as linhas orientadoras e divisórias do que é formalmente reconhecido e determinado como a norma. Os “(c)istemas” português e britânico estão estruturados e mantêm a cidadania de género numa lógica antagónica que não inclui sequer a possibilidade de outras categorias alternativas de género. Posicionar-se de modo não exclusivo

¹³ Como vimos no capítulo V, a linguagem inclusiva neutra é muito importante para a causa não binária. As possibilidades práticas da sua utilização parecem, contudo, ter maior viabilidade no contexto do ciberespaço em que se assiste a uma multiplicação descritiva (e por vezes dissociada) dos modos de tratamento e de identificação de género.

¹⁴ Com o trocadilho (C)istema pretendemos aqui fazer uma referência crítica e provocadora relativamente ao peso que a ideia de correspondência (cis-) entre sexo (marcador biológico reprodutivo atribuído) e género (construção cultural variável) tem nos modos como estão instituídas as práticas e organizamos a vida em sociedade.

permanece à margem e/ou com muitas dificuldades de se tornar inteligível¹⁵. Se o (c)istema é “cego” às alternativas e não as contempla, então como é possível resistir-lhe? Até que ponto estas estruturas constroem e “normalizam” aquelas/eles/iles que não inclui? Mantidas/os/es à margem, como podem participar no (c)istema?

Nas 19 trajetórias de género não binárias que aqui analisamos nem todas as pessoas adotaram um posicionamento mais crítico ou (até) combativo. Ao contrário do que encontraram Ekins e King (2006), a combinação entre o pessoal e o político não foi intrínseca nestas trajetórias de género não binárias. De facto, nos casos em que houve uma identificação explícita com o género não binário e a adoção de práticas *divergentes* pela vertente negativa ou separatista encontramos um maior distanciamento em relação ao (c)istema. Mas o pessoal e o político nem sempre se sobrepuseram ao longo da vida. (Des)fazer o género de forma alternativa pela complementaridade, pela multiplicidade ou pela indeterminação não foi equivalente a adotar uma posição política e/ou de resistência a tempo inteiro. Para quem nega/transcende e para quem se aproxima ao binário de género o investimento em práticas de resistência varia consoante os contextos de interação. Para quem oscila de género o posicionamento é frequentemente mais focado no apoio “para dentro”. Como estas pessoas mantêm uma separação clara entre as suas diferentes pertenças de género, tendem a expor-se menos publicamente e, em simultâneo, a participarem mais como membros/es das suas comunidades de pertença.

São diversos, aliás, os tipos de comunidade¹⁶ que proporcionam os encontros com pessoas com pertenças de género similares. As comunidades são fontes de informação, de partilha, de apoio e (por isso) também de resistência. Mas esta “resistência” varia em tipo e em sentido para as pessoas deste estudo, reenviando-nos para os campos específicos em que se (re)produzem as pertenças ao género não binário e aos seus sentidos (com)partilhados. Retomando a distinção teórica entre as teses das práticas de género vemos como as comunidades podem constituir: i) fontes relevantes para o estabelecimento e manutenção de tradições normativas alternativas que prescrevem e orientam simbolicamente as possibilidades (na perspetiva estruturalista); ou ii) como contextos de subversão e luta que coletivamente procuram ampliar as possibilidades de reconhecimento (na perspetiva pós-estruturalista). Não basta portanto a existência de um vasto

¹⁵ Ainda que, como vimos, essa realidade possa mudar futuramente se Portugal e/ou o Reino Unido adotarem o paradigma legal de reconhecimento indeterminado de género ao nível dos marcadores de registo.

¹⁶ Nomeadamente: as comunidades (*online/offline*), direcionadas para a diversidade ou especificamente para uma prática, uma identidade, um tipo de apoio, etc. Entendemos aqui por comunidade, em sentido lato, os encontros coletivos mais ou menos estruturados para a realização de várias atividades que podem estar centradas ou não nas questões *Trans* e cujos graus de politização e ativismo são variáveis.

repertório de identidades de gênero (e suas prescrições). Não bastam as práticas divergentes isoladas, cuja exposição revela a não pertença mas também as torna alvos fáceis de discriminação. É também necessário o compromisso coletivo e um reconhecimento de que essa transformação das possibilidades genderizadas é necessária.

Interessou-nos portanto aprofundar as imersões comunitárias e em coletivos ativistas ao longo do curso de vida das/os/es 19 participantes. Mas, porque os ativismos são minoritários e simultaneamente muito específicos, isolar as trajetórias de gênero deste estudo quanto aos posicionamentos ativistas corresponderia em parte a uma identificação explícita de quem procura intervir na mudança. Nesse sentido, optámos por aprofundar globalmente o conjunto de eventos relativos ao envolvimento no ativismo, posicionamento político e conhecimento e/ou frequência de comunidades transgênero e não binárias. Em vez de nos determos nos elementos específicos de cada trajetória, procurámos identificar as várias modalidades de posicionamento e de como estas concorreram para o “lugar” de gênero a que se chegou num determinado momento da vida. Mais do que tipificar trajetórias politizadas, interessou-nos sobretudo compreender como é que estes eventos se interligaram com os posicionamentos assumidos e a sua relação com o contexto e tempo vivido.

Na esfera das relações comunitárias, a “entrada” numa comunidade transgênero ou não binária teve três vias principais: através da participação em iniciativas; através da participação em grupos de apoio; através de semelhantes (outras pessoas transgênero e/ou não binárias). Face ao padrão anteriormente identificado de descoberta, identificação e revelação mais “precocemente” para quem nasceu após os anos 1980, esperávamos encontrar a mesma tendência na experiência de participação e envolvimento nas diversas comunidades transgênero e não binárias. A leitura dos dados em função da idade mostrou efetivamente que nas trajetórias mais jovens o envolvimento ocorreu entre os 20 e os 30 anos, enquanto para quem nasceu antes dos anos 1980 foi mais a partir dos 40 anos. As pessoas mais novas entraram para as comunidades tendencialmente através de semelhantes ou da participação em grupos de apoio. As pessoas mais velhas entraram para as comunidades sobretudo através de organizações específicas. Como vimos no capítulo III, a emergência e multiplicação de comunidades transgênero no contexto anglófono expandiu-se a partir dos anos 1990 (Stryker 2008; Ekins e King 2006). Com efeito, excetuando um caso específico, a maioria das/os/es participantes deste estudo começou a participar e/ou envolver-se mais ativamente em comunidades no século XXI. Apesar de se verificar um padrão etário, não encontramos uma relação clara entre o ano de nascimento e o momento de entrada, independentemente da via. Os dados sugerem que mais do que a época

em que se nasceu, o que parece ter feito a diferença no envolvimento comunitário foi a época em que estas comunidades se estabeleceram.

Tendo em conta as particularidades dos ativismos LGBTQI português e britânico, não encontramos diferenças substantivas nestas 19 trajetórias relativamente aos momentos de entrada e no estabelecimento de relações comunitárias. A maior preponderância de participantes a residir no Reino Unido que entraram na comunidade pela via das organizações estará, eventualmente, relacionada com o maior acesso e disponibilidade destes coletivos no contexto britânico.

Já na esfera do ativismo especificamente transgénero e não binário identificámos dois tipos de envolvimento em 15 trajetórias: i) a participação (frequente/motivada) em iniciativas ativistas e/ou ii) a filiação a organizações LGBTQI. Em ambos os contextos foi frequente o envolvimento no ativismo através da participação em iniciativas. Mas enquanto nas trajetórias de género britânicas se verifica uma filiação exclusiva a uma organização ou movimento político específicos, nas trajetórias portuguesas foi mais frequente um envolvimento através de múltiplas filiações a organizações LGBTQI. Isso corrobora os estudos sobre o movimento LGBTQI português e a sua particularidade sincrética (Hines e Santos 2017; A. C. Santos 2013; Almeida 2010; Cascais 2006). Também nestes casos se verificam presenças simultâneas em organizações favoráveis ao ativismo institucional e em movimentos que favorecem a mudança radical. O carácter mais recente e reduzido do ativismo português especificamente transgénero e não binário favorece uma coexistência em diferentes frentes (rivals) de ativismo. O conjunto de associações e movimentos portugueses que se ocupam na defesa dos direitos de reconhecimento da identidade de género tem sido fundado e mantido por um grupo pequeno de pessoas que se conhecem pessoalmente e frequentam os mesmos contextos. E, de facto, uma breve comparação das trajetórias quanto aos momentos de envolvimento no ativismo ilustra bem as diferenças entre ambos os contextos. Dos relatos que dispomos, a primeira vez que alguém participa em iniciativas ativistas no Reino Unido remonta a 1997¹⁷, enquanto em Portugal as referências que temos começam a partir de 2011¹⁸. Este hiato de 14 anos não é uma coincidência. Como avançámos no capítulo III, as diferenças temporais no estabelecimento dos movimentos LGBTQI português e britânico tiveram repercussões nas possibilidades de participação e envolvimento no ativismo. E são reproduzidas nas trajetórias ao nível da filiação

¹⁷ Precisamente no ano em que a *Marcha do Orgulho* Londrina assila a sigla LGBT.

¹⁸ Precisamente no ano em que a lei portuguesa que desburocratizava o reconhecimento da Identidade de Género foi aprovada.

a organizações ativistas portuguesas e britânicas. Com um hiato de 8 anos, a primeira filiação em organizações LGBT no Reino Unido de que temos relato é de 2002 e em Portugal em 2010. Estas filiações também se relacionam com uma existência mais tardia do ativismo especificamente transgénero e não binário no caso português.

Na esfera do posicionamento político encontramos diferentes perfis de implicação na mudança que se relacionam com duas abordagens principais: i) a politização “para dentro”, uma demanda (intra-grupal) de transformação e organização interna da comunidade; e a politização “para fora”, a defesa externa (exo-grupal) dos direitos transgénero e não binários. No caso da abordagem “para dentro” verifica-se um maior investimento e esforços na criação e manutenção de relações de (não) pertença entre pares ao longo do curso de vida. Ou seja um maior enfoque no sentido de coesão e organização interna da(s) comunidade(s). No caso da abordagem “para fora” vemos um maior compromisso com agendas de mudança externa, mais engajado na defesa e conquista de direitos para as comunidades. Para além destes posicionamentos em quatro trajetórias a participação pautou-se sobretudo pela pontualidade, a partir da presença menos comprometida em iniciativas específicas. Nesse sentido, tanto na abordagem interna como na externa verificam-se 15 trajetórias com posicionamentos políticos explícitos e praticados.

Os “lugares de protagonismo” ocupados são diversos, resultando num total de seis tipos de posicionamento adotados ao longo da vida. No contexto britânico são as figuras de “Fundador/a/ie ou Líder de Organização Transgénero” (ao todo 3) e de “Artista Transgénero e/ou Não Binária/o/e” (3) que preponderam. No contexto português são mais frequentes as figuras de “Membro/e de Movimento” (4)¹⁹ e de “Disseminador/a/ie *Online*” (2). Em ambos os contextos encontram-se ainda as figuras de “Dinamizador/a/ie de Eventos e/ou Grupos de Apoio” (4) e de “Ativista Transgénero e/ou Não binária/o/e” (4). Em quatro trajetórias estes posicionamentos foram cumulativos e coerentes com a pertença ideológica assumida (nas suas vertentes comunitária, institucional ou radical)²⁰. A politização ao longo da vida foi contribuindo para uma inserção específica na comunidade, mais centrada em investimentos para dentro ou para fora. No próximo capítulo aprofundamos como é que as/os/les participantes

¹⁹ Neste estudo, membro/e de movimento significa uma pertença assumida a um movimento ideológico particular de práticas e/ou defesa dos direitos sexuais e de género de que é exemplo a figura de “Terrorista de Género” ou de “Trans/feminista”.

²⁰ Ou seja a partir de posicionamentos: i) mais focados na construção interna da comunidade transgénero/não binária; ii) mais associados aos movimentos orgânicos institucionais que procuram reformar as políticas; ou iii) que investem na transformação radical e nos movimentos de crítica inorgânica ao (c)istema instituído. Ver capítulo III para aprofundamento.

se situam face aos instrumentos de mudança e que tipo de transformações privilegiam. Neste âmbito importa destacar que as posições de “Ativista Transgênero e/ou Não Binária/o/e” e de “Disseminador/a/ie *Online*” estão mais associadas à abordagem externa, de luta pela visibilidade e reconhecimento dos direitos não binários.

A par disso, procurámos identificar a relação entre a politização, os envolvimento no ativismo/comunidade e as mudanças de identificação ao longo do curso de vida. Como dissemos, a sobreposição entre as esferas pessoal e coletiva do sentido de pertença transgênero e não binário é frequentemente referida nos estudos sobre estes temas (Hines e Sanger 2010; Hines 2007; Ekins e King 2006). Contudo, a entrada numa comunidade transgênero e/ou não binário não tem necessariamente de preceder o sentido de pertença e a autodefinição identitária. Ainda há, aliás, um longo caminho a percorrer para compreender efetivamente os processos de influência política ou comunitária sobre as variações nos sentidos de pertença de género bem como as atitudes face ao género (Lindqvist et al. 2018).

No caso das 19 trajetórias deste estudo encontrámos uma distribuição relativamente uniforme quanto aos momentos de autoidentificação com uma categoria alternativa de género e a entrada na comunidade. Se dividirmos as trajetórias entre os momentos de autoidentificação de género²¹ e os tipos de envolvimento comunitário verifica-se o seguinte:

Quadro 6.8. Envolvimento na comunidade e posicionamento no género					
		Abordagem de envolvimento na comunidade			TOTAL
		<i>Fora</i>	<i>Dentro</i>	<i>Pontual</i>	
Autoidentificações de género	<i>Antes</i>	2	2	0	4
	<i>Variável</i>	3	1	1	5
	<i>Depois</i>	5	2	3	10
TOTAL		10	5	4	19

Como podemos ver pelos dados do quadro, o posicionamento alternativo de género não se sobrepõe necessariamente ao envolvimento na comunidade, independentemente do tipo de abordagem. As pessoas com participações pontuais ou esporádicas tenderam a autoidentificar-se mais depois do envolvimento. Há uma maior proporção de pessoas com autoidentificações posteriores à entrada na comunidade, o que corrobora em parte a justaposição identificada nos

²¹ Considerámos o conjunto de autoidentificações de género por participante – que variaram entre uma a quatro vezes (*vide* quadro 6.4.). Os casos em que as autoidentificações ocorreram antes, em simultâneo e/ou depois do envolvimento na comunidade estão considerados em “variável”.

estudos. Encontramos menos posicionamentos exclusivamente anteriores à entrada na comunidade mas estes distribuem-se da mesma forma quanto ao tipo de abordagem seguida. O investimento para “fora” ou para “dentro” ao nível do envolvimento comunitário verifica-se, aliás, independentemente da temporalidade das autoidentificações (e da sua frequência). As variações encontradas não corroboram, portanto, a inevitável politização das possibilidades alternativas e/ou que a autodefinição corresponde invariavelmente a um tipo específico de ativismo.

As circunstâncias e as motivações da interligação entre o pessoal e o político podem assumir configurações muito diferentes. E, mesmo as razões relacionadas com os processos de posicionamento político variam ao longo da vida e das trajetórias. Estes posicionamentos são motivados, nomeadamente, por um conjunto de crenças, por filiações radicais, pela ilegitimidade de uma corporalidade andrógina, pela incoerência nos documentos legais, pela impossibilidade de realizar mais cirurgias, pelo constante reconhecimento de não pertença, etc. Mais visível nuns casos, mais discreto noutros, todas/os/es participantes deste estudo referem a necessidade de mudança, de transformar os modos como o género organiza a vida social. Com graus variáveis de participação nos movimentos coletivos vão defendendo (diferentemente) o reconhecimento de outras formas de (des)fazer o género.

6. Vidas trans-in-visíveis

Este estudo permitiu-nos captar as vidas vividas e compreender melhor como é que o género tem vindo a ser (des)feito ao longo do tempo em Portugal e no Reino Unido. Face aos resultados, destaca-se primeiramente a transformação das condições em que o género tem sido (re)produzido de forma alternativa nas últimas décadas. O cruzamento entre os tempos biográficos e socio-históricos permitiu-nos identificar uma tendência de compressão temporal nas trajetórias de género transgressivas em ambos os contextos. Encontrámos impactos da visibilidade histórica e da tolerância à diversidade de género a partir de uma conceção alargada de transição e dos processos de transformação interrelacionados da aceitação, da intensificação e do reconhecimento da pertença não binária. As novas possibilidades de reconhecimento legal, o maior acesso a informação e a emergência e estabelecimento de comunidades transgénero e não binárias abriram caminho para processos de descoberta e identificação mais “precoces”. Mas, mais do que a idade (jovem) em que se afirmou *ser* de um género distintivo, foi especialmente o encurtamento do tempo de sofrimento nestas trajetórias de género que beneficiou da maior abertura face ao género. Apesar do reconhecimento generalizado destes fenómenos em Portugal e no Reino Unido ainda se basear muito nas representações

essencialistas/biomédicas e/ou migratórias, vemos gradualmente uma inclusão das alternativas emancipatórias do gênero nas 19 trajetórias. O menor tempo de sofrimento vivido pelas/os/es participantes advém sobretudo da disseminação dessas possibilidades de (não) pertença e da maior viabilidade de redefinição do gênero fora dos “parâmetros” binários. As tendências identificadas neste estudo permitem-nos levantar a hipótese de que *uma maior tolerância das normas de gênero resulta numa maior especificação transgressiva do gênero*. Ou seja, à medida que em ambos os contextos emerge uma maior aceitação e/ou permissão das práticas alternativas para (des)fazer o gênero, o reconhecimento do que é especificamente transgressivo torna-se mais sofisticado. Independentemente da especificidade de cada trajetória, os processos de afirmação e posicionamento no gênero além do binário estão relacionados com o tempo vivido. À medida que se (re)conhecem mais possibilidades categóricas e pragmáticas de gênero diversificam-se os modos como se lidam e redefinem as pertencas e experiências genderizadas. Os avanços na igualdade de gênero e a mudança para um paradigma mais complexo têm vindo a atenuar a rigidez das normas que dividem os gêneros em dois polos opostos. Esta diluição ou maior fluidez das fronteiras relativamente às expectativas, símbolos, etc. têm implicado uma maior especificação da transgressão de gênero, definida a partir da esfera pessoal e da ênfase na autenticidade. Ou seja, uma crescente particularização do que pode ser socialmente interpretado como transgressivo.

No âmbito da aceitação estas 19 trajetórias de gênero convergem nas ausências de validação da pertença não binária. Apesar do encurtamento do tempo de sofrimento e da maior visibilidade e tolerância à diversidade de gênero os posicionamentos não binários de gênero enfrentam inúmeros obstáculos. O problema da inteligibilidade do gênero e da sua incorporação diferenciada destaca-se na intensificação da pertença ao longo da vida nestes 19 casos. Isto é, na tensão entre as autoidentificações e apropriações do gênero e as interpretações e atribuições de que as/os/les participantes são alvo. Os investimentos (variáveis) nas práticas de reconfiguração corporal e na expressão genderizada di/destes/as participantes implicaram questionamentos e viragens ao longo da vida que foram frequentemente acompanhados por pressões e constrangimentos a corporalidades e manifestações alternativas ao binário. A par do que encontramos no estudo anterior, nestas 19 trajetórias de gênero transgressivas também está implícita a tensão entre a atomização do (des)fazer alternativo do gênero e a necessidade de alianças e envolvimento comunitário. A autodeterminação do gênero ocorre em paralelo com os processos de legitimação da experiência e com o que é entendido como o gênero legítimo ao longo da vida. Por um lado, verifica-se uma antecipação dos momentos de viragem nas

trajetórias de género e uma mudança nas condições de redefinição da experiência genderizada e da sua alteridade. Por outro lado, as dificuldades em alcançar um sentido de pertença comum passam em grande medida pela particularização transgressiva que conduz a uma maior invisibilidade das alternativas existentes.

Já no final dos anos 1980, tanto Butler (2008 [1986]) como Connell (1987) apontavam para o equívoco de se pensar que o principal resultado da igualdade de género seria a semelhança ou a uniformidade cinzenta. Para Butler (2008, 164 [1986]) a transcendência do género não equivale à sua abolição mas sim à sua proliferação, multiplicação. Também para Connell (1987, 288) a desconstrução do género acarreta uma variação infinita e não um dismantelamento das regras ou uma indefinição normativa. Como sabemos, a recombinação das práticas e dos símbolos existentes na significação do género tem uma longa história no contexto ocidental. A moda, os jogos eróticos ou o carnaval são exemplos demonstrativos da transgressão de fronteiras mesmo no interior do simbolismo dicotómico de género. São domínios em que a mudança na relação entre os elementos culturais possibilita outros padrões de prática, criando condições para formas alternativas de (des)fazer o género, para o refazer. Restruturar os modos como o género organiza a vida social de forma efetiva tem, contudo, outras implicações. Como refere Connell (1987, 290) requer também que a questão biológica e reprodutiva tivesse uma “presença mínima” nas práticas de género. Requer igualmente uma transformação das lógicas de dominação e das estruturas de poder ancoradas na visão hegemónica do género, na conceção de binário antagónico. Porque a dimensão ideológica do género é uma prática ligada estruturalmente a outras práticas, a sua transformação tem de abarcar os vários tipos de opressão que impõem limites ao “*princípio da igualdade humana*” (*ibid.*:293). As fronteiras de género comportam dimensões materiais, performativas e simbólicas. No paradigma atual, ainda especificam como transgressivo tudo o que ameaça a divisão binária antagónica; purificam esta oposição e naturalizam as diferenças. Pensar o humano e a diversidade de género fora destes parâmetros requer, portanto, que se reconheça a existência de diferentes tradições normativas e de pertenças além do binário. Como dizia Connell em 1987 considerar cenários históricos possíveis não transpõe certezas futuras. A igualdade de género não está garantida e a emancipação do género muito menos. É por isso muito importante a existência de consensos e do trabalho coletivo de alianças. Contudo, o que este estudo e o anterior nos permitem avançar é que há um longo caminho para percorrer. As sementes da mudança e as possibilidades de afirmar positivamente o género estão presentes nas 19 narrativas di/destes/as participantes, sobre as quais se debruça o próximo capítulo.

Capítulo VII.

Os sentidos do (des)fazer do género

1. Introdução

Como vimos nos dois estudos anteriores, transgredir a oposição binária de género põe em causa convenções muito enraizadas nas sociedades britânica e portuguesa. As consequências da transgressão afetam em grande medida as trajetórias vividas. Importa agora olharmos para a vida contada. Como sabemos, independentemente da época e do contexto, uma *transgressão de género* necessita de ser interpretada e reconhecida como tal. O que *conta* como transgressivo e como é *contada* uma determinada transgressão de género são elementos que nos permitem captar os sentidos da co construção social do género e da sua estruturação. Por um lado, o que é narrado e identificado como transgressivo ilustra os alicerces em que se fundamentam as normas de género e as suas grelhas interpretativas. Dando continuidade ao estudo anterior, interessou-nos especificar o que partilham as narrativas das/os/es 19 participantes e como se distinguem das outras histórias contadas por pessoas transgénero, particularmente da narrativa biomédica. Ao situarmos as narrativas não binárias no contexto deste fenómeno aprofundamos as convergências (e divergências) da transgressão de género. Vemos o que têm em comum sem artificializar a vida contada. Por outro lado, estas interpretações alternativas também mostram quais são as margens de manobra nos modos como o género é (des)feito. Para complementar e afunilar a dimensão narrativa da transgressão, sistematizámos episódios ilustrativos do processo de “prestação de contas” (*accountability*) para (des)fazer o género. Ou seja, até que ponto, para quem transgride o género, os atos em si mesmos (tal como narrados, e situados no tempo e no espaço) tiveram autonomia para transformar o “poder para” (capacidade) e o “poder sobre” (dominação). Como interferem no processo de legitimação do género, das pertenças genderizadas e da sua inevitabilidade como parâmetro estruturante das relações sociais.

Partimos, portanto, dos sentidos conferidos às experiências de género narradas (e pessoais) para desconstruir analiticamente os processos dominantes para fazer o género. Este aprofundamento das potencialidades de mudança no género segundo as interpretações da transgressão baseou-se na conjugação da Análise Crítica de Narrativas (Souto-Manning 2014; McNay 1999b) e da abordagem Performativa (I. A. Reed 2013). Concretamente, analisámos o que é interpretado como transgressivo no género (face à narrativa e às convenções dominantes) e a sua importância (contextual) para as 19 pessoas não binárias. Foi deste modo que respondemos ao objetivo

específico 3: compreender a relação entre as narrativas e a (re)produção normativa através de uma análise crítica da transgressão de gênero.

2. As narrativas alternativas da transgressão de gênero

A vida não é uma ficção, nem pode ser contida em artificializações idealizadas. Mas *contar a vida* a outra pessoa requer constantemente um nexo de coerência ou alguma linearidade para ser compreendida. Para May (2016a) a construção narrativa do *self* “singular” e “autêntico” na sociedade ocidental segue estas regras. O sentido de unidade e a ordenação narrativa “moderna” alcança-se através dos relatos cronológicos (ou causais). Recorremos aos mecanismos de recorte e ordenação no tempo e no espaço para tornar acessíveis episódios da nossa vida em particular e/ou a nossa vida em geral. Independentemente de ser factual ou fictícia, a narrativa é, aliás, um dos meios privilegiados para a construção identitária porque permite assumir uma postura reflexiva e simultaneamente posicionar o *self* como uma personagem (Bamberg 2013). Em linha com as propostas de Paul Ricoeur, McNay (1999b) sugere neste âmbito que a narrativa identitária seja compreendida como o meio pelo qual a temporalidade de se *ser* é experienciada: ao mesmo tempo que constrói a identidade, expressa o sentido de *self*. O modo como o gênero é explorado através da narrativa está sujeito a múltiplas definições que lhe conferem uma importância contextual e que depende da abordagem e posicionamento assumidos (Lanser 2013). Compreender as “dimensões hermenêuticas” da transformação nos modos de fazer o gênero implica portanto captar os múltiplos níveis temporais que se encerram num relato da experiência (McNay 1999b, 333). Porque a *narrativa* é um meio de mediação da temporalidade vivida¹ permite-nos vislumbrar vários horizontes de expectativas e espaços da experiência para (des)fazer o gênero. Enquanto modalidade de regulação *temporal* de normas

¹ Para McNay (1999b), não é possível reconciliar a vida vivida na vida contada por causa das múltiplas temporalidades. O *tempo*, *timing* e a relação entre as “*três ectases*” do tempo (passado, presente e futuro) são vividos simultaneamente. A sua configuração num padrão coerente permite-nos compreender mais substantivamente a possibilidade de agência. A abordagem narrativa é vista para a autora como uma possibilidade de abrir as dicotomias e o fechamento temporal geradas pela corrente pós-estruturalista dos Estudos de Gênero (como a “falsa antítese” butleriana entre a identificação mimética e o distanciamento). Por sua vez, Souto-Manning (2014, 162), defende que a análise dos discursos e do poder numa sociedade pode ser feita a partir das narrativas biográficas, na medida em que estas constituem “*janelas dos processos de fazer sentido*” que mostram concretamente vários efeitos do poder. Ambas as autoras convergem na abordagem narrativa como forma de compreender a *capacidade* de lidar com significados contraditórios e os processos de regulação discursiva. Como refere a primeira, a relação entre ideologia e experiência no ato de narrar o *self* contém tanto de distorção como de integração e, por isso mesmo, a sua coerência não pode ser entendida a partir de dicotomias como idealista/determinista. A interpretação narrativa do mundo e da vida (os processos de compreensão e apropriação dos significados da ação – sua semântica, sistema simbólico e temporalidade) permite analisar os processos de formação identitária além das antinomias contingência/fixidez e unidade/dispersão.

e práticas, a repetição do passado é inseparável da projeção existencial futura, tendo em conta as possibilidades oferecidas (*ibid.*).

Nesta aceção, as 19 narrativas de quem transgride o género foram criticamente analisadas para compreender os afastamentos e aproximações aos discursos e convenções de género (Souto-Manning 2014; McNay 1999b). O relato sobre os processos de reconfiguração e negociação interpretativa permitem-nos aprofundar a capacidade de agência criativa para narrar alternativamente a experiência transgénero e não binária. Para Ekins e King (2006, 184) as “narrativas da transcendência” são heterogêneas por recorrerem à *desconstrução* como mecanismo privilegiado para contar as transgressões de género. Os autores distinguem-nas das outras narrativas pessoais transgénero, que designam como “migratórias”, de “oscilação” e de “negação”, porque quem “conta as experiências pessoais” da transcendência de género não está à procura de “encontrar-se” (*ibid.*). Ou seja, porque estas vidas contadas não se ocupam da “identidade pessoal”. Porque as narrativas de transcendência estão mais focadas na luta contra a “opressão de género” e contêm (explícita ou implicitamente) uma mensagem política.

Mas como vimos nas trajetórias de género da nossa subamostra, existem diferentes configurações quanto à identificação e politização ao longo da vida. Se seguíssemos a tipologia destes autores, poderíamos até “aproximar” as 19 narrativas aos *contos* de *oscilação* (n=5), *transcendência* (n=13) e *negação* (n=1). Porém em muitos casos as variantes e singularidades de cada história e experiência ficam a meio caminho e, tal como reconhecem os autores, não há propriamente “narrativas pronto-a-vestir” para quem conta a experiência transgénero fora da narrativa *migratória* (i.e. biomédica).² Ao invés de “encaixar” estes relatos da experiência alternativa do género segundo as lógicas lineares e de coerência narrada (que por ventura seguem), interessou-nos compreender em que é que estas narrativas se distanciam da visão “tradicional”. Por mais diversas que sejam estas histórias, as grelhas interpretativas convergem num aspeto: não se reportam a uma “migração” para uma categoria “oposta”. Precisamente porque a ideia de exclusividade (feminino *ou* masculino) é rejeitada por estas 19 pessoas, esse

² Importa ressaltar neste âmbito que a tipologia usada por Ekins e King foi sendo refinada ao longo do tempo. Tendo começado por estudar o fenómeno transgénero em meados dos anos 1970, as tipificações iniciais eram centradas nas modalidades de transformação corporal (1999). É no livro *Transgender Phenomenon* (2006) que apresentam posteriormente um aprofundamento dessa tipologia (e das quatro modalidades) através da vertente “narrativa”. Revendo historicamente a experiência transgénero, Ekins e King mantêm a estruturação narrativa do fenómeno em “migração”, “oscilação”, “negação” e “transcendência”. Estas distinções foram úteis até certo ponto para analisarmos os dados. Contudo, encontramos diferentes graus de correspondência da tipologia no plano das trajetórias (vida vivida) e no plano narrativo (vida contada). As diferentes aproximações que fazemos às tipificações dos autores remetem precisamente para a incapacidade de reconciliar as diferentes temporalidades da vida vivida e contada. Nesse sentido, porque não nos foi possível enquadrar puramente a nossa subamostra na tipologia usámo-la moderadamente, de modo adaptado e quando pertinente.

foi o nosso ponto de partida na análise das narrativas. São narrativas mais alinhadas com os enredos de “renascimento” (Booker 2004; Tobias 1993) por terem a em comum a descoberta e o amadurecimento de uma posição de género não binária. Tanto as descobertas como a progressiva “tomada de consciência” são estruturantes das narrativas biográficas deste estudo. Por estas razões, organizámos a primeira parte do estudo em torno das três principais alternativas para narrar (e interpretar) a experiência trans/género além do binário: a alternativa ao corpo errado; a alternativa à exclusividade antagónica; a alternativa à dicotomia categórica.

2.1. A alternativa ao corpo errado

Contrariamente à visão “clássica” de migração de género, para as 19 pessoas deste estudo o género é definido na vertente construtivista (e não na essencialista). Ou seja, o género não significa o mesmo que sexo e é uma construção social. Não existe nenhuma “essência” genderizada, o género é categórico, uma modalidade de regulação que é variável no tempo e nos espaços. Apesar de o género ser (des)feito em primeiro lugar a partir da esfera pessoal, os relatos convergem na responsabilização da sociedade. Mesmo considerando o “social” em sentido alargado ou estrito, reportando-se à dimensão da performance ou da expectativa, as variantes narrativas destas/es/istes participantes são unânimes numa conceção do género que tem por referência o domínio social. Ao contrário do que vimos no arquivo digital, em que a identidade e a esfera pessoal prevaleciam sobre as outras definições. Independentemente das variantes na vida contada, a alternativa narrativa a ter “*nascido no corpo errado*” é para todas/os/es, portanto, a de ter “*nascido na sociedade errada*”. O equívoco é o da construção social, da convenção que não permite ver que:

- *não existem só dois sexos/géneros; e*
- *nem todas as pessoas têm de ser exclusivamente masculinas ou femininas;*

A distinção entre sexo (macho/fêmea) e género (masculinidade/feminilidade) também surge em alguns relatos narrativos. Mas mesmo nesses casos, o género é abordado a partir do domínio “social” e dos seus aspetos normativos e interpretativos. Como vimos no estudo anterior, o corpo assume-se principalmente como um objeto de exploração “laboratorial” do género. No entanto essas experiências são alvo de uma prestação de contas e de processos de (auto/hétero) regulação e legitimação que interferem na relação com o corpo e nas trajetórias de género. Em geral, estas narrativas concorrem para refutar as normas socialmente construídas que naturalizam o binário de género. Isso é evidente na narrativa de Lé, quando diz:

Ou seja, eu nunca me senti homem necessariamente para o resto da minha vida, não é uma coisa que eu sinta! Ou seja, se eu tiver que definir forçosamente eu não sinto nem uma coisa nem a outra,

não... Estou-me nas tintas! Não quero saber. O problema é: como é que se gere isso com a sociedade, com as pessoas lá fora. (Lé, 1993, PT)

No caso de Lé, o que é relevante para si é a negociação com os “outros”. Com o outro generalizado que impõe “forçosamente” uma escolha entre dois, que obriga a manipular a sua pertença, a esconder-se ou a ser discreto. A necessidade de se conformar ao binário para não ser irreconhecível. O “sentir-se” não é o problema mas sim o ser “sentido” do mesmo modo que sente o género (de forma não exclusiva ou antagónica). O que precisa constantemente de ser gerido, negociado, manipulado, reconfigurado para Lé é a possibilidade de não se sentir “homem” (ou “mulher”, que também não o define).

Este *outro* (generalizado, fantasmagórico ou particular) que exige, ou com quem se negoceia uma expectativa de “encaixe” nas chaves interpretativas existentes, tem um grande peso nas narrativas de transgressão não binária. Como diz Jim, a “perceção” dos outros tem importância, especialmente nos significados atribuídos ao corpo:

(...) Estar preso no corpo errado sinaliza [signals] que há algo muito interno, tudo isso está a acontecer [going on] e o mundo não tem nada a ver com isso (...) Em segundo lugar, também o que acontece [happens] com «estar preso no corpo errado» é que emprega [uses] a ideia de que pessoas trans odeiam seus corpos e se desprezam a si mesmas e aos seus corpos e, obviamente, as pessoas trans têm uma relação complexa com seus corpos, mas eu diria que é o que o corpo significa para a sociedade que é o problema. Portanto se as pessoas por exemplo odeiam os seus seios, é por causa do que os seios significam para o mundo e obviamente que isso torna-se internalizado e passas a odiar o teu corpo, mas não precisamos perder de vista [lose sight] esse aspeto social do género e as percepções das pessoas sobre ti importam [matter]. Algumas pessoas não odeiam os seus corpos, algumas pessoas estão bem com o que elas têm, elas só querem que o mundo as trate de uma maneira diferente em relação ao que estão a experimentar [experiencing] e têm todo o direito de pedir por isso. (Jim, 1976, UK).³

Para Jim, o significado do corpo para a sociedade (incluindo a sua internalização) implica não só uma responsabilização individual da experiência transgénero como a reiteração das normas binárias. Ou seja, é *suposto* odiar-se por não se corresponder ao corpo desejável; é *suposto* que esse corpo seja sexuado segundo a oposição reprodutiva (macho ou fêmea). O problema está, portanto, na perceção e no reforço dos corpos através das possibilidades interpretativas (um *ou* outro), baseadas no *modelo dual* da biomedicina. Mesmo admitindo a complexidade da relação corporal por parte das pessoas transgénero, para Jim é a experiência “social” que tem de ser problematizada. Questionada no sentido da interpretação *possível* do corpo e das consequências para a sua leitura. Não obstante, os efeitos de previsibilidade da narrativa *nasci no corpo errado* – que prescrevem a experiência transgénero segundo as normas convencionadas – perdem-se

³ Tradução própria do original em inglês. As expressões assinaladas entre aspas [] referem-se à contextualização ou aos termos usados, para revelar a opção de tradução feita. Procurei traduzir o sentido mais próximo do significado contextual quando não existe um termo equivalente direto na língua portuguesa. Todas as citações subsequentes foram traduzidas. As ênfases são minhas. Os pronomes pessoais usados pelas/os/es participantes foram respeitados.

na alternativa *nasci na sociedade errada*. Isto porque a possibilidade de interpretar o corpo de outra forma é tanto mais periférica quanto “contrária” à percepção comum de que existem ou podem existir outras corporalidades e significados atribuídos ao corpo⁴. Como refere Jim, a experiência transgénero e não binária vai muito além de uma relação disfórica ou de rejeição com os seus corpos: boa parte destas pessoas “estão bem com o que têm”. Para si é essa percepção dos outros e a necessidade de um tratamento diferenciado face ao problema com que estão a lidar que caracterizam o processo. O que *revela* a não correspondência à interpretação (prescrita e naturalizada)⁵ do corpo é a insuficiência dessa grelha para representar a realidade. Jim defende que é essa convenção social que necessita de ser transformada para incluir outras possibilidades reconhecíveis – um tratamento ao qual “têm direito”.

Estas conceções do corpo são tão ubíquas que várias das pessoas que procuraram tratamento médico (ou que começaram a descoberta por esta via) admitem ter usado a narrativa *nasci no corpo errado* numa fase inicial. Não dispondo de outras grelhas interpretativas para questionar a norma, principalmente para quem começou o processo de descoberta através do acompanhamento médico, essa foi a primeira explicação encontrada. Como nos diz Sandy:

A frase «preso no corpo errado» não é uma frase que eu use. Certamente agora não. Eu terei usado num determinado ponto e certamente quando era criança... Eu não tinha nenhum outro modo [any other frame] de pensar sobre isso. Eu estou no corpo certo porque sou eu [I'm me]. (Sandy, 1966, UK)

O distanciamento de Sandy face à narrativa clássica resulta de um longo processo de aceitação de si próprio. Como vimos antes, no caso deste participante as transformações médicas que realizou melhoraram a sua autoimagem e relação corporal. Não obstante, a corporalidade resultante (e desejada) continuou a não corresponder à conceção naturalizada. Além disso, o que Sandy nos diz é que era essa narrativa que não se adequava ao seu sentido de *self*. “*Eu estou no corpo certo porque sou eu*” e não por causa da visão dominante sobre o que é o *corpo certo*. No fundo, para Sandy relaciona-se com a autenticidade (manter-se diferente) e com os diálogos entre si e os imaginários sociais do género incorporado.

⁴ Como vimos anteriormente, a “redefinição” parcial dos termos é uma das estratégias interpretativas para a reconfiguração de corporalidades além da visão antagónica e reprodutiva. Por exemplo “pouco peitado” (*very small breasted*) é um termo usado por Sandy para se expressar relativamente ao seu corpo, transformando os sentidos através do recurso a peito como adjetivo e não como substantivo.

⁵ Ou seja, na sua conceção anatómica e reprodutiva. Apesar da variabilidade dos corpos não depender somente das características sexuais (primárias e secundárias) com que se nasce, as suas representações e possibilidades interpretativas tendem a basear-se na separação *dimórfica*. Ou seja, mesmo que encontremos “mulheres” com 1,90 cm ou “homens” com peitoral volumoso, a variabilidade é “purificada” de modo a manter a separação, alvo de interpretação (naturalizada) (R. W. Connell 1987). E, apesar dos avanços e da eventual mudança de paradigma rumo à complexidade da biologia sexuada, nas grelhas interpretativas do corpo e do sexo relatadas pelas/os/íles participantes ainda prevalece o *modelo dual*.

Eventualmente por causa do confronto com a modalidade explicativa do corpo errado, as variantes narrativas *nasci na sociedade errada* são mais explícitas nos relatos de quem foi acompanhado pelos serviços médicos. Mas também têm eco junto das/os/es restantes participantes. Por exemplo para Domingas:

Daqui a 200 anos é possível que a sociedade esteja preparada para... eu... ir às compras, tanto de saltos altos e de vestido, como de ténis e... calças de ganga. (...) Portanto eu acredito que isso venha a ser possível, e nessa altura fazia sentido eu ser uma pessoa legalmente bi-género. Mas até lá não... portanto não... (...) Ou seja, até porque há um limbo muito, um nicho muito pequenino de pessoas que de facto são respeitadoras. (Domingas, 1982, PT)

Tal como vimos nos outros relatos, também Domingas refere a necessidade de respeito e de tratamento a partir de outras possibilidades de perceção e interpretação. Mas vislumbra esse reconhecimento tolerante num horizonte longínquo (“*daqui a 200 anos*”) e inalcançável face à sociedade que conhece e que não permite “fazer sentido” de pessoas bi-género. A possibilidade de ser dois ou de não ser exclusivamente feminino *ou* masculino é outro dos elementos comuns nas 19 narrativas em análise.

2.2. A alternativa à exclusividade antagónica

A exclusividade presente nas concepções essencialistas e antagónicas da dicotomia homem/mulher ou masculino/feminino é contestada pelas 19 narrativas deste estudo. A desconstrução da exclusividade como princípio permite-lhes conceber outras possibilidades de pertença ao género além da feminilidade (enfaticada) e da masculinidade (hegemónica). Nomeadamente, refutar as regras que vinculam o nexó sexo-género-sexualidade num significado único e em que se baseia a oposição. Um dos processos de redireccionamento, como vimos, baseia-se na ênfase narrativa da autenticidade. Para Jim a entrada numa comunidade transgénero significou o acesso a outras possibilidades de se ser masculino. Caracteriza esse momento como “iluminado” (*lightbulb*):

Foi sobre ver um grupo muito muito diverso de pessoas trans masculinas e perceber: se eles podem fazer isso, então eu posso fazer isso e também eu não tenho que fazer isso dessa maneira, eu posso fazer da maneira que mais me convier [suits me]. (Jim, 1976, UK)

A perceção de outras práticas de género representa para Jim uma descoberta que o faz questionar sobre a sua própria masculinidade. A alternativa à visão antagónica é construída para ele, tal como para as/os/les outras/os/es, a partir de uma narrativa de adaptação ao *self*. De um sentido “autêntico” de expressar o género. Uma demanda pela autenticidade que remete para a esfera pessoal do género e frequentemente para os níveis simbólico/discursivo e performativo nestas 19 vidas contadas. O mesmo participante refere, nomeadamente, que a “autorização” para ser quem é ocorreu sobretudo após a conclusão das transformações corporais. Numa lógica

narrativa em que o plano material precede o simbólico e o performativo. Jim precisou de alcançar uma posição de género reconhecida para depois a poder refazer:

Eu acho que agora tenho permissão para mais feminilidade e que isso é razoavelmente comum com os gajos [guys] trans. A testosterona é uma hormona bastante poderosa de várias maneiras e porque significa masculinidade para o mundo, você depois tem permissão para des-masculinizar [de-masculinise] aspetos das suas performances de género. (Jim, 1976, UK)

A possibilidade de se poder expressar de forma mais “incongruente”, de poder ir além de uma masculinidade – tal como ela “significa” “para o mundo” – tem portanto um *timing* para Jim. Estas práticas estão incluídas numa tradição normativa que, como diz, é comum entre os seus pares. Aproximar-se a um género mas manter-se a uma distância relativa das expectativas de reconhecimento. Uma distância que é contada a partir da singularidade de cada um/a/e. Para Lé esse consentimento para desfazer a masculinidade também só ocorre depois de uma masculinização hormonal:

Eu percebi que mesmo que eu, nos dias em que eu me sentia homem dizia «sinto-me homem», a transfobia era tal por parte das outras pessoas, elas não me tratavam como «ele»... (...) Depois decidi tomar testosterona numa de: «Agora vão ver-me como gajo! Ah!!» E depois de «Ok, agora vou ser mais feminino e vou experimentando ser o mais feminino e ver também as ambiguidades de género parecendo... Tipo, tendo barba ou assim, como é que posso...» (Lé, 1993, PT)

Como referem Lé e Jim, a possibilidade de expressarem e revelarem a ambiguidade existente na oposição binária requer um investimento inicial noutros marcadores da diferença. Particularmente no caso de quem passou pelo processo de reconhecimento legal do género, foi apenas quando essa “fase” acabou que se sentiram autorizados/as/es a romper com as conceções mais antagónicas do género. Para Samuel, a autenticidade é um permanente *becoming* que se vai co construindo na comunidade à medida que os significados sobre o género e sobre ser trans/género se redefinem:

Eu estou consciente [mindful] da linguagem que eu uso, mas eu não sou excessivamente rigoroso [overly precious] com a linguagem que é usada para comigo, desde que seja respeitosa. É algo que eu continuo sempre a rever, pois está a mudar tão rápido neste momento. Então, há dez anos atrás eu posso ter-me descrito como algo completamente diferente ao que eu me descrevo agora e eu provavelmente vou estar a usar algo completamente diferente daqui a 10 anos. (Samuel, 1967, UK)

Para Samuel, a crescente visibilidade e partilha das narrativas e experiências transgénero e não binárias não teve apenas um efeito de constante mudança. Essa transformação tem sido evolutiva. Porque não se posiciona exclusivamente como “homem”, a sua experiência de autenticidade apresenta-se como um ponto de partida para a mudança social necessária, seja no interior da comunidade ou fora. Para si, é uma conceção diferenciada do género que poderá capacitar a mudança das grelhas existentes. A sua pertença não exclusiva dá-lhe ferramentas, como diz:

Se eu estou dentro da comunidade trans, eu provavelmente não direi homem, porque mais uma vez há justamente aquele pequeno elemento de reconhecimento enquanto um homem trans. Eu estou numa posição de começar a mudar o que o homem significa na sociedade e eu sinto que é algo que precisa mudar um pouco, desafiar alguns desses estereótipos e coisas desse tipo. Também parte da bagagem patriarcal que vem com isso. (Samuel, 1967, UK)

Esta “bagagem patriarcal” de que nos fala Samuel é narrada por todas as pessoas deste estudo. A par da contestação da exclusividade, todas/os/es relatam os efeitos do antagonismo de gênero. Nomeadamente, a perpetuação das opressões e privilégios embutidos no par masculinidade dominante/feminilidade submissa. Nas 19 narrativas encontramos uma conceção da masculinidade como “tóxica”, “opressora” e “neutra” e da feminilidade como “subordinada” ou “demarcada”, cujo valor deriva particularmente das distinções estéticas e expressivas. Entre outras coisas, a feminilidade assume importância pela incapacidade de se fazer ouvir, pela ausência de liberdade, de confiança e dos privilégios comumente atribuídos à masculinidade hegemónica (R. W. Connell e Messerschmidt 2005). Mas, apesar das/os/es participantes partirem de uma visão relativamente comum sobre as questões da dominação, as explicações que dão relacionam-se mais com a atribuição de gênero conferida à nascença.

Por parte de quem se esperava o feminino encontramos maioritariamente a referência à feminilidade como uma arma (feminista) para combater essas opressões e/ou como uma expressão necessária para (des)fazer o gênero. Excetuando Lou, cuja narrativa se posiciona “fora” destas questões da dominação de gênero – um problema alheio – as restantes 12 pessoas que vivenciaram expectativas de conformação à feminilidade posicionam-se deste modo. Mesmo quando a feminilidade é rejeitada corporalmente e/ou quando é sinónimo de desidentificação, referem-na como importante pela possibilidade de desconstrução da masculinidade hegemónica, como um parâmetro alternativo do gênero. No fundo relaciona-se com aquilo que Lé e Jim referiam, o processo de (des)fazer a masculinidade através de uma masculinidade feminina. Uma capacitação da feminilidade como instrumento de desconstrução da visão antagónica do gênero. Iremos aprofundar esta questão adiante.

Para já importa salientar que a alusão às curvas, à necessidade de maquilhagem ou ao uso de roupa que transmitem “exclusivamente” o feminino traduz em grande medida a importância expressiva e estética que a feminilidade representa em muitas das 19 narrativas desta subamostra. De quem se esperava o feminino esta dimensão (total ou parcialmente rejeitada) coexiste com a visão da feminilidade como instrumento político.

Já no caso de quem se esperava o masculino é precisamente o significado estético ou expressivo da feminilidade que é mais preponderante. Para Ana, Grace, Alex, Nelle, Domingas e Xuxa a

componente estética e expressiva da feminilidade foi a porta de entrada para um posicionamento de género transgressivo mas representou simultaneamente a interdição a uma performance da masculinidade hegemónica. Com efeito, nestas narrativas o que é evidenciado é o facto da performance de género ter sido constantemente encarada como alternativa, como não exclusiva.

No caso de Xuxa, Grace e Domingas encontramos uma desconstrução *paralela* da ideia de exclusividade: a masculinidade é vivida quotidianamente ao passo que a feminilidade é vivida contextual e esporadicamente. Para estas/estes três participantes, a assunção dos privilégios masculinos não é questionada. Os seus géneros são desconstruídos a partir da preferência por uma estética tipicamente feminina. O “gosto” pela performance do feminino é relegado para um segundo plano – não menos importante – que não só implica um planeamento prévio dos espaços da experiência como reitera em grande medida uma feminilidade enfatizada. Apesar das pertenças alternativas, (des)fazer o género mantém-se em grande medida balizado pela oposição. Ou seja, mesmo dispondo de um género não exclusivo, as performances de Xuxa, Grace e Domingas baseiam-se sobretudo nas práticas hegemónicas. Esta coexistência entre a masculinidade e a feminilidade está sobretudo relacionada com o desempenho do género pela via do *cross-dressing*:

Nós somos, nós, nós mulheres, somos em tudo muito mais exigentes e... e exageradas, do que vocês mulheres [cisgénero]. Em tudo, acredita. Por um motivo simples, é que nós não somos mulheres [cisgénero]. E sabemos que não somos. Queremos ser. (...) quando chegamos a este ponto, a cross-dresser está no seu processo de amadurecimento. E com a necessidade de se sentir mais feminina, ou com uma toilette, ou com uma maquilhagem, ou com uma imagem, uma expressão, qualquer coisa (...) no modo feminino, se és um modo feminino, assumimos o papel inteiramente feminino. Sempre, só. (...) de modo masculino, aí assumimos o papel masculino. (Xuxa, 1956, PT)

Para Xuxa, tal como para Grace e Domingas, mais do que a questão da indumentária tipicamente feminina, é sobretudo o “prazer” de a usar e da preferência pelo uso artefactos associados ao feminino. Nestes casos a oscilação entre as duas pertenças legíveis requer um maior investimento nas grelhas interpretativas, traduzindo-se indiretamente pelo reforço das práticas de género dominantes.

Por sua vez, para Ana, Alex e Nelle, a desconstrução do género implica uma contante negociação das performances alternativas que desempenham porque é vivida quotidianamente. Uma desconstrução *negociada* da ideia de exclusividade que está interdita à partida. Como diz Ana:

Eu desde pequenina que sempre adorei, adorei, adorei bijuterias. E roupa de mulher em geral porque, admitamos, é extraordinariamente mais bonita! [risos] (...) a minha relação comigo era

uma certa desconstrução do género em que reiterava comigo mesma que só por ser um “rapaz” não havia nada que me impedisse de aceder a certas coisas que eram de “mulher”. Era esse o discurso que eu utilizava comigo mesma. E foi assim que comecei a desconstruir o género! [Risos] Sem querer. (Ana, 1997, PT)

A narrativa de Ana mostra como parte da desconstrução do género é feita a partir de uma noção de semelhança. Ser “rapaz” não podia ser impeditivo do acesso às coisas de “mulher”. A oposição é negociada a partir da complementaridade. Contudo, isso equivaleu nas vidas de Ana, Alex e Nelle a interdição *a priori* dos privilégios da exclusividade. Tal como Xuxa, Grace e Domingas, a matriz para (des)fazer o género também parte da preferência pela feminilidade mas nestes três casos traduz-se numa explicitação partilhada e mediada da masculinidade que é vista como marginal porque não alcançada ou completamente desempenhada.

Para quem se esperava o masculino, a perceção do desempenho de uma masculinidade marginal é encarada negativamente por todas/os/es. Porque também sofreram, a sós ou pelo reforço das expectativas de exclusividade, a feminilidade com um fardo – o peso da subordinação simbólica do feminino. Já para quem se esperava a feminilidade vemos precisamente a defesa de uma masculinidade feminina como o meio para desconstruir o género na maioria dos casos (11 em 13). Em vez de constituir uma incapacidade em corresponder ao género atribuído à nascença, a feminização da masculinidade é vista como caminho para desfazer o género e revelar a ambiguidade latente nas conceções antagónicas. Neste âmbito, Almeida (2015) refere precisamente que o futuro da igualdade passa pela afirmação das masculinidades feministas – independentemente da sexualidade – porque não há condições para defender uma identidade de género (a masculina) baseada nuclearmente na assimetria de poder. Ou seja, na exclusão e denigração do feminino (contaminado, vigiado e controlado).

Nesse sentido, para a maioria das/os/les participantes de quem se esperava o feminino e que chegam a uma pertença não binária – especialmente nas trajetórias de aproximação – a masculinidade feminina é um modo de alterar os parâmetros e a relação assimétrica. Neste grupo também encontramos dois posicionamentos face aos privilégios da masculinidade hegemónica. Excetuando Selma, Lake e Lou, as/os/les restantes participantes abordam claramente o confronto com a estrutura hierárquica fundada pela oposição binária.⁶ Nas narrativas de Dinis, António, Samuel, Jim e Denis o que prepondera é o reconhecimento desses privilégios. A partir do momento em que as suas performances se aproximam do masculino, passam a ser mais “respeitados” e as interações assumem outro tipo de expectativas. Para Dinis,

⁶ Selma e Lake referem-se à masculinidade no plano das expectativas e daquilo que caracteriza a “expressão masculina” sem contudo aprofundarem explicitamente a questão dos privilégios. Já Lou, como referimos, abstém-se desse assunto por considerar que o género não é um “problema seu”.

por exemplo, a assunção de privilégios foi muito clara quando alterou o nome e o género no *Linkedin* e recebeu no espaço de um mês duas ofertas de emprego. Tal como as/os/les outras/os/es, Dinis sente desconforto com o acesso diferenciado. Um privilégio que só se torna visível quando dele passa a ser esperada a masculinidade:

Eu antes era interpretado como uma mulher e agora a maior parte das vezes sou interpretado como rapaz e noto que tenho algum privilégio nisso. Porque vivemos numa sociedade muito sexista e há muitos pormenorinhos que fazem a diferença toda. (Dinis, 1989, PT)

Como refere Dinis, este “sexismo” implícito está inscrito nos modos como se é interpretado e tratado segundo um dos dois géneros reconhecidos. É no momento em que este se aproxima do “outro” polo, que a norma social que antagoniza e hierarquiza a masculinidade sobre a feminilidade é explicitamente revelada. Que se apercebe dos privilégios adquiridos. Por sua vez, Noa, Micha, Lé, Ash e Sandy também reconhecem privilégios. Contudo, referem-se ao acesso a privilégios como uma oportunidade para (des)fazer o género. Enquanto no primeiro grupo vemos um reconhecimento desconfortável, neste segundo grupo o privilégio masculino é encarado como uma ocasião propícia para a ação. Estas seis narrativas falam-nos de uma masculinidade “superada” que também inclui o feminino e que se serve do privilégio para desconstruir as conceções antagónicas. Sandy, por exemplo, não concebe o seu género como “nuclear” ou interno. É através das perceções dos outros e daquilo que pode fazer a partir da sua posição como trans-masculino que descreve o seu modo de desfazer o género:

Eu não tenho essa ideia de que há um mim nuclear real e verdadeiro [one real authentic core me], sabe? Eu tenho muitos aspetos para mim e enquanto alguns deles podem ser percebidos, ou muitos deles podem ser percebidos como sendo tradicionalmente masculinos, há também muitos outros aspetos de mim que não são; que são mais estereotipicamente femininos. Que a minha capacidade de empatia e comunicação e tipo coisas interpessoais... Eu acho que habitualmente seriam percebidas como qualidades mais femininas, mas... Eu suponho que aquilo que eu me vejo e que vejo os outros homens trans a fazer efetivamente [actually] muitas vezes é também redefinir o que a masculinidade realmente [actually] significa. (Sandy, 1966, UK)

Sandy narra a sua experiência transgénero como legítima mas isso não significa que a entenda como incontestável ou que esta se fundamente numa essência masculina.⁷ Para Sandy, tal como para a maioria das/os/es participantes deste estudo, é precisamente a capacidade de por a descoberto as contradições e naturalizações da oposição antagónica que é enfatizada.

A redefinição e a reconfiguração das narrativas como alternativas para contar a transgressão de género estão presentes em todos os relatos. Para além das diferenças existentes nas matrizes e

⁷ No próximo subponto aprofundamos melhor as variantes e o modo como as questões da autenticidade são narradas pelas/os/es 19 participantes do nosso estudo. Importa, não obstante, ressaltar que o que Sandy está a contestar é a existência de um “verdadeiro eu” essencialmente masculino – não a sua coerência ou capacidade de ser ele próprio de modo harmonioso (Sayers 1999).

grelhas de leitura das quais se partem para interpretar e (des)fazer o género, estas narrativas têm em comum a perceção de uma alteridade (incluídos/excluídos; universal/particular). A experiência que não concebe o trans/género não binário como uma oposição antagónica e dicotómica. São uma forma de contar a vida diferente da narrativa clássica. Os significados e as representações sobre ser transgénero não binária/o/e nestes relatos alternativos abordam-se em seguida.

2.3. A alternativa à dicotomia categórica

Até agora vimos que os modos como as/os/les participantes se distanciam da narrativa clássica transgénero (*migratória*) passam pela responsabilização da sociedade e das grelhas interpretativas dominantes. Convergem na afirmação da não pertença exclusiva ao masculino *ou* feminino. Compatibilidades que revelam a existência de mais do que dois géneros e que os posiciona de forma distintiva face ao binário. No estudo anterior vimos também como os processos de demarcação e modos de diferenciação das 19 trajetórias de género implicaram tanto resistência como algum tipo de conformação ao longo da vida. Foram as várias descobertas, identificações e revelações que conduziram as/os/les participantes a posições de género não binárias. Estas *chegadas* (sempre em devir) resultam de confrontos entre o “*horizonte das expectativas*” e do “*espaço da experiência*” (McNay 1999b). De novas configurações que permitiram atualizar as narrativas disponíveis. Um processo de reconfiguração que implica simultaneamente recuperar as experiências de distanciamento e as de identificação com o género. Os horizontes das/os/es participantes transformam-se quando as diversas “alteridades genderizadas”⁸ passam a fazer sentido. Quando estas assumem uma unidade narrativa que impõe ordem a um conjunto heterogéneo de acontecimentos. A alternativa à dicotomia categórica nas 19 narrativas advém sobretudo dos significados positivos de alteridade, que são pontos de referência para a compreensão de si.

À exceção de Noa, as/os/les outras/os/es 18 participantes deste estudo narram a alteridade genderizada no sentido da *autenticidade*. Mas nestas narrativas “autêntico” não tem o significado essencialista de “correspondência” a uma natureza verdadeira do género masculino *ou* feminino.⁹ Ao contrário, os sentidos de autenticidade advêm da celebração de uma

⁸ A diferença subjetiva nas relações de género, de se ser diferente de masculino *ou* feminino, etc. Como referimos antes, neste capítulo procuramos dar conta da afirmação da alteridade nas narrativas face ao posicionamento de género a que se chegou (e não do processo de exclusão com base na alteridade, já abordado no estudo das trajetórias de género).

⁹ Segundo Sayers (1999), esta é uma das duas interpretações filosóficas do conceito de autenticidade – a de *self unidimensional* sujeito aos desejos ou às escolhas de forma instantânea, que necessita de ser reprimido e controlado socialmente. Estes significados estão presentes na teoria dos instintos e no existencialismo sartreano. Para Sayers, a segunda vertente filosófica da autenticidade – como “integração” ou inclusão social é mais rica e mais complexa.

diversidade genderizada, de um *self* que permanece coerente no seu devir, no seu distanciamento face ao binário antagónico. De uma integração coesa das partes que compõem o todo, sempre múltiplo e inerentemente fragmentado. Uma vez aceite e compreendida a diferença de género, as narrativas baseiam-se numa afirmação autêntica de não corresponder ao binário. De uma não pertença válida que, apesar do sofrimento e das limitações vividas, é compensadora. A coerência de se ser outra/o/e que não exclusivamente masculino *ou* feminino (logo, binário) é estruturada narrativamente a partir da diferença (negativa) convertida em positividade.

Algumas destas narrativas combinam a demanda pela coerência autêntica com a capacidade de se ser fluído/a no género. Nos relatos de Dinis, Ana, Ash e Micha¹⁰ a fluidez é uma destreza ou habilidade para navegar “entre”, para desempenhar o género de um modo que “desoculta” (ou redefine) a falácia binária. I/Estes/as quatro participantes legitimam a fluidez a partir da coerência na ambiguidade. Remetem para uma propensão em demonstrar a incerteza, de pertenças de género que contêm mais do que um sentido. Já no caso de Grace, Xuxa, Domingas, Selma e Nelle, a narrativa da autenticidade conjuga-se com a da vocação para expressar o género de uma forma particular. Para expressar o género de modo ambivalente, contrariamente ao género “exclusivo”. A capacidade para se ser “ambas/os” e de forma alternada caracteriza estas cinco narrativas das alteridades genderizadas. É essa a diferença positiva que lhes permite manterem um sentido *coerente* do *self*. E nos casos de Domingas, Selma e Nelle, juntamente com Alex, Noa e Lou, as narrativas da diferença subjetiva, autêntica e coerente, também se estruturam pela referência à universalidade da pessoa (humana). Ou seja, a partir de uma conceção de “pessoa” (no sentido de *personhood*) que supera o antagonismo binário. As suas pertenças de género não binárias são mais do que uma diferença. A alteridade é afirmada pela revelação do que é comum no humano, de uma capacidade de se ser “igual” ou “semelhante”, independentemente das variações reprodutivas. No caso de Noa, a diferença de género é relatada unicamente nesta vertente – a partir da propensão para ser humano. Na sua narrativa não encontramos uma alusão à coerência autêntica do não binário mas sim ao sentido de pessoalidade. A sua afirmação como pessoa supera as diferenças de género e sobretudo a conceção antagónica (“sexista”) baseada em duas categorias que se autoexcluem. Como diz

Porque coloca o *self* na relação intersubjetiva com a ordem social. Porque se centra nos modos como a sociedade moderna cria condições (morais) para a conflitualidade e contradição, orienta para os aspetos que desgastam as bases comunitárias que fundam o viver em sociedade. Nesta aceção a autenticidade está mais relacionada com os sentidos de (não) pertença intersubjetiva.

¹⁰ Micha recorre ao termo género híbrido no mesmo sentido que Dinis, Ana e Ash usam fluído.

“acredita na interação humana”. As suas identificações variam consoante os contextos, mas o que organiza a afirmação positiva da sua alteridade genderizada é ser uma *pessoa trans*:

Eu interpreto-me como uma pessoa trans, não um homem, não uma mulher. Com a minha história pessoal eu me interpreto como «puto» socialmente porque tenho uma história... eu conheço pessoalmente o que é homofobia e na minha rede de ativistas, amigos, toda a gente sabe que sou trans. Agora para os vizinhos, as pessoas nas lojas, eu sou um homem. E eu acho que sou interpretado como «puto» também. Porque eu não tenho o comportamento especificamente do homem machista, sabes? Heteronormativo e blá-blá-blá. (Noa, 1957, PT)¹¹

Noa interpreta a sua diferença intersubjetiva a partir da semelhança. E justifica as suas identificações pela validação (auto) hétero-regulada de que é alvo. Porque a sua história de ser interpretado é constantemente reiterada como não sendo binária. Mesmo nas interações quotidianas a legitimidade de fazer o género de modo exclusivo é reconfigurada, validada como outra – diferente do “homem machista”. O sentido que dá ao termo “trans” estrutura-se em torno da uma representação alternativa (à heteronormatividade e ao machismo) que contém e inclui o feminino na sua forma de (des)fazer a masculinidade. Noa reapropria o insulto com que é interpretado (“puto”) e redefine a alternativa ao binário como *pessoa trans*. Para si, uma forma de fazer o género “*totalmente independente do sexo*”.

Muitas das narrativas deste estudo estão organizadas e explicitam a alternativa à dicotomia categórica através do (des)fazer o género a meio caminho, no meio-termo (“*in-between*”). Nos casos das/os cinco participantes que enfatizam a coerência ambivalente essa alternativa está estruturada a partir da alternância entre ambos (masculino e feminino). No caso das/os/es quatro participantes que referem a coerência ambígua é a fluidez que organiza a alternativa ao binário. Uma pertença de género em devir que refaz as suas fronteiras rumo à pluralidade, à multiplicidade. No conjunto das 19 narrativas, os sentidos de distância face à pertença exclusiva são convertidos em diferenças positivas que a redefinem. Jim, por exemplo, considera que a “paisagem” trans/género já se começa a traçar mais fortemente a partir dessas linhas:

Historicamente, as pessoas têm pensado sobre trans-sexualismo enquanto masculino para feminino e feminino para masculino e isso simplesmente não é mais a paisagem [landscape] trans. Existe esta diversidade que estamos tentando oferecer, esta ideia de que há um espectro e que as pessoas se podem descrever de muitas maneiras diferentes. (Jim, 1976, UK)

A infinitude contida na concepção do género como espectro implica para Jim a definição de um “descritivo” categórico que não contém discretamente os sentidos de masculino e feminino. Nesta aceção, contudo, *trans* passa a representar uma categoria tão abrangente que se esvazia, na medida em que a diversidade de género corresponde às particularidades de cada um/a/e. Mas

¹¹ Tradução própria do original em espanhol. O termo “puto” no contexto da América-latina tem um significado próximo do de homem afeminado (ou informalmente “maricas”).

nem todas/os/es as/os/les participantes se apoiam neste “chapéu-de-chuva” para definir a alternativa. Pois apesar de uma grande maioria narrar a alternativa à dicotomia categórica como *in-between*, nem todas/os/es se identificam de forma plena (ou pelo menos pacífica) como transgénero. Distanciam-se precisamente porque consideram que este termo tem vindo a tornar-se dispensável – porque não passa de um adjetivo ou de um termo meramente análogo¹². Face à multiplicação de novas terminologias e categorias identitárias passíveis de tornar mais inteligível a experiência da “diferença” de um modo coerente, a identificação como transgénero tem assumido um carácter mais complementar. Neste âmbito, Lou, Micha, Dinis e Grace relatam a importância das palavras para as descobertas e posicionamentos que foram assumindo nas suas trajetórias de género. As novas possibilidades de se identificarem com outras categorias (que não exclusivamente masculino ou feminino) são uma via para desconstruir o binário, mais liberta das prescrições contidas nas “velhas” descrições. Para Lou, o descritivo “não binário” veio precisamente colidir com a história transgénero e com a narrativa instituída que perpetuava a visão dicotómica:

No entanto, com as pessoas não binárias não há um modelo [template] pré-existente ou algo para ajudar. E também toda a narrativa em torno do género é binária em termos de como novas leis, novos direitos... O reconhecimento do preconceito e da discriminação é perfeito [great]... Isso não ajuda as pessoas não-binárias nem um pouco [one iota] na verdade. Se faz alguma coisa é tornar-nos mais propensos/as [make us more likely] a ficar no armário, porque é um pouco como «se eu me revelar como não-binário, por favor, não tentem entender» e, portanto, o modelo [template] existente ou a coisa relevante é transgénero, o que não é útil. Então as pessoas acham que você vai fazer uma escolha. Então eles pensam «bem, talvez seja como bissexualidade», e dizem «bem, você é ambos então? Um homem e uma mulher?» «Você gosta de homens e mulheres? – bissexual». Então, a ideia da sociedade é dar a volta [getting their head around] à ideia que esta pessoa pensa, que não é homem nem mulher. Isso colide com a ideia da história da consciência [awareness] transgénero em torno da ideia «eu sou um homem que nasceu fêmea [female]» e vice-versa. (Lou, 1972, UK)

A narrativa de Lou enfatiza a irredutibilidade de viver com um estigma (Goffman 1988 [1963]). Remete para a rigidez das normas que concebem e interpretam o género a partir e somente através de duas categorias discretas. No máximo pode-se ser ambos. Não se pode ser nenhum, nem outro género. A única possibilidade interpretativa é a combinação do que existe. Os modelos existentes também não servem para si porque continuam a basear-se numa visão migratória. O que Lou contesta particularmente é a pressão para se identificar com um género que se aproxime ou assemelhe aos referenciais binários. Como vimos antes, esta posição é uma

¹² Ou seja, um termo que se aplica a várias coisas apenas por semelhança. Por exemplo “pé” é um termo análogo porque diz respeito tanto a uma parte do corpo humano, como de uma planta ou de uma mesa. Sem o correlato “género” *trans* pode inclusive significar um prefixo dissociado, como vimos na vertente separatista do *wiki* não binário. Estes diferentes posicionamentos face ao binário remetem também para as lutas e tensões existentes na reconstrução das fronteiras de género.

das vertentes existentes no arquivo digital e baseia-se na negação do género. Numa relação abolicionista com o binário de género que luta pela universalização do humano. De forma menos intensa do que Lou e mais próximas das vertentes cumulativas e separatistas, a ênfase na universalidade por parte de Alex, Selma, Nelle, Noa e Domingas remete para outra agenda. Para uma relação distanciada e/ou complementar ao binário, que passa a conceber mais possibilidades de pertença de género.

Como podemos ver, as 19 narrativas têm formas, mais abertas ou mais fechadas, de afirmar a diferença subjetiva de género. Os relatos singulares e específicos de cada um/a/e convergem na transgressão da narrativa “clássica” do fenómeno transgénero. Seja na ênfase da ambivalência, da ambiguidade, do que nos constitui como humanas/os/es e semelhantes, das múltiplas formas de se ser genderizado e pertencer a horizontes não binários, estas narrativas contêm visões de transformação e reconfiguração do género.

2.4. Como mudar a “sociedade errada”?

Um dos aspetos mais salientados por quem faz ativismo pela visibilidade e reconhecimento das causas transgénero e não binárias é precisamente a capacitação da sociedade. É consensual que o equívoco é “externo”: nasceram na “sociedade errada”. O corolário deste consenso para muitas/os/es (senão todas/os/es) é que efetivamente a sociedade (em algumas áreas ou na íntegra) tem de mudar. Isso requer, por um lado, maior visibilidade informada das possibilidades alternativas. Moldar e estruturar as perceções genderizadas de maneira fundamental para incluir outras possibilidades e experiências que permitam reconhecer positivamente quem vive e (des)faz o género além do binário. Por outro lado, a sua compreensão e aceitação requer limites inteligíveis. Desocultar estas experiências e torná-las visíveis acarreta várias consequências. Nomeadamente, o efeito “aditivo” dos termos chapéus-de-chuva ao conhecimento acumulado e experienciado do género (binário). Como nos diz Jim:

(...) Eu acho que género é uma coisa dinâmica. Depende de quem está ao seu redor e do que entendem sobre as coisas que estão na sociedade ao teu redor e em torno do género. Então isso permite que tudo permaneça o mesmo e nós realmente precisamos de mudar o mundo, não necessariamente fazer de nós algum acrescento [make ourselves have some addition]. Eu perceciono isso fortemente [feel quite strongly about that] e que ainda temos um longo caminho a percorrer. (Jim, 1976, UK)

Porque o género é essa “coisa dinâmica”, muito variável consoante o contexto (temporal e espacial) que eleva ou sublima determinadas diferenças em detrimento de outras, as tais *perceções* ou o reconhecimento do que significa (des)fazer o género dependem sobretudo do *conhecimento*. Das grelhas interpretativas que ordenam e demarcam as práticas genderizadas a

partir de parâmetros (no mínimo) ternários, em detrimento de considerar a diversidade como um tema à parte.

Na narrativa de Jim, tal como para a maioria das/os/es participantes deste estudo, está implícito que as pessoas transgénero e/ou não binárias dispõem de uma visão particular e informada sobre estas questões. À semelhança do que encontramos no estudo do arquivo digital, assumem o protagonismo da mudança, da reconfiguração das grelhas interpretativas. Neste âmbito, Noa, António, Xuxa e Sandy consideram que o facto de representarem a não exclusividade é em si um instrumento de transformação. Ou seja, mesmo que nem sempre se identifiquem ou o expressem explicitamente como tal, os seus desempenhos e entendimentos podem alterar a perceção que as outras pessoas têm sobre o que é (des)fazer o género.

As restantes narrativas enfatizam a linguagem como instrumento e estratégia de mudança. Como vimos nos estudos anteriores, as formas de comunicação e articulação linguística são tanto a causa como o objeto de questionamento (e constrangimento) para quem (des)faz o género não binário. A problemática da linguagem e do seu papel na mudança é relatada com diferentes intensidades por i/estes/as 15 participantes. O seu peso ou força depende dos posicionamentos mais ou menos radicais que assumem face às opressões, invalidações e desqualificações das pertenças de género não binárias. No quadro seguinte apresentamos uma sistematização dos instrumentos de transformação do binário, enfatizados pelas 19 narrativas:

Quadro 7.1. Sistematização dos instrumentos de mudança do binário nas narrativas		
Instrumentos de mudança	Posicionamento	Narrativas
<i>Representação legítima da alternativa</i>	A semente da mudança está no facto de não se ser exclusiva/o/e (assumindo-o explicitamente ou não). Na demonstração da alternativa	Noa, António, Xuxa e Sandy
	As palavras podem ser instrumentos de mudança	Alex, Domingas, Selma e Nelle
<i>Linguagem alternativa</i>	As palavras capacitam e provocam mudanças	Lé, Samuel, Jim, Denis, Ana, Micha, Ash, Lou, Dinis e Grace
	A redefinição da linguagem é um meio para a mudança	Ash, Lake, Micha, Ana e Lou
<i>Deslocamento dos sentidos</i>	A mudança ocorrerá com a abolição dos significados do género	Lou e Dinis

As principais fontes de mudança sobrepõem-se em algumas das narrativas porque a reconfiguração do género tem de ser feita a vários níveis. Não são estratégias incompatíveis

porque, como referem Dinis, Ana e Lou a grelha interpretativa dos significados das práticas de gênero requer muitas mudanças. Transformações que passem a considerar as possibilidades de complementaridade, multiplicidade e indeterminação, ou seja, o reconhecimento efetivo da alternativa não binária, não exclusiva. As abordagens variam, portanto, entre a representação legítima da alternativa, a comunicação da alternativa, a redefinição do que se entende por alternativa ou, noutro extremo, a anulação do que é passível de ser (ou não ser) representável. Mas esta abolição dos significados do gênero, mesmo para quem a defende (Lou e Dinis) é narrada no sentido utópico (e não distópico) de uma sociedade ideal em que o “gênero” não é um parâmetro interpretativo. Em que o gênero é evitável.

Dinis, por exemplo, reconhece a importância do gênero mais pela necessidade de mudança (global) do que propriamente pelas “percepções” e interpretações de que foi e continua a ser alvo. Situando o “gênero” como uma “característica” socialmente atribuída e percebida, circunscreve a mudança interpretativa ao seu posicionamento ativista. Para si o gênero tem mais a ver com a visibilidade e “utilidade” do seu ativismo “*queer*” do que com as percepções quotidianas de si (ou os seus significados):

Eu podia até dizer que [o gênero] não tem assim muita [importância] porque, se tivesse assim tanto, a partir do momento em que eu me identificava de uma maneira diferente ou que eu mudava o meu aspeto as pessoas à minha volta iam ressentir-se muito. Eu acho que não se ressentiram nada. Foi um choque inicialmente mas depois não. Mas acho que acaba por se tornar uma coisa muito importante no sentido em que eu tento chamar à atenção e eu tento espalhar... Tento ser um bocadinho ativista. Acho que só por isso é que é importante, porque se não fosse... Se eu não tentasse ser ativista, se eu não tentasse falar sobre o assunto com outras pessoas acho que não... Que não era muito importante. Era só mais uma característica. (Dinis, 1988, PT)

Para Dinis, a ausência de um “ressentimento” por parte das pessoas à sua volta é uma evidência de que o gênero *identificável* ou atribuível não tem assim tanta importância. Como vimos no estudo sobre a vida vivida, a trajetória deste participante foi pautada por uma maior liberdade para (des)fazer o gênero. Até aos 18 anos não tinha sido alvo de uma forte demarcação ou prestação de contas pela ausência de correspondência à exclusividade esperada. A par disso, a aproximação de Dinis à masculinidade e a manipulação diferenciada que faz da não correspondência contribuem em parte para dilatar as possibilidades de uma interpretação alternativa. Ao reservar o reconhecimento de si a espaços específicos da sua experiência como ativista não binário, para quem compreende a linguagem que usa, separa os momentos de contestação das expectativas que reiteram a interpretação binária do gênero.

Este movimento é frequentemente relatado pelas/os/es participantes. Uma reação ao lugar de estigma do qual não querem ser alvos, por saberem que as suas transgressões do binário são

invalidadas, desacreditáveis. A gestão entre as percepções dos outros e as pertenças não binárias é justificada maioritariamente pela “proteção” (de vulnerabilidades, desentendimentos ou agressões), pela aceitação de si pelos outros e/ou pela “privatização” das práticas para (des)fazer o género. Sendo alvos frequentes de transfobia e binarismo, investem numa negociação discreta, reservam-na para os espaços e momentos em que encontram uma maior abertura de horizontes. Para quando sentem que podem ser protagonistas válidas/os/es de uma reconfiguração das práticas de género.

Neste âmbito a representação legítima é relatada como fundamental. Independentemente dos posicionamentos quanto à mudança e do grau de envolvimento ativista, a maior parte das pessoas deste estudo sente-se responsável pela mudança. Sente-se capacitada para “fazer a diferença”. Nelle, por exemplo, com uma longa trajetória de vida (e de género), considera-se na obrigação de se esforçar para isso. O seu *poder para* emerge da analogia que traça com outras mudanças a que assistiu e que para si também são fontes de capacitação:

Trans é uma área em que eu posso fazer a diferença. (...) Trans passou a ser a figura do mês [flavour of the month] nos media. Agora de cada vez que ligas o rádio há uma pessoa trans em algum lugar [on it somewhere], o que é bom. Eu pude ver os paralelos entre onde estávamos e o que estávamos a tentar fazer e a comunidade gay cerca de 20 anos antes e as mudanças que aconteceram lá, então eu sei que a mudança pode acontecer se trabalhares nisso. (Nelle, 1943, UK)

A narrativa de Nelle partilha com as restantes a ênfase no *poder para*. Os instrumentos para *desconstruir* o género e/ou para *mudar* a sociedade são salientados através de diferentes estratégias e do desvendar de outras maneiras de (des)fazer o género. Mas estas alternativas são também alvos frequentes de exotismo ou de sancionamento por parte de quem as desconhece ou de quem renuncia a possibilidade de fazer o género não binário. Como nos dizem, a estruturação das fundações do género permanece ancorada num binário antagónico que naturaliza e justifica em grande medida as possibilidades de reconhecimento nas duas categorias exclusivas e opostas. É por isso importante aprofundar os sentidos da transgressão não binária e o seu potencial para transformar as práticas de género.

3. As grelhas interpretativas da transgressão de género

Sabemos que as possibilidades de (des)fazer o género são variáveis no tempo e no espaço. Que esta variabilidade não tem só a ver com uma dada época em que, por exemplo, as mulheres não podiam usar calças, frequentar determinados espaços para homens ou mesmo votar. Ou de um tempo em que um homem a chorar era sinónimo de fraqueza. Diz também respeito à variação interpretativa do que se entende que determina a diferença (binária, antagónica) e do peso que

o gênero pode assumir como parâmetro inteligível da realidade social. Saber quando uma transgressão de gênero é reconhecida como tal implica portanto o acionamento das grelhas interpretativas que definem como se (des)faz o gênero num determinado espaço e momento. A mesma performance de gênero pode ter significados muito diferentes para quem a testemunha e, em maior ou menor grau, reiterar a sua significância transgressiva ou não. Por exemplo uma mulher casar – na igreja ou não – de calções em vez de vestido poderia ser interpretado como uma performance transgressiva pelo simples facto de que a convenção social estabelece outra indumentária. Essa transgressão seria contextual e eventualmente pontual na medida em que remete para a uma situação específica – o dia e o lugar de um casamento particular – e que teria ou não alguma visibilidade (por exemplo mediática). Aquilo que interessa reter deste exemplo, a par de muito outros que poderíamos dar, é que é sobretudo nos elementos visíveis daquilo que o gênero simboliza que se reconhecem e interpretam as diferenças. Mas o seu significado ao nível simbólico pode não acarretar mudanças significativas na forma como os limites e as transgressões de gênero estão estruturados. Pode não ser performativo na ordenação e demarcação do gênero em si.

Qualquer transgressão de gênero requer uma pressuposição e um reconhecimento do que está a ser transgredido (Foust 2010). O predomínio da divisão dicotômica e antagónica do gênero em feminino *ou* masculino tem vindo a estruturar os seus limites e, simultaneamente, a nomear a transgressão. O leque de disposições e repertórios (apesar de negociáveis) em que baseamos a compreensão do gênero constrange as interpretações possíveis. Por outras palavras, a interpretação de uma transgressão de gênero implica o reconhecimento de um limite (imediato ou mediado) considerado inviolável. Situar-se de forma não exclusiva relativamente ao binário de gênero implica portanto revelar essa fronteira legitimada, validada e reconhecida. Para essa prática ser interpretada como transgressiva é também necessário o testemunho denunciante; é necessário frustrar a perceção de gênero legítima. Neste âmbito a expressão do gênero (*displays*) e a (des)conexão entre o nome-corpo-gênero (Pilcher 2016) representam modalidades ou mecanismos regulatórios. O processo de *accountability* ou “prestação de contas” baseia-se nas formas rotineiras de *saber como* e nas experiências *incorporadas* de (des)fazer o gênero (West e Zimmerman 2009; 1987; Goffman 1977). A persistência dos mecanismos de reforço das práticas *cíclicas*, em detrimento das *divergentes*, ilustra bem a “reincidência” e a trivialidade das contradições normativas (Pearse e Connell 2016; R. W. Connell 2009b; 1987).

As/Os/Les 19 participantes deste estudo organizam os limites pessoais para viver confortavelmente a (não) pertença de género de acordo com a maior ou menor formalidade no desempenho das práticas e a sua natureza rotineira ou não. Consoante o grau de tolerância para (des)fazer o género não binário, são privilegiadas ou marginalizadas formas de identificação, práticas e repertórios. A visibilidade e o reconhecimento da não pertença ao binário estão estruturadas hierarquicamente em torno da visão dominante. Os (des)alinhamentos são vistos como necessários e limitativos da projeção da pertença de género. Implicam geralmente uma antecipação dos “outros” que estarão presentes, uma evicção de alguns espaços públicos e do “outro generalizado”. Os níveis elevados de situações de risco e de discriminação percebida – a experiência revelada – conduz, portanto, à restrição e/ou privatização de performances e mundivisões que não se encaixam na divisão de género exclusivamente em masculino *ou* feminino. O lugar de género não binário força a negociação da pertença. Entre o género para si e em si. Para o manipular das autoprojeções percebidas como aceitáveis num determinado contexto, que circunscreve os *scripts* e repertórios que representam o género de uma forma alternativa.

Como vimos no capítulo II, as performances de género são (auto/hétero) reguladas a partir de um horizonte de dominação que as demarca e classifica face a um centro hegemónico. Formas de regulação (do presente e do futuro) que podem ser múltiplas – coexistem – mas cujos processos de ordenação e demarcação constroem as subjetividades alternativas. Vimos também que as normas e as performances ocupam um lugar específico nos argumentos usados pelas duas correntes mobilizadas para compreender as práticas de género. As teses das rotinas e/ou estruturalistas remetem para o plano simbólico e cultural, para as práticas de interpretação, comunicação e significação. As teses da performatividade e/ou pós-estruturalistas reenviam para a capacidade de uma performance poder deslocar o sentido e revelar alternativas. Independentemente disso, ambas as abordagens apontam para a relação entre o desempenho e a eficácia regulatória do género. É nas performances, mal ou bem-sucedidas, que encontramos as fundações do género – aquilo que temporal e espacialmente define, prescreve, regula, normaliza como se faz o género. Partindo dos relatos de quem transgride o género interessou-nos questionar: que performances tiveram maior peso? Em que contextos? O que é que foi reconhecido (sancionado ou não) como transgressivo? Com base nos episódios narrados como ilustrativos da transgressão de género e as esferas ou facetas enfatizadas pelas/os/es participantes podemos compreender melhor o potencial transformativo das performances transgressivas.

3.1. Como se interpreta a transgressão de gênero?

Como temos vindo a salientar, a gestão ou manipulação das pertenças e identificações (na prática) não binária são um elemento central nas 19 vidas contadas. O maior ou menor reconhecimento legítimo das identificações, práticas e pertenças, estrutura-se a partir das esferas que designam como “privada”, “pessoal”, “pública” ou “coletiva”. As diferentes formas de identificação e a sua maior ou menor correspondência ao não binário são geridas em função de vários aspetos pragmáticos. Dependem, entre outras coisas, dos contextos, do modo como se posicionam em relação aos outros, da maior ou menor responsabilização pela transgressão, da capacidade de negociação, etc. O modelo dramaturgico goffmaniano pode ser evocado neste âmbito para refletir sobre os “bastidores”, os “cicloramas” e os “palcos” na “gestão das impressões” causadas pelas performances de gênero transgressivas (Goffman 1956). As metáforas do mundo social como um teatro ou como um jogo permitem-nos fazer uma analogia quanto os sentidos das performances narrados. E, com efeito, muitas das performances são relatadas por referência à audiência que testemunha ou na caracterização dos espaços e das regras do “jogo”. Mas a narração do gênero *performatado* como uma máscara ou um trunfo está no entanto pouco projetada nos 19 relatos de que dispomos. Remete mais para a problemática do estigma e dos processos de encobrimento e de acobertamento (Goffman 1988 [1963]).

Precisamente porque os graus de visibilidade de um estigma dependem da capacidade de decodificação da audiência, a transgressão de gênero pode nem ser codificada ou reconhecida como tal. Os diferentes modos como as/os/les participantes manipulam as suas pertenças de gênero mostram como a interpretação estigmatizada não se baseia numa matriz hermenêutica única ou fechada. Isso significa que mesmo o sentido lúdico da interação pode não servir como modelo interpretativo das transgressões de gênero e da sua codificação porque as regras do jogo não são especificadas no mesmo sentido, a partir da mesma matriz ou código. Logo, os processos implicados no desempenho do gênero e a visibilidade das suas transgressões baseiam-se em diferentes reconhecimentos e expectativas.

Os diversos relatos dos “encontros” e da “negociação” da diferença (ou da “manipulação” das impressões) convergem na ausência ou na dificuldade de entendimento. No relato da inexistência de uma grelha interpretativa que torne inteligível a experiência de gênero não binária. Assim, apesar de recorrerem às estratégias identificadas por Goffman (1988, 51 [1963]) para quem interage como desacreditável, o reconhecimento não binário tem de ser visto em particular como excedendo a esfera da codificação. Ou seja, porque o reconhecimento se baseia sobretudo na identificação de uma ausência – a da exclusividade – do que não é conhecido ou

legível. A estrutura do estigma na interação com pessoas não binárias implica frequentemente a falta de um foco de percepção comum. Uma impossibilidade de reconhecimento que é percebida pelo e a partir do limite binário, no desempenho mal sucedido. Nesse sentido, no modelo dramatúrgico as testemunhas não (re)conhecem a transgressão em si mas sim os seus efeitos, a revelação dos limites antagónicos. As múltiplas camadas contidas numa performance – os seus significados, movimentos e temporalidades – não só complexificam a ideia de representação unívoca de um modo de (des)fazer o género como a sua capacidade performativa (transformadora).

Os processos de gestão intencional (mas não controlada) de expressões e pertenças de género não binário partem de diferentes motivações e interpretações sobre a “intrusabilidade” nos contextos de interação (Goffman 1988, 58 [1963]). O que separa um contexto de outro pode ser, entre outras coisas, o facto de ser percebido como “transfóbico”, “público”, “trivial”, “desinformado”, “formal”, “politizado”, “informal”, “seguro”, “familiar”, etc. Há também quem, como Alex, não distinga explicitamente os espaços ou contextos para desempenhar o género. A referência a um contexto único de interação e a consequente percepção dos outros em geral reenvia-nos para uma gestão identitária mais centrada nas projeções de si (discretas ou não) do que na potencial vulnerabilidade que um contexto particular pode representar. As diferenças na interpretação dos contextos quanto à sua intrusabilidade, quanto às expectativas para corresponder mais ou menos a uma performance de género normativa ou transgressiva traduz-se numa tendência geral para (des)fazer o género em função da aceitação percebida (e dos graus de reconhecimento). A transgressão do género para estas 19 pessoas não binárias é enfatizada narrativamente através de dois modos principais de gestão (identitária) das performances.

Por um lado, encontramos uma manipulação das performances pela via da *versatilidade*. A flexibilidade para corresponder mais ou menos aos horizontes de expectativa do género binário ajusta-se às percepções contextuais e atribuições de género sentidas. Em 11 narrativas (Samuel, Jim, Ash, Noa, Nelle, Ana, Lé, Lou, Micha, Dinis e Lake) encontramos uma preocupação em (des)fazer o género de forma adaptativa. O “terrorismo de género” tem o seu momento e o seu espaço e, acima de tudo, acarreta consequências (positivas e negativas). Apesar da intenção, um dos efeitos das micro-resistências é a invisibilidade e a deslegitimação para fazer o género. A sua invalidação. As tensões emergentes entre a capacidade para (des)fazer o género e a legitimidade da performance desempenhada traduzem-se numa modalidade versátil consoante a tolerância percebida (patente também noutros estudos Corwin 2017; Yeadon-Lee 2009).

Por outro lado, encontramos um modo *reconciliador* na gestão e manipulação das performances de género. Em 8 narrativas a maior ou menor concordância com os modos de (des)fazer o género centra-se sobretudo na capacidade (e responsabilização) pessoal de desempenhar o género de uma forma coerente ou legível. Para Grace, Alex, Selma, António, Denis, Sandy, Domingas e Xuxa, o que está em causa é a exposição e o reconhecimento das suas performances de género. As suas capacidades para encobrir ou reagir adequadamente à divergência percebida ou potencialmente sancionada no decorrer de uma interação social. As formas como cada participante se posiciona face à possibilidade de “misgendering” (atribuição de género equivocada), permitem-nos compreender melhor as razões e os modos de manipular o desempenho do género (binário ou não).

A reação à atribuição de género equivocada

As justificações para a diferenciação contextual das performances de género são demonstrativas da maior ou menor intensidade que a atribuição, apropriação e interpretação da alteridade genderizada assume para cada participante. Por exemplo, Xuxa, Domingas e Nelle narram o processo de atribuição coletivo (hétero-regulado) das suas performances de género a partir da eventual (e provável) interpretação antagónica. Do horizonte binário da masculinidade hegemónica e da feminilidade enfatizada. A desconstrução que fazem da exclusividade e a identificação com a ambivalência de género entram apenas indiretamente nos horizontes de expectativa. A atribuição dos outros é interpretada em função do grau de aprendizagem e assimilação dos modos normativos para fazer o género. O facto de aceitarem *a priori* que não “encaixam” no padrão permite-lhes antecipar as atribuições e simultaneamente fazerem cedências para manterem uma maior “reputação” e “aceitação” social. Por um lado, esta preocupação com o respeito perpetua uma ordenação das relações de género conforme os parâmetros dominantes de interpretação. Por outro lado, quando a ambivalência da performance é evidenciada (alvo de reconhecimento e regulação) a despreensão de corresponder “adequadamente” desvenda aos outros possibilidades alternativas para (des)fazer o género.

Também Grace parte do pressuposto que a sua performance da feminilidade poderá ser questionada. Contudo não a interpreta nos mesmos moldes que Xuxa, Nelle e Domingas. Para si a atribuição de género de que é alvo não se baseia nos parâmetros normativos antagónicos porque o seu desempenho ambivalente do género está sempre latente. Por considerar que nunca correspondeu ao padrão de masculinidade hegemónica ao longo da vida, a sua preocupação com a “reputação” emerge sobretudo de uma capacidade de desempenhar “discretamente” o

género feminino. No fundo, a partir do momento que Grace aceita e afirma para si própria a ambivalência de género, as hétero-atribuições latentes são relativizadas.

O mesmo não se passa com Ash, Selma, Micha e Noa. Em diferentes momentos das suas trajetórias de género e posicionamentos assumidos, o ponto de partida para interpretar a hétero atribuição de foi a discriminação. As perceções implícitas (para Ash e Selma) e explícitas (para Micha e Noa) das suas performances de género são vividas como estigmas, (micro)opressões que constroem as interpretações alternativas. A segurança (e exposição pública) são a justificação fundamental que motiva o encobrimento ou o acobertamento das suas pertenças não binárias. Neste âmbito Micha, juntamente com Ana e Lou, referem também a intrusão (ou interferência no fluxo da interação) da revelação da pertença não binária. A “*necessidade de explicar*” constantemente. É o facto de terem de explicitar as suas performances que torna problemático o processo de atribuição do género. Por terem de reiterar e aprofundar a quem as/os/les questiona que existem outras possibilidades alternativas para (des)fazer o género. Por terem de construir e legitimar uma grelha interpretativa ausente nos horizontes de expectativa. Estes questionamentos explícitos por vezes traduzem-se em momentos de visibilidade, de interpretações alternativas das suas performances de género. Seja através da contradição dos marcadores antagónicos na expressão de género (por ex. usar barba e batom vermelho), seja através de uma redefinição discursiva daquilo que estrutura a interpretação (por ex. revelando a independência entre a identificação e a corporalidade) Ana, Micha e Lou tentam contrapor as suas grelhas interpretativas da transgressão perante uma atribuição de género baseada na diferença antagónica e exclusiva. Mas esta tarefa é encarada como muito “cansativa” e frequentemente pouco viável (como diz Micha uma “*conversa de 20 minutos*”). Passam por isso a reservar gradualmente o reconhecimento das suas pertenças não binárias para os espaços seguros, conhecedores ou mais tolerantes.

Alex também narra reflexivamente sobre as dificuldades de aceitação e reconhecimento de uma alternativa além da antagónica. Contudo não chega a assumir uma posição clara quanto à atribuição de género equivocada. A sua narrativa é sobretudo pautada pela sua maior ou menor capacidade de corresponder coerentemente às expectativas. Por sua vez, António foca-se no evitamento do misgendering porque precisa de ser aceite em primeiro lugar. E, como vemos, todas/os/es as/os/les participantes do nosso estudo referem o tema da aceitação. Mas no caso de António esse é o principal motivo para desempenhar o género de forma legível. A sua perceção de uma atribuição explícita segundo as regras antagónicas é enquadrada pela via reconciliadora

da manipulação das performances de género. Traduz-se no escamoteamento das potenciais incongruências entre sexo-género.

Encontramos, por último, um grupo de 7 narrativas em que a justificação para corresponder às grelhas interpretativas e suas expectativas binárias passa pela rejeição clara da atribuição à nascença. Jim, Samuel, Denis, Dinis, Lé, Sandy e Lake optam pelo tratamento e reconhecimento “oposto” porque a outra categoria legível está equivocada. No caso de Denis, Dinis e Lé a atribuição de género no feminino é claramente inviável e insuportável. Face à ausência das grelhas interpretativas não binárias preferem ser interpretados no masculino. O posicionamento de Lé, neste âmbito, é o mais particular. Rejeita veementemente a hétero atribuição da feminilidade “exclusiva”. Para si o feminino é importante como elemento de desconstrução da masculinidade hegemónica mas na medida em que a masculinidade é (des)feita. Na sua perspetiva trans/feminista, a desconstrução da oposição implica tanto a masculinidade como a feminilidade desde que sejam conjugadas. Uma complementaridade que é útil para alcançar a simetria no género. Para desfazer o horizonte binário assimétrico a partir do lugar transposto de aproximação à masculinidade.

Fazer sentido da transgressão

Independentemente dos posicionamentos quanto à atribuição de género percebida, em todas as narrativas o que “conta” como transgressivo baseia-se no desvendar de uma incongruência no nexos sexo-género. A sugestão de dúvida, de ambiguidade ou de androginia é relatada por Ana, Lé, Lou, Micha, Dinis, Domingas, Lake e Nelle, como a principal transgressão da conceção antagónica (naturalizada) do género. Lé e Micha, juntamente com Selma, também relatam a desconexão entre a pertença de género e a sua expressão. A face “visível” dos seus posicionamentos, que pode encobrir ou revelar a não exclusividade.

Outra transgressão de género que muitas/os/es participantes contabilizam como importante, já mencionada, é a perceção de uma “masculinidade feminina”. Ou seja, a desconstrução da masculinidade através de performances que combinam preferências e atitudes estereotipicamente associadas ao masculino e ao feminino. Para Lé, Lake, Samuel, Jim, Ash, Noa, Sandy, Denis e António este tipo de transgressão concorre para uma maior tolerância e abertura de outras possibilidades para (des)fazer o género. Uma expectativa de simetria nas relações e experiências de género que anula a subordinação do feminino pela complementaridade e multiplicidade. De um (des)fazer do género que contém ambos. Ainda que parta de um referente antagónico – os estereótipos e as expectativas que promovem a

oposição – a coincidência destes padrões é vista como uma forma de ampliar as convenções e os modos de interpretar o género.

Já para Alex, Grace e Nelle aquilo que designam como a perceção de “homem feminino” não possui a mesma capacidade desconstrutiva porque é socialmente interpretado na perspetiva de “personificação” do feminino. Estas performances são vistas e percebidas pelos outros como transgressivas no sentido em que evidenciam uma incongruência do nexó sexo-género-sexualidade. A interpretação relatada assume o significado de “homem «vestido de mulher»”. É percebida como uma performance que põem sobretudo em causa a relação entre a orientação sexual e a expressão de género. Associações e significados socialmente atribuídos à transgressão que não têm equivalente nas narrativas da masculinidade feminina.

Por exemplo, Ash quando se reporta a um passado em que era interpretado como “*rapariga que se apresenta como rapaz*” fá-lo a partir de um posicionamento assumido de “*lésbica butch*”. Ou seja, compatibilizando aquilo que é separado na estrutura narrativa anterior. Ash considera “possível” transgredir o nexó sexo-género independentemente da orientação sexual porque lhe é permitida ou autorizada a performance da masculinidade. As convenções da expressão de género “toleram” – ou de certa forma neutralizam – aquilo que poderia ser entendido como uma incongruência entre sexo-género-sexualidade heteronormativa.

Já no caso de Alex, Grace, Nelle (e também de Xuxa, indiretamente) a transgressão da norma reside no facto de não ser legítimo a um “homem” usar indumentária feminina. É precisamente isso que sugere uma orientação sexual distintiva (que negam veementemente). Como nos dizem, as esferas (da expressão e da orientação) “têm” de ser separadas na performance de género porque as hétero-atribuições sociais não validam a transgressão do nexó sexo-género. São goradas as expectativas de reconhecimento social da transgressão efetiva – dessa incongruência do nexó sexo-género. A interpretação de que são alvo remete invariavelmente para a transgressão do nexó sexo-género-sexualidade.

Este “equivoco” recorrente é demonstrativo da estruturação assimétrica do binário de género. Do horizonte que se baseia na naturalização da diferença e na especificação do feminino. Uma masculinidade feminina não é equivalente a uma feminilidade masculina. E as possibilidades de reconhecimento e de reconfiguração da assimetria parametrizada só adquirem uma capacidade interpretativa a partir da mudança no neutro universal. Na performance de uma masculinidade fragmentada e plural, complementada pelo feminino. Por sua vez, o desempenho da feminilidade, mesmo que acompanhada do masculino, está protegido e controlado. Uma

expressão que requer especificação, descrição e separação da sexualidade para tornar legível a incongruência efetiva.

Estes 19 relatos da transgressão de género são demonstrativos das auto/hétero regulações sobre as práticas de género e do que é (qualificado como) transgressivo. Também ilustram as margens de manobra e as expectativas de mudança. Apesar de indiretas – porque na perspetiva de quem foi alvo de uma prestação de contas – as negociações da diferença podem ser estruturadas segundo o potencial “performativo” (no sentido de Butler) que tiveram para as/os/les próprias/os/es. Ou seja, pela capacidade efetiva de certos episódios da transgressão para transformar as expectativas interpretativas. Para reconfigurar horizontes nas convenções e normas de género e incluir outras matrizes da experiência genderizada. Foi com base num conjunto de episódios ilustrativos dos constrangimentos e oportunidades encontrados para (des)fazer o género que organizámos a análise apresentada em seguida.

3.2. Eventos de cedência e de subordinação – quando as performances mantêm as relações de poder na ordenação do género

Como vimos, as grelhas interpretativas na atribuição do género são difíceis de desconstruir e as alternativas frequentemente relegadas para um plano subalterno ou privado. Muitas vezes transgredindo o género de forma isolada, todas/os/es as/os/les participantes relataram pelo menos um episódio de prestação de contas pelo desempenho não correspondente ao género expectável. Apresentamos três exemplos que consideramos ilustrativos de transgressões que, ao invés de ampliarem os horizontes de expectativa e os espaços de experiência, mantiveram (ou reforçaram) a ordenação dominante das relações de género.

Ambivalências à parte

1 – António, ao centrar-se numa modalidade reconciliadora de gestão das suas identificações e performances de género procura explicitamente aproximar-se à masculinidade. Traçando um comparativo com outras sociedades de língua inglesa, vê a língua portuguesa como um obstáculo ao tratamento “neutro” e à possibilidade de (des)fazer o género além do binário. Para António na sociedade portuguesa só se pode tratar as pessoas por “ele” ou ela” e as pessoas têm de ser tratadas por um ou por outro caso contrário “não se entendiam”. A linguagem portuguesa neutra é ilegível. E a necessidade de aceitação reconhecida é o que fundamenta a “escolha”:

Eu identifico-me sempre como masculino. (...) Se houvesse algo a meio, acho que havia muito mais gente a pensar nisso. (...) E o que eu acho é que há uma necessidade extrema e um pouco ridícula das pessoas terem que escolher, porque eu tenho um lado feminino que abraço e gosto do meu lado feminino e nunca vou deixar de me sentir ou de me identificar com o género masculino por ter um lado feminino. Assim como há muitas mulheres que gostam de ser mulheres mas têm um lado muito

masculino e por terem um lado muito masculino não deixam de se identificar como mulheres, não é? E eu acho que passa muito por aí. Eu apesar de ter um lado muito feminino identifico-me com o género masculino.

Os seus questionamentos e identificações de género são secundarizados face à necessidade de ser reconhecido como pertencendo ao masculino. Tal como ocorre noutras vidas do nosso estudo, António precisa de ser aceite e reconhecido como “membro” legível e legítimo. Apesar de a sua pertença pessoal do género abarcar uma ambivalência, prevalece a rejeição de uma expressão ambígua (duvidosa) que possa por em causa a sua performance da masculinidade. A tensão emerge face ao que “escolhe ser” e ao que “precisa” ser escolhido:

Eu vivo muito a minha vida e acho que as pessoas não têm que... Que me forçar a ter que escolher alguma coisa! Porque acho que tem de partir de mim, não é? Tem de partir de dentro a minha necessidade de ter que escolher alguma coisa ou não. E eu na altura – quando estava a passar por este processo de transição – senti muito que as pessoas precisavam que eu assumisse uma escolha. Elas precisavam que eu dissesse que eu agora era homem, para elas se adaptarem, não é? E eu, obviamente, em certos aspetos da minha vida vi-me muitas vezes forçado a ter de dizer: «Sim, ok!»; «Tenho que escolher, tenho que dizer, tenho que afirmar. Tenho que fazer isto desta forma para que as pessoas percebam.» Haa... Mas a verdade é que não partiu de mim em algumas situações.

O seu investimento “forçado” em práticas que perpetuam a dominação e o privilégio masculino é, no fundo, uma forma de transgressão mais aceitável. No seu processo de transposição do género acaba por internalizar a necessidade “externa” de se masculinizar, relegando as evidências da sua identificação transgressiva para a esfera pessoal e da vida privada. O que resulta desta prestação de contas a uma performance potencialmente “alternativa” é o constrangimento (e ocultação) das pertenças e posicionamentos de género não binário.

A alternativa inválida

2 – Lou, face ao questionamento da sua performance de género ambígua opta por distanciar-se do grupo supostamente mais preparado para integrá-lo/a. Já tinha participado em algumas iniciativas e celebrações transgénero antes. Nestas começou gradualmente a aprofundar o seu processo de identificação, a intensificar a sua transição para um género não exclusivo. Neste encontro em particular com um grupo de apoio trans-masculino a recusa (implícita) da sua corporalidade (“biologicamente feminina”) fez com que se desidentificasse de vez com a trans-masculinidade. Não era a primeira vez que sentia um questionamento da sua presença por não ter as características “adequadas” para fazer uma performance trans-masculina. Mas nesse dia, para Lou o facto de não ter despido a camisola (tal como os outros) para falar sobre a aceitação corporal foi um sinal muito claro de que não pertencia ao grupo:

A certa altura, eu fui e sentei-me à beira do grupo [at the edge of the group] e assim, mas todos eles prosseguiram e ninguém moveu o corpo deles para me incluir. A linguagem corporal deles não mudou e não houve reconhecimento [acknowledgement]. Ninguém foi abertamente ou verbalmente

rude, mas em todas as outras formas eu senti-me excluído/a. (...) eu não sei se eu tivesse tirado as minhas roupas a minha presença teria sido mais bem-vinda, mas aquele grupo em particular foi muito... Quase um «somos homens agora» portanto quase rebaixar o outro lado [letting the side down]. Sim, portanto a questão não binária eu não acho que seja respeitada, porque se tu és não-binário/a mas tens um corpo adulto que é o que é biologicamente, eu não acho que seja genuinamente aceite e acho que há uma necessidade de te provares a ti próprio/a.

É esta “necessidade de prova” que faz com que Lou se afaste do grupo e de uma identificação trans-masculina. Não seguir a trajetória “esperada” de maior aproximação à masculinidade (que implicaria neste caso realizar pelo menos uma mastectomia, que não deseja) vem reforçar a sua narrativa de autenticidade. Da coerência na não pertença ao binário. Mas reforça simultaneamente o seu isolamento. Para Lou estes processos de hierarquização dos significados sobre o que é “ser transgénero” resultam numa imposição de práticas estereotipadas que, além de escamotear modos alternativos de (des)fazer o género, enfatizam as lógicas dominantes do género binário. Para si o “template” transgénero precisa de ser questionado quanto à sua capacidade de transgredir realmente os preconceitos:

Talvez deva haver mais honestidade no mundo trans sobre o que significa ser homem? Qual é o seu ideal – o que é um homem? Precisa de haver mais honestidade. É quase como se não falas sobre o que significa ser um homem, então nós não podemos evitar começar [we can't help but start] a adotar pequenos disparates e estereótipos. (...) Há toda uma narrativa, mas na verdade existem vetos efetivos [real negatives] em ambos os lados. Bem, tu sabes que não deverias estar tão orgulhoso/a de ti mesmo/a [proud of yourself], porque «então e as mulheres trans que não podem ter hormonas ou que ainda se apresentam bastante masculinas?» e essas coisas. É como: deveríamos estar a criticar uma mulher ou uma mulher trans por se parecer assim? As dificuldades não são culpa dela. O outro lado disto é que todas as mulheres trans devem aspirar a se parecer com a Barbie, e isso é simplesmente terrível. Temos que ter essas conversas e reconhecer que ainda não sabemos qual é a resposta. A conversa não tem que ser sobre ser classificado/a [being sorted] e que nós conseguimos. É apenas difícil. Eu acho que os homens trans precisam de ser honestos.

Para Lou o “mundo ideal” seria repleto de pessoas *genderqueer*. De expectativas mais inclusivas de todas as possibilidades e modalidades de (des)fazer o género. Essa compreensão advém parcialmente do facto de ter sido excluído/a pelas pessoas “trans-masculinas”. A exclusão do grupo foi uma confirmação da sua pertença, faz com que se identifique ainda mais com o género não binário e que mantenha as práticas alternativas para (des)fazer o género. Mas a ausência de apoio e de reforço (ou incentivo) do seu posicionamento também se traduz numa micro-resistência de alcance reduzido face aos outros. Na ordenação das relações de género desse grupo em particular, o que prevaleceu foi a validação da trans-masculinidade que exclui Lou ao ponto de sentir que não pertence ao “género” em geral.

O problema da feminilidade insuficiente

3 – Selma é pressionada durante a adolescência por colegas da escola para corresponder à feminilidade. Esta pressão resulta para Selma numa desidentificação com a feminilidade

(ênfatisada) e numa percepção de não pertença. Mas este distanciamento não a leva imediatamente a por em causa a pré-configuração do gênero – estruturado em torno da oposição binária – nem a questionar a configuração dos modos “adequados” (dominantes) para fazer a feminilidade. A descoincidência entre os significados de gênero disponíveis e a sua articulação pessoal tem um efeito de culpabilização de si e de inerente autorresponsabilização pelo sucesso da “adequação”. A transgressão do gênero “esperado” só podia ser pessoal, “interna”, porque as várias tentativas de conformação falharam. Comum a muitas das vidas contadas pelas/os/es participantes, este caso ilustra claramente que a pressão para corresponder à feminilidade, mesmo quando mal sucedida, acarreta consigo uma crença de que o resultado tem de ser “perfeito”. Não basta um esforço. Tem de haver um investimento efetivo e comprometido com o “que deve ser”. Selma narra a procura de conformação como uma forma de inclusão no grupo e de “pertença” ao gênero:

(...) eu sei agora que era bullying, naquela altura eu estava sempre com a esperança de que se calhar «ok, elas estão-me a dar atenção, se calhar agora, tipo, vou-me integrar, se calhar vai ser mais, se calhar se eu for com elas e deixar maquilhar-me e vestir-me», durante aquele dia depois realmente diziam «ah, estás muito gira, estás muito coiso, é assim que as raparigas se devem vestir, é assim que não sei quê», e realmente aquilo trazia-me um sentimento um bocado de integração. Hoje em dia eu sei que... eu sei que não era isso...

Os horizontes de expectativa constroem Selma e marginalizam-na. Não é “suficientemente feminina”. Sente-se incapaz de fazer o gênero de acordo com a configuração disponível – a única que conhece. A ausência de outros horizontes e espaços de experiência para reconfigurar as estruturas de significado limitam a sua contestação e o aprofundamento de outras possibilidades de apropriação do gênero. A rigidez do horizonte esperado torna invisível o seu limite:

Só que éramos miúdos e... e naquela altura eu não tinha isto bem processado ou bem entendido sequer ao ponto de eu achar que isso podia ser uma discriminação por parte do gênero, eu acho que era mesmo só... por parte de mim mesma, de quem eu era. (...) Ali, naquele contexto, não. [me defendia] Eu evitava o confronto ao máximo.

A exclusão e consequente distanciamento (resignado) de Selma por não desempenhar a feminilidade “esperada” também resulta no seu isolamento por um longo período de tempo. Faz parte do grupo de rejeitados sociais da escola, dos que têm fraca reputação. Apesar de na adolescência já ter sinais de “não pertença” generalizada, só aos 20 anos é que começou a aprofundar os seus problemas pessoais. Através de um acompanhamento psicoterapêutico toma consciência da sua variabilidade na expressão de gênero. Passou a identificar-se como *genderfluid*, a afirmar positivamente a pertença não binária. Contudo, naquela época, a pressão

que sentiu reforçou sobretudo a hierarquização das práticas dominantes da feminilidade enfatizada. Ou fazia a feminilidade enfatizada ou estava fora.

Como fica claro nestes episódios narrativos, apesar de existir uma margem para a negociação da transgressão de género os seus efeitos muitas vezes reforçam (ao invés de ampliar, subverter ou redefinir) a ordenação das relações de género. O frequente isolamento e atomização destas performances constrange a criatividade da agência transgressiva. Esta é constrangida ao ponto de ceder ou subordinar-se aos modos dominantes e aceites para fazer o género. É mais provável a mudança individual, a sua adaptação e discrição, do que a transformação de expectativas da maioria relativamente aos processos de atribuição, interpretação e apropriação do género. Estes três exemplos ilustram a dificuldade de mudança na ordenação das relações de género. Apresentamos abaixo um quadro resumo dos episódios narrados por António, Lou e Selma:

Quadro 7.2. Episódios narrativos de cedências e subordinações

Contexto	Quem	Episódio	Implicações pessoais	Implicações na ordenação das relações de género
Público	António (1989, PT)	Prestação de contas por performance ambígua	Investimento na masculinidade e rejeição pública da ambiguidade (afirmada apenas na esfera privada)	Perpetuação das práticas dominantes Constrangimento de pertenças alternativas
Grupo de Apoio Trans-masculino	Lou (1972, UK)	Prestação de contas pela incongruência nome-corpo-identidade	(Auto)Exclusão e distanciamento do grupo de apoio; reforço da narrativa de autenticidade (apesar de desencorajada)	Isolamento das práticas alternativas Validação dos significados da trans-masculinidade
Escolar	Selma (1992, PT)	Pressão para performance mais feminina pelas colegas da escola	(Auto)Exclusão e distanciamento das colegas; desidentificação com a feminilidade (resignada)	Hierarquização das práticas Reforço da feminilidade enfatizada

3.3. Eventos de micro-resistência e emancipação – quando as performances fomentam a transformação nas relações de género

Para Butler (2004; 2009 [1988]), a citação da norma e a repetição das performances de género apresentam descontinuidades que permitem desdobrar e subverter aquilo que é discursivamente reiterado como identidade de género. O deslocamento dos significados revela alternativas à regulação normativa do género. Por sua vez, Connell compreende as transgressões às normas de género enquanto práticas *divergentes* que coexistem com as práticas *cíclicas*. Para ambas, as possibilidades de mudança face aos modos hegemónicos de ordenação das relações de género implicam um compromisso coletivo com outras dinâmicas mais inclusivas. A variabilidade presente no plano microsocial pode ser mais ou menos tolerada, mas é sobretudo encarada por

Butler e por Connell de modo subalterno ou subordinado. Nesse sentido, procurámos identificar na perspetiva de quem transgride o género um conjunto de episódios que ilustrassem aquilo que entendem por “sucesso” na resistência às normas dominantes das relações de género. Mais do que transformar substantivamente a ordenação das relações de género no plano macro, estes quatro exemplos revelam eventos de micro-resistência e de “emancipação” dos modos de interpretar e apropriar o género para si próprias/os/es e para quem as/os/les rodeia. Estas transgressões de género ilustram assim algumas possibilidades de ampliação dos horizontes de expectativa e dos espaços de experiência das relações de género.

Absolver a alternativa

1 – Denis, antes de ser encaminhado para os serviços médicos da especialidade, recebeu um acompanhamento psicológico no hospital que se prolongou por muito mais tempo do que seria suposto. A psicóloga de sexologia continuou a marcar consultas e a questioná-lo pelo facto de não querer realizar uma cirurgia de transformação da sua genitália. Esta pressão para seguir com a trajetória biomédica “esperada” de migração de género bloqueou o seu acesso ao tratamento hormonal e à eventual mastectomia que viriam a aliviar o seu sofrimento. Fazendo-se acompanhar de outra pessoa, Denis finalmente ganha coragem para enfrentar a Psicóloga e fazer queixa da situação:

Não é uma decisão dela, então eu tive que levar alguém lá para dizer «você sabe o que está a fazer, você não está a dar continuidade ao processo [getting the ball rolling], você está a ser basicamente uma gatekeeper». Foi quando eu finalmente consegui a consulta na Clínica de Identidade de Género [GIC], mas se eu não me tivesse levantado e fosse lá dizer «olhe, isto não está certo», as pessoas estariam bloqueadas [stuck].

Ao resistir às expectativas da médica no gabinete, Denis considera que conseguiu abrir caminho para si e para outras pessoas acederem a trajetórias alternativas de acompanhamento e tratamento clínico. Ao invés de reforçar os horizontes esperados do que é “ser transgénero” no contexto médico, impôs confiantemente outras possibilidades de diagnóstico. Para Denis, o consequente encaminhamento direto para a clínica especializada foi um sinal de que a médica acabou por aceitar a sua trajetória e a de outras pessoas. Mesmo que os serviços de acompanhamento médico de pessoas transgénero no Reino Unido continuem em parte a exigir ou pressionar para trajetórias “migratórias”, este episódio indicia alguma abertura em curso. Tal como outras pessoas do nosso estudo (em ambos os países), Denis conseguiu aceder aos serviços médicos para realizar as transformações corporais que necessitava (e não as que eram “expectáveis”) através de um confronto aberto. A sua narrativa relata a “confiança” gradual

que, tendo sido indispensável nesse dia com a médica, contribuiu em muito para “chegar” ao posicionamento de gênero que desejava e afirmar a sua pertença.

A importância do estranhamento

2 – Xuxa, ao ser desidentificada por admiradores de *cross-dressing* que a conheciam na sua performance feminina sente-se validada na sua capacidade de se transformar e “ser ambivalente”. A participação de “casais de admiradores” é frequente nos encontros de *cross-dressing* que promove. Caracteriza a motivação dessas pessoas para participar pela contemplação da “arte” da transformação. Como é hábito, Xuxa transforma-se *in situ*, procurando manter a reputação da sua performance masculina e protegendo a sua ambivalência. Todavia, revela com entusiasmo esse episódio no bar. Do momento em que se preparava para sair na performance masculina e as mesmas pessoas com quem tinha acabado de estar não a reconheceram. Como descreve:

(...) estava num bar a falar com uns casais, estávamos no balcão, deixei-os, e fui à casa de banho, fui-me destransformar. Fui tirar toda a caracterização e, meia hora depois, voltei com o saco, com a mala, e eu como estou agora e fui ter com eles outra vez. E encostei-me a eles no balcão, cheguei perto dele e continuei a falar. Eles olharam para mim... e afastaram-se. «Mas que raio?!» Olhei para [nome], a moça do bar que estava do lado do balcão, e ela riu, riu, que ela conhecia-me, e começou a rir, a rir, e eu não percebi. E eu voltei a chegar-me perto dos casais e eles afastaram-se outra vez. E nisto, um dos casais perguntou à rapariga, «olha, a [Xuxa], foi-se embora? Ela não se despediu!». Então é que eu percebi, comecei a rir e disse «desculpem, não fujam, olhem lá bem para mim» [risos]. E não queriam acreditar que era eu, não queriam acreditar «ah, não pode ser, não pode ser!», «é verdade, sou eu! Eu só fui mudar a minha imagem e agora estava a continuar a conversa e vocês fugiram!» [risos].

Para Xuxa, este episódio marcou-a bastante quanto à sua “maturidade” para se transformar. Um sinal claro que consegue ser bem-sucedida em ambas as performances. No “meio” do *cross-dressing* considera que não há mecanismos de exclusão quanto ao desempenho da feminilidade por parte de quem possa necessitar de um maior investimento. Tal como ela, “há pessoas que têm de fazer um grande trabalho de transformação” e isso implica uma grande aprendizagem e acesso a recursos. O desvendar da sua performance masculina e a experiência do “desencontro” com os conhecidos não deixa de reiterar as modalidades de regulação normativa do gênero binário. Modalidades que estão muito presentes noutras narrativas, especialmente das práticas de *cross-dressing*, que mantêm e autoimpõem regras muito rigorosas de separação entre a performance masculina e a feminina. No entanto, a revelação (parcialmente) pública de Xuxa a quem só a conhecia na performance feminina torna visível a ambivalência e plasticidade do desempenho do gênero. Um momento de descoincidência das grelhas interpretativas, de estranhamento, do que se “esperava” no gênero e por parte de “quem” era esperado. Este evento

narrado por Xuxa fala-nos por isso da abertura dos horizontes de expectativa a possibilidades alternativas de atribuição e apropriação do género nesse contexto específico de interação.

A revelação da falácia binária

3 – Ana narra vários episódios de assédio em espaços públicos quando é confundida com uma “mulher cisgénero” por estar de costas ou só terem visto a sua silhueta. Reporta-se a um tipo específico de “prestação de contas” por “aparentemente” estar a desempenhar a feminilidade. Quando as pessoas se apercebem de que ela não é o que parecia ser (exclusivamente feminina), percecionam um choque, uma vergonha. Para Ana isso é equivalente à experiência de misoginia que muitas mulheres sentem. Contudo no seu caso o que ocorre é uma subversão momentânea da oposição “esperada”:

Houve uma vez que eu estava com uns calções curtos e uns collants pretos e estava descer as escadas do metro e havia um grupo de adolescentes aqui e estava ao telefone com uma amiga e... E oiço os rapazes a comentar: “‘Áia ‘grandas pernas!’” E eu entretanto viro-me e eles baixam todos a cabeça muito envergonhados.

A perceção de misoginia e o risco latente de agressão face à “descoberta” de uma outra possibilidade de (des)fazer o género são fontes de vulnerabilidade para si. A manutenção contraditória dos marcadores da feminilidade (cabelo comprido, maquilhagem, vestidos e outras roupas estereotipicamente femininas) e da masculinidade (presença de pelos corporais e faciais e outras características biológicas) fazem com que as suas performances sejam alvo de “ataque” nos espaços públicos. Ana revela que é precisamente a “feminilidade” que a coloca em perigo mesmo quando as suas performances são questionadas desde o início pela ambiguidade que gera. É o facto de transportar consigo evidências marcadamente femininas que é alvo de demarcação e contestação. O não reconhecimento da sua pertença de género não binária (ambígua) é sentido através do insulto, da invalidação. Da ilegitimidade para (des)fazer o género dessa maneira. A atribuição de que é alvo baseia-se particularmente no seu modo de expressar o género:

E mesmo que não seja por ser percecionada como mulher cis. Ou seja, aquilo que me faz estar em maior perigo na rua, seja eu percecionada como mulher cis ou como pessoa trans é a feminilidade. O quanto mais feminina eu estou em maior perigo me sinto, maior ansiedade me provoca essencialmente pelo perigo.

Ana sente-se em perigo e procura não responder verbalmente às conversas que as pessoas tentam ter consigo por causa das suas performances ambíguas. A sua resposta é “olhar fixamente” para quem a “olha” com um “ar agressivo”, “confuso” ou de “nojo”. Este tipo de “confronto” tem sido suficiente para demover quem a ataca: “normalmente baixam a cabeça”. Apesar de constranger a sua ação e provocar ansiedade, a subversão momentânea que consegue

fazer da oposição força os horizontes de expectativa. Ao contrário de Xuxa, no seu caso isso não é equivalente a uma potencial tolerância à transgressão de género por parte das pessoas com quem interage. Mas apesar dos riscos e das agressões, Ana resiste na sua visibilidade e exposição pública (mais generalizada). Neste encontro coexistem processos de distanciamento e identificação do que não está legitimado. Ao mesmo tempo que é rejeitada, a sua performance revela a contradição inerente do antagonismo de género e a falácia binária.

A realidade incompleta

4 – Micha surpreende-se com a reação positiva e solidária que tem tido por parte de muitas pessoas quando revela a sua pertença de género não binária. Descrevendo exemplos de conversas que teve com ex-namoradas e outras pessoas significantes na sua vida, o consenso face ao paradigma não binário – depois de finalmente compreendido – contribui para a sua emancipação e crescente confiança nos posicionamentos adotados. Para si, isso é mais uma prova de que o género não passa de uma “construção social”:

Quanto mais eu falo sobre a minha identidade de género, mais as pessoas dizem «Sim, eu também». É por isso que eu acho que género é treta [bullshit], é uma construção social [sorri] é melhor do que dizer «é treta», mas é o mesmo. É como um mapa, sabes? Descreve as rotas, descreve os monumentos, mas isso não é a realidade e não está tudo nesse mapa, há algo que se escolheu mostrar nesse mapa. Então, o género para mim é isso, nós mostramos homem e mulher, mas isso não é realidade, é apenas uma forma de mostrar a realidade e é incompleta. Então, quanto mais eu falo, quanto mais eu digo «eu realmente não me identifico como mulher, eu sinto-me no meio, eu não me relaciono com os estereótipos» e as pessoas dizem «Ya [Yeah], eu também eu nunca me senti assim» e tu ficas «A sério? Tu também? Então porque é que não fazes nada sobre isso? Por que é que fazes de conta [pretend] que estás nesse binário?» Eu gostaria que todos/as eles/as [all of them] dissessem «Isso é tudo mentira! Nós somos tantos/as [so many]!» [Risos].

Micha surpreende-se com o facto de haver muitas outras pessoas que pensam o género além do binário (antagónico) masculino/feminino. Esta tomada de consciência fá-lo inquietar-se com o “fazer de conta”, com a passividade perante os estereótipos e a representação dicotómica mesmo por parte de quem concorda com a sua mundivisão e reconhece a sua pertença de género. Por outro lado, esta legitimação é muito importante para si e fá-lo sentir-se orgulhoso por ser um dos “corajosos”:

Isso faz-me sentir corajoso [brave] também porque, finalmente, depois de todos esses anos em que pensei que estava sozinho [alone] porque todos/as [everybody] pareciam ser ou uma mulher ou um homem, havia pessoas como eu e eu sou um dos poucos [one of the few] que são corajosos [brave] o suficiente para fazer alguma coisa a esse respeito. Então estou muito orgulhoso [pretty proud] disso.

Para Micha, aquilo que está sobretudo em causa é a ausência de visibilidade e reconhecimento do paradigma não binário. De uma amplitude nos horizontes de expectativa, de parâmetros interpretativos estruturados de modo a incluir as alternativas. Em que as perceções e as

atribuições de género que definem previamente as situações são reconfiguradas e recodificadas. Como referimos noutros capítulos, encontramos dinâmicas de mudança que evidenciam uma maior abertura institucional, legal (e em menor grau) social rumo a este paradigma de género. A aceitação generalizada e o consenso gerado em torno do não binário mostram a Micha uma outra tolerância. Uma expectativa que desconhecia, quanto aos modos de apropriação e configuração do género. Simultaneamente, a sua visibilidade representa para si um sinónimo de coragem, de estar na linha da frente da resistência ao binarismo.

Com efeito, estes episódios falam-nos de resistências e emancipações pessoais nas interações com outras pessoas. Na potencial transformação das grelhas interpretativas das performances de género. Com base nestes dados, podemos dizer que no plano coletivo falta tornar inteligíveis outras tradições normativas. Dar outras condições de responsabilização sobre as práticas de género. Ampliar os horizontes do género enquanto um princípio organizador que não se estrutura somente num binário antagónico mas noutras modalidades de pertença (complementar, múltipla ou indeterminada). Em vez da “igualdade entre homens e mulheres” teríamos a “igualdade de géneros”, i.e. a inclusão efetiva dos vários desempenhos ou performances que reconhecem tanto a exclusividade como a ambivalência e ambiguidade. Este horizonte porvir é um dos cenários possíveis e cujo alcance ainda está por aferir mais extensivamente. Estes episódios ilustram as transformações e dinâmicas em curso para incluir a transgressão de género nas estruturas microssociais. Apresentamos abaixo o quadro resumo dos episódios narrados por Denis, Xuxa, Ana e Micha:

Quadro 7.3. Episódios narrativos de micro-resistências e emancipações

Contexto	Quem	Episódio	Implicações pessoais	Implicações na ordenação das relações de género
Médico	Denis (1989, UK)	Resistência de médica em dar seguimento ao seu caso	Através de queixa consegue acompanhamento na Clínica de Identidade de Género	Pressão dos serviços de saúde para abranger casos menos “convencionais”
Informal (Bar)	Xuxa (1956, PT)	Performance masculina não é identificada por casais de admiradores conhecidos	Validação da sua capacidade de transformação	Revelação (pública) da ambivalência
Público	Ana (1997, PT)	Assédio na rua por performance “aparentemente” feminina e prestação de contas	Perceção da misoginia e risco de agressão	Subversão momentânea da oposição
Informal	Micha (1986, PT)	Revelação da pertença de género não binária	Afirmação do <i>self</i> Aceitação por parte dos significantes	Visibilidade e inclusão (<i>empowerment</i>)

4. O género reinterpretado – práticas de constituição de sentido e a criatividade situada da ação

Face às pistas do estudo da vida contada, podemos traçar algumas linhas conclusivas e de questionamento. Em primeiro lugar, os resultados revelam que as narrativas alternativas para (des)fazer o género começam a reconfigurar outras possibilidades para a compreensão de si, redefinindo e ordenando os sentidos do que significa “ser transgénero não binário”. As possibilidades de autodeterminação e indeterminação previstas no novo paradigma legal, em curso, heterolegitimam progressivamente estas pertenças. Na medida em que dissocia o nexó sexo-género(-sexualidade) a narrativa “não binária” ou “não exclusiva” do género poderá vir a tornar-se mais visível. Os relatos do “equivoco social” – sustentados também pelo paradigma neoliberal e pela maior ênfase na esfera individual – encontram fundamentos “sólidos” e portas legais para uma maior inclusão das tradições de género transgressivas. Contudo, as possibilidades pragmáticas de reconhecimento e a celebração da particularidade de cada um/a/e – mais acessíveis nos espaços “seguros” ou conhecedores e a partir de posições parcialmente reconhecíveis – dificultam a validação destas experiências. Como sabemos, mesmo havendo uma maior abertura e tolerância, tanto em Portugal como no Reino Unido, os marcadores legais de género mantêm as duas opções (exclusivas e opostas); as mudanças de nome próprio e de tratamento forçam a escolha entre o masculino e o feminino; os processos de atribuição de um género (à nascença ou em geral) mantêm as grelhas interpretativas dicotómicas. No fundo, há um grande conjunto de constrangimentos para as pessoas que transgridem o paradigma do (trans)género dominante e que as coloca numa posição marginal. A sua integração implica de facto uma mudança na especificação das “regras do jogo” e na (auto/hétero) legitimação/fundamentação do que se entende por pertença (e identidade) de género.

Como também procurámos demonstrar com os episódios narrativos, a deslocação dos significados e as possibilidades de (des)fazer o género de forma alternativa à dominante permanecem sobretudo subalternizadas. O processo de prestação de contas implica negociações sucessivas da transgressão de género que subjugam o seu potencial transformativo e concorrem principalmente para um reforço do antagonismo dominante. Os horizontes binários, ao nível material e simbólico, prevalecem na manutenção hegemónica da diferença (naturalizada e essencial) entre o masculino e o feminino. Dificultam a multiplicação na prática das (micro) mudanças de expectativa e de outros espaços de experiência do género. As “novas” reconfigurações do género são interdependentes dos significados e posicionamentos que emanam das conjunturas socio-históricas e que se inscrevem em diversas formações

discursivas. E, como vimos nos três estudos, os processos de (re)construção e (des)legitimação do género não se fazem a partir do zero.

Importa portanto pensar até que ponto estaremos a exigir demasiado das pessoas que se posicionam de forma não exclusiva perante o binário de género. Mesmo quando estas se auto responsabilizam pela mudança são dificultadas pelo isolamento e pela necessidade de “corresponder” minimamente a hábitos internalizados da dominação de género. O género enquanto princípio organizador da realidade social é mais invisível do que aparenta ser. As suas possibilidades de mudança para incluir o paradigma “não binário” requerem não só o alcance de um “entendimento comum” que permita ler/reconhecer as pertenças alternativas, como a aceitação generalizada da sua complexidade. Uma vez que a sua “carga social” é indispensável, o “equivoco” poderá estar na separação e autonomização forçada das suas diferentes manifestações: a *identidade* de género, a *expressão* de género e a *linguagem* de género. Os resultados que fomos encontrando permitem-nos avançar para uma resposta global aos objetivos desta investigação. Para as pistas encontradas sobre as (im)possibilidades transgressivas do género binário – para o diálogo além da negação.

Capítulo VIII.

Conclusões: O gênero (des)feito e refeito

Este capítulo conclusivo centra-se portanto no vai e vem percorrido por esta investigação. Resumimos o conhecimento adquirido e situamos as descobertas em relação ao todo de forma sistemática. Revisitamos a conceptualização, edificação, imaginação e crítica que seguimos ao longo de todo o processo de pesquisa. Refletimos sobre as limitações, as questões levantadas, as descobertas e as potencialidades futuras de investigação em cada um dos objetivos específicos e, por fim, em relação ao objetivo geral desta pesquisa. Para isso seguimos o modelo *pergunta – resposta*. A ordem de apresentação das ideias neste capítulo orienta-se para uma resposta breve e uma resposta desenvolvida aos principais questionamentos de cada objetivo, no confronto entre a teorização e a empiria. Mais do que um texto fechado sobre os resultados da investigação visamos ampliar os horizontes no estudo da transgressão de gênero e projetar novas pistas.

1. As fronteiras transgressivas do gênero

O primeiro objetivo específico desta investigação incidiu sobre os processos de (auto/hétero) legitimação do gênero. Concretamente centrámo-nos no aprofundamento das tradições normativas que (re)fazem o gênero além da distinção antagónica e binária. Como dissemos antes, as fronteiras do gênero encontram-se num processo de transformação e no centro do debate cultural (e das suas guerras). As novas tecnologias de informação estão a criar possibilidades de (des)fazer o gênero a partir da multiplicação de descritivos identitários e formas de tratamento. Estas alternativas de reconhecimento do gênero têm vindo gradualmente a ser (hétero) legitimadas pela nova ordem jurídico-legal. Conhecer as práticas contemporâneas de (re)construção e legitimação do gênero a partir das suas modalidades transgressivas permitiu-nos compreender melhor as tradições normativas existentes. A validação e inclusão do gênero não binário acarreta uma mudança fundamental nos modos como atribuímos, apropriamos e interpretamos as relações de gênero. As transformações na ordenação e demarcação do gênero e das suas possibilidades discursivas abalam as fundações em que se baseiam as premissas binárias antagónicas. O estudo que realizámos do arquivo digital *Nonbinary wiki* foi frutífero para conhecer e compreender como são traçadas as fronteiras no gênero, as suas tensões e possibilidades normativas. Encontrámos três posições principais em

relação ao género binário e à sua exclusividade. Estas estão em tensão, mas convergem na primazia dada à linguagem e à identidade de género a partir da esfera pessoal (o género *para si*). Como veremos nas respostas às questões principais deste estudo, os resultados encontrados trazem pistas para compreender melhor como se (des)faz o género não binário.

O exemplo em que nos baseámos é meramente ilustrativo da construção partilhada de uma formação discursiva não binária (divergente da dominante). Trata-se de uma comunidade pequena mas que tem vindo gradualmente a crescer em membros/es e conteúdos. Ao longo do estudo tivemos alguns indícios da importância que este arquivo pode ter no seu contexto mais vasto de determinação. Sabemos que é uma fonte pertinente no acesso a informação por parte da comunidade porque a sua ausência no ciberespaço foi rapidamente restaurada. Apesar de não termos como saber qual o alcance efetivo deste arquivo junto da população em geral, a sua estabilização ao longo dos anos valida-a como fonte pertinente na nomeação do género não binário para a comunidade. Consideramos que este estudo traz pistas importantes e que podem ser estendidas a outras fontes *online* que estão igualmente disponíveis para consulta e análise. Apesar do dinamismo (irrequieto) do ciberespaço, demonstramos como se podem fazer retratos situados e descobrir lugares fixos de partilha e de encontro entre pessoas. Face aos resultados deste primeiro estudo vamos agora responder às questões colocadas inicialmente.

Que significados, valores e normas regulam o género?

A regulação do género em Portugal e no Reino Unido é cada vez mais plural e está num processo de transformação intenso. As fronteiras para fazer o género têm sido contestadas e nelas vemos diferentes processos de legitimação que se podem ler a partir das divisões entre binário e não binário ilustradas no capítulo V. Como referimos, para lá das polémicas e controvérsias, encontramos-nos num período em que os paradigmas científicos e legais sobre o sexo e o género avançam no conhecimento e que potencialmente acarretarão mudanças nas estruturas e fundações dos seus parâmetros. Nesse sentido, face aos resultados encontrados no estudo do arquivo digital, as modalidades normativas e valorativas do género podem ser compreendidas de duas formas.

Por um lado, se tomarmos por referência a demarcação entre binário/não binário estamos a falar de duas grandes tradições normativas de género. A primeira confere valor à exclusividade no género, atribui-lhe um significado antagónico e rege-se pela norma que naturaliza a diferença entre fêmea/mulher/feminino e macho/homem/masculino. A segunda confere valor à complexidade no género, atribui-lhe um significado *continuum* (ininterrupto) e rege-se pela norma da semelhança e do género *para si*.

Por outro lado, se nos centrarmos nas três modalidades normativas presentes no arquivo digital podemos ver como a pertença de género não binária se subdivide quanto aos significados, valores e normas que preconiza. Os três grupos que identificámos na descrição e nomeação das pertenças não binárias podem ser entendidos segundo o grau de aceitação e potencial de transformação do binário de género.

A vertente *separatista* atribui um significado independente e abstrato ao género. Privilegia o valor do género privado e particular e enfatiza a sua indecifrabildade (por exemplo através de descritivos como *frostgender* ou *genderwhat*). Esta é a posição mais radical e, por isso, menos aceite. Ao não se comprometer com a esfera social e sublinhar a individualização da pertença de género baseia-se numa lógica de reconhecimento *a posteriori*, fundado somemente na auto-atribuição. Como a pertença de género implica diferentes níveis de reconhecimento limitá-la à comunicação e articulação de cada um/a/e, quando o desejar, tende a reforçar o antagonismo porque rejeita as convenções sociais e o género *em si*.

A vertente *negativa* situa-se a meio caminho quanto às possibilidades de transformação do binário. Ao atribuir um significado negativo e renunciado ao género, valoriza a universalidade e a possibilidade de neutralidade (por exemplo a partir de descritivos como *antigender* ou *gendernull*). Aqui a convenção passa pela quebra do reconhecimento social do antagonismo binário e da sua exclusividade em benefício de um reconhecimento do humano. A ênfase na humanidade pessoal concorre para uma abolição do binário na medida em que o anula e/ou neutraliza. Pode ampliar o leque de possibilidades para a expectativa de não pertença mas não erradica a oposição binária porque as suas formas de reconhecimento são plurais (e inevitáveis). Ou seja, pode vir a transformar o binário ao incluir uma possibilidade de atribuição, apropriação e interpretação que reconhece a pertença à pessoalidade mas isso não invalida as pertenças exclusivas existentes, nivela-as.

Por último, consideramos que a vertente *cumulativa* tem maiores probabilidades de transformar o género binário porque valoriza a diversidade e a multiplicidade da pertença e da experiência genderizada. Amplia os horizontes e espaços da pertença através do significado cumulativo e continuado do género (por exemplo mediante descritivos como *intergender*, *demifluid* ou *polygender*). Ao implicar um reconhecimento parcial da possibilidade de não pertença concorre para a sua maior inclusão e aceitação normativa. É mais acessível e granjeia maior aceitação porque concebe o género a partir da sua complementaridade. Transforma o binário a partir de uma convenção que reconhece a possibilidade de fazer o género de modo ambivalente ou ambíguo.

Estas três vertentes traduzem-se em posicionamentos distintivos quanto às relações de género baseadas no antagonismo e na exclusividade. Não são desprovidas de tensões e contêm diferentes (des)alinhamentos intra-grupais e exo-grupais na (re)construção e (auto/hétero) legitimação das fronteiras transgressivas de género.

Que tensões emergem na construção de fronteiras de género?

Inúmeras. A emergência de tensões é mais facilmente captada se distinguirmos entre a construção intra-grupal e exo-grupal das fronteiras de género. Na esfera intra-grupal (i.e. de construção e manutenção interna da comunidade) identificámos um conjunto de desalinhamentos neste estudo. As lutas para transformar o reconhecimento e a ordenação das relações de género são muito visíveis na tendência para agrupar os múltiplos descritivos da experiência e da pertença de género sob termos chapéus-de-chuva – de que são exemplo as nomeações transgénero, *genderqueer* e não-binária. Esta nomeação e reconhecimento dos posicionamentos a partir de termos aglutinadores pode ser vista a partir da noção de campo. Cada termo representa um campo específico e o investimento feito na definição e estabilização dos significados, valores e normas que regulam o género. Contém uma história e formas específicas de nomear e (des)fazer o género, um conjunto de prescrições e descrições que tornam inteligível uma determinada forma de atribuir, apropriar e interpretar a experiência genderizada. As várias tradições normativas e modalidades de nomeação do género vão se (re)construindo em tensão e de modo paralelo, sendo reinvidicadas consoante as fronteiras que interseitam. As suas contradições e lutas também convergem a partir dos alinhamentos inter-grupais que identificámos na comunidade não binária, nomeadamente na especificação do que é transgressivo no género. Ou seja através da construção de um sentido de coesão interna que é fundamentado a partir do mecanismo de legitimação (validação) da identidade de género e pela exigência de um enquadramento social das não pertenças à exclusividade. Mesmo variando no peso conferido aos parâmetros de atribuição, apropriação e interpretação da pertença de género a comunidade digital do estudo é unânime na contestação da exclusividade e do “binarismo”. Baseia-se consensualmente no pressuposto da variabilidade no (des)fazer do género entre culturas e entre sociedades, ao longo do tempo histórico e biográfico.

O desalinhamento exo-grupal (i.e. a nomeação e posicionamento relativamente aos outros grupos) é feito a partir da divisão universal/particular e concorre, contudo, para um reforço do estigma da pertença não binária. Uma tensão entre nós/outros, que atravessa todo o arquivo da comunidade digital deste estudo e que resulta simultaneamente num processo de legitimação e validação interna e numa perpetuação do descrédito junto da população em geral. Ao se

basearem num processo de prestação de contas que se rege unicamente pelo *sentimento de si* – pela rejeição das atribuições indesejadas ou não solicitadas – exigem que o género passe a ser tratado somente como assunto íntimo e privado. Este requisito para a inclusão dos parâmetros de reconhecimento da não exclusividade genderizada é feito a partir de uma lógica pedagógica e de regras de etiqueta que se estendem a outras dimensões da vida social. Mas ancorar o diálogo social à esfera pessoal e a uma determinada forma de conduta autorizada acarreta um efeito de imposição e limitação das tradições normativas existentes. Como temos vindo a dizer, a prestação de contas no género precisa de abranger todas as suas possibilidades e não pode basear-se unicamente no autogénero. As convenções de género não precisam de basear-se na diferença exclusiva e antagónica mas também não podem ficar ancoradas a uma atomização privada e pessoal da experiência genderizada. Este movimento não só reforça o estigma e a invisibilidade da pertença não binária como também tem um potencial reduzido na transformação das normas existentes. Não obstante existem diversos indícios que as fronteiras de género estão a ser ampliadas. Por isso apesar das tensões existentes, que variam em grau e intensidade, começam efetivamente a ocorrer efeitos de absorção destas tradições normativas e do reconhecimento de outras possibilidades de pertença do género.

Que efeitos é que estas fronteiras têm na (re)produção do género?

Efeitos de multiplicação e de absorção. Como dissemos, há riscos associados na promoção do autogénero e na ênfase (excessiva) da esfera pessoal em relação às formas de atribuição, apropriação e interpretação do género que podem conduzir à sua estigmatização e invisibilidade. O género *para si* acarreta problemas no reconhecimento da diversidade genderizada e das diferentes tradições existentes. A transformação do género *em si* requer o alcance de consensos e de alianças coletivas por parte das diferentes modalidades rivais nos processos de redefinição do género além do binário. Os dados desta investigação sugerem que uma mudança generalizada implicaria a existência de uma nomeação estável e visível da experiência de género. A formação discursiva não binária tem vindo progressivamente a reunir condições como movimento de direitos e como termo chapéu-de-chuva junto de quem não experiencia o género de forma exclusiva. Os seus efeitos poderão traduzir-se eventualmente numa abertura do espaço e dos horizontes da experiência de género menos restritiva ou punitiva em relação aos distanciamentos existentes. No entanto, dispomos somente de hipóteses quanto ao seu impacto efetivo.

Os indícios da transformação nas fronteiras de género estão patentes na autorização legal para autodeterminar o género e para a existência do marcador indeterminado. Este novo paradigma

legal está a transformar a ordem jurídica de reconhecimento do género. A nova lei portuguesa já possibilita a autodeterminação. A separação entre a esfera médica e a esfera legal cria condições para uma emancipação das pertenças não binárias. Apesar de não as reconhecer oficialmente, porque a cidadania permanece baseada na determinação binária no registo de nomes e marcadores legais, vem autorizar outras possibilidades que antes não estavam previstas. No caso britânico o novo paradigma legal da autodeterminação e indeterminação do género está a ser discutido desde 2015 mas ainda não foi aprovado. No entanto têm ocorrido mudanças no Reino Unido que revelam uma maior tolerância em relação às pertenças e experiências não binárias. Estas têm ocorrido sobretudo na ordem institucional, com investimentos na recolha de dados (projetada para o próximo recenseamento e através de inquirições da Comissão para Igualdade) e com a adoção da linguagem neutra inclusiva. Os modos institucionais de tratamento e os marcadores de género nos formulários de registo estão gradualmente a incluir as possibilidades neutras ou indeterminadas.

Em ambos os contextos as transformações na ordem jurídica e na ordem institucional têm tido eco mediático e são frequentemente acompanhadas de reações extremadas e pânico morais, como ilustrámos no início do capítulo V. A par disso vemos também movimentos artísticos e culturais que investem na reconfiguração do género e que apostam em representações mais fluídas e múltiplas das experiências de género.

A crescente disseminação das possibilidades não exclusivas na pertença e experiência de género acarreta efeitos que ainda estão por conhecer de forma substantiva em relação à ordem de interação e às múltiplas estruturas dos encontros sociais. Vimos nesta investigação como o seu reconhecimento social implica uma transformação e reconfiguração das definições prévias da situação. Os dados recolhidos permitiram-nos verificar que atualmente as interações sociais portuguesas e britânicas ainda se regem predominantemente pela naturalização e justificação da diferença antagónica. Os parâmetros de reconhecimento tendem a tornar inteligíveis as possibilidades de não pertença exclusiva através de uma responsabilização por não fazer adequadamente o género. Ou seja, mediante a punição ou repreensão de quem não reitera (objetiva ou subjetivamente) as diferenças antagónicas e exclusivas do binário de género. Mas isso pode vir a mudar. Como vimos nos estudos sobre as vidas, vividas e contadas, as margens de manobra e os graus de tolerância também têm vindo gradualmente a aumentar.

2. As transgressões de género no tempo e no espaço

O segundo objetivo específico desta investigação centrou-se na reflexão crítica sobre as condições de (re)produção do género ao longo da vida. Este estudo foi muito relevante para o processo de pesquisa e trouxe resultados sobre as interseções do tempo biográfico e do tempo socio-histórico. Isto porque conseguimos confirmar de forma objetiva a importância da nomeação e da visibilidade histórica dos fenómenos transgénero e não binário. Os resultados deste estudo foram pertinentes para compreender a pertença não binária ao longo da vida e para aprofundar as formas de distanciamento e de não pertença ao binário de género.

A forma como objetivámos os factos da *vida vivida* permitiu-nos captar as dinâmicas de transformação e a diferença na experiência dos constrangimentos entre 1950 e 2015. A mobilização dos conceitos de (não) pertença e de trajetória foi muito útil para a formulação e análise empírica das experiências de género e das suas modalidades intersubjetivas. A conjugação entre as fontes documentais e a reconstituição e análise das trajetórias de género permitiu-nos captar os movimentos ao longo da vida e relacioná-los com o período socio-histórico vivido.

No seu conjunto, as 19 vidas vividas foram pautadas por processos de apropriação do género que convergem numa pertença não binária ou não exclusiva. (Des)fazer o género ao longo da vida prende-se profundamente com os processos de transformação socio-históricos a que assistimos no contexto português e britânico. O tempo biográfico misturou-se com o tempo histórico em várias dimensões. Quem nasceu depois dos anos 1980 teve uma trajetória de género beneficiada pelo encurtamento no tempo da descoberta da diferença e da revelação da não pertença ao binário. Em termos globais vemos como os 65 anos compreendidos pelo estudo foram pautados por uma crescente tolerância a diferentes experiências de género e por uma abertura dos horizontes de expectativa nos contextos britânico e português. Estes resultados permitem-nos confirmar que os processos de reconhecimento da autodeterminação e da indeterminação do género têm vindo gradualmente a ser mais aceites e inteligíveis em ambos os contextos.

Não encontrámos, aliás, diferenças substantivas consoante o contexto nacional. A opção pela abordagem histórica, comparativa e transnacional revelou-se adequada para compreender as posições e as experiências de género da nossa subamostra. No entanto, a maior homogeneidade da subamostra aponta para a necessidade de aprofundamento quanto a outras intersecções de modo a compreender melhor as experiências e a poder comparar os factos da vida vivida. A evidência de maior visibilidade e emancipação do género poderá facilitar o acesso no

recrutamento de amostras mais diversas. Uma eventual replicação deste estudo da vida vivida poderá encontrar outros tipos de trajetórias, diferenças mais nuançadas e contribuir para uma maior compreensão das pertenças não binárias. Não obstante, os resultados encontrados foram muito relevantes para aprofundar as condições de (re)produção das práticas de género ao longo da vida e o peso das transgressões.

Qual a importância do género no processo de formação identitária?

Elevada. Foi a partir do reconhecimento da alteridade genderizada (da não pertença) e do maior ou menor distanciamento face ao horizonte binário hegemónico que as/os/les participantes deste estudo começaram a (des)fazer o género. Como vimos no capítulo VI, os momentos de descoberta, afirmação e posicionamento no género de modo não exclusivo assumem diferentes direções mas sobrepõem-se frequentemente nas 19 vidas vividas. A pertença a um género vai sendo (des)feita ao longo da vida e tornada consciente através das experiências e descobertas muitas vezes inesperadas. Todas as trajetórias incluem os processos em devir (ou sucessivos) da aceitação, intensificação e reconhecimento da não pertença ao binário.

O confronto com a pertença ocorre através de diferentes partilhas intersubjetivas mas está também dependente das condições disponíveis para a definição da situação e para a efetiva nomeação de si. A maior parte das/os/es participantes deste estudo, senão todas/os/es, começou por se distanciar da expectativa de género atribuída à nascença. No caso das pessoas mais velhas, os repertórios possíveis para compreender a não correspondência resultaram em trajetórias longas de maior conformação à pertença atribuída. Os processos interpretativos e de apropriação de uma pertença de género além do binário tardaram mas acabaram por ocorrer. Na verdade, como nos dizem, já dispunham de outras formas de (des)fazer o género mas a única possibilidade inteligível baseava-se numa noção de fraca correspondência. No caso das pessoas mais novas esses obstáculos também ocorreram, mas i/estes/as participantes beneficiaram da crescente tolerância e visibilidade em relação a outras possibilidades de pertença ao género. Para quem nasceu depois dos anos 1980 as novas possibilidades de comunicação e articulação do género facilitaram estes processos e encurtaram o sofrimento vivido. O crescimento do movimento transgénero e das associações coletivas a partir dos anos 1990 também contribuiu para isso.

Mesmo no caso de quem, como Lou, se posiciona na pertença não binária pela afirmação que o género não faz parte da equação isso não equivale a dizer que a experiência genderizada não tem valor ou importância. Isto porque a interferência com o seu processo de formação identitária foi igualmente elevada. O género é importante na medida em que pode excluir e

restringir os espaços da experiência vivida. E as consequências do distanciamento face à exclusividade, apesar da melhoria ao longo dos anos, foram muito evidentes nos dados analisados. A necessidade de manipulação dos sentidos de não pertença e da sua revelação ao longo da vida permanece constante para as/os/les participantes deste estudo. Por isso mesmo, a nossa análise aponta para a necessidade de abordar e discutir profundamente os horizontes que projetamos em relação ao género (binário ou não), sob pena dos seus limites acarretarem efeitos perversos ao longo da vida e assumirem uma grande importância para o processo de formação identitária.

Em que condições se (re)definem as pertenças de género além da oposição binária?

Os resultados encontrados mostram que as pertenças podem ser exclusivas, complementares, múltiplas ou indeterminadas. E que uma fragmentação da pertença de género nestas modalidades se traduz fundamentalmente no reconhecimento da riqueza e pluralidade no (des)fazer do género e na sua experiência. O nosso estudo da vida vivida mostra como o receio da exposição discriminatória e da não-aceitação leva as/os/les participantes frequentemente a relegar a autonomação e expressão da pertença não binária para contextos específicos e para a esfera privada. Mas estas 19 trajetórias de género são igualmente demonstrativas que, apesar das restrições e limitações, existem diversas formas de experienciar uma pertença transgressiva. O género binário foi não só o ponto de partida como o referente pelo qual se distanciaram e posicionaram. Não ser exclusivo no género implicou redefinir a pertença a partir do que não se faz e não se é. Apropriarem-se do género naquilo que tem de complementar, múltiplo e/ou indeterminado. Um processo que se relaciona em grande medida com o significado do género *para si* e com o *sentimento de si*. Mas que também dialogou com as expectativas e horizontes intersubjetivos, com a coerência no (des)fazer do género *em si*. Os sentimentos de diferença começaram muito cedo, independentemente do ano em que se nasceu, e foram assinalados pelos outros, por quem as/os/les rodeava. As diferentes direções e labirintos de (des)identificação ao longo da vida foram-se baseando nos processos de atribuição, apropriação e interpretação socialmente partilhados. E houve casos, como o de Dinis, em que levaram muito tempo a tornar-se conscientes. Mas esta descoberta, mal ou bem aceite, imediata ou digerida, veio confirmar a trajetória de género vivida ao longo da vida. Os resultados encontrados neste estudo contêm várias pistas sobre os processos de (re)definição das pertenças de género não binárias. Para as/os/les 19 participantes, as condições de (re)definição dependeram em grande medida das possibilidades de nomeação, do grau de distanciamento face ao binário e da maior ou menor tolerância no (des)fazer do género.

A crescente visibilidade do fenómeno não binário e da sua comunidade é sobretudo demonstrativa de que as convenções normativas binárias estão a perder a sua força como fontes legítimas dominantes no contexto português e britânico. Uma erupção vulcânica que levanta obviamente pânico morais e movimentos reacionários. Mas como vimos nesta pesquisa, a pertença não binária não ameaça a exclusividade de género, complementa o género a partir do reconhecimento de outras modalidades. Na sequência do aprofundamento sobre os campos de nomeação trans/género que avançámos no capítulo III, os resultados deste estudo apontam para uma maior articulação das condições de designação da pertença não binária. O facto de haver um crescente conjunto de pessoas a identificar-se explícita e abertamente com este movimento advém, por um lado, da sua eficácia na descrição da experiência de alteridade no género e, por outro lado, das lutas pela igualdade que têm vindo a ser travadas nas últimas décadas. Se e quando as diferentes modalidades de pertença no género forem globalmente reconhecidas e aceites, as experiências poderão ser vividas de forma mais democrática e justa. Mas este é, como dissemos também, um cenário entre os possíveis que requer um investimento de esforços e alianças coletivas.

Em que medida as mudanças de género no curso de vida se relacionam com as transformações nos contextos socio-históricos?

Profundamente. Como vimos no capítulo IV, tanto Portugal como o Reino Unido têm caminhado em conjunto no que se refere às trocas e partilhas sobre as possibilidades de reconhecimento da nomeação trans/género e não binária. E as mudanças visíveis nas 19 trajetórias de género vividas são demonstrativas das transformações em ambos os contextos. A viragem a partir dos anos 1980 ilustra a eficácia na aplicação de medidas e políticas de igualdade de género e da crescente proteção e apoio a pessoas transgénero. O maior acesso a serviços, informação e comunicação das possibilidades de pertença e experiência genderizada além da oposição binária. Esta abertura nas relações de género e em relação ao fenómeno transgénero não binário em Portugal e no Reino Unido tem contribuído para encurtar o sofrimento vivido e visibilizar outras pertenças. Este reconhecimento acarretou, por sua vez, uma maior especificação transgressiva. Ou seja, uma multiplicação de descrições das experiências de não pertença que ultrapassa a possibilidade “migratória”. Antes o reconhecimento baseava-se exclusivamente na convenção de que só existiam dois géneros e da sua pertença exclusiva. As pessoas que não correspondiam tinham de “migrar” para um dos dois polos reconhecidos. Atualmente esta não correspondência é compreendida a partir de diferentes intensidades e graus de pertença. As possibilidades de (des)fazer o género de modo

complementar, múltiplo ou indeterminado começam a tornar-se visíveis nos contextos português e britânico. A compressão temporal nas trajetórias de género do nosso estudo foi reveladora do impacto histórico que o reconhecimento da diversidade de género tem tido em ambos os contextos.

Mas como temos vindo a dizer estas transformações ainda estão no começo. Há um longo caminho a percorrer em Portugal e no Reino Unido para uma inclusão efetiva das várias tradições normativas nas relações de género. A transformação estrutural das expectativas de género e a abertura de horizontes que incluam o não reconhecimento antagónico precisa de ser acompanhada de outras medidas e alianças coletivas que tornem evidente a problemática não binária. Que invistam em processos de atribuição, apropriação e interpretação do género menos restritivos quanto aos distanciamentos face à exclusividade. A riqueza e a pluralidade das experiências de género beneficiarão de uma mudança paradigmática no reconhecimento das alternativas existentes. Os “limites da experiência” de género têm de ser continuamente abordados e (re)feitos, não só a partir da identificação dos seus excessos como também pela reconfiguração do que se entende como transgressivo. As margens de manobra existentes em ambos os contextos e a capacidade de mudança no reconhecimento do género e da sua transgressão foram objeto do terceiro estudo.

3. Os sentidos das transgressões de género

O terceiro objetivo específico desta investigação focou-se numa análise crítica da transgressão de género e dos seus sentidos narrativos e performados. Este estudo sobre a vida contada complementou os dois anteriores e trouxe novos resultados quanto aos processos de mudança e de (re)produção normativa das relações de género em Portugal e no Reino Unido. As diferentes temporalidades presentes na vida contada e na vida vivida foram compreendidas como facetas de uma mesma realidade. Estas variações traduzem-se em modalidades e posições específicas de não pertença. As possibilidades de (re)configuração dos espaços e momentos da experiência de género dependem portanto do prisma com que olhamos para a vida. E a dificuldade na aplicação rigorosa da tipologia de Ekins e King (2006; 1999) foi ilustrativa disso mesmo. O maior “desencaixe” das 19 narrativas em relação a esta tipificação prendeu-se por um lado com a particularidade e singularidade da vida contada por cada participante. Por outro lado, relacionou-se também com a postura que i/estes/as adotaram e que os autores identificam nas narrativas da “transcendência”. Ou seja, com um maior desprendimento face às categorias discretas de pertença no género e às suas narrativas. Independentemente destes

desalinhamentos, consideramos que a dimensão narrativa foi fundamental para compreender a relação entre as práticas discursivas e as margens de manobra existentes. O confronto com a narrativa clássica transgénero foi adequado porque nos permitiu captar convergências e semelhanças nas alternativas da vida contada. Encontrámos paralelos nos sentidos unificados com que as/os/les participantes procuraram tornar coerente a experiência transgressiva de género. E nas suas variações e singularidades, os modos de aproximação e distanciamento patentes nestas 19 narrativas permitiram aprofundar os processos de atribuição, apropriação e interpretação das relações de género. As múltiplas temporalidades da vida – vivida e contada – foram portanto entendidas como interligadas no plano subjetivo da não pertença de género.

A par disso, consideramos que inovámos com a abordagem performativa porque reutilizámos os dados e pudemos testar outras hipóteses levantadas por esta investigação. Como sabemos, o conceito de performance é cada vez mais indispensável na análise das relações de género. O nosso estudo tem um alcance limitado porque as fontes biográficas carecem de informação etnográfica e da perspetiva complementar dos outros intervenientes nos encontros em que uma transgressão de género é nomeada. É necessário acumular conhecimento sobre os eventos em si mesmos para aprofundar mais substantivamente as dinâmicas de transformação em curso e a ampliação efetiva dos horizontes de expectativa. Neste âmbito, as escolas poderão ser plataformas de observação pertinentes (Pereira 2012) porque reúnem uma maior heterogeneidade de experiências genderizadas numa fase precoce da aceitação e descoberta de si. Esta sugestão prende-se com a necessidade de comparar os dados deste estudo para além do confronto com a narrativa clássica transgénero e do olhar de quem transgride. Precisamos de conhecer melhor os sentidos de pertença ao género em geral e os diferentes posicionamentos quanto à expectativa não binária. Os resultados encontrados pelo estudo israelita quanto aos elevados níveis de identificação não binária por parte das pessoas cisgénero (Richards et al. 2016) são um indício disso mesmo. Mas ainda não existem evidências suficientes. A hipótese de generalização do distanciamento da visão antagónica e exclusiva do género precisa de ser investigada. Precisamos de conhecer os graus de tolerância normativa à possibilidade não exclusiva para aprofundarmos mais o que está a mudar no género e os diferentes sentidos e efeitos da igualdade. Apesar das suas limitações, o nosso estudo da vida contada contribuiu sobretudo para perceber o que é contabilizado como transgressivo e que efeitos tem para as pessoas que transgridem em Portugal e no Reino Unido.

Como se reconhece uma transgressão de género? Em que parâmetros interpretativos se estrutura?

As transgressões de género variam no tempo, no espaço e dependem em grande medida das expectativas projetadas. Mas o facto de as transgressões de género variarem não elimina o carácter regulador do género e a sua normatividade. Como dissemos diversas vezes, a transgressão revela o limite e contribui frequentemente para o reforçar. No caso do nosso estudo reportamo-nos a uma transgressão de primeira ordem. A transgressão das convenções de que só existem dois sexos/géneros e de que só se pode pertencer exclusivamente a um. O reconhecimento de que o género não está a ser feito através do binário implica testemunhas e expectativas baseadas nestes parâmetros. E a projeção dos horizontes de género em Portugal e no Reino Unido tendencialmente reforça a conformação a estas convenções e penaliza quem se distancia da diferença antagónica. Isso reenvia-nos mais uma vez para o problema do não reconhecimento dos significados da transgressão.

Tanto nas vidas vividas como nas vidas contadas por i/estes/as 19 participantes vemos como a atribuição de género e a interpretação dos modos de fazer se interliga frequentemente com a assunção de uma apropriação mais ou menos adequada a uma das pertenças possíveis. A transgressão só assume um significado pela negativa, pela ausência de feminilidade ou de masculinidade. As grelhas interpretativas da transgressão de género são por isso estreitas e rígidas quando não concedem outras possibilidades de o (des)fazer além do binário antagónico. A transgressão nem sempre revela e por vezes reforça e reforma o seu limite porque precisa de ser feita por referência ao binário. Porque o que está a ser prevenido nos contextos portugueses e britânicos é precisamente a existência exclusiva e antagónica do sexo-género fêmea/mulher/feminino e macho/homem/masculino. A ameaça à sua dissolução, à sua incongruência e à falácia da oposição conduz à justificação e naturalização das diferenças – encontra-as mesmo quando não existem. A grande maioria das pessoas compromete-se com estes horizontes, mesmo quando se distancia de modalidades hegemónicas de regulação do binário de género como vimos nos resultados deste estudo.

Como referem Whittle (2010) e Connell (2012; 2009b) a não correspondência às expectativas sociais, culturais e legais do sexo/género atribuído é, grosso modo, transversal a todas as pessoas quando lidam (diretamente ou não) com as estruturas genderizadas de um determinado contexto. Isto porque os processos pelos quais nos identificamos com o género implicam uma relação variável de distância e proximidade, com diferentes espaços e horizontes de experiência (McNay 1999b). Contudo, os diferentes graus de inconformismo não são equivalentes aos atos

de atravessar o gênero. Seja na vertente migratória seja nas modalidades adotadas pelas/os/es participantes deste estudo (aproximação, oscilação e negação/transcendência), as consequências da transposição para uma pertença transgênero e/ou não binária são outras. Remetem para o incumprimento mas também para a superação do que num dado tempo e espaço define o gênero social, cultural e legalmente (Whittle 2010). Nesse sentido, ampliar os espaços da experiência implica incluir as possibilidades alternativas de atribuição, apropriação e interpretação do gênero como nos relatam as/os/les participantes. Ver a ambivalência ou a ambiguidade na expressão da pertença genderizada. O problema de não se reconhecer a pertença legítima ao não binário e a sua materialidade incorreu frequentemente para estas vidas numa privação do acesso a direitos básicos e à consequente privatização das suas experiências alternativas.

O distanciamento e/ou transposições do gênero além do binário não precisam de ser punidos nem excluídos como aconteceu nas vidas das/os/es participantes deste estudo. Como sabemos, as normas sociais em geral e as normas de gênero em particular contêm elementos de opressão e de capacitação que estão em grande medida dependentes de parâmetros de inclusão e exclusão. Ou seja, é nesses parâmetros e no modo como prescrevem (cíclica ou divergentemente) o que podemos fazer e o que fazemos no gênero que encontramos a chave dos sentidos legitimados e da força que eles têm na estruturação da experiência. Os processos pelos quais o gênero é (auto/hétero) legitimado foram inevitáveis nas vidas das/os/es participantes e implicaram uma responsabilização e prestação de contas. Nesse sentido e face aos resultados encontrados pelo estudo da vida contada, o romper do senso comum nas relações de gênero não pode ser feito de modo atomizado. A árdua tarefa de desenraizar e transformar as expectativas de reconhecimento não se pode basear somente na sua representação legítima ou na mudança de linguagem. Estes mecanismos contribuem para a visibilidade não binária mas são insuficientes. Como vimos pelo estudo das vidas, a mudança estrutural tem de se basear também no respeito pelas diferenças no gênero, pelas suas modalidades de apropriação e pelo reconhecimento das diferentes tradições normativas existentes.

Face à análise das transgressões de gênero vimos como o alcance de parâmetros mais igualitários da diferença genderizada também passaram pela desconstrução dos estereótipos e do simbolismo misógino – i.e. que inferioriza o que é atribuído e reconhecido como feminino. Que não se tome os lugares ou posições ocupadas no gênero como alvos inerentes e automáticos de um ataque ou proteção. A análise da riqueza e pluralidade no (des)fazer o gênero não pode por isso basear-se numa divisão linear entre incluídos/excluídos. A sua codificação simbólica

precisa de ser decodificada a partir das modalidades plurais existentes. Como vimos nesta investigação, a hierarquia e a marginalização não são atributos meramente individuais, expandem-se através das identidades socialmente construídas e partilhadas que conferem diferentes pesos ao lugar de género socialmente ocupado. As masculinidades feministas são tão importantes quanto as feminilidades subordinadas. E, apesar dos diferenciais encontrados na parametrização assimétrica das práticas, a feminilidade masculina e a masculinidade feminina são ambas modalidades de apropriação do género. Tendo em conta os episódios narrativos, sabemos que a sua atribuição pode ser socialmente interpretada por parâmetros mais expandidos da distinção genderizada.

Mas, como dissemos no capítulo III, as diferenças no modo como se define a justiça e o acesso democrático e múltiplo ao trans/género podem minar as potenciais alianças com os movimentos trans/feministas e outras comunidades e causas relevantes nesta problemática. Os parâmetros interpretativos do género ainda se baseiam muito em imaginários binários, antagónicos e dimórficos e estão presentes nas lutas pelos direitos à integridade corporal, ao reconhecimento e à proteção da diversidade de género (na sua expressão, identidade e autonomia) e da orientação sexual. O prejuízo de não trabalhar no consenso sobre as pertenças não exclusivas é a manutenção e o reforço dos privilégios e a perpetuação das grelhas interpretativas existentes.

Também identificámos um risco acrescido na multiplicação dos desfavorecimentos e das posições desfavorecidas no género mesmo com o seu reconhecimento num compasso “ternário”. Ou seja, a relação assimétrica existente pode ser ampliada a partir de uma geometria triangular. Isto porque o que permanece em perigo e marginalizado nas 19 vidas analisadas são as pertenças não exclusivas e as suas possibilidades de complementaridade, multiplicidade e indeterminação. Estas já coexistem com os lugares de exclusividade mas o seu reconhecimento acarreta sobretudo uma menor imposição das restrições expectáveis na atribuição, apropriação e interpretação do género. Nesse sentido, consideramos que a real emancipação do género na esfera social só ocorrerá quando o *poder para* for pensado e transformado em paralelo com o *poder sobre*. Quando se investir numa desconstrução efetiva do humano e do que entendemos por liberdade e igualdade. E, como sabemos, os estudos trans/feministas têm vindo a contribuir para esse questionamento e problematização. A nossa análise das transgressões de género enquadra-se neste campo e contribui modestamente para refletir sobre a expansão do universo normativo das relações de género.

Qual o potencial transformativo das performances de género?

Gradualmente maior. Como temos vindo a dizer, é no plano das interações sociais que permanecem mais obstáculos na transformação das grelhas interpretativas. A transformação nas possibilidades de regulação do género ao nível institucional e jurídico, a par da crescente visibilidade dos fenómenos transgénero e não binário, não tem sido acompanhada por um reconhecimento generalizado da população portuguesa e britânica. Este reconhecimento ainda é parcial e os resultados encontrados no estudo das vidas contadas mostram como a definição prévia das situações ainda se baseia amplamente na convenção binária. As héteros atribuições latentes e manifestas ainda se fundamentam predominantemente nos parâmetros antagónicos do binário. E há consequências na intrusabilidade da atribuição não binária, como é referido por Micha, Ana e Lou. A incompreensão e necessidade de explicação prolongada sobre a validade e legitimidade da pertença e apropriação não binária que relatam são demonstrativas da incapacidade generalizada para codificar a experiência de género fora dos parâmetros dicotómicos. Muitas/os/es das/os/es participantes equacionam aliás a sua aceitação e reputação face à visibilidade de experiências de género menos exclusivas. Mantêm-nas em segredo ou reservam-nas para espaços específicos de aceitação sob pena de não viverem estigmatizadas/os/es e serem excluídas/os/es das interações sociais significativas.

Com base nos resultados encontrados, vemos como o potencial transformativo das performances de género depende de uma mudança substantiva nos processos de reconhecimento – atribuição, apropriação e interpretação – do género não exclusivo. A masculinidade feminina é encarada por vários/as/es participantes como uma via para a transformação do reconhecimento no género. Contudo esta modalidade também encerra uma estruturação assimétrica do binário de género. Na medida em que a interpretação do género só é compreendida e decodificada a partir de uma variação no neutro universal. Nesse sentido, como dissemos no capítulo VII, os dados encontrados demonstram que as interpretações da experiência genderizada não baseiam numa matriz única. As transgressões de género nem sempre foram reconhecidas ou codificadas pelas suas incongruências efetivas porque há diferentes graus de invisibilidade em jogo. Porque os processos implicados no desempenho do género e a intrusabilidade das suas transgressões se baseavam em diferentes reconhecimentos e expectativas. A variedade de representações, codificações e práticas de género encontradas traduz-se em processos de atribuição, apropriação e interpretação do género que se intersetam e contêm diferentes concorrências normativas. Ou seja, que determinam de forma diferente os significados, valores e vetores em que se baseia o género e que ordenam as possíveis

interpretações da experiência. Face a isso, levantamos a hipótese de que quanto maior for a capacidade descodificadora (a partir de dados imediatos ou mediados) das audiências maior será o reconhecimento dos desempenhos de género não exclusivos (na sua diversidade). Em consequência, os parâmetros baseados numa estruturação assimétrica e binária do género seriam uma tradição entre outras, poderia contribuir para uma atenuação das punições e eventualmente uma menor manipulação dos sentidos de pertença. Um reconhecimento que ao generalizar-se levaria gradualmente a uma inclusão democrática, em vez de uma rejeição explícita, dos desempenhos que não subscrevem a diferença binária antagónica. O potencial performativo dos desempenhos de género não exclusivos dos 19 participantes dependeu em grande medida disso.

Quando e como é que uma transgressão de género é performativa?

Quando é reconhecida e aceite. Como vimos nos exemplos selecionados para ilustrar a capacidade de transformação das expectativas no (des)fazer do género, as transgressões foram performativas apenas quando ocorreu uma reconfiguração dos horizontes existentes. Quando as distinções de género foram convertidas em semelhança (como no episódio de Micha), em ambiguidade (como no episódio da Ana) ou em ambivalência (como no episódio de Xuxa). Quando foi revelada a multiplicidade e a fluidez de Ana e momentaneamente subvertida a oposição. Quando foi demonstrada a impossibilidade da pertença exclusiva conter e prevenir os seus excessos, por exemplo no estranhamento de Xuxa pelos casais de admiradores. A transgressão, como vimos no capítulo I, não é somente um resultado ou uma revelação de um limite. É uma via específica de (re)construção ética que demonstra e comunica os limites e o esforço existente na sua garantia provisória. Nesse sentido, a performatividade das transgressões de género das/os/es participantes desocultou os processos pelos quais a ordenação das relações de género permanece ou não implicada na manutenção do binário e no reforço das diferenças antagónicas. Ou seja, os graus de manobra existentes na re/produção das práticas e as possibilidades de (re)fazer o género de modo alternativo, a partir de outras tradições. Os eventos de cedência e subordinação ilustraram a eficácia das convenções binárias. Os eventos de micro-resistência e emancipação mostraram onde podem ser refeitos e como estão a ser reconfigurados os horizontes de expectativa.

Mas, como temos vindo a sublinhar, o carácter performativo das transgressões de género vividas e contadas pelas/os/es 19 participantes desta investigação depende do seu reconhecimento generalizado e coletivo. De uma intrusão percebida da pertença não binária nos encontros sociais. Quando a definição prévia da situação nos contextos portugueses e britânicos

conter mais claramente as várias possibilidades da experiência genderizada. E para isso não chegam atos isolados e protagonistas que representem legitimamente a diferença, pondo-se em risco, como vimos nesta investigação. Os resultados encontrados apontam para a necessidade de um diálogo coletivo sobre o que queremos e como queremos fazer a pertença ao gênero. Um diálogo com os limites e as possibilidades da experiência genderizada. E como vimos pela riqueza de experiências encontradas o gênero mesmo transposto não deixa de ser feito mas sim refeito. Uma inclusão das diferentes tradições normativas (co-existentes) resultaria provavelmente num maior nivelamento de pertencas que, no processo, poderão redefinir as práticas divergentes e torna-las cíclicas.

Resta-nos resumir estas respostas específicas numa sistematização e compreensão global do nosso objeto de estudo.

4. Transgredir a oposição binária – o gênero (des)feito e refeito

A investigação que desenvolvemos tomou a transgressão como lente e como objeto. Partiu de uma analogia que designámos como “sociologia de esquina” para teorizar o social através de um ângulo. Ou seja, numa demanda para compreender as relações de permanência e mudança do gênero a partir do constructo limite/transgressão. Como referimos nos capítulos I e II, o nosso estudo em concreto situou-se na aresta entre limite-gênero-transgressão a partir de premissas e do privilégio dos dados empíricos. A aposta no paradigma das práticas de gênero foi adequada para compreender as lógicas de poder e as modalidades de regulação existentes nas relações e experiências genderizadas. No capítulo IV abordamos os critérios seguidos e a auto-avaliação do processo de pesquisa no seu todo. Importa agora retomar de forma breve as premissas teóricas face às descobertas feitas.

O pressuposto de intercâmbio mutuamente constitutivo entre limite e transgressão foi confirmado pelos resultados desta investigação. A partir dos dados empíricos conseguimos ver melhor os graus de determinação existentes entre os limites binários e a sua transgressão. Considerar a relação entre limite e transgressão como amoral implicou não tomar como adquiridas as noções de senso comum nem definir aprioristicamente os valores que determinam o seu encadeamento. Sem partir da premissa de que tanto a transgressão como o limite têm primazia na análise não seria possível captar os diferentes distanciamentos e posicionamentos existentes nas vidas vividas e contadas pelas/os/es 19 participantes. Esse nivelamento foi também fundamental para observar as diferentes tradições normativas existentes e a construção

partilhada de um código de conduta pela comunidade digital não binária. Porque os valores emergentes destas relações concretas entre limite/transgressão foram um ponto de chegada (e não de partida) a sua discussão foi necessariamente mais dialógica. Ou seja, o facto de não termos partido para a análise com base numa oposição estreita entre quem transgride e quem limita no género permitiu-nos captar mais claramente onde se traçam as linhas de alteridade. As dimensões estruturais, contingentes e espaciais da transgressão de género foram vistas a partir dos vários alinhamentos e desalinhamentos. Das tensões criadas nas fronteiras de género tanto no plano intra-grupal como no plano exo-grupal.

Já o pressuposto de que a relação entre a transformação e permanência dos limites/transgressões é sempre provisória (e não estática ou axiológica) foi mais difícil de corroborar com esta investigação. Isto porque o domínio da estruturação do género a partir da oposição antagónica, apesar das transformações existentes e gradualmente mais reconhecidas, tem um carácter mais permanente. Ou seja, porque os processos particulares de ordenação e demarcação do género estão muito enraizados na determinação da transgressão a partir do parâmetro da exclusividade binária e do seu reconhecimento. Nesse sentido, há (ainda) uma grande probabilidade da relação entre transgressão e limite se reforçar. A sua expansão depende em grande medida das transformações em curso e que poderão (ou não) levar a uma mudança paradigmática das possibilidades de reconhecimento da experiência de género. E vimos isso nos resultados, especialmente no que se refere à sua generalização ao nível microsocial. Isso reenvia-nos para a questão subsidiária da absorção e da emergência das práticas de género transgressivas. Como referimos, a sua interpretação depende da (pré-)configuração e das reconfigurações estabelecidas pelos limites ao nível discursivo, distributivo e performativo. Na medida em que a ordenação das relações de género ainda permanece fundamentalmente implicada com a divisão binária, as práticas divergentes continuam à margem e/ou invisibilizadas. As diferentes tradições normativas que coexistem com a dominante são interpretadas nos contextos tanto portugueses como britânicos a partir da incongruência (disfórica ou não) e do incumprimento. Logo, as possibilidades de mudança dos limites em Portugal e no Reino Unido são distintas conforme o nível em que as pensamos.

No nível discursivo dependem da maior aceitação e transformação da moralidade do género, de uma ordem que não só torne inteligível como respeite a possibilidade de pertença ao género não binária. No nível distributivo depende da inclusão e do reconhecimento, incipiente mas em curso, de mais do que dois marcadores de género e/ou da sua não exclusividade. No nível

performativo depende da mudança nas grelhas interpretativas nos sentidos que abordámos antes.

Para captarmos as continuidades e discontinuidades na relação entre a transformação e a permanência dos limites e transgressões de género precisamos portanto do retrato exaustivo dos processos em curso que iniciámos com esta pesquisa mas também de outras metodologias mais extensivas para aferir o distanciamento e/ou transformação em relação à convenção predominante. A nossa investigação sublinhou a importância de distinguir entre o incumprimento generalizado das convenções binárias (que é transversal e frequente) e a sua efetiva transposição a partir de outros lugares de pertença não binária. O aprofundamento desta investigação e das pistas encontradas requer que se diferenciem as múltiplas camadas contidas na transgressão do binário e os seus efeitos de posicionamento e pertença. Face aos resultados encontrados até agora sobre as pertenças não exclusivas podemos pensar na relação entre limite/transgressão de género a partir de uma configuração *assimétrica* ou *simétrica*.

Na esfera macro analítica os limites têm sido (re)codificados social e moralmente face à experiência e pertença genderizada. A mudança paradigmática em termos jurídico-legais e institucionais (tanto ao nível internacional como em ambos os países) baseia-se fundamentalmente no constructo da identidade de género e na transformação dos meios que determinam os sistemas de classificação do género enquanto categoria de cidadania. Se, por sua vez, considerarmos as configurações *assimétricas* ou unidireccionais entre transgressão/limite encontramos diferentes direções dos processos de (re)codificação do género. Quando foi o limite a prevalecer sobre a transgressão de género vimos como uma maior restrição normativa – neste caso a exclusividade binária como única possibilidade inteligível – se traduziu na inclusão de um grande leque de transgressões de género. Isso é visível nomeadamente na alternativa biomédica clássica sobre a transsexualidade, com a *migração* de género a reforçar a norma e, simultaneamente, a adiar ou impossibilitar quem não corresponde. Porque ocultadas na noção de fraca correspondência, as alternativas de género baseadas na complementaridade, na multiplicidade e/ou na indeterminação convergem numa nomeação transgressiva face à modalidade exclusivamente binária. Por sua vez, quando foi a transgressão a prevalecer sobre os limites de género a sua tolerância reconfigurou os processos de codificação. E está patente, por exemplo, na constante instabilidade dos critérios de diagnóstico médico da condição transgénero, na necessidade separação entre as esferas médica e legal ou na emancipação do género a partir do marcador indeterminado. A reconfiguração do género instituído como sendo variável e a sua concessão às diferentes possibilidades de distanciamento

e/ou incumprimento conduziu a uma maior especificação do que se entendia por transgressivo. Nomeadamente, através da crescente visibilidade e multiplicação das possibilidades de descrever o género. Foram as modalidades complementares, múltiplas e/ou indeterminadas que exigiram um investimento e se multiplicaram para tornar inteligível a experiência genderizada. A maior ou menor abertura dos limites tem efeitos no plano da moralidade do género, das suas concepções e dos processos de reconhecimento social (atribuição, apropriação e interpretação) das pertenças de género. As dinâmicas e tensões, decorrentes das lutas para definir e legitimar o trans/género, vão abalando e ao mesmo tempo instituindo e definindo lados que poderão concorrer, ou não, para transformações paradigmáticas. Nesse sentido, podemos dizer que em Portugal e no Reino Unido apesar de as identidades aceites ainda se basearem na exclusividade as mudanças de reconhecimento rumo à autodeterminação poderão traduzir-se no alargamento e expansão da tolerância normativa face a outras pertenças de género e novas visibilidades das experiências alternativas.

Na esfera meso analítica vimos como em ambos os contextos ainda há muito por fazer relativamente ao reconhecimento democrático de diferentes tradições normativas (e morais) e dos (des)alinhamentos grupais e respostas ativistas organizadas. A configuração *simétrica* na relação entre transgressão/limite de género define-se pela coexistência e interdependência destas possibilidades. É nas configurações *assimétricas* entre limite/transgressão que encontramos as possibilidades autorizadas. Quando o limite prevaleceu sobre a transgressão de género encontrámos um maior secretismo das pertenças não binárias e um incumprimento escondido da convenção binária socialmente estabelecida. Processos que conduzem as/os/les participantes para uma expressão isolada e manipulada das pertenças, para os espaços e pessoas que aceitavam ou toleravam as possibilidades alternativas de apropriação do género além do binário. Como vimos no relato das vidas, a aceitação e a validação do reconhecimento social prevalecem sobre expressões e pertenças alternativas ao binário. A par disso, a multiplicação e pluralidade de experiências para descrever e viver o género não binário – patente na formação discursiva do *wiki Nonbinary* – impede o alcance de entendimentos comuns de pertença com uma definição clara e unívoca. Estes obstáculos traduzem-se em alinhamentos coletivos fragmentados e com pouca capacidade de organização e resistência. O reforço do estigma da pertença não binária foi muito visível, aliás, nos desalinhamentos intra-grupais do arquivo digital pela demarcação excessiva de fronteiras entre chapéus e/ou grupos de apoio específicos. A menor capacidade de articulação e organização concorre em grande medida para fortalecer as lógicas binárias das práticas de género. Por sua vez, quando a transgressão foi consentida

verificámos uma maior visibilidade das alternativas normativas e das formas de resistência. Nomeadamente nas 19 vidas vividas em Portugal e no Reino Unido, com um encurtamento crescente das trajetórias de género em termos da descoberta de si e da revelação de si. O maior acesso a serviços, o crescimento da comunidade transgénero, a par das mudanças jurídico-legais que eliminaram critérios impeditivos, têm contribuído para a transformação das fronteiras de género através do reconhecimento da existência de outras formas de atribuição, apropriação e interpretação da experiência genderizada. Contudo, a multiplicação de descritivos identitários e ausência de entendimentos partilhados fragmenta as respostas organizadas e coloca-as em tensão. Como vimos no estudo do arquivo digital, os investimentos na visibilidade não binária dependem não só de uma fronteira clara entre binário/não binário como de outras formações discursivas paralelas cujas bandeiras nem sempre são passíveis de concertação. A multiplicação de bandeiras e simbologia para expressar o orgulho identitário desemboca, paradoxalmente, numa fragmentação idiossincrática (e estilizada) que não evidencia a pertença não exclusiva como coletiva ou no seu todo. As lutas permanecem ancoradas na definição identitária e na sua multiplicação intra-grupal, perdendo a margem de manobra coletiva para o reconhecimento substantivo da diferença de pertencer e (des)fazer o género de modo alternativo.

Por último, como já dissemos, na esfera micro analítica a definição prévia das situações em Portugal e no Reino Unido continua a estruturar-se fundamentalmente pelos parâmetros de reconhecimento binário. Os vários exemplos das transgressões enunciadas pelas/os/es participantes desta investigação ilustram como as formas alternativas de apropriação e interpretação do género são frequentemente ilegíveis e têm de ser explicadas para serem reconhecidas. Se pensarmos na relação entre limite/transgressão através da sua *configuração simétrica* a possibilidade de atribuição do género além do binário contém diferentes expectativas e horizontes da experiência genderizada. O nosso estudo aponta para a multiplicidade de matrizes presentes nos processos de apropriação e interpretação do género, especialmente no plano das interações sociais. As “regras do jogo” no (des)fazer do género tinham diferentes graus de especificação e basearam-se em diferentes parâmetros que podiam ou não tornar mais visíveis as pertenças existentes. Isso foi visível por exemplo no episódio relatado por Xuxa porque a presença dos casais admiradores de *cross-dressing* se baseava mais no desempenho da feminilidade do que na possibilidade de ambivalência ou complementaridade. A metáfora lúdica não nos permitiu fazer sentido da existência de diferentes entendimentos precisamente porque se baseia na premissa de que o género só pode ser feito de forma antagónica. A ausência de diálogo e entendimento relatada pelas/os/es

participantes deriva do facto de, por exemplo, um distanciamento da masculinidade hegemónica poder significar tanto uma masculinidade “fraca” como uma apropriação alternativa ao género, nomeadamente a partir da ambivalência (“faço ambos”) ou da indeterminação (“não pretendo fazê-lo”). Muitos outros exemplos poderiam ser dados a este respeito e foram aprofundados nesta investigação. Os dados encontrados apontam sobretudo para uma moralidade social – o conjunto de bons costumes, princípios e valores – implícita nas práticas de género e que regem e ordenam as modalidades e parâmetros de reconhecimento das pertenças das/os/es participantes.

Na esfera micro-analítica também captámos *configurações assimétricas* da relação entre transgressão/limite de género. E estão sobretudo relacionadas com as problemáticas da intrusabilidade e da indesejabilidade nas relações sociais. Ou seja, quando o limite prepondera sobre a transgressão de género vemos o dilema da aceitação e da responsabilização do/a/ile transgressor/a/ie. Isso está patente, por exemplo, no episódio relatado por Selma que, ao ser pressionada para desempenhar a feminilidade enfatizada, se autoresponsabiliza pelo insucesso da “adequação”.

Vimos frequentemente uma demarcação explícita do indesejável no (des)fazer do género. O *poder sobre* do género binário circunscreveu em grande medida a capacidade de reconhecer e interpretar as atribuições e apropriações alternativas. Ser aceite é tentar pelo menos aproximar-se a uma coerência exclusiva, como nos disse António. Mesmo nos grupos e espaços potencialmente heterotópicos vemos como se exclui o que não pertence ao (des)fazer normativo do género a partir das grelhas interpretativas binárias. Como nos reportou Lou, quando implicitamente é excluído/a pelo grupo transmasculino por causa da sua corporalidade. Estes episódios revelam o quão difícil tem sido desenraizar as fundações binárias do género, a sua intransigência.

Por sua vez, quando a transgressão é performativa e tem uma capacidade de interferir minimamente com os fluxos da interação vemos alguma abertura nos horizontes de expectativa. Esse reconhecimento esteve contudo muito dependente do *poder para* das/os/es transgressoras/es/ies. Foi somente quando as/os/les representantes legítimas/os/es da pertença não exclusiva explicitaram discursivamente a sua apropriação do género (por exemplo Micha) ou quando descodificaram as suas formas alternativas de expressar e estar no género (por exemplo Ana), que se verificaram possibilidades de reconfiguração das experiências genderizadas. Mesmo quando inesperadas ou indiretas, retomando o episódio relatado por Xuxa quando se sentiu validada pela capacidade de (des)fazer o género, estas interferências revelaram

frequentemente a falácia binária e a impossibilidade do limite antagônico para conter os seus excessos. A intrusão de possibilidades alternativas, mais ambíguas ou ambivalentes, levou a diferentes entendimentos sobre a experiência de gênero. Como nos disse Micha, afinal foi corajoso porque transpôs uma fronteira que a maioria reconhece como desnecessária. O seu questionamento sobre o porquê de ninguém falar sobre isso ou tomar uma posição mais assertiva revela muito sobre a moralidade implícita no (des)fazer do gênero binário e os seus custos reputacionais.

Face à nossa sistematização sobre a análise do constructo transgressão/limite no estudo das práticas de gênero com base nos resultados encontrados, resumimos no quadro abaixo as principais conclusões em cada esfera analítica:

Quadro 8.1. O constructo Transgressão/Limite nas Práticas de Gênero			
Esferas	<i>Relação Simétrica</i>	<i>Relação Assimétrica</i>	
	Transgressão ↔ Limite	Transgressão ← Limite	Transgressão → Limite
Macro	Limites (re)codificados social e moralmente em relação à experiência e pertença genderizada	<i>Quanto maior a restrição normativa (ao gênero binário) maior o leque de transgressões incluídas</i>	<i>Quanto maior a tolerância normativa (ao gênero não binário) mais específica é a transgressão</i>
Meso	Coexistência de diferentes tradições normativas (e morais) e interdependência dos (des)alinhamentos grupais e respostas organizadas	Secretismo das pertenças, incumprimento escondido isolamento e incapacidade de organização	Maior visibilidade das alternativas e das formas de resistência (mas em tensão)
Micro	Reconhecimento e expectativas nas definições (prévias) da situação	Demarcação explícita da indesejabilidade, responsabilização negativa da/o/ile transgressor/a/ie (<i>poder sobre</i>)	Interferência mínima no fluxo da interação, reconhecimento depende da visibilidade das/os/es transgressoras/es/ies (<i>poder para</i>);

Reforçamos que os resultados desta investigação carecem de aprofundamentos. Especialmente da distinção entre os incumprimentos situados do binário de gênero e as pertenças coerentes à não exclusividade. Esta separação revelou-se importante para compreendermos melhor os efeitos da igualdade de gênero e das diferentes geometrias de poder em jogo nas relações e experiências genderizadas. Nesse sentido, a nossa investigação aponta para a necessidade de aferição extensiva sobre as pertenças e posicionamentos face à não exclusividade de gênero. Apesar da conjugação de esforços por parte de instituições supranacionais como a ONU, ainda não dispomos de informação global sobre as pertenças de gênero. A nossa pesquisa aponta também para a necessidade de recolher mais dados etnográficos sobre os efeitos situados das

performances transgressivas de género na reconfiguração dos horizontes de expectativa. Ou seja sobre o quanto de um evento em si contribui para transformar as experiências de género. Face ao conhecimento que acumulámos e aos principais resultados podemos agora formular uma resposta global sobre o que aprendemos com esta investigação.

Podemos ou não transgredir a oposição binária?

Se colocarmos a questão no plano do incumprimento normativo a resposta é sim porque fazemo-lo frequentemente. No plano da transposição das pertenças e dos posicionamentos não exclusivos a resposta é mais complexa. Como vimos, as transgressões ocorrem mesmo quando a divisão predominante entre masculino e feminino domina na atribuição, apropriação e interpretação da experiência genderizada. Sabemos que a oposição binária é falaciosa porque reifica as experiências existentes e as coloca num alinhamento antagónico. Os dados apresentados demonstraram que as pertenças de género, as suas apropriações, atribuições e interpretações são muito diversas e dialogam. Têm uma interdependência. O género é complexo e os seus limites predominantes continuam a desenhar-se e a punir a complementaridade, a multiplicidade e a indeterminação. Naturalizam e justificam diferenças que sabemos não serem reais – os paradigmas sobre o sexo e o género já acumularam conhecimento suficiente nesse sentido. Mas em Portugal e no Reino Unido continuamos a mantê-las e a acarinhá-las, a prevenir todos os riscos de as tornar visíveis, de valorizar a semelhança do humano e nivelar as pertenças (seja em compasso binário ou ternário – o que estiver disponível). Também sabemos que as distinções que fazemos no género são sempre inevitáveis e hierarquizantes, classificatórias e prescritivas. Estas têm demarcado as possibilidades alternativas como estando em incumprimento e não revelam o que o género tem de ambíguo e de ambivalente. No entanto, em ambos os contextos a tolerância é historicamente visível e estamos num momento em que a discussão do género e do que implica igualdade está a ser transformado de modo substantivo.

Atualmente em Portugal e no Reino Unido para quem não pertence ao binário a resistência comunitária tem sido a única forma de aprendizagem e base de partilha e transformação. Identificámos riscos associados à primazia concedida à linguagem e à sua capacidade de mudança das convenções sociais existentes. Sobretudo se se basear unicamente na nomeação do autogénero e de uma preponderância do sentimento de si nas interações sociais, como sugere a comunidade do arquivo digital. O género *para si* é muito importante para quem pertence ao não binário e uma esfera crucial para a inovação na experiência genderizada. Mas como aferimos no estudo das vidas, não está alheado do *género em si* e de um diálogo mais profundo com os processos de atribuição, apropriação e interpretação social do género. Este tem sido,

antes de mais, um reconhecimento fundado em distinções sociais e que coloca obstáculos às possibilidades alternativas de viver e tornar-se um género. Aquilo que se tem feito socialmente no género ultrapassa as noções de identidade de género e a visão ilusória de interesse próprio. Neste imaginário, é enfatizada a estilização das identidades de género e das suas expressões como se se baseassem em escolhas e numa atomização individual dos processos de pertença e experiência genderizada.

Mas como vimos nesta investigação, o género baseia-se numa lógica de reciprocidade nos seus modos de fazer. Este intercâmbio teve diferentes graus de entendimento e de visibilidade quanto ao que numa dada época histórica e espaço era esperado das práticas de género cíclicas e divergentes. Nesse sentido os dados encontrados levantam a hipótese de que a mudança e a transformação ao nível do que fazemos com o género implica tanto o reconhecimento da pluralidade (ou fluidez) como o respeito pela diferença no (des)fazer do género. Uma transformação da moralidade do género menos baseada na posição individual ou nos seus marcadores idiossincráticos distintivos (a partir da identidade ou da expressão), mais centrada na semelhança grupal ou nos vários sentidos de pertença coexistentes e as suas tradições normativas. A sensibilização mediática destes temas tem vindo a enfatizar a proliferação desmedida dos descritivos identitários e a apresentá-los como modas juvenis. Mas sabemos que, independentemente da sua pluralidade, as pertenças ao não binário não precisam de ser exotizadas e catalogadas para existir e (des)fazer o género. A sua sensibilização beneficiaria mais com uma pluralização dos parâmetros em que podemos reconhecer o género e as relações genderizadas.

Os dados deste estudo revelam que uma maior amplitude da tolerância normativa torna as pertenças mais explícitas e os entendimentos sobre o género mais heterogéneos. Ou seja, que a abertura dos leques de expectativa a outras possibilidades alternativas de reconhecimento da experiência genderizada se traduziu em horizontes menos punitivos. O relaxamento das punições nas relações de género poderá vir a libertar mesmo quem pertence exclusivamente ao binário porque não condenará tanto o seu distanciamento. Pensar o género além do binário implica processos de demarcação e ordenação que reconhecem que não existem só dois géneros e/ou que não se é somente fêmea/mulher/feminino ou macho/homem/masculino. Mesmo neste cenário (porvir) o que se observa é a coexistência das tradições normativas nas práticas de género. Não podemos simplesmente evitar os mecanismos de regulação porque nos regemos humanamente pelas suas distinções e estes incluem o seu reconhecimento. Esta investigação demonstrou que o género não tem importância somente pela função reprodutiva (ou de

manutenção da espécie humana). O género tem importância pelos significados que acarreta à pertença e à desejabilidade de ser aceite, reconhecível, reputado. Incluímos o não binário na equação, na especificação das diversas regras em jogo, na possibilidade de intrusabilidade do encontro é afirmar que o género não precisa de ser oposto, assimétrico e dicotómico. Encontrámos uma grande variabilidade e complexidade de formas de se fazer o género. O género foi desfeito na mesma medida em que se refez, em que construiu outras fronteiras que, permanecendo em tensão e com diferentes graus de distanciamento, continuam a estruturar o que se é e como se pertence socialmente.

Relativamente aos processos de demarcação encontrados vimos como a relação entre transgressão/limite do género se baseou amplamente na divisão entre incluídos/ excluídos. Os resultados do nosso estudo revelaram a necessidade de ultrapassar as dicotomias entre cisgénero/ transgénero. Pensar de modo mais amplo sobre as transgressões de género poderá contribuir para o reconhecimento dos diferentes matizes abrangidos pela experiência de género. Mas isso também implica uma aferição mais profunda e extensiva sobre os incumprimentos e continuar a acumular conhecimento sobre o grau em que a coerência na alteridade genderizada conduz a uma transposição das pertenças. A diferença estabelecida entre pessoas cisgénero e transgénero oculta as várias camadas contidas nas possibilidades de experienciar e viver o género. E a riqueza existente nas formas de atribuição, apropriação e interpretação do género em Portugal e no Reino Unido dificilmente se conjugam numa matriz única (e unívoca) de leitura. A dicotomia incluídos/ excluídos não dialoga com o (des)fazer do género no seu todo. E vimos como o reconhecimento das diferentes tradições normativas e o seu respeito requer outros tipos de demarcação. O género pode ser (des)feito de modo exclusivo, complementar, múltiplo ou indeterminado. Cada lugar e cada pertença são e têm sido postos em prática em ambos os contextos de forma variável ao longo da vida. São processos em devir realizados intersubjetivamente, partilhados e vividos socialmente pelas/os/es participantes deste estudo.

Isso, por sua vez, também remete para uma desconstrução do que está contido na divisão entre particular/universal que estrutura o nexo da transgressão/limite nas práticas de género portuguesas e britânicas. Os processos de ordenação das relações genderizadas encontradas encerram mecanismos de legitimação que concorrem em grande medida para um reforço da oposição binária. Isto porque a prestação de contas ainda responsabiliza substantivamente quem transgredir pelas suas ausências. As diferentes “concorrências normativas”, os espaços e as possibilidades transgressivas do *poder para* (capacidade) mudar o género (ou persistir na mudança e expansão igualitária do género) continuam subservientes em ambos os contextos do

poder sobre (dominação). Como vimos nos dados apresentados, a tolerância normativa implica precisamente o reconhecimento da pluralidade no (des)fazer do género e a sua aceitação e respeito. Isso aponta para a necessidade do diálogo mais democrático sobre o que queremos socialmente com as limitações impostas ao género em Portugal e no Reino Unido. Um confronto que a nosso ver poderá despoletar, tipo dominó, uma multiplicação do *poder para* e uma transformação mais substantiva da moralidade no género. Ampliar de modo mais ilimitado e inteligível a expectativa de horizontes não binários. Mais capaz de reconhecer as pessoas como pessoas, a partir de parâmetros de atribuição, apropriação e interpretação do género mais matizados e plurais.

Essa pista reenvia-nos para o mecanismo de legitimação a partir da “identidade de género”. Como demonstrámos nos estudos e reforçamos, o género *para si* não pode ser separado do género *em si*. Respeitando a privacidade e a idiossincracia dos critérios identitários na pertença de género, sublinhamos a importância de dialogar com a esfera social, sob pena de o seu desconhecimento e rejeição levar frequentemente ao estigma e à discriminação. Sabemos que as identidades na prática descrevem e prescrevem ações (passadas/ presentes/ futuras). Circunscrevem as possibilidades intelegíveis e reconhecíveis da experiência genderizada e contêm hierarquizações que são socialmente construídas. Mas fazemos parte da sociedade e os nossos dados estão repletos de equívocos e rejeições. Isso aponta para a necessidade de trabalhar mais profundamente o reconhecimento legítimo e válido dos distanciamentos no fazer do género exclusivo e das suas transposições para outras pertenças. Implica também que se considere a esfera social como passível de transformar o binário e de absorver mais amplamente as convenções e normas alternativas existentes. Estes processos não são, aliás, nenhuma novidade na história das práticas de género. O novo paradigma para o qual se orientam as ordens jurídicas e institucionais na regulação do género já nos permite vislumbrar alguns destes efeitos. Apesar destas pistas apontarem para um cenário possível, a hétero legitimação das pertenças autodeterminadas e/ou indeterminadas tem contribuído muito para tornar visível a emancipação das alternativas na experiência genderizada.

E porque a inevitabilidade do género como parâmetro de estruturação das relações sociais completa a tríade de mecanismos de legitimação que identificámos nesta investigação, não podemos pensar a sua ordenação como desprovida ou isenta de um sistema classificatório. Ou seja, os resultados mostram como a sociedade se baseia sempre em algum sistema de ordenação das interações entre pessoas, entre grupos de pessoas e entre categorias de género. Por muito aborrecido e frustrante que isto seja (e é), os limites estão a ser (des)feitos e refeitos socialmente

e precisam de ser abordados coletivamente. A nossa investigação aponta para a importância do reconhecimento generalizado da existência de outras convenções e valores no gênero. Mas também vimos que isso não chega. A sugestão e prática do tratamento com base na autonegação da pertença de gênero não dialoga com os parâmetros interpretativos plurais da atribuição e apropriação genderizada. O problema da realidade incompleta e da sua idealização mediática, exotizada e reificada resulta numa invisibilidade e ilegitimidade das diferentes corporalidades, expressões e formas de nomeação contidas em pertenças alternativas não exclusivas. Uma ordenação do gênero baseada num sistema menos hierarquizante e mais representativo das corporalidades, expressões e possibilidades de (des)fazer o gênero além da divisão antagônica eventualmente contribuiria para atenuar coletivamente as dificuldades disfóricas que (auto)responsabilizam quem não cumpre e não corresponde.

Transgredir a oposição binária não só tem sido possível como a transgressão coexiste com limites restritivos e punitivos que reificam o gênero a partir da oposição binária. Ao dialogarmos sobre a relação entre transgressão/limite e com as diferentes formas existentes de restrição podemos libertar as experiências e as possibilidades de apropriação. Isso requer necessariamente uma atribuição mais complexa do gênero e das suas modalidades de pertença. Talvez a criança canadiana que em 2017 não viu o seu gênero atribuído à nascença possa viver e experienciar o gênero de uma forma mais maleável e matizada. Com formas mais nuançadas de atribuição no gênero as interpretações e definições prévias das situações e dos encontros poderão vir a reconhecer mais do que a divisão antagônica. Poderão basear-se nas suas diferentes apropriações e possibilidades de pertença. Quando soubermos reconhecer o gênero pela sua diversidade humana, complementar, múltipla (ou exclusiva) os limites não serão certamente tão pesados como têm sido para as pessoas não binárias. Poderemos aceitar melhor também a inevitabilidade da falha e do incumprimento. Os erros são tão necessários como as certezas, num mundo em que o gênero se vive e pelo qual se faz o que somos em sociedade.

Referências Bibliográficas

- Aboim, Sofia. 2010. *Plural Masculinities: The remaking of The Self in Private Life*. Farnham: Ashgate.
- . 2013. *A Sexualidade dos Portugueses*. Lisboa: Relógio d'Água.
- . 2014. «Globalization and identity: reassessing power, hybridism and pluralism». 3. ICS Working Papers. Lisboa.
- Adams, Matthew. 2006. «Hybridizing habitus and reflexivity: Towards an understanding of contemporary identity?» *Sociology* 40 (3): 511–28. doi:10.1177/003803850663672.
- Aggleton, Peter. 1987. *Deviance*. London: Routledge.
- Almeida, Miguel Vale De. 2009. «Ser mas não ser, eis a questão. O problema persistente do essencialismo estratégico.» 1. *Working Paper Cria*. Lisboa.
- . 2010. «O contexto LGBT em Portugal». Em *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*, editado por Conceição Nogueira e João Manuel de Oliveira, 45–90. Lisboa e Porto: CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- . 2015. «E que fazer com a masculinidade?» *Capazes*, Dezembro 17. <https://capazes.pt/cronicas/e-que-fazer-com-a-masculinidade/>.
- American Psychiatric Association. 1952. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (1st ed.) [DSM-I]*. 1st ed. Washington, DC: American Psychiatric Association.
- . 1968. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (2nd ed.) [DSM-II]*. 2nd ed. Washington, DC: American Psychiatric Association.
- . 1980. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (3rd ed.) [DSM-III]*. 3rd. Washington, DC: American Psychiatric Association.
- . 1987. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (3rd ed. Revised) [DSM-III-R]*. 3rd. Revis. Washington, DC: American Psychiatric Association.
- . 1994. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (4th ed.) [DSM-IV]*. 4th. Washington, DC: American Psychiatric Association.
- . 2000. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (4th ed. Text Revision) [DSM-IV-TR]*. 4th Text R. Washington, DC: American Psychiatric Association.
- . 2013. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (5th ed.) [DSM-V]*. 5th ed. Washington, DC: American Psychiatric Association.
- Amnesty.International. 2014. «The State Decides Who I Am. Lack of Legal Gender Recognition for Transgender People in Europe». London.
- Araújo Pereira, Ricardo. 2018. «Quem fala assim não é gago nem gaga». *Revista Visão*. <http://visao.sapo.pt/opiniaio/ricardo-araujo-pereira/2018-02-22-Quem-fala-assim--nao-e-gago-nem-gaga>.
- Atkinson, Paul. 2018. «The Spirit of Abduction». *Contemporary Sociology* 47 (4): 415–17.
- Austin, John A. 1962. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard Univ. Press.
- Badgett, M. V. Lee, e Randall L. Sell. 2018. «A set of proposed indicators for the LGBTI Inclusion Index». New York.
- Baert, Patrick. 2018. «Essay on taboo». Em *The Sweetest Taboo*, editado por Frieke Janssens, 10–13.

Tielt: Lannoo Publishers.

- Baert, Patrick, e Fernando Rubio Dominguez. 2009. «Philosophy of the Social Sciences». Em *The Blackwell Companion to Social Theory*, editado por Brian Turner, 3rd ed., 60–80. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Baert, Patrick, e Filipe Carreira da Silva. 2014. *Teoria Social Contemporânea*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Bamberg, Michael. 2013. «Identity and Narration». *The Living Handbook of Narratology*. Hühn, Peter et. al., Hamburg University. <http://www.lhn.uni-hamburg.de/article/identity-and-narration>.
- Bastos, José, e Susana Bastos. 2010. «What we are talking about when we talk about identities?» Em *Identity Processes and Dynamics in Multiethnic Europe*, editado por Charles Westin, José Bastos, Janine Dahinden, e Pedro Góis, IMISCOE AU, 313–58. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Bataille, Georges. 1987. *O Erotismo*. Tradução d. Porto Alegre: L&PM.
- Becker, Howard. 1963. *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. New York & London: The Free Press.
- Bergoffen, Debra. 2015. «Simone de Beauvoir». *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. SEP, Edward N. Zalta (ed.). <https://plato.stanford.edu/cgi-bin/encyclopedia/archinfo.cgi?entry=beauvoir>.
- Bettcher, Talia Mae. 2013. «Evil deceivers and make-believers: on transphobic violence and the politics of illusion». Em *Transgender Studies Reader*, vol. 2, editado por Susan Stryker e Aren Z. Aizura, 278–90. New York: Routledge.
- . 2014. «Feminist Perspectives on Trans Issues». *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. SEP, Edward N. Zalta (ed.). <https://plato.stanford.edu/cgi-bin/encyclopedia/archinfo.cgi?entry=feminism-trans>.
- Bhabha, Homi K. 2007. «Ethics and Aesthetics of Globalism: A Postcolonial Perspective». Em *The Urgency of Theory*, editado por António Pinto Ribeiro, 1–20. London: Carcanet & Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bicchieri, Cristina, e Ryan Muldoon. 2014. «Social Norms». *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. SEP, Edward N. Zalta (ed.). <https://plato.stanford.edu/cgi-bin/encyclopedia/archinfo.cgi?entry=social-norms>.
- Bock, Gisela. 2008. «Questionando Dicotomias: Perspectivas sobre a História das Mulheres». Em *Variações sobre sexo e género*, editado por Ana Isabel Crespo, Ana Monteiro-Ferreira, Anabela Galhardo Couto, Isabel Cruz, e Teresa Joaquim, 78–101. Lisboa: Livros Horizonte.
- Boellstorff, T., M. Cabral, M. Cardenas, T. Cotten, E. A. Stanley, K. Young, e A. Z. Aizura. 2014. «Decolonizing Transgender: A Roundtable Discussion». *TSQ: Transgender Studies Quarterly* 1 (3): 419–39. doi:10.1215/23289252-2685669.
- Booker, Christopher. 2004. *The Seven Basic Plots: Why we tell stories*. London & NY: Continuum.
- Bourdieu, Pierre. 2001. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. 2nd ed. Oeiras: Celta Editora.
- . 2002. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. doi:10.4324/9780203881842.
- . 2003. *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século.
- Braidotti, Rossi. 2002. *Metamorphoses: Towards a Materialist Theory of Becoming*. Cambridge: Polity Press.
- . 2008. «Teorias dos Estudos Feministas: algumas experiências contemporâneas na Europa.» Em *Variações sobre sexo e género*, editado por Ana Isabel Crespo, Ana Monteiro-Ferreira, Anabela Galhardo Couto, Isabel Cruz, e Teresa Joaquim, 15–34. Lisboa: Livros Horizonte.

- Bresbis, Max, e Shamus Khan. 2017. «Less Theory. More Description». *Sociological Theory* 35 (2): 147–53.
- Brubaker, Rogers, e Frederick Cooper. 2000. «Beyond “identity”». *Theory and Society* 29: 1–47.
- Bryant, Karl. 2009. «Transgender Studies». *Encyclopedia of Gender and Society*, vol.1&2. Sage Publications.
- Bryman, Alan. 2012. *Social Research Methods*. 4th. Oxford: Oxford University Press.
- Burawoy, Michael. 2000. «Introduction: Reaching for the global». Em *Global Ethnography: Forces, Connections, and Imaginations in a Postmodern World*, editado por Michael Burawoy, Joseph A. Blum, Sheba George, Millie Thayer, Zsuzsa Gille, Sean Riain, Steve H. Lopez, Teresa Gowan, Lynne Haney, e Maren Klawiter, 1–40. Berkeley, Los Angeles & London: University of California Press.
- Burns, Tom, e Helena Flam. 2000. *Sistema de Regras Sociais: Teorias e Aplicações*. Portuguesa. Oeiras: Celta Editora.
- Butler, Judith. 1993. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex*. New York: Routledge.
- . 1999. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. 2nd ed. London & NY: Routledge. doi:10.1057/fr.1991.33.
- . 2004. *Undoing Gender*. New York: Routledge.
- . 2008. «Variações sobre sexo e gênero. Beauvoir, Wittig e Foucault.» Em *Variações sobre sexo e gênero*, editado por Ana Isabel Crespo, Ana Monteiro-Ferreira, Anabela Galhardo Couto, Isabel Cruz, e Teresa Joaquim, 154–72. Lisboa: Livros Horizonte.
- . 2009. «Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory.» *Theatre Journal* 40 (4): 519–31. <http://www.jstor.org/stable/3207893>.
- . 2017. «Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil». *Folha de São Paulo*. <http://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>.
- Caetano, Ana. 2011. «Para uma análise sociológica da reflexividade individual». *Sociologia, Problemas e Práticas* 66: 157–74.
- Callahan, Gerald N. 2009. *Between xx and xy: intersexuality and the myth of two sexes*. Chicago: Chicago Review Press. doi:10.1111/dme.12556.
- Capuzzi, Jamie Colette. 2016. «Improvements still needed for transgender coverage». *Newspaper Research Journal* 37 (1): 82–94. doi:10.1177/0739532916634642.
- Cascais, António Fernando. 2006. «Diferentes como só nós . O associativismo GLBT português em três andamentos». *Revista Crítica de Ciências Sociais* 76: 109–26.
- Castro, Edgardo. 2004. «Transgresión». *El vocabulario de Michel Foucault. Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores*. Prometeo/ UNIVERSIDAD NACIONAL DE QUILMES.
- CE, Council of Europe. 2011. *Combating Discrimination on grounds of sexual orientation or gender identity. Council of Europe standards*. Strasbourg: Council of Europe Publishing. doi:10.1007/s11920-014-0463-y.
- Chaffe, Daniel. 2010. «Structuralism and Post-structuralism». Em *The Routledge Companion to Social Theory*, editado por Anthony Elliott, 73–85. London: Routledge.
- Chiam, Zhan, Sandra Duffy, e Matilda González Gil. 2017. «Trans Legal Mapping Report 2017: Recognition before the law». Geneva.

- Cloud, Doug. 2018. «Toward a richer rhetoric of agency: shaping the identity category transgender in public discourse». *Argumentation and Advocacy* 8533. Taylor & Francis: 1–18. doi:10.1080/00028533.2018.1442976.
- Cohen, Bruce M. Z. 2016. *Psychiatric Hegemony: A Marxist Theory of Mental Illness*. London: Palgrave Macmillan UK. doi:10.1057/978-1-137-46051-6.
- Cohler, Bertram J., e Andrew Hostetler. 2003. «Linking Life Course and Life Story: social change and the narrative study of lives over time». Em *Handbook of the Life Course*, editado por Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan, 555–76. New York: Kluwer Academic Publishers.
- Coleman, Eli, e AAVV. 2012. «Normas de atenção à saúde das pessoas trans e com variabilidade de gênero». Illinois: WPATH. <https://www.wpath.org/publications/soc>.
- Collin, Françoise. 2008. «Estes estudos que “Não São Tudo”. Fecundidade e Limites dos Estudos Feministas». Em *Variações sobre sexo e gênero*, editado por Ana Isabel Crespo, Ana Monteiro-Ferreira, Anabela Galhardo Couto, Isabel Cruz, e Teresa Joaquim, 35–48. Lisboa.
- Coltart, Carrie, Karen Henwood, e Fiona Shirani. 2013. «Qualitative Secondary Analysis in Austere Times: Ethical, Professional and Methodological Considerations». *FQS - Forum Qualitative Social Research* 14 (1). doi:<http://dx.doi.org/10.17169/fqs-14.1.1885>.
- Connell, Catherine. 2010. «Doing, undoing, or redoing gender?: Learning from the workplace experiences of transpeople». *Gender and Society* 24 (1): 31–55. doi:10.1177/0891243209356429.
- Connell, Raewyn W. 1987. *Gender and Power: Society, The Person and Sexual Politics*. Cambridge: Polity Press.
- . 2009a. «Accountable conduct: “Doing gender” in transsexual and political retrospect». *Gender and Society* 23 (1): 104–11. doi:10.1177/0891243208327175.
- . 2009b. *Gender In World Perspective*. Cambridge: Polity Press.
- . 2012. «Transsexual Women and Feminist Thought: Toward New Understanding and New Politics». *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 37 (4): 857–81.
- Connell, Raewyn W., e James W. Messerschmidt. 2005. «Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept». *Gender & Society* 19 (6): 829–59. doi:10.1177/0891243205278639.
- Corcuff, Philippe. 2001. *As novas sociologias: a realidade social em construção*. Sintra: VRAL.
- Corrado, Carolyn. 2009. «Gender Identities and Socialization». *Encyclopedia of Gender and Society, vol.1&2*. Sage Publications.
- Corrêa, Sonia Onufer, e Vitit Muntarbhorn. 2006. «Princípios de Yogyakarta». Yogyakarta.
- Corwin, Anna I. 2017. «Emerging genders: semiotic agency and the performance of gender among genderqueer individuals». *Gender and Language* 11 (2): 255–77.
- Cova, Anne. 2008. «Introdução. As promessas da História Comparada das Mulheres». Em *História Comparada das Mulheres. Novas Abordagens*, 13–28. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cover, Robert M. 1983. «The Supreme Court, 1982 Term - Forward: Nomos and Narrative». *Harvard Law Review* 97 (4): 4–68. doi:10.2307/1340787.
- Cresswell, Tim. 1996. *In Place, Out of Place. Geography, Ideology, and Transgression*. Minneapolis & London: University of Minnesota Press.
- Creswell, John W. 1998. *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions*. Thousand Oaks, California: Sage Publications.
- Davis, Heath Fogg. 2017. «Let’s delete sex-identity from birth certificates». *Aeon*.

<https://aeon.co/ideas/lets-delete-sex-identity-from-birth-certificates>.

- Davis, Shannon N. 2017. «Sociology, theory, and the feminist sociological canon: Questioning the use of “doing gender” as a sociological theory». *SAGE Open* 7 (1): 1–5. doi:10.1177/2158244017697157.
- Derrida, Jacques. 1997. *Of Grammatology*. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press.
- Deutsch, Francine M. 2007. «Undoing Gender». *Gender and Society* 21 (1): 106–27. doi:10.4018/IJGCMS.2016100102.
- Dosse, François. 1997. «For a Dialogic». Em *History of Structuralism, vol. 2 The Sign Sets, 1967-Present*, editado por François Dosse, 445–51. Minneapolis & London: University of Minnesota Press.
- Durkheim, Émile. 2007. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes. doi:10.1007/978-3-319-10073-9_21.
- Eckersley, Robyn. 2008. *The Ethics of Critical Theory*. Editado por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal. *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press. doi:10.1093/oxfordhb/9780199219322.003.0020.
- Eco, Umberto. 1982. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Editorial Presença. Lisboa: Editorial Presença. doi:10.1093/carcin/bgm113.
- Ekins, Richard, e Dave King. 1999. «Towards a sociology of transgendered bodies». *The Sociological Review* 47 (3): 580–602. doi:10.1111/1467-954X.ep2178766.
- . 2006. *The Transgender Phenomenon*. The Transgender Phenomenon. London: SAGE Publications Ltd. doi:10.4135/9781446220917.
- . 2010. «The emergence of new transgendering identities in the age of the internet». Em *Transgender Identities: Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, editado por Sally Hines e Tam Sanger, 25–42. London & NY: Routledge. doi:10.4324/9780203856147.
- Emirbayer, Mustafa. 1997. «Manifesto for a Relational Sociology». *American Journal of Sociology* 103 (2): 281–317.
- Enke, Anne F. 2012. «Introduction: Transfeminist Perspectives». Em *Transfeminist Perspectives in and beyond Transgender and Gender Studies*, editado por Anne F. Enke, 1–15. Philadelphia: Temple University Press.
- Ennis, Dawn. 2016. «Human Rights Campaign Sets Sights on Johns Hopkins After Controversial Trans Report». *NBC News, Out Health and Wellness*. <https://www.nbcnews.com/feature/nbc-out/hrc-sets-sights-johns-hopkins-after-controversial-sexuality-gender-report-n641501>.
- Espineira, Karine, e Marie-Hélène/Sam Bourcier. 2016. «Transfeminism. Something Else, Somewhere Else». *TSQ: Transgender Studies Quarterly* 3 (1–2): 84–94. doi:10.1093/jhered/esw016.
- Fausto-Sterling, Anne. 2000. *Sexing the Body. Gender Politics and the Construction of Sexuality*. New York: Basic Books. doi:10.1017/CBO9781107415324.004.
- Feinberg, Leslie. 1992. «Transgender liberation: A movement whose time has come». New York: World View Forum Pub.
- Flax, Jane. 2008. «Pós-Modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista». Em *Variações sobre sexo e gênero*, editado por Ana Isabel Crespo, Ana Monteiro-Ferreira, Anabela Galhardo Couto, Isabel Cruz, e Teresa Joaquim, 102–26. Lisboa: Livros Horizonte.
- Flick, Uwe. 2007. «Uma introdução à Pesquisa Qualitativa». Porto Alegre: Bookman.
- Flores, Andrew R, Jody L Herman, Gary J Gates, e Taylor N T Brown. 2016. «How Many Adults

- Identify As Transgender in the United States?» *The Williams Institute*. Los Angeles. <https://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/How-Many-Adults-Identify-as-Transgender-in-the-United-States.pdf>.
- Foster, Steven L. 2018. «The King Is Dead; Long Live the Dead King!» *Critical Sociology* 44 (6): 983–90. doi:10.1177/0896920518778761.
- Foucault, Michel. 1981. «The Order of Discourse». Em *Untying the Text: A Post-Structuralist Reader*, editado por Robert Young, 48–78. Boston, London & Henley: Routledge & Kegan Paul Ltd.
- . 1999. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal. doi:10.4135/9781446218808.
- . 2000. *As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes. doi:10.1017/CBO9781107415324.004.
- . 2005. *História da sexualidade III: O Cuidado de Si*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- . 2009a. «Outros Espaços». Em *Ditos e Escritos III - Estética: Literatura e pintura, música e cinema*, editado por Manoel Barros da Motta, 411–22. Rio de Janeiro: Forense Universitária. doi:10.1007/s13398-014-0173-7.2.
- . 2009b. «Prefácio à Transgressão». Em *Ditos e Escritos III - Estética: Literatura e pintura, música e cinema*, 28–46. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foust, Christina R. 2010. *Transgression as a mode of resistance: rethinking social movement in an era of corporate globalization*. Plymouth: Lexington Books.
- Fuchs, Stephan. 2014. «How Not To Do (Field) Theory». *Contemporary Sociology* 43 (3): 312–14.
- Gardner, Catherine V. 2006. «Introduction». *Historical Dictionary of Feminist Philosophy*. Maryland, Toronto and London: Scarecrow Press.
- Garfinkel, Harold. 1967. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- GEO, Government Equalities Office. 2018. «Trans People in the UK». London: Government Equalities Office.
- Glaser, Barney G, e Anselm L. Strauss. 2006. *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. New Brunswick & London: Aldine Transaction.
- Godoi, Christiane K, Ana Lúcia Coelho, e Araceli Serrano. 2014. «Elementos Epistemológicos e Metodológicos da Análise Sociológica do Discurso: abrindo as possibilidades para os Estudos Organizacionais». *Organizações & Sociedade* 21 (70): 509–36.
- Goffman, Erving. 1956. *The Presentation of Self in Everyday Life*. Edinburgh: University of Edinburgh.
- . 1977. «The Arrangement between the Sexes». *Theory and Society* 4 (3): 301–31. http://www.jstor.org/stable/656722?seq=1&cid=pdf-reference#references_tab_contents.
- . 1988. *Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª. Rio de Janeiro: LTC - Grupo Editorial Nacional.
- Gonos, George. 1977. «“Situation” versus “Frame”: The “Interactionist” and the “Structuralist” Analyses of Everyday Life». *American Sociological Review* 42 (6): 854–67. doi:10.2307/2094572.
- Green, Adam Isaiah. 2007. «Queer Theory and Sociology: Locating the Subject and the Self in Sexuality Studies *». *Sociological Theory* 25 (1): 26–45. doi:10.1111/j.1467-9558.2007.00296.x.
- Grenfell, Michael, e Frédéric Lebaron. 2014. *Bourdieu and Data Analysis. Methodological Principles and Practice*. Berna: Peter Lang.
- Griffiths, Melanie. 2015. «Identity». *Oxford Bibliographies in Anthropology*. New York: Oxford

- University Press. doi:10.1093/OBO/9780199766567-0128.
- Grinspan, Mauro Cabral, Morgan Carpenter, Julia Ehrt, Sheherezade Kara, Arvind Narrain, Pooja Patel, Chris Sitodi, e Monica Tabengwa. 2017. «The Yogyakarta Principles plus 10. Additional Principles and State Obligations on the Application of International Human Rights Law in Relation To Sexual Orientation, Gender Identity, Gender Expression and Sex Characteristics To Complement the Yogyakarta». Geneva.
- Guarnizo, Luís Eduardo, e Michael Peter Smith. 1998. «The Locations of Transnationalism». *Comparative Urban and Community Research* 6: 3–34.
- Guerra, Isabel C. 2006. *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Principia.
- Guerreiro, João Peste. 2007. «Transgressão». *A Minha Palavra Favorita*. Lisboa: Centro Atlântico.PT.
- Gutting, Gary. 2014. «Michel Foucault». *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. SEP, Edward N. Zalta (ed.). <https://plato.stanford.edu/cgi-bin/encyclopedia/archinfo.cgi?entry=foucault>.
- Hall, Stuart. 2000. «Quem precisa da identidade?» Em *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, editado por Tomaz Tadeu da Silva, 103–33. Petrópolis: Vozes. <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Quem+precisa+de+identidade?#0>.
- . 2006. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11th ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora. doi:10.1590/S0104-07072006000100021.
- Hansen, Jennifer. 2014. «Continental Feminism». *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. SEP, Edward N. Zalta (ed.). <https://plato.stanford.edu/cgi-bin/encyclopedia/archinfo.cgi?entry=femapproach-continental>.
- Haraway, Donna J. 1985. «A Cyborg Manifesto. Science, technology and socialist-feminism in the 1980s'». *Socialist Review* 15 (2): 65–107.
- Healy, Kieran. 2017. «Fuck Nuance». *Sociological Theory* 35 (2): 118–27. doi:10.1177/0735275117709046.
- Hearn, Jeff. 2012. «Male bodies, Masculine bodies, Men's bodies: the need for a Concept of Gex». Em *Routledge Handbook of Body Studies*, editado por Brian S. Turner, 307–20. London & NY: Routledge. www.routledge.com/Routledge-Handbook-of-Body-Studies/Turner/p/book/9780415593557.
- . 2013. «Contradictory Male / Masculine / Men ' S " I " S : the Unwriting of Men , and the Concept of Sex». *Revista Canaria de Estudios Ingleses* 66: 13–24.
- Herman, David. 2009. *Basic Elements of Narrative*. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Heyes, Cressida. 2016. «Identity Politics». *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. SEP, Edward N. Zalta (ed.). <https://plato.stanford.edu/cgi-bin/encyclopedia/archinfo.cgi?entry=identity-politics>.
- Hillman, Richard, e Pauline Ruberry-Blanc. 2014. *Female Transgression in Early Modern Britain*. Farnham & Burlington: Ashgate.
- Hines, Sally. 2007. *TransForming gender: Transgender Practices of Identity, Intimacy, and Care*. Bristol: Policy Press.
- . 2010. «Introduction». Em *Transgender Identities: Towards a Social Analysis of Gender Diversity*, editado por Sally Hines e Tam Sanger, 1–22. London & NY: Routledge.
- Hines, Sally, e Tam Sanger. 2010. *Transgender identities. Towards a social analysis of gender diversity*. London & NY: Routledge.

- Hines, Sally, e Ana Cristina Santos. 2017. «Trans* policy, politics and research: The UK and Portugal». *Critical Social Policy* 38 (1): 35–56. doi:10.1177/0261018317732880.
- Hitlin, Steven, e Stephen Vaisey. 2013. «The New Sociology of Morality». *Annual Review of Sociology* 39: 51–68. doi:10.1146/annurev-soc-071312-145628.
- Horvath, Agnes. 2014. «The Perspective of Liminality». *VoegelinView*. <https://voegelinview.com/the-perspective-of-liminality/>.
- Horvath, Aleksandra. 2009. «Gender Transgressions». *Encyclopedia of Gender and Society, vol.1&2*. Sage Publications.
- Hurst, Andrea. 2017. «Post-structuralism». *Oxford Bibliographies in Literary and Critical Theory*. New York: Oxford University Press. doi:10.1093/obo/9780190221911-0008.
- ILGA-Europe. 2018. «Rainbow Europe». *ILGA-Europe*. <https://rainbow-europe.org/>.
- Jenks, Chris. 2003. *Transgression*. London & NY: Routledge.
- . 2013. «Transgression the concept». *Architectural Design* 83 (6): 20–23.
- Jervis, John. 1999. «Transgressing the Modern. Explorations in the Western Experience of Otherness». Oxford & Massachusetts: Blackwell Publishers.
- Kessler, Suzanne J., e Wendy McKenna. 1978. *Gender: An Ethnomethodological Approach*. Chicago & London: The University of Chicago Press.
- Khan, Pierre, Élisabeth Clément, Chantal Demonque, e Laurence Hansen-Love. 1997. *Dicionário prático de filosofia*. Lisboa: Terramar.
- Kittredge, Katharine. 2003. *Lewd & Notorious: Female transgression in the eighteenth century*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Kunzel, R. 2014. «The Flourishing of Transgender Studies». *TSQ: Transgender Studies Quarterly* 1 (1–2): 285–97. doi:10.1215/23289252-2399461.
- Lanser, Susan S. 2013. «Gender and Narrative». *The Living Handbook of Narratology*. Hühn, Peter et al., Hamburg University. <http://www.lhn.uni-hamburg.de/article/gender-and-narrative>.
- Lawler, Steph. 2014. *Identity: Sociological Perspectives*. 2nd ed. Cambridge: Polity Press. <http://ebooks.cambridge.org/ref/id/CBO9781107415324A009>.
- Lemert, Charles. 2003. «Against Capital-S Sociology». *Sociological Theory* 21 (1): 74–83.
- Lemert, Charles, e Garth Gillian. 1982. *Michel Foucault: Social Theory and Transgression*. New York: Columbia University Press.
- Lennon, Kathleen. 2014. «Feminist Perspectives on the Body». *SEP - The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. SEP, Edward N. Zalta (ed.). <https://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/feminist-body/>.
- Lessard-Hébert, Michelle, Gabriel Goyette, e Gérald Botin. 1990. *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Levy, René & e The Pavie Team. 2005. «Why Look At Life Courses In An Interdisciplinary Perspective?» Em *Towards an Interdisciplinary Perspective on the Life Course, Advances in Life Course Research*, editado por René Levy, Paolo Ghisletta, Jean-Marie Le Goff, Dario Spini, e Eric Widmer, vol. 10, 3–32. Oxford: Elsevier.
- Levy, René, Paolo Ghisletta, Jean-Marie Le Goff, Dario Spini, e Eric Widmer. 2005. *Towards an Interdisciplinary Perspective on the Life Course*. Editado por René Levy, Paolo Ghisletta, Jean-Marie Le Goff, Dario Spini, e Eric Widmer. Vol. 10. Oxford: Elsevier.

- Lindqvist, Anna, Emma A Bäck, Hanna Bäck, e Marie Gustafsson Sendén. 2018. «Measuring gender in surveys Social psychological perspectives».
- Lloyd, Moya. 2015. «Performativity and Performance». Em *The Oxford Handbook of Feminist Theory*, editado por Lisa Disch e Mary Hawkesworth, 572–92. Oxford: Oxford University Press. doi:10.1093/oxfordhb/9780199328581.013.30.
- Lodge, Cassian Lotte. 2018. «Gender Census». *Gender Census*. <http://gendercensus.com/>.
- Lüscher, Kurt. 2005. «Looking at Ambivalences: The contribution of a “new-old” view of Intergenerational Relations to the study of the life course». Em *Towards an Interdisciplinary Perspective on the Life Course, Advances in Life Course Research*, editado por René Levy, Paolo Ghisletta, Jean-Marie Le Goff, Dario Spini, e Eric Widmer, vol. 10, 93–128. Oxford: Elsevier.
- Magliozzi, Devon, Aliya Saperstein, e Laurel Westbrook. 2016. «Scaling Up : Representing Gender Diversity in Survey Research». *Socius: Sociological Research for a Dynamic World* 2: 1–11. doi:10.1177/2378023116664352.
- Maia, Bruno, João Carlos Louçã, e Sérgio Vitorino. 2007. «O movimento LGBTI em Portugal : datas e factos». *esquerda.net*, Junho. <https://www.esquerda.net/dossier/o-movimento-lgbti-em-portugal-datas-e-factos/41315>.
- Mann, Richard G. 2015. «United Kingdom II: 1900 to the Present.» *GLBTQ Social Sciences*. GLBTQ, Inc. <http://proxy.lib.umich.edu/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=qth&AN=110523489&site=ehost-live&scope=site>.
- Marciano, Avi. 2014. «Living the VirtuReal: Negotiating Transgender Identity in Cyberspace». *Journal of Computer-Mediated Communication* 19: 824–38.
- Marotta, Vince. 2012. «Georg Simmel, the Stranger and the Sociology of Knowledge». *Journal of Intercultural Studies* 33 (6): 675–89. doi:10.1080/07256868.2012.739136.
- Martin, John Levi. 2001. «On the Limits of Sociological Theory». *Philosophy of the Social Sciences* 31 (2): 187–223. doi:10.2307/589057.
- Mason, Jennifer. 2002. *Qualitative Researching*. 2nd. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications.
- Matza, David. 1969. *Becoming Deviant*. *Journal of Health and Social Behavior*. Vol. 11. Eglewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- May, Vanessa. 2011. «Self, belonging and social change». *Sociology* 45 (3): 363–78. doi:10.1177/0038038511399624.
- . 2016a. «What does the duration of belonging tell us about the temporal self?» *Time and Society* 25 (3): 634–51. doi:10.1177/0961463X16656853.
- . 2016b. «When Recognition Fails: Mass Observation Project Accounts of Not Belonging». *Sociology* 50 (4): 748–63. doi:10.1177/0038038515578991.
- McCall, Leslie. 1992. «Does gender fit? Bourdieu, feminism, and conceptions of social order». *Theory and Society* 21 (6): 837–67. doi:10.1007/BF00992814.
- McHugh, Paul R., e Lawrence S. Meyer. 2016. «Sexuality and Gender. Findings from the Biological, Psychological, and Social Sciences». *The New Atlantis*. <https://www.thenewatlantis.com/publications/preface-sexuality-and-gender>.
- McLaren, Angus. 1993. «Review of Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud by Thomas Laqueur». *The American Historical Review* 98 (3): 832–33. doi:https://doi.org/10.1086/ahr/98.3.832.

- McLennan, Gregor. 2011. *Story of Sociology. A First Companion to Social Theory*. London: Bloomsbury Academic.
- McNay, Lois. 1999a. «Gender, Habitus and the Field: Pierre Bourdieu and the Limits of Reflexivity». *Theory, Culture & Society* 16 (1): 95–117.
- . 1999b. «Gender and narrative identity». *Journal of Political Ideologies* 4 (3): 315–36. doi:10.1080/13569319908420801.
- Mears, Ashley. 2017. «Puzzling in Sociology: On Doing and Undoing Theoretical Puzzles». *Sociological Theory* 35 (2): 138–46. doi:10.1177/0735275117709775.
- Merlini, Sara. 2016. «Género sem fronteiras: a transnacionalidade transgénero como condição e possibilidade». 10. TL Network - Transnational Lives, Mobility and Gender. Lisboa. <http://www.tlnetwork.ics.ul.pt>.
- . 2018. «Other Genders: (un)doing gender norms in Portugal at a microsocial level». *The Portuguese Journal of Social Sciences* 17: (in press). doi:1758-9509.
- Miskolci, Richard. 2005. «Do desvio às diferenças». *Teoria & Pesquisa* 47: 9–41.
- Miskolci, Richard, e Larissa Pelúcio. 2007. «Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis». *Revista Gênero* 7 (2): 255–67.
- Montagner, Miguel Angelo. 2007. «Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana». *Sociologias* 9 (17): 240–64. doi:10.1590/S1517-45222007000100010.
- Montañez, Amanda. 2017. «Beyond XX and XY: The Extraordinary Complexity of Sex Determination». *Scientific American*. <https://www.scientificamerican.com/article/beyond-xx-and-xy-the-extraordinary-complexity-of-sex-determination/>.
- Morin, Edgar. 2005. *O Método VI - A Ética*. Sulina: Europa América.
- Nagel, Angela. 2017. *Kill All Normies: Online Culture Wars from 4Chan and Tumblr to Trump and the Alt-Right*. Winchester & Washington: Zero Books.
- Namaste, Viviane. 2005. *Sex Change, Social Change: Reflections on Identity, Institutions, and Imperialism* Women's Press. Toronto: Women's Press.
- Narrow, William E., e Peggy Cohen-Kettenis. 2010. «The Revision of Gender Identity Disorder: DSM-5 Principles and Progress». *Journal of Gay & Lesbian Mental Health* 14 (2): 123–29. doi:10.1080/19359701003600954.
- Nico, Magda. 2012. «Viragem e ilusão biográficas. Estratégias metodológicas alternativas para abordar a reflexividade e a temporalidade». Em *VII Congresso Português de Sociologia - Sociedade, Crise e Reconfigurações*. Porto: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Nonbinary Wiki Contributors. 2018. «Nonbinary Wiki». *Nonbinary Wiki*. https://nonbinary.miraheze.org/wiki/Main_Page.
- O'Reilly, Michelle, e Nicola Parker. 2012. «“Unsatisfactory Saturation”: A critical exploration of the notion of saturated sample sizes in qualitative research». *Qualitative Research* 13 (2): 190–97. doi:10.1177/1468794112446106.
- Offen, Karen. 2008. «“Erupções e Fluxos”: Reflexões sobre a escrita de uma História Comparada dos Feminismos Europeus, 1700-1950». Em *História Comparada das Mulheres. Novas Abordagens*, 29–45. Lisboa: Livros Horizonte.
- Oliveira, João Manuel de. 2012. «O rizoma “Género”: Cartografia de três genealogias». *e-cadenos CES* 15: 33–54.
- ONS, Office for National Statistics. 2016. «ONS Census Transformation Programme. The 2021 Census

- Assessment of initial user requirements on content for England and Wales. Gender identity topic report». London. [internal-pdf://80.83.192.36/ONS gender identity report.pdf%0Ahttps://www.ons.gov.uk/file?uri=/census/censustransformationprogramme/consultations/the2021censusinitialviewoncontentforenglandandwales/topicreport03genderidentity.pdf](https://www.ons.gov.uk/file?uri=/census/censustransformationprogramme/consultations/the2021censusinitialviewoncontentforenglandandwales/topicreport03genderidentity.pdf).
- Patton, Michael Quinn. 2002. *Qualitative Research & Evaluation Methods*. 3rd ed. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications. http://books.google.com/books/about/Qualitative_research_and_evaluation_meth.html?id=FjBw2oi8El4C.
- PE, Parlamento Europeu. 2011. *Resolução do Parlamento Europeu sobre direitos humanos, orientação sexual e identidade de género nas Nações Unidas*. Strasbourg: Parlamento Europeu.
- . 2014. *Resolução do Parlamento Europeu sobre o Roteiro da UE contra a homofobia e a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género*. Strasbourg: Parlamento Europeu.
- . 2015. *Resolução do Parlamento Europeu sobre a discriminação contra as pessoas transgénero na europa*. Strasbourg: Parlamento Europeu. <http://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/Xref-XML2HTML-EN.asp?fileid=21736&lang=en>.
- Pearce, Ruth, Deborah Lynn Steinberg, e Igi Moon. 2018. «Introduction: The emergence of ‘trans’». *Sexualities* 0 (0): 1–10. doi:10.1177/1363460717740261.
- Pearse, Rebecca, e Raewyn W. Connell. 2016. «Gender Norms and the Economy: Insights from Social Research». *Feminist Economics* 22 (1): 30–53. doi:10.1080/13545701.2015.1078485.
- Pereira, Maria do Mar. 2012. *Fazendo o Género no Recreio: a negociação do género no espaço escolar*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pilcher, Jane. 2016. «Names, Bodies and Identities». *Sociology* 50 (4): 764–79. doi:10.1177/0038038515582157.
- Pires, Alvaro. 1997. «De quelques enjeux épistémologiques d’une méthodologie générale pour les sciences sociales». Em *La recherche qualitative. Enjeux épistémologiques et méthodologiques*, editado por Group de recherche interdisciplinaire sur les méthodes Qualitatives, 3–54. Montréal: 978-2891056618. <https://www.amazon.fr/recherche-qualitative-Enjeux-épistémologiques-méthodologiques/dp/2891056612>.
- Pires, Rui Pena. 2007. «Árvores conceptuais: Uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e de estrutura». *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 53: 11–50.
- Preda, A. 2001. «Postmodernism in Sociology». *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Amsterdam: Elsevier.
- Raymond, Janice G. 1979. *The Transsexual Empire: The Making of the She-Male*. Boston: Beacon.
- Reed, Isaac Ariail. 2013. «Power: Relational, discursive, and performative dimensions». *Sociological Theory* 31 (3): 193–218. doi:10.1177/0735275113501792.
- Reed, Terry. 2018. «The Gender Recognition Act Discussion (GIRES)». London: GIRES, Gender Identity Research and Education Society. <https://www.gires.org.uk/the-gender-recognition-act-discussion-november-2017/>.
- Renaud, Terence. 2017. «The strange political history of the ‘ Underground ’». *Aeon*. <https://aeon.co/essays/the-strange-political-history-of-the-underground>.
- Richards, Christina, Walter Pierre Bouman, Leighton Seal, Meg John Barker, Timo O. Nieder, e Guy Tsjoen. 2016. «Non-binary or genderqueer genders». *International Review of Psychiatry* 28 (1): 95–102. doi:10.3109/09540261.2015.1106446.

- Riley, Denise. 1995. «Does a sex have a History?» Em «*Am I That Name?*» *Feminism and the category of “Women” in History*, editado por Denise Riley, 3rd., 1–17. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Risman, Barbra J. 2009. «From doing to undoing: Gender as we know it». *Gender and Society* 23 (1): 81–84. doi:10.4179/NLF.ISSN.
- Roberts-Hughes, Rebecca. 2017. «Transgression and conservation: rereading Georges Bataille». *Journal for Cultural Research* 21 (2). Routledge: 157–68. doi:10.1080/14797585.2016.1239608.
- Rodrigues, Rita Ferro. 2016. «Entrevista a Anália Torres». *Capazes*, Maio 12. <https://capazes.pt/destaques/entrevista-analia-torres/>.
- Roth, Silke, e Katherine Dashper. 2016. «Sociology in the 1980s: The Rise of Gender (and Intersectionality)». *Sociology* 50 (6): NP1–NP12. doi:10.1177/0038038515620359.
- Salah, Trish. 2007. «Undoing Trans Studies». *Topia* 17: 150–54.
- Saleiro, Sandra. 2013. «Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género». ISCTE-IUL. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7848>.
- Santos, Ana Cristina. 2004. «Dos direitos humanos aos direitos das minorias sexuais: regulação ou emancipação?» Em *Atas dos atliers do Vº Congresso Português de Sociologia*, editado por Associação Portuguesa de Sociologia. Braga: APS.
- . 2013. *Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe*. London: Palgrave Macmillan UK. doi:10.1057/9781137296405.
- . 2018a. «Heróis no armário: homens trans e pessoas não binárias prestadoras de cuidados». Em *X Congresso Português de Sociologia. Na era da “pós-verdade”? Esfera pública, cidadania e qualidade da democracia no Portugal contemporâneo*. Covilhã, Universidade da Beira Interior: APS.
- . 2018b. «Isto não é um cachimbo». *Jornal Público*, Março 2. <https://www.publico.pt/2018/03/02/sociedade/opiniao/isto-nao-e-um-cachimbo-1804798>.
- Santos, Boaventura Sousa. 2017. «A “desimaginação” do social». *Jornal de Letras*, Novembro 8.
- Santos, Pedro Miguel. 2018. «Linn da Quebrada: “A mulheridade no Brasil, hoje, significa resistência, significa força”». *É Apenas Fumaça*, Outubro 18. <https://fumaca.pt/linn-da-quebrada-mulheridade-brasil-hoje-resistencia-forca/>.
- Sardinha, Diogo. 2010. «As duas ontologias críticas de Foucault». *Trans/Form/Ação* 33 (2): 177–92.
- Saussure, Ferdinand de. 2013. *Course in General Linguistics*. London: Bloomsbury Academic.
- Sayers, Sean. 1999. «The Concept of Authenticity». *Philpapers*. The PhilPapers Foundation. doi:10.1002/9780470996508.ch15.
- Schiller, Nina Glick, Linda Basch, e Cristina Blanc-Szanton. 1992. «Transnationalism: A New Analytic Framework for Understanding Migration». *Annals of the New York Academy of Sciences* 645: 1–24.
- Schubert, J. Daniel. 1995. «From a Politics of Transgression Toward an Ethics of Reflexivity. Foucault, Bourdieu, and Academic Practice». *American Behavioral Science* 38 (7): 1003–17. doi:0803973233.
- Scott, Joan Wallach. 2008. «Género: uma categoria útil de análise histórica». Em *Variações sobre sexo e género*, editado por Ana Isabel Crespo, Ana Monteiro-Ferreira, Anabela Galhardo Couto, Isabel Cruz, e Teresa Joaquim, 49–77. Lisboa.
- Shapiro, Eve. 2004. «‘Trans’ cending Barriers». *Journal of Gay & Lesbian Social Services* 16 (3–4):

- 165–79. doi:10.1300/J041v16n03_11.
- . 2015. *Gender Circuits*. New York & London: Routledge.
- Shotwell, Alexis, e Trevor Sangrey. 2009. «Resisting Definition: Gendering through Interaction and Relational Selfhood». *Hypatia* 24 (3): 56–76. doi:10.1111/j.1527-2001.2009.01045.x.
- Silva, Tomaz Tadeu da. 2000. «A produção social da identidade e da diferença». Em *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, editado por Tomaz Tadeu da Silva, 73–102. Petrópolis: Vozes.
- Simmel, Georg. 1950. «The Stranger». Em *The Sociology of Georg Simmel*, editado por Kurt H. Wolf, 402–8. Illinois: The Free Press.
- Singer, Benjamin. 2013. «What is transgender studies for the twenty-first century?» Em *Transgender Studies Reader*, vol. 2, editado por Susan Stryker e Aren Z. Aizura. New York: Routledge.
- Smith, Linda T. 2005. «On tricky ground: researching the Native in the Age of Uncertainty». Em *The Sage Handbook of Qualitative Research*, editado por Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln, 3rd ed., 85–107. London: Sage Publications.
- Souto-Manning, Mariana. 2014. «Critical narrative analysis: The interplay of critical discourse and narrative analyses». *International Journal of Qualitative Studies in Education* 27 (2): 159–80. doi:10.1080/09518398.2012.737046.
- Spade, Dean. 2000. «Mutilating Gender». Em *Transgender Studies Reader*, editado por Susan Stryker e Stephen Whittle, 315–32. Routledge.
- St. John, Graham. 2014. «Victor Turner». *Oxford Bibliographies in Anthropology*. New York: Oxford University Press. doi:10.1093/obo/9780199766567-0074.
- Stallybrass, Peter, e Allon White. 1986. *The Politics and Poetics of Transgression*. New York: Cornell University Press.
- Stanley, Eric A. 2014. «Gender Self-Determination, Keywords». *TSQ: Transgender Studies Quarterly* 1 (1–2): 89–91.
- Stoller, Robert J. 1968. *Sex and Gender: The Development of Masculinity and Femininity*. London: Karnac Books.
- Stone, Sandy. 1991. «The Empire Strikes Back: A Posttranssexual Manifesto». Em *Body guards: The cultural politics of gender ambiguity*, editado por Julia Epstein e Kristina Straub, 280–304. New York: Routledge.
- Strauss, Anselm L., e Juliet M. Corbin. 1998. *Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for developing Grounded Theory*. 3rd. Thousand Oaks, California: Sage Publications. doi:10.4135/9781452230153.
- Stryker, Susan. 1994. «My Words to Victor Frankenstein About the Village of Chamounix Performing Trans- gender Rage». *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies* 1 (3): 227–54.
- . 2008. *Transgender History*. Berkeley: Seal Press.
- Stryker, Susan, e Aren Z. Aizura. 2013. «Introduction: Transgender Studies 2.0». Em *The Transgender Studies Reader 2*, editado por Susan Stryker e Aren Z. Aizura, 1–12. New York: Routledge.
- Stryker, Susan, e Talia M. Bettcher. 2016. «Introduction Trans/Feminisms». *TSQ: Transgender Studies Quarterly* 3 (1–2): 5–14. doi:10.1215/23289252-3334127.
- Stryker, Susan, e Stephen Whittle. 2006. *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge.
- Sullivan, Shannon. 2015. «Intersections between Pragmatist and Continental Feminism». *The Stanford*

- Encyclopedia of Philosophy*. SEP, Edward N. Zalta (ed.). <https://plato.stanford.edu/cgi-bin/encyclopedia/archinfo.cgi?entry=femapproach-prag-cont>.
- Swedberg, Richard. 2016. «Can You Visualize Theory? on the Use of Visual Thinking in Theory Pictures, Theorizing Diagrams, and Visual Sketches». *Sociological Theory* 34 (3): 250–75. doi:10.1177/0735275116664380.
- Szakolczai, Arpad. 2009. «Liminality and Experience: Structuring Transitory Situations and Transformative Events». *International Political Anthropology* 2 (1): 141–72. http://www.international.politicalanthropology.org/images/articles/2009_1/1_2009_szakolczai.pdf.
- Temple, Bogusia. 2006. «Representation across languages: biographical sociology meets translation and interpretation studies». *Qualitative Sociology Review* II (1): 7–21.
- TGEU, Transgender Europe. 2018. «Trans Respect versus Transphobia Worldwide». *TvT*. <https://transrespect.org/en/>.
- Thomassen, Bjørn. 2014. *Liminality and the Modern. Living Through the In-Between*. Farnham: Ashgate.
- Tilly, Charles. 1988. «Review of The Politics and Poetics of Transgression by Peter Stallybrass and Allon White». *The American Historical Review* 93 (4): 1009–10. <http://www.jstor.org/stable/1863535>.
- Titman. 2014. «How many people in the UK are non-binary?» *Practical Androgyny*. <https://practicalandrogyny.com/2014/12/16/how-many-people-in-the-uk-are-nonbinary/>.
- Tobias, Ronald B. 1993. *20 Master Plots (and How to Build Them)*. Ohio: Writer's Digest Books.
- Tracy, Sarah J. 2010. «Qualitative quality: Eight “big-tent” criteria for excellent qualitative research». *Qualitative Inquiry* 16 (10): 837–51. doi:10.1177/1077800410383121.
- UNDP, United Nations Development Program. 2018. «Human Development Report 2018». *United Nations*. <http://hdr.undp.org/en>.
- Vandenberghe, Frédéric. 2018. «Sociology as Practical Philosophy and Moral Science». *Theory, Culture and Society* 35 (3): 77–97. doi:10.1177/0263276417709343.
- Venâncio, Gonçalo. 2018. «Da Igreja Universal da Neutralidade de Gênero». *Jornal Sol*, Fevereiro 23. sol.sapo.pt/artigo/601757/da-igreja-universal-da-neutralidade-de-genero.
- Wacquant, Loic J. D. 1989. «Towards a Reflexive Sociology: A Workshop with Pierre Bourdieu». *Sociological Theory* 7 (1): 26–63.
- Warner, Michael. 1993. *Fear Of A Queer Planet: Queer Politics and Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Wengraf, Tom. 2000. «Uncovering the general from within the particular: From contingencies to typologies in the understanding of cases.» Em *The Turn to Biographical Methods in Social Science. Comparative issues and examples*, editado por Prue Chamberlayne, Joanna Bornat, e Tom Wengraf, 140–64. London & NY: Routledge.
- West, Candace. 1989. «Review of Gender and Power: Society, the Person, and Sexual Politics by R. W. Connell». *American Journal of Sociology* 94 (6): 1487–89. <http://www.jstor.org/stable/2780995>.
- West, Candace, e Don H. Zimmerman. 2009. «Accounting for Doing Gender». *Gender & Society* 23 (1): 112–22. doi:10.1177/0891243208326529.
- West, Candace, e Don H. Zimmerman. 1987. «Doing Gender». *Gender & Society* 1 (2): 125–51. <http://www.jstor.org/stable/189945>.

- Weston, Kath. 1991. *Families we choose: Lesbian, Gays, Kinship*. New York: Columbia University Press.
- Whipps, Judy. 2013. «Pragmatist Feminism». *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. SEP, Edward N. Zalta (ed.). <https://plato.stanford.edu/cgi-bin/encyclopedia/archinfo.cgi?entry=femapproach-pragmatism>.
- Whittle, Stephen. 2002. *Respect and Equality. Transsexual and Transgender Rights*. London, Sidney, Portland: Cavendish Publishing.
- . 2010. «A brief history of transgender issues». *The Guardian*.
- Widen, Jacqueline. 2014. «Mapping an Illegitimate Field: Power Relations in International Education». Em *Boudieu and Data Analysis. Methodological Principles and Practice*, editado por Michael Grenfell e Frédéric Lebaron, 57–76. Berna: Peter Lang.
- Wolfeys, J. 2008. «Introduction: transgressions or, beyond the obvious». Em *Transgression: Identity, Space, Time*, 1–16. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Wolin, Richard. 1996. «Left Fascism: Georges Bataille and the German Ideology». *Constellations* 2 (3): 397–428. doi:10.1111/j.1467-8675.1996.tb00037.x.
- World Health Organization, WHO. 2018. «ICD-11 Revision». <https://sites.google.com/site/icd11revision/home>.
- Xie, Jasmine. 2015. «Deconstructing and developing gender: the nonbinary search for identity». *Dietrich College Honors Theses*. doi:10.1184/R1/6684089.v1.
- Yar, Majid. 2018. «Alexandre Kojève (1902-1968)». *Internet Encyclopedia of Philosophy*. <https://www.iep.utm.edu/kojeve/>.
- Yeadon-Lee, Tracey. 2009. «Doing extra-ordinariness: Trans-men's accomplishment of “authenticity” in the research interview». *Qualitative Research* 9 (3): 243–61. doi:10.1177/1468794109105033.
- Zhao, Kang, e Gert Biesta. 2008. «Lifelong learning , identity and the moral dimension : The “reflexive project of the self” revisited». Em *38th Annual SCUTREA Conference - Whither Adult Education in the learning paradigm?*, 7. Edinburgh: University of Edinburgh.
- Žižek, Slavoj. 2016. «The Sexual is Political». *The Philosophical Salon*. <http://thephilosophicalsalon.com/the-sexual-is-political/>.

